JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Vale do Guaporé 4
Consorcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 11
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 12
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 14
Prefeitura Municipal de Apiacás 15
Prefeitura Municipal de Araguaiana 15
Prefeitura Municipal de Araguainha 15
Prefeitura Municipal de Araputanga 16
Prefeitura Municipal de Aripuanã 16
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 17
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 17
Prefeitura Municipal de Cáceres 18
Prefeitura Municipal de Campinápolis 34
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 35
Prefeitura Municipal de Campo Verde 75
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 83
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 85
Prefeitura Municipal de Canarana 87
Prefeitura Municipal de Carlinda 90
Prefeitura Municipal de Castanheira 93
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 94
Prefeitura Municipal de Cláudia 95
Prefeitura Municipal de Cocalinho 105
Prefeitura Municipal de Colíder 106
Prefeitura Municipal de Colniza 109
Prefeitura Municipal de Confresa 135
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 136
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 137
Prefeitura Municipal de Cuiabá 143
Prefeitura Municipal de Curvelândia 143
Prefeitura Municipal de Denise 147
Prefeitura Municipal de Diamantino 147
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 149
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 149
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 152
Prefeitura Municipal de General Carneiro 157
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 159
Prefeitura Municipal de Indiavaí 160
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 160
Prefeitura Municipal de Itiquira 162
Prefeitura Municipal de Jaciara 162
Prefeitura Municipal de Jangada 163
Prefeitura Municipal de Jauru 168
Prefeitura Municipal de Juara 168
Prefeitura Municipal de Juruena 169
Prefeitura Municipal de Juscimeira 169
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 169
Prefeitura Municipal de Marcelândia 172
Prefeitura Municipal de Matupá 172
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 173

Prefeitura Municipal de Nobres 174
Prefeitura Municipal de Nortelândia 174
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 178
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 180
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 182
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 209
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 210
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 210
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 212
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 215
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 216
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 217
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 219
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 219
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 222
Prefeitura Municipal de Paranatinga 223
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 257
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 262
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 262
Prefeitura Municipal de Poconé 262
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 262
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 264
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 265
Prefeitura Municipal de Poxoréu 276
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 277
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 279
Prefeitura Municipal de Rondolândia 284
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 285
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 286
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 287
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 288
Prefeitura Municipal de São José do Povo 289
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 289
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 290
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 291
Prefeitura Municipal de Sinop 292
Prefeitura Municipal de Tabaporã 315
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 316
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 316
Prefeitura Municipal de Tesouro 316
Prefeitura Municipal de União do Sul 316
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 330
Prefeitura Municipal de Vila Rica 340

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL DO VALE DO GUAPORÉ

EXTRATO ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

EXTRATO ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

PROC. LICITATÓRIO: 003/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 003/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, 1° LINHA, CERTIFICADO PELO IMETRO E ENTREGA PARCELADA PARA SER UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA DO CIDESA.

PRAZO: 09 meses, a partir 02 de junho 2017

CONTRATANTE: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA, QUANTIDADES DE ITENS 07 (SETE) R$ 183.267,00 (CENTO E OITENTA E TRES MIL DUZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS).

PNEUS BARBOSA LTDA - ME, QUANTIDADES DE ITENS 03 (TRES) R$ 79.580,00 (SETENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS).

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORE – MT, 01 JUNHO2017

EXTRATO ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

EXTRATO ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

PROC. LICITATÓRIO: 004/2017 PREGÃO PRESENCIAL: 004/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS, FUNILARIA, TAPEÇARIA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E RETIFICA PARA VEICULOS, LEVES, MEDIOS, PESADOS E MAQUINAS PARA ATENDER A DEMANDA DO CIDESA.

PRAZO: 09 meses, a partir 02 de junho 2017

CONTRATANTE: R M REBEQUI, QUANTIDADES DE ITENS 03 (TRES)

GILSON ALBETASSE ALVES - ME, QUANTIDADES DE ITENS 01 (UM)

NOBRE BOMBAS INJETORAS LTDA, QUANTIDADES DE ITENS 03 (TRES)

IMPACTO BOMBAS INJETOAS LTDA - ME, QUANTIDADE DE ITENS 01 (UM)

DIAS ALEIXO& SILVA LTDA - ME, QUANTIDADE DE ITENS 02 (DOIS)

FELICIANO GUIMENES AEDO, QUANTIDADE DE ITENS 01 (UM)

TORNEARIA CHAPOLIN LTDA, QUANTIDADE DE ITENS 04 (QUATRO)

CELSO BASIL DA SILVA MENDES, QUANTIDADE DE ITENS 01 (UM)

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL VALE DO GUAPORE – MT, 01 JUNHO2017

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO ADESÃO DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO ADESÃO DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 004/2017 PROCESSO 004/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECANICOS, FUNILARIA, TAPEÇARIA, ALINHAMENTO, BALANCEAMENTO E RETIFICA PARA VEICULOS, LEVES, MEDIOS, PESADOS E MAQUINAS PARA ATENDER A DEMANDA DO CIDESA.

CONTRATANTE: R M REBEQUI, QUANTIDADES DE ITENS 03 (TRES)

GILSON ALBETASSE ALVES - ME, QUANTIDADES DE ITENS 01 (UM)

NOBRE BOMBAS INJETORAS LTDA, QUANTIDADES DE ITENS 03 (TRES)

IMPACTO BOMBAS INJETOAS LTDA - ME, QUANTIDADE DE ITENS 01 (UM)

DIAS ALEIXO& SILVA LTDA - ME, QUANTIDADE DE ITENS 02 (DOIS)

FELICIANO GUIMENES AEDO, QUANTIDADE DE ITENS 01 (UM)

TORNEARIA CHAPOLIN LTDA, QUANTIDADE DE ITENS 04 (QUATRO)

CELSO BASIL DA SILVA MENDES, QUANTIDADE DE ITENS 01 (UM)

Nova Lacerda- MT 01 **de JUNHO 2017.**

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO ADESÃO DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO ADESÃO DA PREFEITURA DE NOVA LACERDA

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 003/2017 PROCESSO 003/2017

OBJETO: : REGISTRO DE PREÇO NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS NOVOS, 1° LINHA, CERTIFICADO PELO IMETRO E ENTREGA PARCELADA PARA SER UTILIZADOS NOS VEÍCULOS DA FROTA DO CIDESA.

CONTRATANTE: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA QUANTIDADES DE ITENS 07 (SETE)R$ 183.267,00 (CENTO E OITENTA E TRES MIL DUZENTOS E SESSENTA E SETE REAIS).

PNEUS BARBOSA LTDA - ME, QUANTIDADES DE ITENS 03 (TRES) R$ 79.580,00 (SETENTA E NOVE MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS).

Nova Lacerda- MT 01 **de Junho 2017.**

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **007/2015**. Contratante**: CISOMT** Contratado: **D. DOS SANTOS BASTOS - ME – CNPJ nº 19.938.196/0001-98.** *Objeto:* Prestação de Serviços em Consultoria de envio de informações do APLIC, Serviços Administrativos e na Elaboração de Editais de Licitação. Tendo por objeto, uma alteração de supressão de 18% - Data: 31/05/2017.

EXTRATO ADITIVO DE CONTRATO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE MATO GROSSO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. **020/2015**. Contratante**: CISOMT** Contratado: CLINICA E MICRO CIRURGIA DE OLHOS LTDA, **CNPJ: 26.795.401/0001-79,** *Objeto:* Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de Consultas de Oftalmologia, visando o atendimento do CISOMT. Aditivo de Prazo – 31/05/2017 a 31/05/2018 – Data: 31/05/2017

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. **016/2015**. Contratante**: CISOMT** Contratado: ANGIOVASC CLINICA MÉDICA LTDA - EPP, **CNPJ: 07.844.006/0001-94,** *Objeto:* Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de Consultas de Psiquiatria e Angiologia Vascular, visando o atendimento do CISOMT. Aditivo de Prazo – 31/05/2017 a 31/12/2017 – Data: 31/05/2017**.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº. 003/2017

Contrato n°. 077/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL

Contratado: ALINE FAVARETTO.

Objeto: Reajuste anual, fica acrescido ao contrato original o valor de R$ 5. 553,00 (Cinco mil quinhentos e cinquenta e três reais), referente ao reajuste anual de 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento). O valor total do Contrato passa a ser de R$ 90.089,43 (Noventa mil oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), tendo como valor mensal a quantia de R$ 7.495,49 (Sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Data: Água Boa, 05 de Maio 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 030/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: Bolzan & Bolzan Ltda Me.

Objeto: Alienação do **Lotes Urbano nº. 13 da Quadra nº. 56**, com uma metragem de 1.000 m² no Setor Industrial "cidade Água Boa – MT", dotados de infraestrutura, destinados à ocupação, comercial, e industrial; localizados no Setor Industrial, pertencentes ao município de Água Boa.

Valor: 44.113,13

Data: 09.05.2017

Licitação: Alienação 001/2017

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 032/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: M.R Godoi Madureira Assessoria ME

Objeto: Prestação de serviço mensal de Consultoria na área de Captação de Recursos e Elaboração de Projetos para Convênios.

Valor: 48.000,00

Data: 18.05.2017

Vigência: 18.05.2018

Licitação: 005/2017 TP

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº. 001/2017

Contrato n°. 053/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL

Contratado: BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

Objeto: Acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) referente a prestação de serviço inicialmente pactuado.

Valor: R$ 244.800,00 (Duzentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais).

Data: Água Boa, 22 de maio 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 029/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: Luan Cadore & Cia Ltda.

Objeto: Alienação do **Lotes Urbano nº. 08, 09, 18 e 19 da Quadra nº. 45, com uma metragem de 1.000 m² cada**, no Setor Industrial "cidade Água Boa – MT", dotados de infraestrutura, destinados à ocupação, comercial, e industrial; localizados no Setor Industrial, pertencentes ao município de Água Boa.

Valor: 176.000,00

Data: 09.05.2017

Licitação: Alienação 001/2017

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

DECRETO MUNICIPAL Nº 3081, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE ÁGUA BOA/MT.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, com fulcro nos artigos 72, vi, da lei orgânica,

CONSIDERANDO, a Lei Municipal n.º 1042, de 10 de setembro de 2009, "Dispõe sobre o Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência,

R E S O L V E:

Art. 1º – Nomear os Membros do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa com Deficiência de Água Boa/MT, indicados formalmente pelos órgãos e entidades representados, a saber:

I. QUATRO REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

1. ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI:

TITULAR	MARIA RITA GOMES DE ALMEIDA MELO
CPF	588.073.301-72
SUPLENTE	EMERSON MARCELO GODOY
CPF	978.573.400-25

2. PORTADOR DE DEFICIÊNCIA:

TITULAR	MARILENE TEREZINHA STEFANO
CPF	719.296.069.15
SUPLENTE	CELSO BLEMER
CPF	856.396.481.04

3. CLUBE DE SERVIÇO ROTARY:

TITULAR	LUIZ HEINEN
CPF	297-162-769-15
SUPLENTE	VALDEPIM PEREIRA SOUZA
CPF	208-625-631-00

4. ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL- ACEAB OU CDI:

TITULAR	GILMAR PEREIRA DE SOUZA
CPF	355.959.141-49
SUPLENTE	JOSÉ VANDERLEI BEIA
CPF	522.478.801-34

II. QUATRO REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

1. REPRESENTANTES DO INSS:

TITULAR	IGOR DE SOUSA MATOS
CPF	012.624.786.26
SUPLENTE	CELINA CICILIA SECCO CABELHO
CPF	003.144.381-81

2. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO:

TITULAR	MARCELO CARDOSO TEIXEIRA
CPF	939.182.751-91
SUPLENTE	CÁTIA APARECIDA GONÇALVES TISSIANI
CPF	395.725.791.34

3. SECRETARIA DE SAÚDE:

TITULAR	ELIANE ALVES ACÁCIO
CPF	622.179.252-72
SUPLENTE	EDINEIA PEREIRA
CPF	771.507.321-00

4. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TITULAR	SIRLEY ROSA DA SILVA
CPF	006.502.301-32
SUPLENTE	NÚBIA SILVA ALENCAR
CPF	013.434.951-21

Art. 2º - O mandato dos conselheiros será para dois anos, com a seguinte diretoria:

Presidente: **Marilene Terezinha Stefano**

Vice-Presidente: **Gilmar** Pereira De Souza

Secretário: **Luiz Heinen**

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 01 DE JUNHO DE 2017

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 01 de junho 2017.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretaria de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 033/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: JASCOVSKI & TATTO LTDA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios de consumo para os atletas que participarão dos Jogos Escolares da Juventude – Fase Regional 2017, nos dias 23 a 28 de Maio de 2017.

Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
56	EXTRATO DE TOMATE 1 KG	Und. - Unidade	60	7,50	450,00

Valor: 450,00

Data: 19.05.2017

Vigência: 31.12.2017

Licitação: 020/2017 PR

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 036/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: CENTRAL VEÍCULOS COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA ME

Objeto: A adesão a Ata de Registro de Preço nº 009/2016, decorrente do Pregão Eletrônico 052/2016 da Secretaria Municipal de Assistência Social – Município de Várzea Grande - MT, cujo objeto é a futura e eventual aquisição de veículo de passeio para a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Água Boa MT, conforme especificações;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNT.	TOTAL
01	***Item 01 –*** *Veículo automotor de passeio, tipo hatch, novo, zero km, nas seguintes características mínimas: ano/modelo 2016/2016, pintura na cor branca e uma tampa traseira de acesso à porta malas, capacidade para transporte de 05 passageiros, incluindo o motorista, 04 portas laterais, tipo de combustível FLEX, gasolina/álcool, (biocombustível), motor com capacidade mínima de 1.0, injeção eletrônica, potência mínima de 70CV, transmissão de 05 (cinco) marchas, freio ABS, compartimento de carga com capacidade mínima de 280 litros, tanque de combustível com capacidade de 48 litros, direção hidráulica, air-bag (no mínimo dois). Marca: FIAT. Modelo: PALIO FIRE 1.0, 4P, FLEX, 05 PASSAGEIROS*	02	41.200,00	82.400,00

Valor: 82.400,00

Data: 19.05.2017

Vigência: 19.05.2018

Licitação: 003/2017 ADESÃO

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 035/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: José F. da Silva

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios de consumo para os atletas que participarão dos Jogos Escolares da Juventude – Fase Regional 2017, nos dias 23 a 28 de Maio de 2017.

Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
22	BANANA NANICA – NACIONAL	kg - Quilograma	500	3,20	1.600,00
24	ABOBORA CABOTIÁ – NACIONAL	kg - Quilograma	40	1,55	62,00
25	RUCULA – HIDROPONICA	un - unidade	300	3,90	1.170,00
32	COXA E SOBRECOXA – SADIA	kg - Quilograma	500	5,69	2.845,00
34	LINGUIÇA MISTA SEM PIMENTA – PERDIGÃO	kg - Quilograma	150	10,40	1.560,00
39	BATATA PALHA 01 KG – SULLPER	un - unidade	60	26,50	1.590,00
43	CREME DE LEITE 200G – PIRACANJUBA	g - Grama	180	2,25	405,00
54	ALFACE MAÇO – HIDROPONICA	un - unidade	600	3,95	2.370,00
58	COUVE MANTEIGA – HIDROPONICA	un - unidade	400	4,10	1.640,00

Valor: 13.242,00

Data: 19.05.2017

Vigência: 31.12.2017

Licitação: 020/2017 PR

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 034/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: SUPER MACHADO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios de consumo para os atletas que participarão dos Jogos Escolares da Juventude – Fase Regional 2017, nos dias 23 a 28 de Maio de 2017.

Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
2	ARROZ TIPO I - PACOTE 5 KG -	kg - Quilograma	540	10,15	5.481,00
30	PAO DE FORMA FATIADO	kg - Quilograma	90	13,00	1.170,00
33	PRESUNTO KG FATIADO	kg - Quilograma	120	18,80	2.256,00
41	CAFÉ 250 GR	un - unidade	120	5,20	624,00
53	LEITE UHT	un - unidade	600	3,19	1.914,00
60	CARNE BOVINA (PATINHO) BIFE	kg - Quilograma	250	16,65	4.162,50
	Total				**15.607,50**

Valor: 15.607,50

Data: 19.05.2017

Vigência: 31.12.2017

Licitação: 020/2017 PR

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

PLANEJAMENTO E FINANCAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 026/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, através de seu Pregoeiro da designado, pela Portaria nº. 196/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 01/06/2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 026/2017, que teve como vencedora dos itens a empresa: CLEBER JOSE DA SILVA E DIAS –ME, CNPJ: 01. 413.794/0001-88.

Água Boa, 01 de junho de 2017.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 003/2017

Contrato n°. 078/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL

Contratado: CLAUDINEI DE OLIVEIRA ROSA.

Objeto: Reajuste anual, fica acrescido ao contrato original o valor de R$ 5. 553,00 (Cinco mil quinhentos e cinquenta e três reais), referente ao reajuste anual de 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento). O valor total do Contrato passa a ser de R$ 90.089,43 (Noventa mil oitenta e nove reais e quarenta e três centavos), tendo como valor mensal a quantia de R$ 7.495,49 (Sete mil quatrocentos e noventa e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Data: Água Boa, 05 de Maio 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO TERMO ADITIVO Nº. 004/2017

Contrato n°. 039/2015

Contratante: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL

Contratado: ANTONIO EVANGELISTA DE AMORIM FILHO

Objeto: Reajuste Anual, fica acrescido o valor de R$ 2.749,12 (Dois mil setecentos e quarenta e nove reais e doze centavos) referente ao reajuste anual de 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos por cento). O valor mensal do Contrato passa a ser de R$ 4.048,17 (Quatro mil quarenta e oito reais e dezessete centavos).

Data: Água Boa, 05 de maio 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL nº 030/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº. 196/2017 comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 030/2017

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: O Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestar Serviços de Locação, Implantação e Manutenção de Softwares Integrados de Gestão de Saúde Pública para o Município de Água Boa/MT.

REALIZAÇÃO: 19/06/2017

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa/MT, 01 de junho de 2017.

Marcos da Silva **Pregoeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO DE CONTRATO 031/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Água Boa

Contratado: Artur Luiz Seibt

Objeto: Contratação de serviços técnicos na área de informática com disponibilidade em tempo integral para a Secretaria de Educação.

Valor: 34.884,30

Data: 18.05.2017

Vigência: 18.03.2018

Licitação: 005/2017 TP

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal de Água Boa

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 025/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: ELIZANDRO ORLANDI ME

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa à contratação de empresa para futura e eventual recargas de toners e de comodato de impressoras para todas as secretarias municipais.

Descrição	Qtd.	Unit.	Total
Recarga de toner Preto 85A, comodato impressora HP M 1132 18 ppm	452	135,00	61.020,00
Recarga de toner Preto 83A, comodato impressora HP M 127 18 ppm	113	135,00	15.255,00
Recarga de toner Preto CE310A, como comodato de impressora HP CP1025 color 18 ppm	05	169,00	845,00
Recarga de toner Amarelo CE312A, como comodato de impressora HP CP1025 color 18 ppm	05	169,00	845,00
Recarga de toner Vermelho/Magenta CE313A, como comodato de impressora HP CP1025 color 18 ppm	05	169,00	845,00
Recarga de toner Azul/Cyan CE311A, com comodato de impressora HP CP1025 color 18 ppm	05	169,00	845,00

VALOR: R$ 79.655,00 (Setenta e nove mil seiscentos e cinquenta e cinco reais).

DATA: 31.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 006/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO 006/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pelo Decreto nº. 3042/2017, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pelo Decreto nº. 1738/2005 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº. 006/2017.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para Secretaria de Saúde, Prefeitura de Água Boa-MT, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

DATA: 21/06/2017.

HORÁRIO DE BRASÍLIA: 08h30min.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br, no www.comprasgovernamentais.gov.br e através do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa-MT, 01 de junho de 2017.

Ivania Cezira Volpi Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 018/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 016/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: M.S. PRESTADORA DE SERVIÇOS EM POÇOS ARTESIANOS LTDA EPP

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa à contratação de empresa para Prestação de Serviço de perfuração e manutenção de poço artesiano e para as Secretarias de Educação e Infraestrutura/DEMAE.

DESCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Serviço de perfuração de poço artesiano	Metro	289,59	250,00	72. 397,50
Manutenção de poço artesiano	Hora	318,72	230,00	73. 305,60
TOTAL				145. 703,10

VALOR: R$ 145.703,10 (Cento e quarenta e cinco mil setecentos e três reais e dez centavos)

DATA: 02.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 019/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 019/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: BKP CONSTRUTORA LTDA EPP

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa a Contratação de empresa para Locação de Máquinas leves e pesadas e Caminhões para utilização nas Secretarias de Desenvolvimento e Infraestrutura.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	UNIT	TOTAL
23151	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA – SEC. DESENVOLVIMENTO	HORA	100	105,00	10.500,00
23151	LOCAÇÃO DE RETROESCAVADEIRA – SEC. INFRAESTRUTURA	HORA	500	105,00	52.500,00
23153	LOCAÇÃO DE PÁ ESCAVADEIRA – SEC. INFRAESTRUTURA	HORA	2500	138,50	346.250,00
23169	LOCAÇÃO DE MOTONIVELADORA – SEC. INFRAESTRUTURA	HORA	2000	135,00	270.000,00
23173	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA – SEC. INFRAESTRUTURA	MÊS	08	9.800,00	78.400,00
23176	LOCAÇÃO TRATOR DE PNEU – SEC. INFRAESTRUTURA	HORA	500	88,50	44.250,00
23186	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA – SEC. DESENVOLVIMENTO	HORA	300	124,50	37.350,00
23186	LOCAÇÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA – SEC. INFRAESTRUTURA	HORA	2000	124,50	249.000,00
25424	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA – SEC. INFRAESTRUTURA (DIÁRIA)	DIA	300	344,50	103.350,00
28715	LOCAÇÃO DE PRANCHA E CAVALO MECANICO – SEC. INFRAESTRUTURA (KM RODADO)	KM	8000	4,95	39.600,00
30965	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE – SEC. DESENVOLVIMENTO (DIÁRIA)	DIA	50	444,00	22.200,00
30965	LOCAÇÃO DE CAMINHÃO BASCULANTE – SEC. INFRAESTRUTURA (DIÁRIA)	DIA	1000	444,00	444.000,00

VALOR: R$ 1.697.400,00 (Um milhão seiscentos e noventa e sete mil e quatrocentos reais).

DATA: 08.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 021/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: CLARO COMUNICAÇÃO VISUAL EIRELI EPP

OBJETO: Aquisição de Medalhas e Troféus para os eventos esportivos do município de Água Boa – MT.

Descrição	UND	QTD	Valor	Total
TROFEU EM ACRILICO 1º LUGAR ADULTO - CAV	UNIDADE	12	300,00	3.600,00
TROFEU EM ACRILICO 2º LUGAR ADULTO - CAV	UNIDADE	15	250,00	3.750,00
TROFEU EM ACRILICO 3º LUGAR ADULTO – CAV	UNIDADE	15	180,00	2.700,00
TROFEU EM ACRILICO 1º LUGAR INFANTIL/JUVENIL – CAV	UNIDADE	15	140,00	2.100,00
TROFEU EM ACRILICO 2º LUGAR INFANTIL/JUVENIL – CAV	UNIDADE	30	90,00	2.700,00
TROFEU EM ACRILICO 3º LUGAR INFANTIL/JUVENIL – CAV	UNIDADE	40	75,00	3.000,00
MEDALHAS NA COR OURO COM FITA DE CETIM NA COR AMARELA – CAV	UNIDADE	2.000	6,50	13.000,00
MEDALHAS NA COR PRATA COM FITA DE CETIM NA COR CINZA – CAV	UNIDADE	2.000	6,50	13.000,00
MEDALHAS NA COR BRONZE COM FITA DE CETIM NA COR MARROM – CAV	UNIDADE	2.000	6,50	13.000,00
MEDALHAS NA COR PRATA, PARTICIPAÇÃO COM FITA NA COR AZUL – CAV	UNIDADE	1.000	6,50	13.000,00

VALOR: R$ 63.350,00 (Um mil trinta e quatro reais).

DATA: 19.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 023/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: JOSÉ F. DA SILVA

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios de consumo para os atletas que participarão dos Jogos Escolares da Juventude – Fase Regional 2017, nos dias 23 a 28 de Maio de 2017.

Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
1	SAL – UNIÃO	kg - Quilograma	30	1,15	34,50
3	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA - 1 KG – ARIANE	un - unidade	20	4,55	91,00
4	VINAGRE 750 ML – VITALIA	un - unidade	24	1,60	38,40
5	ALHO – MATOS	kg - Quilograma	45	22,00	990,00
6	BETERRABA – NACIONAL	kg - Quilograma	50	2,20	110,00
8	MAÇÃ NACIONAL – NACIONAL	kg - Quilograma	180	4,20	756,00
9	CHUCHU – NACIONAL	kg - Quilograma	40	1,65	66,00
10	BATATA DOCE – NACIONAL	kg - Quilograma	60	1,30	78,00
13	MAIONESE - 3 KG – CREMMY	un - unidade	16	17,50	280,00
16	OLEO DE SOJA 900ML – CONCÓRDIA	un - unidade	200	2,78	556,00
17	REPOLHO ROXO – NACIONAL	kg - Quilograma	60	3,94	236,40
18	FEIJÃO PRETO 1KG – KOBLENZ	un - unidade	60	5,15	309,00
19	AÇUCAR 2 KG – TUIUIU CRISTAL	un - unidade	60	4,65	279,00
21	BOLACHA DE SAL PC. 400 GR – AMANDA	un - unidade	20	3,89	77,80
22	BANANA NANICA – NACIONAL	kg - Quilograma	500	3,20	1.600,00
23	CENOURA – MACIONAL	kg - Quilograma	60	1,59	95,40
24	ABOBORA CABOTIÁ – NACIONAL	kg - Quilograma	40	1,55	62,00
25	RUCULA – HIDROPONICA	un - unidade	300	3,90	1.170,00
27	REPOLHO – NACIONAL	kg - Quilograma	140	1,99	278,60
28	FARINHA DE MANDIOCA 1K – TORRADINHA	kg - Quilograma	30	7,08	212,40
31	MANDIOCA – DUVEIO	kg - Quilograma	100	3,89	389,00
32	COXA E SOBRECOXA – SADIA	kg - Quilograma	500	5,69	2.845,00
34	LINGUIÇA MISTA SEM PIMENTA – PERDIGÃO	kg - Quilograma	150	10,40	1.560,00
36	CEBOLA – NACIONAL	cj - Conjunto	100	2,34	234,00
38	PÃO FRANCES (KG) – FERREIRA	kg - Quilograma	250	10,65	2.662,50
39	BATATA PALHA 01 KG – SULLPER	un - unidade	60	26,50	1.590,00
40	BOLACHA DOCE MAISENA 400 GR – AMANDA	un - unidade	20	3,64	72,80
43	CREME DE LEITE 200G – PIRACANJUBA	g - Grama	180	2,25	405,00
44	MUSSARELA FATIADA KG – CLASSICA	kg - Quilograma	120	22,99	2.758,80
45	COLORAU 500G – KITANO	un - unidade	6	6,85	41,10
46	MOSTARDA - 3,3 KG – CIABON	un - unidade	1	16,82	16,82
50	MARGARINA 1KG – DELICIA	kg - Quilograma	24	8,65	207,60
51	BANANA TERRA – NACIONAL	kg - Quilograma	50	4,19	209,50
54	ALFACE MAÇO – HIDROPONICA	un - unidade	600	3,95	2.370,00
55	MILHO VERDE - LATA 2 KG – PREDILECTA	kg - Quilograma	10	13,80	138,00
58	COUVE MANTEIGA – HIDROPONICA	un - unidade	400	4,10	1.640,00
59	CARNE BOVINA (PATINHO) MOIDA – JBS	kg - Quilograma	250	16,98	4.245,00
61	CARNE BOVINA (PATINHO) CUBOS PEQUENOS JBS	kg - Quilograma	250	16,79	4.197,50
62	CARNE BOVINA (COXÃO MOLE) PEDAÇO – JBS	kg - Quilograma	250	17,89	4.472,50
63	CARNE BOVINA (ACÉM) PEDAÇO - JBS	kg - Quilograma	250	12,38	3.095,00

VALOR: R$ 40.470,62 (Quarenta mil quatrocentos e setenta reais e sessenta e dois centavos).

DATA: 19.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: SUPER MACHADO COM. PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios de consumo para os atletas que participarão dos Jogos Escolares da Juventude – Fase Regional 2017, nos dias 23 a 28 de Maio de 2017.

Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
2	ARROZ TIPO I - PACOTE 5 KG -	kg - Quilograma	540	10,15	5.481,00

7	LARANJA	kg - Quilograma	100	1,59	159,00
11	MAMÃO	kg - Quilograma	100	1,95	195,00
12	ABACAXI	un - unidade	100	3,99	399,00
14	LIMÃO	kg - Quilograma	20	1,99	39,80
15	ACHOCOLATADO EM PÓ - PACOTE 400 GR	un - unidade	48	3,59	172,32
20	BATATA INGLESA	kg - Quilograma	150	2,55	382,50
26	FEIJÃO CARIOCA TIPO 1	un - unidade	130	3,95	513,50
29	AÇAFRÃO 500GR	g - Grama	3	10,12	30,6
30	PAO DE FORMA FATIADO	kg - Quilograma	90	13,00	1.170,00
33	PRESUNTO KG FATIADO	kg - Quilograma	120	18,80	2.256,00
35	FARINHA DE FUBA - KG	kg - Quilograma	5	3,30	16,50
41	CAFÉ 250 GR	un - unidade	120	5,20	624,00
42	CARVÃO VEGETAL - SACO 10 KG	un - unidade	15	19,55	293,25
47	CATCHUP 3,3 KG	un - unidade	1	9,70	9,70
48	CALDO DE CARNE EM PÓ - 1KG	un - unidade	5	11,95	59,75
49	CALDO DE FRANGO CAIPIRA EM PÓ - 1KG	un - unidade	5	11,99	59,95
53	LEITE UHT	un - unidade	600	3,19	1.914,00
60	CARNE BOVINA (PATINHO) BIFE	kg - Quilograma	250	16,65	4.162,50

VALOR: R$ 17.938,13 (Dezessete mil novecentos e trinta e oito reais e treze centavos).

DATA: 19.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 021/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 020/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: JASCOVSKI & TATTO LTDA.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios de consumo para os atletas que participarão dos Jogos Escolares da Juventude – Fase Regional 2017, nos dias 23 a 28 de Maio de 2017.

Item	Descrição	UND	QTD	Valor	Total
37	BARRA DE GELO 8 KG	Und. - Unidade	80	7,30	584,00
56	EXTRATO DE TOMATE 1 KG	Und. - Unidade	60	7,50	450,00

VALOR: **R$ 1.034,00 (Um mil trinta e quatro reais).**

DATA: 19.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇO 020/2017

PREGÃO PRESENCIAL N°. 018/2017.

ORGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

FORNECEDORA REGISTRADA: M.A.A COMERCIO

OBJETO: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de areia para atender as demandas anuais das Secretarias Municipais de Educação, Administração, Saúde, Ação Social, Desenvolvimento, Infraestrutura, Serviços Urbanos e DEMAE de Água Boa MT.

DESCRIMINAÇÃO	M³	UNITÁRIO	TOTAL
Areia grossa sem pedra (lavada)	1.870	90,00	168.300,00
Areia fina.	2.410	68,00	163.880,00
R$ 332.180,00 (Trezentos e trinta e dois mil cento e oitenta reais).			

DATA: 16.05.2017

VIGÊNCIA: 12 MESES

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 236/2016

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, com sede na Rua Dom Aquino n. 346 Centro, Alto Garças – MT, torna público a ADESÃO por parte do Departamento de Compras e Licitação à Ata de Registro de Preços N° 236/2016, Processo Administrativo N°627/2016 e Pregão Presencial N° 096/2016, realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Verde e a empresa CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA, CNPJ 46.962.122/0003-21, objetivando a Contratação de empresa especializada em fornecimento de materiais de procedimentos para atender o Laboratório Municipal, conforme especificações e condições previstas no Edital e seus anexos, e nos respectivos, termo de referência e proposta vencedora do Pregão Presencial n° 096/2016, independente de transcrição. Conf. segue: **90** FRASCOS DE LYSEBIO 0,4 – LT num valor total de R$ 24.750,00, **06** FRASCOS DE MINOCLAIR 0,4 – LT num valor total de R$ 607,26, **100** FRASCOS DE EOSONOFIX 1 LT num valor total de R$ 24.962,00,

100 FRASCOS DE BASOLYSE 1LT num valor total de R$ 8.483,00, **100** FRASCOS DE CLEANER 1LT num valor total de R$ 6.512,00, **90** FRASCOS DILUENTE 20LTS num valor total de R$ 41.400,00 e **04** FRASCOS DE DIFFTROL 9ML num valor total de R$ 2.600,00. Totalizando o montante de R$ 109.314,26 (Cento e Nove Mil, Trezentos e Quatorze Reais e Vinte e Seis Centavos). Alto Garças – MT, 01 de junho de 2017. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira - Portaria N° 133/2017.

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 233 DE 01 DE JUNHO DE 2017

Nomeia CLAUDIA GASPARELO, para o cargo de provimento em comissão de Secretária Municipal de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 873 de 24 de Outubro de 2011 e a Lei Municipal nº 874, de 08 de Novembro de 2011.

R E S O L V E:

Art. 1° - Nomear, **CLAUDIA GASPARELO**, portadora do Registro Geral n° 12854301 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob n° 706.620.701-78, para o exercício do cargo em comissão de **Secretária Municipal de Saúde**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - A nomeada, por se tratar de servidora efetiva, poderá nos termos do art. 33 da Lei Municipal nº 874/2011 que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Pública do Município de Alto Garças – MT, escolher entre o vencimento do seu cargo efetivo e todos os adicionais já incorporados ou o vencimento do cargo em comissão.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 01 de Junho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 232 DE 01 DE JUNHO DE 2017

Exonera a pedido o senhor CILMAR PERISSINOTTO do Cargo de Provimento em Comissão deSecretário Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso I da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a pedido, **CILMAR PERISSINOTTO**, portador do Registro Geral n° 2.339.597 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob n° 485.585. 911-72, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 01 de Junho de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento de interessados que realizará no dia **14/04/2017 *às* 09:00 *horas***, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, tipo “Menor Preço por Item”, cujo objetivo é: **Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Por Item, para a aquisição de 01(UMA)GRADE ARADORA DE CONTROLE REMOTO.** O Edital completo está à disposição na sede da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai, Rua Presidente Médici, 470, Bela Vista, setor de licitação/pregão das 07h00min as 13h00min, pelo email licitação@altoparaguai.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3396-1468.

Alto Paraguai - MT, 01 de Maio de 2017.

_____

SILVIO LEITE DA SILVA JUNIOR PREGOEIRO

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 055/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 055/2017

REF. PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 075/2016

Oriundo da PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Avenida Presidente Médice. N. 470, Bairro Bela Vista na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**. De outro lado, a Empresa **LUCIA HELENA SPAZAPAN & CIA LTDA ME, CNPJ: 049.986.601/0001-76**, situada na Rua Sem Nome, n. 3670, Bairro Jardim Aeroporto em Tangara da Serra – MT, representada pela Sra. **Lucia Helena Spazapan,**brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF n. 459. 928.271-53 e RG n. 664.860 SSP/MT, neste ato doravante denominado **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços com base na **ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2016, proveniente da Prefeitura Municipal de Diamantino-MT**, e nas

Leis Federais n.º 8.666/93, e n.º 8.958/94, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes e em conformidade com as quantidades anuais estimadas;

DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato Administrativo **AQUISIÇÃO DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO ,** para atender a demanda da Secretaria Municipal de Infra Estrutura do Município de Alto Paraguai – MT, em conformidade com os preços registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 075/2016 oriunda da PREFEITURA MUNICIPALD E DIAMANTINO – MT.

DO PREÇO

A CONTRADA se obriga a executar o OBJETO deste Contrato , pelo preço certo e ajustado no registro de preços nº ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 075/2016 oriunda da PREFEITURA MUNICIPALD E DIAMANTINO – MT , à qual esta Prefeitura de Alto Paraguai aderiu.

2.2. Os valores registrados e aderidos são:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
01	Aduelas de concreto armada 1,50x1,50x1,00m	unid	80	R$1.679,97	R$ 134.397,60
02	Aduelas de concreto armada 2,50x2,50x1,00mx0,20m	unid	80	R$3.432,29	R$274.583,20
03	Aduelas de concreto armada 2,00x2,00x1,00mx0,18m	unid	120	R$ 2.337,61	R$ 280.513,20
04	Aduelas de concreto armada 3,00x,3,00x1,00mx0,20m	unid	40	R$ 4.812,73	R$ 192.509,20
05	Alas para aduela de 1,50m	unid	40	R$ 1.273,43	R$ 50.937,20
06	Alas para aduela de 2,00m	unid	60	R$ 1.416,92	R$ 85.015,20
07	Alas para aduela de 2,50m	unid	40	R$ 2.080,54	R$ 83.221,60
08	Alas para aduela de 3,00m	unid	20	R$ 2.191,14	R$ 43.822,80
TOTAL					**1.145.000,00**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação de serviços de terceiros “pessoa jurídica”correrão por conta da seguinte dotação do Orçamento Público Municipal:

Cód. Reduzido	Órgão/Unid. Orçam.	Projeto/Atividade	Elemento Despesa
114	**05 002 15.451**	**2225**	**4490510000**

DA VIGÊNCIA

A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, no interesse da administração pública, devidamente justificado e na condição prevista na Lei 8.666/93,sendo: **31/05/2017 a 31/05/2018.**

DO GESTOR / FISCAL DO CONTRATO

O presente contrato terá como gestor e fiscal o **Sr. FRANCISCO CARLOS DE A. BARROS – SEC. MUNICIPAL DE SINFRA, portador do RG n° 0283863-0 SSP/MT e do CPF n° 171.677.281.87,** residente e domiciliado na Cidade de Alto Paraguai , que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstancias que incidam especificamente no art. 78 e 88 da Lei 8666/93 que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

Alto Paraguai-MT, 31 de maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

REPRES. DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE

LUCIA HELENA SPAZAPAN & CIA LTDA ME

CNPJ: 049.986.601/0001-76

CONTRATADA

. FRANCISCO CARLOS DE A. BARROS

FISCAL DO CONTRATO

SILVIO LEITE DA SILVA JUNIOR

1ª. TESTEMUNHA

CPF: 032960321-27

DIRCE LEMES DE ARAUJO

2ª. TESTEMUNHA

CPF 284.596.361-00

JURIDICO
PORTARIA 323/2017 - FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA 323/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor **FRANCISCO CARLOS DE A. BARROS – SEC. MUNICIPAL DE SINFRA, portador do RG n° 0283863-0 SSP/MT e do CPF n° 171.677.281.87**, para exercer a função de **FISCAL DOS CONTRATOS** abaixo relacionados:

CONTRATO n. 055/2017 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **LUCIA HELENA SPAZAPAN & CIA LTDA ME, CNPJ: 049.986.601/0001-76 ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, AQUISIÇÃO DE ADUELAS DE CONCRETO ARMADO.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, 31 de maio de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA Nº 149/2017

PORTARIA Nº 149/2017 de 01 de Junho de 2017.

“Designa afastamento de servidor e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, IVAN MARION DE BORBA, no uso de suas atribuições legais, e, considerando o disposto no artigo 141 a 145 do Estatuto do Servidor Público.

RESOLVE:

1. Instaurar sindicância administrativa em desfavor do servidor ROBISON JUNIO ALVES DOS SANTOS a fim de apurar possíveis crimes contra a administração pública;

2. Afastar o servidor de suas funções por 30 (trinta) dias, que poderão ser prorrogados por igual período, sem prejuízo dos seus vencimentos, nos termos do artigo 146 do Estatuto do servidor público;

3. Após, ser tipificada a infração disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no Artigo 41 do Código de Processo Penal;

4. Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal;

5. A Comissão deve cumprir o determinado no artigo 152 do Estatuto do Servidor Público, ou seja, não exceder a 60 (sessenta) dias no prazo de conclusão do processo administrativo, observando inclusive, os parágrafos 1º e 2º do referido artigo;

6. Esta Portaria entre em vigor a partir da data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº011/2017

O Prefeito Municipal, Senhor Ivan Marion de Borba, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § X, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 28.296,00 (vinte e oito mil, duzentos e noventa e seis reais), tendo como objeto a locação de um imóvel residencial para atender a Secretária Municipal de Saúde para as instalações da casa de apoio a pacientes em tratamento contra o câncer na cidade de Barretos -SP. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de IMOBILIÁRIA ROCA LTDA e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari – MT, 01 de junho de 2017. **Ivan Marion de Borba. Prefeito Municipal.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 027/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: contratação de microempresa e/ou microempreendedor individual e empresa de pequeno porte para fornecimento de óleo lubrificante e afins para atender a frota de veículos e maquinários da prefeitura municipal de alto taquari. Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 20/06/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h , junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones (066) 3496-1448/1471 ou (66) 98401-6381 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 01 de junho de 2017 – Raimundo da Silva Carvalho - Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº010/2017

O Prefeito Municipal, Senhor Ivan Marion de Borba, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta com dispensa de licitação, fulcrada no § X, do art. 24 da Lei 8.666/93, num total de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), tendo como objeto a locação de um imóvel comercial para atender a Secretária Municipal de Esporte e Lazer para o local de um Centro Esportivo para práticas de artes marciais e outros.. Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de ISABEL SALVAGNINI e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal. Alto Taquari – MT, 01 de junho de 2017. **Ivan Marion de Borba. Prefeito Municipal.**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 030/2017 – EDITAL RESUMIDO

PREGÃO PRESENCIAL 030/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Contratação de empresaespecializada para prestação de serviços de recapagem e duplagem para atender as Secretarias Municipal de aviação e obras, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria de Infraestrutura – MT. Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 22/06/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e 13:00min às 17:00min, junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 01 de junho de 2017 – Raimundo da Silva Carvalho - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 171/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Contratar a Srta. **ANIELE SILVA LOPES,** portadora da cédula de identidade nº 1973131-0 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 038.356. 321-67 no cargo de **Professora – Nível Superior**, lotada na Secretaria Municipal de Educação - Contrato de Prestação de Serviços nº. 074/2017 em 01 de Junho de 2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Apiacás - MT, em 01 de Junho de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. **074/2017**

CONTRATANTE - **PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACAS**

CONTRATADA – **ANIELE SILVA LOPES**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO CARGO DE PROFESSORA – NÍVEL SUPERIOR**

VALOR MENSAL: **R$ 1.724,46 (Hum mil, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta e seis centavos)**

VIGÊNCIA – **01/06/2017 à 22/12/2017**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 169/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **THAYANY APARECIDA PEREIRA BARBOSA,** portadora da cédula de identidade nº 1624040-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 014.044.481-52, ocupante do cargo efetivo de **Agente Administrativo**, que encontrava-se afastada para tratar de assuntos particulares, conforme prevê o Artigo 125 da Lei Complementar 010/2008 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 01 de Junho de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 170/2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE PEDIDO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Exonerar a pedido, a Servidora Pública Municipal Srta. **THAYANY APARECIDA PEREIRA BARBOSA,** portadora da cédula de identidade nº 1624040-5 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 014.044. 481-52, ocupante do cargo efetivo de **Agente Administrativo** – Portaria nº 189/2011, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se

Registre-se

Cumpra-se.

Apiacás-MT, 01 de Junho de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 29/2017 ARAGUAIANA MT, 01 DE JUNHO DE 2017.

Decreto nº 29/2017 Araguaiana MT, 01 de Junho de 2017.

"Dispõe sobre Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais e dá outras providências".

O Srº. **Getúlio Dutra Vieira Neto**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

Considerando as comemorações a Corpus Christi neste dia 15/06/2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia **16/06/2017 (sexta-feira).**

Art. 2º - Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas áreas de Saúde e de Obras obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 01 de Junho de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

PORTARIA N.º 177/2017

Dispõe sobre a averbação de tempo de serviço do ***Sr. Garcia José de Souza"***

O Prefeito Municipal de Araguainha/MT, Sr. Silvio José de Moraes Filho, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar Municipal 587 de 13 de julho de 2009,

Resolve:

Art. 1º Determina averbar o tempo de serviço considerado e confirmado em 3.436 (três mil, quatrocentos e trinta e seis) dias, correspondentes a 09 (nove) anos, 05 (cinco) meses e 01 (um) dia, conforme CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO de protocolo nº 10001130.1.00025/17-1, emitida pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS e parecer jurídico expedido pela Procuradoria Jurídica Municipal.

Art. 2º À Secretaria Municipal de Administração compete acompanhar e fazer cumprir o disposto nesta Portaria;

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Araguainha/MT, 30 de Maio de 2017.

Silvio José de Moraes Filho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO Nº 29/2017

DECRETO Nº 29/2017

DISPÕE SOBRE O ÍNDICE PARA REAJUSTE DO IPTU/2017.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga**:**

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado o Índice de 6,57% (seis e cinqüenta e sete por cento) para o reajuste do IPTU para o exercício de 2017 (dois mil e dezessete), em conformidade com o Parágrafo 1º do Art. 203 da Lei Municipal 585/2003.

Parágrafo Único: Este percentual corresponde ao índice acumulado do INPC de Janeiro a Dezembro/2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, estado do Mato Grosso, aos dois (02) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezessete (2017).

Joel Marins de Carvalho

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial do tipo **Menor preço por Item**, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8. 666/93 e suas alterações. **Objeto: Contratação de empresa para prestação se serviço de mão de obra para manutenção do viveiro existente na Linha Carp Sul, na Conselvan em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural**. Início da Sessão: **Dia 28/06/2017, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo endereço eletrônico **www.prefeituradearipuana.com.br**, e alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Junho de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 020/2017 AO CONTRATO Nº 154/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: JOSÉ ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015; RESCISÃO A PEDIDO DA SEMUSA; EM 1º/06/2017.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993 e suas alterações. **Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço na realização de exames laboratoriais em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.** Início da Sessão: **Dia 26/06/2017, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo endereço eletrônico **www.prefeituradearipuana.com.br**, e alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Junho de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial do tipo **Menor preço por Item**, regido pela Lei 10.520/02, Decreto Municipal 1.392/08 e subsidiada pela Lei 8. 666/93 e suas alterações. **Objeto: Aquisição de veículo usado tipo caminhão basculante destinado a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município**. Início da Sessão: **Dia 29/06/2017, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo endereço eletrônico **www.prefeituradearipuana.com.br**, e alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min as 17h00min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 01 de Junho de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 021/2017 AO CONTRATO Nº 155/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: ALMIR SOUZA SANTOS LIMA; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015; RESCISÃO A PEDIDO DA SEMUSA; EM 1º/06/2017.

GABINETE DO PREFEITO
TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 085/2017

AO CONTRATO Nº 194/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISO E ARQUIBANCADA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTINA FELÍCIO, COM ÁREA DE 310,80M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA, REFERENTE AO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO; JV DE OLIVEIRA SILVA ME; ADITIVO PARA ADIÇÃO DE VALOR R$ 9.924,36; EM 1º/06/2017.

GABINETE DO PREFEITO
QUINTO TERMO ADITIVO Nº. 086/2017

AO CONTRATO N° 154/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE SEDE DO SAMU 192 TOTALIZANDO 108,34M², NA RUA 19, QUADRA 177 – BAIRRO CIDADE ALTA, INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PROJETO ARQUITETÔNICO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; JV DE OLIVEIRA SILVA ME; ADITIVO PARA ADIÇÃO DE VALOR R$ 7.461,24; EM 1º/06/2017.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 019/2017 AO CONTRATO Nº 153/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADO: OZÉIAS DE PAULA DOS REIS; REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIO - PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015; RESCISÃO A PEDIDO DA SEMUSA; EM 1º/06/2017.

LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº. 022/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Registro de Preço que trata o Edital nº. 022/2017, levado a efeito às **08h00min** do dia **18/05/2017** sagrou-se vencedoras do certame as empresas: **BIG CAR SOM E ACESSORIOS LTDA ME** - CNPJ Nº. 09.667.228/0001-04vencedora de 30 itens, **CORADINI MARTINS E CIA LTDA - ME -** CNPJ Nº. 10.461.806/0001-30vencedora de 27 itens, **F R BORTOLOTO EIRELI - ME** - CNPJ Nº. 19.065.389/0001-81vencedora de 11 itens, **PNEUS BARBOSA LTDA – ME -** CNPJ Nº 14.481.695/0001-85vencedora de 11 itens e **PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA – ME –** CNPJ Nº 03.532.991/0001-41 vencedora de 17 itens. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã – MT, 31 de Maio de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 084/2017

AO CONTRATO Nº 194/2016 PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE PISO E ARQUIBANCADA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ALBERTINA FELÍCIO, COM ÁREA DE 310,80M², INCLUINDO MÃO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTARIA, REFERENTE AO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO; JV DE OLIVEIRA SILVA ME; ADITIVO DE SUPRESSÃO (GLOSA) NO VALOR DE R$ 10. 246,23; EM 1º/06/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017.

A Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço – MT, torna público que às 09h00min horas do dia 19 de junho de 2017, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, sito a Avenida Augusto Leverger, nº 1.410, Centro, na cidade de Barão de Melgaço - MT, realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para Contratação de Empresa Especializada para prestação de serviços técnicos de Consultoria Contábil, objetivando o acompanhamento da execução orçamentária do município, bem como, na consultoria para elaboração das defesas junto ao Tribunal de Contas do Estado e Mato Grosso, por um período de 12 meses, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referencia n. 002/2017 – SMF, nos termos da legislação vigente. Os termos da presente Tomada de Preços obedecerão aos procedimentos e condições, em conformidade com o parágrafo 2º, do Artigo 22 e demais dispositivos concernentes a esta modalidade de Licitação, contidos na Lei nº 8.666/93 e legislação subseqüente. A integra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço, de Segunda a Sexta Feira, das 07:00 ás 13:00 horas, a partir do dia 02 junho de 2017, no endereço acima mencionado. Maiores informações pelo telefone (65) 3331-1431

Barão de Melgaço – MT, 02 de junho de 2017.

MARCELINO VIEIRA CARDOSO

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 317/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 317/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear a Sra. ILZA CRISTINA DA SILVA SANTOS, para exercer o cargo de ENCARREGADO DE SERVIÇOS, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2º - A título de gratificação é facultado perceber a remuneração adicionada de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, ou optar apenas pelo valor fixado pelo cargo comissionado, nos termos do art. 59 da Lei Complementar nº 058, de 16 de dezembro de 2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 18 de maio de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 318/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 318/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o disposto no art. 18 da Complementar nº 055/2013, que dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Barra do Bugres-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear a Sra. LOIDES BRAZ DE ASSIS SILVA, para exercer o cargo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, junto a ESCOLA MUNICIPAL MARIA LILA DA COSTA SILVA "EXTENSÃO SOS CRIANÇAS", vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art.2º - Conceder 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a título de gratificação, nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 055/2013 de 11 de julho de 2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 19 de maio de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 03/2017

O município de Barra do Bugres - MT, torna público O RESULTADO do processo Licitatório modalidade pregão presencial 03/2017 que trata da AQUISIÇÃO DE VEICULO TIPO CARGO 0 KM PARA ATENDER O CONVENIO FIRMADO COM O MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº1010539-18/2013/MDA/CAIXA. Licitante vencedor: CENTRAL VEICULOS COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 08.467.819/0001-75 com o valor global de R$62.300,00 (Sessenta e dois mil e trezentos reais).

Barra do Bugres – MT, 24 de maio de 2017.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Pregoeiro oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 292 DE 25 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº.21397 de 23 de maio de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar e reduzir a carga horária dos contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C. H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Ivete Camargo de Carvalho Melo	Professora Licenciada em Pedagogia	20	23.05.17 a 30.06.17	Escola Municipal Duque de Caixias.	Em substituição a Maria da Guia Pinheiro, que está de atestado médico.
Juliene Bruno Alves	Professora Licenciada em Pedagogia	20	23.05.17 a 18.08.17	Escola Municipal Raquel Ramão da Silva	Em substituição a Ana Lucia Lara Ortega, que está de atestado médico.
Luciane do Prado	Professora Licenciada em Pedagogia	20	23.05.17 a 07.07.17	Escola Municipal Erenice Simão Alvarenga	Em substituição a Luciane Maciel Villas Boas, que está de atestado médico.
Angela Maria de Andrade	Professora Licenciada em Pedagogia	20	23.05.17 a 07.07.17	Escola Municipal Erenice Simão Alvarenga	Em substituição a Luciane Maciel Villas Boas, que está de atestado médico.
Silvia Keles Garcia de Moura Roca	Professora Licenciada em Pedagogia	20	24.05.17 a 11.10.17	Escola Municipal Erenice Simão Alvarenga	Em substituição a Elizana Regina de Almeida de Paula que, assumirá o programa Novo mais educação na EM Jardim Guanabara.
Vaneide da Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	10	23.05.17 a 08.10.17	Escola Municipal 16 de março.	Assumirá a Coordenação do Programa Novo Mais Educação
Maria Auxiliadora da Silva Scacheti	Professora Licenciada em Pedagogia	20	23.05.17 a 22.12.17	Escola Municipal Pequeno Sábio.	Em substituição a Angela Maria Camargo que teve seu Contrato Administrativo cancelado.
Ana Creusa Gonçalves	Professora Licenciada em Letras	04	24.05.17 a 21.09.17	Escola Municipal Limoeiro	Em substituição a Valdinei Martins de Souza, que assumirá a Coordenação do Programa Novo Mais Educação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 25.05.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 301 DE 29 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 22135 de 26 de maio de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar os contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores abaixo relacionada, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	LOCAL	PERÍODO	SUBSTITUIÇÃO
108/17	Edna dos Santos	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal São Francisco	29.05.17 a 25.06.17	Em substituição a Rosicler Furtado Bertoldo que está de atestado médico.
233/17	Abigail da Silva Moraes	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal 16 de Março	27.05.17 a 30.06.17	Em substituição a Maria Deilda de Souza que está de atestado médico.
089/17	Angela Maria Ramos Pereira	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal Pequeno Sábio	13.05.17 a 22.12.17	Em substituição a Maria Auxiliadora de Souza e Silva que está em Readaptação Funcional.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 29 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 29.05.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 299 DE 26 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 21929 de 25 de maio de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C. H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Luciene Evangelista Assunção	Professora Licenciada em Pedagogia	20	25.05.17 a 06.06.17	Escola Municipal Fazendo Arte	Em substituição a Marlei Rodrigues Garcia de Morais que está de Atestado Médico.
Fernanda Pinto da Silva Barros	Professora Licenciada em Pedagogia	20	25.05.17 a 31.10.17	Escola Municipal Prof. Erenice Simão Alvarenga	Para atender como articuladora do Programa Novo Mais Educação.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 26.05.17

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 12 DE 26 DE MAIO DE 2017

Aprova a Proposta de Atendimento da Cozinha Comunitária.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 26 de Maio de 2017, com registro em Ata nº. 232 e,

Considerando que as Cozinhas Comunitárias são equipamentos públicos de alimentação e nutrição destinados ao preparo de refeições saudáveis, variadas e saborosas que são distribuídas gratuitamente ou a preços acessíveis à população em situação de vulnerabilidade social, garantindo a esse público o direito humano à alimentação adequada,

Considerando estudo e análise das equipes técnicas de referência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS 1 e 2) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), unidades de atendimento e execução da Política de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a Proposta de Atendimento da Cozinha Comunitária, estabelecidos de acordo com os seguintes critérios de atendimento, ressaltando o atendimento ao público prioritário:

Parágrafo 1º - O atendimento ao público não será restrito com pagamento, apenas aos usuários de baixa renda, ou seja, público prioritário, previamente selecionado através de "triagem" realizada pela Assistente Social das unidades de referência.

Parágrafo 2º - Considera-se público prioritário:

I – Família ou indivíduo inserido no Programa Bolsa Família, com renda per capita familiar entre R$ 70,00 (setenta reais) e R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), acompanhados e/ou encaminhados pelos CRAS;

II - Família ou indivíduo em situação de acolhimento provisório, encaminhados pelos Serviços de Acolhimento Provisório;

III – Pessoa Idosa (60 anos ou mais), acompanhadas e/ou encaminhadas pelos CRAS;

IV - Família ou indivíduo em situação de extrema pobreza, pessoa em situação de rua, acompanhados e/ou encaminhados pelos CRAS,

V - Família ou indivíduo em situação de calamidade (enchentes, terremotos, incêndios, entre outras formas), acompanhados e/ou encaminhados pelos CRAS.

Parágrafo 3º - Serão fornecidas ao público prioritário até 150 (cento e cinquenta) refeições no valor de R$ 2,00 (dois reais) com apoio financeiro da Prefeitura Municipal de Cáceres que subsidiará o valor de R$ 3,70 (três reais e setenta centavos) do custo total da refeição visando ao atendimento temporário às famílias ou indivíduo acompanhados pelas equipes de referência da Assistência Social dos CRAS.

Parágrafo 4º - Dentre as 150 (cento e cinquenta) refeições, o público prioritário terá o seguinte perfil:

I – Até 75 (setenta e cinco) indivíduo de famílias acompanhadas por equipe técnica do CRAS 1 mediante prontuário do SUAS e,

II – Até 75 (setenta e cinco) indivíduo de famílias acompanhadas por equipe técnica do CRAS 2 mediante prontuário do SUAS.

Art. 2º - Caberá ainda às equipes técnicas de referência dos CRAS 1 e 2, o envio mensal de Relatório de Atendimento do Público Prioritário da Cozinha Comunitária para a Secretaria Municipal de Ação Social e para o Conselho Municipal de Assistência Social para conhecimento e controle social.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 26 de Maio de 2017.

Enézio Mariano da Costa

Presidente do CMAS

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
ATA DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Carta Convite nº. 002/2017 - PREVICÁCERES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação: Rosinei Brunelli

Portaria: Nº. 003/2017 – PREVICÁCERES

ATA DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Nos termos do Processo Licitatório Carta Convite nº 002/2017 – PREVI CÁCERES, Comissão de Licitação da PREVICÁCERES, não existindo apontamentos de quaisquer irregularidades ou outras pendências naquele procedimento administrativo, HOMOLOGO o resultado final da referida Carta Convite e ADJUDICO em favor da empresa **Karina Mitie Saran 29280646800, CNPJ: 24.666.063/0001-40,** com a proposta comercial no **valor de R$ R$ 31.200,00** (**trinta e um mil e duzentos reis),** cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços presenciais especializados de assessoria e consultoria para o acompanhamento e atualização do Sistema Previdenciário – SIPREV e o levantamento de dados, preparação, execução dos processos de compensação financeira previdenciária – COMPREV, sendo que em obediência ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela LC n. 147/2014, esta licitação é de participação EXCLUSIVA às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual definidas no art. 3º da referida Lei.

Cáceres/MT, 01 de Junho de 2017.

Luana Aparecida Ortega Piovesan

Diretora Executiva - Previ Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
AVISO DE RESULTADO CONVITE Nº 002/2017 - PREVICÁCERES

AVISO DE RESULTADO

CONVITE Nº 002/2017 - PREVICÁCERES

A Comissão de Licitação, de que trata a Portaria nº 003/2017, de 02 de janeiro de 2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 04 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que, no procedimento licitatório na Modalidade Convite nº **002/2017 – PREVI-CÁCERES**, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços presenciais especializados de assessoria e consultoria para o acompanhamento e atualização do Sistema Previdenciário – SIPREV e o levantamento de dados, preparação, execução dos processos de compensação financeira previdenciária – COMPREV, sendo que em obediência ao inciso I do art. 48 da Lei Complementar n. 123 de 14 de dezembro de 2006, alterada pela LC n.

147/2014, esta licitação é de participação EXCLUSIVA às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual definidas no art. 3º da referida Lei, sagrou-se vencedora a empresa **Karina Mitie Saran 29280646800, CNPJ: 24.666.063/0001-40,** com a proposta comercial no valor de **valor de R$ R$ 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais).**

Cáceres/MT, 01 de junho de 2017.

Rosinei Bunelli

Presidente da Comissão de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 296 DE 26 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 21925 de 25 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar o Decreto nº 163 de 04 de abril de 2017,

Onde se lê:

Kelly Cristina Almeida Carvalho	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal Madre Maria de Estevão	29.03.2017 a 22.09.2017	20	Em Substituição a Maria de Lourdes Vittorazi que está de atestado médico.

Leia-se:

Kelly Cristina Almeida Caetano	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal Madre Maria de Estevão	29.03.2017 a 22.09.2017	16	Em Substituição a Maria de Lourdes Vittorazi que está de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 26 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 26.05.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 293 DE 25 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 21804 de 24 de maio de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C.H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Ana Luiza de Oliveira El Chamy	Professora Licenciada em Pedagogia	20	24.05.17 a 07.06.17	Escola Municipal Brincando e Aprendendo	Em substituição a Sirênia dos Santos Rodrigues da Costa que está de Atestado Médico.
Luana Thaylle Cristo Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	20	24.05.17 a 22.12.17	Escola Municipal Vila Irene	Em substituição a Elisangela Gomes da Silva Almeida que está á disposição da Secretaria Municipal de Educação.
Elaine Rodrigues da Silva Machado	Professora Licenciada em Pedagogia	20	25.05.17 a 24.06.17	Escola Municipal Madre Maria Estevão	Em substituição a Filinda Leite da Silva que está de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 25 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 25.05.17

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 13 DE 26 DE MAIO DE 2017

Altera o Inciso III do art. 3º da Resolução CMAS nº 10/2017 que cria a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 26 de Maio de 2017, com registro em Ata nº. 232,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Inciso III do art. 3º da Resolução CMAS nº 10/2017 que cria a Comissão Organizadora da XI Conferência Municipal de Assistência Social:

"Onde se lê: **Art. 3º** - Para a operacionalização da Conferência, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes setores: ... III. CRAS 1 - Centro de Referência de Assistência Social (unidade de apoio); leia-se: **Art. 3º** - Para a operacionalização da Conferência, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes setores: ... III. CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (unidade de apoio).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Cáceres-MT, 11 de Abril de 2017.

Enézio Mariano da Costa

Presidente do CMAS

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO PORTARIA N.º 104/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA N.º 104/2017

Na publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, Nº. 2.705, de 7 de Abril de 2017, página 108, retifica-se as seguintes informações da Portaria nº 104/2017 do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres:

Onde se Lê:

ANEXO I

TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS

CARGOS	FORA DO ESTADO	DENTRO DO ESTADO	INTERNACIONAL
1 - DIREÇÃO EXECUTIVA	R$ 437,00	R$ 364,56	$ 495,80
2 - GERÊNCIAS, CONTABILIDADE, PROCURADORIA, CONTROLADORIA e CONSELHO DE GESTÃO, CONSELHO FISCAL.	R$ 392,39	R$ 320,81	$ 437,46
3 - DEMAIS SERVIDORES.	R$ 328,10	R$ 261,60	$ 366,90

Leia-se:

ANEXO I

TABELA DE VALORES DE DIÁRIAS

CARGOS	FORA DO ESTADO	DENTRO DO ESTADO	INTERNACIONAL
1 - DIREÇÃO EXECUTIVA	R$ 437,46	R$ 364,56	$ 495,80
2 - GERÊNCIAS, CONTABILIDADE, PROCURADORIA, CONTROLADORIA e CONSELHO DE GESTÃO, CONSELHO FISCAL.	R$ 392,39	R$ 320,81	$ 437,46
3 - DEMAIS SERVIDORES.	R$ 328,10	R$ 261,60	$ 366,90

Cáceres-MT, 01 de Junho de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Executiva

Decreto n°. 017/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 211, DE 20/04/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2555/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso I da Lei 4320 de 17 de março de 1964, mediante o Superávit financeiro no valor de R$3.364.100,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1131 04.122.1005.2018.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRACAO-SA 826.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 3.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1119 10.301.1010.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA 81.000,00

3.1.90.04.00 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO F.R. Grupo: 3.42

1120 10.301.1010.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA 424.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 3.42

1133 10.301.1010.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA 23.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.14

1136 10.301.1010.2032.0000 MANUT. E ENC. C/AS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAUDE BUCAL 35.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 3.14

1121 10.301.1011.2040.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO 109.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.14

1122 10.301.1011.2040.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO 78.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 3.42

1132 10.304.1011.2039.0000 MANUT. E ENC. DAS ATIVIDADES DO CTA/SAE 112.300,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.14

1138 10.302.1011.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 190.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.42

1139 10.302.1011.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 15.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.14

1118 10.303.1013.2055.0000 MANUT. E ENC. C/ FARMACIA POPULAR 220.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 3.14

1137 10.303.1013.2054.0000 MANUT. C/AS ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA 250.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 3.14

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1130 12.122.1016.2058.0000 MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA SME 82.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.01

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1096 12.365.1017.2064.0000 MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA EDUCACAO INFANTIL 100.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 3.01

1125 12.361.1017.2061.0000 MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 200.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.01

1126 12.361.1017.2061.0000 MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 50.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 3.01

1127 12.361.1020.1076.0000 REFORMA E/OU ADEQUACAO ARMAZEM DISTR DA ALIMENTACAO ESCOLAR 100.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.01

1128 12.361.1020.1078.0000 CONSTRUCAO E/OU AMPLIACAO DE QUADRAS ESCOLARES 277.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 3.01

1129 12.361.1020.1072.0000 AQUIS. BRINQUEDOS P/PLAYGROUNDS P/UNIDADES ESCOLARES-EF 190.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 3.01

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

1134 27.812.1038.1159.0000 REALIZAÇÃO DOS JOGOS REGIONAIS ESCOLARES 1.800,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 3.00

Art. 2º Os créditos referidos no artigo anterior serão cobertos com recursos do Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 20 de abril de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 262 DE 12 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, e o **SECRETÁRIO MUNICPAL DE GOVERNO,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010, e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no memorando nº144-A/2017-SMGOV, de 12 de maio de 2017.

R E S O L V EM:

Art. 1º Exonerar o senhor **HERBERT DIAS**, do cargo em Comissão de Coordenador Jurídico da Procuradoria Geral do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, a partir desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

WILSON MASSAHIRO KISHI

Secretário Municipal de Governo

Afixado em: 12.05.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO N° 50-2017 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: TODAS AS SECRETARIAS

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, Contratação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças genuínas, ou originais, ou similares com prazo de garantia de fábrica para Veículos e Motocicletas independente de marca, conforme especificação técnica em anexo I, para atender a demanda do Poder Executivo Municipal.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Realização: Prefeitura de Cáceres-MT, 14 de junho 2017 ás 08:00 hs horário de Cuiabá.

Cáceres-MT, 01 de Junho de 2017.

Cristiane Cebalho de Oliveira

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N°. 167/2017

Dispõe atualização do procedimento de Credenciamento de Instituição Financeiras (administradores, gestores e distribuidores) que manifestarem interesse de relacionamento com o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVI-CÁCERES.

Considerando as determinações da Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011 e alterações, que trata do credenciamento de administradores, gestores e o cadastramento dos distribuidores de fundos de investimentos para os Regimes Próprios de Previdência Social;

Considerando que se torna necessário observar novos critérios divulgados pelo Ministério da Fazenda, bem como suas orientações, para procedimento de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;

Considerando a necessidade de padronizar as informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVI-CÁCERES;

Considerando, por fim, a necessidade de dar ampla publicidade a respeito das aplicações do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVI-CÁCERES, via site ou mural do próprio Instituto.

RESOLVE:

Regulamentar a padronização do processo de credenciamento de instituições financeiras para receber as aplicações dos recursos do PREVI-CÁCERES, conforme edital de credenciamento e seus anexos.

A falta de disponibilidade de qualquer informação prevista no formulário anexo, bem como qualquer outra exigida pelo Comitê de Investimento, impede a respectiva entidade de participar do procedimento da seleção para receber aplicações dos recursos do PREVI-CÁCERES.

Estabelecer que a análise do credenciamento será realizado pela equipe administrativa do PREVICÁCERES e submetido ao comitê de investimentos para apreciação e aprovação.

Os casos omissos serão analisados e sanados pelo Comitê de Investimentos do PREVI-CÁCERES.

Revogam-se as disposições em contrário.

Cáceres-MT, 25 de maio de 2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES FINANCEIRAS DO RPPS DE CÁCERES

Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para credenciamento de administradores, gestores e o cadastramento dos distribuidores de fundos de investimentos para o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVI-CÁCERES.

O Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres - PREVI-CÁCERES, autarquia municipal inscrita no CNPJ n°. 02.332.486/0001-90, localizada a Rua General Osório, n°. 409, Centro, na cidade de Cáceres-MT, CEP 78.200-000, vem, por meio de seu Comitê de Investimentos instituído pelo Decreto n°. 317 de 17 de julho de 2013 e normatizado pela Resolução n°. 01/2017, publicar EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE ADMINISTRADORES, GESTORES E O CADASTRAMENTO DOS DISTRIBUIDORES DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS, em atendimento aos dispositivos da Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, bem como orientações do Ministério da Fazenda, nos seguintes termos e condições:

1. OBJETO 1.1. Este procedimento tem o objetivo de credenciar instituições financeiras e similares, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pessoas jurídicas que atuem como agentes autônomos de investimentos junto às quais o Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVI-CÁCERES poderá vir a alocar seus recursos disponíveis, na forma deste Edital. 1.2. As Instituições credenciadas deverão demonstrar a regularidade de sua atividade nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de recursos financeiros, sociedades corretoras, distribuidores de investimentos, devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, Conselho Monetário Nacional e Comissão de Valores Mobiliários a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância às resoluções. 1.3. É requisito essencial para aplicações de recursos no PREVI-CÁCERES que as instituições sejam credenciadas na forma descrita neste edital. 1.4. Os esclarecimentos quanto de regras do presente edital serão dirimidas, por escrito, através do e-mail previcaceres@gmail.com ou pelos telefones 065 3223-6477 ou 065 3223-0690. 1.5. O PREVICACERES emitirá e divulgará em sua página eletrônica o “Atestado de Credenciamento”, conforme Anexo III deste. 1.6. A análise do credenciamento será realizado pela equipe administrativa do PREVICÁCERES e após, apreciado pelo comitê de investimentos. 2. REQUISITOS PARA CREDENCIAMENTO 2.1. A participação no credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste edital. 2.2. Para as Instituições gestoras e cogestoras de carteiras de fundo de investimento será exigido um Patrimônio sob gestão, de no mínimo, R$ 2.000.000.000,00 (Dois bilhões de reais), de acordo com o *ranking* ANBIMA. 2.3. Comprovação de que a Instituição seja filiada a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código de Regulação e Melhores Práticas para Fundos de Investimentos. No caso de conglomerado ou grupo financeiro (considerando qualquer sociedade controlada, controladora ou sob controle comum), conforme determinado no art. 5° do Código de Regulação e Melhores Práticas ANBIMA para os Fundos de Investimentos, a filiação e/ou adesão de uma entidade aproveita às demais. 2.4. As instituições financeiras e as demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteira e/ou gestão de recursos de terceiros deverão apresentar prova de Classificação de Agência Classificadora de Risco em funcionamento no país, sendo que o mínimo exigido são “baixo risco de crédito” e “boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento”, conforme diretrizes do art. 15, § 2°, II da Resolução n°. 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional. 2.5. Os interessados deverão apresentar as informações descritas no Anexo I (Formulário de credenciamento), para a necessária avaliação, inclusive, do *rating* de seus produtos de investimentos, nos termos do Anexo II deste. 2.6. Fica vedada a participação de empresas que se enquadrem nas seguintes situações: a) Em caráter de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta de quaisquer esferas de poder; b) Sejam consideradas inidôneas em quaisquer esferas de Governo; c) Estejam sob intervenção, falência, dissolução ou liquidação; d) Estejam constituídos sob a forma de consórcio; e) Restrição que, a crédito do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários ou de outros órgãos competentes desaconselham um relacionamento seguro, nos termos da Portaria MPS n°. 170/2012; f) *Rating* inferior às diretrizes da Polícia de

Investimentos vigente; g) Fundo, instituição, distribuidor ou agente autônomo que estejam vinculados a qualquer indício de risco de imagem do presente ou do passado;

3. DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

3.1. Para o regular credenciamento dos administradores, custodiantes, distribuidores, gestores ou agentes autônomos de carteira de investimentos se dará mediante apresentação de documentação exigida.

3.2. Os interessados deverão apresentar documentação relativa à qualificação jurídica, regularidade fiscal e qualificação técnica, em envelope lacrado, identificado como DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO ou ATUALIZAÇÃO DE CREDENCIAMENTO, acompanhado do Anexo I.

3.2.1. A documentação relativa à qualificação jurídica dar-se-á da seguinte forma:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria.

b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente, não inferior a quatro anos, a partir da publicação do ato declaratório das instituições.

b) Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente.

3.2.2. A documentação relativa à regularidade fiscal dar-se-á da seguinte forma:

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; b) Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais e Estaduais, emitida pelos respectivos órgãos da sede da instituição; c) Certidão Negativa de Débitos perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; d) Certidão Negativa que comprove a regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS; e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; f) Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

3.2.3. A documentação relativa à qualificação técnica dar-se-á da seguinte forma:

a) Comprovação de credenciamento da Instituição Financeira junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM; b) Três Atestados de Capacidade Técnica emitida por gestores de Instituições de Previdência Próprias Municipais ou Estaduais ou Entidade Fechada de Previdência Complementar, que possuam patrimônio em gestão acima de R$ 80.000.000,00 (Oitenta milhões de reais); b) Cinco Atestados de Capacidade Técnica emitida por gestores de Instituições de Previdência Próprias Municipais ou Estaduais ou Entidade Fechada de Previdência Complementar, que possuam patrimônio investido na Instituição interessada acima de R$ 100.000.000,00 (Cem milhões de reais); c) Declaração de tempo de atuação no mercado financeiro, não inferior a 4 (quatro) anos, considerando a data do ato declaratório para o funcionamento expedido pela Comissão de Valores Mobiliários; d) Relatório de aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e/ou administração, no período mínimo de dois anos anteriores; e) Apresentação do Questionário *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima), conforme Nota Técnica n° 17/2017/CGACI/DRPSP/SPPS/MF, facultado o envio por meio digital para compor o processo de análise necessária. (*AC*) f) Apresentação do preenchimento do Anexo I deste.

3.3. As Instituições que prestem serviço de administração de fundos de investimentos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Comprovação de qualificação jurídica (3.2.1), regularidade fiscal (3.2.2) e qualificação técnica (item 3.2.3);

b) Declaração expressa, em papel timbrado, de que a instituição deverá remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, no mínimo mensalmente, em que, deverá ser possível examinar, ao menos, o nome dos ativos, os vencimentos, as taxas de negociações, o valor de mercado dos ativos, bem como percentual de distribuição, conforme diretrizes do artigo 68 da Instrução n°. 09 do Conselho Monetário Nacional.

3.4. As Instituições que prestem serviços de distribuições de cotas de fundos de investimentos ou pessoas jurídicas que atuem como agentes autônomos de investimentos deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Comprovação de qualificação jurídica (3.2.1), regularidade fiscal (3.2.2) e qualificação técnica (item 3.2.3), no que couber;

b) Comprovação Cadastro Pessoa Física e de Identificação que poderá ser apresenta pelos registros emitidos pela Secretaria de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores ou pela Polícia Militar; Cédula de identidade para estrangeiros; Carteira Nacional de Habilitação; ou Emitidas pelos órgãos de classe, desde que com foto;

c) Contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, quando não previsto no regulamento do Fundo;

d) Declaração de que não esteja vinculado a qualquer indício de risco de imagem do presente ou do passado;

3.5.Os documentos exigidos serão apresentados por meio de cópia legível e publicação em órgão da imprensa oficial.

3.5.Os documentos exigidos deverão ser apresentados em original, processo de cópia autenticada por cartório ou servidor da Administração, bem como publicação em órgão da imprensa oficial.

3.6. É vedado recebimento de certidões de regularidade fiscal fora do prazo de validade ou qualquer documento substitutivo. 3.7. Para fins de atualização do credenciamento é obrigatório: a) Atualização das informações de qualificação jurídica (item 3.2.1.), quando houver; b) Comprovação de regularidade fiscal (item 3.2.2.); c) Atualização dos quesitos da qualificação técnica (item 3.2.3.), sendo facultativo, por decisão do comitê de investimentos, a informação da alínea “b”, do item 3.2.3; *(AC)* 4. DOS CRITÉRIOS DE ANÁLISE

4.1. De posse dos documentos e formulário de credenciamento, devidamente preenchidos, os membros do comitê de investimentos realizará análise qualitativa entre os produtos ofertados com objetivo de obter razoável compreensão da aderência do fundo a regulamentação aplicável ao RPPS e da potencialidade da instituição administradora/gestora em cumprir o seu dever fiduciário, facultativo o posicionamento da consultoria financeira disponível.

4.1. De posse dos documentos e formulário de credenciamento, devidamente preenchidos, os membros do comitê de investimentos realizará análise qualitativa dos produtos ofertados com objetivo de obter razoável compreensão da aderência do fundo a regulamentação aplicável ao RPPS e da potencialidade da instituição administradora/gestora em cumprir o seu dever fiduciário.

4.2. Com relação potencialidade fiduciária da administradora/gestora, a análise observará os seguintes quesitos básicos:

a) Tradição e Credibilidade da Instituição – envolvendo volume de recursos administrados, no Brasil e no exterior, capacitação profissional dos agentes envolvidos na gestão de investimentos do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público, tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, outras informações relacionadas com a gestão de investimentos que permitam identificar a cultura fiduciária da instituição e seu compromisso com princípios de responsabilidade nos investimentos e de governança; **b) Gestão do Risco** – envolvendo qualidade e consistência dos processos de gestão, envolvendo riscos de crédito – quando aplicável – liquidez, mercado, legal e operacional, efetividade dos controles internos, envolvendo, ainda, o uso de ferramentas, softwares e consultorias especializadas, regularidade na prestação de informações, atuação da área de "*compliance*", capacitação profissional dos agentes envolvidos na gestão de risco do fundo, que incluem formação acadêmica continuada, certificações, reconhecimento público, tempo de atuação e maturidade desses agentes na atividade, regularidade da manutenção da equipe de risco, com base na rotatividade dos profissionais e na tempestividade na reposição, outras informações relacionadas com a gestão do risco. **c) Avaliação de aderência dos Fundos aos indicadores de desempenho (Benchmarking) e riscos**: assumidos pela Gestão no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento; 4.3. Os critérios de avaliação contidos no item 4.2. serão realizados a partir do "Questionário QDD Anbima". 4.4.Os FIDC's e Fundos estruturados terão uma metodologia própria para avaliação da aderência aos objetivos do RPPS, com atenção as diretrizes contidas na Política de Investimentos vigente. 4.5. Além das informações disponíveis no questionário, poderão ser considerados, conforme as situações, metodologias adicionais como participação em reuniões periódicas com a equipe de gestão de sua área de risco, visitas *in loco*, análise dos documentos legais (consulta CVM), além de demonstrações financeiras. 4.6.No caso de FIDC, o processo de classificação considerará o resultado através de um relatório específico que atribuirá à estruturação do fundo os seus níveis de segurança, sendo elegíveis para aplicação de recursos somente aqueles cuja avaliação resultar em estrutura "Bastante Segura" ou "Suficientemente Segura" e cujos segmentos não sofram restrições de alocações.

4.5.1. Com relação à FIDC, as avaliações semestrais serão realizadas com base em relatórios que evidenciem, dentre outros fatores, a evolução da inadimplência, a rentabilidade da cota e o comportamento da subordinação.

4.6. Nos fundos estruturados, as avaliações semestrais podem ser dispensadas caso o fundo equivalha, tão somente, a um veículo de investimento – ausência de efetiva gestão – ou quando estiver em processo avançado de desinvestimento.

4.7. O PREVI-CÁCERES encaminhará aos membros do comitê de investimentos os procedimentos de credenciamento protocolizados no órgão para que sejam analisados, tanto no processo de seleção quanto no processo de avaliação periódica, para as deliberações aplicáveis.

5. DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. A análise e homologação do credenciamento serão realizadas no prazo de 30 (trinta) dias e publicada no site do PREVI-CÁCERES para fins de ampla publicidade e transparência, através do "Atestado de Credenciamento".

5.2. Após regular procedimento de credenciamento e publicação de sua homologação, a instituição ficará autorizada a operar junto ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres.

5.3.O credenciamento da Instituição não gera quaisquer obrigações do PREVI-CÁCERES de alocar, nem de manter recursos nela aplicados caso os produtos não apresentem as condições de rentabilidade, liquidez e risco que motivaram o investimento, conforme decisões proferidas pelo Comitê de Investimentos.

5.4.As instituições financeiras regularmente credenciadas nos termos deste edital deverão atualizar sua documentação a cada12 (doze) meses, conforme dispõe § 3º., art. 3º. da Portaria n°. 519/2011 e alterações.

5.4. As instituições financeiras regularmente credenciadas nos termos deste edital deverão atualizar sua documentação a cada 06 (seis) meses, em atendimento aos dispositivos do § 3°., do art. 3°. Da Portaria n°. 519/2011, incluída pela Portaria n°. 440/2013 MPS)

6. DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. As entidades serão descredenciadas pelos seguintes motivos:

a) Descumprirem quaisquer das leis e normas editadas pelos órgãos que regulamentam o Sistema Financeiro Nacional e aos Regimes Próprios de Previdência Social;

a) Descumprirem quaisquer das leis e normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social, bem como as diretrizes da Resolução BACEN n°. 3.922/2010 e normas editadas pelos órgãos que regulamentam o Sistema Financeiro Nacional;

b) Deixarem de executar o serviço na forma e nos prazos estabelecidos no regulamento dos fundos ou infringirem qualquer disposição do Termo de Adesão;

c) Recusarem-se de receber ou a cumprir instrução para melhor execução dos serviços;

6.2. Para a conclusão do processo de descredenciamento será aberto processo administrativo onde serão assegurados a entidade o contraditório e ampla defesa.

6.3. No caso de descredenciamento, o PREVI-CÁCERES comunicará a Instituição e promoverá a publicação do ato na imprensa oficial, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

7. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 7.1. O credenciamento avaliará, de forma individual, cada produto de investimento ofertado. 7.2. A qualquer tempo e ao critério do PREVI-CÁCERES, poderá solicitar esclarecimentos, informações e documentos necessários a avaliação complementar, às instituições que solicitaram seu credenciamento e as já credenciadas. 7.3. As Instituições atualmente credenciadas terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação, para se adaptarem aos termos do presente Edital, sob pena de descredenciamento. 7.4. Serão descredenciados, a critério do responsável pela gestão do RPPS e do Comitê de Investimentos, os gestores/administradores que por envolvimento em situações que posam acarretar risco de imagem para o Instituto ou para a gestão municipal. Tais como:

a) Envolvimento em processos administrativos relativos a denúncia de irregularidades praticadas na gestão de fundos de investimentos ou contra investidores;

b) Envolvimento em investigação da Policia Federal, Ministério da Fazenda, Ministério Público relativo a irregularidades praticadas contra RPPS ou municípios;

b) Envolvimento em investigação da Policia Federal, MPAS, Ministério Público relativo a irregularidades praticadas contra RPPS ou municípios;

7.5. Os casos omissos ao presente regulamento de credenciamento serão analisados e homologados pelo Comitê de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, mediante decisão fundamentada em ata, homologada por ato administrativo da Direção Executiva do PREVI-CÁCERES.

Cáceres, 19 de fevereiro de 2016.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE CREDENCIAMENTO

Este formulário tem por objetivo colher informações para o credenciamento de administradores, gestores e o cadastramento dos distribuidores de fundos de investimentos para o PREVI-CÁCERES, em atendimento ao Edital de Credenciamento n°. 01/2016, em conformidade com a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011 – alterada pela Portaria MPS Nº 440, de 09 de outubro de 2013, e alterações posteriores.

O preenchimento deste formulário, e demais anexos, em hipótese alguma, representa garantia ou compromisso de alocação de recursos na instituição, uma vez que este processo refere-se a credenciamento da instituição junto ao PREVI-CÁCERES.

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Razão Social _____

CNPJ: _____

Enderço:_____

Cidade/Estado _____ CEP: _____

Contatos:

Nome: _____

Email: _____ Telefone: _____

Nome: _____

Email: _____ Telefone: _____

II – CLASSIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

?BANCO ?GESTOR INDEPENDENTE ?CORRETORA ?AGENTE

AUTONÔMO

?DISTRIBUIDORES DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – D.T.V.M.

Possui Rating (Classificação de Risco)

? Sim ? Não

Emissor(es): _____ *Rating*: _____

Patrimônio sob Gestão (Nacional): _____

Patrimônio sob Gestão (Global): _____

Patrimônio sob Gestão (RPPS): _____

As funções de gestão, administração e custódia são segregadas?

? Sim ? Não

Administração: _____

Gestão: _____

Custódia: _____

A instituição possui QDD ANBIMA devidamente atualizados?

? Sim ? Não

Caso a resposta seja positiva, anexar o documento comprobatório.

III – PRODUTOS E SERVIÇOS APRESENTADOS AO PREVI-CÁCERES

Relacionar os produtos destinados aos RPPS de acordo com a legislação vigente.

Produto 1: _____

Produto 2: _____

Produto 3: _____

Produto 4: _____

Em caso de fundos, informar seus respectivos patrimônios, benchmark, taxa de administração e *performance* (se houver).

Com relação aos Fundos de Investimentos relacionados acima, é fundamental apresentar no Relatório de Aderência informações do desempenho dos mesmos, comparados com seus respectivos *benchmark*, nas seguintes janelas: Desde o início, 36 meses, 24 meses, 12 meses e no ano.

VI – POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O cliente necessita que as carteiras dos fundos sejam abertas diariamente e que os extratos (conta corrente e dos investimentos), possam ser consultados. Favor informar a periodicidade para disponibilização das informações acima.

?DIÁRIO ?SEMANAL ?QUINZENAL ?MENSAL

A instituição possui ferramenta eletrônica que possibilite à consulta (visualizar) das operações efetuadas: saldos, aplicações, resgates, transferências e migrações, por meio da rede mundial de computadores?

? Sim ? Não

Caso não haja possibilidade, informar o procedimento atual compatível com a necessidade descrita.

Política de Transparência: _____

V – HISTÓRICO DA EMPRESA

A instituição financeira ou os dirigentes já foram autuados pela CVM ou pelo Banco Central pelo descumprimento de normas regulares? Algum processo em investigação? Caso positivo, informar o número do processo.

Processo 1: _____

Processo 1: _____

Processo 1: _____

Processo 1: _____

VI – GESTÃO DE RISCOS

Descrição de regras e controles - Risco de Crédito.

_____

_____

_

Descrição de regras e controles - Risco de Liquidez.

_____

_____

_

Descrição de regras e controles - Risco de Derivativos.

_____

_____

_

Descrição de regras e controles - Risco de Mercado.

_____

_____

_

Descrição de regras e controles - Risco de Legal.

_____

_____

_

Descrição de regras e controles - Atuação de “*Compliance*”.

_____

_____

_

VII – DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais, que as informações acima prestadas são a expressão da verdade, exatas e inequívocas. Declaro ainda estar ciente que, o presente cadastro não implica por parte do PREVI-CÁCERES o compromisso de aplicação de recursos. O Responsável se compromete, ainda, a atualizar as informações em caso de alterações que por ventura venham ocorrer.

Local/Data: _____

Assinatura do responsável pela Instituição:

_____

Instituição: _____

Responsável: _____

CPF: _____

Anexos a ser encaminhados:

? Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria.

? Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários, não inferior a 4 anos;

? *Rating* de gestão atribuída por agência especializada;

?QDD ANBIMA devidamente atualizados;

? Inscrição no CNPJ;

? Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais e Estaduais;

? Certidão Negativa do INSS;

? Certidão Negativa do FGTS;

? Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

? Certidão Negativa de Tributos Federais e Dívida Ativa da União;

? Comprovação de credenciamento junto CVM;

? Três atestados de Capacidade Técnica;

? *Rating* de gestão atribuída por agência especializada.

? Relatório de aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho de riscos assumidos pelos fundos de investimentos;

? Declaração de política de transparência da Instituição em relação aos seus produtos de investimentos;

? Comprovação de identificação e Cadastro de Pessoas Físicas, quando for o caso;

? Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pela Comissão de Valores Mobiliários;

? Contrato para Distribuição e mediação do produto ofertado, quando não previsto no regulamento do Fundo.

ANEXO II

Agência Classificadora	**Rating Mínimo**
Moodys	MQ3
Standard & Poor's	AMP-3
Fitch Ratings	M3
Austin Rating	QG2
SR Rating	A
LF Rating	LFg2
Liberum Ratings	AM2
Austin Rating	QG3
SR Rating	BBB
LF Rating	LFg3
Liberum Ratings	AM3

Obs.: Os Administradores/Gestores que não atenderem os requisitos mínimos de Rating de Gestão de Qualidade DEFINIDOS ACIMA, estarão automaticamente desclassificados para o Credenciamento.

ANEXO III

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo		**CNPJ**	
Unidade Gestora do RPPS		**CNPJ**	
Instituição Administradora:			
Razão Social		**CNPJ**	
Instituição Gestora:			
Razão Social		**CNPJ**	
Outros:			
Razão Social		**CNPJ**	
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):			
Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):			
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)		**CNPJ**	**Data da Análise**
Data:			
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo PREVICÁCERES**	**Assinatura**	

Data aprovação Comitê de Investimentos:	
Assinatura membros comitê de investimentos:	

_____	_____	_____

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 11 DE 26 DE MAIO DE 2017

Aprova o Plano de Ação referente ao cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o exercício de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS no uso de suas atribuições legais que confere a Lei nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – tendo em vista a Lei nº. 043 de 15/10/1995, alterada pela Lei nº. 2.206 de 26/11/2009, diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 26 de Maio de 2017, com registro em Ata nº. 232 e,

Considerando a previsão de repasse do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS ao Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS no valor R$ 102.000,00 para subsidiar os serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial,

Considerando que a operacionalização do financiamento da assistência social implica na adoção dos princípios da administração pública, em especial a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência,

Considerando o comentário da gestora que o recebimento do cofinanciamento estadual (FEAS) é de grande importância para o município, tendo em vista que a SMAS não possui muitos valores disponíveis para aquisição específica de bens permanentes, que melhorariam a estrutura e condições de trabalho e atendimento das unidades que ofertam serviços aos usuários da política do SUAS – Sistema Único de Assistência Social,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Ação referente ao cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para o exercício de 2017, conforme tabela abaixo:

PREVISÃO DE FINANCIAMENTO	
1. Valor total previsto a ser repassado pelo FEAS (anual):	102.000,00
2. Recursos próprios a serem alocados no Fundo (anual):	716.760,00
3. Total dos recursos do Fundo Municipal para o exercício:	818.760,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres-MT, 26 de Maio de 2017.

Enézio Mariano da Costa

Presidente do CMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 233, DE 03/05/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 02567/2017.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, mediante anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária(s) no valor de R$1.237.640,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

73 04.122.1003.2013.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO 130.820,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

1145 04.123.1006.2021.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS 32.000,00

3.3.90.92.00 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES F.R. Grupo: 1.00

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

615 26.782.1025.1196.0000 AQ. VEÍCULOS, MÁQ. E EQUIP. P/ INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIAS 1.057.500,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.30

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

664 20.606.1033.1127.0000 MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO LEITEIRO 550,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

915 13.391.1038.1138.0000 REQUALIFICAÇÃO DE ÁREAS URBANAS TOMBADAS 4.520,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES F.R. Grupo: 1.00

02 17 01 SECRETARIA MUN. IND. COM., MEIO AMBIENTE E TURISMO

980 04.122.1042.2185.0000 MAN. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SICMATUR 1.250,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

986 04.122.1042.2185.0000 MAN. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SICMATUR 11.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 02 01 GABINETE DO PREFEITO

33 04.122.1002.2006.0000MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO -1.770,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

112 04.122.1005.2018.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE ADMINISTRACAO-SA -3.540,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

148 28.843.1007.9005.0000AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E SEUS ENCARGOS -32.000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. Grupo: 1.00

152 28.846.1007.9003.0000PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS -10.610,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1.00

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

232 10.301.1011.2040.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIV. DO CENTRO REFERENCIAL DE SAÚDE - POSTÃO -1.250,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

02 07 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

378 12.122.1016.2058.0000MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DA SME -58.310,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.01

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

543 15.122.1021.2077.0000MANUT. E ENC. C/AS ATIV. DA SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS -22.970,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

616 26.782.1025.2206.0000MAN. E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIAS -322.500,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.30

617 26.782.1025.2206.0000MAN. E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIAS -735.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.30

02 10 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

631 04.121.1030.2088.0000MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO -1.770,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

644 20.122.1031.2089.0000MANUT. E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA -1.770,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

654 20.122.1031.2172.0000MAN C/AS ATIV TERMO COOP TÉCNICA-ESTÁGIO REMUNERADO-AGRICULTURA -550,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.00

02 12 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

688 08.122.1034.2092.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL -14.140,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 13 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER

918 13.392.1038.2127.0000MANUT. C/ AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA -2.420,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.00

919 13.392.1038.2127.0000MANUT. C/ AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA -2.100,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

938 27.122.1038.2130.0000MANUT. DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER -7.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

967 04.129.1041.2182.0000MANUTENÇÃO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ -5.300,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 17 01 SECRETARIA MUN. IND. COM., MEIO AMBIENTE E TURISMO

982 04.122.1042.2185.0000MAN. E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SICMATUR -3.540,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

1007 23.695.1029.1174.0000REALIZAÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA - FIP -11.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 03 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/2017

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna pública a realização de licitação na modalidade Tomada de Preços visando àcontratação de empresa especializada em engenharia visando a reforma do prédio antigo da Polícia Federal, localizado na Av. Getúlio Vargas nº 838, com 536,57 m2, onde abrigará as Secretarias Municipais de Educação e Ação Social, de acordo com a justificativa, Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Despesas: R$ 69.358,36 (sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Empresa vencedora: GECON- GESTAO EM ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ: 11.482.408/0001-63 que apresentou o valor de R$ 63.364,02 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais e dois centavos).

.

Prefeitura de Cáceres, 01 de junho de 2017.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 169/2017

"Dispõe sobre a nomeação do Servidor ROSINEI BRUNELLI para exercer a função de Fiscal de Contrato do Previ - Cáceres".

*A Diretora Executiva do **PREVI-CÁCERES**, Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 73, inciso V, da Lei Municipal Complementar n.º 62/2005, de 12 de dezembro de 2005 e do Decreto n°. 017 de 10 de Janeiro de 2017,*

Resolve:

Art. 1º - Nomear o Senhor ***ROSINEI BRUNELLI***, servidor público e Gerente de Benefícios desta Autarquia, para exercer a função de *fiscal de contrato* (Contrato de Prestação de Serviços Especializados de Assessoria e Consultoria nos Sistemas SIPREV e COMPREV) do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres – PREVI CÁCERES, em atendimento ao que dispõe o art. 67 da Lei Federal n°. 8.666/93.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 01 de Junho de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN Diretora Executiva

Afixada em 01.06.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 232, DE 03/05/2017.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2555/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$747.954,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

72 04.122.1003.2013.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO 10.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1.00

73 04.122.1003.2013.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO 6.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

136 04.123.1006.2021.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS 11.171,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

141 04.123.1006.2021.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS 15.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.00

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

166 10.122.1009.2024.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE 260,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

200 10.301.1010.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA 20.000,00

3.1.90.94.00 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS F.R. Grupo: 1.02

213 10.301.1010.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA 35.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.93

1143 10.301.1010.2029.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA 80,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

288 10.302.1011.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 380,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R. Grupo: 1.02

1135 10.302.1011.2146.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO CENTRO DE REAB. TIPO II 350,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R. Grupo: 1.02

1144 10.302.1011.2041.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM 213,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

352 10.304.1012.2050.0000 MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA 1.100,00

3.3.90.47.00 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS F.R. Grupo: 1.02

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

417 12.361.1017.2061.0000 MANUT. E ENC C/AS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL 25.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.01

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

615 26.782.1025.1196.0000 AQ. VEÍCULOS, MÁQ. E EQUIP. P/ INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIAS 150.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.30

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

662 20.606.1033.1127.0000 MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO LEITEIRO 6.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 1.00

1140 20.606.1033.1127.0000 MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO LEITEIRO 17.400,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.24

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

854 08.244.1036.2119.0000 MANUT. DO SERVICO DE APOIO A GESTAO DO BOLSA FAMILIA/IGD-M 5.000,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.29

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

954 04.128.1041.2183.0000 QUALIFICAÇÃO, APERF. E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES - SMFAZ 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 17 01 SECRETARIA MUN. IND. COM., MEIO AMBIENTE E TURISMO

1005 23.695.1029.1174.0000 REALIZAÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA - FIP 105.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATU F.R. Grupo: 1.24

1141 23.695.1029.1174.0000 REALIZAÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA - FIP 300.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.24

1142 23.695.1029.1174.0000 REALIZAÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA - FIP 30.000,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.24

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 03 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

56 03.092.1015.2131.0000MAN E ENC C/AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO -1.000,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1.00

59 03.092.1015.2131.0000MAN E ENC C/AS ATIVIDADES DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO -15.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

148 28.843.1007.9005.0000AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E SEUS ENCARGOS -15.000,00

4.6.90.71.00 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO F.R. Grupo: 1.00

152 28.846.1007.9003.0000PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS -11.171,00

3.3.90.91.00 SENTENÇAS JUDICIAIS F.R. Grupo: 1.00

02 06 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

163 10.122.1009.2024.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE -260,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

171 10.122.1009.2024.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE SAÚDE -35.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.93

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

197 10.301.1010.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA -20.000,00

3.1.90.11.00 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL F.R. Grupo: 1.02

208 10.301.1010.2029.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DOS PSF - PROG. DE SAÚDE DA FAMÍLIA -430,00

3.3.90.36.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA F. R. Grupo: 1.02

286 10.302.1011.2041.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DO PAM -593,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.02

350 10.304.1012.2050.0000MANUT. E ENC .C/ AS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA -1.100,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.02

02 07 02 COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

445 12.361.1020.1069.0000AQUISICAO DE VEICULOS UTILITARIOS E POPULAR -25.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.01

02 08 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

619 26.782.1025.2206.0000MAN. E MELHORAMENTO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIAS -150.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.30

02 11 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

661 20.606.1033.1127.0000MELHORAMENTO GENÉTICO DO REBANHO BOVINO LEITEIRO -5.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

665 20.606.1033.1128.0000INCENTIVO A PSICICULTURA -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

670 20.606.1033.1130.0000AQUISIÇÃO DE MAQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS -17.400,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE F.R. Grupo: 1.24

02 12 02 FUNDO MUNCIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

866 08.331.1035.2116.0000MANUT. DO PROG. DE PROMOCAO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO / ACESSUAS -5.000,00

3.3.90.32.00 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA F.R. Grupo: 1.29

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

965 04.129.1041.2182.0000MANUTENÇÃO E ENC. COM AS ATIVIDADES DA SMFAZ -10.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA F.R. Grupo: 1.00

02 17 01 SECRETARIA MUN. IND. COM., MEIO AMBIENTE E TURISMO

1008 23.695.1029.1174.0000REALIZAÇÃO DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA - FIP -435.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.24

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIAPL DE CÁCERES-MT, 03 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Cáceres

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE N.º 2.739 DE 01 DE JUNHO DE 2017

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DA SERVIDORA NILSINHA SIRQUEIRA DOS SANTOS DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, Estatuto do Servidor Publico Municipal.

CONSIDERANDO: REQUERIMENTO DO SERVIDOR DATADO DE 30 DE MAIO DE 2017

D E C R E T A

Art.1º - Fica exonerada a servidora Nilsinha Sirqueira dos Santos que exercia o cargo de Atendente junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº 285 de1 9 de Janeiro de 1994

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de Junho de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE N.º 2.738 DE 01 DE JUNHO DE 2017

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DO SERVIDOR FERNANDO DE AZEVEDO LINO DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Nº 001 de 13 de Dezembro de 1993, Estatuto do Servidor Publico Municipal.

CONSIDERANDO: REQUERIMENTO DO SERVIDOR DATADO DE 30 DE MAIO DE 2017

D E C R E T A

Art.1º - Fica exonerado o servidor Fernando de Azevedo Lino que exercia o cargo de Odontólogo junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Revoga em todos os seus termos o Decreto de nº 1925 de 21 de Dezembro de 2011.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 01 de Junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de Junho de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7222 31 DE MAIO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA POR ÓBITO AOS SERVIDORES **ISRAEL ANTONIO BARBOSA E SILVANI RODRIGUES BARBOSA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº. 001 de 13 de dezembro de 1993 e Conforme preceitua o artigo nº 62 alínea "b" da Lei Complementar 027 de 05 Dezembro de 2011.

CONSIDERANDO o teor da Certidão de Óbito apresentado pelos servidores.

CONSIDERANDO o teor da Consolidação das Leis do Trabalho art.473.

RESOLVE:

I **–** Conceder **"LICENÇA POR ÓBITO"** aos servidores **ISRAEL ANTONIO BARBOSA no período de 31 de maio a 07 de junho de 2017. E SILVANI RODRIGUES BARBOSA no período de 02 dias de 31 de maio a 01 de junho de 2017,** lotada junto a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, desta Prefeitura Municipal, no período de **31 de maio a 02 de junho de 2017.**

II - Esta portaria entra em vigor na data de 31 de maio de 2017.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 31 de maio de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7217 26 DE MAIO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA POR ÓBITO A SERVIDORA **PATRICIA MARIA DE SOUZA** E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº. 001 de 13 de dezembro de 1993 e Conforme preceitua o artigo nº 62 alínea "b" da Lei Complementar 027 de 05 Dezembro de 2011.

CONSIDERANDO o teor da Certidão de Óbito apresentada pela servidora. RESOLVE:

I **–** Conceder **"LICENÇA POR ÓBITO"** a servidora **PATRICIA MARIA DE SOUZA** lotada junto a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, desta Prefeitura Municipal, no período de **26 de maio a 02 de junho de 2017.**

II - Esta portaria entra em vigor na data de 26 de maio de 2017.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 26 de maio de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº. 7227 DE 01 DE JUNHO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DA SERVIDORA **MARIVONE ALMEIDA LEITE** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e a Lei nº 1154 de 29 de novembro de 2016,

CONSIDERANDO o teor do Processo Seletivo 004/2016;

CONSIDERANDO o teor do Edital de Convocação 031/2017**.**

RESOLVE: I – Contratar a servidora abaixo relacionada para exercer a respectiva função junto a SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS desta Prefeitura Municipal.

NOME	CARGO
MARIVONE ALMEIDA LEITE	FISCAL DE TRIBUTOS

II - Delegar aos mesmos todos os poderes, competências e atribuições inerentes ao cargo acima citado.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 01 de Junho de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 01 de Junho de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PUBLICAÇÃO PP 64

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 064/2017

ABERTURA: 19 de junho de 2017.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 19 de junho de 2017 às 08:00 horas.

OBJETO: **: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização de eventos culturais do Município**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 1 de junho de 2017**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 545, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.130, de 11 de junho de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis e dá outras providências,

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.822/2016,

Considerando o Memorando nº. 135, de 1º de junho de 2017, da Secretaria Municipal de Administração/Coordenadoria de Recursos Humanos,

Considerando o protocolo da servidora em 31 de março de 2016, dos certificados que totalizaram 205 horas de curso;

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa,

R E S O L V E

1. ***CONCEDER***, com efeitos retroativos a partir de 1º maio de 2017, Progressão Horizontal por Nova Titulação Profissional de uma classe para outra no mesmo cargo, a servidora ***FABRICIA ANDRADE OLIVEIRA***, cargo Agente Administrativo, matrícula funcional nº 3102, em virtude de comprovação da habilitação de aperfeiçoamento, com qualificação profissional, obtendo para tanto, a nova titulação, passando da Classe "A" – Nível 02, Tabela 0063, para Classe “B” – Nível 02, Tabela 0063, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.822/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 1º dias do mês de junho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
LEI COMPLEMENTAR Nº 078/2017 24 DE MAIO DE 2017.

Autoria: Poder Executivo Municipal.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CÓDIGO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAMPO NOVO DO PARECIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º.Esta Lei dispõe sobre o Código Municipal de Meio Ambiente de Campo Novo do Parecis - MT.

Art. 2º.Esta legislação regula os direitos e obrigações concernentes à proteção, controle, preservação, conservação e recuperação do Meio Ambiente no Município de Campo Novo do Parecis, integrando-o ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

TÍTULO II

DAS DIRETRIZES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Art. 3º.A Política Municipal de Proteção e Conservação do Meio Ambiente compreende o conjunto de princípios, objetivos, diretrizes administrativas e técnicas que visam orientar as ações do Poder Executivo, voltadas para a utilização dos recursos ambientais, na conformidade com o seu manejo ecológico, bem como para a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no Município, condições ao desenvolvimento socioeconômico, à proteção da dignidade e qualidade da vida humana e de forma a garantir o desenvolvimento sustentável.

Seção I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 4º. A política de proteção e conservação ambiental do Município de Campo Novo do Parecis tem por objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, manter o equilíbrio ecológico do meio ambiente, considerado bem de uso comum da população e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade, o dever de promover a sua preservação, proteção, utilização racional, recuperação e conservação para as presentes e futuras gerações.

Art. 5º. A política do Meio Ambiente no Município de Campo Novo do Parecis será norteada pelos seguintes princípios:

I - multidisciplinaridade no trato das questões ambientais;

II - participação comunitária na defesa do Meio Ambiente;

III - integração com as demais políticas e ações de governo em níveis nacional, estadual, regional e setorial;

IV - capacitação das equipes técnicas e gerenciais do Executivo Municipal para o exercício das atividades de planejamento e gestão do Meio Ambiente fortalecendo o sistema de fiscalização ambiental do Município, sobretudo nas áreas de grande vulnerabilidade ambiental;

V - promoção do equilíbrio ecológico;

VI - racionalização do uso dos recursos naturais;

VII - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VIII - proteção dos ecossistemas, com preservação e manutenção de áreas e espécies representativas;

IX - educação ambiental a todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade;

X - incentivo à pesquisa e ao estudo científico e tecnológico, direcionados para o uso e a proteção dos recursos ambientais;

XI - prevalência do interesse público;

XII - reparação do dano ambiental.

Seção II

Dos Instrumentos

Art. 6º. São instrumentos da política municipal de proteção e conservação ambiental:

I - o Conselho Municipal do Meio Ambiente;

II - o Fundo Municipal do Meio Ambiente;

III - as normas, padrões e critérios de qualidade ambiental;

IV - o zoneamento ambiental;

V - o licenciamento, em consonância com os órgãos federais e estaduais, e a fiscalização de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras;

VI - os planos de manejo das unidades de conservação;

VII - a avaliação de impactos ambientais e análises de riscos;

VIII - os incentivos à criação ou à absorção de tecnologias voltadas para a melhoria da qualidade ambiental;

IX - a criação de reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico, dentre outras unidades de conservação;

X - o cadastro técnico de atividades e o sistema de informações ambientais;

XI - a fiscalização ambiental e as penalidades administrativas;

XII - a cobrança de taxa de conservação e limpeza pela utilização de parques, praças e outros logradouros públicos;

XIII - a instituição de relatório de qualidade ambiental do Município;

XIV - a educação ambiental;

XV - os incentivos financeiros e fiscais pertinentes.

Seção III

Do Interesse Local

Art. 7º.Para o cumprimento do disposto no artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Meio Ambiente, considerar-se-á como interesse local:

I - o incentivo à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente;

II - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais e urbanas do Poder Público às imposições do equilíbrio ambiental e dos ecossistemas naturais;

III - a adoção, no processo de planejamento do Município, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e rural integrado que levem em conta a proteção e conservação ambiental e a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos hídricos e minerais, mediante criteriosa definição de uso e ocupação do solo;

IV - a ação na defesa e proteção ambiental no âmbito da Região de Campo Novo do Parecis em acordo, convênio e em consórcio com os demais municípios;

V - a ação na defesa e proteção ambiental das nascentes em acordos, convênios e em consórcio com outros municípios, tendo em vista o valor ecológico e turístico que poderá representar para a comunidade regional;

VI - a diminuição, através de controle, dos níveis de poluição atmosférica, hídrica, sonora e visual, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas normas vigentes;

VII - a criação de parques, reservas e estações ecológicas, áreas de proteção ambiental e de relevante interesse ecológico e turístico, dentre outros;

VIII - a utilização do poder de fiscalização na defesa da flora e da fauna no Município;

IX - a preservação, conservação e recuperação do solo, dos rios, das áreas de preservação permanente, do cerrado e as demais formas de vegetação existente na bacia hidrográfica amazônica e sub-bacia hidrográfica do Rio Juruena no território municipal;

X - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental da coletividade e dos indivíduos, através de provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos;

XI - a proteção do patrimônio artístico, histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico do Município;

XII - o incentivo a estudos visando conhecer o ambiente, seus problemas e soluções, a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, processos, modelos, sistemas e técnicas de significativo interesse ecológico;

XIII - o cumprimento de leis e normas de segurança no tocante à armazenagem, ao transporte, comercialização, à manipulação e uso de produtos, materiais e rejeitos perigosos ou tóxicos, incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins.

XIV - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;

XV - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental definidas em legislação municipal complementar;

XVI - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades de pequeno e médio impactos e monitoramento das atividades potencial ou efetivamente degradadoras do meio ambiente;

XVII - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;

XVIII - o acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a reciclagem, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;

XIX - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins;

XX - monitoramento de águas subterrâneas visando a manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

CAPÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 8º.O Sistema Municipal de Meio Ambiente possui a seguinte estrutura:

I - Coordenadoria de Meio Ambiente, estrutura vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

II - Conselho Municipal do Meio Ambiente;

III - Fundo Municipal do Meio Ambiente de Campo Novo do Parecis.

Seção I

Da Competência do Município de Campo Novo do Parecis

Art. 9º.Ao Município de Campo Novo do Parecis, no exercício de sua competência constitucional relacionada com o meio ambiente, incumbe mobilizar e coordenar suas ações, recursos humanos, financeiros, materiais, técnicos e científicos, bem como promover a participação da população na consecução dos objetivos e interesses estabelecidos nesta Lei, devendo, para tanto:

I - planejar e desenvolver estudos e ações visando à promoção, proteção, conservação, preservação, restauração, reparação, vigilância e melhoria da qualidade ambiental;

II - definir e controlar a ocupação e o uso dos espaços territoriais de acordo com suas potencialidades e condicionantes ecológicos e ambientais;

III - elaborar e implementar programas de educação, conservação e proteção ao Meio Ambiente;

IV - exercer, em consonância com os órgãos federais e estaduais, o controle da poluição ambiental nas suas diferentes formas;

V - definir as áreas prioritárias de ação governamental visando à preservação e à melhoria da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico;

VI - identificar, criar e administrar unidades de conservação e outras áreas de interesse para a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens, estabelecendo normas de sua competência a serem nelas observadas;

VII - estabelecer diretrizes específicas para a proteção de recursos hídricos, através de planos de uso e ocupação de áreas de drenagem de bacias e sub-bacias hidrográficas;

VIII - elaborar e coordenar a implementação de programas de educação ambiental;

IX - estabelecer formas de cooperação com outros municípios da Região, com o Estado ou demais entidades do governo para o planejamento, execução e operação de ações em saneamento ambiental de interesse comum a essas esferas.

Seção II

Das Atribuições da Coordenadoria de Meio Ambiente

Art. 10.Cabe a Coordenadoria Municipal de Meio Ambiente, estrutura vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, além das atividades que lhe são atribuídas por lei, implementar os objetivos e instrumentos da política do meio ambiente do Município, fazendo cumprir a presente Lei, devendo:

I - propor, executar, fiscalizar, direta ou indiretamente, a política ambiental do Município de Campo Novo do Parecis, em consonância com os órgãos federais e estaduais constituídos;

II - coordenar ações e executar planos, programas, projetos e atividades de proteção e conservação ambiental;

III - estabelecer, de acordo com a legislação federal e estadual, as normas de proteção e conservação ambiental no tocante às atividades que interfiram ou possam interferir na qualidade do meio ambiente;

IV - assessorar os órgãos da administração municipal na elaboração e na revisão do planejamento local quanto aos aspectos ambientais, ao controle da poluição, à expansão urbana e à proposta para criação de novas unidades de conservação e de outras áreas protegidas;

V - estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, sonora e visual e à contaminação do solo;

VI - incentivar a realização de estudos e planos de ação de interesse ambiental, através de ações comuns, convênios ou consórcios entre órgãos dos diversos níveis de Governo, participando de sua execução;

VII - fixar limitações administrativas relativas ao Meio Ambiente;

VIII - regulamentar e controlar, conjuntamente com órgãos federais e estaduais, a utilização de produtos químicos em atividades agrossilvopastoris, industriais e de prestação de serviços;

IX - participar da elaboração de planos de ocupação de área de drenagem de bacias ou sub-bacias hidrográficas, do zoneamento e de outras atividades de uso e ocupação do solo, de iniciativa de outros organismos;

X - participar da programação de medidas adequadas à preservação do patrimônio arquitetônico, urbanístico, paisagístico, histórico, cultural e arqueológico;

XI - exercer a vigilância ambiental bem como o poder de fiscalização;

XII - conceder licenciamento ambiental das atividades utilizadoras dos recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras, mediante convênio com os órgãos competentes;

XIII - promover, em conjunto com os demais órgãos competentes, o controle da armazenagem, transporte, comercialização, à manipulação e uso de produtos, materiais e rejeitos perigosos ou tóxicos, incluindo os agrotóxicos, seus componentes e afins;

XIV - fiscalizar conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, o cumprimento das normas de monitoramento, condições de lançamento e padrões de emissão para resíduos e efluentes de qualquer natureza;

XV - normatizar, em consonância com os órgãos federais e estaduais, o uso e o manejo de recursos naturais;

XVI - promover medidas adequadas ao plantio, preservação e manutenção de arborização urbana, de árvores isoladas e de maciços vegetais significativos;

XVII - coordenar a gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente de Campo Novo do Parecis, nos aspectos técnicos, segundo as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente;

XVIII - recomendar ao Conselho Municipal do Meio Ambiente as normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso dos recursos ambientais do Município;

XIX - administrar as unidades de conservação e outras áreas protegidas do município, visando à proteção de mananciais, ecossistemas naturais, recursos genéticos e outros bens de interesse ecológico, estabelecendo normas a serem observadas;

XX - promover a conscientização pública para a proteção do Meio Ambiente, criando os instrumentos necessários para a educação ambiental como processo permanente;

XXI - estimular a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância das atividades que visem à proteção, à recuperação ou à melhoria da qualidade ambiental;

XXII - incentivar o desenvolvimento e a criação, absorção e difusão de tecnologias compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental;

XXIII - implantar cadastro e sistemas de informações ambientais do Município;

XXIV - garantir aos cidadãos o livre acesso às informações e aos dados sobre as questões ambientais do Município;

XXV - fiscalizar a gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos;

XXVI - executar outras atividades correlatas atribuídas pela administração municipal;

XXVII - acionar órgãos Estaduais ou Federais de controle ambiental quando for necessário, bem como o Ministério Público;

XXVIII - aplicar as penalidades previstas nesta Lei e em seus regulamentos.

Seção III

Do Conselho Municipal de Meio Ambiente

Art. 11.O Conselho de Meio Ambiente de Campo Novo do Parecis – CMMA é órgão colegiado local de assessoramento do Poder Executivo Municipal, com funções recursal, deliberativa e consultiva sobre assuntos de sua competência, tendo como objetivo o acompanhamento de políticas públicas na área de meio ambiente, visando à proteção, à conservação e defesa do meio ambiente e à qualidade de vida da população do Município de Campo Novo do Parecis.

Parágrafo único.O CMMA, criado pela lei nº 1.726 de 12 de dezembro de 2014 têm sua regulamentação definida em seu Regimento Interno.

Seção IV

Do Fundo Municipal do Meio Ambiente

Art. 12.O Fundo Municipal do Meio Ambiente de Campo Novo do Parecis – FMMA, criado pela lei nº 1.726 de 12 de dezembro de 2014, tem como objetivo financiar planos, projetos, programas, pesquisas e atividades que visem o uso racional e sustentável dos recursos ambientais, bem como prover os recursos necessários ao controle, fiscalização, defesa e recuperação do meio ambiente e às ações de fortalecimento institucional.

Art. 13.Dos recursos financeiros do FMMA:

I - as transferências financeiras efetuadas constantes no orçamento do município;

II - a arrecadação das multas e infrações previstas em lei;

III - a renda proveniente das taxas de licenciamento ambiental;

IV - as contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações;

V - os recursos oriundos de convênios, acordos e contratos celebrados com instituições públicas e privados;

VI - as receitas resultantes de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas ou de organismos públicos e privados;

VII - os recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, previstos no artigo 3º, da Lei 7.797, de 10 de julho de 1989;

VIII - a remuneração oriunda de aplicação financeira;

IX - os recursos decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos considerados inservíveis de propriedade do Fundo;

X - outros recursos, de qualquer origem, que lhe sejam transferidos;

Parágrafo único. Os recursos mencionados neste artigo serão depositados em conta específica do Fundo Municipal de Meio Ambiente, no banco escolhido pelo Poder Executivo Municipal e geridos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 14.Compete ao órgão municipal ambiental, a aplicação dos recursos provenientes do FMMAS, sem prejuízo das competências de outros órgãos.

TÍTULO III

DO CONTROLE, PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DO CONTROLE DA POLUIÇÃO

Art. 15.O lançamento no meio ambiente de qualquer forma de matéria, energia ou substância, em qualquer estado físico, prejudicial ao ar, ao solo, ao subsolo, às águas, à fauna e à flora, deverá obedecer às normas estabelecidas, visando reduzir, previamente, os efeitos:

I - impróprios, nocivos ou ofensivos à saúde;

II - inconvenientes, inoportunos ou incômodos ao bem-estar público;

III - danosos às construções ou instalações, prejudiciais ao uso, gozo e segurança da coletividade.

Art. 16.Caberá ao órgão municipal de Meio Ambiente, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exigir, na forma da legislação vigente, a realização de estudo prévio de impacto ou análise de risco para instalação, operação e desenvolvimento de atividades que, de qualquer modo, possam degradar o Meio Ambiente.

Parágrafo único.O estudo referido no *caput* deste artigo deverá ser efetuado por equipe multidisciplinar, de acordo com as características da atividade licenciada.

Art. 17.A construção, instalação, ampliação ou funcionamento de qualquer atividade utilizadora de recursos ambientais, realizadas por pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da administração pública, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, assim como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerá do prévio licenciamento do órgão ambiental competente, seja municipal, estadual ou federal, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Art. 18.As fontes móveis de poluição serão controladas, conforme legislação estadual e federal, no que couber pelo Município.

Seção I

Da Poluição do Solo

Art. 19.É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos em qualquer estado de matéria, de natureza poluente, nos termos da legislação em vigor.

Art. 20.O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos poluentes de qualquer natureza se sua disposição for feita de forma adequada, estabelecidos em projetos específicos, sob orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao Conselho de Classe, inclusive para a atividade de transporte destes resíduos, vedando-se a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

§1º.Quando a disposição final, mencionada neste artigo, exigir a execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas.

§2º.Toda e qualquer disposição de resíduo no solo deverá possuir sistema de monitoramento das águas subterrâneas.

Art. 21.Os resíduos de produtos químicos e farmacêuticos e de reativos biológicos deverão receber tratamento que eliminem riscos ambientais, antes que lhes sejam dada à destinação final.

Art. 22. A acumulação de resíduos de qualquer natureza será tolerada pelo prazo máximo de um (01) ano e desde que o responsável comprove que não há risco à saúde pública e ao meio ambiente.

Art. 23.O tratamento, quando for o caso, o transporte e à disposição final de resíduos de qualquer natureza de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, que não sejam de responsabilidade do Município, deverão ser feitas pela própria fonte de poluição e às suas custas.

§1º.A execução, pelo Município, dos serviços mencionados neste artigo, não eximem de responsabilidade o responsável pela fonte de poluição, quanto à eventual transgressão de dispositivos desta Lei Complementar.

§2º.O disposto neste artigo aplica-se também aos lodos digeridos ou não, sistemas de tratamento de resíduos e de outros materiais.

§3º.A disposição final dos resíduos de qual trata este artigo, somente poderá ser feita em locais aprovados pelo órgão municipal competente.

Art. 24.Os resíduos de qualquer natureza, portadores de patogênicos ou de alta toxicidade, bem como inflamáveis, explosivos, radioativos e outros assemelhados, deverão sofrer, antes de sua disposição final no solo, tratamento e/ou acondicionamento adequados, estabelecidos através de projetos específicos, que atendam aos requisitos de proteção à saúde pública e ao meio ambiente.

§1° Os resíduos provenientes do tratamento de enfermidades infectocontagiosas, bem como os animais mortos, deverão ser coletados separadamente dos demais resíduos, submetidos a imediato tratamento adequado e acondicionados em recipiente apropriado até a sua posterior destinação final.

§2º.Os órgãos municipais de defesa civil deverão ser informados quanto à localização dos pontos de destinação final dos resíduos de que trata este artigo.

Seção II

Da Poluição das Águas

Art. 25.A classificação das águas interiores situadas no território do município, para os efeitos deste código, será aquela adotada pela correspondente resolução CONAMA 357/2005 alterada pela Resolução 410/2009 e pela 430/2011 ou a que vier a sucedê-la, e no que couber, pela Legislação Estadual.

Art. 26.É proibido o lançamento, direto ou indireto em corpos d'água, de qualquer resíduo, sólido, líquido ou pastoso em desacordo com os parâmetros definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da legislação estadual aplicável.

Art. 27.Todo e qualquer estabelecimento industrial ou de prestação de serviços potencialmente poluidor de águas, deverá possuir sistema de tratamento de efluentes líquidos que garanta a qualidade final dos despejos de forma a não provocar danos ao Meio Ambiente, dentro dos parâmetros de qualidade definidos nos instrumentos normativos do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e da Legislação Estadual.

Parágrafo único. As empresas que utilizam diretamente recursos hídricos ficam obrigadas a restaurar e a manter os ecossistemas naturais, conforme as condições exigíveis para o local.

Art. 28.As construções de unidades industriais, de estruturas ou de depósitos de armazenagem de substâncias capazes de causar riscos aos recursos hídricos, deverão localizar-se a uma distância mínima de 100 (cem) metros dos corpos d'água no perímetro urbano e de 200 (duzentos) metros em zona rural, e devem ser dotados de dispositivos de segurança e prevenção de acidentes.

Art. 29.Toda empresa ou instituição, responsável por fonte de poluição das águas deverá tratar adequadamente seu esgoto sanitário, sempre que não existir sistema público de coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos.

Art. 30.Os padrões de qualidade das águas e as concentrações de poluentes ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pelo CONAMA e pela legislação estadual.

Art. 31.Fica conferido ao Município o gerenciamento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos municipais, respeitadas as competências estaduais e federais.

Art. 32. É proibido desviar o leito das águas correntes, bem como obstruir, de qualquer forma, o seu curso, salvo mediante licença expedida pelo órgão ambiental competente.

Parágrafo único.As águas correntes, nascidas no limite de um terreno e que têm curso por ele, poderão ser reguladas, dentro dos limites do mesmo, mas nunca desviadas de seu escoamento natural ou represadas, em prejuízo dos vizinhos ou das vias públicas, observado o que estabelece a resolução CONAMA 369/2006, ou a que vier a sucedê-la.

Art. 33. Todo e qualquer uso de águas superficiais e de subsolo será objeto de licenciamento pelo órgão competente que levará em conta a política de usos múltiplos da água, respeitadas as demais competências.

Seção III

Da Poluição do Ar

Art. 34.Todo ambiente fechado com fonte de poluição do ar deverá ser provido de sistema de ventilação local exaustora, que deve receber tratamento adequado com sistema de filtros, de forma que o lançamento atenda plenamente o que estabelece a resolução CONAMA 003/1990, que trata de padrões de qualidade do ar ou a que vier a sucedê-la.

Parágrafo único. O lançamento de efluentes na atmosfera somente poderá ser realizado através de chaminé e nos limites de toxicidade que não afetam a saúde da população, atendendo o que estabelece o *caput* do artigo.

Art. 35.Em ambiente climatizado deve ser observado o que estabelece a Norma da ABNT NBR 6401 que trata de Instalações Centrais de ar condicionado para conforto – parâmetros básicos de projetos da ABNT, e a Resolução ANVISA RE 09/2003 ou as que vierem a sucedê-las.

Art. 36.O armazenamento de material fragmentado ou particulado deverá ser feito em silos adequadamente vedados ou em outros sistemas de controle de poluição do ar, de eficiência igual ou superior, de modo a impedir o arraste, pela ação dos ventos, do respectivo material.

Parágrafo único.Nas operações de britagem, moagem, transporte, manipulação, carga, descarga de material fragmentado ou particulado, poderão ser dispensadas das exigências referidas neste artigo, desde, que realizadas mediante processo de umidificação permanente.

Art. 37.É proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível.

§1º. É de responsabilidade do proprietário a manutenção de suas áreas, a fim de evitar a presença do fogo.

§2º.É proibida a queima em qualquer local de quaisquer materiais, seja lixo, vegetação ou outros em geral, que cause poluição atmosférica ou perda da biodiversidade.

Art. 38.É proibida a instalação e o funcionamento de incineradores de lixo residenciais.

Parágrafo único. A incineração de resíduos de serviços de saúde, bem como de resíduos industriais ou comerciais, fica condicionada à Licença Ambiental, a aprovação do Município e demais órgãos estaduais e federais competentes, quando necessário.

Art. 39.Os padrões de qualidade do ar e as concentrações de poluentes atmosféricos ficam restritos, até posterior regulamentação municipal, aos termos e parâmetros estabelecidos pela legislação federal e estadual.

Seção IV

Da Poluição Sonora

Art. 40.Considera-se poluição sonora a emissão de sons, ruídos e vibrações em decorrência de atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços, domésticas, sociais, de trânsito e de obras públicas ou privadas que causem desconforto ou excedam os limites estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, pelas posturas municipais, pelas resoluções do CONAMA e demais dispositivos legais em vigor, no interesse da saúde, da segurança e do sossego público.

Art. 41. Fica proibida a utilização ou funcionamento de qualquer instrumento ou equipamento fixo ou móvel, que produza, reproduza ou amplifique o som, no período diurno ou noturno, de modo que crie ruído além do limite real da propriedade ou dentro de uma zona sensível a ruídos.

§1º. É vedada a emissão de sons de quaisquer espécies, produzidos por quaisquer meios, que perturbem o bem-estar e sossego público, a serem obedecidos os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151/2002, que fixa as condições exigíveis para avaliação da aceitabilidade do ruído em comunidades, ou a norma que vier a sucedê-la;

§2º.Os níveis máximos de som nos períodos diurno e noturno serão aqueles determinados por legislação específica.

Art. 42.A emissão de sons, ruídos e vibrações produzidos por veículos automotores e os produzidos nos interiores dos ambientes de trabalho, obedecerão às normas expedidas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e pelo Ministério do Trabalho.

Art. 43.Quando da realização de eventos que utilizem equipamentos sonoros, tais como eventos culturais, carnaval, pré-carnaval e similares, os responsáveis estão obrigados a acordarem, previamente com o órgão relacionado à política municipal do meio ambiente quanto aos limites de emissão de sons.

§1º. A desobediência do disposto no *caput* deste artigo implicará na cominação das penalidades previstas pela legislação.

§2º.O horário máximo de realização das atividades que utilizem equipamentos sonoros, com seus respectivos parâmetros de emissão sonora, será até 23h30min, sendo respeitadas as normas da ABNT nos casos em que for necessária ultrapassar o limite de horário fixado e mediante obtenção de alvará de licença especial com discriminação de horários.

Art. 44.Para prevenir a poluição sonora, o município disciplinará o horário de funcionamento noturno das construções, condicionando a admissão de obras de construção civil aos domingos e feriados desde que satisfeitos as seguintes condições:

I - obtenção de alvará de licença especial, com discriminação de horários e tipos de serviços que poderão ser executados.

II - observância dos níveis de som estabelecidos nesta lei.

Art. 45.Não será expedido Alvará de Funcionamento sem que seja realizada vistoria no estabelecimento pelo órgão municipal responsável pela política de meio ambiente, para que fique registrada sua adequação para emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior.

Parágrafo único. Os estabelecimentos vistoriados e considerados adequados receberão autorização ambiental especial de utilização sonora (AAUS).

Art. 46. A Autorização Ambiental especial de Utilização Sonora (AAUS) será emitida pelo órgão responsável pela política de meio ambiente, e terá prazo de validade de 01 (um) a 02 (dois) anos, podendo ser renovado se atendidos os requisitos legais.

Art. 47.Qualquer munícipe poderá formular ao órgão responsável pela política do meio ambiente denúncia de desatendimento ás normas da legislação do combate à poluição sonora.

Parágrafo único**.** Recebida à informação, o órgão responsável pela política do meio ambiente deverá tomar providências necessárias para a sua imediata apuração e aplicação das penalidades cabíveis.

Art. 48.As medições deverão ser efetuadas com aparelho medidor de nível de som que atenda as recomendações da ABNT.

Seção V

Da Poluição Visual

Art. 49. Fica proibida a colocação de instrumentos de divulgação de publicidade, sejam quais forem à forma, composição ou finalidades do anúncio nos seguintes locais:

I - áreas de preservação ambiental, nos termos da legislação pertinente;

II - leitos dos rios, cursos d'água, reservatórios, lagos e represas, conforme legislação específica;

III - vias, parques, praças e outros logradouros públicos, salvo os anúncios de cooperação entre o Poder Público e a iniciativa privada, a serem definidos por legislação específica;

IV - postes de iluminação pública ou de rede de telefonia, inclusive cabines e telefones públicos, conforme autorização específica, exceção feita ao mobiliário urbano nos pontos permitidos pela Prefeitura;

V - torres ou postes de transmissão de energia elétrica;

VI - nos dutos de gás e de abastecimento de água, hidrantes, torres d'água e outros similares;

VII - faixas ou placas acopladas à sinalização de trânsito;

VIII - obras públicas como pontes, passarelas, viadutos e túneis, ainda que de domínio estadual e federal;

IX - nas árvores da arborização urbana.

Seção VI

Do Dano Ambiental de Natureza Rural

Art. 50.Considera-se dano ambiental de natureza rural todos os efeitos adversos ao Meio Ambiente decorrentes da prática de atividades rurais, tais como:

I - contaminação do solo, das águas, dos produtos agropecuários, das pessoas e dos animais, devido ao uso e a manipulação inadequados de agrotóxicos e/ou fertilizantes;

II - disposição de embalagem de agrotóxicos sobre o solo, deixando de fazer a entrega ao sistema de coleta junto a Central de Recebimento de Embalagens Vazias de Agrotóxicos;

III - lavagem de recipientes, utensílios e máquinas contaminadas com agrotóxicos, com a disposição das águas contaminadas em rios, lagos ou sobre o solo em concentrações fora dos padrões estabelecidos pela legislação;

IV - disposição de resíduos orgânicos de animais, sobre o solo, exceto através de técnicas adequadas aprovadas pelo Município ou demais órgãos competentes Federal e Estadual obedecendo sempre as normas pertinentes, precedidas de digestão e estabilização em instalações apropriadas.

Art. 51.É vedada sob qualquer hipótese a disposição de resíduos orgânicos de animais em cursos d'água ou nascentes.

Art. 52.Os estábulos, estrebarias, pocilgas, aviários e currais, bem como esterqueiras e depósitos de lixo, deverão ser localizados a uma distância mínima de 100 (cem) metros das habitações, das divisas dos terrenos vizinhos e das frentes das ruas ou estradas.

Art. 53. Compete, também, ao proprietário rural manter:

I - a arborização existente junto às margens das estradas municipais;

II - a limpeza da testada de seu imóvel e das respectivas margens das estradas;

III - as práticas mecânicas conservacionistas, de forma a não comprometer o sistema previamente implantado.

Art. 54.O Município, articulado com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA e com os demais órgãos estaduais e federais afins, desenvolverá programas de educação ambiental e sensibilização específica para o controle dos danos ambientais de natureza rural.

CAPÍTULO II

DA SEGURANÇA OPERACIONAL NO USO DE AGROTÓXICOS

Art. 55.A aplicação, o manuseio, o armazenamento e o transporte de Agrotóxicos e Afins, para efeito da segurança operacional e para a proteção da saúde humana e do meio ambiente, deverão submeter-se as regras estabelecidas nesta Lei.

§1º. Para efeito de segurança operacional, as aplicações terrestres e aéreas, de Agrotóxicos e Afins ficam restritas as áreas tratadas observando-se as seguintes regras:

I - fica proibida a utilização de Agrotóxicos e Afins nas áreas de preservação permanente, reserva legal, reservas naturais de patrimônio público ou privado, unidades de conservação e outras áreas de proteção previstas de acordo com o código florestal e código ambiental do Estado;

II - fica proibida a aplicação ou pulverização de agrotóxicos, seus componentes e afins em toda a zona urbana do Município com uso de pulverizador autopropelido e/ou tratorizado;

III - os danos, advindos da utilização de Agrotóxicos e Afins serão de inteira responsabilidade do usuário ou prestador de serviços;

IV - no local de operação, onde é feito o manuseio dos Agrotóxicos e Afins, deverá ser mantido fácil acesso sabão e água para higiene pessoal;

V - é obrigatório a utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, fornecido pelo empregador, no manuseio e aplicação de Agrotóxicos e Afins;

VI - é proibida a captação de água com equipamento destinado à pulverização de Agrotóxicos e Afins, diretamente em cursos d'água, represas, açudes, lagos e lagoas;

VII - a água proveniente da lavagem do tanque, bicos, filtros e mangueiras dos equipamentos destinados à pulverização terrestre deverão ser aplicados diretamente na lavoura;

VIII - é vedada a utilização indiscriminada de agrotóxicos, seus componentes e afins de qualquer espécie nas lavouras, salvo produtos devidamente registrados e autorizados pelos órgãos competentes.

IX - a aplicação de agrotóxicos e biocidas nas lavouras será executada de forma controlada, sob orientação de técnico devidamente habilitado em conselho de classe, com a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART,

§2º. Além das regras estabelecidas no parágrafo anterior e seus incisos, nas aplicações terrestres, de Agrotóxicos e Afins serão observadas as seguintes regras:

I - não é permitida a aplicação terrestre mecanizada de agrotóxicos em áreas urbanas e rurais situadas a uma distância mínima de 90 (noventa) metros de povoações, vilas, bairros, mananciais de captação de água, moradia isolada, agrupamento de animais (em criação intensiva, aviários e confinamentos), rios, córregos, lagos e nascentes, ainda que intermitentes;

II - em locais que existem criação de animais de forma não intensiva, a distância de aplicação de produtos agrotóxicos deverá ser, no mínimo, de 10 (dez) metros em áreas rurais;

III - não é permitido transitar com pulverizador autopropelido e/ou tratorizado que contenham Agrotóxicos e Afins em áreas urbanas de Campo Novo do Parecis;

IV - o trânsito de pulverizador autopropelido e/ou tratorizado no perímetro urbano será autorizado desde que não contenham Agrotóxicos e Afins, estejam lavados, descontaminados e respeitados as normas de trânsito.

§3º. A aplicação terrestre, de Agrotóxicos e Afins em área urbana será permitida desde que executadas com uso de aparelhos costais e observada as seguintes regras:

I - restrita a área tratada;

II - sejam utilizados preferencialmente agrotóxicos de baixa toxicidade.

§4º. Aplicação de agrotóxicos e biocidas nas lavouras de forma controlada, sob orientação de técnico devidamente habilitado em conselho de classe, com a emissão da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART,

§5º. A comercialização de substâncias agrotóxicas, seus componentes e afins far-se-á mediante receituário agronômico.

§6º. Considerar-se-á perímetro urbano, além das últimas ruas que circundam a cidade, as zonas rurais onde existem escolas, devendo ser respeitadas as distâncias constantes nos parágrafos e incisos anteriores.

Art. 56.A aviação agrícola, com fins de controle fitossanitário, será permitida mediante a observação dos seguintes parâmetros e requisitos:

I - observar-se-á as regras estabelecidas no § 1º, incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX do art. 55 desta lei;

II - não é permitida a aplicação aérea de agrotóxicos e afins em áreas situadas a uma distância mínima de 2000 (dois) mil metros das construções, empreendimentos e habitações do perímetro urbano de Campo Novo do Parecis;

III - aplicação de qualquer substância atóxica será permitida, devendo, porém ocorrer sob orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agronômico, respondendo solidariamente por eventuais danos causados o profissional responsável pela referida ART, a empresa de aplicação, o contratante do serviço e o proprietário da aeronave utilizada para tal fim;

IV - é proibida aplicação por aviação, de agrotóxicos de classificação toxicológica I;

V - Agrotóxicos de classificação toxicológica II, III e IV poderão ser aplicados, mediante orientação de profissional devidamente habilitado, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, registrada junto ao Conselho de Classe, com respectivo receituário agronômico e desde que sejam supervisionados por técnico responsável, devendo ainda observar o disposto no inciso "IV" deste artigo;

VI - a aplicação de agrotóxicos de qualquer classificação não poderá ser feita com ventos superiores a 10 Km/H e desde que na temperatura indicada no receituário de aplicação;

VII - a responsabilidade residual por quaisquer malefícios oriundos da aplicação de produtos por aviação será da empresa aplicadora, não excluindo a responsabilidade solidária do contratante, do profissional responsável pela ART, e do proprietário da aeronave utilizada.

Parágrafo único.Para fins de classificação toxicológica a que se refere este artigo, serão considerados os parâmetros estabelecidos no Decreto Federal 4.074/2002, que regulamenta a Lei Federal 7.802/1989 alterada pela Lei Federal 9.974/2000.

Art. 57.É vedado sob qualquer hipótese o sobrevôo de aeronaves de aviação agrícola delimitado por uma distância não inferior a 1.000 (mil) metros do perímetro urbano da cidade de Campo Novo do Parecis.

§1º. Qualquer pessoa física ou jurídica responsável pela execução de serviços de pulverização agrícola, com o uso de aeronave, fica obrigada, além de sujeita as penalidades previstas nesta Lei, a ressarcir todos os prejuízos causados a terceiros, no caso de pulverizar, por acidente ou intencionalmente, qualquer propriedade alheia ou área de preservação.

§2º. O pagamento das indenizações e multas previstas nesta lei não exime o infrator de eventuais responsabilidades civis e criminais.

Art. 58. É proibida a reutilização de qualquer tipo de vasilhame de agrotóxico, seus componentes e afins, assim como sua disposição final junto aos recursos hídricos.

Art. 59. É proibida a descontaminação, a lavagem e a limpeza dos equipamentos de aplicação de agrotóxicos e seus componentes em lava jatos, vias públicas ou propriedades particulares no perímetro urbano do município de Campo Novo do Parecis.

Parágrafo único. A descontaminação, a lavagem e a limpeza dos equipamentos de aplicação de agrotóxicos, deverão ocorrer nas propriedades rurais, em local apropriado, que deverá possuir sistema de tratamento de águas residuais, bem como licenciamento ambiental.

CAPÍTULO III

DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 60. Todo aquele que determinar o uso ou utilizar substâncias, produtos, objetos ou resíduos perigosos, deverá tomar precauções para que não apresentem perigo e risco à saúde pública e não afetem o Meio Ambiente, observadas as instruções técnicas pertinentes.

§ 1º. À Coordenadoria do Meio Ambiente caberá, relativamente ao disposto neste artigo:

I - fiscalizar o cumprimento das normas técnicas de armazenagem, comércio e transporte;

II - auxiliar na divulgação de listas de substâncias, produtos, resíduos perigosos ou de uso proibido no Município;

III - fiscalizar a coleta e destinação final das substâncias e resíduos mencionados no inciso anterior.

§2º. Entende-se por resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica, conforme Lei Federal 12.305/2010 e Norma ABNT NBR 10.004/2004.

CAPÍTULO IV

DO USO DO SOLO

Art. 61.Na análise de projetos de ocupação, uso e parcelamento do solo, serão observadas as disposições da Lei n° 1.859/2016 de 27 de dezembro de 2016, o Município em consonância com os órgãos estaduais e federais pertinentes, manifestar-se-á de forma orientativa em relação aos aspectos de proteção do solo, da fauna, da cobertura vegetal e das águas superficiais, subterrâneas, fluentes, emergentes e reservadas, sempre que os projetos:

I - exijam práticas conservacionistas de controle de erosão, de recuperação ou manutenção das condições físicas, químicas e biológicas do solo e de adequação da operacionalização da propriedade rural, com base em conhecimentos técnico - científicos disponíveis;

II - necessitem da construção ou manutenção de estradas e carreadores, devendo ser precedidos de estudos prévios pelos quais serão definidos os cuidados e os tratamentos conservacionistas adequados a fim de evitar a erosão ou eliminá-la, quando já existente;

III - tenham interferência sobre reservas de áreas verdes e sobre a proteção de interesses arquitetônicos, urbanísticos, paisagísticos, históricos, arqueológicos, culturais, espeleológicos e ecológicos.

§1º. Consideram-se tratamentos conservacionistas as medidas e procedimentos adequados que evitem ou solucionem problemas de erosão, nos leitos das estradas, taludes e faixas de domínio, bem como seus efeitos nas propriedades adjacentes.

§2º. As propriedades adjacentes não poderão utilizar-se do leito das estradas para canalizar as águas das chuvas oriundas da própria propriedade.

§3º. Os proprietários rurais deverão, a qualquer época, permitir o desbarrancamento para viabilizar a correção e contenção das águas pluviais do leito das estradas e para a construção de passadores, na distância equivalente a até três vezes a largura da pista de rolamento das estradas, em cada margem.

Art. 62.Os projetos de controle de erosão, realizados pelos órgãos municipais competentes nas áreas urbanas e rurais, deverão ser compatibilizados às áreas limítrofes do perímetro urbano, considerando a existência de pontos comuns de superposição de espaços.

Art. 63. A conservação do solo e dos recursos naturais deverá fazer parte obrigatória do currículo básico de ensino nas redes pública e privada, de acordo com os PCN's integrando-os nos termos transversais desenvolvidos através de projetos interdisciplinares.

Art. 64.Nas estradas rurais e de acesso às propriedades, obedecido ao Código de Posturas do município, deve o proprietário rural manter e conservar a mesma, criando mecanismos de contenção de águas pluviais, de forma a evitar o arraste, o carregamento e a erosão de solo, sob pena de aplicação de sanções previstas nesta lei.

CAPÍTULO V

DAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS DAS EDIFICAÇÕES

Art. 65.O Município exigirá adequação às normas municipais, estaduais ou federais relacionadas à construção civil, para aprovação de projetos de novas edificações públicas ou privadas, objetivando economia de energia elétrica destinada à climatização, à iluminação e aquecimento da água.

Parágrafo único. As edificações públicas ou privadas já instalados na data da publicação desta lei se adequarão ao máximo possível, às exigências estabelecidas no *caput* deste Artigo.

Art. 66.Sem prejuízo de outras licenças exigidas em lei, estão sujeitos à aprovação do Município, os projetos de construção, reconstrução, reformas e ampliação de edificações destinadas a:

I - manipulação, industrialização, armazenagem e comercialização de produtos químicos e farmacêuticos;

II - atividades que produzam elementos poluentes que possam contaminar pessoas ou degradar o Meio Ambiente;

III - indústrias de qualquer natureza;

IV - espetáculos ou diversões públicas, quando potenciais produtores de ruídos.

Art. 67. Os proprietários e/ou usuários de edificações, ficam obrigados a cumprir as normas determinadas pelas autoridades ambientais e sanitárias.

§1º. No perímetro urbano, os depósitos de agrotóxicos deverão ser construídos a uma distancia mínima de 20(vinte) metros de depósitos de medicamentos; depósito de água; de habitações e de locais onde são conservados, preparados ou consumidos alimentos, bem como área de circulação de pessoas;

§2º. Os depósitos de agrotóxicos já instalados na data da publicação desta lei se adequarão ao máximo possível, às exigências estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 68.Os cemitérios e crematórios obedecerão às normas ambientais e sanitárias aprovadas pelo município e pela Secretaria de Saúde do Governo do Estado, no que se refere à localização, construção, instalação e funcionamento.

CAPÍTULO VI

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 69. A promoção de medidas de saneamento básico, residencial, comercial e industrial, essenciais à proteção do meio ambiente, constitui obrigação do poder público, da coletividade e dos detentores dos meios de produção, cabendo-lhes, no exercício da atividade, cumprir determinações legais regulamentares, bem como atender às recomendações, vedações e interdições ditadas pelas autoridades ambientais e sanitárias competentes.

Art. 70.Os serviços de saneamento básico, tais como os de abastecimento de água, coleta, tratamento e disposição final de esgotos e de lixo, operados por órgãos e entidades de qualquer natureza, estão sujeitos ao controle do órgão municipal competente, sem prejuízo daquele exercido por outros órgãos nas esferas estadual e federal, observado o disposto neste código, no seu regulamento e nas demais normas técnicas correlatas.

Parágrafo único. A construção, a reconstrução, reformas, ampliação e operação de sistemas de saneamento básico, bem como a perfuração e a operação de poços tubulares profundos e/ou artesianos, deverá ter seus respectivos projetos aprovados previamente pelos órgãos ambientais competentes, observados o disposto pela legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 71.Os órgãos e entidades responsáveis pela operação do sistema de abastecimento público de água deverão adotar as normas e o padrão de potabilidade do produto, estabelecidos pelo Ministério da Saúde, pela Secretaria Estadual e Municipal da Saúde.

Art. 72.Os órgãos e entidades a que se refere o artigo anterior estão obrigados a adotar as medidas técnicas corretivas destinadas a sanar, de imediato, as falhas que impliquem inobservância das normas e do padrão de potabilidade da água.

Art. 73.O município garantirá o acesso público ao registro permanente de informações sobre a qualidade da água fornecida pelos sistemas de abastecimento público.

Art. 74.É obrigação do proprietário ou do usuário do imóvel a construção de adequadas instalações domiciliares de abastecimento, armazenamento, distribuição e esgotamento de água, cabendo-lhes a necessária conservação, sendo que, todo projeto de sistema de tratamento e destinação final de efluentes deverá ser aprovado pelo órgão municipal competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos das esferas estadual e federal.

Art. 75.Os esgotos sanitários deverão ser coletados, tratados e receber destinação adequada, de forma a evitar contaminações de qualquer natureza.

Art. 76.No município serão instaladas pelo poder público, diretamente ou em regime de concessão, estações de tratamento, elevatórias, rede coletora e emissária de esgotos sanitários.

Art. 77.É obrigatória a existência de instalações sanitárias adequadas nas edificações e a sua ligação à rede pública coletora.

§1º. Quando não existir rede coletora de esgoto, as medidas adequadas ficam sujeitas à aprovação do órgão municipal competente, sem prejuízo das competências de outros órgãos, federais ou estaduais, que fiscalizarão a sua execução e manutenção, sendo vedado o lançamento de esgotos "in natura" a céu aberto ou na rede de águas pluviais.

§2º. Quando o esgoto doméstico for lançado em galeria pluvial em função da inexistência de rede coletora de esgoto, o mesmo deve receber tratamento adequado, inclusive desinfecção, a nível tal que não provoque qualquer dano a coletividade, cabendo à municipalidade, através do órgão municipal competente, cobrar relatórios e análises periódicas de qualidade do efluente final a ser providenciado pelo responsável gerador do despejo.

§3º. Por notificação do órgão municipal competente, a concessionária dos serviços de saneamento básico fará as ligações de prédios servidos pela rede coletora de esgotos sanitários, lançando os valores à conta do beneficiário, nos moldes do estabelecido nos termos da concessão.

Art. 78.A coleta, o transporte, tratamento e disposição final do lixo processar-se-ão em condições que não tragam malefícios ou inconvenientes à saúde, ao bem estar público ou ao meio ambiente.

Parágrafo único.A Prefeitura Municipal, Por meio da Coordenadoria de Meio Ambiente fará o monitoramento dos líquidos percolados dos aterros de lixo urbano e industrial no município, fornecendo à Secretaria Municipal de Saúde as informações e os dados resultantes dessa atividade.

Art. 79.Fica expressamente proibido:

I - deposição de lixo em locais inapropriados, tanto em áreas urbanas como rurais;

II - a incineração e a disposição final de lixo de qualquer natureza a céu aberto;

III - o lançamento de lixo em água de superfície, sistemas de drenagem de águas pluviais, poços, cacimbas e áreas erodidas.

Parágrafo único. É obrigatória a desinfecção do lixo dos serviços de saúde, bem como sua adequada coleta, transporte e disposição final, sempre obedecida às normas técnicas pertinentes.

CAPÍTULO VII

DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 80. Caberá ao município criar mecanismos para realização da gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos municipais respeitados os prazos estabelecidos na Lei 12.305 de 2010 que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Art. 81. São prioridades na gestão dos resíduos sólidos:

I - monitorar a geração de resíduos;

II - incentivar a redução de material sólido produzido;

III - incentivar a reutilização e a reciclagem dos resíduos produzidos;

IV - coibir e fiscalizar a disposição inadequada de resíduos;

V - promover o tratamento e a coleta seletiva;

VI - controlar e gerir disposição final dos resíduos sólidos;

VII - elaborar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Município de Campo Novo do Parecis.

Parágrafo único.O município fará diretamente gestão dos resíduos sólidos, ou poderá fazer a concessão dos serviços.

CAPÍTULO VIII

DO ZONEAMENTO AMBIENTAL

Art. 82.O zoneamento ambiental consiste na definição de áreas do território do Município, de modo a regular as atividades e definir ações para a proteção, conservação e melhoria da qualidade do Meio Ambiente, considerando as características ou atributos das áreas.

Art. 83. O Zoneamento Ambiental definido pela Lei Complementar nº 006/2003 e Lei Ordinária 1.859/2016 – que dispõem sobre o Macrozoneamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo ou legislação específica a partir das informações levantadas de forma participativa com a comunidade.

Art. 84.O território do Município de Campo Novo do Parecis será dividido em regiões homogêneas, denominadas Macrozona Urbana e Macrozona Rural, na forma da Lei Complementar nº 006/2003 e Lei Ordinária 1.859/2016 – que dispõem sobre o Macrozoneamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Campo Novo do Parecis, e seus anexos.

Art. 85. A Macrozona Urbana se divide em:

I - Zonas Residenciais (ZR);

II - Zonas Comerciais e de Serviços (ZC);

III - Corredores de Serviço (CS);

IV - Zonas Industriais (ZI);

V - Zonas Especiais (ZE), classificadas em:

a) Zonas de Preservação Ambiental e Reflorestamento;

b) Zonas Históricas, Culturais ou/e Paisagísticas;

c) Zonas Institucionais.

Parágrafo único. A caracterização, a classificação, a delimitação, as definições e as diretrizes das Zonas Residenciais (ZR); Zonas Comerciais e de Serviços (ZC); Corredores de Serviço (CS); Zonas Industriais (ZI); e das Zonas Especiais (ZE), estão normatizadas na Lei Complementar nº 006/2003 e Lei Ordinária 1.859/2016 – que dispõem sobre o Macrozoneamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Campo Novo do Parecis.

Art. 86. A Macrozona Rural se dividirá em:

I. Zona de Produção Agrícola (ZPA);

II. Zona de Proteção Ambiental (ZPAM);

III. Zona de Proteção Indígena (ZPI).

Parágrafo único. A caracterização, a classificação, a delimitação, as definições e as diretrizes da Zona de Produção Agrícola (ZPA); da Zona de Proteção Ambiental (ZPAM) e da Zona de Proteção Indígena (ZPI), serão normatizadas na Lei Complementar nº 006/2003 e Lei Ordinária 1.859/2016 – que dispõem sobre o Macrozoneamento, Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Campo Novo do Parecis.

Seção I

Áreas de Uso Regulamentado e Unidades de Conservação

Art. 87. Na regulamentação desta Lei serão observadas, além das normas estabelecidas na legislação correlata ao Plano Diretor e demais disposições estabelecidas em legislação federal, estadual e municipal, o disposto nesta seção, a fim de assegurar o atendimento às peculiaridades locais.

Art. 88. Serão definidos por legislação especificas os critérios de proteção das atividades e do patrimônio ambientais municipal abaixo relacionado:

I - os rios;

II - os córregos e lagos naturais;

III - os ecossistemas no meio rural;

IV - as áreas verdes, públicas ou privadas, os parques, as praças já existentes e as criadas pelo Poder Público e por projetos de loteamento;

V - a utilização do solo rural e urbano;

VI - as áreas de declive e as com afloramento de rocha;

VII - as áreas alagadiças;

VIII - a atividade industrial;

IX - a atividade agrícola;

X - a coleta e o destino final do lixo;

XI - o esgotamento sanitário e a drenagem;

XII - a arborização urbana.

Art. 89. O Poder Público Municipal poderá criar ou autorizar a criação de unidades de conservação, tais como: Área de Proteção Ambiental (APA), Parques Municipais, Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos e para turismo ecológico.

Parágrafo único.O uso e ocupação dos recursos naturais das unidades de conservação serão definidos nos respectivos Planos de Manejo.

CAPÍTULO IX

DA PROTEÇÃO DA FLORA

Art. 90.O cerrado e as demais formas de vegetação existente no território municipal, reconhecidas de utilidade para as terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente o que esta Lei estabelece.

Parágrafo único.As ações que contrariem o disposto neste Código, relativamente à utilização e exploração do cerrado e demais formas de vegetação, são consideradas uso nocivo da propriedade.

Art. 91. Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais e urbanas o cerrado e demais formas de vegetação natural, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de:

a) de 30 (trinta) metros, para os cursos d’água de menos de 10 (dez) metros de largura;

b) de 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) metros a 50 (cinquenta) metros de largura;

c) de 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) metros a 200 (duzentos) metros de largura;

d) de 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) metros a 600 (seiscentos) metros de largura;

e) de 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

II - ao redor das lagoas ou lagos e reservatórios d'água naturais ou artificiais, represas hidrelétricas ou de uso múltiplo, em faixa marginal, cuja largura mínima será de 100 (cem) metros;

III - nas nascentes, ainda que intermitentes, nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja sua situação topográfica, nas veredas, e nas cachoeiras ou quedas d'água, num raio mínimo de 100 (cem) metros;

IV - no topo dos morros, montes e serras;

V - nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 (quarenta e cinco) graus;

VI - nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeção horizontal;

VII - em áreas alagáveis e encharcadas que margeiam os rios do município;

VIII - em formações vegetais e pedológicas associadas aos sítios arqueológicos, cujo manejo deve obedecer a critérios técnicos, visando à conservação de tal patrimônio.

§1º. O acesso a corpos d’água protegidos por este artigo e seu uso eventual e específico será autorizado, mediante a apresentação de projeto detalhado e/ou estudos de impacto ambiental a critério do Município, e em obediência a legislação Estadual e Federal pertinentes.

§2º. Para a definição das demais áreas de preservação permanente, serão adotados os conceitos estabelecidos pela correspondente Resolução do CONAMA.

Art. 92.Fica proibido à confecção, comercialização, transporte e a prática de soltar balões com tochas de fogo, capazes de provocar incêndios em propriedades urbanas ou rurais.

Art. 93.As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base ou que sua produção dependa de carvão vegetal, lenha ou outra matéria-prima vegetal, são obrigadas a manter florestas próprias para exploração racional ou a formar, ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, ou ainda a aquisição de terceiros devidamente licenciados pelos órgãos competentes.

Art. 94.É proibida a prática de queimadas no cerrado e demais formas de vegetação, exceto em condições especiais, tecnicamente recomendadas.

Art. 95. Nas áreas urbanas do Município, é proibido atear fogo às palhadas ou matos, mesmo em terrenos baldios.

Parágrafo único.Todo proprietário de terreno urbano ou chácara localizada na Macrozona Urbana, é obrigado a mantê-lo capinado, em perfeito estado de limpeza e a protegê-lo adequadamente, de modo a que não seja usado como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza.

Art. 96.A exploração do cerrado e de formações sucessoras, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá de aprovação do Município, ou de órgão integrante do SISNAMA, conveniado com a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico- Coordenadoria de Meio Ambiente, bem como da adoção de técnicas de condução, exploração, reposição florestal e manejo compatíveis com os variados ecossistemas que a cobertura arbórea forma.

Parágrafo único.No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas.

Art. 97. O comércio de plantas vivas, nativas dos cerrados naturais, dependerá de licença específica, expedida pelo Município, mediante apresentação dos documentos exigidos pelos órgãos estaduais e federais.

Art. 98.As empresas de beneficiamento de madeiras, deverão apresentar o registro do seu cadastramento no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, junto a Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e os respectivos projetos.

Art. 99.Ficam obrigados a apresentar o comprovante de registro no IBAMA ou na SEMA/MT, no ato de obtenção do alvará de funcionamento, os estabelecimentos responsáveis pela comercialização de moto serras, bem como os adquirentes desses equipamentos.

Art. 100.O Município exigirá, sempre que considerar necessário o reflorestamento ecológico em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices razoáveis de cobertura vegetal, de acordo com a legislação vigente.

Art. 101.O Poder Público incentivará tecnicamente reflorestamentos de espécies nativas nas suas propriedades, podendo manter para tal objetivo viveiros de mudas, que suprirão também, dentro de suas possibilidades as demandas da população interessada.

CAPÍTULO X

DA ARBORIZAÇÃO URBANA

Art. 102.Por arborização urbana, entende-se como o conjunto de plantas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida urbana nos espaços, passeios e logradouros públicos e privados, cultivadas isoladamente ou em agrupamentos arbóreos, e as árvores declaradas imunes ao corte.

Art. 103.A fiscalização da arborização urbana será exercida pela fiscalização ambiental da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, respeitada a competência dos órgãos estaduais e federais.

Art. 104.A vistoria para autorização do corte de árvores será feita por fiscal de meio ambiente do quadro de servidores do Município, devendo este ser capacitado para tal função.

Art. 105. A autorização para poda, substituição de árvores ou intervenção em raízes, nas árvores situadas nos logradouros públicos, deverá ser feita mediante requerimento que deverá constar:

I - identificação e qualificação da espécie;

II - estado fitossanitário da espécie em avaliação;

III - nome e endereço onde se encontra;

IV - justificativa da necessidade de intervenção;

V - documentação fotográfica, se necessário.

Art. 106.O Departamento de Fiscalização Ambiental dará a autorização para a intervenção por escrito, na qual constarão as exigências condicionais para a execução dos serviços, a ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

Art. 107.No caso de autorização para substituição de árvores (ASA), deverão ser plantadas árvores como forma de substituição, sendo proibido o plantio de palmeiras, plantas tóxicas, plantas espinhosas e/ou arbustos ornamentais.

Art. 108.Consideram-se infrações à arborização urbana:

I - pintar, colocar cartazes, anúncios, faixas, suportes de qualquer natureza nas árvores da arborização urbana.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

II - poda drástica em árvores.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

III - causar injúrias físicas ou químicas em árvores.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

IV - não realizar a substituição (plantio) da árvore cortada com autorização.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

V - cortar, suprimir ou matar árvores sem autorização.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

Parágrafo único.Na aplicação das multas a que se refere o *caput* deste artigo serão consideradas as situações atenuantes e agravantes conforme previstos nos artigos 161 e 162 da presente Lei, a ser regulamentado.

Art. 109. Demais disposições sobre a arborização urbana serão regulamentas por legislação própria.

CAPÍTULO XI

DA PROTEÇÃO DA FAUNA

Art. 110.Acha-se sob proteção do Poder Público, os animais de qualquer espécie, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivam fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, sendo proibida a sua utilização, destruição, perseguição, caça, apanha ou aprisionamento, salvo nas condições autorizadas pela Lei.

Art. 111. É proibida a prática de maus tratos em animais, considerando-se como tal:

I - praticar ato de abuso ou crueldade em qualquer animal;

II - manter animais em lugares anti-higiênicos ou que lhes impeçam a respiração, o movimento ou descanso, ou os privem de ar, água e/ou luz;

III - manter animais em local sem abrigo contra chuva, insolação, ventos e frio;

IV - adestrar animais com maus tratos físicos;

Art. 112. As pessoas físicas ou jurídicas, que negociem animais silvestres e seus produtos, deverão possuir o competente registro no IBAMA, nos moldes do Art.16, da Lei 5.197 de 03 de janeiro de 1967, (Lei de Proteção à Fauna).

Parágrafo único. É proibido transportar, negociar ou caçar, em qualquer época do ano, aves e animais silvestres sem a licença ou autorização formal do órgão competente.

CAPÍTULO XII

DA ATIVIDADE PESQUEIRA

Art. 113.Para os efeitos desta Lei Complementar definem-se por pesca todos os atos tendentes a capturar ou extrair elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida.

Art. 114. A atividade pesqueira pode efetuar-se:

I - com fins comerciais, quando tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor;

II - com fins desportivos ou de lazer, quando praticada com caniço, linha de mão, aparelhos de mergulho ou com quaisquer outros permitidos pela autoridade competente e que, em nenhuma hipótese, venha a importar em atividade comercial;

III - com fins científicos, quando exercida unicamente com vistas à pesquisa, realizada por instituições ou pessoas devidamente habilitadas para este fim.

Parágrafo único.Fica vedada a pesca predatória em toda a sua forma, cabendo aos infratores as sanções previstas na lei pertinente.

Art. 115. São de domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas dominiais.

Art. 116.A pesca pode ser exercida, obedecidos aos atos emanados do órgão competente da administração pública, em regime de Acordo.

§1º. A relação das espécies, seus tamanhos mínimos e épocas de proteção serão fixados pelas autoridades competentes do SISNAMA.

§2º. A pesca pode ser proibida, transitória ou permanente, em águas de domínio público ou privado.

§3º.Nas águas de domínio privado, a pesca requer o consentimento expresso ou tácito dos proprietários.

Art. 117.É proibida a importação ou exportação de quaisquer espécies aquáticas, em qualquer estágio de evolução, bem como a introdução de espécies nativas ou exóticas nas águas interiores, sem autorização do órgão competente.

Art. 118. É proibido pescar:

I - nos lugares e épocas interditados pelo órgão competente.

II - em locais onde o exercício da pesca cause embaraço a navegação;

III - com dinamite e outros explosivos comuns ou com substâncias que, em contato com a água, possam agir de forma explosiva;

IV - com substâncias tóxicas;

V - a menos de 500 (quinhentos) metros das saídas de esgotos;

VI - em águas poluídas;

VII - em cursos d'água, nos períodos em que ocorrem fenômenos migratórios para reprodução e em água parada, nos períodos de desova, reprodução ou defeso.

Art. 119. O proprietário ou concessionário de represas em cursos d'água além de outras disposições legais é obrigado a tomar medidas de proteção à fauna.

Art. 120. Serão determinadas medidas de proteção à fauna em quaisquer obras que importem na alteração do regime dos cursos d'água, mesmo quando ordenados pelo Poder Público.

CAPÍTULO XIII

DOS FUNDOS DO VALE E FAIXA DE DRENAGEM

Art. 121.São considerados fundos de vale, para os efeitos desta Lei, as áreas críticas nas faixas de preservação permanente nas nascentes, córregos, rios e lagoas, de acordo com o que estabelece o Código Florestal Brasileiro (Lei Federal n. 12.651/2012).

Art. 122. São consideradas faixas de drenagem as faixas de terrenos compreendendo os cursos de água, córregos ou fundos de vale, dimensionados de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas.

Art. 123. As faixas de drenagem deverão apresentar uma largura mínima de forma a acomodar satisfatoriamente um canal aberto cuja seção transversal seja capaz de escoar as águas pluviais da bacia hidrográfica à montante do ponto considerado.

§1º. Para a determinação da seção de vazão, deverá a bacia hidrográfica ser interpretada como totalmente urbanizada e ocupada.

§2º.Os elementos necessários aos cálculos de dimensionamento hidráulico, como intensidade de chuvas, coeficiente de escoamento superficial, tempos de concentração, coeficiente de distribuição das chuvas, tempos de recorrência e outros, serão definidos por órgão técnico competente, levando em consideração as condições mais críticas.

Art. 124.As áreas de fundos de vale obedecerão às faixas de preservação permanente e às disposições legais.

Art. 125.As diretrizes para loteamento de áreas que apresentarem cursos de água de qualquer porte ou fundos de vale observarão, além dos preceitos contidos na legislação sobre parcelamento do solo urbano, o disposto nesta Lei.

Art. 126.No tocante ao uso do solo, os fundos de vale serão destinados, prioritariamente:

I - à proteção das matas nativas;

II - à implantação de parques lineares para a prática de atividades educativas, recreativas e de lazer;

III - à preservação de áreas críticas.

Art. 127.Compete ao Conselho Municipal do Meio Ambiente:

I - examinar e decidir sobre outros usos que não estejam enquadrados no artigo anterior;

II - propor normas para regulamentação dos usos adequados aos fundos de vale.

Art. 128. Os imóveis a serem loteados e que apresentarem cursos d'água de qualquer porte ou contiverem áreas especiais de preservação de fundo de vale, deverão receber as diretrizes de arruamento vinculadas às faixas de proteção de que trata a presente Lei.

§1º. Dependendo da categoria do curso d'água, ou mesmo em função da topografia, o Município poderá exigir aterros, respeitadas sempre as faixas mínimas de drenagem.

§2º. A critério do órgão competente, poderão o proprietário do loteamento promover a execução das tubulações necessárias à drenagem e aos cursos d'água obedecidos os projetos de drenagem do Município.

§3º. Aos Empreendimentos localizados em fundos de vales poderá ser exigido estudo hidrológico;

§4°. Nos locais onde o lençol freático apresentar pouca profundidade será exigido instalações de reservatórios impermeáveis para esgotamento sanitário.

Art. 129. As construções existentes nas áreas especiais de preservação de fundos de vale e que, quanto ao uso ou ocupação de solo, se apresentem em desconformidade com o disposto nesta Lei, serão mantidas enquanto perdurarem os efeitos dos respectivos alvarás.

Parágrafo único. As reformas e/ou alterações das construções referidas neste artigo, somente serão autorizadas se atendidos os dispositivos desta Lei.

TÍTULO IV

DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO

E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 130.O Município, no exercício de sua competência, poderá expedir às seguintes licenças, de caráter obrigatório, respeitadas as competências estadual e federal:

I - Licença Prévia (LP): Será concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): Autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III - Licença de Operação (LO): Será concedida depois de cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o início do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto nas Licenças Prévias (LP) e de Instalação (LI);

IV - Licença de Operação Provisória (LOP) - Será concedida, na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação de empreendimentos, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário, passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

V - Autorização Ambiental especial de Utilização Sonora (AAUS): é concedida aos estabelecimentos vistoriados e considerados adequados quanto à emissão de sons provenientes de quaisquer fontes, limitando a passagem sonora para o exterior conforme os parâmetros da Norma da ABNT NBR 10151;

VI - Autorização Ambiental (AA): Autorização para intervenções, ações ou atividades no meio ambiente de caráter temporário, previamente determinado, de natureza única ou de curta duração.

Art. 131.O Município estabelecerá os prazos de validade de cada tipo de licença ou autorização ambiental, observado o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de até:

I - Licença Prévia: 1 (um) a 3 (três) anos;

II - Licença de Instalação: 1 (um) a 3 (três) anos;

III - Licença de Operação: 1 (um) a 3 (três) anos;

IV - Licença de Operação Provisória: 1 (um) ano;

V - Autorização Ambiental especial de utilização Sonora: de 01 (um) a 2 (dois) anos;

VI - Autorização Ambiental: 180 (cento e oitenta) dias.

§1º. Fica assegurado o desconto de 50% (cinquenta por cento) sobre a taxa de renovação de Licença Prévia – LP e de Licença de Instalação - LI.

§2º. Nas hipóteses em que o prazo de validade da Licença de Operação – LO seja igual ou superior a 02 (dois) anos, o empreendedor deverá recolher anualmente, 25% (vinte e cinco por cento) do valor em UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis da referida licença, a título de pagamento pelos serviços de fiscalização e monitoramento.

§3º. O empreendimento que solicitar e efetuar o pagamento das Licenças Prévia-LP e de Instalação-LI conjuntamente, será beneficiado com desconto de 15% (quinze por cento) sobre a taxa de Licença de Instalação-LI.

§4º. O lançamento da taxa de licenciamento ambiental será efetuada de ofício ou quando da solicitação da instalação e funcionamento do empreendimento.

§5º. Será exigida a quitação da taxa antes da entrega do Alvará de Licença.

§6º.O pedido da licença ambiental, será promovida mediante o preenchimento de formulários próprios de inscrição pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – Coordenadoria de Meio Ambiente.

Art. 132. As atividades e empreendimentos considerados de pequeno potencial poluidor, assim definidos no regulamento, e já em funcionamento na data de publicação desta Lei deverão requerer, mediante cadastro do empreendimento a ser instruído com o termo de responsabilidade assinado pelo titular do empreendimento e Anotação de Responsabilidade Técnica ou equivalente do profissional responsável, a Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e a Licença de Operação (LO), no prazo de 90 (noventa) dias.

§1º. As atividades e empreendimentos considerados de pequeno e médio potencial poluidor, assim definidos no regulamento, e já em funcionamento na data de publicação da Lei Complementar n° 38 de 21 de novembro de 1995 – Código Estadual de Meio Ambiente serão dispensadas das Licenças Prévia (LP) e de Instalação (LI), requerendo somente a Licença de Operação, no prazo de 90 (noventa) dias.

§2º. Poderá ser concedida a título precário, autorização para teste, previamente à concessão das respectivas licenças de operação, mediante o pagamento da taxa correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da Licença de Operação (LO) e sem prejuízo das demais licenças necessárias ao funcionamento do empreendimento, em caráter excepcional e devidamente fundamentado pelo órgão licenciador, que será estabelecido em razão de necessidade temporária de avaliação da eficiência das condições, restrições e medidas de controle ambiental impostos à atividade ou empreendimento, não podendo, em qualquer hipótese, a autorização exceder o prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§3º. A renovação da Licença de Operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade.

§4º. As Licenças de Operação que tiverem suas renovações requeridas com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, ficarão automaticamente prorrogadas até manifestação definitiva do órgão competente pelo Licenciamento Ambiental.

§5º. O Município, através de seu órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar qualquer licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e à saúde.

§6º. No Licenciamento Ambiental em áreas de posse será exigida a certidão administrativa fornecida pelo órgão competente ou escritura possessória lavrada em cartório reconhecida pelos confinantes, juntamente com a comprovação do pedido de regularização fundiária, junto ao órgão estadual ou federal.

§7º. Quando a expedição de Licença de Instalação envolver a supressão da cobertura vegetal e remoção da fauna, a Autorização de Desmatamento e de Resgate da fauna será concedida pelo órgão responsável pela expedição da respectiva licença.

§8º. Os responsáveis pelas atividades previstas no parágrafo 3º do artigo 128 são obrigados a implantar sistema de tratamento de efluentes e a promover todas as medidas necessárias para prevenir ou corrigir os inconvenientes e danos decorrentes da poluição.

§9º. A expedição das licenças previstas neste capitulo deverá atender a Lei Complementar nº 038/1995, Lei Complementar nº 232/2005, ao Decreto Estadual nº. 7007 de 09 de fevereiro de 2006 e as Resoluções do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA e demais normas Estadual ou Federal.

§10. O Município dará publicidade às licenças emitidas, de acordo com a Lei nº 6.938/1981.

§11. Nos procedimentos de licenciamento ambiental, será exigida, quando cabível, a outorga de uso de água, de competência do Órgão Ambiental Estadual, quando de cursos d'água de domínio estadual ou á Agência Nacional de Águas, quando de domínio da União.

§12. Nos procedimentos de licenciamento ambiental em zona rural, será exigido o Cadastro Ambiental Rural – CAR da propriedade para licenciamentos de atividades e empreendimentos.

§13. Os pedidos de licenciamento serão objeto de publicação resumida no Diário Oficial do Estado e na imprensa local ou regional.

§14. Os processos de licenciamento ambiental serão regulamentados por Decreto específico.

Art. 133.O Município terá competência para fiscalizar as atividades industriais, comerciais, rurais e de prestação de serviços, tanto públicas como privadas, caracterizadas como fontes fixas de poluição ambiental.

CAPÍTULO II

DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Art. 134.Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, biológicas e socioculturais do Meio Ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia, resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem:

I - a saúde, a segurança e o bem estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade e quantidade dos recursos ambientais;

VI - os costumes, a cultura e as formas de sobrevivência das populações.

Art. 135. A avaliação de impacto ambiental é resultante do conjunto de instrumentos e procedimentos à disposição do Poder Público e da coletividade, que possibilita a análise e interpretação de impactos considerando a variável ambiental nas políticas, planos, programas ou projetos que possam resultar em impacto ambiental.

§1º. A variável ambiental deverá incorporar o processo de planejamento das políticas, planos, programas e projetos como instrumento decisório do órgão ou entidade competente.

§2º. O diagnóstico ambiental, assim como a análise dos impactos ambientais, deverá considerar o meio ambiente da seguinte forma:

I - meio físico: o solo, o subsolo, as águas superficiais e subterrâneas, o ar e o clima, com destaque para os recursos minerais, a topografia, a paisagem, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes atmosféricas e os dados climatológicos;

II - meio biológico: a flora e a fauna, com destaque para as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras, ameaçadas ou em extinção, e os ecossistemas naturais;

III - meio sócio-econômico: o uso e ocupação do solo, o uso da água, os sítios e monumentos arqueológicos, históricos, culturais e ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

§3º. No diagnóstico ambiental, os fatores ambientais devem ser analisados de forma integrada mostrando as interações entre eles e as suas interdependências.

CAPÍTULO III

DO CADASTRO TÉCNICO AMBIENTAL

Art. 136.O Cadastro Técnico Ambiental tem o objetivo de manter atualizados os cadastros de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, bem como registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços relativos às atividades de controle do meio ambiente e os empreendimentos que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras.

Art. 137. Serão cadastrados os seguintes segmentos técnicos:

I - Cadastro de Atividades Poluidoras: atividades cuja operação de repercussão no município comporte risco efetivo ou potencial para o meio ambiente;

II - Cadastro de Empreendedores: pessoas físicas ou jurídicas que desenvolvam atividades potencialmente poluidoras, extração, produção, transporte e comercialização de produtos, efetivos ou potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora;

III - Cadastro de Responsável Técnico: pessoas físicas ou jurídicas que se dediquem à prestação de serviços e consultoria sobre questões ambientais, bem como à elaboração de projetos na área ambiental.

IV - Cadastro de Profissionais: pessoas físicas ou jurídicas que prestem serviços ligados à jardinagem ou a arborização no município.

CAPÍTULO IV

DA TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 138. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento, dos estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, observados os parâmetros estabelecidos nos anexos desta lei.

§1º. A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta legislação constituirá Receita do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Campo Novo do Parecis – FMMA, por meio da Coordenadoria de Meio Ambiente, órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que se reverterá em ações, programas, projetos, atividades, pessoal e equipamentos necessários à execução da Política Municipal de Meio Ambiente.

§2º.Fica instituída a taxa de licenciamento ambiental, fundada no exercício do poder de polícia do Município, que terá como fato gerador a implantação e funcionamento das atividades que utilizem recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, em observância à legislação que regulamentam a matéria.

Art. 139. Na definição do valor da taxa cobrada pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento de impacto local, dos estabelecimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, serão observados os parâmetros definidos nos Anexos I a VI desta lei, seguindo padrão da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA/MT, no entanto, com a utilização da Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis – UFCNP, como fator de cálculo.

Parágrafo único.São isentas do pagamento da taxa de serviços de licenciamento ambiental todas as obras executadas pelo Poder Público Municipal, Estadual, Federal e entidades filantrópicas sem fins lucrativos.

Art. 140.Fica assegurado o desconto de 30% (trinta por cento) sobre as taxas de renovação de licença de operação dos empreendimentos que atendam pelo menos, um dos itens abaixo:

I - efetuem reciclagem de resíduos;

II - utilizem resíduos para geração de energia;

III - reaproveitem a água utilizada;

IV - disponham de certificação por órgão credenciado em qualidade ambiental, nos termos da legislação ambiental;

V - implementem plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

§1º. Os descontos a que se refere o *caput* não serão cumulativos;

§2º. A comprovação da existência dos itens de que trata o *caput* será feita na ocasião das vistorias;

§3º. O empreendedor é responsável pela manutenção do item pelo qual recebeu o benefício no decorrer do funcionamento de sua atividade;

§4º. A constatação do não funcionamento de qualquer dos itens pelo qual foi beneficiado ensejará emissão compulsória de boleto com os valores referentes ao benefício, sem prejuízo das sanções penais e administrativas pelo fornecimento de informações não comprováveis.

Art. 141.As atividades sujeitas ao licenciamento ambiental que estiverem com processo de licenciamento ambiental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, que passarem a ser licenciados junto ao município, deve apresentar cópia do processo de licenciamento para devida regularização junto ao município, sem cobranças de novas taxas pelo processo de licenciamento.

Art. 142. Fica o Órgão Ambiental Municipal autorizado a cobrar pelo ingresso, uso do espaço físico e utilização de imagens de unidades de conservação, recuperação ou preservação e jardins zoobotânicos e parques, sendo a importância arrecadada revertida para Fundo Municipal de Meio Ambiente:

I - ingresso: até 30% (trinta por cento) de 1 (uma) Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis - MT (UFCNP);

II - uso do espaço físico: de 01 a 300 Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis - MT (UFCNP);

III – utilização de imagens: de 01 a 160 Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis - MT (UFCNP).

CAPÍTULO V

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 143.Entende-se por Educação Ambiental o processo que visa sensibilizar a população acerca das questões inerentes ao Meio Ambiente, criando condições para a preservação, planejamento e uso racional dos recursos naturais, desenvolvendo uma postura ética e ideológica voltada à vida.

Parágrafo único.A Educação Ambiental prevê atuação em nível escolar (formal) e não escolar, (informal) junto a toda comunidade, num processo permanente e participativo, de explicitação de valores, instrução sobre problemas específicos relacionados com o gerenciamento do Meio Ambiente, formação de conceitos e aquisição de competências que resultem no planejamento, preservação, defesa e melhoria do ambiente.

Art. 144.A Educação Ambiental no âmbito escolar será desenvolvida na rede de ensino de todos os níveis, de forma interdisciplinar e multidisciplinar, de acordo com a filosofia educacional do País e em conjunto com as Secretarias de Educação do Município, do Estado, Ministério da Educação e com as Diretorias das Escolas e Universidades, bem como com as empresas privadas.

Art. 145. A Educação Ambiental informal atenderá a comunidade fora do contexto escolar e terá característica popular e institucionalizada feita através de:

I - campanhas de esclarecimento;

II - palestras;

III - debates;

IV - cursos de capacitação e/ou reciclagem;

V - desenvolvimento de programas de preservação ambiental envolvendo associações comunitárias;

VI - comemoração de datas referenciais e outras datas significativas para o andamento do processo educativo;

VII - qualquer outro meio eficaz para proporcionar a sensibilização e educação ambiental da população.

Art. 146.A Educação Ambiental informal será promovida junto a comunidade em geral, através de atividades dos órgãos e entidades responsáveis pelo programa no Município e em parceria com organizações não governamentais e sem fins lucrativos, sob o acompanhamento da Coordenadoria de Meio Ambiente, vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, juntamente com as Secretarias de Educação e Cultura.

Art. 147.A Educação Ambiental precederá as fases de criação e implantação de Unidades de Conservação em programas direcionados às diferentes comunidades a serem envolvidas e ao corpo funcional destas unidades.

Art. 148.A Educação Ambiental formal será promovida pela Secretaria de Educação e Cultura do Município, do Estado, Ministério da Educação, Diretoria das Escolas e Universidades, visando capacitar os corpos docentes e discentes das escolas, com apoio da Coordenadoria de Meio Ambiente, vinculada a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 149.A educação ambiental terá como um dos instrumentos de suporte a pesquisa socioambiental em nível científico.

Art. 150.Fica instituída a Semana do Meio Ambiente, que será comemorada nas escolas, estabelecimentos públicos e por meio de campanhas junto à comunidade, através de programações educativas, na primeira semana do mês de junho de cada ano.

CAPÍTULO VI

DOS INCENTIVOS FINANCEIROS E FISCAIS

Art. 151.O Município de Campo Novo do Parecis, mediante convênio ou consórcio, e desde que autorizada pelo Poder Legislativo, poderá repassar ou conceder auxílio financeiro a instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, para execução de serviços de relevante interesse ambiental.

Parágrafo único.Poderá ser instituído prêmio de mérito ambiental para incentivar a pesquisa e apoiar os inventores e introdutores de inovações tecnológicas que visem a proteger o meio ambiente, em homenagem àqueles que se destacarem em defesa da ecologia.

Art. 152.Os proprietários de imóveis que contenham árvores ou associações vegetais relevantes poderão a título de estímulo e preservação, receber benefício fiscal, na forma de lei específica.

Parágrafo único.Para ter direito ao benefício fiscal, o proprietário de imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá firmar, perante o órgão competente, termo de compromisso de preservação.

CAPÍTULO VII

DA PROCURADORIA AMBIENTAL

Art. 153. O órgão municipal de meio ambiente, em consonância com a Assessoria Jurídica do Município, poderá manter setor especializado em tutela ambiental, defesa de interesses difusos, do patrimônio histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico e urbanístico, como forma de apoio técnico-jurídico aos objetivos desta Lei e demais normas ambientais vigentes, respeitadas as funções institucionais do Ministério Público, em especial o disposto no inciso III do *caput* do artigo 129 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO, INFRAÇÕES AMBIENTAIS E PENALIDADES

Seção I

Da Fiscalização

Art. 154.Para a realização das atividades decorrentes do disposto nesta Lei e em seus regulamentos, o órgão municipal de meio ambiente poderá utilizar- se, além dos recursos técnicos e humanos de que dispõe, de pessoal de outros órgãos ou entidades públicas ou privadas.

Art. 155.São atribuições dos servidores municipais encarregados da fiscalização ambiental:

I - realizar levantamentos, vistorias e avaliações;

II - efetuar medições e coletas de amostras para análises técnicas de controle;

III - proceder a inspeções e visitas de rotina, bem como para apuração de irregularidades e infrações;

IV - verificar a observância das normas e padrões ambientais vigentes;

V - lavrar auto de inspeção, notificação, apreensão, auto de infração e termo de embargo ou interdição;

VI - elaborar laudos e relatórios técnicos;

VII - exercer outras atividades que lhes vierem a ser designadas.

Parágrafo único.No exercício da ação fiscalizadora, os técnicos terão a entrada franqueada nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que se instalarem no Município, onde poderão permanecer pelo tempo que se fizer necessários e terão livres acesso a informações, documentos pertinentes às questões ambientais, visitas a projetos, instalações, dependências ou produtos sob inspeção.

Art. 156. Nos casos de embaraço à ação fiscalizadora, as autoridades policiais deverão prestar auxílio aos agentes fiscalizadores para a execução da medida ordenada.

Seção II

Das Infrações Ambientais

Art. 157.Considera-se infração ambiental toda ação ou omissão que importe inobservância dos preceitos desta Lei, seus regulamentos, decretos, normas técnicas e resoluções bem como das leis estaduais e federais, resoluções do CONAMA e outros dispositivos legais que se destinem à promoção, recuperação, proteção da qualidade e saúde ambientais.

Art. 158. A autoridade ambiental que tiver ciência ou notícia de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. A autoridade ambiental notificará o Ministério Público, obrigatoriamente, sempre que a infração for classificada como “gravíssima” e a seu critério, nos demais casos.

Art. 159. O infrator, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, é responsável, independentemente de culpa, pelo dano que sua atividade causar ao meio ambiente e a outrem.

§1º. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual a infração não teria ocorrido.

§2º. A infração é imputável a quem lhe deu causa, a quem para ela concorreu ou dela se beneficiou, inclusive aos gerentes, administradores, diretores, promitentes compradores ou proprietários, locatários, arrendatários, parceiros, posseiros, desde que praticadas por prepostos ou subordinados e no interesse dos preponentes ou dos superiores hierárquicos.

Seção III

Das Penalidades

Art. 160.Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seus regulamentos e do estabelecido pelas demais normas atinentes à matéria, ficam sujeitos às seguintes penalidades que poderão ser aplicadas cumulativamente, além das demais sanções civis ou penais, previstas pela legislação federal ou estadual:

I - advertência por escrito, em que o infrator será notificado para fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II - multa no valor de 02 (duas) até 15.000 (quinze mil) Unidades Fiscais de Campo Novo do Parecis (UFCNP);

III - apreensão do produto;

IV - inutilização do produto;

V - suspensão da venda do produto;

VI - suspensão da fabricação do produto;

VII - embargo de obra ou atividade, até a correção das irregularidades, salvo os casos reservados a competência do Estado e da União;

VIII - interdição, parcial ou total, de estabelecimento ou atividades, mediante lacração de prédios ou máquinas, ou da melhor forma que for estabelecida;

IX - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município.

Parágrafo único. Independentemente das sanções previstas neste artigo, os infratores estarão obrigados a reparar o dano às suas custas.

Art. 161.A pena de multa consiste no pagamento de importância equivalente a:

I - nas infrações leves, 02 até 100 UFCNP;

II - nas infrações graves, 101 até 2.000 UFCNP;

III - nas infrações muito graves, 2.001 até 4.000 UFCNP;

IV - nas infrações gravíssimas, 4.001 até 15.000 UFCNP.

§1º. Atendido o disposto neste artigo, a autoridade levará em conta, na fixação do valor da multa, a capacidade econômica do infrator.

§2º.As penalidades pecuniárias poderão ser transformadas ou reduzidas, conforme critérios estabelecidos em regulamento, em obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental.

Art. 162. Para a imposição da pena e da graduação da pena de multa, a autoridade ambiental observará:

I - o dano causado ao meio ambiente;

II - as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Art. 163. Quanto ao dano ambiental, as infrações serão classificadas levando-se em consideração:

I - a escala e a intensidade do dano;

II - o dano à saúde e à segurança pública;

III - se o dano é temporário ou permanente, recuperável ou irrecuperável;

IV - o local da infração;

V - as circunstâncias atenuantes e agravantes da infração.

Art. 164. São circunstâncias atenuantes:

I - menor grau de compreensão e escolaridade do infrator;

II - arrependimento eficaz do infrator, manifestado pela espontânea reparação da agressão ambiental causada;

III - comunicação prévia, pelo infrator, às autoridades competentes, de perigo iminente de degradação ambiental;

IV - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;

V - ser primário o infrator, e de natureza leve a falta por ele cometida;

VI - comunicação da infração acidental pelo próprio infrator.

Art. 165.São circunstâncias agravantes:

I - ser o infrator reincidente ou cometer a infração de forma continuada;

II - ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;

III - o infrator coagir outrem para a execução material da infração;

IV - ter a infração consequências danosas à saúde pública;

V - se, tendo conhecimento de ato lesivo à saúde pública e ao meio ambiente, o infrator deixar de tomar as providências de sua alçada para evitá-lo;

VI - ter o infrator agido com dolo direto ou eventual;

VII - não ter o infrator comunicado a infração ambiental a autoridade competente;

VIII - a ocorrência de efeitos sobre a propriedade alheia;

IX - a infração atingir áreas sob proteção legal;

X - o emprego de métodos cruéis no abate ou captura de animais;

XI - decorrer a infração de omissão ou má-fé na operação de sistemas de tratamento de emissões.

§1º. A reincidência ocorrerá quando o infrator cometer nova infração, prevista no mesmo ou nos mesmos dispositivos da que anteriormente cometera.

§2º.No caso de infração, caracterizada pela repetição da ação ou omissão inicialmente punida, ou da flagrante omissão diante de uma notificação da autoridade competente, a penalidade de multa poderá ser aplicada de forma continuada, por tantos dias quantos sejam os da resistência do infrator a corrigi-la.

Art. 166.São infrações ambientais:

I - construir, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território do município, estabelecimentos, obras, atividades ou serviços submetidos ao regime desta Lei, sem licença exigida por Lei ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

II - praticar atos de comércio e indústria ou serviços, compreendendo substâncias, produtos e artigos de interesse para a saúde ambiental, sem a necessária licença ou autorização dos órgãos competentes ou contrariando o disposto nesta Lei e na legislação estadual e federal pertinente.

Pena: incisos I, II, III, IV, V, VI, VIII e IX do art.160 desta Lei;

III - deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar qualquer fato relevante do ponto de vista ecológico e ambiental, de acordo com o disposto nesta Lei Complementar, no seu regulamento e normas técnicas.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

IV - deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de interesse ambiental.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

V - opor-se à exigência de exames técnicos de laboratórios, à realização de auditorias técnicas ou à execução dessas ações pelas autoridades competentes.

Pena: incisos I e II do art.160 desta Lei;

VI - utilizar, aplicar, comercializar, manipular, ou armazenar pesticidas, raticidas, fungicidas, inseticidas, herbicidas, e outros congêneres, pondo em risco a saúde ambiental, individual ou coletiva, em virtude de uso inadequado ou inobservância das normas legais, regulamentares ou técnicas aprovadas pelos órgãos competentes ou em desacordo com os receituários e registros pertinentes.

Pena: incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

VII - descumprir, a empresas de transporte, seus agentes e consignatários, comandantes e responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, trens, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros, normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências ambientais.

Pena: incisos I, II, III, IV, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

VIII - entregar ao consumo, desviar, alterar ou substituir, total ou parcialmente, produto interditado por aplicação dos dispositivos desta Lei;

Pena: incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

IX - dar início, de qualquer modo, ou efetuar parcelamento do solo sem aprovação dos órgãos competentes ou em desacordo com a mesma ou com inobservância das normas ou diretrizes pertinentes.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

X - contribuir para que a água ou o ar atinjam níveis ou categorias de qualidade inferior aos fixados em normas oficiais.

Pena: Incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XI - emitir ou despejar efluentes ou resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido na legislação.

Pena: incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XII - exercer atividades potencialmente degradadoras do Meio Ambiente, sem licença do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena: incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XIII - causar a poluição das águas superficiais e do subsolo, particularmente os mananciais e as águas dos serviços públicos de abastecimento das comunidades.

Pena: incisos I, II, III, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XIV - causar incômodo por emissões de substâncias odoríferas acima dos limites de percepção e além dos limites da propriedade em que se localiza a fonte emissora.

Pena: incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XV - causar poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea dos habitantes de zonas urbanas.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XVI - desrespeitar interdições de uso, de passagens e outras restrições estabelecidas administrativamente para a proteção contra a degradação ambiental ou, nesses casos, impedir ou dificultar a atuação de agentes do Poder Público.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XVII - causar poluição do solo tornando qualquer área urbana ou rural imprópria para ocupação e uso.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XVIII. - causar poluição de qualquer natureza que possa trazer dano à saúde ou ameaçar o bem estar do indivíduo ou da coletividade.

Pena: incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XIX - desenvolver atividades ou causar poluição de qualquer natureza, que provoque mortandade de mamíferos, aves, répteis, anfíbios ou peixes ou a destruição de plantas cultivadas ou silvestres.

Pena: incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XX - desrespeitar as proibições ou restrições estabelecidas pelo Poder Público em Unidades de Conservação ou áreas protegidas por esta Lei Complementar.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XXI - obstar ou dificultar a ação das autoridades ambientais competentes no exercício de suas funções.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XXII - descumprir atos emanados da autoridade ambiental, visando à aplicação da legislação vigente.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XXIII - transgredir outras normas, diretrizes, padrões ou parâmetros federais, estaduais ou locais, legais ou regulamentares à proteção da saúde ambiental ou do meio ambiente.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XXIV - praticar maus tratos em animais, considerados os incisos do artigo 111 da presente lei.

Pena: incisos I, II, III e IX do art.160 desta Lei;

XXV - destruir ou causar danos à vegetação arbórea urbana e às de preservação permanente, inclusive àquelas associadas aos sítios arqueológicos.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XXVI - emitir sons, ruídos ou vibrações, em desacordo com os limites estabelecidos nesta Lei e legislação estadual ou federal pertinente.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei;

XXVII. Sobrevoar com aeronaves de aviação agrícola sobre a área delimitada por uma distância não inferior a 1.000 (mil) metros do perímetro urbano da cidade de Campo Novo do Parecis/MT.

Pena: incisos I, II, VII, VIII e IX do art.160 desta Lei.

Art. 167.Os servidores do órgão ambiental municipal e legalmente incumbidos para tal fim têm a competência e o dever de apurar as infrações ambientais descritas neste Código e aplicar as sanções previstas.

Parágrafo único.Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infrações ambientais, podendo fazer a denúncia por escrito ou de forma oral, devendo o servidor, neste caso, passá-la integralmente à forma escrita, fornecendo, em qualquer dos casos, o protocolo do recebimento da denúncia.

Art. 168.Recebida a denúncia referida no parágrafo único do artigo anterior, será esta imediatamente encaminhada ao órgão ou servidor público municipal competente, devendo ser instaurado procedimento administrativo para apuração da infração.

Art. 169. Os agentes devem, no exercício de suas funções fiscalizadoras, ao constatarem a ocorrência de infração ao disposto nesta Lei, lavrar os seguintes instrumentos legais do exercício da atividade, de acordo com a necessidade estabelecida:

I - auto de inspeção;

II - auto de notificação;

III - auto de infração;

IV - termo de embargo e/ou interdição;

V - termo de apreensão e notificação.

Art. 170.As infrações à legislação ambiental serão apuradas em procedimento administrativo que poderá ter início através de ato administrativo baixado pelo Coordenador de Meio Ambiente e ou por servidor competente, através de auto de notificação, assinado também pelo secretário municipal responsável.

Parágrafo único.O auto de notificação é o ato administrativo em que o servidor constata, no local, a ocorrência de infração ambiental, no exercício de inspeção de rotina, casual ou expressamente determinada.

Art. 171. O ato administrativo que instaura o procedimento administrativo de apuração das infrações ambientais ou o auto de notificação deverá conter:

I - o nome do infrator e sua qualificação nos termos da lei;

II - local, data e hora da infração;

III - descrição da infração e menção ao disposto legal ou regulamentar transgredido;

IV - ciência pelo autuado, de que responderá pelo fato em processo administrativo;

V - assinatura do autuado ou, na ausência ou recusa, de duas testemunhas e do autuante;

VI - nome e portaria de nomeação do agente fiscal e assinatura;

VII - no caso de aplicação das penalidades de embargo, apreensão e de suspensão de venda do produto, do auto de notificação deve constar ainda, a natureza, quantidade, nome e/ou marca, procedência, local onde o produto ficará depositado e seu fiel depositário conforme legislação específica.

§1º. Os produtos perecíveis, se próprios para o consumo humano, serão doados imediatamente para entidades filantrópicas.

§2º. O infrator será notificado para ciência da infração:

I - pessoalmente;

II - pelo correio, com aviso de recebimento;

III - por edital, se estiver em lugar incerto e não sabido;

IV - por outros meios admitidos pela legislação em vigor.

§3º. Se o infrator for notificado pessoalmente e se recusar a exarar ciência, deverá essa circunstância ser mencionada pela autoridade que efetuou a notificação.

§4º. O edital referido no inciso III, do parágrafo 2º, será publicado uma única vez, pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local, considerando-se efetuada a notificação cinco 05 (cinco) dias após a publicação.

Art. 172. Os agentes e/ou fiscais ficam responsáveis pelas declarações que fizerem nos autos da infração, sendo passíveis de punição, por falta grave, em caso de falsidade ou omissão dolosa.

Art. 173. O infrator poderá apresentar defesa prévia, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.

§1º. A defesa prévia é o momento em que o infrator poderá confessar- se responsável, considerando-se essa confissão inicial como atenuante.

§2º. O infrator poderá apresentar os documentos que tiver para a sua defesa, sendo facultado, também, se pertinente, o pedido de realização de prova pericial.

§3º. A apresentação de defesa prévia não terá efeito suspensivo no concernente às penalidades de apreensão, interdição e suspensão de atividades.

§4º. À apresentação da defesa prévia, deverá ser juntado comprovante de pagamento de 10% (dez por cento) calculado sobre o valor da multa aplicada para conta específica.

Art. 174. O servidor que presidir o procedimento administrativo analisará a defesa prévia, e requisitará emissão de parecer do departamento jurídico do município, deferindo ou indeferindo motivadamente os pedidos.

§1º. Os exames periciais fornecidos, ou que possam ser fornecidos normalmente pelos órgãos públicos, sem despesas extraordinárias, serão anexados ao procedimento.

§2º. Quando houver deferimento do pedido de prova pericial solicitada pelo infrator, caberá ao mesmo depositar os honorários dessa prova no prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena do indeferimento automático do pedido de prova.

§3º. A oitiva das testemunhas, quando houver, deverá ser marcada no prazo máximo de vinte dias, a contar da data da notificação do infrator.

Art. 175.Qualquer pessoa poderá ter acesso ao procedimento administrativo, permitindo-lhes manuseá-lo e consultá-lo, na presença de servidor municipal, salvo casos determinados pela justiça de tramitação em segredo.

Art. 176.Terminada a produção das provas, o servidor competente proferirá decisão, concluindo pela aplicação ou não das penalidades correspondentes às infrações apontadas no procedimento, conforme decidir pela procedência ou improcedência dos pedidos.

§1º. Sendo julgado procedente o pedido, caberá ao autuado o direito a devolução do depósito de 10% (dez por cento) do valor da multa que foi depositado em conta específica, cabendo ao mesmo requerer a devolução do valor depositado, num prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de ciência do julgamento final.

§2º. O infrator será intimado por via postal, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.

§3º. Não tendo sido encontrado nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a intimação será feita pela imprensa oficial do Município, ou por diário de grande circulação local.

Art. 177.Da decisão proferida pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico ou Coordenador de Meio Ambiente caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação da decisão proferida, ao Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA.

§1º. O recurso administrativo previsto no *caput* deste artigo será encaminhado ao CMMA, que poderá propor a redução da intensidade ou o cancelamento das penalidades impostas, a partir de julgamento na câmara técnica pertinente.

§2º. Ao recurso, deverá ser juntado o parecer emitido pelo setor jurídico do município.

Art. 178.Sendo o recurso julgado improcedente, e não cabendo mais recurso administrativo da decisão do CMMA, será a mesma executada.

Parágrafo único.Nos casos de infração ao ajustado em convênios firmados entre o Município e os demais integrantes do SISNAMA, serão aplicadas as penalidades previstas nos respectivos instrumentos ou as desta Lei, a critério do órgão competente do Município.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 179.As atribuições conferidas ao município, através da presente Lei, somente passarão a ter efeito após a celebração dos convênios com os respectivos órgãos federais e estaduais.

Art. 180.O Município em parceria com a SEMA – Secretaria Estadual do Meio Ambiente, receberá de forma gradativa e regulamentada por instrumento normativo, as atribuições de licenciamento em âmbito municipal das atividades potencialmente poluidoras, sempre respeitando as limitações técnicas do Município.

Parágrafo único. Inicialmente, o município licenciará apenas as atividades consideradas de pequeno e médio potencial poluidor, nos termos do Anexo único do Decreto Estadual n. 7007/2006.

Art. 181. Fica o Poder Executivo autorizado a determinar medidas de emergência, a fim de evitar episódios críticos de poluição ambiental ou impedir sua continuidade em caso de grave ou iminente risco para vidas humanas ou recursos ambientais.

Parágrafo único.Para execução das medidas de emergência de que trata este artigo, poderá ser reduzida ou impedida, durante o período crítico, a atividade de qualquer fonte poluidora na área atingida pela ocorrência, respeitadas as competências da União e do Estado.

Art. 182.O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará os procedimentos fiscalizatórios necessários à aplicação desta Lei e das demais normas pertinentes, num prazo de cento e vinte dias contados da assinatura do convênio de descentralização ambiental junto à SEMA.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇOES TRANSITÓRIAS

Art. 183.O município promoverá ampla divulgação de sua legislação ambiental, especialmente deste Código.

Art. 184. As atividades econômicas em funcionamento há mais de dois anos, a contar da data de publicação desta lei, sujeitas ao licenciamento ambiental, poderão requerer Licença de Operação, juntamente com Licença Prévia ou Licença de Instalação, desde que adequadas à legislação ambiental.

Parágrafo único.O município, através do órgão ambiental, promoverá dentro de um ano após a aprovação desta lei, a identificação de diques, aterros, e mesmo barragens e outros empreendimentos sujeito ao licenciamento ambiental municipal, dentro do perímetro urbano ou na zona rural, fixando, aos proprietários, prazo para a remoção se deles resultem significativos danos ambientais, ou se não, que sejam licenciados nos moldes do *caput* deste artigo.

Art. 185.O Município promoverá anualmente cursos de atualização na área de proteção e conservação do meio ambiente, e poderá enviar membros da equipe técnica a outras localidades objetivando a capacitação do seu quadro técnico, dos agentes de fiscalização e demais agentes que comporão seu corpo organizacional e administrativo.

Art. 186.Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 24 dias do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PARÂMETROS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS SEGUNDO O PORTE

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Parâmetros de Avaliação			
	Área Construída (m2)	Investimento Total (em UFCNP/MT)	Número de Empregados	Transportadoras (Número de Veículos)
Mínimo	Até 400 e pequenos produtores	Até 3.000	Até 05	De 1 a 3
Pequeno	De 401 a 2.000	De 3.001 a 27.000	De 06 até 50	De 4 a 10
Médio	De 2.001 a 10.000	De 27.001 a 270.000	De 51 a 150	De 11 a 50
Grande	De 10.001 a 40.000	De 270.001 a 2.700.000	De 151 a 1.000	De 51 a 100
Excepcional	Acima de 40.001	Acima de 2.700.000	Acima de 1.000	Acima de 100

* O empreendimento será classificado em função do parâmetro de avaliação que estabeleça o maior porte.

ANEXO II

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA (UFCNP)

(CLASSIFICAÇÃO GENÉRICA)

Porte do Empreendimento	Mínimo			Pequeno			Médio			Grande			Excepcional		
Nível de Poluição e/ou Degradação	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	1	2	3	4	6	11	16	24	38	49	54	69	79	98	125
Licença de Instalação (LI)	4	5	6	9	15	26	36	51	81	103	113	143	162	201	254
Licença de Operação (LO)	2	3	4	5	8	13	18	26	40	51	56	71	81	100	127

* Legenda: B = Baixo, M = Médio, A = Alto

* Para efeitos dessa lei, os anexos I e II serão aplicados aos empreendimentos que não constam das classificações específicas, definidas nos anexos III e VII.

Regra Geral

Na hipótese de empreendimentos em funcionamento antes da publicação da Lei Complementar nº 38 de 21 de novembro de 1995 que dispõe sobre o Código Estadual de Meio Ambiente, serão emitidos somente a LO, os demais deverão apresentar ou requerer LP e LI também.

ANEXO III

CLASSIFICAÇÕES ESPECÍFICAS

Deverão ser aplicadas as seguintes fórmulas para o cálculo do valor da prestação de serviços de licenciamento e autorizações, independente do potencial poluidor, para atividades classificadas como:

a) Atividades Agropecuárias;

b) Atividades de Aqüicultura;

c) Atividades de Infraestrutura;

a) Atividades Agropecuárias:

a.1 - Termo de Averbação de Reserva Legal.

Valor da Licença = 1,18 UF/CNP

a.1.1 - O valor da autorização para uso do fogo/queima controlada será estabelecido da seguinte forma:

Até 13,00 ha. 0,36 UF/CNP
Acima de 13 ha. 0,10 UF/CNP por ha. Autorizado

a.1.2 - O porte e o uso de motosserra far-se-ão somente através de licença emitida pela SDE com validade de 02 (dois) anos.

Valor da Licença = 0,38 UF/CNP (cada).

a.1.3 - O valor da inspeção florestal para fins de levantamento circunstanciado de projetos vinculados à reposição florestal

Até 250 ha. 4,30 UF/CNP
Acima de 250 ha. 4,30 UF/CNP+ 0,02 UF/CNP por ha

a.2 - Projeto Agrícola Irrigado.

Na implantação de projetos agrícolas irrigados, o cálculo do preço para análise do pedido de licenças em cada fase do processo de licenciamento será feito com base na dimensão da área irrigada. O valor da remuneração será feito de acordo com as fórmulas abaixo:

Pr (UF/CNP) = 4,67 + 0,13 x Airrg

* Pr = preço das licenças em UF/CNP-MT; * Airrg = área irrigada (hectare).

a.3 - Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, eqüinos, bubalinos, avestruz, etc.).

Pr (UF/CNP) = 2,38 + 0,02 x Nc.

* Pr = preço das licenças em UF/CNP-MT; * Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

a.4 - Unidades de Produção de Leitão (UPL).

Pr (UF/CNP) = 1,42 + 0,02 x NM

* Pr = preço das licenças em UF/CNP-MT; * NM = número de matrizes. (Capacidade suporte)

a.5 - Granja de Suínos de Ciclo Completo

Pr (UF/CNP) = 1,39 + 0,06 x Nm (Com valor teto estabelecido em 47 UF/CNP)

* Pr = preço das licenças em UF/CNP-MT; * Nm = número de matrizes (Capacidade suporte)

a. 6 - Granja de Suínos - Terminação.

Pr (UF/CNP) = 1,43 + 0,01 x Nc (Com valor teto estabelecido em 47 UF/CNP)

* Pr = preço das licenças em UF/CNP-MT; * Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

a. 7 - Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura, etc.), com tratamento de dejetos na própria propriedade.

Pr (UF/CNP) = 0,95 + 0,0001 x Nc (Com valor teto estabelecido em 47 UF/CNP)

* Pr = preço das licenças em UF/CNP-MT; * Nc = número de cabeças (Capacidade suporte)

a. 8 - Depósito de Cama de Aviário e/ou depósitos de Dejetos Orgânicos, fora do projeto de origem.

Pr (UF/CNP)= 1,42 + 0,01 x Aútil.

* Pr = preço das licenças em UF/CNP; * Aútil = área útil (hectare).

a. 9 - Incubatório de Aves.

Pr (UF/CNP)= 2,36 + 0,001 x Aútil

* Pr = preço das licenças em UF/CNP;
* Aútil = área útil (hectare).

b) Aquicultura:

b.1 - Unidades de Produção de Peixes em Sistemas de Açudes.

Pr (UF/CNP)= 1,07+ 0,23 x Aútil

b.2 - Unidades de Produção de Peixes em Sistemas de Viveiros.

Pr (UF/CNP)= 1,10 + 0,03 x Aútil

b.3 - Unidades de Produção de Alevinos.

Pr (UF/CNP)= 1,07 + 0,23 x Aútil

Para efeitos do cálculo do preço dos serviços para análise de requerimento de licenciamento de atividades de aqüicultura a área útil fica limitada a 50 (cinqüenta) hectares.

* Pr = preço das licenças em UF/CNP;
*Aútil = área útil em hectare de lâmina d'água.

c) Atividades de Infraestrutura:

c.1 - Condomínios, edifícios residenciais, conjuntos habitacionais e centros comerciais.

Pr (UF/CNP)= 5,04 + (1,76 x At) + (0,10 x Nº unid/3)

* Pr = preço das licenças em UF/CNP;
* At = área total do terreno em hectare;
* Nº unid = número de unidades.

c.2 - Loteamentos para fins residenciais e industriais, loteamentos rurais, assentamentos, distritos industriais, complexos industriais e zonas industriais.

Pr = 5,96 + 0,11 x At

* Pr = preço das licenças em UF/CNP;
* At = área total a ser loteada em hectare.

Regra Geral

Para efeito de cálculo das licenças, multiplica-se ao valor calculado o fator de correção de 1,0 para Licença Prévia - LP, de 1,50 para Licença de Instalação - LI e de 1,25 para Licença de Operação - LO.

O valor teto se refere à Licença Prévia - LP sendo que a Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO sofrerão o fator de correção de 1,5 e 1,25 respectivamente.

ANEXO IV

AUTORIZAÇÕES AMBIENTAIS

Autorização Ambiental (AA):

Pr (UFCNP) = 1,06 + VT

(Concedidas aos empreendimentos e atividades dispensadas de licenciamento pelo porte, ou para intervenções ou operação de curta duração).

Autorização Ambiental de Utilização Sonora (AAUS)

Pr(UFCNP) = 0,42 empreendimentos com até 100m²;

Pr(UFCNP) = 0,61 empreendimentos de 101m² até 300m²;

Pr(UFCNP) = 0,97 empreendimentos de 301m² até 600m²;

Pr(UFCNP) = 1,33 empreendimentos de 601m² até 800m²;

Pr(UFCNP) = 1,52 empreendimentos de 801m² até 1000m²;

Pr(UFCNP) = 1,80 empreendimentos de 1001m² até 1500m²;

Pr(UFCNP) = 2,07 empreendimentos de 1501m² até 2500m²;

Pr(UFCNP) = Acima de 2500m² utiliza-se 2,07(UFCNP) + 0,30(UFCNP) a cada 500m².

*(metros quadrados de área construída)

AAUS para eventos esporádicos:

Pr(UFCNP) = 0,60 x dias (quantidade de dias do evento).

ANEXO V

ANÁLISE DE PROJETOS, VISTORIAS TÉCNICAS E ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/RIMA)

A determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados será efetuada mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

Custo Total da Análise

CT = ST + VT + CE + CA

Serviços Técnicos

ST = T x H x Ch

Vistoria Técnica

VT = (T x D x Cd) + (V x R x Ck)

Consultoria Externa

CE = Cc x H

Custo Administrativo

CA = 0,09 x (ST + VT + CE)

ONDE:

CT = Custo Total

ST = Serviços Técnicos

VT = Vistoria Técnica

Ch = Custo da hora técnico (0,30 UFCNP/hora)

Cd = Custos de viagem (1,00 UFCNP/dia)

Ck = Custo do quilometro rodado (0,0055 UFCNP/km)

Cc = Custo da hora consultoria (0,30 UFCNP/hora)

CE = Consultoria Externa

CA = Custo Administrativo

H = Número de Horas Trabalhadas

D = Número de Dias Trabalhados

R = Total de Km Rodados

T = Número de Técnicos

V = Número de Veículos

UFCNP = Valor da Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

Nos casos de realização de Audiência Pública, os custos correrão por conta do empreendedor.

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 535, DE 30 MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 02, do Sistema de Controle Interno;

Considerandoa solicitação da Secretaria Municipal de Administração, através do Memorando nº 376/2017 datado de 30 de maio de 2017;

RESOLVE

1. AUTORIZAR, a partir desta data, o servidor Mitzraym Giallissy Bonfim Nascimento, matrícula nº 3585 a conduzir os veículos pertencentes a prefeitura municipal de Campo Novo do Parecis que sejam compatíveis com a categoria de sua Carteira Nacional de Habilitação, bem como observando o vencimento da mesma. **2.** O servidor/condutor autorizado são encontrados na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo/Modalidade	CNH	CPF
Mitzraym Giallissy Bonfim Nascimento	Diretor Departamento de Licitações	B	028.335. 421-60

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de maio de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 070, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

Altera o Decreto Executivo nº 034/2011 que regulamenta o organograma e a nomenclatura dos órgãos do Poder Executivo Municipal e Decreto Executivo nº 035/2011 que regulamenta as atribuições e competências dos órgãos do Poder Executivo Municipal bem como as atribuições dos cargos em comissão de Campo Novo do Parecis, respectivamente, e dá outras providências.

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 021, de 08 de abril de 2009, e alterações nas Leis Complementares 027/2011, 028/2011, 032/2011, 036/2012, 037/2012, 043/2013, 050/2014, 052/2014, 053/2014, 067/2015 e 070/2016 respectivamente,

Considerando a necessidade administrativa,

D E C R E T A

Art. 1º.O cargo de **Diretor de Departamento de Convênios** e ocargo de **Chefe de Divisão de Convênios e Leis,** vinculado à Secretaria Municipal de Administração, passa a ser vinculado ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. O cargo de **Assessor de Gabinete** passa a nomenclatura de **Assessor de Transporte de Veículos Oficiais** com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza própria:

I orientar, planejar, supervisionar, avaliar, fiscalizar e responsabilizar-se por gerir atividades dos veículos oficiais do gabinete e da administração, assumindo o desenvolvimento das atividades orientando os colegas, distribuindo tarefas, dirimindo dúvidas e acompanhando a execução das mesmas;

II - solucionar problemas surgidos em seu âmbito e quando de maior relevância e peculiaridade submeter à apreciação superior;

III - executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.

Art. 3º. O **cargo de Assistente de Apoio Administrativo** vinculado a Secretaria Municipal de Administração passa a nomenclatura de **Assistente de Apoio Distrital**, com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza própria:

I – auxiliar no planejamento e controle das ações de desenvolvimento dos Distritos, atuando nas áreas de Administração, Educação, Saúde, Obras, Transportes e Serviços Públicos, de comum acordo com as Secretarias Municipais;

II - encaminhar relatórios aos órgãos competentes da Prefeitura, relacionados à prestação de contas da região;

III - requerer junto à Prefeitura verbas extras para melhorias e necessidades locais;

IV - apoiar e auxiliar os diversos órgãos públicos da região, tais como: escolas, postos de saúde e outros, buscando entendimentos e soluções junto aos seus dirigentes;

V – auxiliar e participar da implantação de planos, fluxos e rotinas, objetivando a simplificação e aperfeiçoamento de métodos de trabalho;

VI - executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.

Art. 4º. O cargo de **Chefe Divisão de Apoio Legislativo** passa a nomenclatura de **Chefe de Divisão de Apoio Administrativo**, passa a vigorar com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza própria:

I prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento eficaz dos serviços da gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, da organização, informática e da documentação e informação e apoio geral aos órgãos e dos serviços que integram a Secretaria Municipal de Administração ou dela estão diretamente dependentes;

II – providenciar e responder os requerimentos e indicações encaminhados ao Poder Executivo Municipal, mantendo extremo controle das informações;

III - observar o cumprimento das leis, instruções, regulamentos, resoluções e portarias;

IV - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar as atividades do pessoal que estiver sob sua responsabilidade;

V - participar da implantação de planos, fluxos e rotinas, objetivando a simplificação e aperfeiçoamento de métodos de trabalho;

VI - solucionar problemas surgidos em seu âmbito e quando de maior relevância e peculiaridade submeter à apreciação superior;

VII - elaborar relatório periódico com informações das atividades;

VIII - executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.

Art. 5º. O cargo de **Coordenador de Administração e Serviços Urbanos,** vinculado a Secretaria de Infraestrutura passa a nomenclatura de **Coordenador de Planejamento, Projetos e Assuntos Estratégicos,** passando a ser vinculado ao Gabinete do Prefeito com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza própria:

I - prestar assessoramento direto e imediato ao Prefeito no desempenho de suas atribuições, especialmente:

a) na articulação, na coordenação, no planejamento e na execução das diretrizes e políticas relativas à integração das ações governamentais estratégicas com os demais órgãos da administração pública;

b) na elaboração de programas, projetos e planos estratégicos;

c) na promoção de análises de políticas públicas estratégicas para o Município e região;

d) na ação e projetos estratégicos de médio e longo prazo;

e) na realização de estudos de natureza político-institucional de dimensão estratégica;

II - articular as atividades e os trabalhos essenciais à execução das estratégias do Plano de Governo, em conjunto com as Secretarias, e colaborar no desenvolvimento do planejamento estratégico do governo e seu acompanhamento, bem como na avaliação contínua das ações desenvolvidas;

III – acompanhar os debates e as deliberações estratégicas nos conselhos governamentais, apoiando o monitoramento do cumprimento de suas decisões nas áreas técnicas;

IV - assessorar ao Prefeito em seu relacionamento com os órgãos da administração pública, com entidades e organizações da sociedade civil, nos temas afetos ao Desenvolvimento Econômico, Urbano, Ambiental e Social do município;

V - Assessorar o Prefeito na promoção de ações de integração e desenvolvimento de parcerias internacionais;

VI - auxiliar a negociação de convênios e projetos especiais, acompanhando junto às Secretarias interessadas;

VII – coordenar e elaborar projetos de intervenções estruturantes e estratégicos, em articulação com os órgãos da Administração Municipal;

VIII - avaliar e desenvolver metodologias para promover a melhoria contínua dos processos da Administração Municipal;

IX – auxiliar a coordenação geral de convênios, acordos bilaterais, programas e projetos firmados;

X - coordenar os programas, projetos e funções, articulando as ações dos órgãos e entidades de execução programática e de implementação descentralizada de políticas;

XI - atuar na captação de recursos para o desenvolvimento de programas e projetos estratégicos da Administração Municipal;

XII – auxiliar nos demais programas do Poder Executivo Municipal, inclusive os Contratos de Gestão e parcerias estabelecidos com as entidades qualificadas, verificando o cumprimento das metas físicas e financeiras estabelecidas;

XIII - coordenar os programas, projetos e funções de caráter permanente afetos à sua área de atuação;

XIV – orientar a avaliação, sob o aspecto da economicidade e interesse público a execução dos contratos, convênios e instrumentos congêneres afetos ao respectivo sistema administrativo, em que o Município seja parte;

XV - promover, avaliar e articular intersetorialmente os programas estratégicos, táticos e operacionais, em consonância com os padrões estabelecidos pelos setores competentes;

XVI – auxiliar na avaliação periodicamente dos resultados alcançados, e deliberarem sobre ajustes que se fizerem necessários;

XVII – Formular projetos, planos e programas estratégicos para os diversos órgãos do Governo Municipal.

XVIII - colaborar e auxiliar no que tange ao subsídio e orientação às Secretarias do Executivo Municipal e aos demais órgãos e entidades, com vista ao planejamento estratégico e à gestão de ações, programas e projetos estratégicos de governo;

XIX - promover consultas e identificar as possibilidades de captação de recursos externos para a realização de projetos e programas de interesse institucional demandados e definidos como estratégicos;

XX - inteirar-se com os agentes financiadores para conhecimento das condições e detalhamento dos projetos e programas a serem desenvolvidos;

XXI - apresentar projetos e programas elaborados ao prefeito, à sociedade e aos agentes financiadores para análise e aprovação;

XXII - auxiliar sobre a evolução físico-financeira dos projetos e programas estratégicos executados através de financiamentos;

XXIII - realizar a gestão do Gabinete por meio do aprimoramento constante e a captação de modelos e ideias para subsidiar os objetivos institucionais;

XXIV - Propor, em articulação com os órgãos e entidades da administração pública do Município, a elaboração de programas, ações e projetos de médio e longo prazo para o Município.

XXV - promover a elaboração e consolidação dos planos, projetos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

XXVI – assistir e assessorar direta e imediatamente ao Prefeito no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação e integração das ações do Governo.

XXVII - Captar ideias e modelos de soluções para demandas institucionais e da sociedade para subsidiar o Prefeito no cumprimento da missão e objetivos institucionais;

XXIII Estruturar e monitorar as ações e projetos estratégicos definidos pelo Prefeito contribuindo para alcançar a Missão e objetivos institucionais;

XXIX - planejar, coordenar e avaliar as atividades de sua área de competência;

XXX - Estabelecer parcerias com entidades e órgãos técnicos congêneres;

XXXI - Propor, em articulação com os órgãos e entidades da administração pública, municipal, estadual e federal, a elaboração de ações e projetos estratégicos de longo prazo.

XXXII - articular com as agências de fomento para captação de recursos;

XXXIII - Articular em conjunto com as Secretarias e colaborar para o desenvolvimento do planejamento estratégico do governo e seu acompanhamento;

XXXIV - Articular com os órgãos e entidades do Poder Executivo Municipal, com os órgãos de Controle Externo e demais Poderes do Estado propondo ajustes nas ações, programas e projetos estratégicos;

XXXV - Articular com o governo e a sociedade para formular a ação estratégica Municipal e desenvolvimento de longo prazo;

XXXVI - Articular junto aos entes federativos, políticas públicas para o desenvolvimento sustentável;

XXXVII - Promover parcerias com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras que contribuam para a elaboração de iniciativas de desenvolvimento sustentável;

XXXVIII - Manter permanente articulação com as demais secretarias e órgãos do Governo Municipal na promoção e incentivo à produção e ao consumo de energia de fontes renováveis;

XXXIX - Fomentar a inclusão digital e difundir o acesso ao uso de bens e serviços relativos à tecnologia da informação, comunicação e inovação;

XL - Coordenar trabalhos voltados aos processos de desburocratização e planejamento estratégico do Município, atendendo a determinação do Prefeito.

XLI - Acompanhar o monitoramento das ações estratégicas do Governo;

XLII - Prestar apoio estratégico aos demais órgãos de governo;

XLIII - Apresentar soluções para as demandas estratégicas;

XLIV - Acompanhar os debates e as deliberações estratégicas nos conselhos governamentais, apoiando o monitoramento do cumprimento de suas decisões nas áreas técnicas;

XLV - captar recursos junto ao governo Federal e Estadual;

XLVI participar de Conselhos e Comissões, podendo designar representantes com poderes específicos;

XLVII realizar a supervisão interna e externa dos órgãos;

XLVIII desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Art. 6º. O cargo de Diretor de Gabinete, vinculado ao Gabinete do Prefeito passa possuir as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza própria:

I – assessorar administrativamente ao Chefe do Poder Executivo;

II – assessorar a execução do expediente e das atividades do Chefe do Poder Executivo;

III- assessorar e coordenar a agenda do Chefe do Poder Executivo de a fim de garantir a efetividade da realização dos compromissos municipais e extra-municipais;

IV coordenar as atividades do pessoal que estiver sob sua responsabilidade;

V - participar da implantação de planos, fluxos e rotinas, objetivando a simplificação e aperfeiçoamento de métodos de trabalho e desempenho dos servidores;

VI - relatar ao Secretário competente quando da necessidade de transferência de servidores;

VII – executar atividades especiais e outras atividades afins que não sejam de nenhum outro órgão municipal;

VIII – acompanhar o Prefeito em suas viagens voltadas aos compromissos oficiais;

IX – executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º. O cargo de Chefe de Divisão de Apoio Administrativo, vinculado a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, passa a nomenclatura de Chefe de Gestão Administrativa, continuando vinculado Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com as seguintes atribuições, dentre outras de sua natureza própria:

I - prestar apoio administrativo necessário ao funcionamento eficaz dos serviços da gestão de recursos humanos, financeiros e materiais, da organização, informática e da documentação e informação e apoio geral aos órgãos e dos serviços que integram a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo ou dela estão diretamente dependentes;

II - providenciar e responder os requerimentos e indicações encaminhados ao Poder Executivo Municipal, mantendo extremo controle das informações;

III - observar o cumprimento das leis, instruções, regulamentos, resoluções e portarias;

IV - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e fiscalizar as atividades do pessoal que estiver sob sua responsabilidade;

V - participar da implantação de planos, fluxos e rotinas, objetivando a simplificação e aperfeiçoamento de métodos de trabalho;

VI - solucionar problemas surgidos em seu âmbito e quando de maior relevância e peculiaridade submeter à apreciação superior;

VII - elaborar relatório periódico com informações das atividades;

VIII - executar outras atribuições determinadas pelo superior imediato, afetas à sua área de atuação.

Art. 8º O Anexo II – Quadro Geral dos Órgãos e Cargos em Comissão da Estrutura Administrativa, passa a vigorar na forma do Anexo I deste Decreto.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 01 dias do mês de junho de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

Anexo I

QUADRO GERAL DOS ORGÃOS E CARGOS EM COMISSÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Órgão	*Cargo*
I - GABINETE DO PREFEITO	Prefeito
Gabinete do Prefeito	**Assessor de Transportes de Veículos Oficiais**
Gabinete do Prefeito	**Diretor de Gabinete**
Gabinete do Prefeito	Diretor de Comunicação
Gabinete do Prefeito	Diretor de Defesa Civil
Gabinete do Prefeito	Assistente de Comunicação
Gabinete do Prefeito	**Diretor de Departamento de Convênios**
Gabinete do Prefeito	**Chefe de Divisão de Convênios**
Gabinete do Prefeito	**Coordenador de Planejamento, Projetos e Assuntos Estratégicos**
II - GABINETE DO VICE-PREFEITO	Vice-Prefeito
III - PROCURADORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Procurador Jurídico
IV - ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO	Assessor Jurídico
Chefe de Divisão de Apoio Jurídico	Chefe
V - CONTROLADORIA MUNICIPAL	Controlador
VI – OUVIDORIA MUNICIPAL	Ouvidor Municipal
VII - COORDENADORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC	Diretor Executivo de Defesa Civil
VIII- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de Administração e Planejamento Orçamentário	Coordenador
Assessoria Técnica e Legislativa	Assessor Técnico e Legislativo
Assessoria Jurídica	Assessor Jurídico
Departamento de Licitações	Diretor
Departamento de Compras	Diretor
Departamento de Recursos Humanos	Diretor
Departamento de Conciliação do PROCON	Diretor
Departamento Executivo do PROCON	Diretor
Departamento de Tecnologia	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	**Chefe**
Divisão de Patrimônio de Bens Móveis e Imóveis	Chefe
Divisão de Serviço Militar e MTPS	Chefe
Divisão de Recursos Humanos	Chefe
Divisão de Licitação	Chefe
Assistente de Apoio Distrital	**Assistente**
Divisão de Coaching	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Segurança do Trabalho	Chefe
Divisão de Execução Orçamentária	Chefe
IX - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Secretário
Coordenadoria de Educação	Coordenador
Departamento de Ensino Fundamental	Diretor
Departamento Administrativo e Financeiro	Diretor
Departamento de Transporte Escolar	Diretor
Departamento de Educação Infantil	Diretor
Divisão de Programas e Convênios	Chefe
Divisão de Documentação Escolar	Chefe
Divisão de Apoio Administrativo e Financeiro	Chefe
Divisão de Merenda e Material Escolar	Chefe
X - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	Secretário
Coordenadoria de Projetos	**Coordenador**
Departamento de Recursos e Convênios	Diretor
Departamento de Regulação, Controle e Avaliação	Diretor
Departamento de Vigilância Ambiental	Diretor
Departamento de Vigilância Sanitária	Diretor
Departamento de Administração	Diretor
Departamento de Administração e Finanças	Diretor
Divisão de Controle Social	Chefe
Divisão de Atenção Básica	Chefe
Divisão Farmacêutica	Chefe
Assistente da Saúde	Assistente
Assistente Administrativo de Equipe Saúde da Família	Assistente
XI - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	Secretário
Coordenador Contábil e Financeiro	Coordenador
Coordenadoria de Administração Tributária e Financeira	Coordenador
Assessoria Técnica Contábil	Assessor Técnico Contábil
Departamento de Gestão Fiscal e Prestação de Contas	Diretor
Departamento de Cadastro e Arrecadação	Diretor
Departamento de Fiscalização	Diretor
Departamento de Lançamento, Controle Tributário e Dívida Ativa	Diretor
Departamento de Tesouraria	Diretor
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Tesouraria	Chefe
Divisão de Fiscalização de Obras e Posturas	Chefe
Divisão de Execução Fiscal	Chefe
XII-SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	Secretário
Coordenadoria de Infraestrutura	Coordenador
Assessor de Transportes e Trânsito	Assessor
Departamento de Água, Esgoto e Serviços Urbanos	Diretor
Departamento de Manutenção e Oficina	Diretor
Departamento de Paisagismo e Jardinagem	Diretor
Departamento de Frotas e Almoxarifado	Diretor
Divisão de Vias Públicas	Chefe
Divisão de Manutenção de Infraestrutura	Chefe
Divisão de Manutenção de Eletricidade	Chefe
Divisão de Paisagismo	Chefe
Divisão de Manutenção e Oficina	Chefe
Divisão de Obras Públicas	Chefe
Divisão de Almoxarifado	Chefe
Assistente de Apoio Administrativo	Assistente
Assistente de Borracharia	Assistente
XIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Secretário
Coordenadoria de Trabalho e Ação Social	Coordenador
Departamento de Gestão Social	Diretor
Departamento Administrativo do SINE	Diretor
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Assistência aos PNE's	Chefe
Divisão da Casa de Passagem	Chefe

Divisão de Apoio aos Idosos	Chefe
Divisão Administrativa	Chefe
Divisão de Fomento e Trabalho	Chefe
Divisão de Habitação	Chefe
Divisão das Políticas Públicas para Mulheres	Chefe
Assistência de Administração	Assistente de Administração
Assistência de Geração de Renda Formal	Assistente de Geração de Renda Formal
Assistente CRAS – Distrito Itanorte	Assistente
Assistente de Apoio Administrativo	Assistente
Assistente de Apoio Administrativo ao SINE	Assistente
XIV - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	Secretário
Departamento de Agricultura e Pecuária	Diretor
Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Agricultura Familiar e Cooperativismo	Chefe
Divisão de Meio Ambiente	Chefe
Divisão de Indústria e Comércio	Chefe
XV – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER	Secretário
Departamento de Administração	Diretor
Divisão de Divisão de Apoio Administrativo	Chefe
Divisão de Manutenção de Espaços Esportivos	Chefe
Escolinha de Futebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Basquetebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Handebol	Treinador Desportivo
Escolinha de Voleibol	Treinador Desportivo
Escolinha de Futsal	Treinador Desportivo
Escolinha de Karatê	Treinador Desportivo
Projeto Escolinha – Dist. Mal Rondon	Treinador Desportivo
Escolinha de Futebol – Distrito Itamarati Norte	Treinador Desportivo
Escolinha de Atletismo	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Nossa Senhora Aparecida	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Jardim das Palmeiras	Treinador Desportivo
Projeto Ginástica Aeróbica – Bairro Boa Esperança	Treinador Desportivo
Projeto Educador Físico Multidisciplinar	Treinador Desportivo
Treinador Desportivo de Natação	Treinador Desportivo
Treinador Desportivo de Tênis	Treinador Desportivo
Projeto Escolinha – Assentamento Guapirama	Treinador Desportivo
XVI – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	SECRETÁRIO
Departamento de Cultura	Diretor
Maestro	Maestro
Gestão Administrativa	**Chefe**
Divisão de Ações Artístico-Culturais	Chefe
Divisão de Eventos Culturais	Chefe
Divisão de Planejamento e Fomento ao Turismo	Chefe
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor
Instrutor de Oficina de Arte	Instrutor

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
AUTO DE INFRAÇÃO SANITÁRIA 017/2017

Nome: **ROBENSON MAXIMO FIM** CPF: **142.022.639-87**

Endereço: quadra 225 lote 17 Bairro: Nossa Senhora Aparecida

Município: Campo Novo do Parecis –MT CEP: 78360-000

Aos primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, às 09:00 horas, no exercício de fiscalização sanitária, estivemos no local supracitado para realizar inspeção sanitária para verificar se o proprietário/responsável havia atendido a notificação nº **108/2017** de denúncia de terreno baldio coberto de mato. Após vistoria constatamos que a mesma não foi atendida, estando o local em desacordo com o artigo 37 da Lei Municipal 08/89, que institui o Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, bem como o art. 3º da Lei Municipal n°914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores de doenças. Por esse motivo fica o proprietário autuado em 5 (cinco) UFCNP – Unidade Fiscal de Campo Novo do Parecis.

_____

_____

Assinatura/Carimbo do servidor autuante Assinatura/Carimbo do servidor autuante

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 530, DE 26 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto no art. 97 daLei Complementar nº 005, de 30 de dezembro de 2003, que instituiu o Regulamento de Processos de Aplicação de Penalidades e demais cominações concernentes ao PDCNP e suas legislações correlatas,

Considerando os Memorandos nº 085/2017 da Secretaria Municipal de Finanças, nº 367/2017 da Secretaria Municipal de Administração, nº592/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, nº079/2017 da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, nº 302/2017 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, e 043/2017 da Assessoria Jurídica Municipal,

Considerando a necessidade administrativa e o interesse público,

D E C R E T A

1. NOMEAR, a **Comissão Especial de Julgamento de Recursos**, com renovação bienal tendo a seguinte composição:

I – 2 (dois) representantes ligados a Secretaria de Finanças;

Titulares: Daniele Cristina da Silva Gomes, matrícula 663, CPF nº 815.125.621-49 e Josefina Berlanda Perin, matrícula 221, CPF nº 569.106.819-91;

Suplentes: João Cardoso Lucas, matrícula nº 634, CPF nº 352.518.911-72 e Marcos Daniel de Carvalho, matrícula nº 853, CPF nº 798.317.881-68;

II – 2 (dois) representantes ligados ao Planejamento Urbano;

Titulares: Carlos Alberto Oseko Júnior, matrícula 3599, CPF nº 028.603.981-80 e Augusto Enzweiler, matrícula nº 2433, CPF nº 004.272.371-06;

Suplentes: Mario Souza Coelho Júnior, matrícula 3582, CPF nº 021.442.191-09 e Rita Helena Boemeke, matrícula 560, CPF nº 858.921.811-20;

III – 2 (dois) representantes ligados a Saúde pública;

Titulares: Lenir Regina da Silva Jacobi, matrícula nº 248, CPF nº 002.146.281-08 e Rosana Segalotto, matrícula 243,CPF nº 512.527.240-04;

Suplentes: Cidirlei Felipe, matrícula 3708, CPF nº 815.606.489-53 e Viviane Alves Fernandes Dias Petry, matrícula nº 1803, e CPF nº 861.880.621-85;

IV –1 (um) representante ligado ao Meio Ambiente;

Titular: Patrícia Thiemann, matrícula 3596, CPF nº 045.193.791-05;

Suplente: Rudi Ianke, matrícula 2231, CPF nº 499.126.310-72;

V – 2 (dois) representantes ligados as Obras Municipais;

Titulares: Juliana Karina Pepeleascov Mosele, matrícula 3078, CPF nº 343.726.488-55 e Antonio Cesar Lima Viana, matrícula 1050, CPF nº 348. 660.197-00;

Suplentes: Clenir Marschall Barreto, matrícula 2447, CPF nº 002.946. 441-21 e Bruna Nayara Farias de Menezes, matrícula 2353, CPF nº 024. 443.001-22;

VI – 1 (um) representante ligado a Assessoria Jurídica.

Titular: Débora Marques Van der Sand, matrícula nº 3577, CPF nº 028. 849.071-14;

Suplente: Cássia Matos Amaral, matrícula 3607, CPF nº 033.253.745-57.

2. A presidência da Comissão Especial de Julgamento de Recursos ficará sob a responsabilidade da servidora **Débora Marques Van der Sand**.

3. A Comissão Especial de Julgamento de Recursos não poderá se reunir com um número inferior a 3 (três) representantes.

4. O suplente poderá substituir o titular na falta deste.

5. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as portarias 043/2014, de 31 de janeiro de 2014; 117/2014, de 10 de março de 2014; 220/2014, de 07 de maio de 2014; 199/2015, de 17 de abril de 2015; 372/2016, de 27 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 26 dias do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 532, DE 29 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerandoo requerimento da servidora Adriana Possamai,

Considerando o Memorando nº 657/2017, de 26 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Educação,

Considerando o período aquisitivo compreendido entre 29.05.2002 a 03. 03.2007 e 04.03.2007 a 03.03.2012.

RESOLVE

1.CONCEDER, licença prêmio por assiduidade a Servidora Municipal **ADRIANA POSSAMAI**, efetiva no cargo de Professora Licenciatura Plena em Letras, matrícula nº 1470, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2. O período de gozo da licença concedida será de 90 (noventa) dias com início em 29 de maio de 2017 e término em 26 de agosto de 2017,

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO ***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 027/2017

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Adolfo Domingos Petry

Objeto: A locação de imóvel em alvenaria com 350 metros quadrados, edificado na Av. Belo Horizonte, esquina com a Rua João de Barro S/N, Quadra 298, Lote 12-A, Bairro Jardim das Palmeiras, nesse Município.

Dotação Orçamentária:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.001 – Gabinete da Secretaria de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub Função: 122 – Administração Geral

Programa: 0023 – Gestão e Manutenção da Saúde

Projeto/Atividade: 2091 – Manutenção e Encargos com a Secretaria de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

Desdobramento: 15 – Locação de Imóveis

Fonte de Recurso: 10000 – Recursos Livres – Sem Destinação de Recursos

Reduzido: 584

Valor: R$ 6.006,60

Prazo: 12 (doze) meses

Data: 30/05/2017

Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação nº 006/2017

Secretaria: Saúde

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL Nº 02/2017 DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 037/2015

Tomada de Preço n° 012/2015

Aos trinta dias do mês de maio de dois mil e dezessete, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, A **CONTRATANTE/MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Mato Grosso, nº 66 - NE, inscrita no CNPJ sob o nº 24.772.287/0001-36, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr**.** ***RAFAEL MACHADO,*** brasileiro, em união estável, portador do RG nº 5060425773 SSP/RS e CPF nº 929.162.010-68, residente e domiciliado na Rua Caqui, 90-NE, bairro Alvorada, nesta cidade de Campo Novo do Parecis/MT, e de outro lado como **CONTRATADA**: ***A. MODESTO DE OLIVEIRA - EPP***,inscrita no CNPJ sob n° 06.274.537/ 0001-26, Inscrição Estadual n°13512521-9, estabelecida na rua Anita Garibaldi n° 386-NW, Setor Industrial, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor ***AILTON MODESTO DE OLIVEIRA***, portador do RG nº 24305528-6 SSP/SP, CPF nº 117.297.508-69, residente e domiciliado na cidade de Campo Novo do Parecis - MT, com o objetivo de formalizar **a RESCISÃO CONTRA-**

TUAL UNILATERAL do ***CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 037/2015,*** datado de 21 de julho de 2015 para **Contratação de empresa de engenharia para construção de uma Unidade Básica de Saúde, na Rua das Garças, Quadra 44, Bairro Olenka, conforme Proposta de Convênio nº 14476859000113002, firmado entre o Município e o Ministério da Saúde**, conforme Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Orçamento Analítico e Projetos partes integrantes do Processo Licitatório nº 133/2010 na modalidade de Tomada de Preços nº 11/2010, pelo período de 360 (trezentos e sessenta) dias, **por ABANDONO DA OBRA** acima descrita nos termos do artigos 77, 78 e 79 da Lei 8.666/93 e alterações com aplicação das penalidades previstas na Cláusula Oitava do referido contrato, além de ressarcimento ao Município de Campo Novo do Parecis/MT de medição efetivamente não executada ou execução sem medição, ou garantia contratual e demais sanções previstas em Lei.

Após ter sido notificada através de Notificação Extrajudicial datada de 17 de março de 2017, para manifestação de contraditório ou retomada da execução da obra paralisada, sem qualquer manifestação até a presente data, o Município de Campo Novo do Parecis Declara Rescindido Unilateralmente o Contrato supra citado.

Firma presente termo em 03 (três) vias para todos os efeitos de direito.

Campo Novo do Parecis - MT, 30 de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO

PREFEITO MUNICIPAL - MUNICIPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT

CONTRATANTE
Testemunhas:

1º _____ ___ 2º _____

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 021/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, E A EMPRESA VETOR SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA

Contratante: Município de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66-NE, nesta cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: Vetor Serviços e Terceirizações Ltda, inscrita no CNPJ sob n° 79.401.188/0001-30, Inscrição Estadual isenta, estabelecida na Av. Florianópolis, nº 630, Bairro Parque Eldorado, CEP: 78.850-000, na cidade de Primavera do Leste-MT, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Senhor **Vitor Paulo da Silva**, portador do RG nº 1265405-1 SSP/MT e CPF nº 912.530.551-49

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo registrar a inclusão de dotações orçamentárias consignada no orçamento vigente que também passará a suportar as despesas decorrentes do Contrato de Prestação de Serviço nº 021/2017, de 05 de maio de 2017, conforme as disposições do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, na forma a seguir:

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0006 – Campo Novo Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2097 – Manutenção e Conservação das Unidades de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento: 12 – Locação de Máquinas e Equipamentos

Fonte de Recurso: 10200 Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Reduzido: 661

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0006 – Campo Novo Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2097 – Manutenção e Conservação das Unidades de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento: 43 – Serviços de Energia Elétrica

Fonte de Recurso: 114008 - Transferências de Recursos do SUS PAB – Piso de Atenção

Reduzido: 663

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0006 – Campo Novo Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2097 – Manutenção e Conservação das Unidades de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento: 16 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Fonte de Recurso: 314008 - Transferências de Recursos do SUS PAB – Piso de Atenção

Reduzido: 1019

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico

Programa: 0006 – Campo Novo Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2106 – Manutenção e Encargos com Centro de Reabilitação

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento: 43 – Serviços de Energia Elétrica

Fonte de Recurso: 10200 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

Reduzido: 740

Órgão: 10 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 10.002 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 – Saúde

Sub Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0006 – Campo Novo Mais Saúde

Projeto/Atividade: 2094 – Assistência Odontológica à População

Natureza da Despesa: 3.3.90.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Desdobramento: 77 – Vigilância Ostensiva

Fonte de Recurso: 114011 - Transferências de Recursos do SUS PSF – Programa Saúde

Reduzido: 644

Campo Novo do Parecis-MT, 31 de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 533, DE 29 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerandoo requerimento da servidora Bernadete de Conto,

Considerando o Memorando nº 659/2017, de 26 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Educação,

Considerando o período aquisitivo compreendido entre 21.06.2004 a 11. 07.2011.

RESOLVE

1.CONCEDER, licença prêmio por assiduidade a Servidora Municipal **BERNADETE DE CONTO**, efetiva no cargo de Agente de Serviço, Especialidade Servente, matrícula nº 90, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2. O período de gozo da licença concedida será de 30 (trinta) dias com início em 29 de maio de 2017 e término em 27 de junho de 2017,

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 29 dias do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 534, DE 30 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012;

Considerando o disposto no Decreto Executivo nº 14, de 25 de janeiro de 2017, que r**egulamenta o quadro de vagas/funções para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e dá outras providências, no ano de 2017;**

Considerando a necessidade de contratação, através de Processo Seletivo Simplificado;

Considerandoo Memorando Nº 644/2017 de 29 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Administração;

RESOLVE

1. ALTERAR, a Portaria n° 311 de 24 de fevereiro de 2017 que nomeia **COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017**, onde a partir desta data passa a ter a seguinte redação:

2. A Comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017 terá a seguinte composição:

I – Presidente: Marcos da Cunha Rufino, matrícula nº 572, CPF nº 534. 935.081-15;

II – Secretário: Gizelle Perin; matrícula nº 2195, CPF nº 970.775.850-34;

III – Membro: Lenir Regina da Silva Jacobi, matrícula nº 248, CPF nº 002. 146.281-08;

IV – Membro: Gildevan Cabral de Araujo; matrícula nº 2643, CPF nº 033. 488.331-83;

3. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 30 dias do mês de maio de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 536, DE 31 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 011.07.06;

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.170/2007, de 09.05.07, alterada pela Lei nº 1.345/2010, que dispõe sobre a reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis;

Considerando a Ficha Clínica – Saúde Ocupacional da servidora abaixa elencada;

Considerando o Memorando nº 662/2017 de 26 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que não havia Perito disponível no tempo hábio, sendo esta a justificativa na analise da prorrogação do desvio de função.

R E S O L V E

1. PRORROGAR, os efeitos daPortaria nº 549 de 10 de novembro de 2016, em que concede desvio de função, em virtude delicença para tratamento de saúde a servidora Municipal, **ROSANGELA ASSUNÇÃO MANETI,** cargo Professora Licenciatura Plena em Pedagogia, onde está na função de Bibliotecária na Escola Municipal Professor Antonio Pereira, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

2. O período da nova vigência tem seu início em 10 de janeiro de 2017 e término em 23 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 31 dias do mês de maio de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 537, DE 31 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06;

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.170/2007, de 09.05.07, alterada pela Lei nº 1.345/2010, que dispõe sobre a reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis,

Considerando a Ficha Clínica – Saúde Ocupacional da servidora abaixa elencada,

Considerando o Memorando nº 662/2017 de 26 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Educação

Considerando que não havia Perito disponível no tempo hábio, sendo esta a justificativa na analise da prorrogação do desvio de função.

R E S O L V E

1. PRORROGAR, os efeitos daPortaria nº 470 de 31 de agosto de 2016, em que concede desvio de função, em virtude delicença para tratamento de saúde a servidora Municipal, **MARGIT SEIBERT CORRÊA,** cargo Professora Licenciatura Plena em Letras, onde está na função de Bibliotecária na Escola Municipal 04 de Julho, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

2. O período da nova vigência tem seu início em 11 de novembro de 2016 e término em 18 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 31 dias do mês de maio de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 100/2017/FUNSEM

PORTARIA Nº 100/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. GILSON DE PAULA MENDES".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. GILSON DE PAULA MENDES**, efetivo no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO, com vencimentos integrais, a parti de 26/04/2017 e término em 24/07/2017, conforme processo administrativo **nº** 2017.05.09429R1 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **26 de abril de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de Junho de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 538, DE 31 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06;

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.170/2007, de 09.05.07, alterada pela Lei nº 1.345/2010, que dispõe sobre a reestruturação do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis;

Considerando a Ficha Clínica – Saúde Ocupacional da servidora abaixa elencada;

Considerando o Memorando nº 662/2017 de 26 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Educação;

Considerando que não havia Perito disponível no tempo hábio, sendo esta a justificativa na analise da prorrogação do desvio de função.

R E S O L V E

1. PRORROGAR, os efeitos daPortaria nº 455 de 15 de agosto de 2016, em que concede desvio de função, em virtude delicença para tratamento de saúde a servidora Municipal, **MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BARBOSA** cargo Agente de Serviço, onde está na função de Vigia na Escola Municipal Professor Antonio Pereira, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

2. O período da nova vigência tem seu início em 19 de maio de 2017 e término em 18 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 31 dias do mês de maio de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 099/2017/FUNSEM

PORTARIA Nº 099/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. EDGAR ODAKURA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. EDGAR ODAKURA**, efetivo no Cargo de AGENTE DE FISCALIZACAO, lotado na SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, com vencimentos integrais.

Art. 2ºO Beneficiario está em gozo de auxilio doença desde **30/05/2017** *e término em* **27/08/2017**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **14/06/2017** ***a*** **27/08/2017***, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007*, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **30 de maio de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de Junho de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 539, DE 31 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei Municipal 1.130/2006, de 11.07.06 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis;

Considerandoo requerimento da servidora Magna Henriete Boemecke Jacobowski;

Considerando o Memorando nº 635/2017, de 25 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a Lei 1.130/2006, em seu artigo 328, que determina os servidores públicos que não possuírem 5 anos de período aquisitivo de licença premio até a promulgação da lei deverá completar mais 5 anos de período aquisitivo;

Considerando que a servidora se afastou 12 meses por interesse particular de 01.08.1997 à 01.08.1998;

Considerando o período aquisitivo compreendido entre 11.07.2006 a 11. 07.2012;

RESOLVE

1.CONCEDER, licença prêmio por assiduidade a Servidora Municipal **MAGNA HENRIETE BOEMECKE JACOBOWSKI**, efetiva no cargo de **Técnico Nível Superior** especialidade **Assistente Social**, matrícula nº 238, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

2. O período de gozo da licença concedida será de 30 (trinta) dias com início em 01 de junho de 2017 e término em 30 de junho de 2017, completando os 90 dias com o período de 60 dias já usufruídos conforme portaria nº 609/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 31 dias do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO ***Prefeito Municipal***

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 098/2017/FUNSEM

PORTARIA Nº 098/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. EDLEUZA FERREIRA DE OLIVEIRA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. EDLEUZA FERREIRA DE OLIVEIRA**, efetiva no Cargo de SERVENTE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 28/05/2017 e término em 26/06/2017, conforme processo administrativo **nº** 2017.05.11460R1 **- FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **28 de maio de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de Junho de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 540, DE 31 DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município:

Considerando o disposto na Instrução Normativa nº. 015/2012, da Secretaria do Estado de Educação,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº 644, de 25 de maio de 2017,

Considerando o interesse público e a necessidade administrativa,

R E S O L V E

1. NOMEAR, a partir de 02 de junho de 2017, a **COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR,** com a finalidade de fiscalizar a execução do transporte escolar dos alunos da Rede Estadual do Município de Campo Novo do Parecis e deliberar sobre eventuais controvérsias, com fulcro na Instrução Normativa nº 015/2012, da Secretaria de Estado de Educação.

2. A referida Comissão será composta dos membros abaixo relacionados:

I – representante dos Alunos:

Caio Vinicius da Costa Silva, CPF: 072.037.841-93;

II – representante dos Pais:

Taniamar Nespolo Zaminhan, CPF: 915.609.009-97;

III – assessora pedagógica:

Hedi Helma Bencke, CPF 581.115.639-20;

IV – representante dos Professores Estaduais:

Marinilza Nogueira da Cruz, CPF 415.325.621-87

V – representante dos Professores Municipais:

Romilda Vieira de Faria Menezes, CPF: 377.904.801-97;

VI – representante do Conselho do FUNDEB/PNATE:

Juliano Olejas, CPF: 840.290.211-15;

VII – representante do Poder Executivo Municipal:

Lucas Kolling, CPF 039.635.831-42.

3. Os membros ora nomeados exercerão suas funções pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 31 dia do mês de maio de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 097/2017/FUNSEM

PORTARIA Nº 097/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. LUCIA FERREIRA DE ANDRADE OLIVEIRA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. LUCIA FERREIRA DE ANDRADE OLIVEIRA**, efetiva no Cargo de AGENTE DE SERVICOS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **24/05/2017** *e término em* **21/08/2017**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **08/06/2017** ***a* 21/08/2017***, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007*, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **24 de maio de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de Junho de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 541, DE 01 DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando, o Memorando nº 098/2017, datado de 31 de maio de 2017, proveniente do Governo Municipal;

RESOLVE

1. EXONERA, a partir desta data o servidor **BENEDITO GOMES DA SILVA,** do cargo em comissão de **Diretor de Gabinete**, vinculado ao Governo Municipal, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 01 dias do mês de junho de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 542, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art.59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o Memorando nº 651/2017 da Secretaria Municipal de Educação, datado de 30 de maio de 2017,

R E S O L V E

***1.* DESIGNAR** a servidora pública efetiva,**ELAINE APARECIDA DA SILVA**, Enfermeira, portadora do RG nº 1274427-1 SSP/MT e CPF nº 693. 489.361-15, matricula funcional nº 2596,para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato de Locação de Bem Imóvel, constante abaixo:

CONTRATO	*OBJETO*	*CONTRATADA*
Nº 027/ 2017	Locação de imóvel em alvenaria com 350 metros quadrados, edificado na Av. Belo Horizonte, esquina com a rua João de Barro S/N, quadra 298, lote 12-A, bairro Jardim das Palmeiras, nesse Município.	*ADOLFO DOMINGOS PETRY*, portador do CPF nº 759.615. 471-91.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia de junho de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSÉ BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 543, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando, Memorando nº 092/2017, datado de 18 de maio de 2017, proveniente do Gabinete do Governo Municipal.

RESOLVE

1. EXONERAR, a partir desta data, a servidora **JOSIANE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA,** do cargo em comissão de **Ouvidora Municipal**, vinculado ao Gabinete do Governo Municipal, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, voltando esta a sua função e atribuição de concurso.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 01 dia do mês de junho de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de

Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 096/2017/FUNSEM

PORTARIA Nº 096/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. ELAINE CRISTINA BARROS CAMPOS".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. ELAINE CRISTINA BARROS CAMPOS**, efetiva no Cargo de PROFESSORA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 12/05/2017 e término em 10/07/2017, conforme processo administrativo **nº** 2017.05.09405R2 **- FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **12 de maio de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de Junho de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 095/2017/FUNSEM

PORTARIA Nº 095/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. APARECIDA MARIA DE GODOY".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. APARECIDA MARIA DE GODOY**, efetiva no Cargo de SERVENTE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 06/06/2017 e término em 03/09/2017, conforme processo administrativo **nº** 2017.05.09414R2 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **06 de junho de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 01 de Junho de 2017.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 550, DE 01 DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 117/2017, datado de 029 de maio de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo,

RESOLVE

1. *NOMEAR,* com efeitos a partir de 02 de junho de 2017, o senhor **VANDERLEI FERREIRA DE LIMA FILHO**, portadora do RG nº 2911332-6 SSP/MT e CPF nº 038.579.094-55, para ocupar o cargo em comissão de **Chefe de Divisão Artístico – Culturais,** órgão vinculado a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 01 dia do mês de junho de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
DECRETO EXECUTIVO Nº 065, DE 25 DE MAIO DE 2017.

REGULAMENTA A IMPLANTAÇÃO DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROGRAMAS, PROJETOS, BENEFÍCIOS E SERVIÇOS SOCIAIS OFERTADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

Considerando o Memorando nº 107 de 09 de fevereiro de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS em Campo Novo do Parecis – MT, para atendimento aos Usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS nos serviços de caráter preventivo, protetivo e proativo.

§ 1º O CRAS constitui-se numa Unidade Pública Municipal descentralizada da Política de Assistência Social, responsável pela organização e oferta de Serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social do município.

§ 2º Deverá promover a integração de esforços, recursos e meios para fortalecer os vínculos sociais e comunitários das famílias, envolvendo um conjunto de profissionais e metodologias de trabalhos para apoio e acompanhamento coletivo e individualizado das famílias, objetivando prevenir situações de risco e vulnerabilidade social, apoiando as famílias e indivíduos em suas demandas sociais.

Art. 2º O CRAS de Campo Novo do Parecis - MT realizará as seguintes ações:

I - Acolhimento; II - Entrevista familiar; III - Visitas domiciliares; IV - Palestras voltadas à comunidade ou à família, seus membros e indivíduos; V - Grupos: oficinas de convivência e de trabalho socioeducativo para as famílias, seus membros e indivíduos; visando a superação de riscos e vulnerabilidade sociais, objetivando o empoderamento da família. VI - Campanhas

socioeducativas; VII - Encaminhamento e acompanhamento de famílias e seus membros e indivíduos; buscando inseri-los na rede de proteção social e o acesso aos direitos de cidadania; VIII - Reuniões e ações comunitárias; IX - Articulação e fortalecimento de grupos sociais locais; X - Produção de material para capacitação e inserção produtiva, para oficinas lúdicas e para campanhas socioeducativas, tais como vídeos, brinquedos, materiais pedagógicos e outros destinados aos serviços sócio-assistenciais; XI - Grupos de convivência e sociabilidade geracionais e intergeracionais, para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos; XII - Atividades lúdicas para crianças de 6 (seis) a 17 anos, 18 a 59 anos e 60 anos acima, que visem a estimulação, o fortalecimento de laços familiares e a interação entre a criança e os demais membros da família e da comunidade; XIII - Implementação das ações de capacitação e inserção produtiva; XIV - Ações complementares de promoção da inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF e do Benefício de Prestação Continuada - BPC; Centros e Grupos de Convivência para Idosos; e XV - Ações definidas como prioridades nacionalmente identificadas e pactuadas entre os entes federados e deliberadas pelo CNAS.

Art. 3º O CRAS de Campo Novo do Parecis - MT terá como usuários:

I - Famílias em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco social residentes nos territórios de abrangência dos CRAS; II - Crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC; III - Indivíduos e famílias encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Situações de Trabalho Infantil; serviço de proteção social especial a indivíduos e famílias; reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; e outros); IV - Famílias residentes em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário; V - Indivíduos e famílias que vivenciam situações de fragilização de vínculos; VI- Crianças, adolescentes, jovens e idosos cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda; VII - Adolescentes e Jovens egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente; VIII - Adolescentes e Jovens egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990; IX - Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio; X - Jovens e Adultos incluindo seus familiares; XI - Famílias beneficiadas do programa Bolsa Família – PBF e as inclusas no Cadastro Único – CAD único; XII - indivíduos inseridos em serviços de inclusão social produtiva.

Art. 4º O CRAS de Campo Novo do Parecis – MT, atenderá aos Programas/ Projetos/ Serviços/ Benefícios:

I - Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

III - Serviço de Proteção Social no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

IV - Benefício de prestação continuada;

V - Beneficio de prestação continuada na escola – BPC na Escola;

VI - Inclusão produtiva/cursos de qualificação para famílias participantes dos Programas, Projetos e Serviços;

VII - O Cadúnico e o Programa Bolsa Família.

Parágrafo Único. Ficam inclusos todos os Programas, Projetos, e Serviços vinculados a Proteção Social Básica - PSB, no CRAS.

Art. 5º Constitui objetivos do CRAS:

I - Fortalecer a função protetiva da família, contribuindo na melhoria da sua qualidade de vida;

II - Prevenir a ruptura dos vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

III - Promover aquisições sociais e materiais às famílias, potencializando o protagonismo e a autonomia das famílias e comunidades;

IV - Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais, contribuindo para a inserção das famílias na rede de proteção social de assistência social;

V - Promover acesso aos demais serviços setoriais, contribuindo para o usufruto de direitos;

VI - Apoiar famílias que possuem dentre seu membros indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares.

VII - Redução da ocorrência de situações de vulnerabilidade social;

VIII - Prevenção da ocorrência de riscos sociais, seu agravamento ou reincidência;

IX - Aumento de acessos a serviços socioassistenciais e setoriais;

X - Ampliação do acesso aos direitos socioassistenciais;

XI - Melhoria da qualidade de vida dos usuários e suas famílias.

XII - Contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva;

XIII - Processar a inclusão das famílias no sistema de proteção social e nos serviços públicos, conforme necessidades;

XIV - Contribuir para restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia dos usuários;

XV - Contribuir para romper com padrões violadores de direitos no interior da família;

XVI - Contribuir para a reparação de danos e da incidência de violação de direitos; e

XVII - Prevenir a reincidência de violações de direitos.

Art. 06 A Secretaria Municipal de Assistência Social, estabelecerá as formas de inserção da equipe dos Programas, Projetos, Benefícios e Serviços considerando a atual capacidade instalada e as modalidades inovadoras de reorganização das ações e serviços de atenção básica de assistência social.

Art. 7º Para o desenvolvimento dos Programas, Projetos, Benefícios e Serviços, poderá o Município firmar convênios com instituições públicas de nível federal, estadual e/ou entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 8º As despesas decorrentes do presente Projeto correrão por conta de dotação orçamentária própria, prevista na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 08 dias do mês de março de 2017.

RAFAEL MACHADO *Prefeito Municipal*

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 549, DE 01 DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 384/2017, datado de 01 de junho de 2017, proveniente da Secretaria Municipal de Administração,

RESOLVE

1. *NOMEAR,* com efeitos a partir desta data a senhora **DELIZE APARECIDA DE SOUZA**, portadora do RG nº 1426473-0 SSP/MT e CPF nº 947.612.641-87 matricula funcional nº 2618, para ocupar o cargo em comissão de **Assistente de Apoio Distrital,** órgão vinculado a Secretaria Municipal de Administração do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 01 dia do mês de junho de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 548, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 383/2017, datado de 01 de junho de 2017, proveniente da Secretaria de Administração;

RESOLVE

RENOMEAR, a partir de 02 de junho de 2017, a servidora, **Aparecida Ribeiro dos Santos** ora ocupante do cargo em comissão de Assistente de Apoio Administrativo vinculado a Secretaria Municipal de Administração, passa a exercer o cargo em comissão de **Chefe de Divisão de Apoio Administrativo**, vinculado a Secretaria Municipal de Administração, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junho de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 547, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 113/2017, datado de 24 de maio de 2017, proveniente da Secretaria de Cultura e Turismo;

RESOLVE

RENOMEAR, a partir desta data, o servidor, **Jonas Ferreira de Almeida** ora ocupante do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Apoio Administrativo vinculado a Secretaria de Cultura e Turismo, passa a exercer o cargo em comissão de **Chefe de Gestão Adminsitrativa**, vinculado a Secretaria de Cultura e Turismo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junho de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 546, DE 1º DE JUNHO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Memorando nº 114/2017, datado de 24 de maio de 2017, proveniente da Secretaria de Cultura e Turismo;

RESOLVE

RENOMEAR, a partir desta data, a servidora, **Gabriela Lopes de Jesus Gaet** ora ocupante do cargo em comissão de Divisão de Ações Artístico-Cultural vinculado a Secretaria de Cultura e Turismo, passa a exercer o cargo em comissão de **Chefe de Gestão de Eventos**, vinculado a Secretaria de Cultura e Turismo, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 1º dia do mês de junho de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2017

PROCESSO N° 680/2017

PREGÃO N° 003/2017

O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça dos Três Poderes, n° 03, CEP 78840-000, Campo Verde, MT, inscrito no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal**, Fábio Schroeter**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, residente e domiciliado no município de Campo Verde – MT,

Resolve:

Cancelar o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS**, proveniente da sessão pública do Pregão Presencial em epígrafe, sucedido em sua sessão de abertura realizada em 31 de janeiro de 2017, em virtude da solicitação da contratada, por não ter mais disponibilidade de atender o Município.

1- DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1- Decreto Federal nº 7.892/2013, (artigo 21,II) dispõe que "O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados" "II - a pedido do fornecedor".

2 – DO FORNECEDOR E DOS ITENS DO DESTRATO

STAR ODONTOMÉDICA EIRELI ME, CNPJ 05.567.724/0001-35, sito à Rua Tupinambás, Qd. 25, LT. 11/26, Galpão 03 – Jardim Eldorado, CEP 74.993-180, Aparecida de Goiânia-GO, telefone (62) 3097-8045, e-mail licitacao.starodonto@hotmail.com / dentalstar.licita@hotmail.com, neste ato representada por procuração pelo senhor ADALBERTO CAVALCANTE DE NÓBREGA JÚNIOR, portador da Cédula de Identidade RG nº 189.448 SSP/MS e inscrito no CPF sob nº 305.680.561-91.

LOTE 08

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,5 MM (0,05x0,5) com 0,5 m de comprimento	50 UND	MAQUIRA	R$ 1,18	R$ 59,00
02	BANDA MATRIZ DE AÇO 0,7 MM (0,05x0,7) com 0,5 m de comprimento	50 UND	MAQUIRA	R$ 1,18	R$ 59,00

Valor total do lote: R$ 118,00 (cento e dezoito reais).

LOTE 09

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	BANDEJA DE INOX PARA DENTISTA rasa medindo aproximadamente 22x17x1cm	60 UND	AÇONOX	R$ 18,46	R$ 1.107,60

Valor total do lote: R$ 1.107,60 (um mil, cento e sete reais e sessenta centavos).

LOTE 12

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CABOS PARA ESPELHO com rosca em aço inoxidável nº 5	50 UND	LM	R$ 2,45	R$ 122,50
02	ESPELHO CLÍNICO PLANO Nº 5 autoclavável para uso em cabo rosqueável confeccionado em aço	30 UND	LM	R$ 2,42	R$ 72,60

Valor total do lote: R$ 195,10 (cento e noventa e cinco reais e dez centavos).

LOTE 15

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	CARBONO PARA ARTICULAR em papel formato de fita dupla face 2 cores estéril descartável em folha pct com 12 unidades	50 UND	IODONTOSUL	R$ 1,90	R$ 95,00

Valor total do lote: R$ 95,00 (noventa e cinco reais).

LOTE 24

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	DESINFETANTE a base quaternária de amônia e álcool etílico desinfetante hospitalar, galão com 5000 ml	20 UND	RIOQUÍMICA	R$ 50,49	R$ 1.009,80

Valor total do lote: R$ 1.009,80 (um mil, nove reais e oitenta centavos).

LOTE 29

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ESPÁTULA PARA APLICAÇÃO DE RESINA composta em aço inoxidável	80 UND	LM	R$ 7,05	R$ 564,00
02	ESPÁTULA EM AÇO INOX Nº 24	60 UND	LM	R$ 7,01	R$ 420,60

Valor total do lote: R$ 984,60 (novecentos e oitenta quatro reais e sessenta centavos).

LOTE 36

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL média-fina com centro neutro, dorso de poliéster coberto com abrasivo de oxido de alumínio disperso em resina, caixa contendo 150 lixas com 4mmx170mm	30 CX	AAF	R$ 6,10	R$ 183,00

Valor total do lote: R$ 183,00 (cento e oitenta e três reais).

LOTE 42

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	PORTA AMÁLGAMA autoclavável de plástico	30 UND	MAQUIRA	R$ 7,65	R$ 229,50
02	PORTA MATRIZ IVORY	50 UND	LM	R$ 17,25	R$ 862,50
03	PORTA RESÍDUOS em Inox Odontológico	30 UND	AÇONOX	R$ 30,60	R$ 918,00
04	PORTA MATRIZ TOFFLEMAIRE ADULTO	20 UND	LM	R$ 17,50	R$ 350,00
05	PORTA AGULHA MATHIEU 14CM em aço inoxidável	30 UND	LM	R$ 21,00	R$ 630,00
06	PORTA AGULHA MAYOHEGAR c/ vídea 14cm em aço inoxidável	20 UND	GOLGRAN	R$ 153,00	R$ 3. 060,00
07	PORTA-ALGODÃO. Aço inoxidável limpo aproximadamente 15 cm de altura 10 cm, de largura tampa rosqueável.	50 UND	AÇONOX	R$ 31,00	R$ 1. 550,00

Valor total do lote: R$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

LOTE 46

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	SINDESMÓTOMO DUPLO Nº 1 com cabo sextavado em aço inoxidável	30 UND	LM	R$ 5,00	R$ 150,00

Valor total do lote: R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

3- DO OBJETO

3.1- Constitui objeto do presente certame o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS.**

4- DO EFEITO DO CANCELAMENTO

4.1- O presente instrumento tem seu efeito a partir da sua assinatura e, é firmado em caráter de expressa irrevogabilidade e irretratabilidade não cabendo as partes o direito de arrependimento ou desistência.

5- DO FORO

5.1- Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente termo, elegem as partes o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Campo Verde, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem plenamente ajustada, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor.

Campo Verde-MT, 31 de maio de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 057/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA EM EDIÇÃO DE VÍDEO PARA CAPTURA DE IMAGENS DO MUNICÍPIO, EDIÇÃO DE AUDIOVISUAIS, TAIS COMO: CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, PROMOCIONAIS E ORIENTATIVAS, CONVOCAÇÕES E COMUNICADOS À POPULAÇÃO,** na modalidade pregão (presencial) nº **057/ 2017**, no dia **19 de JUNHO de 2017, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 01 de junho de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 038/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 038/2017 - Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios que irão compor a cesta básica: a empresa J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ 03.349.265/0001-98, sagrou-se vencedora dos lotes 01 e 03, perfazendo o total de R$ 199.935,00 (cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais) e COMERCIAL PAMEX LTDA – ME, CNPJ 16.903.044/0001-61, foi a vencedora do lote 02 com o total de R$ 59.895,00 (cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais). Campo Verde, 01 de junho de 2017. Ana Carolina S. Braga Blume – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO 043/2017

Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO Nº 043/2017 - *Registro de preço para futura e eventual aquisição de suplemento alimenta*r: a empresa METHA SUPERMERCADO LTDA - ME, CNPJ 08.206.985/0001-18, sagrou-se vencedora dos lotes 01, 10, 13, 15 e 20, totalizando R$ 76.874,50; enquanto NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA – ME, CNPJ 06.372.763/0001-40, foi vencedora dos lotes 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 11, 12, 14, 16, 17, 18 e 19, totalizando R$ 205.675,00. Campo Verde, 01 de junho de 2017. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2.284, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO DA RUA LIONS INTERNACIONAL PARA RUA LIONS INTERNACIONAL CENTENÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a denominação da Rua Lions Internacional para Rua Lions Internacional Centenário.

Art. 2º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL

Trabalho Social

Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV

Recursos FAR

CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO PROJETO DE TRABALHO SOCIAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL E A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA – PMCMV - REGULAMENTADO PELA LEI Nº 11. 977, DE 7.7.2009 E PELO DECRETO Nº 7.499, DE 16.6.2011 - NA FORMA ABAIXO:

O **BANCO DO BRASIL S.A.**, sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, lote B, Torre I, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91, neste ato representado pelo Sra. Daniela do Carmo Camargo, RG nº 27.227.851-8, CPF nº 276.870.638-80, doravante denominado **BANCO** e, de outro lado PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE, órgão público do poder executivo municipal, com sede e foro em Campo Verde – MT, inscrito no CNPJ 24.950.495/0001-88, **CONVENIADO**, neste ato representado pelo Sr. Fábio Schroeter, portador do RG nº 32.960.685, CPF nº 346.080. 601-04 , residente e domiciliado à Rua Tupi, 254, casa 11 – Condomínio Quinta das Flores – Vale do Sol – Campo Verde/MT , no uso de suas atribuições, têm justa e acertada a execução de Projeto de Trabalho Social, de acordo com o especificado pelo **BANCO** e Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, nos termos das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO - O presente Instrumento tem por finalidade a realização de atividades constantes do Projeto de Trabalho Social, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, em conformidade com as especificações contidas no ANEXO I (Projeto de Trabalho Social), que passa a constituir parte integrante e complementar deste instrumento.

Parágrafo Único – As atribuições do **CONVENIADO**, para implementação do Projeto de Trabalho Social do Programa Minha Casa Minha Vida, serão realizadas no empreendimento denominado Residencial Recanto dos Pássaros, constituído de 400 (quatrocentas) unidades habitacionais, beneficiando cerca de 1200 (um mil e duzentas) pessoas, localizado à Rodovia BR 070 – Fazenda Iraci II – Campo Verde - MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DO PRAZO – O Projeto de Trabalho Social de que trata a CLÁUSULA PRIMEIRA será executado pelo **CONVENIADO** a partir de noventa dias antes da conclusão das obras do Residencial Recanto dos Pássaros, e sua conclusão deverá ocorrer após cento e oitenta dias, contados a partir da assinatura do último contrato com o beneficiário daquele empreendimento, prorrogáveis por até cento e oitenta dias, quando necessário.

Parágrafo Primeiro – O **BANCO** notificará o **CONVENIADO**, preferencialmente por meio eletrônico, no endereço habitacao@campoverde.mt.gov.br quanto à assinatura do último contrato com beneficiário do empreendimento, para fins de observância do prazo final de conclusão do trabalho social.

Parágrafo Segundo – A prorrogação prevista no *caput* desta Cláusula deverá ser precedida de justificativa formal do **CONVENIADO**, a qual deverá integrar o Termo Aditivo correspondente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS – Os recursos para a implementação do Projeto de Trabalho Social, referido na CLÁUSULA PRIMEIRA, são provenientes do FAR – Fundo de Arrendamento Residencial e totalizam o valor de R$ 336.000,00 (trezentos e trinta e seis reais).

Parágrafo Único - Os recursos mencionados no Caput desta cláusula destinar-se-ão, exclusivamente, ao custeio de despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento de ações previstas no Projeto de Trabalho Social, citado na CLÁUSULA PRIMEIRA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO BANCO – O **BANCO** obriga-se a:

a) disponibilizar para o **CONVENIADO** os documentos e as informações que possuir referentes ao empreendimento citado no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira, necessários à execução do Projeto de Trabalho Social, objeto deste contrato;

b) manter o acompanhamento da execução do Projeto de Trabalho Social citado na Cláusula Primeira, utilizando-se de recursos humanos próprios ou terceirizados de que dispor;

c) analisar as eventuais solicitações de alterações no cronograma físico-financeiro feitas pelo **CONVENIADO**;

d) realizar os ressarcimentos devidos ao **CONVENIADO**, nas condições estabelecidas neste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO – Constituem obrigações do **CONVENIADO**:

a) fornecer ao **BANCO** a relação dos profissionais que irão compor a equipe técnica designados para a execução das atividades do Projeto de Trabalho Social, anexando currículos e qualificação profissional;

b) indicar o nome do responsável pelo Projeto de Trabalho Social, anexando comprovantes de regularidade no respectivo Conselho de Classe e vínculos empregatícios com o **CONVENIADO**;

c) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto, a que alude este Convênio, observando critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos;

d) manter, em Agência do **BANCO**, conta bancária vinculada a este Convênio;

e) apresentar ao **BANCO** relatórios parciais de atividades e financeiros relativos a este Convênio, em periodicidade compatível com o cronograma físico-financeiro estabelecido;

f) dar ciência ao **BANCO**, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

g) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Convênio.

CLÁSULA SEXTA – DO RESSARCIMENTO DOS CUSTOS – O **CONVENIADO** se obriga a apresentar relatórios parciais de atividades e financeiro, até o quinto dia útil do mês subsequente ao mês de referência, sendo que a liberação das parcelas se dará, após a aprovação dos referidos relatórios pelo **BANCO**, em no máximo D+2.

Parágrafo Primeiro – Fica convencionado que só serão admitidas as despesas diretamente relacionadas ao desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social citado na CLÁUSULA PRIMEIRA, limitadas aos valores nele previstos e aprovados pelo **BANCO** e comprovadas através de documentos fiscais em nome do Órgão Executor.

Parágrafo Segundo - As despesas não passíveis de comprovação através de documento hábil e contábil deverão ser justificadas através de comprovantes oficiais. As despesas com prestadores de serviços devem ser comprovadas por meio de RPA – Recibo de Pagamento a Autônomo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS FORMAS DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS – Os recursos referidos na CLÁUSULA TERCEIRA serão liberados pelo **BANCO** na Agência 3037-6 conta corrente nº 34.546-6 do **CONVENIADO**, de movimentação exclusiva para este convênio, de acordo com as condições estabelecidas no cronograma físico-financeiro do Projeto de Trabalho Social citado na CLÁUSULA PRIMEIRA.

Parágrafo Único – A liberação dos recursos relativos a cada parcela está condicionada ao aceite do relatório de prestação de contas e à execução das atividades previstas no cronograma físico-financeiro, conforme estabelecido no ANEXO I.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO – O **BANCO** se reserva o direito de acompanhar e avaliar a execução do Projeto de Trabalho Social referido na CLÁUSULA PRIMEIRA, através de seus técnicos e/ou de instituição a quem delegar tal competência.

CLÁUSULA NONA - DA RESPONSABILIDADE DA CONVENIADA - Serão de exclusiva responsabilidade do **CONVENIADO** os pagamentos dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou de qualquer natureza, decorrentes da execução do presente convênio, bem como os encargos resultantes de reclamações trabalhistas e de infringências legais cometidas pelo **CONVENIADO**, inclusive os que advierem de prejuízos causados pelos seus prepostos junto a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONTABILIZAÇÃO - O **CONVENIADO** obriga-se a contabilizar os recursos recebidos na conta de movimentação única vinculada a este convênio, conforme legislação fiscal vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA COMPROVAÇÃO - Os documentos comprobatórios originais das despesas realizadas para a execução do Projeto de Trabalho Social, objeto do presente termo, depois de analisados e aprovados pelo **BANCO**, serão arquivados, obrigatoriamente, no respectivo órgão de contabilidade do **CONVENIADO**, ficando à disposição do **BANCO**, que poderá requisitá-los, para exame, quando necessário e para acompanhamento administrativo e fiscalização financeira.

Parágrafo Único - Caso a conta bancária do Órgão Executor citada na CLÁUSULA SÉTIMA, ao fechamento contábil deste convênio, apresente saldo, o referido valor será integralmente revertido para o FAR – Fundo de Arrendamento Residencial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO - Operar-se-á a rescisão de pleno direito do presente termo, independente de notificação judicial ou extrajudicial, quando se verificar o descumprimento de quaisquer das cláusulas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MULTA - Se, em virtude de inadimplemento das obrigações ora assumidas pelo **CONVENIADO**, o **BANCO** tiver de recorrer a meios judiciais para haver quaisquer quantias, ficará o **CONVENIADO** sujeito a uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor conveniado e mais sanções e cominações atribuídas ou que venham a ser atribuídas pelas normas do programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO - O **CONVENIADO** providenciará a publicação de extrato do presente instrumento no órgão de publicação oficial do Município, cabendo ao **BANCO** providenciar a publicação do mesmo extrato no Diário Oficial da União, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93 e na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO - Para dirimir quaisquer questões oriundas deste Convênio, fica eleito o foro da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso - MT.

E por estarem assim acordes, o **BANCO** e o **CONVENIADO** firmam, o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo, obrigando-se por si e por seus sucessores.

_____, __de_____ de ____.

Local/Data

_____ _____

Daniela do Carmo Camargo Fabio Schroeter

Gerente Geral Prefeito de Campo Verde - MT

Testemunhas

_____ _____

Nome: Nome:

CPF: CPF:

Observação: O convenio em tela é continuidade ao convênio celebrado em 31 de Março de 2015, publicado no dia 01 de Abril de 2015 e Termo Aditivo ao convênio em 15 de janeiro de 2016 e publicado em 25 de janeiro de 2016.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 092/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: COMERCIAL PAMEX LTDA - ME, CNPJ 16.903.044/0001-61

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO QUE IRÃO COMPOR A CESTA BÁSICA – PREGÃO Nº 038/2017.

DATA: 01/06/2017 - VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE 02 (exclusivo para microempresa)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ARROZ BRANCO TIPO 01 PCT C/ 5KG	1.500	UND	TIO LINO	R$ 11,00	R$ 16.500,00
02	AÇUCAR PCT C/ 02 KG	1.500	UND	DOCE DIA	R$ 3,99	R$ 5.985,00
03	CAFÉ EM PÓ PCT C/250 GR	1.500	UND	TRÊS FAZENDAS	R$ 3,50	R$ 5.250,00
04	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE PCT C/500GR	1.500	UND	GALO	R$ 1,50	R$ 2.250,00
05	SAL REFINADO PCT C/ 01 KG	750	UND	LEBRE	R$ 0,96	R$ 720,00
06	FARINHA DE TRIGO PCT C/ 01 KG	750	UND	VITORIOSA	R$ 1,70	R$ 1.275,00
07	FARINHA DE MANDIOCA PCT C/ 01KG	750	UND	JANGADA	R$ 3,80	R$ 2.850,00
08	OLEO DE SOJA EMBAL. C/ 900ML	1.500	UND	LIZA	R$ 3,00	R$ 4.500,00
09	EXTRATO DE TOMATE 350ML	750	UND	FUGINI	R$ 1,50	R$ 1.125,00
10	FEIJÃO TIPO 01 PCT C/ 1KG	1.500	UND	TIO LINO	R$ 4,35	R$ 6.525,00
11	SABONETE EMBAL. 90 GR.	1.500	UND	PALMOLIVE	R$ 0,90	R$ 1.350,00

12	CREME DENTAL EMBAL. 180 GR.	1.500	UND	SORRISO	R$ 3,57	R$ 5.355,00
13	BISCOITO DOCE ROSQUINHA COCO 400GR	750	UND	MARILAN	R$ 4,14	R$ 3.105,00
14	SABÃO EM BARRA EMBAL. C/ 5X200GR.	750	UND	YPÊ	R$ 4,14	R$ 3.105,00

Valor total da ata de registro de preço: R$ 59.895,00 (Cinquenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais).

Campo Verde, 01 de junho de 2017.

Gislene J. Lopes – CPL.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2.283, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

INSTITUI O DIA MUNICIPAL DO SERVIÇO DE LIONS CLUBE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no Município de Campo Verde/MT, o dia Municipal do Serviço de Lions Clubes, a ser comemorado anualmente, no dia 08 do mês de outubro, integrando o calendário oficial do Município.

Art. 2º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 094/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: METHA SUPEMERCADO LTDA – ME, CNPJ 08.206.985/0001-18

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – PREGÃO Nº 043/2017.

DATA: 01/06/2017 - VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD/UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Dieta semi-elementar e hipoalergênica à base de 100% de proteína extensamente hidrolisada de soro de leite, para crianças desde o nascimento. Contém TCM, ARA, DHA e nucleotídios. Isento de Lactose, sacarose frutose e Glúten. Apresenta baixa osmoralidade. Sem sabor. Lata 400g. PREGOMIN PEPTI (MANDATO JUDICIAL) MARCA DANONE.	600 UND	DANONE PREGOMIN PEPTI	R$ 90,00	R$ 54.000,00
10	Fórmula Infantil de Partida para Lactantes a partir de 0 a 06 meses, com predominância de proteína do Soro do leite e caseína isenta de sacarose. Contém maltrodextrina, gordura vegetal, vitaminas e minerais. Embalagem 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO NESTOGENO 1.	800 UND	DANONE MILUPA 1	R$ 11,87	R$ 9.496,00
13	Fórmula anti-regurgitação para lactentes com composição específica para condições de refluxo gastresofágico. Não contem glúten. Lata 400g. APTAMIL AR. (MANDATO JUDICIAL) MARCA DANONE.	150 UND	DANONE APTAMIL AR	R$ 21,99	R$ 3.298,50
15	Fórmula Infantil destinada a atender às necessidades nutricionais dos prematuros e/ou recém-nascidos de baixo peso, levando em consideração sua imaturidade di-	100 UND	DANONE APTAMIL PRÉ	R$ 41,00	R$ 4.100,00

	gestiva e metabólica. Não contém glúten. IGUAL OU EQUIVALENTE AO PRE-NAN 400gr				
20	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, com DHÁ e ara, nucleotídeos e proteínas lácteas 400G. APTAMIL SEM LACTOSE DHA/ARA (MANDATO JUDICIAL)	200 UND	DANONE APTAMIL SL	R$ 29,90	R$ 5.980,00

Valor total da ata de registro de preço: R$ 76.874,50 (setenta e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Campo Verde, 01 de junho de 2017.

Gislene J. Lopes – CPL.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2.281, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DA LOGOMARCA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 2017/2020 DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica reconhecida a logomarca da administração pública 2017/2020 do Município de Campo Verde, composta pelas expressões "**TRABALHANDO PRA VOCÊ VIVER MELHOR**", conforme a impressão que segue anexa.

Art. 2º. - Fica mantido o uso do Brasão do Município, que poderá ser utilizado individualmente e conjuntamente com a logomarca, nos termos do artigo 5º. da Lei Orgânica do Município de Campo Verde.

Art. 3º. - A presente logomarca poderá ser utilizada em qualquer modalidade de divulgação dos trabalhos realizados pelo Poder Executivo, inclusive suas Secretarias, cumprindo o Princípio da Publicidade dos atos da Administração Pública, bem como em home-page, placas de inauguração de obras, veículos, uniformes de funcionários da Administração Pública, uniformes escolares, bem como ser utilizada em seus impressos e bens públicos, objetivando divulgar o nome e o site: **www.campoverde.mt.gov.br** do Município e o seu patrimônio natural.

Art. 4º. - As despesas decorrentes da execução desta lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2.282, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

INSTITUI A MEIA-ENTRADA EM LOCAIS DE CULTURA, ESPORTE E LAZER PARA OS DOADORES DE SANGUE OU DE MEDULA ÓSSEA DE CAMPO VERDE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída meia-entrada para doadores regulares de sangue ou de medula óssea em todos os locais de cultura, esporte e lazer do Município de Campo Verde.

Art. 2º - A meia-entrada corresponde a 50% (cinquenta por cento) do valor do ingresso cobrado, sem restrição de data e horário.

§ 1º - A meia-entrada corresponderá sempre à metade do valor do ingresso cobrado, ainda que sobre os preços incidam descontos ou atividades promocionais.

§ 2º - O benefício da meia-entrada não se aplicará aos ingressos relativos às áreas VIP's, camarotes e cadeiras especiais.

Art. 3º - Para efeitos desta lei, são considerados doadores regulares de sangue ou medula óssea,aqueles registrados no hemocentro e nos bancos de sangue dos hospitais do Estado de Mato Grosso e do Município de Campo Verde – MT, identificados por documento oficial expedido pela Secretaria de Estado da Saúde ou pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 01 de Junho de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 095/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA ME OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR – PREGÃO Nº 043/2017.

DATA: 01/06/2017 - VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE	DESCRIÇÃO	QTD/ UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	Fórmula Infantil á base de proteína isolada de soja, isenta de lactose e sacarose, 100% gordura vegetal, enriquecida com L-metionina, vitaminas e minerais. Embalagem 400g. NAN SOY (MANDATO JUDICIAL) MARCA NESTLÉ.	200 UND	NAN SOY NESTLE	R$ 55,65	R$ 11. 130,00
04	Fórmula Infantil de partida para alimentação delactantes de 0 a 06 meses de idade, em pó, com prebióticos, proteínas de soro do leite e caseína, com gordura origem vegetal, vitaminas, oligoelementos e minerais. Embalagem 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO NAN CONFORT 1.	600 UND	NAN CONFORT 1 NESTLE	R$ 21,66	R$ 12. 996,00
05	Fórmula Infantil de partida para alimentação de lactantes de 0 a 06 meses de idade, em pó, comprebióticos, proteínas de soro do leite e caseína, com gordura origem vegetal, vitaminas, oligoelementos e minerais. Embalagem 800g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO NAN CONFORT 1.	200 UND	NAN CONFORT 1 NESTLE	R$ 27,00	R$ 5. 400,00
06	Fórmula infantil de segmento para alimentação de lactentes a partir de 06 meses de idade, em pó, com prebióticos, proteína do soro do leite e caseína, com gordura origem vegetal, vitaminas, oligoelementos e minerais. Embalagem 800g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO LEITE NAN CONFORT 2.	600 UND	NAN CONFORT 2 NESTLE	R$ 26,66	R$ 15. 996,00
07	Fórmula Infantil de segmento para alimentação de Lactantes, a partir de 06 meses de idade, em pó, com probióticos, proteína do soro do leite e caseína, acrescida de óleos vegetais, vitaminas, minerais e oligoelementos. Embalagem 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO LEITE NAN PRÓ II.	200 UND	NAN 2 PRO NESTLE	R$ 14,50	R$ 2. 900,00
08	Fórmula Infantil Completa, a base de aminoácidos livres, para uso oral ou enteral DESDE O NASCIMENTO, aspecto pó, para crianças portadoras de alergias alimentares. Isenta de proteína do leite de vaca, de soja e hidrolisada. Sem sabor. Embalagem 400g. NEOCATEL LCP (MANDATO JUDICIAL) MARCA DANONE.	300 UND	NEOCATE LCP DANONE	R$ 216,00	R$ 64. 800,00
09	Suplemento Alimentar, para Nutrição enteral ou oral, indicado para pessoas com diabetes e que necessitam de um adequado controle glicêmico. Isento de glútem, sacarose e lactose. Hiperproteíco e com vitaminas e minerais. Contém fibersol (maltodextrina parcialmente hidrolisada) exclusivo carboidrato de absorção lenta. Enriquecido com fibras. Sabor baunilha, 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO GLUCERNA.	100 UND	GLUCERNA PÓ ABOTT	R$ 62,84	R$ 6. 284,00
11	Suplemento Alimentar de 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE NUTREN- ACTIVE SEM SABOR	250 UND	SUSTEVIT VITAFOR	R$ 31,00	R$ 7. 750,00
12	Fórmula indicada para redução dos episódios de regurgitação. Eficácia comprovada na redução dos episódios de regurgitação, proporcionando mais conforto ao lactente e aos seus familiares. Não Contém Glúten. Lata 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO NAR AR	100 UND	NAN AR NESTLE	R$ 17,20	R$ 1. 720,00
14	Suplemento Alimentar 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO FORTINI	100 UND	FORTINI PÓ DANONE	R$ 52,00	R$ 5. 200,00
16	Suplemento Alimentar de 400g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO NUTREN - JUNIOR	150 UND	PEDIASURE PÓ ABBOTT	R$ 48,66	R$ 7. 299,00
17	Suplemento Alimentar 280g. IGUAL OU EQUIVALENTE AO FORTIFIT	150 UND	NUTRIDRINK MAX PÓ – DANONE LATA 350G	R$ 66,00	R$ 9. 900,00
18	Fórmula de aminoácidos para crianças com segurança e eficácia comprovadas em pacientes com alergias alimentares. Isenta de proteína láctea, lactose, sacarose, galactose, frutose e glúten. Lata de 400g. NEOCATE ADVANCE (MANDATO JUDICIAL). MARCA DANONE	250 UND	NEO ADVANCED DANONE	R$ 200,00	R$ 50. 000,00
19	Suplemento Alimentar 1 kg de Albumina	50 UND	ALBUMINA NATURAL NUTRITION ADVANCED	R$ 86,00	R$ 4. 300,00

Valor total da ata de registro de preço: R$ 205.675,00 (duzentos e cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais).

Campo Verde, 01 de junho de 2017.

Gislene J. Lopes – CPL.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 093/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA - ME, CNPJ 03.349.265/0001-98

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO QUE IRÃO COMPOR A CESTA BÁSICA – PREGÃO Nº 038/2017.

DATA: 01/06/2017 - VIGÊNCIA: 12 MESES

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UND	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	ARROZ BRANCO TIPO 01 PCT C/ 5KG	4.500	UND	CAÇAROLA	R$ 11,00	R$ 49.500,00
02	AÇUCAR PCT C/ 02 KG	4.500	UND	ITAMARATY	R$ 4,35	R$ 19.575,00
03	CAFÉ EM PÓ PCT C/250 GR	4.500	UND	TIO LÉO	R$ 3,89	R$ 17.505,00
04	MACARRÃO TIPO ESPAGUETE PCT C/500GR	4.500	UND	DALLAS	R$ 2,06	R$ 9.270,00
05	SAL REFINADO PCT C/ 01 KG	2.250	UND	GARÇAS	R$ 0,86	R$ 1.935,00
06	FARINHA DE TRIGO PCT C/ 01 KG	2.250	UND	RICCO	R$ 2,48	R$ 5.580,00
07	FARINHA DE MANDIOCA PCT C/ 01KG	2.250	UND	AMAFIL	R$ 3,31	R$ 7.447,50
08	OLEO DE SOJA EMBAL. C/ 900ML	4.500	UND	CONCÓRDIA	R$ 3,68	R$ 16.560,00

09	EXTRATO DE TOMATE 350ML	2.250	UND	BONARE	R$ 1,75	R$ 3.937,50
10	FEIJÃO TIPO 01 PCT C/ 1KG	4.500	UND	REI	R$ 4,43	R$ 19.935,00
11	SABONETE EMBAL. 90 GR.	4.500	UND	FONTANA	R$ 0,95	R$ 4.275,00
12	CREME DENTAL EMBAL. 180 GR.	4.500	UND	SORRISO	R$ 3,54	R$ 15.930,00
13	BISCOITO DOCE ROSQUINHA COCO 400GR	2.250	UND	DALLAS	R$ 3,51	R$ 7.897,50
14	SABÃO EM BARRA EMBAL. C/ 5X200GR.	2.250	UND	TOP	R$ 2,95	R$ 6.637,50

Valor total do lote: R$ 185.985,00 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e cinco reais).

LOTE 03

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UND	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	LEITE EM PÓ MODIFICADO	3.000	UND	MERILÚ	R$ 4,65	R$ 13.950,00

Valor total do lote: R$ 13.950,00 (treze mil novecentos e cinquenta reais).

Valor total da ata de registro de preço: R$ 199.935,00 (Cento e noventa e nove mil, novecentos e trinta e cinco reais).

Campo Verde, 01 de junho de 2017.

Gislene J. Lopes – CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DECRETO Nº. 048, DE 30 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR ao ORçamento Geral do Município, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, ”c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43,§ 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 810, de 30 de maio de 2017;*

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, previsto na Lei nº 775, de 22 de novembro de 2016, no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO 2.067 Tratamento Fora de Domicilio - TFD

ELEMENTO: 3.3.90.36.00.00.00.00.0102 R$ 65.600,00

Total R$ 65.600,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior, conforme anexo único da Lei nº. 810, de 30 de maio de 2017.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,30 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE POSSE Nº. 044/2017

TERMO DE POSSE Nº. 044/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 172036124 SSP/SP e CPF sob nº. 075.558.918-16, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 237/2017 de 27/04/2017 no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **PREGOEIRO,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 026 de 27/04/2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

Apresentar cópia do título de eleitor;

Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

Apresentar declaração contendo endereço residencial;

Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

Apresentar declaração de bens;

Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de junho de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO

EMPOSSADO (A)

LEI Nº 811, DE 30 DE MAIO DE 2017.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual para o exercício financeiro de 2017, previsto na Lei nº 730, de 16 de dezembro de 2015, para o exercício financeiro de 2017, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração. **Unidade:** 03.01 Departamento de Administração. **Função:** 04 Administração. **Sub-função:** 122 Administração Geral. **Programa:** 0002 Apoio Administrativo. **Projeto:** 1.057 Aquisição de Veículo. **Produto:** Unidade **Exercício:** 2017 R$ 65.000,00 **Valor Total: R$ 65.000,00** (sessenta e cinco mil reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 755/2016, de 21 de junho de 2016 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração. **Unidade:** 03.01 Departamento de Administração. **Função:** 04 Administração. **Sub-função:** 122 Administração Geral. **Programa:** 0002 Apoio Administrativo. **Projeto:** 1.057 Aquisição de Veículo. **Produto:** Unidade **Exercício:** 2017 R$ 65.000,00 **Valor Total: R$ 65.000,00** (sessenta e cinco mil reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro de 2017, previsto na Lei nº 775/2016 de 22 de novembro de 2016 no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO 1.057 Aquisição de Veículo

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 R$ 65.000,00

Total R$ 65.000,00

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior conforme anexo único dessa lei:

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 30 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 811, DE 30 DE MAIO DE 2017.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2016.

Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
5.019.828,88	471.455,87	4.548. 373,01	2.487.735,81	2.060.637,20

Campos de Júlio, 30 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 810, DE 30 DE MAIO DE 2017.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 730, de 16 de dezembro de 2015, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 01. Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial **Programa:** 4 Fortalecimento do SUS **Projeto:** 2.067 Tratamento Fora de Domicilio - TFD **Produto:** Unidade **Exercício:** 2017 **Valor Total: R$ 65.600,00** (sessenta e cinco mil e seiscentos reais) **Meta:** Ofertar e proporcionar a população campo-juliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 755, de 21 de junho de 2016, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, as seguintes ações:

Descrição da Ação
Órgão: 06 Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 01. Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial **Programa:** 4 Fortalecimento do SUS **Projeto:** 2.067 Tratamento Fora de Domicilio - TFD **Produto:** Unidade **Exercício:** 2017 **Valor Total: R$ 65.600,00** (sessenta e cinco mil e seiscentos reais) **Meta:** Ofertar e proporcionar a população campo-juliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, previsto na Lei nº 775, de 22 de novembro de 2016, no valor de R$ 65. 000,00 (sessenta e cinco mil reais), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO 2.067 Tratamento Fora de Domicilio - TFD

ELEMENTO: 3.3.90.36.00.00.00.00.0102 R$ 65.600,00

Total R$ 65.600,00

Art. 4º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior, conforme anexo único dessa lei:

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 30 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

ANEXO ÚNICO DA LEI Nº 810, DE 30 DE MAIO DE 2017.

Fundamentado no anexo 14 das Contas Anuais de Gestão do Exercício de 2016.

Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Superávit	Créditos Utilizados	Saldo Superávit
5.019.828,88	471.455,87	4.548. 373,01	2.487.735,81	2.060.637,20

Campos de Júlio, 30 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº 050.2017

DA ESPÉCIE: Compras e serviços

DO OBJETO: Rescinde o Contrato Administrativo de nº 050.2017, amigavelmente a partir de 30.05.2017.

Contratação de 01 (um) profissional Cirurgião Dentista para atender a Unidade de Saúde da Família Senador Jonas Pinheiro.

ASSINAM: JOSÉ ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / RESCINDENTE e RAÍSSA TOLIN MACHADO CPF: 056.930.519-51 / RESCINDIDO.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 16/2017

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 16/2017, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de registrar preços para aquisição parcelada de materiais de construção, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos.

A abertura está marcada para o dia **14/06/2017**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão retirar o Edital e seus anexos (por meios digitais) no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br.

Informações através do fone (65) 3387-2800 e do e-mail licitacao5@camposdejulio.mt.gov.br

Campos de Júlio - MT, 01 de junho de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro

Decreto nº 04/2017

DECRETO Nº. 049, DE 30 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR ao ORçamento Geral do Município, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

***CONSIDERANDO** o disposto no artigo 43,§ 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 811, de 30 de maio de 2017;*

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional especial ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, previsto na Lei nº 775, de 22 de novembro de 2016, no valor de R$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais), conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO 1.057 Aquisição de Veículo

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.00.00.0100 R$ 65.000,00

Total R$ 65.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo primeiro serão oriundos do *superavit* do exercício anterior, conforme anexo único da Lei nº. 811, de 30 de maio de 2017.

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio,30 de maio de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA** - CP, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO**.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e eventual aquisição de gás GLP Botijão 13 Kg, para o período de 12 meses.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 14 de junho de 2017, às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital poderá ser adquirido na sede da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Avenida Áurea Tavares Amorim – S/Nº, Setor Vila São João, nesta cidade.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitação.cbn@gmail.com e/ou pelo telefone (66) 3577-1152 citando o nº do edital em questão.

Canabrava do Norte-MT, 31 de Maio de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. 165/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

PORTARIA N. 165/2017, de 01 de junho de 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e XXX, da Lei Orgânica Municipal, e conforme entabulado na Lei Municipal n. 692/2017, de 01 de março de 2017, e no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria Municipal de saúde Conselho municipal de saúde CMS, através do oficio n° 458/2017, de 01/06/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, os membros que comporão o Conselho Municipal de CMS – Conselho Municipal da de Saúde, sendo os mesmos relacionados abaixo:

I - R**epresentantes dos usuários:**

Titular- ANDOMAR DIVINO DE MIRANDA, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 19748521. Emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF sob o n. 500.180.351-91:

Suplente – **LAERCIO MENDES MOURA,** portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 113.204.41, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 229.170.981-04;

Titular-JUNIEL ALVES CORREIA, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 167.34769., emitido por SSP/MT inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 006.075.631-41.

Suplente – **PATIELE VIEIRA ROCHA,** portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 218.34113, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 045.013.881-02;

Titular-ACRISIO LUIZ DOS REIS, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 6040757, emitido por SSP/GO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 938.656.271-53.

Suplente – **MARQUINHA DA SILVA SIRQUEIRA,** portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 16350103., emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 012.524.501-76.

Titular – GERSON GERALDO AMADEU DE FREITAS, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 8993333, emitido por SSP/DF, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 500.287.406-10.

Suplente – **ROSANGELA DIAS CAVALCANTE,** portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 23981237. Emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 460.202.311-20.

Titular – MARINA DEZIDERIO GONÇALVES, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 06607640, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 628.116.491-15.

Suplente – **VALDIVAN PEREIRA GUIMARÃES,** portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 10783032. Emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 628.116.491-50.

Titular – ANTONIA MONTEIRO DOS SANTOS, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 269012, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 545.827.841-00.

Suplente – **GLEICIMAR ALMEIDA P. SILVEIRA,** portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 873.258. Emitido por SSP/MG, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n.054.864.656-29.

Representante dos servidores da saúde:

Titular: POLIANA QUEIROZ DE SOUSA, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 16821394, emitido por SEJ/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 964.728.201-04;

Suplente: FABIANA ANEZI ALMEIDA, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n.110.516.47, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 621.056.391-00.

Titular: IRAMAIA ROZANA MNTELLI PEZATTI MARQUES, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 128016, emitido por SEJ/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 311.033.618-55;

Suplente: MAXMAEL ARAUJO FERREIRA, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 406.775.7, emitido porSSP/GO,inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. **0**32.617.621-79.;

Titular: REINAIR DA HORA TRINDADE OLIVEIRA, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n.146.747.26, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 943.488.0981-20.

Suplente: TULIO CEZAR DE SOUZA FREITAS portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 908209, emitido por SSP/TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 001.350.771-09.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO

Titular; IVANILDES RIBEIRO DE SOUSA SILVA, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 16821947, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 001.350.771-09;

Suplente: SUNAMARA SOUSA DE FEITOSA portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 9247.785.75, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 046.833.981-76.

Titular; LILIANE SILVA SOUSA, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 186.125.12, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 020.830.621-83;

Suplente: JOSIANE PEREIRA DA SILVA portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 218.329.43, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 047.131.621-08.

Titular; JULIANE ALVES DA SILVA, portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 214.967.26, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 035.707.361-48;

Suplente: EVANDERLY GERALDO GONÇALVES portadora da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1481165, emitido por SSP/TO, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 350.936.252-72.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte-MT, em 01 de junho de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO N° 021/2017

RESOLUÇÃO N° 021/2017

O presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA Otávio Alves Lopes, no uso de suas atribuições no preceitua o Estatuto da Criança e do Adolescente, fundamentado no Estatuto da Criança e do Adolescente regulamentado pela Lei Municipal que dispõe sobre a Politica Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Portaria n° 114/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Considerando o pedido de afastamento da conselheira titular para licença maternidade. Considerando a necessidade de substituição da conselheira.

Considerando a desistência da suplente convocada e justificada sua desistência por motivos pessoais.

RESOLVE:

Art. 1° — Convocar e nomear 5a Conselheira suplente, Silvania Costa Porto eleita em 04/10/2015 para que substitua a Erica Masla da Silva Fonseca, no período de licença maternidade (04 meses) a contar do dia 01/06/2017 até 01/10/2017.

Art.2° — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 435/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **JOAQUIM VALDEVINO FABIO** no cargo de Motorista Escolar**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 046/2017 – Pregão presencial nº 025/2017 – Contratação de empresa para serviços de Recapagem de pneus no Município de Canarana-MT**, conforme edital.

Art. 2º **-** Nomear **ILDO SCAPINI**, servidor no cargo de Operador de Maquinas Pesadas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 459/2017

De 30 de maio de 2017.

Dispõe sobre nomeação de Secretário Municipal Interino.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Artigo 66 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Solicitação de Licença Saúde deferida pelo INSS, que concedeu da Secretária de Assistência Social, Srª. Caroline Spricigo Faria;

Considerando a necessidade de dar prosseguimento aos trabalhos em andamento na Secretaria Municipal de Assistência Social;

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar a nomeação da Sra. Liziana Wisch, portadora da Cédula de Identidade RG nº 0971230-5 SESP/MT e inscrita no CPF nº 826.468.131-04, para responder interinamente pelo cargo público de Secretária Municipal de Assistência Social do Município de Canarana/MT, no período de 17 de maio a 16 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17/05/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 30 de maio de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 436/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO**, servidor no cargo de Agente de Serviços II**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 047/2017 – Pregão nº 026/2017 –** Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa para locação de ônibus e micro-ônibus legalizados, com motorista, combustível e demais despesas por conta do locador** de forma fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Canarana-MTe de acordo com as especificações do edital..

Art. 2º **-** Nomear **ILSE TERESINHA GOTZ**, servidor no cargo de Agente Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 437/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ILDO SCAPINI**, servidor no cargo de Operador de Maquinas Pesadas**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 050/2017 – Pregão presencial nº 027/2017,** cujo objeto é a Aquisição de Material de Consumo para manutenção de ruas e avenidas, conforme edital.

Art. 2º **-** Nomear **GUSTAVO HENRIQUE MACHADO ALVES**, servidor no cargo de Engenheiro Civil, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 060/2014

OITAVO TERMO ADITIVO ao Contrato Nº 060/2014, firmado com a empresa **CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA** para a **Construção de Quadra Poliesportiva coberta com Vestiários Padrão FNDE.**

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob n. 15.023.922/0001-91, com sede administrativa à Rua Miraguaí, nº 228, centro, CEP: 78.640-000 Telefone: (66) - 3478-1200, representada neste ato peloPrefeito Municipal Sr. **FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 3671142 SSP/GO e C.P.F. nº. 888. 448.461-87, residente e domiciliado à Rua Guarita nº 296, Bairro Centro, Canarana-MT, doravante denominada de **CONTRATANTE**, e, por outro lado a empresa, **CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA - EPP**, inscrita no C.N.P.J./MF sob o n.º 06.077.372/0001-00, e Inscrição Estadual sob n.º 13245926-4, estabelecida a Rua 12 Nº 80, Sala 02, Setor Industrial, Cep 78.635-000, Água Boa – MT, representada neste ato por seu procurador **MARCOS ROBERTO LAMB**, brasileiro, casado, portador do RG n.º 474. 466 SSP/MT e do CPF nº. 441.686.751-49, firmam o presente **ADITIVO AO CONTRATO 060/2014**, conforme decidido no Processo de Licitação na modalidade de **Tomada de Preços nº 001/2014**, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo a **prorrogação de prazo de execução e vigência**, objeto do Contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, referente ao processo de licitatório na modalidade **Tomada de Preços nº 001/2014.**

CLAUSULA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

2.1 - Fica acrescentada à Cláusula Quarta – do Prazo da Execução da Obra, do contrato originário o total de **245 (duzentos e quarenta e cinco) dias.**

2.2 – O prazo de execução e vigência fica estendido até o **dia 15/01/2018**.

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O presente termo aditivo encontra seu fulcro legal embasado no Art. 57, § 1º, Inciso II e VI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

3.2 – A presente prorrogação se justifica conforme documentos juntos a departamento de engenharia.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário.

4.2 - As demais Cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

CLAUSULA QUINTA - DOMICÍLIO E FORO

5.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Canarana-MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

Canarana – MT, 28 de Abril de 2017.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal de Canarana

CONTRATANTE

CONSTRUTORA AÇOLAMB LTDA - EPP

MARCOS ROBERTO LAMB

CPF nº. 441.686.751-49

CONTRATADA

FISCAL DE CONTRATOS

Testemunhas:

01:_____

02:_____

CPF: CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 438/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **RAQUEL BARBOSA LEÃO** no cargo de Agente administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo Administrativo nº 051, Pregão presencial nº 028/2017, a qual tem por objeto a **aquisição de produtos farmacológicos de alto custo em caráter de urgência e uso continuo para atendimento de ordem judicial e entrega diária e fracionada (por unidade) de acordo com as receitas médicas**, conforme edital.

Art. 2º **-** Nomear **SUZANA ALMEIDA CORDEIRO RIBEIRO**, servidor no cargo de Mensageiro arquivista em Saúde, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 2807/2017

Decreto Nº 2807/2017

De 10 de maio de 2017

Nomeia os integrantes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e do que consta a Lei Municipal nº 1038/2012 de 21 de Novembro de 2012.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o **Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente**, composto pelos representantes de Organizações Governamentais e Não Governamentais da seguinte forma:

I – Representantes de Organizações Governamentais:

a)Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Titular: Thatiana Timo Carneiro dos Santos;

- Suplente: Liziana Wisch.

a)Secretaria Municipal de Saúde:

- Titular: Cleivânia de Souza Oliveira;

- Suplente: Karine Marafon Rodrigues.

b)Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

- Titular: Adirma Rosa Guimarães Koester;

- Suplente: Maria Estela Gomes da Silva.

c)Secretaria Municipal de Esportes:

- Titular:Raquel Barbosa da Silva;

- Suplente**:** Daiana da Rosa Morais

II – Representantes de Organizações Não-Governamentais:

a)APAE:

- Titular: Leda Maria Bayerle;

- Suplente: Maria Cristina Monteiro de Abreu.

a)Pastoral da Criança:

- Titular: Maira Pertile;

- Suplente: Maria Mirtes Muihlbeier.

c)**Igreja Adventista do Sétimo Dia:**

- Titular – Ana Paula Soares de Sousa Matos;

- Suplente – Claudinei Ferreira de Jesus Oliveira.

d) **EPAC – Escola de Pais e Amigos de Canarana:**

- Titular – Ione Tonelo Ziliotto;

- Suplente – Josemar Baldim.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2793/2017 de 07 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 10 de maio de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 439/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA** no cargo de Gerente de Compras**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente a compra direta (dispensa de licitação), a qual originou o contrato nº 089/2017**–** conforme justificativa constantes nos autos.

Art. 2º - Nomear **EZEQUIAS MAGALHAES DE LIMA**, servidor no cargo de Auxiliar de Tributos, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 440/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **LUIZ CARLOS OLIVEIRA**, servidor no cargo de medico clinico**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 054/2017 – aquisição de equipamento e material permanente para a unidade de atenção especializada em saúde, PSF's e UBS's do Município de Canarana-MT**, conforme propostas 13978.186000/1150-02 e 13978.186000/1160-02 (Ministério da Saúde) e de acordo com as especificações do edital do Pregão Presencial 030/2017.

Art. 2º - Nomear **JAIME ZILIOTTO**, servidor no cargo de medico clinico, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 442/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **RAQUEL BARBOSA LEÃO** no cargo de Agente administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo Administrativo nº 056, Pregão presencial nº 031/2017, a qual tem por objeto **Registro de preços para futura e eventual para *prestação de serviços de leitos de casa de apoio para atendimento de pacientes de todas as idades, usuários do SUS - Sistema Único de Saúde*em Goiânia/GO, oferecendo dependências masculinas e femininas providas de dormitórios e banheiros, fornecendo ainda no mínimo, três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar) e ainda deverá fornecer transporte para locomoção Casa de Apoio/Unidade de Saúde/Casa de Apoio, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Canarana-MT e de acordo com as especificações do edital e anexos**.

Art. 2º - Nomear **EDINILCE PRUDENTE** servidor no cargo de auxiliar de contabilidade, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 441/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **JOAQUIM VALDEVINO FABIO** no cargo de Motorista Escolar**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 055/2017 – Dispensa de Licitação nº 007/2017 – Contratação de empresa para serviços de transporte escolar para a Secretaria de Educação no Município de Canarana-MT**., conforme medidas e coordenadas geográficas constantes nos autos.

Art. 2º **-** Nomear **SONIA TEREZINHA EBERHART** no cargo de Professora, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 433/2017.

De 23 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO**, servidor no cargo de Agente de Serviços II**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 045/2017 – Pregão nº 024/2017 –** Registro de preços para futura e eventual **contratação de empresa especializada em serviços de comunicação visual (adesivos, faixas, outdoors, placas, paines, etc), com fornecimento de materiais, para atender as necessidades das secretarias municipais de Canarana-MT**.

Art. 2º **-** Nomear **ILSE TERESINHA GOTZ**, servidor no cargo de Agente Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 23 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

DECRETO Nº 302/2017

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **JOSÉ SERGIO DOS REIS,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preço a partir do dia 14 de março de 2017.

I. Pregão Presencial n° 11/2017 II. Contrato n°019/2017 III. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de um veiculo Pick Up zero km, destinada a atender a necessidade da secretaria Municipal de Saúde, através da emenda parlamentar nº 12095.491000/1160-01

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 30 maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE CARLINDA– MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços Processo Nº 59530. 000438/2016-18, através do PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 026/2016**,** Futura E Eventual Contratação De Empresa Do Ramo De Comercialização De Material De Expediente Para Atender Às Necessidades Das Secretarias Do Município De Carlinda/MT.

P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI - ME

CNPJ: 21.395.275/0001-41

Valor Total Aderido: R$4.712,68 (Quatro mil setecentos e doze reais e sessenta e oito centavos).

Carlinda - MT, em 01 de Junho de 2017.

_____

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº291/2017

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **MARIO ANTONIO DE OLIVEIRA**, para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preço, a partir do dia 18 de maio de 2017 à 31 de dezembro de 2017, sendo os senhores **JOÃO FERNANDO FERREIRA NOGUEIRA** e **BELMIRIO LOPES DAS NEVES** seus suplentes.

I. Pregão Presencial n°029/2017 II. Contrato n°031/2017 III. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos/maquinário, sendo este 01 (uma) pá carregadeira, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº. 307/2017

SUMULA: "**DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO SUBSTITUTA E EQUIPE DE APOIO, PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE DE PREGÃO, PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais: de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA

Artigo 1º - Ficou nomeada a servidora Sra. **DEISE DIONE MUTSCHALL** através do Decreto 040/2017 para exercer a função de Pregoeiro substituta nas licitações modalidade Pregão no Município de Carlinda – MT.

Parágrafo único - Com a finalidade de assistir a Pregoeira Substituta no desempenho das suas funções, fica designada Equipe de Apoio somente na ausência da Pregoeira Oficial, composta pelos seguintes membros:

PATRICIA ZAPELINI CORTIGISLAINE ASCANIO

Artigo 2° - Revogam-se as disposições em contrario.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 01 de junho de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº292/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a Senhora **ELIANA DEODATO FARIAS ROSA,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 19 de maio de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

I – Dispensa de Licitação n° 12/2017

II – Contrato n° 32/2017

III – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços executados pela Casa de Apoio para acompanhamento de pacientes do município em tratamento de saúde em Cuiabá.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 293/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam **DESIGNADAS** as Senhoras **HOSANA XAVIER DE LIMA** e **ELIANA DEODATO FARIAS ROSA,** para desempenharem a função de Fiscais de Ata de Registro de Preço a partir do dia 11 de maio de 2017 a 11 de maio de 2018. Especificando que a senhora **ELIANA DEODATO FARIAS ROSA** será fiscal por toda aquisição destinada à Secretaria Municipal de Saúde e a senhora **HOSANA XAVIER DE LIMA** será fiscal por toda aquisição das demais secretarias e departamentos.

I. Pregão Presencial n° 027/2017 II. Ata de Registro de Preço n°026/2017 III. Ata de Registro de Preço n°027/2017 IV. Objeto: Registro de Preços para futura eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de agenciamento e fornecimento de passagens aéreas e com respectivo código localizador e terrestres nacionais, a serem utilizados pelas Secretarias Municipais e Gabinete do Prefeito do Município de Carlinda/MT. **Artigo 2º -** Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº218/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a Senhora ANGELA CRISTINA DE SALES**,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 24 de março de 2017.

I – Compra Direta

II – Contrato n° 22/2017

III – Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços informativos supletivos que fazem entre si INFOJURIS- Informações Jurídicas LTDA-ME e o Município de Carlinda.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 24 de março de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº216/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADA** a Senhora ELIANA DEODATO FARIAS ROSA**,** para desempenhar a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 21 de março de 2017.

I – Compra Direta

II – Contrato n° 20/2017

III – Objeto: Contratação de empresa para locação de ônibus de viagem com ar condicionado com capacidade para 40 (quarenta) passageiros sentados, para viagens com origem em Carlinda e destino Cuiabá –MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 21 de março de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 298/2017

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preço, a partir do dia 09 de maio de 2017 a 04 de julho de 2017.

I. Pregão Presencial n° 33/2017 II. Ata de Registro de Preço n°25/2016 III. Ata de Registro de Preço n°26/2016 IV. Ata de Registro de Preço n°27/2016 V. Ata de Registro de Preço n°28/2016 VI. Ata de Registro de Preço n°29/2016 VII. Objeto: Registro de Preços para futura eventual aquisição de peças originais ou genuínas de 1º linha e acessórios destinados aos reparos de veículos leves, pesados e motocicletas, para atender a necessidade a frota municipal.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 299/2017

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preço, a partir do dia 09 de maio de 2017 a 28 de outubro de 2017.

I. Pregão Presencial n° 43/2017 II. Ata de Registro de Preço n°48/2016 III. Ata de Registro de Preço n°49/2016 IV. Ata de Registro de Preço n°50/2016 V. Ata de Registro de Preço n°51/2016 VI. Ata de Registro de Preço n°52/2016 VII. Objeto: Registro de Preços para futura eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção; Instalação de sistemas de refrigeração e climatização automotiva; Funilaria e pintura; Recuperação e revisão dos veículos e máquinas da frota municipal. .

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 221/2017

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **NOMEADO** o Senhor **MARIO TOSHIO KAMAZAKI** para desempenharem a função de Fiscal de Contrato, a partir do dia 30 de março de 2017.

I – Pregão Presencial n° 22/2017

II – Contrato n° 23/2017

III – Objeto: Futura e eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes denominado Ônibus Rural Escolar (ORE) em atendimento as entidades educacionais das redes publicas os estados, distrito federal e municípios.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 30 de março de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 300/2017

SÚMULA: ”DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preço, a partir do dia 09 de maio de 2017 a 14 de fevereiro de 2018.

I. Pregão Presencial n° 12/2017 II. Ata de Registro de Preço n°10/2017 III. Objeto: Registro de Preços para futura eventual aquisição prestação de serviços de transporte de alunos da rede municipal, através de veículos tipo ônibus, no município de Carlinda/MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 288/2017

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar para atender ajustes ao orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, e dá outras providências.

A Senhora **Carmelinda Leal Martines Coelho**, Prefeita do Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal nº 1.023/2017, e em consonância com a Lei Federal 4320/64, resolve...

Art. 1º - Fica autorizado a suplementação no orçamento da Câmara Municipal de Carlinda, aprovado pela Lei Municipal nº 980/2016, cominando com o artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 2º - O Crédito Suplementar ora regulamentado por este Decreto é no valor de R$ 66.000,00 (sessenta e seis mil reais) e será suplementado na seguinte funcional programática e destinação de fonte:

Código Geral: 01.001.01.031.0009.1.025.4.490-51 R$ 66.000,00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 – Recursos Ordinários.

Meta Física: Ampliação e reforma do prédio da Câmara Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 24 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 294/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **COSMO DE SOUZA SANTOS,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preço, a partir do dia 24 de maio de 2017 a 24 de maio de 2018.

I. Pregão Presencial n° 28/2017 II. Ata de Registro de Preço n°28/2017 III. Ata de Registro de Preço n°29/2017 IV. Ata de Registro de Preço n°30/2017 V. Ata de Registro de Preço n°31/2017 VI. Objeto: Registro de Preços para futura eventual aquisição de material de construção e ferramentas.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 26 de maio de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA 181/2017

PORTARIA N.º 181/2017.

Nomeia os Secretários Municipais de Administração e Finanças, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR os Secretários Municipais de Administração e Finanças, a Senhora Sonia Aparecida Pereira portadora do RG: 966057 SSP/MT, e inscrita no CPF: nº622. 012.391-34, residente e domiciliado neste município, Senhor, JOÃO MANÇANO BRUSCAGIM, portador do RG. n.º 14427841, SSP/SP, e inscrito no CPF. Sob. o n.º 037.434.918-50, residente e domiciliado neste Município, como responsáveis pela movimentação das Contas Bancárias do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON – CASTS, CNPJ: 23.392.249/0001-95, relacionadas no ANEXO ÚNICO, da presente Portaria, que dessa passa a ser parte integrante.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Maio de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

ANEXO ÙNICO

PORTARIA Nº 181/2017

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI, Prefeita Municipal de Castanheira, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor.

RESOLVE:

Atribuir os poderes abaixo discriminados aos Servidores Srª **Sonia Aparecida Pereira** Secretaria Municipal de Administração e o Srº. **João Mançano Bruscagim** Secretario Municipal de Finanças, junto ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON – CAST, CNPJ: 23.392.249/0001-95.

- EMITIR CHEQUES
- ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO
- SOLICITAR SALDOS E EXTRATOS E COMPROVANTES
- REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
- AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES
- ENDOÇAR CHEQUES
- SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
- CANCELAR CHEQUES
- BAIXAR CHEQUES
- EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
- CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
- EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO

- EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO

-EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG

- CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS E REPASSES E RECURSOS

- LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO

- SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

-SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CREDITOS

- EMITIR COMPROVANTES

- EFETUAR TRANSFERENCIA PARA MESMA TITULARIDADE

- ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 01de Maio de 2017.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal de Castanheira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
ATO Nº.:107/2017.

ATO Nº.:107/2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO ASSESSOR TÉCNICO DE TURISMO, CULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **BRUNO DEMARCHI MARRAFON,** do cargo em comissão de Assessor Técnico de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, lotado na Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 31 de maio de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 01 de junho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
ATO Nº.:108/2017.

ATO Nº.:108/2017.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO CHEFE DE DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E MATERIAIS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **EXONERAR** o Sr. **WEVERTON DA SILVA TEIXEIRA,** do cargo em comissão de Chefe de Departamento de Patrimônio e Materiais, lotado na Secretaria de Administração de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 31 de maio de 2017.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 01 de junho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE
DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2017

DECRETO MUNICIPAL N.º 025/2017

Regulamenta o Cadastro do Condutor de Turismo Rural no Município de Chapada dos Guimarães/MT.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1707/2017 que regulamenta a atividade de Condutor de turismo RURAL no Município de CHAPADA DOS GUIMARÃES, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica criado o Cadastro do Condutor de Turismo Rural do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

Art. 2º. O pedido de cadastramento será realizado pessoalmente, junto a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente.

Art. 3º. Para o cadastro, o interessado deverá cumprir, além das exigências previstas na Lei Municipal nº 1.707/2017, os seguintes requisitos:

I. Ser brasileiro ou estrangeiro residente no município de Chapada dos Guimarães/MT; II. Ser maior de dezoito anos; III. Ser eleitor e estar em dia com as obrigações eleitorais; IV. Ser reservista e estar em dia com as obrigações militares, no caso de requerente do sexo masculino menor de 45 anos; V. Ter concluído o 2º grau; VI. Apresentar uma foto 3×4 recente; VII. No caso de estrangeiro residente no país, apresentar o RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) expedido pela Polícia Federal; VIII. Apresentar comprovante de residência e cópia do documento de identificação e do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; IX. Apresentar comprovante de que possui conhecimentos compatíveis em cursos de formação ministrados pelo sistema “S”.

Parágrafo Único. O Cadastro terá validade por 05 (cinco) anos.

Art. 4º. Para a formalização do cadastro e emissão da carteira de condutor de turismo rural será cobrado a quantia de R$ 50,00 (cinquenta reais);

Art. 5º. Compete a Secretaria Municipal de Turismo a fiscalização dos condutores de turismo rural quanto ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Art. 6º. Constituem infrações disciplinares:

I. Deixar de portar, em local visível, o crachá de identificação; II. Descumprir qualquer dever profissional imposto pela legislação; III. Utilizar a identificação funcional de condutor de turismo rural cadastrado fora dos estritos limites de suas atribuições; IV. Descumprir total ou parcialmente acordos ou contratos de prestação de serviços; V. Facilitar, por qualquer meio, o exercício da atividade profissional aos não cadastrados; VI. Praticar, no exercício da atividade profissional, ato que contrarie as disposições do Código de Defesa do Consumidor; VII. Praticar, no exercício da atividade profissional, ato que a lei defina como crime ou contravenção; e VIII. Manter conduta e apresentação incompatível com o exercício da profissão.

Parágrafo único. Considera-se conduta incompatível com o exercício da profissão, entre outras:

I. Prática reiterada de jogo de azar, como tal definido em lei; II. A incontinência pública escandalosa; III. A embriaguez habitual; IV. Uso de drogas ilícitas ou entorpecentes;

Art. 7º. Pelo desempenho irregular de suas atribuições, o Guia de Turismo, conforme a gravidade da falta e seus antecedentes, ficará sujeito às seguintes penalidades, aplicadas pela Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente:

I. Advertência; II. Cancelamento do cadastro.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas após processo administrativo, no qual se assegurará ao acusado ampla defesa.

Art. 8º. O exercício da atividade de Condutor de Turismo Rural sem o devido cadastro junto a Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente ou com este vencido, sujeitará o profissional às penalidades previstas na Lei nº 11.771, de 2008.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 26 de maio de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

GABINETE
ATO Nº.:106/2017.

ATO Nº.:106/2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE FINANÇAS DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o Sr. **PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA AMORIM,** para exercer o cargo em comissão de Secretário de Finanças de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 01 de junho de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 25/2017

DO OBJETO:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS ADULTO E INFANTIL.

DO VALOR GLOBAL:R$ **65.610,00 (sessenta e cinco mil seiscentos e dez reais).**

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA– PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO: ANA XAVIER DA SILVA – ME.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 24/2017

DO OBJETO:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA EM EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (CONSERVAÇÃO/RECUPERAÇÃO) COM APLICAÇÃO DE LAMA ASFÁLTICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT, VISANDO ATENDER DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME ANEXOS.

DO VALOR GLOBAL:R$ **288.419,57 (duzentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos).**

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA– PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO: RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA-ME.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP**, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.449.844/0001-02 e Inscrição Estadual n.º 13.195.304-4, estabelecida a Rua Pernambucco, n.º 456, CPA II, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. **Wander Luiz Do Amaral Miranda**, portador do CIRG n.º 1.506.534-0 SSP/MT e CPF n.º 016.662.711-95, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DASECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**, e disposto abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND	QUANT.	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Cronômetro 10 tempos profissional	VOLLO	UND	30	89,20	2676,00
3	Apito Classic 40 Fox	FOX 40	UND	30	42,00	1260,00
4	Apito rocco para mesário de metal	SCALIBU	UND	5	26,90	134,50
5	Aros de fixação basquete	SCALIBU	UND	4	119,50	478,00

8	Bandeiras para Arbitragem	SCALIBU	UND	20	93,95	1879,00
9	Bandeirinhas de escanteio	SCALIBU	UND	20	106,50	2130,00
11	Barreira de Atletismo 1 metro e 10 cm	PISTA E CAMPO	UND	5	194,32	971,60
12	Barreira para treinamento de futebol de campo 45 cm	PISTA E CAMPO	UND	5	160,00	800,00
15	Bola de borracha, bola de iniciação nº 12confeccionada com borracha diâmetro 57-59 cm peso 250-270 g	MAGUSSY	UND	20	39,00	780,00
17	Bola de futebol de campo bola nº 10	MAGUSSY	UND	10	37,50	375,00
18	Bola de Futebol de campo juvenil nº 4, confeccionada em PU, costurada, com circunferência de 64 – 66 cm, com peso de 410-440 gr, câmara airbility, miolo slip system removível e lubrificado	PENALTY	UND	20	75,35	1507,00
20	Bola de Vôlei medicinembol 2 kg borracha	MAGUSSY	UND	8	75,00	600,00
21	Bola medicinibol 1 kg	MAGUSSY	UND	5	70,00	350,00
22	Bola medicinibol 3 kg	MAGUSSY	UND	5	87,50	437,50
24	Bolas de Basquetebol 6.4 Oficial Circunferência: 72-74 cm. peso 510- 565g. Câmara: airbility / Matrizada / Microfibra	PENALTY	UND	30	254,00	7620,00
27	Bolas de Futebol de Campo Oficial nº08 Circunferência: 68-70 cm. peso 410-450g. Câmara: airbility / termotec / PU Ultra 100%	PENALTY	UND	50	213,00	10650,00
30	Bolas de Futsal Circunferência: 50- 55 cm. peso 300-330g. Câmara: airbility / Termotec	PENALTY	UND	20	167,40	3348,00
32	Bolas de Futsal Circunferência: 61- 64 cm. peso 410-440g. Câmara: airbility / termotec	PENALTY	UND	30	108,50	3255,00
34	Bolas de Handebol H3L Circunferência: 58-60 cm. peso 425- 475g. Câmara: airbility / Costurada / PU Ultra Grip na cor azul e vermelho	PENALTY	UND	30	279,95	8398,50
38	Calibrador digital para bola	PENALTY	UND	5	51,20	256,00
39	Cama elástica (junp)	POLIMET	UND	10	362,50	3625,00
41	Cola para Handebol (pote 500g)	MAGUSSY	UND	3	249,75	749,25
42	Colchão de salto em altura 3.00 x 1.90 x 0.30	PISTA E CAMPO	UND	1	4750,00	4750,00
54	Dardo de bambu feminino	PISTA E CAMPO	UND	5	147,75	738,75
55	Dardo de Bambu masculino	PISTA E CAMPO	UND	5	157,50	787,50
58	Disco Feminino Atletismo 1 kg, 97 a 39 mm	PISTA E CAMPO	UND	5	140,00	700,00
59	Disco Masculino Atletismo 2 kg, 22 cm diam/ 44 a 46 mm	PISTA E CAMPO	UND	5	180,00	900,00
61	Fita de marcação para beach soccer, 2 fitas de 28 metros, 2 fitas de 37 metros e 4 hastes de metal	MASTER REDE	UND	4	243,25	973,00
62	Fita demarcatória Vôlei de Praia PVC, com ganchos para fixação	MASTER REDE	UND	4	147,50	590,00
63	Jogo de anilha de 4 kg	FUNDIBAN	UND	6	60,00	360,00
64	Jogo de anilha de 5 kg	FUNDIBAN	UND	6	75,00	450,00
65	Jogo de cartões de futebol de campo	SCALIBU	UND	6	17,50	105,00
66	Jogo de cartões de futsal plástico	SCALIBU	UND	6	17,00	102,00
68	Jogo de xadrez em cuorvin medindo 40 x 40 cm	SCALIBU	UND	20	50,00	1000,00
69	Kit Badminton, composição de 04 raquetes de badminton, 03 petecas de nylon e 01 rede com poste, kit profissional material em alumínio	VOLLO	UND	30	268,30	8049,00
71	Luva para goleiro de futsal tamanho grande (adulto)	STADIUM	PAR	3	69,75	209,25
72	Luva para goleiro de futsal tamanho médio (juvenil)	STADIUM	PAR	3	69,75	209,25
73	Luva para goleiro de futsal tamanho pequeno (infantil)	STADIUM	PAR	3	69,75	209,25
76	Mesa de domino – xadrez e carteado - redonda	GINASTIC	UND	20	414,75	8295,00
79	Peso de 5 kg arremesso	SCALIBU	UND	5	221,90	1109,50
83	Prancheta Magnética para basquete	SCALIBU	UND	1	158,00	158,00
84	Prancheta Magnética para futebol	SCALIBU	UND	1	158,90	158,90
85	Prancheta Magnética para futsal	SCALIBU	UND	1	158,90	158,90
86	Prancheta Magnética para handebol	SCALIBU	UND	1	158,90	158,90
87	Prancheta Magnética para voleibol	SCALIBU	UND	1	158,90	158,90
88	Raquete de tênis de mesa, madeira cm cobertura de cinco folhas. Cabo côncavo, esponja 1.5 mm. Efeito 30/100. Velocidade composição: madeira peso liquido aproximado 120g dimensões aproximadas LxAxP12x23x3 cm	VOLLO	UND	50	40,00	2000,00
95	Relógio monitor cardíaco	SPEEDO	UND	4	160,90	643,60
96	Relógio para xadrez dois tempos	SCALIBU	UND	6	289,70	1738,20
98	Tornozeleira 1,5 kg	SCALIBU	PAR	10	61,50	615,00
99	Tornozeleira de 1 kg	SCALIBU	PAR	35	51,50	1802,50
100	Tornozeleira de 2 kg	SCALIBU	PAR	25	66,50	1662,50
101	Trena 20 m	VONDER	UND	5	60,00	300,00
102	Trena 50 m	VONDER	UND	5	117,00	585,00
103	Trocador de válvula	POKER	UND	3	96,50	289,50
104	Trofeu diversas modalidades 118 cm	JEBS	UND	20	346,95	6939,00
105	Trofeu diversas modalidades 45 cm	JEBS	UND	10	72,48	724,80
106	Trofeu diversas modalidades 85 cm	JEBS	UND	20	173,00	3460,00
107	Uniformes completos para Árbitros(camisetas, shorts e meias para Adultos – Tam:G/GG)	TRB	UND	18	168,90	3040,20
VALOR TOTAL						**106. 411,75**

TOTAL: R$ 106.411,75 (Cento e seis mil e quatrocentos e onze reais e setenta e cinco centavos).

1.2Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 01/06/2017 até 30/05/2018.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais esportivos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2017**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30(trinta) dias após a entrega dos materiais esportivos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os materiais esportivos adquiridos/registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2017**a proposta da empresa **GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 01 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA EPP

Wander Luiz Do Amaral Miranda/EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

1. _____	2. _____
Nome: Ademilson Custodio	Nome: Celir Coan
CPF: 968.570.051-68	CPF: 738.436.959-20
RG: 14464764 SSP/MT	RG: 42669245 SSP/PR

PREVI-CLAUDIA
APR ABRIL 2017 PREVI-CLAUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Cláudia PREVI-CLAUDIA

AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE UNIDADE GESTORA DO RPPS: 1117399 PREVI-CLAUDIA CNPJ. 04.718.591/0001-98	Nº 011/2017 DATA: 19/04/2017
VALOR: R$ 155.000,00	DISPOSITIVO DA RESOLUÇÃO DO CMN: RESOLUÇÃO 3.922 F.I. 100% TÍTULOS TN- ART 7º, III, a.
Aplicação em fundo diferente para diversificar os investimentos, conforme normativa do Ministério da Previdência. . ***PREVID RF IMA-B 5*** **CNPJ:** 03.543.447/0001-03 **SEGMENTO:** RENDA FIXA **TIPO DE ATIVO:** F.I. 100% Títulos TN - Art. 7º, III, “a”. **ÍNDICE:** ***PREVID RF IMA-B 5***	

PROPONENTE SHEILA YOTZCHETZ 033.243.079-02	GESTOR SHEILA YOTZCHETZ ANBIMA-CPA-20 12/08/2017	RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DA OPERAÇÃO SHEILA YOTZCHETZ 033.243.079-02

PREVI-CLAUDIA
APR ABRIL 2017 PREVI-CLAUDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Cláudia PREVI-CLAUDIA

AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE	Nº 012/2017 DATA: 20/04/2017.
UNIDADE GESTORA DO RPPS: 1117399 PREVI-CLAUDIA CNPJ. 04.718.591/0001-98	
VALOR: R$ 15.000,00	DISPOSITIVO DA RESOLUÇÃO DO CMN: RESOLUÇÃO 3.922 F.I. 100% TÍTULOS TN- ART 7º, I, "B".
RESGATE PARA O PAGAMENTO DE DESPESAS COM TAXA ADMINISTRATIVA, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2017. **FUNDO DE RESGATE** **BB PREVID RF IRF-M** **CNPJ:** 07.111.384/0001-69 **SEGMENTO:** RENDA FIXA **TIPO DE ATIVO:** F.I. 100% Títulos TN - Art. 7º, I, “b”. **ÍNDICE:** RFIRF – M	

PROPONENTE SHEILA YOTZCHETZ 033.243.079-02	GESTOR SHEILA YOTZCHETZ ANBIMA-CPA-20 12/08/2017	RESPONSÁVEL PELA APLICAÇÃO DA OPERAÇÃO SHEILA YOTZCHETZ 033.243.079-02

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2017

OBJETO**: PROCESSO DE DISPENSA PARA AQUISIÇÃO DE COMPRESSORES DE AR ODONTOLÓGICO, PARA ATENDER A NECESSIDADE, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: art.2º, da Lei Municipal nº581/2015 e art. 24,IV, da Lei Federal n° 8.666/93.

EMPRESA: SUPERTEC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA EPP

CNPJ n° 01.184.625/0001-13

Endereço: Rua João Pedro Moreira De Carvalho, nº 165, Distrito Industrial.

Sinop – MT.

VALOR GLOBAL: R$ 5.649,18 (cinco mil seiscentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos).

VIGÊNCIA: Até 31/12/2017.

HOMOLOGO E ADJUDICO.

Cláudia – MT, 01 de JUNHO de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.471.436/0001-48 e Inscrição Estadual n.º 13.400382-9, estabelecida a Rua Edgar Garcia De Siqueira, n.º 279, Centro, Sorriso/MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário Srº. **Matheus Smaniotto Damacena**, portador do CIRG n.º 20180225 SSP/MT e CPF n.º 028.771.451-90, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 - **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DIVERSOS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DASECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CONFORME DISPOSTO NO ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA**, e disposto abaixo:

ITEM	PRODUTO	QTD	UNIDADE	R$ UNIT.	R$ TOTAL
01	ANTENA VOLEIBOL PVC	04	PAR	75,90	303,60
02	BALANÇA DIGITAL COM VISOR LCD	06	UNID	125,80	754,80
03	BAMBOLE 75CM PLASTICO	50	UNID	3,66	183,00
04	BARRA DE 1 METRO E 15 CM	20	UNID	30,00	600,00
05	BLOCO DE PARTIDA OFICIAL	02	UNID	263,80	527,60
06	BOLA 50 FUTSAL INICIAÇÃO	15	UNID	171,90	2.578,50
07	VOLA BASQUETE 7 OFICIAL	30	UNID	289,75	8.692,50
08	BOLA BEACH SOCCER	05	UNID	113,30	566,50
09	BOLA BORRACHA INICIAÇÃO N 14	20	UNID	42,00	840,00
10	BOLA FUT. SUIÇO GRAMA SINTETICA	08	UNID	173,68	1.389,44
11	BOLA FUT SUIÇO OFOCIAL	15	UNID	170,83	2.562,45
12	BOLA FUTSAL ADULTO	20	UNID	173,81	3.475,60
13	BOLA HANDEBOL H1L MIRIAM	30	UNID	238,12	7.143,60
14	BOLA HANDEBOL H2L	30	UNID	277,02	8.310,60
15	BOLA VOLEI OFICIAL PRO	50	UNID	262,87	13.143,50
16	BOLA VOLEI PRAIA	10	UNID	116,80	1.168,00
17	BOLINHA TENIS DE MESA	200	UNID	4,68	936,00
18	BOMBA DE ENCHER BOLA DUPLA AÇÃO	20	UNID	37,00	740,00
19	CINTO DE TRAÇÃO DUPLO	10	UNID	257,00	2.570,00
20	COLCHONETE 090X0,40	40	UNID	37,00	1.480,00
21	COLETE DUPLA FACE ADULTO AZUL AMARELO	20	UNID	32,00	640,00
22	COLETE DUPLA FACE JUVENIL AZUL VERMELHO	20	UNID	29,40	588,00
23	COLETE DUPLA FACE LAMBRA VERMELHO PRETO	10	UNID	23,90	239,00
24	COLETE DUPLA FACE PRETO LARANJA INFANTIL	20	UNID	29,90	598,00
25	CONE 23 CM PVC	80	UNID	19,70	1.576,00
26	CONE 50 CM FAIXA AMARELA	80	UNID	43,80	3.504,00
27	CONE PRATO PVC	80	UNID	6,20	496,00
28	CORDA 10MM	10	METRO	23,90	239,00
29	COTOVELEIRA P/ GOLEIRO FUTSAL TAMANHO G	3	UNID	73,80	221,40
30	COTOVELEIRA P/ GOLEIRO FUTSAL TAMANHO P	3	UNID	68,90	206,70
31	ESCADA COORDENAÇÃO -AGILIDADE	10	UNID	164,80	1.648,00
32	JOGO CARTAO HANDEBOL BASQUETE VOLEI	10	UNID	24,66	246,60
33	KIT MESA BOLINHA, RAQUETE, REDE, SUPORTE P/ REDE	10	UNID	47,63	476,30
34	MEDALHA 44,5MM OURO	900	UNID	7,98	7.182,00
35	MEDALHA 44,5MM PRATA	900	UNID	7,98	7.182,00
36	MESADE TENIS COMPLETA	20	UNID	1.168,00	21.360,00
37	PESO 3KG ARREMESSO	05	UNID	139,80	699,00
38	PETECA P/ BADMINTON	30	UNID	29,50	885,00
39	PETECA P/ BADMINTON PENA DE GANSO	30	UNID	13,58	407,40
40	REDE DE BASQUETE OFICIAL	06	PAR	74,90	449,40
41	REDE VOLEIBOL OFICIAL2 FAIXA	06	UNID	294,80	1.768,80
42	REDE VOLEIBOL OFICIAL 4 FAIXA	06	UNID	377,80	2.266,80
43	REDE FUTEBOL CAMPO	08	PAR	422,42	3.379,36

44	REDE FUT. SUIÇO	06	PAR	349,90	2.099,40
45	REDE PARA GOL FUTSAL	06	PAR	277,80	1.666,80
46	SACO PAR CARREGAR BOLA	12	UNID	24,33	291,96
47					
PREÇOS TOTAL				R$ 118.283,21	

TOTAL: R$ 118.283,21 (Cento e dezoito mil e duzentos e oitenta e três reais e vinte e um centavos).

1.2Os itens que tiverem os preços e quantidades registrados, eventualmente serão contratados de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Cláudia-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 01/06/2017 até 30/05/2018.

2.1.1 A vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a efetuar a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, dos materiais esportivos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2017**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 30(trinta) dias após a entrega dos materiais esportivos, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Administração.

3.2 - Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

3.2.1 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

3.3 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

3.4 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria Solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada;

4.2 Os materiais esportivos adquiridos/registrados através deste Registro de Preços deverão ser entregues nas quantidades solicitadas, nos locais indicados pela Secretaria solicitante, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias após solicitação, pedido ou autorização de fornecimento expedido pela Secretaria solicitante.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura;

4.3.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8.666/1993.

4.4 Caso a licitante não consiga efetuar a entrega dos itens no prazo previsto no item 4.2, deverão apresentar justificativa plausível e fundamentada a Administração, sob pena de responder pelas sanções previstas na cláusula sétima.

4.5 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição das Secretarias.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1 De conformidade com o art. 86 da Lei n.º 8.666/93, o atraso injustificado na execução do objeto deste contrato, sujeitará a CONTRATADA, a juízo da Administração do Município de Cláudia, à multa de 1,0% (um por cento)por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

7.1.1A multa prevista no item 7.1 será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 7.2, alínea “b”.

7.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial da entrega do objeto adquirido, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.3 Se a contratada não proceder o recolhimento da multa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.3.1 Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

7.4 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2 - A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital de **PREGÃO PRESENCIAL nº 040/2017** a proposta da empresa **MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME** classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 01 de Junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

MARKA ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA ME

Matheus Smaniotto Damacena /EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

1. _____	2. _____
Nome: Ademilson Custodio	Nome: Celir Coan
CPF: 968.570.051-68	CPF: 738.436.959-20
RG: 14464764 SSP/MT	RG: 42669245 SSP/PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.471-1472/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017,CARLINDO MONTEIRO NONATO, ANTÔNIO DE PAULA AVELINO.

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.471/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

"Que dispõe sobre a exclusão do servidor do quadro de funcionários por motivo de aposentadoria."

A **Prefeita Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica excluído do quadro de funcionários desta Prefeitura Municipal, por motivo de **sua aposentadoria por idade**, o servidor **Sr. Carlindo Monteiro Nonato**, portador da **CI- RG nº. 485.835, expedida pela SSP – MT** e **CPF n° 362.623.151-87,** lotado no cargo de **Gari**, Classe "A", Nível "05", Provisório Estagnado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos legais a data de dois de maio de 2017.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeito Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.472/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

"Que dispõe sobre a exclusão do servidor do quadro de funcionários por motivo de aposentadoria."

A **Prefeita Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica excluído do quadro de funcionários desta Prefeitura Municipal, por motivo de **sua aposentadoria por invalidez**, o servidor **Sr. Antônio de Paula Avelino**, portador do **CPF n° 670.154.257-34 e CI- RG nº. 1. 982.054-2, expedida pela SSP – MT,** lotado no cargo de **Agente de Serviços Urbanos**, Classe "A", Nível "04".

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeito Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

DECRETO MUNICIPAL Nº 1470/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.CLESIO ANTONIO DE SOUZA,

DECRETO MUNICIPAL Nº 1470/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE **CLESIO ANTONIO DE SOUZA,** EM CARGO EM COMISSÃO, DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO, QUE ESPECIFICA".

A **Prefeita Municipal de Cocalinho**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e pelo Artigo 37, Inciso II da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Senhor **Clesio Antonio de Souza**, portador da **CI-RG nº 14711737 SSP/MT**, e **CPF nº 933.092.101-97**, no cargo comissionado de **Diretor de Divisão de CULTURA**, de livre nomeação e exoneração.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições ao contrario.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

Paulo Sergio Felipe dos Santos

Secretário de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

A Câmara Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 14 de Junho de 2017, ás 08:00 horas/minutos (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Câmara Municipal, tendo como objeto a contratação de empresa para fornecimento de soluções integradas de tecnologia da informação para as seguintes áreas: contabilidade pública, recursos humanos e folha de pagamento, compras e licitação, patrimônio público, controle de estoque e geração de aplic para o TCE-MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Câmara Municipal de Colider-MT, localizada na Travessa dos Parecis, nº 17, Setor Leste, Colider-MT e no site https://sic.tce.mt.gov.br/89 (Ícone: Licitações).

Colider/MT, em 01 de Junho de 2017

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 026/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

PORTARIA Nº 026/2017

O Vereador José Élcio de Matos, Presidente da Câmara Municipal de Colíder, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE,

NOMEAR, Elizabeth Pavão, no cargo de Assessora da Presidência desta Câmara Municipal de Colíder., a partir desta data.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Colíder-MT., 01 de junho de 2017.

Vereador José Élcio de Matos

Presidente

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
RESOLUÇÃO CMAS 003 DO DIA 24 DE MAIO DE 2017.

CRIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DA XII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso da competência que lhe confere a Lei n° 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 – LOAS, alterada pela Lei n° 12.345 de 06 de Julho de 2011; e Lei 499 de 01 de março de 1996 que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Colider-Mt;

CONSIDERANDO a Resolução do CNAS Nº 23, de 15 de dezembro de 2016, que estabelece as normas gerais para a realização das conferencias de Assistência Social em Âmbito nacional, estadual e do distrito Federal com tema: **"Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS"**

R E S O L V E:

Art. 1º Criar a Comissão Organizadora da VII Conferência Municipal de Assistência Social em Colíder composta pela Presidente do CMAS conselheira **Benaia Teixeira de Souza** (Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social) e pela Vice-Presidente conselheira **Mauralice Pereira da Silva** (Representante da Associação dos Deficientes Físicos de Colíder) e pelos conselheiros, conforme abaixo relacionados:

a) Conselheira **Ângela Maria Tramarin**, Governo-Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

b) Conselheiro **Paulo Roberto Rodrigues**- Governo Representante da área da Saúde.

c) Conselheira **Gleica Santos de Matos**, representante de usuários e organizações de usuários (Família PAIF);

d) **Marcia das Chagas**, representante governamental (CRAS).

e) **Aguida Aparecida da Silva Cazelato** governamental (CREAS)

f) **Rozineide da Silva Moreira** (Representante dos Conselhos de Direito)

Art. 2º A Comissão Organizadora coordenada pela Presidente e Vice Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e terá como competência:

I. Orientar e acompanhar a realização da Conferência Municipal de Assistência Social;

II. Propor e encaminhar para aprovação do Colegiado critério de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a XII Conferência Municipal;

III. Organizar e coordenar a XII Conferência Municipal;

IV. Promover a integração com os setores vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano, para tratar de assuntos referentes à realização da XII Conferência Municipal;

V. Viabilizar suporte técnico-operacional durante o evento;

VI. Propor, acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas pela empresa organizadora do evento;

VII. Subsidiar a empresa organizadora, por meio de orientações em estrita consonância com as deliberações do CMAS;

VIII. Manter o Colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da XII Conferência Municipal;

Art. 3º - Para a operacionalização da XII Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes setores:

I. Secretaria Executiva do CMAS;

II. Setores vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano.

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da XII Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais: conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Colíder MT 24 de maio de 2017.

Benaia Teixeira de Souza

Presidente do CMAS Colider MT.

Gestão 2016-2018.

CAMARA MUNICIPAL
ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Ato de homologação E Adjudicação

PROCESSO Nº 002/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 002/2017

Objeto: Aquisição de materiais de copa e cozinha e materiais de limpeza e higienização conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente.

Não havendo qualquer recurso. Não havendo nada que possa desabonar este processo licitatório, realizado sob o império da lei 8.666/93, com as alterações subseqüentes e estando o preço ofertado de acordo com o praticado no mercado, **homologo E ADJUDICO** o presente, para que produza os jurídicos e legais efeitos.

Comunique-se o Licitante vencedor, abaixo denominado, a homologação do objeto Licitado, devendo aguardar Contrato conforme licitados.

Empresa: **L. ALVES - MERCADO EPP.**

COLIDER/MT, 01 de JUNHO de 2017.

Vereador JOSÉ ELCIO DE MATOS
Presidente

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017

OBJETO: Aquisição de materiais de copa e cozinha e materiais de limpeza e higienização conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente.

FAVORECIDA: EMPRESA E. L. ALVES - MERCADO - EPP

PERÍODO: 7 meses

VALOR GLOBAL: R$ 13.106,26 (treze mil cento e seis reais e vinte e seis centavos)

JUSTIFICATIVA: Nº 002/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, II da Lei nº 8.666/93, justificativa nº 002/2017, Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Colider – MT, em 01 de junho de 2017.

JOSÉ ÉLCIO DE MATOS

Presidente da Câmara

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 079/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **JUVENIR PEREIRA DOS SANTOS (**titular), e o servidor **ADRIANO EZEQUIEL CRISTOVÃO** (suplente), Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 012/2017. **registro de preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, fluídos e outros produtos a serem utilizados pela frota de veículos das secretarias de Colider- MT.** Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: E.M. PUERTA - ME

VALOR: R$= **99.615,10** (Noventa e Nove Mil Seiscentos e Quinze Reais e Dez Centavos)

VIGÊNCIA: 25/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:WIDAL E MARCHIORETTO LTDA

VALOR: R$=349.517,90 (Trezentos e Quarenta e Nove Mil Quinhentos e Dezessete Reais e Noventa Centavos)

VIGÊNCIA: 25/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:AUTO POSTO CORONEL LTDA

VALOR: R$=178.597,00 (Cento e Setenta e Oito Mil Quinhentos e Noventa e Sete Reais)

VIGÊNCIA: 25/05/2018

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
PORTARIA Nº. 608/2017

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE REAVALIAÇÃO, DEPRECIAÇÃO, BAIXAS E INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, **NOBORU TOMIYOSHI**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear membros para a Comissão Permanente de Reavaliação, Depreciação, Baixas e Inventário de Bens Móveis e Imóveis.

Artigo 2º - A Comissão de que trata o artigo anterior será composta pelos seguintes membros:

NOME	DESIGNAÇÃO
Baldonedo Chagas	Presidente
Cristiane dos Santos Paula	Membro
Donizeth Pereira de Paula	Membro
Valéria Negrão Bento de Oliveira	Membro
Sérgio Dorini Filho	Membro
Marcia das Chagas	Membro
Mário Vinicius Pimentel Micheleti	Membro
Carlos Alberto da Silva	Membro

Parágrafo Único – As funções de cada um dos membros da presente Comissão serão determinadas pela Presidência desta Comissão.

Artigo 3º - Compete a Comissão, as seguintes atribuições:

Registro em ata das reuniões realizadas e tomadas decisões;

Conferência e verificação do Patrimônio Municipal, e a compatibilidade do Patrimônio físico junto ao banco de dados do sistema de informação;

Verificar o estado de conservação e funcionamento dos Bens Públicos municipais e as devidas reavaliações;

Realizar o levantamento e proceder a baixa dos bens inservíveis, obsoletos ou antieconômico a esta prefeitura.

Artigo 4º - Fica facultado ao Presidente desta comissão a requisição do auxilio de Secretários e Servidores para o desenvolvimento dos trabalhos.

Artigo 5º - Fica o poder Executivo Municipal responsável pelo Treinamento dos servidores, disponibilização de materiais, equipamentos e veículos para realização dos trabalhos.

Artigo 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 651/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, 31 de maio de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 078/2017

ATO DE DESIGNAÇÃO – FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Secretario Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração do Município Colíder-MT, Senhor Vanderlei Aparecido Borges da Silva, no uso de suas atribuições resolve NOMEAR, o Servidor **ILSON MOREIRA (**titular), e o servidor **RENATO NEGRÃO BENTO DE OLIVEIRA** (suplente), Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 011/2017.**Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente para serem utilizados em diversas secretarias do município de Colider/MT.** Que representará a Administração Municipal perante o contratado e zelará pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na Portaria.

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:CATHARINA BASSANEZI LOSS - ME

VALOR: R$= 35.768,97 (Trinta e Cinco Mil Setecentos e Sessenta e Oito Reais e Noventa e Sete Centavos**)**

VIGÊNCIA: 19/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:GRAFITE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA - EPP

VALOR: R$= 52.679,49 (Cinquenta e Dois Mil Seiscentos e Setenta e Nove Reais e Quarenta e Nove Centavos**)**

VIGÊNCIA: 19/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:MARIA JOSÉ DOS REIS NETO - ME

VALOR: R$= 131.157,30 (Cento e Trinta Um Mil Cento e Cinquenta e Sete Reais e Trinta Centavos)

VIGÊNCIA: 19/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:CANTINHO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA - ME

VALOR: R$= 77.927,90 (Setenta e Sete Mil Novecentos e Vinte e Sete Reais e Noventa Centavos)

VIGÊNCIA: 19/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:N. A. VIANA EIRELLI - ME

VALOR: R$= 200.247,26 (Duzentos Mil Duzentos e Quarenta Sete Reais e Vinte e Seis Centavos)

VIGÊNCIA: 19/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:BRIVIA COMERCIO DE MAQUINAS INDUSTRIAIS LTDA

VALOR: R$= 45.112,01 (Quarenta e Cinco Mil Cento e Doze Reais e Um Centavo)

VIGÊNCIA: 19/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOSLTDA

VALOR: R$= 19.490,83 (Dezenove Mil Quatrocentos e Noventa Reais e Oitenta e Três Centavos)

VIGÊNCIA: 19/05/2018

DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ELIANE CLEMENTINO CARNAUBA - ME

VALOR: R$= 30.663,03 (trinta Mil Seiscentos e Sessenta e Três Reais e Três Centavos)

VIGÊNCIA: 19/05/2018

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

PROCESSO 002/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

Considerando as informações prestadas pela Comissão Permanente de Licitação, bem como pelo contido no presente Processo de Dispensa de Licitação, com todos seus documentos, juntamente com o parecer da Assessoria Jurídica, RATIFICO todos os atos do presente Processo de Dispensa nº 002/2017, para: Aquisição de materiais de copa e cozinha e materiais de limpeza e higienização conforme descrição apresentada na solicitação do setor competente, para a Câmara Municipal de Colider-MT.

Colider-MT;. 01 de junho de 2017.

Vereador JOSÉ ELCIO DE MATOS

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

LEI Nº. 685 DE 30 DE MAIO DE 2017

LEI Nº. 685 DE 30 DE MAIO DE 2017

"FIXA NOVO VENCIMENTO INICIAL PADRÃO PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO REGIDOS PELAS LEIS Nº 500/2011, 501/2011 E 502/2011 QUE INSTITUÍRAM OS NOVOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODOLFO CESAR ANDRADE GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso IV do artigo 30 da Lei Orgânica e artigo 243 do Regimento Interno da Câmara Municipal deste Município de Colniza/MT, faço saber que a Câmara Municipal manteve e Eu Promulgo, nos termos da Lei Orgânica do Município, os seguintes dispositivos da LEI n. 684 de 17 de Abril de 2017, conforme segue:

Art. 1º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 500/2011, Anexo II – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.000,00	*Auxiliar de Serviços Gerais*	*40 HS*	*60*
R$ 1.000,00	*Vigilante*	*40 HS*	*38*
R$ 1.200,00	*Pedreiro*	*40 HS*	*09*
R$ 1.100,00	*Carpinteiro*	*40 HS*	*04*
R$ 1.100,00	*Eletricista de Energia Elétrica*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Pintor*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Serralheiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.000,00	*Encanador*	*40 HS*	*04*
R$ 1.000,00	*Jardineiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.000,00	*Leiturista*	*40 HS*	*04*
R$ 1.000,00	*Gari*	*40 HS*	*15*
R$ 1.000,00	*Viveirista*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Coveiro*	*40 HS*	*02*
R$ 1.100,00	*Secretária*	*40 HS*	*04*
R$ 1.100,00	*Telefonista*	*40 HS*	*02*
R$ 1.100,00	*Recepcionista*	*40 HS*	*05*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: MECÂNICA E TRANSPORTES			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 2.300,00	*Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Operador de Trator de Esteira*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Operador de Motoniveladora*	*40 HS*	*08*
R$ 2.300,00	*Operador de Escavadeira Hidráulica*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Motorista de Veículo Pesado*	*40 HS*	*20*
R$ 2.300,00	*Operador de Pá Carregadeira*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Motorista de Veículo Leve*	*40 HS*	*12*
R$ 1.500,00	*Operador de Trator de Pneu*	*40 HS*	*03*
R$ 1.200,00	*Operador de ETA/DAÍ*	*40 HS*	*05*
R$ 1.800,00	*Mecânico*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Mestre de Obras*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Soldador*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Borracheiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Auxiliar de Mecânico*	*40 HS*	*01*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO AO ESPORTE, CULTURA			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.100,00	*Instrutor Desportivo*	*40 HS*	*05*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL TÉCNICO			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	*Topógrafo*	*40 HS*	*02*

R$ 1.500,00	*Técnico Agrícola*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Técnico Agropecuário*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Técnico em Segurança do Trabalho*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Agente Administrativo*	*40 HS*	*25*
R$ 1.500,00	*Técnico em Contabilidade*	*40 HS*	*05*
R$ 1.500,00	*Técnico em informática*	*40 HS*	*03*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Obras*	*40 HS*	*04*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Meio Ambiente*	*40 HS*	*05*
R$ 1.700,00	*Agente Fiscal Municipal*	*40 HS*	*18*
R$ 1.700,00	*Agente de Inspeção*	*40 HS*	*02*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Consumo de Água*	*40 HS*	*03*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Frotas*	*40 HS*	*03*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 5.000,00	*Advogado*	*20 HS*	*03*
R$ 5.000,00	*Auditor de Tributos Municipais*	*20 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Assistente Social*	*30 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Arquiteto*	*40 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Agrônomo*	*40 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Civil*	*40 HS*	*02*
R$ 3.500,00	*Psicólogo*	*30 HS*	*02*
R$ 4.500,00	*Bacharel em Ciências Contábeis*	*40 HS*	*02*
R$ 4.500,00	*Bacharel em Administração*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Médico Veterinário*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Zootecnista*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Ambiental*	*40 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Bacharel em Ciências Econômicas*	*40 HS*	*01*
R$ 2.600,00	*Tecnólogo em Administração*	*40 HS*	*03*
R$ 2.600,00	*Tecnólogo em Gestão Pública*	*40 HS*	*05*
R$ 7.800,00	*Auditor Público Interno*	*40 HS*	*02*
R$ 3.900,00	*Técnico de Controle Interno*	*40 HS*	*02*

Art. 3º - Segue os anexos 1 (um) aos 40 (quarenta) da Lei 500/2011 atualizados conforme os valores ora fixados como vencimento inicial da carreira.

Art. 4º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 501/2011, Anexo I – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – LEI 501/2011 *DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA*			
CARGO: AGENTE DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.300,00	*Agente Comunitário de Saúde*	*40 HS*	*90*
R$ 1.300,00	*Fiscal de Vigilância Sanitária*	*40 HS*	*10*
R$ 1.300,00	*Agente de Vigilância Epidemiológica*	*40 HS*	*04*
R$ 1.300,00	*Agente de Combate a Endemias*	*40 HS*	*35*
R$ 1.300,00	*Microscopista*	*40 HS*	*05*
R$ 1.300,00	*Agente de Saúde*	*40 HS*	*07*
ANEXO I – LEI 501/2011 *DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA*			
CARGO: AGENTE OPERACIONAL DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	*Motorista Veículo Leve*	*40 HS*	*08*
R$ 1.000,00	*Auxiliar de Serviços Gerais*	*40 HS*	*40*
R$ 1.000,00	*Cozinheira*	*40 HS*	*05*
R$ 1.000,00	*Vigilante*	*40 HS*	*10*
ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: ASSISTENTE DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	*Agente Administrativo*	*40 HS*	*06*
R$ 1.200,00	*Auxiliar de Enfermagem*	*40 HS*	*15*
R$ 1.000,00	*Auxiliar Consultório Odontológico*	*40 HS*	*03*
R$ 1.100,00	*Auxiliar de Farmácia*	*40 HS*	*03*
R$ 1.100,00	*Auxiliar de laboratório*	*40 HS*	*01*

R$ 1.100,00	*Recepcionista*	*40 HS*	*10*
ANEXO I – LEI 501/2011 *DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA*			
CARGO: ESPECIALISTA DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 4.200,00	*Odontólogo*	*40 HS*	*01*
R$ 2.100,00	*Odontólogo*	*20 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Assistente Social*	*30 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Enfermeiro*	*40 HS*	*10*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Sanitarista*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Farmacêutico/Bioquímico*	*40 HS*	*03*
R$ 2.100,00	*Farmacêutico/Bioquímico*	*20 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Fisioterapeuta*	*40 HS*	*02*
R$ 2.100,00	*Fisioterapeuta*	*20 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Fonoaudiólogo*	*40 HS*	*01*
R$ 2.100,00	*Fonoaudiólogo*	*20 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Nutricionista*	*30 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Psicólogo*	*30 HS*	*01 + 01*
R$ 3.500,00	*Biólogo*	*40 HS*	*01*
ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOSDE CARREIRA			
CARGO: MÉDICO			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 12.500,00	*Médico de PSF – Clinico Geral*	*20 HS*	*06*
R$ 12.500,00	*Médico Clinico Geral*	*20 HS*	*02*
R$ 12.500,00	*Médico Pediatra*	*20HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Ginecologista*	*20 HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Ortopedista*	*20HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Dermatologista*	*20 HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Cardiologista*	*20HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Pneumologista*	*20HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Neurologista*	*20 HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Otorrinolaringologista*	*20 HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Oftalmologista*	*20 HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Gastroenterologista*	*20 HS*	*01*
R$ 12.500,00	*Médico Cirurgião*	*20HS*	*04*
ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: TÉCNICO DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$1.800,00	*Técnico em Enfermagem*	*40 HS*	*37*
R$ 1.800,00	*Técnico em Gesso*	*40 HS*	*01*
R$ 2.000,00	*Técnico em Raio X*	*24 HS*	*04*
R$1.500,00	*Técnico em Laboratório Bioquímico*	*20 HS*	*02*
R$1.800,00	*Técnico em Segurança do Trabalho*	*40 HS*	*01*
R$1.500,00	*Técnico em Higiene Bucal*	*40 HS*	*05*

Art. 5º - Segue os anexos 1 (um) aos 34 (trinta e quatro) da Lei 501/2011 atualizados conforme os valores ora fixados como vencimento inicial da carreira.

Art. 6º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 502/2011, Anexo II – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO: PROFESSOR			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$1.724,10	*Professor Nível Médio - Magistério*	*30 HS*	*60*
R$2.700,00	*Professor Nível Superior*	*30 HS*	*213*
ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	*Agente Administrativo*	*40 HS*	*39*
R$ 1.100,00	*Secretária*	*40 HS*	*03*
R$ 1.100,00	*Técnico de desenvolvimento Infantil*	*40 HS*	*85*
R$ 1.100,00	*Monitor de Creche*	*40 HS*	*11*
R$ 2.300,00	*Motorista de Veículo Pesado*	*40 HS*	*20*
ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO OCUPACIONAL: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
VENCIMENTO PADRÃO INICIAL	**TÍTULO DO CARGO**	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	**Nº DE VAGAS**
R$ 1.100,00	**Recepcionista**	**40 HS**	**02**
R$ 1.100,00	**Vigilante**	**40 HS**	**45**

R$ 1.100,00	**Serviços gerais**	**40 HS**	**60**
R$ 1.100,00	**Apoio administrativo educacional**	**40 HS**	**46**

Art. 7º - Os servidores ocupantes de cargos de motorista, que atualmente estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação, deverão ser enquadrados no Anexo I – Lei 502/2011, Grupo Técnico Administrativo Educacional, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º - Os servidores lotados nos cargos de Agente de Vigilância Sanitária deverão ser enquadrados automaticamente no cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária com remuneração específica, conforme estabelece o Anexo 20.

Art.9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões, Câmara Municipal Colniza/MT, em 30 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de Colniza

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal n. 012/2001 de 26/01/2001

~

ANEXO 01 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 20 HORAS SEMANAIS (EM EXTINÇÃO)

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES A	B	C	D	E
				1,0	1,5	1,7	2,0	2,3
				Magistério	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**	**Doutorado**
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.149,40**	1.724,10	1.953,98	2.324,09	2.643,62
	03 a 04 anos	II	0,06	1.218,36	1.827,55	2.071,22	2.463,53	2.802,24
	04 a 05 anos	III	0,08	1.241,35	1.862,03	2.110,30	2.510,01	2.855,11
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.264,34	1.896,51	2.149,38	2.556,50	2.907,98
	06 a 07 anos	V	0,12	1.287,33	1.930,99	2.188,46	2.602,98	2.960,85
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.310,32	1.965,47	2.227,54	2.649,46	3.013,73
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.333,30	1.999,96	2.266,62	2.695,94	3.066,60
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.356,29	2.034,44	2.305,70	2.742,42	3.119,47
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.379,28	2.068,92	2.344,78	2.788,90	3.172,34
	11 a 12 anos	X	0,22	1.402,27	2.103,40	2.383,86	2.835,39	3.225,22
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.425,26	2.137,88	2.422,94	2.881,87	3.278,09
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.448,24	2.172,37	2.462,01	2.928,35	3.330,96
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.471,23	2.206,85	2.501,09	2.974,83	3.383,83
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.494,22	2.241,33	2.540,17	3.021,31	3.436,71
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.517,21	2.275,81	2.579,25	3.067,79	3.489,58
	17 a 18 anos	XVI	0,34	1.540,20	2.310,29	2.618,33	3.114,28	3.542,45
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.563,18	2.344,78	2.657,41	3.160,76	3.595,32
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.586,17	2.379,26	2.696,49	3.207,24	3.648,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	1.609,16	2.413,74	2.735,57	3.253,72	3.701,07
	21 a 22 anos	XX	0,42	1.632,15	2.448,22	2.774,65	3.300,20	3.753,94
	22 a 23 anos	XXI	0,44	1.655,14	2.482,70	2.813,73	3.346,68	3.806,81
	23 a 24 anos	XXII	0,46	1.678,12	2.517,19	2.852,81	3.393,17	3.859,69
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.701,11	2.551,67	2.891,89	3.439,65	3.912,56
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.724,10	2.586,15	2.930,97	3.486,13	3.965,43
	26 a 27 anos	XXV	0,52	1.747,09	2.620,63	2.970,05	3.532,61	4.018,30
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.770,08	2.655,11	3.009,13	3.579,09	4.071,17
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.793,06	2.689,60	3.048,21	3.625,58	4.124,05
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.816,05	2.724,08	3.087,29	3.672,06	4.176,92
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.839,04	2.758,56	3.126,37	3.718,54	4.229,79
	31 a 32 anos	XXX	0,62	1.862,03	2.793,04	3.165,45	3.765,02	4.282,66
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.885,02	2.827,52	3.204,53	3.811,50	4.335,54
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	1.908,00	2.862,01	3.243,61	3.857,98	4.388,41
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	1.930,99	2.896,49	3.282,69	3.904,47	4.441,28
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	1.953,98	2.930,97	3.321,77	3.950,95	4.494,15

ANEXO 02 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL CLASSES A	B	C	D	E
				1,0	1,5	1,7	2,0	2,3
				Magistério	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**	**Doutorado**
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	**VENC PADRÃO INICIAL**	**1.800,00**	2.700,00	3.060,00	3.639,60	4.140,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.908,00	2.862,00	3.243,60	3.857,98	4.388,40
	04 a 05 anos	III	0,08	1.944,00	2.916,00	3.304,80	3.930,77	4.471,20
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.980,00	2.970,00	3.366,00	4.003,56	4.554,00
	06 a 07 anos	V	0,12	2.016,00	3.024,00	3.427,20	4.076,35	4.636,80
	07 a 08 anos	VI	0,14	2.052,00	3.078,00	3.488,40	4.149,14	4.719,60
	08 a 09 anos	VII	0,16	2.088,00	3.132,00	3.549,60	4.221,94	4.802,40

	09 a 10 anos	VIII	0,18	2.124,00	3.186,00	3.610,80	4.294,73	4.885,20
	10 a 11 anos	IX	0,20	2.160,00	3.240,00	3.672,00	4.367,52	4.968,00
	11 a 12 anos	X	0,22	2.196,00	3.294,00	3.733,20	4.440,31	5.050,80
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.232,00	3.348,00	3.794,40	4.513,10	5.133,60
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.268,00	3.402,00	3.855,60	4.585,90	5.216,40
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.304,00	3.456,00	3.916,80	4.658,69	5.299,20
	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.340,00	3.510,00	3.978,00	4.731,48	5.382,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	2.376,00	3.564,00	4.039,20	4.804,27	5.464,80
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.412,00	3.618,00	4.100,40	4.877,06	5.547,60
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.448,00	3.672,00	4.161,60	4.949,86	5.630,40
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.484,00	3.726,00	4.222,80	5.022,65	5.713,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.520,00	3.780,00	4.284,00	5.095,44	5.796,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.556,00	3.834,00	4.345,20	5.168,23	5.878,80
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.592,00	3.888,00	4.406,40	5.241,02	5.961,60
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.628,00	3.942,00	4.467,60	5.313,82	6.044,40
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.664,00	3.996,00	4.528,80	5.386,61	6.127,20
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.700,00	4.050,00	4.590,00	5.459,40	6.210,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.736,00	4.104,00	4.651,20	5.532,19	6.292,80
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.772,00	4.158,00	4.712,40	5.604,98	6.375,60
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.808,00	4.212,00	4.773,60	5.677,78	6.458,40
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.844,00	4.266,00	4.834,80	5.750,57	6.541,20
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.880,00	4.320,00	4.896,00	5.823,36	6.624,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.916,00	4.374,00	4.957,20	5.896,15	6.706,80
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.952,00	4.428,00	5.018,40	5.968,94	6.789,60
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.988,00	4.482,00	5.079,60	6.041,74	6.872,40
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.024,00	4.536,00	5.140,80	6.114,53	6.955,20
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.060,00	4.590,00	5.202,00	6.187,32	7.038,00

ANEXO 03 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 40 HORAS SEMANAIS (EM EXTINÇÃO)

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL				
				CLASSES				
				A	B	C	D	E
				1,0	1,5	1,7	2,0	2,3
				Magistério	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**	**Doutorado**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**2.298,80**	3.448,20	3.907,96	4.648,17	5.287,24
	03 a 04 anos	II	0,06	2.436,73	3.655,09	4.142,44	4.927,06	5.604,47
	04 a 05 anos	III	0,08	2.482,70	3.724,06	4.220,60	5.020,03	5.710,22
	05 a 06 anos	IV	0,10	2.528,68	3.793,02	4.298,76	5.112,99	5.815,96
	06 a 07 anos	V	0,12	2.574,66	3.861,98	4.376,92	5.205,95	5.921,71
	07 a 08 anos	VI	0,14	2.620,63	3.930,95	4.455,07	5.298,92	6.027,45
	08 a 09 anos	VII	0,16	2.666,61	3.999,91	4.533,23	5.391,88	6.133,20
	09 a 10 anos	VIII	0,18	2.712,58	4.068,88	4.611,39	5.484,84	6.238,94
	10 a 11 anos	IX	0,20	2.758,56	4.137,84	4.689,55	5.577,81	6.344,69
	11 a 12 anos	X	0,22	2.804,54	4.206,80	4.767,71	5.670,77	6.450,43
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.850,51	4.275,77	4.845,87	5.763,74	6.556,18
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.896,49	4.344,73	4.924,03	5.856,70	6.661,92
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.942,46	4.413,70	5.002,19	5.949,66	6.767,67
	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.988,44	4.482,66	5.080,35	6.042,63	6.873,41
PROGRESSÃO VERTICAL	16 a 17 anos	XV	0,32	3.034,42	4.551,62	5.158,51	6.135,59	6.979,16
	17 a 18 anos	XVI	0,34	3.080,39	4.620,59	5.236,67	6.228,55	7.084,90
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	3.126,37	4.689,55	5.314,83	6.321,52	7.190,65
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	3.172,34	4.758,52	5.392,98	6.414,48	7.296,39
	20 a 21 anos	XIX	0,40	3.218,32	4.827,48	5.471,14	6.507,44	7.402,14
	21 a 22 anos	XX	0,42	3.264,30	4.896,44	5.549,30	6.600,41	7.507,88
	22 a 23 anos	XXI	0,44	3.310,27	4.965,41	5.627,46	6.693,37	7.613,63
	23 a 24 anos	XXII	0,46	3.356,25	5.034,37	5.705,62	6.786,33	7.719,37
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	3.402,22	5.103,34	5.783,78	6.879,30	7.825,12
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	3.448,20	5.172,30	5.861,94	6.972,26	7.930,86
	26 a 27 anos	XXV	0,52	3.494,18	5.241,26	5.940,10	7.065,22	8.036,60
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	3.540,15	5.310,23	6.018,26	7.158,19	8.142,35
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	3.586,13	5.379,19	6.096,42	7.251,15	8.248,09
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	3.632,10	5.448,16	6.174,58	7.344,11	8.353,84
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	3.678,08	5.517,12	6.252,74	7.437,08	8.459,58
	31 a 32 anos	XXX	0,62	3.724,06	5.586,08	6.330,90	7.530,04	8.565,33
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	3.770,03	5.655,05	6.409,05	7.623,00	8.671,07
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	3.816,01	5.724,01	6.487,21	7.715,97	8.776,82
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.861,98	5.792,98	6.565,37	7.808,93	8.882,56
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.907,96	5.861,94	6.643,53	7.901,90	8.988,31

ANEXO 4 – LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE; SERVIÇOS GERAIS NÃO PROFISSIONALIZADOS

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
PROGRESSÃO VERTICAL				1,0	1,1	1,3	1,5
				Ensino Fundamental	**Ensino Médio**	**Graduação**	**Pós**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.100,00**	1.210,00	1.430,00	1.650,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.166,00	1.282,60	1.515,80	1.749,00

	04 a 05 anos	III	0,08	1.188,00	1.306,80	1.544,40	1.782,00
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.210,00	1.331,00	1.573,00	1.815,00
	06 a 07 anos	V	0,12	1.232,00	1.355,20	1.601,60	1.848,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.254,00	1.379,40	1.630,20	1.881,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.276,00	1.403,60	1.658,80	1.914,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.298,00	1.427,80	1.687,40	1.947,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.320,00	1.452,00	1.716,00	1.980,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.342,00	1.476,20	1.744,60	2.013,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.364,00	1.500,40	1.773,20	2.046,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.386,00	1.524,60	1.801,80	2.079,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.408,00	1.548,80	1.830,40	2.112,00
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.430,00	1.573,00	1.859,00	2.145,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.452,00	1.597,20	1.887,60	2.178,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	1.474,00	1.621,40	1.916,20	2.211,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.496,00	1.645,60	1.944,80	2.244,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.518,00	1.669,80	1.973,40	2.277,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	1.540,00	1.694,00	2.002,00	2.310,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	1.562,00	1.718,20	2.030,60	2.343,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	1.584,00	1.742,40	2.059,20	2.376,00
	23 a 24 anos	XXII	0,46	1.606,00	1.766,60	2.087,80	2.409,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.628,00	1.790,80	2.116,40	2.442,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.650,00	1.815,00	2.145,00	2.475,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	1.672,00	1.839,20	2.173,60	2.508,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.694,00	1.863,40	2.202,20	2.541,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.716,00	1.887,60	2.230,80	2.574,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.738,00	1.911,80	2.259,40	2.607,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.760,00	1.936,00	2.288,00	2.640,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	1.782,00	1.960,20	2.316,60	2.673,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.804,00	1.984,40	2.345,20	2.706,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	1.826,00	2.008,60	2.373,80	2.739,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	1.848,00	2.032,80	2.402,40	2.772,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	1.870,00	2.057,00	2.431,00	2.805,00

ANEXO 5 - LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE E SERVIÇOS GERAIS – PROFISSIONALIZADOS							
	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,3	1,5
				Ensino Fundamental	**Ensino Médio**	**Graduação**	**Pós**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.210,00**	1.331,00	1.573,00	1.815,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.282,60	1.410,86	1.667,38	1.923,90
	04 a 05 anos	III	0,08	1.306,80	1.437,48	1.698,84	1.960,20
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.331,00	1.464,10	1.730,30	1.996,50
	06 a 07 anos	V	0,12	1.355,20	1.490,72	1.761,76	2.032,80
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.379,40	1.517,34	1.793,22	2.069,10
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.403,60	1.543,96	1.824,68	2.105,40
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.427,80	1.570,58	1.856,14	2.141,70
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.452,00	1.597,20	1.887,60	2.178,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.476,20	1.623,82	1.919,06	2.214,30
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.500,40	1.650,44	1.950,52	2.250,60
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.524,60	1.677,06	1.981,98	2.286,90
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.548,80	1.703,68	2.013,44	2.323,20
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.573,00	1.730,30	2.044,90	2.359,50
PROGRESSÃO VERTICAL	16 a 17 anos	XV	0,32	1.597,20	1.756,92	2.076,36	2.395,80
	17 a 18 anos	XVI	0,34	1.621,40	1.783,54	2.107,82	2.432,10
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.645,60	1.810,16	2.139,28	2.468,40
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.669,80	1.836,78	2.170,74	2.504,70
	20 a 21 anos	XIX	0,40	1.694,00	1.863,40	2.202,20	2.541,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	1.718,20	1.890,02	2.233,66	2.577,30
	22 a 23 anos	XXI	0,44	1.742,40	1.916,64	2.265,12	2.613,60
	23 a 24 anos	XXII	0,46	1.766,60	1.943,26	2.296,58	2.649,90
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.790,80	1.969,88	2.328,04	2.686,20
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.815,00	1.996,50	2.359,50	2.722,50
	26 a 27 anos	XXV	0,52	1.839,20	2.023,12	2.390,96	2.758,80
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.863,40	2.049,74	2.422,42	2.795,10
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.887,60	2.076,36	2.453,88	2.831,40
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.911,80	2.102,98	2.485,34	2.867,70
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.936,00	2.129,60	2.516,80	2.904,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	1.960,20	2.156,22	2.548,26	2.940,30
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.984,40	2.182,84	2.579,72	2.976,60
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.008,60	2.209,46	2.611,18	3.012,90
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.032,80	2.236,08	2.642,64	3.049,20
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.057,00	2.262,70	2.674,10	3.085,50

ANEXO 6 - LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, SECRETÁRIA, TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO					
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL	
				CLASSES	

				A	B	C	D
				1,0	1,3	1,5	1,7
				Ensino Médio	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.500,00**	1.950,00	2.250,00	2.550,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.590,00	2.067,00	2.385,00	2.703,00
	04 a 05 anos	III	0,08	1.620,00	2.106,00	2.430,00	2.754,00
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.650,00	2.145,00	2.475,00	2.805,00
	06 a 07 anos	V	0,12	1.680,00	2.184,00	2.520,00	2.856,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.710,00	2.223,00	2.565,00	2.907,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.740,00	2.262,00	2.610,00	2.958,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.770,00	2.301,00	2.655,00	3.009,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.800,00	2.340,00	2.700,00	3.060,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.830,00	2.379,00	2.745,00	3.111,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.860,00	2.418,00	2.790,00	3.162,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.890,00	2.457,00	2.835,00	3.213,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.920,00	2.496,00	2.880,00	3.264,00
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.950,00	2.535,00	2.925,00	3.315,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.980,00	2.574,00	2.970,00	3.366,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.010,00	2.613,00	3.015,00	3.417,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.040,00	2.652,00	3.060,00	3.468,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.070,00	2.691,00	3.105,00	3.519,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.100,00	2.730,00	3.150,00	3.570,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.130,00	2.769,00	3.195,00	3.621,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.160,00	2.808,00	3.240,00	3.672,00
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.190,00	2.847,00	3.285,00	3.723,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.220,00	2.886,00	3.330,00	3.774,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.250,00	2.925,00	3.375,00	3.825,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.280,00	2.964,00	3.420,00	3.876,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.310,00	3.003,00	3.465,00	3.927,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.340,00	3.042,00	3.510,00	3.978,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.370,00	3.081,00	3.555,00	4.029,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.400,00	3.120,00	3.600,00	4.080,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.430,00	3.159,00	3.645,00	4.131,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.460,00	3.198,00	3.690,00	4.182,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.490,00	3.237,00	3.735,00	4.233,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.520,00	3.276,00	3.780,00	4.284,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.550,00	3.315,00	3.825,00	4.335,00

ANEXO 7 – LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, SECRETÁRIA, TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PROFISSIONALIZADO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,3	1,5	1,7
				Ensino Médio	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**
	00 a 03 anos	I	VENC. PADRÃO INICIAL	**1.650,00**	2.145,00	2.475,00	2.805,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.749,00	2.273,70	2.623,50	2.973,30
	04 a 05 anos	III	0,08	1.782,00	2.316,60	2.673,00	3.029,40
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.815,00	2.359,50	2.722,50	3.085,50
	06 a 07 anos	V	0,12	1.848,00	2.402,40	2.772,00	3.141,60
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.881,00	2.445,30	2.821,50	3.197,70
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.914,00	2.488,20	2.871,00	3.253,80
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.947,00	2.531,10	2.920,50	3.309,90
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.980,00	2.574,00	2.970,00	3.366,00
	11 a 12 anos	X	0,22	2.013,00	2.616,90	3.019,50	3.422,10
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.046,00	2.659,80	3.069,00	3.478,20
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.079,00	2.702,70	3.118,50	3.534,30
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.112,00	2.745,60	3.168,00	3.590,40
PROGRESSÃO VERTICAL	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.145,00	2.788,50	3.217,50	3.646,50
	16 a 17 anos	XV	0,32	2.178,00	2.831,40	3.267,00	3.702,60
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.211,00	2.874,30	3.316,50	3.758,70
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.244,00	2.917,20	3.366,00	3.814,80
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.277,00	2.960,10	3.415,50	3.870,90
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.310,00	3.003,00	3.465,00	3.927,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.343,00	3.045,90	3.514,50	3.983,10
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.376,00	3.088,80	3.564,00	4.039,20
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.409,00	3.131,70	3.613,50	4.095,30
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.442,00	3.174,60	3.663,00	4.151,40
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.475,00	3.217,50	3.712,50	4.207,50
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.508,00	3.260,40	3.762,00	4.263,60
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.541,00	3.303,30	3.811,50	4.319,70
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.574,00	3.346,20	3.861,00	4.375,80
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.607,00	3.389,10	3.910,50	4.431,90
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.640,00	3.432,00	3.960,00	4.488,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.673,00	3.474,90	4.009,50	4.544,10
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.706,00	3.517,80	4.059,00	4.600,20
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.739,00	3.560,70	4.108,50	4.656,30

	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.772,00	3.603,60	4.158,00	4.712,40
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.805,00	3.646,50	4.207,50	4.768,50

ANEXO 11 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II

MOT0RISTA DE VEÍCULO PESADO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Ensino Fundamental Completo	Curso de capacitação 100 horas	Ensino Médio	Curso Médio Profissionali-zante na área
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**2.300,00**	2.530,00	2.760,00	2.990,00
	03 a 04 anos	II	0,06	2.438,00	2.681,80	2.925,60	3.169,40
	04 a 05 anos	III	0,08	2.484,00	2.732,40	2.980,80	3.229,20
	05 a 06 anos	IV	0,10	2.530,00	2.783,00	3.036,00	3.289,00
	06 a 07 anos	V	0,12	2.576,00	2.833,60	3.091,20	3.348,80
	07 a 08 anos	VI	0,14	2.622,00	2.884,20	3.146,40	3.408,60
	08 a 09 anos	VII	0,16	2.668,00	2.934,80	3.201,60	3.468,40
	09 a 10 anos	VIII	0,18	2.714,00	2.985,40	3.256,80	3.528,20
	10 a 11 anos	IX	0,20	2.760,00	3.036,00	3.312,00	3.588,00
	11 a 12 anos	X	0,22	2.806,00	3.086,60	3.367,20	3.647,80
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.852,00	3.137,20	3.422,40	3.707,60
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.898,00	3.187,80	3.477,60	3.767,40
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.944,00	3.238,40	3.532,80	3.827,20
	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.990,00	3.289,00	3.588,00	3.887,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	3.036,00	3.339,60	3.643,20	3.946,80
	17 a 18 anos	XVI	0,34	3.082,00	3.390,20	3.698,40	4.006,60
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	3.128,00	3.440,80	3.753,60	4.066,40
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	3.174,00	3.491,40	3.808,80	4.126,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	3.220,00	3.542,00	3.864,00	4.186,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	3.266,00	3.592,60	3.919,20	4.245,80
	22 a 23 anos	XXI	0,44	3.312,00	3.643,20	3.974,40	4.305,60
	23 a 24 anos	XXII	0,46	3.358,00	3.693,80	4.029,60	4.365,40
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	3.404,00	3.744,40	4.084,80	4.425,20
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	3.450,00	3.795,00	4.140,00	4.485,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	3.496,00	3.845,60	4.195,20	4.544,80
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	3.542,00	3.896,20	4.250,40	4.604,60
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	3.588,00	3.946,80	4.305,60	4.664,40
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	3.634,00	3.997,40	4.360,80	4.724,20
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	3.680,00	4.048,00	4.416,00	4.784,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	3.726,00	4.098,60	4.471,20	4.843,80
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	3.772,00	4.149,20	4.526,40	4.903,60
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	3.818,00	4.199,80	4.581,60	4.963,40
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.864,00	4.250,40	4.636,80	5.023,20
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.910,00	4.301,00	4.692,00	5.083,00

ANEXO 12 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II

MOTORISTA DE VEICULO LEVE; OPERADOR DE TRATOR DE PNEU; BORRACHEIRO; AUXILIAR DE MECANICO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Ensino Fundamental Completo	Curso de capacitação 100 horas	Ensino Médio	Curso Médio Profissionali-zante na área
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.500,00**	1.650,00	1.800,00	1.950,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.590,00	1.749,00	1.908,00	2.067,00
	04 a 05 anos	III	0,08	1.620,00	1.782,00	1.944,00	2.106,00
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.650,00	1.815,00	1.980,00	2.145,00
	06 a 07 anos	V	0,12	1.680,00	1.848,00	2.016,00	2.184,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.710,00	1.881,00	2.052,00	2.223,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.740,00	1.914,00	2.088,00	2.262,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.770,00	1.947,00	2.124,00	2.301,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.800,00	1.980,00	2.160,00	2.340,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.830,00	2.013,00	2.196,00	2.379,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.860,00	2.046,00	2.232,00	2.418,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.890,00	2.079,00	2.268,00	2.457,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.920,00	2.112,00	2.304,00	2.496,00
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.950,00	2.145,00	2.340,00	2.535,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.980,00	2.178,00	2.376,00	2.574,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.010,00	2.211,00	2.412,00	2.613,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.040,00	2.244,00	2.448,00	2.652,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.070,00	2.277,00	2.484,00	2.691,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.100,00	2.310,00	2.520,00	2.730,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.130,00	2.343,00	2.556,00	2.769,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.160,00	2.376,00	2.592,00	2.808,00

	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.190,00	2.409,00	2.628,00	2.847,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.220,00	2.442,00	2.664,00	2.886,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.250,00	2.475,00	2.700,00	2.925,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.280,00	2.508,00	2.736,00	2.964,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.310,00	2.541,00	2.772,00	3.003,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.340,00	2.574,00	2.808,00	3.042,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.370,00	2.607,00	2.844,00	3.081,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.400,00	2.640,00	2.880,00	3.120,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.430,00	2.673,00	2.916,00	3.159,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.460,00	2.706,00	2.952,00	3.198,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.490,00	2.739,00	2.988,00	3.237,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.520,00	2.772,00	3.024,00	3.276,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.550,00	2.805,00	3.060,00	3.315,00

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões, Câmara Municipal Colniza/MT, em 30 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de Colniza

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal n. 012/2001 de 26/01/2001**LEI Nº. 685 DE 30 DE MAIO DE 2017**

"FIXA NOVO VENCIMENTO INICIAL PADRÃO PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO REGIDOS PELAS LEIS Nº 500/2011, 501/2011 E 502/2011 QUE INSTITUÍRAM OS NOVOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODOLFO CESAR ANDRADE GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso IV do artigo 30 da Lei Orgânica e artigo 243 do Regimento Interno da Câmara Municipal deste Município de Colniza/MT, faço saber que a Câmara Municipal manteve e Eu Promulgo, nos termos da Lei Orgânica do Município, os seguintes dispositivos da LEI n. 684 de 17 de Abril de 2017, conforme segue:

Art. 1º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 500/2011, Anexo II – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.000,00	*Auxiliar de Serviços Gerais*	*40 HS*	*60*
R$ 1.000,00	*Vigilante*	*40 HS*	*38*
R$ 1.200,00	*Pedreiro*	*40 HS*	*09*
R$ 1.100,00	*Carpinteiro*	*40 HS*	*04*
R$ 1.100,00	*Eletricista de Energia Elétrica*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Pintor*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Serralheiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.000,00	*Encanador*	*40 HS*	*04*
R$ 1.000,00	*Jardineiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.000,00	*Leiturista*	*40 HS*	*04*
R$ 1.000,00	*Gari*	*40 HS*	*15*
R$ 1.000,00	*Viveirista*	*40 HS*	*02*
R$ 1.000,00	*Coveiro*	*40 HS*	*02*
R$ 1.100,00	*Secretária*	*40 HS*	*04*
R$ 1.100,00	*Telefonista*	*40 HS*	*02*
R$ 1.100,00	*Recepcionista*	*40 HS*	*05*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: MECÂNICA E TRANSPORTES			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 2.300,00	*Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Operador de Trator de Esteira*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Operador de Motoniveladora*	*40 HS*	*08*
R$ 2.300,00	*Operador de Escavadeira Hidráulica*	*40 HS*	*02*
R$ 2.300,00	*Motorista de Veículo Pesado*	*40 HS*	*20*
R$ 2.300,00	*Operador de Pá Carregadeira*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Motorista de Veículo Leve*	*40 HS*	*12*
R$ 1.500,00	*Operador de Trator de Pneu*	*40 HS*	*03*
R$ 1.200,00	*Operador de ETA/DAÍ*	*40 HS*	*05*
R$ 1.800,00	*Mecânico*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Mestre de Obras*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Soldador*	*40 HS*	*01*

R$ 1.500,00	*Borracheiro*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Auxiliar de Mecânico*	*40 HS*	*01*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: APOIO AO ESPORTE, CULTURA			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.100,00	*Instrutor Desportivo*	*40 HS*	*05*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL TÉCNICO			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.500,00	*Topógrafo*	*40 HS*	*02*
R$ 1.500,00	*Técnico Agrícola*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Técnico Agropecuário*	*40 HS*	*03*
R$ 1.500,00	*Técnico em Segurança do Trabalho*	*40 HS*	*01*
R$ 1.500,00	*Agente Administrativo*	*40 HS*	*25*
R$ 1.500,00	*Técnico em Contabilidade*	*40 HS*	*05*
R$ 1.500,00	*Técnico em informática*	*40 HS*	*03*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Obras*	*40 HS*	*04*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Meio Ambiente*	*40 HS*	*05*
R$ 1.700,00	*Agente Fiscal Municipal*	*40 HS*	*18*
R$ 1.700,00	*Agente de Inspeção*	*40 HS*	*02*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Consumo de Água*	*40 HS*	*03*
R$ 1.700,00	*Fiscal de Frotas*	*40 HS*	*03*

ANEXO II – LEI 500/2011

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 5.000,00	*Advogado*	*20 HS*	*03*
R$ 5.000,00	*Auditor de Tributos Municipais*	*20 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Assistente Social*	*30 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Arquiteto*	*40 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Agrônomo*	*40 HS*	*02*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Civil*	*40 HS*	*02*
R$ 3.500,00	*Psicólogo*	*30 HS*	*02*
R$ 4.500,00	*Bacharel em Ciências Contábeis*	*40 HS*	*02*
R$ 4.500,00	*Bacharel em Administração*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Médico Veterinário*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Zootecnista*	*40 HS*	*01*
R$ 4.200,00	*Engenheiro Ambiental*	*40 HS*	*01*
R$ 3.500,00	*Bacharel em Ciências Econômicas*	*40 HS*	*01*
R$ 2.600,00	*Tecnólogo em Administração*	*40 HS*	*03*
R$ 2.600,00	*Tecnólogo em Gestão Pública*	*40 HS*	*05*
R$ 7.800,00	*Auditor Público Interno*	*40 HS*	*02*
R$ 3.900,00	*Técnico de Controle Interno*	*40 HS*	*02*

Art. 3º - Segue os anexos 1 (um) aos 40 (quarenta) da Lei 500/2011 atualizados conforme os valores ora fixados como vencimento inicial da carreira.

Art. 4º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 501/2011, Anexo I – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – LEI 501/2011 *DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA*			
CARGO: AGENTE DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	*TÍTULO DO CARGO*	*CARGA HORÁRIA SEMANAL*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 1.300,00	*Agente Comunitário de Saúde*	*40 HS*	*90*
R$ 1.300,00	*Fiscal de Vigilância Sanitária*	*40 HS*	*10*
R$ 1.300,00	*Agente de Vigilância Epidemiológica*	*40 HS*	*04*
R$ 1.300,00	*Agente de Combate a Endemias*	*40 HS*	*35*
R$ 1.300,00	*Microscopista*	*40 HS*	*05*
R$ 1.300,00	*Agente de Saúde*	*40 HS*	*07*

ANEXO I – LEI 501/2011 DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: AGENTE OPERACIONAL DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	TÍTULO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº. DE VAGAS
R$ 1.500,00	Motorista Veículo Leve	40 HS	08
R$ 1.000,00	Auxiliar de Serviços Gerais	40 HS	40
R$ 1.000,00	Cozinheira	40 HS	05
R$ 1.000,00	Vigilante	40 HS	10

ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: ASSISTENTE DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	TÍTULO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº. DE VAGAS
R$ 1.500,00	Agente Administrativo	40 HS	06
R$ 1.200,00	Auxiliar de Enfermagem	40 HS	15
R$ 1.000,00	Auxiliar Consultório Odontológico	40 HS	03
R$ 1.100,00	Auxiliar de Farmácia	40 HS	03
R$ 1.100,00	Auxiliar de laboratório	40 HS	01
R$ 1.100,00	Recepcionista	40 HS	10

ANEXO I – LEI 501/2011 DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: ESPECIALISTA DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	TÍTULO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº. DE VAGAS
R$ 4.200,00	Odontólogo	40 HS	01
R$ 2.100,00	Odontólogo	20 HS	01
R$ 3.500,00	Assistente Social	30 HS	01
R$ 3.500,00	Enfermeiro	40 HS	10
R$ 4.200,00	Engenheiro Sanitarista	40 HS	01
R$ 4.200,00	Farmacêutico/Bioquímico	40 HS	03
R$ 2.100,00	Farmacêutico/Bioquímico	20 HS	02
R$ 4.200,00	Fisioterapeuta	40 HS	02
R$ 2.100,00	Fisioterapeuta	20 HS	01
R$ 4.200,00	Fonoaudiólogo	40 HS	01
R$ 2.100,00	Fonoaudiólogo	20 HS	01
R$ 3.500,00	Nutricionista	30 HS	01
R$ 3.500,00	Psicólogo	30 HS	01 + 01
R$ 3.500,00	Biólogo	40 HS	01

ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOSDE CARREIRA			
CARGO: MÉDICO			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	TÍTULO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº. DE VAGAS
R$ 12.500,00	Médico de PSF – Clinico Geral	20 HS	06
R$ 12.500,00	Médico Clinico Geral	20 HS	02
R$ 12.500,00	Médico Pediatra	20HS	01
R$ 12.500,00	Médico Ginecologista	20 HS	01
R$ 12.500,00	Médico Ortopedista	20HS	01
R$ 12.500,00	Médico Dermatologista	20 HS	01
R$ 12.500,00	Médico Cardiologista	20HS	01
R$ 12.500,00	Médico Pneumologista	20HS	01
R$ 12.500,00	Médico Neurologista	20 HS	01
R$ 12.500,00	Médico Otorrinolaringologista	20 HS	01
R$ 12.500,00	Médico Oftalmologista	20 HS	01
R$ 12.500,00	Médico Gastroenterologista	20 HS	01
R$ 12.500,00	Médico Cirurgião	20HS	04

ANEXO I – LEI 501/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE CARREIRA			
CARGO: TÉCNICO DA SAÚDE			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	TÍTULO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº. DE VAGAS
R$1.800,00	Técnico em Enfermagem	40 HS	37
R$ 1.800,00	Técnico em Gesso	40 HS	01
R$ 2.000,00	Técnico em Raio X	24 HS	04
R$1.500,00	Técnico em Laboratório Bioquímico	20 HS	02
R$1.800,00	Técnico em Segurança do Trabalho	40 HS	01
R$1.500,00	Técnico em Higiene Bucal	40 HS	05

Art. 5º - Segue os anexos 1 (um) aos 34 (trinta e quatro) da Lei 501/2011 atualizados conforme os valores ora fixados como vencimento inicial da carreira.

Art. 6º - Fica alterado o Padrão de Vencimento Inicial constante na Lei 502/2011, Anexo II – cargos de provimento efetivo do quadro permanente, passando a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO: PROFESSOR			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	TÍTULO DO CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	Nº. DE VAGAS

R$1.724,10	***Professor Nível Médio - Magistério***	***30 HS***	***60***
R$2.700,00	***Professor Nível Superior***	***30 HS***	***213***
ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
PADRÃO DE VENCIMENTO INICIAL	***TÍTULO DO CARGO***	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 1.500,00	***Agente Administrativo***	***40 HS***	***39***
R$ 1.100,00	***Secretária***	***40 HS***	***03***
R$ 1.100,00	***Técnico de desenvolvimento Infantil***	***40 HS***	***85***
R$ 1.100,00	***Monitor de Creche***	***40 HS***	***11***
R$ 2.300,00	***Motorista de Veículo Pesado***	***40 HS***	***20***
ANEXO I – LEI 502/2011			
DA SÉRIE DE CLASSES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO			
GRUPO OCUPACIONAL: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL			
VENCIMENTO PADRÃO INICIAL	**TÍTULO DO CARGO**	***CARGA HORÁRIA SEMANAL***	**Nº DE VAGAS**
R$ 1.100,00	**Recepcionista**	**40 HS**	**02**
R$ 1.100,00	**Vigilante**	**40 HS**	**45**
R$ 1.100,00	**Serviços gerais**	**40 HS**	**60**
R$ 1.100,00	**Apoio administrativo educacional**	**40 HS**	**46**

Art. 7º - Os servidores ocupantes de cargos de motorista, que atualmente estejam lotados na Secretaria Municipal de Educação, deverão ser enquadrados no Anexo I – Lei 502/2011, Grupo Técnico Administrativo Educacional, vinculados à Secretaria Municipal de Educação.

Art. 8º - Os servidores lotados nos cargos de Agente de Vigilância Sanitária deverão ser enquadrados automaticamente no cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária com remuneração específica, conforme estabelece o Anexo 20.

Art.9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.10º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões, Câmara Municipal Colniza/MT, em 30 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de Colniza

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal n. 012/2001 de 26/01/2001

~

ANEXO 01 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 20 HORAS SEMANAIS (EM EXTINÇÃO)								
				PROGRESSÃO HORIZONTAL				
				CLASSES				
	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	A	B	C	D	E
				1,0	1,5	1,7	2,0	2,3
				Magistério	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**	**Doutorado**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.149,40**	1.724,10	1.953,98	2.324,09	2.643,62
	03 a 04 anos	II	0,06	1.218,36	1.827,55	2.071,22	2.463,53	2.802,24
	04 a 05 anos	III	0,08	1.241,35	1.862,03	2.110,30	2.510,01	2.855,11
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.264,34	1.896,51	2.149,38	2.556,50	2.907,98
	06 a 07 anos	V	0,12	1.287,33	1.930,99	2.188,46	2.602,98	2.960,85
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.310,32	1.965,47	2.227,54	2.649,46	3.013,73
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.333,30	1.999,96	2.266,62	2.695,94	3.066,60
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.356,29	2.034,44	2.305,70	2.742,42	3.119,47
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.379,28	2.068,92	2.344,78	2.788,90	3.172,34
	11 a 12 anos	X	0,22	1.402,27	2.103,40	2.383,86	2.835,39	3.225,22
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.425,26	2.137,88	2.422,94	2.881,87	3.278,09
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.448,24	2.172,37	2.462,01	2.928,35	3.330,96
PROGRESSÃO VERTICAL	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.471,23	2.206,85	2.501,09	2.974,83	3.383,83
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.494,22	2.241,33	2.540,17	3.021,31	3.436,71
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.517,21	2.275,81	2.579,25	3.067,79	3.489,58
	17 a 18 anos	XVI	0,34	1.540,20	2.310,29	2.618,33	3.114,28	3.542,45
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.563,18	2.344,78	2.657,41	3.160,76	3.595,32
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.586,17	2.379,26	2.696,49	3.207,24	3.648,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	1.609,16	2.413,74	2.735,57	3.253,72	3.701,07
	21 a 22 anos	XX	0,42	1.632,15	2.448,22	2.774,65	3.300,20	3.753,94
	22 a 23 anos	XXI	0,44	1.655,14	2.482,70	2.813,73	3.346,68	3.806,81
	23 a 24 anos	XXII	0,46	1.678,12	2.517,19	2.852,81	3.393,17	3.859,69
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.701,11	2.551,67	2.891,89	3.439,65	3.912,56
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.724,10	2.586,15	2.930,97	3.486,13	3.965,43
	26 a 27 anos	XXV	0,52	1.747,09	2.620,63	2.970,05	3.532,61	4.018,30
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.770,08	2.655,11	3.009,13	3.579,09	4.071,17
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.793,06	2.689,60	3.048,21	3.625,58	4.124,05
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.816,05	2.724,08	3.087,29	3.672,06	4.176,92
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.839,04	2.758,56	3.126,37	3.718,54	4.229,79
	31 a 32 anos	XXX	0,62	1.862,03	2.793,04	3.165,45	3.765,02	4.282,66

	32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.885,02	2.827,52	3.204,53	3.811,50	4.335,54
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	1.908,00	2.862,01	3.243,61	3.857,98	4.388,41
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	1.930,99	2.896,49	3.282,69	3.904,47	4.441,28
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	1.953,98	2.930,97	3.321,77	3.950,95	4.494,15

ANEXO 02 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL				
				CLASSES				
				A	B	C	D	E
				1,0	1,5	1,7	2,0	2,3
				Magistério	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**	**Doutorado**
	00 a 03 anos	I	**VENC PADRÃO INICIAL**	**1.800,00**	2.700,00	3.060,00	3.639,60	4.140,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.908,00	2.862,00	3.243,60	3.857,98	4.388,40
	04 a 05 anos	III	0,08	1.944,00	2.916,00	3.304,80	3.930,77	4.471,20
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.980,00	2.970,00	3.366,00	4.003,56	4.554,00
	06 a 07 anos	V	0,12	2.016,00	3.024,00	3.427,20	4.076,35	4.636,80
	07 a 08 anos	VI	0,14	2.052,00	3.078,00	3.488,40	4.149,14	4.719,60
	08 a 09 anos	VII	0,16	2.088,00	3.132,00	3.549,60	4.221,94	4.802,40
	09 a 10 anos	VIII	0,18	2.124,00	3.186,00	3.610,80	4.294,73	4.885,20
	10 a 11 anos	IX	0,20	2.160,00	3.240,00	3.672,00	4.367,52	4.968,00
	11 a 12 anos	X	0,22	2.196,00	3.294,00	3.733,20	4.440,31	5.050,80
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.232,00	3.348,00	3.794,40	4.513,10	5.133,60
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.268,00	3.402,00	3.855,60	4.585,90	5.216,40
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.304,00	3.456,00	3.916,80	4.658,69	5.299,20
	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.340,00	3.510,00	3.978,00	4.731,48	5.382,00
PROGRESSÃO VERTICAL	16 a 17 anos	XV	0,32	2.376,00	3.564,00	4.039,20	4.804,27	5.464,80
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.412,00	3.618,00	4.100,40	4.877,06	5.547,60
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.448,00	3.672,00	4.161,60	4.949,86	5.630,40
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.484,00	3.726,00	4.222,80	5.022,65	5.713,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.520,00	3.780,00	4.284,00	5.095,44	5.796,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.556,00	3.834,00	4.345,20	5.168,23	5.878,80
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.592,00	3.888,00	4.406,40	5.241,02	5.961,60
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.628,00	3.942,00	4.467,60	5.313,82	6.044,40
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.664,00	3.996,00	4.528,80	5.386,61	6.127,20
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.700,00	4.050,00	4.590,00	5.459,40	6.210,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.736,00	4.104,00	4.651,20	5.532,19	6.292,80
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.772,00	4.158,00	4.712,40	5.604,98	6.375,60
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.808,00	4.212,00	4.773,60	5.677,78	6.458,40
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.844,00	4.266,00	4.834,80	5.750,57	6.541,20
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.880,00	4.320,00	4.896,00	5.823,36	6.624,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.916,00	4.374,00	4.957,20	5.896,15	6.706,80
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.952,00	4.428,00	5.018,40	5.968,94	6.789,60
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.988,00	4.482,00	5.079,60	6.041,74	6.872,40
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.024,00	4.536,00	5.140,80	6.114,53	6.955,20
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.060,00	4.590,00	5.202,00	6.187,32	7.038,00

ANEXO 03 – LEI 502/2011 – PROFESSORES - 40 HORAS SEMANAIS (EM EXTINÇÃO)

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL				
				CLASSES				
				A	B	C	D	E
				1,0	1,5	1,7	2,0	2,3
				Magistério	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**	**Doutorado**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**2.298,80**	3.448,20	3.907,96	4.648,17	5.287,24
	03 a 04 anos	II	0,06	2.436,73	3.655,09	4.142,44	4.927,06	5.604,47
	04 a 05 anos	III	0,08	2.482,70	3.724,06	4.220,60	5.020,03	5.710,22
	05 a 06 anos	IV	0,10	2.528,68	3.793,02	4.298,76	5.112,99	5.815,96
	06 a 07 anos	V	0,12	2.574,66	3.861,98	4.376,92	5.205,95	5.921,71
	07 a 08 anos	VI	0,14	2.620,63	3.930,95	4.455,07	5.298,92	6.027,45
	08 a 09 anos	VII	0,16	2.666,61	3.999,91	4.533,23	5.391,88	6.133,20
	09 a 10 anos	VIII	0,18	2.712,58	4.068,88	4.611,39	5.484,84	6.238,94
	10 a 11 anos	IX	0,20	2.758,56	4.137,84	4.689,55	5.577,81	6.344,69
PROGRESSÃO VERTICAL	11 a 12 anos	X	0,22	2.804,54	4.206,80	4.767,71	5.670,77	6.450,43
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.850,51	4.275,77	4.845,87	5.763,74	6.556,18
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.896,49	4.344,73	4.924,03	5.856,70	6.661,92
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.942,46	4.413,70	5.002,19	5.949,66	6.767,67
	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.988,44	4.482,66	5.080,35	6.042,63	6.873,41
	16 a 17 anos	XV	0,32	3.034,42	4.551,62	5.158,51	6.135,59	6.979,16
	17 a 18 anos	XVI	0,34	3.080,39	4.620,59	5.236,67	6.228,55	7.084,90
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	3.126,37	4.689,55	5.314,83	6.321,52	7.190,65
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	3.172,34	4.758,52	5.392,98	6.414,48	7.296,39
	20 a 21 anos	XIX	0,40	3.218,32	4.827,48	5.471,14	6.507,44	7.402,14
	21 a 22 anos	XX	0,42	3.264,30	4.896,44	5.549,30	6.600,41	7.507,88
	22 a 23 anos	XXI	0,44	3.310,27	4.965,41	5.627,46	6.693,37	7.613,63
	23 a 24 anos	XXII	0,46	3.356,25	5.034,37	5.705,62	6.786,33	7.719,37
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	3.402,22	5.103,34	5.783,78	6.879,30	7.825,12
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	3.448,20	5.172,30	5.861,94	6.972,26	7.930,86
	26 a 27 anos	XXV	0,52	3.494,18	5.241,26	5.940,10	7.065,22	8.036,60

	27 a 28 anos	XXVI	0,54	3.540,15	5.310,23	6.018,26	7.158,19	8.142,35
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	3.586,13	5.379,19	6.096,42	7.251,15	8.248,09
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	3.632,10	5.448,16	6.174,58	7.344,11	8.353,84
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	3.678,08	5.517,12	6.252,74	7.437,08	8.459,58
	31 a 32 anos	XXX	0,62	3.724,06	5.586,08	6.330,90	7.530,04	8.565,33
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	3.770,03	5.655,05	6.409,05	7.623,00	8.671,07
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	3.816,01	5.724,01	6.487,21	7.715,97	8.776,82
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.861,98	5.792,98	6.565,37	7.808,93	8.882,56
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.907,96	5.861,94	6.643,53	7.901,90	8.988,31

ANEXO 4 – LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE; SERVIÇOS GERAIS NÃO PROFISSIONALIZADOS

				PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	A	B	C	D
				1,0	1,1	1,3	1,5
				Ensino Fundamental	**Ensino Médio**	**Graduação**	**Pós**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.100,00**	1.210,00	1.430,00	1.650,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.166,00	1.282,60	1.515,80	1.749,00
	04 a 05 anos	III	0,08	1.188,00	1.306,80	1.544,40	1.782,00
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.210,00	1.331,00	1.573,00	1.815,00
	06 a 07 anos	V	0,12	1.232,00	1.355,20	1.601,60	1.848,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.254,00	1.379,40	1.630,20	1.881,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.276,00	1.403,60	1.658,80	1.914,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.298,00	1.427,80	1.687,40	1.947,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.320,00	1.452,00	1.716,00	1.980,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.342,00	1.476,20	1.744,60	2.013,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.364,00	1.500,40	1.773,20	2.046,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.386,00	1.524,60	1.801,80	2.079,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.408,00	1.548,80	1.830,40	2.112,00
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.430,00	1.573,00	1.859,00	2.145,00
PROGRESSÃO VERTICAL	16 a 17 anos	XV	0,32	1.452,00	1.597,20	1.887,60	2.178,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	1.474,00	1.621,40	1.916,20	2.211,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.496,00	1.645,60	1.944,80	2.244,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.518,00	1.669,80	1.973,40	2.277,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	1.540,00	1.694,00	2.002,00	2.310,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	1.562,00	1.718,20	2.030,60	2.343,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	1.584,00	1.742,40	2.059,20	2.376,00
	23 a 24 anos	XXII	0,46	1.606,00	1.766,60	2.087,80	2.409,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.628,00	1.790,80	2.116,40	2.442,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.650,00	1.815,00	2.145,00	2.475,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	1.672,00	1.839,20	2.173,60	2.508,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.694,00	1.863,40	2.202,20	2.541,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.716,00	1.887,60	2.230,80	2.574,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.738,00	1.911,80	2.259,40	2.607,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.760,00	1.936,00	2.288,00	2.640,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	1.782,00	1.960,20	2.316,60	2.673,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.804,00	1.984,40	2.345,20	2.706,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	1.826,00	2.008,60	2.373,80	2.739,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	1.848,00	2.032,80	2.402,40	2.772,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	1.870,00	2.057,00	2.431,00	2.805,00

ANEXO 5 - LEI 502/2011 – APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, VIGILANTE E SERVIÇOS GERAIS – PROFISSIONALIZADOS

				PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	A	B	C	D
				1,0	1,1	1,3	1,5
				Ensino Fundamental	**Ensino Médio**	**Graduação**	**Pós**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.210,00**	1.331,00	1.573,00	1.815,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.282,60	1.410,86	1.667,38	1.923,90
	04 a 05 anos	III	0,08	1.306,80	1.437,48	1.698,84	1.960,20
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.331,00	1.464,10	1.730,30	1.996,50
	06 a 07 anos	V	0,12	1.355,20	1.490,72	1.761,76	2.032,80
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.379,40	1.517,34	1.793,22	2.069,10
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.403,60	1.543,96	1.824,68	2.105,40
PROGRESSÃO VERTICAL	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.427,80	1.570,58	1.856,14	2.141,70
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.452,00	1.597,20	1.887,60	2.178,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.476,20	1.623,82	1.919,06	2.214,30
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.500,40	1.650,44	1.950,52	2.250,60
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.524,60	1.677,06	1.981,98	2.286,90
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.548,80	1.703,68	2.013,44	2.323,20
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.573,00	1.730,30	2.044,90	2.359,50
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.597,20	1.756,92	2.076,36	2.395,80
	17 a 18 anos	XVI	0,34	1.621,40	1.783,54	2.107,82	2.432,10
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	1.645,60	1.810,16	2.139,28	2.468,40
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	1.669,80	1.836,78	2.170,74	2.504,70
	20 a 21 anos	XIX	0,40	1.694,00	1.863,40	2.202,20	2.541,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	1.718,20	1.890,02	2.233,66	2.577,30

	22 a 23 anos	XXI	0,44	1.742,40	1.916,64	2.265,12	2.613,60
	23 a 24 anos	XXII	0,46	1.766,60	1.943,26	2.296,58	2.649,90
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	1.790,80	1.969,88	2.328,04	2.686,20
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	1.815,00	1.996,50	2.359,50	2.722,50
	26 a 27 anos	XXV	0,52	1.839,20	2.023,12	2.390,96	2.758,80
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	1.863,40	2.049,74	2.422,42	2.795,10
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	1.887,60	2.076,36	2.453,88	2.831,40
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	1.911,80	2.102,98	2.485,34	2.867,70
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	1.936,00	2.129,60	2.516,80	2.904,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	1.960,20	2.156,22	2.548,26	2.940,30
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	1.984,40	2.182,84	2.579,72	2.976,60
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.008,60	2.209,46	2.611,18	3.012,90
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.032,80	2.236,08	2.642,64	3.049,20
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.057,00	2.262,70	2.674,10	3.085,50

ANEXO 6 - LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, SECRETÁRIA, TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL NÃO PROFISSIONALIZADO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,3	1,5	1,7
				Ensino Médio	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.500,00**	1.950,00	2.250,00	2.550,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.590,00	2.067,00	2.385,00	2.703,00
	04 a 05 anos	III	0,08	1.620,00	2.106,00	2.430,00	2.754,00
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.650,00	2.145,00	2.475,00	2.805,00
	06 a 07 anos	V	0,12	1.680,00	2.184,00	2.520,00	2.856,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.710,00	2.223,00	2.565,00	2.907,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.740,00	2.262,00	2.610,00	2.958,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.770,00	2.301,00	2.655,00	3.009,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.800,00	2.340,00	2.700,00	3.060,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.830,00	2.379,00	2.745,00	3.111,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.860,00	2.418,00	2.790,00	3.162,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.890,00	2.457,00	2.835,00	3.213,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.920,00	2.496,00	2.880,00	3.264,00
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.950,00	2.535,00	2.925,00	3.315,00
PROGRESSÃO VERTICAL	16 a 17 anos	XV	0,32	1.980,00	2.574,00	2.970,00	3.366,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.010,00	2.613,00	3.015,00	3.417,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.040,00	2.652,00	3.060,00	3.468,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.070,00	2.691,00	3.105,00	3.519,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.100,00	2.730,00	3.150,00	3.570,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.130,00	2.769,00	3.195,00	3.621,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.160,00	2.808,00	3.240,00	3.672,00
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.190,00	2.847,00	3.285,00	3.723,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.220,00	2.886,00	3.330,00	3.774,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.250,00	2.925,00	3.375,00	3.825,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.280,00	2.964,00	3.420,00	3.876,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.310,00	3.003,00	3.465,00	3.927,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.340,00	3.042,00	3.510,00	3.978,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.370,00	3.081,00	3.555,00	4.029,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.400,00	3.120,00	3.600,00	4.080,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.430,00	3.159,00	3.645,00	4.131,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.460,00	3.198,00	3.690,00	4.182,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.490,00	3.237,00	3.735,00	4.233,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.520,00	3.276,00	3.780,00	4.284,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.550,00	3.315,00	3.825,00	4.335,00

ANEXO 7 – LEI 502/2011 – AGENTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL, SECRETÁRIA, TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PROFISSIONALIZADO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,3	1,5	1,7
				Ensino Médio	**Graduação**	**Pós**	**Mestrado**
	00 a 03 anos	I	VENC. PADRÃO INICIAL	**1.650,00**	2.145,00	2.475,00	2.805,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.749,00	2.273,70	2.623,50	2.973,30
	04 a 05 anos	III	0,08	1.782,00	2.316,60	2.673,00	3.029,40
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.815,00	2.359,50	2.722,50	3.085,50
PROGRESSÃO VERTICAL	06 a 07 anos	V	0,12	1.848,00	2.402,40	2.772,00	3.141,60
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.881,00	2.445,30	2.821,50	3.197,70
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.914,00	2.488,20	2.871,00	3.253,80
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.947,00	2.531,10	2.920,50	3.309,90
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.980,00	2.574,00	2.970,00	3.366,00
	11 a 12 anos	X	0,22	2.013,00	2.616,90	3.019,50	3.422,10
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.046,00	2.659,80	3.069,00	3.478,20
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.079,00	2.702,70	3.118,50	3.534,30
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.112,00	2.745,60	3.168,00	3.590,40
	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.145,00	2.788,50	3.217,50	3.646,50

	16 a 17 anos	XV	0,32	2.178,00	2.831,40	3.267,00	3.702,60
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.211,00	2.874,30	3.316,50	3.758,70
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.244,00	2.917,20	3.366,00	3.814,80
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.277,00	2.960,10	3.415,50	3.870,90
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.310,00	3.003,00	3.465,00	3.927,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.343,00	3.045,90	3.514,50	3.983,10
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.376,00	3.088,80	3.564,00	4.039,20
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.409,00	3.131,70	3.613,50	4.095,30
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.442,00	3.174,60	3.663,00	4.151,40
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.475,00	3.217,50	3.712,50	4.207,50
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.508,00	3.260,40	3.762,00	4.263,60
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.541,00	3.303,30	3.811,50	4.319,70
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.574,00	3.346,20	3.861,00	4.375,80
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.607,00	3.389,10	3.910,50	4.431,90
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.640,00	3.432,00	3.960,00	4.488,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.673,00	3.474,90	4.009,50	4.544,10
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.706,00	3.517,80	4.059,00	4.600,20
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.739,00	3.560,70	4.108,50	4.656,30
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.772,00	3.603,60	4.158,00	4.712,40
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.805,00	3.646,50	4.207,50	4.768,50

ANEXO 11 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II

MOT0RISTA DE VEÍCULO PESADO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Ensino Fundamental Completo	**Curso de capacitação 100 horas**	**Ensino Médio**	**Curso Médio Profissionali-zante na área**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**2.300,00**	2.530,00	2.760,00	2.990,00
	03 a 04 anos	II	0,06	2.438,00	2.681,80	2.925,60	3.169,40
	04 a 05 anos	III	0,08	2.484,00	2.732,40	2.980,80	3.229,20
	05 a 06 anos	IV	0,10	2.530,00	2.783,00	3.036,00	3.289,00
	06 a 07 anos	V	0,12	2.576,00	2.833,60	3.091,20	3.348,80
	07 a 08 anos	VI	0,14	2.622,00	2.884,20	3.146,40	3.408,60
	08 a 09 anos	VII	0,16	2.668,00	2.934,80	3.201,60	3.468,40
	09 a 10 anos	VIII	0,18	2.714,00	2.985,40	3.256,80	3.528,20
	10 a 11 anos	IX	0,20	2.760,00	3.036,00	3.312,00	3.588,00
	11 a 12 anos	X	0,22	2.806,00	3.086,60	3.367,20	3.647,80
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.852,00	3.137,20	3.422,40	3.707,60
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.898,00	3.187,80	3.477,60	3.767,40
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.944,00	3.238,40	3.532,80	3.827,20
PROGRESSÃO VERTICAL	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.990,00	3.289,00	3.588,00	3.887,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	3.036,00	3.339,60	3.643,20	3.946,80
	17 a 18 anos	XVI	0,34	3.082,00	3.390,20	3.698,40	4.006,60
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	3.128,00	3.440,80	3.753,60	4.066,40
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	3.174,00	3.491,40	3.808,80	4.126,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	3.220,00	3.542,00	3.864,00	4.186,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	3.266,00	3.592,60	3.919,20	4.245,80
	22 a 23 anos	XXI	0,44	3.312,00	3.643,20	3.974,40	4.305,60
	23 a 24 anos	XXII	0,46	3.358,00	3.693,80	4.029,60	4.365,40
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	3.404,00	3.744,40	4.084,80	4.425,20
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	3.450,00	3.795,00	4.140,00	4.485,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	3.496,00	3.845,60	4.195,20	4.544,80
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	3.542,00	3.896,20	4.250,40	4.604,60
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	3.588,00	3.946,80	4.305,60	4.664,40
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	3.634,00	3.997,40	4.360,80	4.724,20
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	3.680,00	4.048,00	4.416,00	4.784,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	3.726,00	4.098,60	4.471,20	4.843,80
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	3.772,00	4.149,20	4.526,40	4.903,60
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	3.818,00	4.199,80	4.581,60	4.963,40
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.864,00	4.250,40	4.636,80	5.023,20
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.910,00	4.301,00	4.692,00	5.083,00

ANEXO 12 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II

MOTORISTA DE VEICULO LEVE; OPERADOR DE TRATOR DE PNEU; BORRACHEIRO; AUXILIAR DE MECANICO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
PROGRESSÃO VERTICAL				**Ensino Fundamental Completo**	**Curso de capacitação 100 horas**	**Ensino Médio**	**Curso Médio Profissionali-zante na área**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.500,00**	1.650,00	1.800,00	1.950,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.590,00	1.749,00	1.908,00	2.067,00
	04 a 05 anos	III	0,08	1.620,00	1.782,00	1.944,00	2.106,00

	05 a 06 anos	IV	0,10	1.650,00	1.815,00	1.980,00	2.145,00
	06 a 07 anos	V	0,12	1.680,00	1.848,00	2.016,00	2.184,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.710,00	1.881,00	2.052,00	2.223,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.740,00	1.914,00	2.088,00	2.262,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.770,00	1.947,00	2.124,00	2.301,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.800,00	1.980,00	2.160,00	2.340,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.830,00	2.013,00	2.196,00	2.379,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.860,00	2.046,00	2.232,00	2.418,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.890,00	2.079,00	2.268,00	2.457,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.920,00	2.112,00	2.304,00	2.496,00
	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.950,00	2.145,00	2.340,00	2.535,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.980,00	2.178,00	2.376,00	2.574,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.010,00	2.211,00	2.412,00	2.613,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.040,00	2.244,00	2.448,00	2.652,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.070,00	2.277,00	2.484,00	2.691,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.100,00	2.310,00	2.520,00	2.730,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.130,00	2.343,00	2.556,00	2.769,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.160,00	2.376,00	2.592,00	2.808,00
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.190,00	2.409,00	2.628,00	2.847,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.220,00	2.442,00	2.664,00	2.886,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.250,00	2.475,00	2.700,00	2.925,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.280,00	2.508,00	2.736,00	2.964,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.310,00	2.541,00	2.772,00	3.003,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.340,00	2.574,00	2.808,00	3.042,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.370,00	2.607,00	2.844,00	3.081,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.400,00	2.640,00	2.880,00	3.120,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.430,00	2.673,00	2.916,00	3.159,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.460,00	2.706,00	2.952,00	3.198,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.490,00	2.739,00	2.988,00	3.237,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.520,00	2.772,00	3.024,00	3.276,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.550,00	2.805,00	3.060,00	3.315,00

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões, Câmara Municipal Colniza/MT, em 30 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de Colniza

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal n. 012/2001 de 26/01/2001

LEI Nº. 684 DE 30 DE MAIO DE 2017

LEI Nº. 684 DE 30 DE MAIO DE 2017

"EXTINGUE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO; CRIA CARGOS; DÁ NOVA REDAÇÃO À ARTIGOS DAS LEIS Nº 500/2011, 501/2011 E 502/2011 QUE INSTITUÍRAM OS NOVOS PLANOS DE CARGOS, CARREIRAS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE COLNIZA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

RODOLFO CESAR ANDRADE GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso IV do artigo 30 da Lei Orgânica e artigo 243 do Regimento Interno da Câmara Municipal deste Município de Colniza/MT, faço saber que a Câmara Municipal manteve e Eu Promulgo, nos termos da Lei Orgânica do Município, os seguintes dispositivos da LEI n. 684 de 17 de Abril de 2017, conforme segue:

Art. 1º - Fica extinto dos cargos de provimento efetivo do quadro permanente o cargo de **MENSAGEIRO** e **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, regidos pelas Leis 500/2011; 501/2011 e; 502/2011.

Parágrafo Único. Os servidores acima serão enquadrados no cargo de Agente Administrativo, respeitando a Classe e o nível que estiverem.

Art. 2º - Fica extinto dos cargos de provimento efetivo do quadro permanente o cargo de **ENGENHEIRO FLORESTAL**, regido pela Lei 500/2011.

Art. 3º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **TÉCNICO EM INFORMÁTICA**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Técnico			
Padrão de Vencimento Inicial	***Título do Cargo***	***Carga horária semanal***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 1.500,00	**Técnico em informática**	***40 HS***	***03***

ATRIBUIÇÕES: Realizar ou participar de estudo de viabilidade, definição de objetivos e especificações de planos de desenvolvimento, operação, manutenção, eficiência e racionalidade de sistemas; planejar e executar o levantamento de informações junto aos usuários, objetivando a implantação de sistemas; analisar logicamente as informações coletadas, estabelecendo o fluxo e os procedimentos necessários à transformação dos dados de entrada nas informações requeridas pelo usuário, de maneira eficiente, segura e de acordo com os objetivos estabelecidos para o sistema de software e hardware; desenvolver, executar, implantar e manter sistemas e sites, bem como elaborar e manter

atualizada a respectiva documentação; importar, exportar e atualizar bases de dados; prestar assistência e suporte em questões de informática; executar ou promover as atividades de manutenção preventiva e corretiva, necessárias à conservação dos equipamentos, instrumentos e outros materiais utilizados na área de atuação, acompanhando-os, quando a cargo de terceiros; verificação de problemas e erros de hardware e software; atualização de peças e periféricos (upgrade); instalação, atualização, configuração e desinstalação de software: utilitários, aplicativos e programas; formatação e instalação de sistema operacional (Windows, Linux, etc); backup e recuperação de arquivos e dados; limpeza e manutenção de componentes; Instalação e configuração de redes; verificação e solução de vulnerabilidades de segurança. desempenhar outras atividades.

VII – Grupo Ocupacional: Nível Técnico

Classe	*Requisito da Classe*
A	*Habilitação em ensino médio completo*
B	*Curso de 260 horas de capacitação na área*
C	*Graduação em nível superior na área de informática*
D	*Pós-Graduação na área de no mínimo 360 horas*

ANEXO 19 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II							
TÉCNICO EM CONTABILIDADE e TÉCNICO EM INFORMATICA							
				PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Ensino Médio	**Curso de 260h capacitação na área**	**Nível superior**	**Pós-graduação de 360 horas**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**1.500,00**	1.650,00	1.800,00	1.950,00
	03 a 04 anos	II	0,06	1.590,00	1.749,00	1.908,00	2.067,00
	04 a 05 anos	III	0,08	1.620,00	1.782,00	1.944,00	2.106,00
	05 a 06 anos	IV	0,10	1.650,00	1.815,00	1.980,00	2.145,00
	06 a 07 anos	V	0,12	1.680,00	1.848,00	2.016,00	2.184,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	1.710,00	1.881,00	2.052,00	2.223,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	1.740,00	1.914,00	2.088,00	2.262,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	1.770,00	1.947,00	2.124,00	2.301,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	1.800,00	1.980,00	2.160,00	2.340,00
	11 a 12 anos	X	0,22	1.830,00	2.013,00	2.196,00	2.379,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	1.860,00	2.046,00	2.232,00	2.418,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	1.890,00	2.079,00	2.268,00	2.457,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	1.920,00	2.112,00	2.304,00	2.496,00
PROGRESSÃO VERTICAL	15 a 16 anos	XIV	0,30	1.950,00	2.145,00	2.340,00	2.535,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	1.980,00	2.178,00	2.376,00	2.574,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	2.010,00	2.211,00	2.412,00	2.613,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	2.040,00	2.244,00	2.448,00	2.652,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	2.070,00	2.277,00	2.484,00	2.691,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	2.100,00	2.310,00	2.520,00	2.730,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	2.130,00	2.343,00	2.556,00	2.769,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	2.160,00	2.376,00	2.592,00	2.808,00
	23 a 24 anos	XXII	0,46	2.190,00	2.409,00	2.628,00	2.847,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	2.220,00	2.442,00	2.664,00	2.886,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	2.250,00	2.475,00	2.700,00	2.925,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	2.280,00	2.508,00	2.736,00	2.964,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	2.310,00	2.541,00	2.772,00	3.003,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	2.340,00	2.574,00	2.808,00	3.042,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	2.370,00	2.607,00	2.844,00	3.081,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	2.400,00	2.640,00	2.880,00	3.120,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	2.430,00	2.673,00	2.916,00	3.159,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	2.460,00	2.706,00	2.952,00	3.198,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	2.490,00	2.739,00	2.988,00	3.237,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	2.520,00	2.772,00	3.024,00	3.276,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	2.550,00	2.805,00	3.060,00	3.315,00

Art. 4º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Técnico			
Padrão de Vencimento Inicial	*Título do Cargo*	*Carga horária semanal*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 3.900,00	*Técnico de Controle Interno*	*40 HS*	*02*

ATRIBUIÇÕES: Executar trabalhos administrativos aplicando a legislação pertinente aos serviços municipais; redigir expedientes administrativos como memorandos, ofícios, informações, relatórios, pareceres, dentre outros, secretariar reuniões e lavrar atas, efetuar cálculos relativos às áreas contábeis, patrimonial, financeira, de pessoal e outras, auxiliar na analise na verificação de atos de gestão, obter informações e fornecê-las aos interessados, auxiliar no trabalho de aperfeiçoamento e implantação de rotinas, proceder no auxilio e conferencia dos servi-

ços executadas na área de sua competência, executar tarefas auxiliares na Unidade de Controle Interno, executar atividades auxiliares relativas a auditorias externas e internas. Executar atividades relacionadas à função de apoio ao controlador interno e outras correlatas a função.

VII – Grupo Ocupacional: Nível Superior

Classe	Requisito da Classe
A	Habilitação em qualquer Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada e, quando necessário, curso de especialização.
B	Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas, devidamente reconhecido pelo MEC;
C	Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;
D	Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.

CLASSE ATUARIAL – PROGRESSÃO HORIZONTAL			
A	B	C	D
Vencimento Padrão Inicial	10% sobre Classe "A"	20% sobre Classe "A"	30% sobre Classe "A"

ANEXO 40 - LEI 500/2011

TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Ensino Superior em Qualquer Área	Curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso"	Curso de Mestrado	Curso de Doutorado
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	3.900,00	4.290,00	4.680,00	5.070,00
	03 a 04 anos	II	0,06	4.134,00	4.547,40	4.960,80	5.374,20
	04 a 05 anos	III	0,08	4.212,00	4.633,20	5.054,40	5.475,60
	05 a 06 anos	IV	0,10	4.290,00	4.719,00	5.148,00	5.577,00
	06 a 07 anos	V	0,12	4.368,00	4.804,80	5.241,60	5.678,40
	07 a 08 anos	VI	0,14	4.446,00	4.890,60	5.335,20	5.779,80
	08 a 09 anos	VII	0,16	4.524,00	4.976,40	5.428,80	5.881,20
	09 a 10 anos	VIII	0,18	4.602,00	5.062,20	5.522,40	5.982,60
	10 a 11 anos	IX	0,20	4.680,00	5.148,00	5.616,00	6.084,00
	11 a 12 anos	X	0,22	4.758,00	5.233,80	5.709,60	6.185,40
	12 a 13 anos	XI	0,24	4.836,00	5.319,60	5.803,20	6.286,80
	13 a 14 anos	XII	0,26	4.914,00	5.405,40	5.896,80	6.388,20
	14 a 15 anos	XIII	0,28	4.992,00	5.491,20	5.990,40	6.489,60
	15 a 16 anos	XIV	0,30	5.070,00	5.577,00	6.084,00	6.591,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	5.148,00	5.662,80	6.177,60	6.692,40
	17 a 18 anos	XVI	0,34	5.226,00	5.748,60	6.271,20	6.793,80
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	5.304,00	5.834,40	6.364,80	6.895,20
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	5.382,00	5.920,20	6.458,40	6.996,60
	20 a 21 anos	XIX	0,40	5.460,00	6.006,00	6.552,00	7.098,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	5.538,00	6.091,80	6.645,60	7.199,40
	22 a 23 anos	XXI	0,44	5.616,00	6.177,60	6.739,20	7.300,80
	23 a 24 anos	XXII	0,46	5.694,00	6.263,40	6.832,80	7.402,20
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	5.772,00	6.349,20	6.926,40	7.503,60
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	5.850,00	6.435,00	7.020,00	7.605,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	5.928,00	6.520,80	7.113,60	7.706,40
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	6.006,00	6.606,60	7.207,20	7.807,80
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	6.084,00	6.692,40	7.300,80	7.909,20
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	6.162,00	6.778,20	7.394,40	8.010,60
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	6.240,00	6.864,00	7.488,00	8.112,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	6.318,00	6.949,80	7.581,60	8.213,40
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	6.396,00	7.035,60	7.675,20	8.314,80
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	6.474,00	7.121,40	7.768,80	8.416,20
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	6.552,00	7.207,20	7.862,40	8.517,60
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	6.630,00	7.293,00	7.956,00	8.619,00

Art. 5º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **ENGENHEIRO AMBIENTAL**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Superior			
Padrão de Vencimento Inicial	Título do Cargo	Carga horária semanal	Nº. DE VAGAS
R$ 4.200,00	Engenheiro Ambiental	40 HS	01

ATRIBUIÇÕES: trabalhar nas áreas de bioprocessos e biotecnologia, energia, controle de poluição, recuperação de áreas, licenciamento, planejamento e gestão ambiental. Monitorar e preservar áreas verdes; - projetar e minimizar problemas relacionados a degradação do meio ambiente; - interferir em processo industriais que possam causar danos a natureza, fiscalizando as empresas; - apontar solução satisfatória para resíduos industriais; - sensibilizar a população; - atuar na área de geologia ambiental, gestão ambiental e licenciamento ambiental; - planejar

projeto rural e urbano para desenvolvimento sustentável planejamento energético e energias renováveis; - combater a poluição; - elaborar projetos de saneamento; - remediar e tentar recuperar áreas degradadas; - regulamentar e normatizar questões ambientais; - gerir sistemas de informação ambiental; - trabalhar no tratamento de águas residuárias e de abastecimento; - controlar emissões de material particulado (poluição atmosférica); - avaliar efeitos de um processo ou produto sobre o meio ambiente; - criar mecanismos para diminuir os impactos ambientais na produção industrial; - avaliar diferentes fontes de energia; - reduzir o impacto de atividades industriais, urbanas e rurais sobre o meio ambiente; - monitorar a qualidade da água e do ar; - elaborar relatórios de impacto ambiental e planos para o uso de recursos naturais; - estudar meios de reutilização de resíduos; - desenvolver e executar projetos de recuperação de áreas poluídas ou degradadas; - zelar pela qualidade no atendimento ao público, a imagem da Instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; - executar outras tarefas referentes ao cargo; - levar ao imediato conhecimento do seu superior qualquer irregularidade verificada; - executar outras tarefas solicitadas pela chefia imediata, compatíveis com o cargo.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR

	Classe	Requisito da Classe
	A	Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada e, quando necessário, curso de especialização.
	B	Requisito da Classe A, mais 300 (trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;
	C	Requisito da Classe B, mais curso de pós-graduação em nível de especialista "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas;
	D	Requisito da Classe C, mais curso de mestrado ou doutorado.

CLASSE ATUARIAL – PROGRESSÃO HORIZONTAL

A	B	C	D
Vencimento Padrão Inicial	10% sobre Classe "A"	20% sobre Classe "A"	30% sobre Classe "A"

ENGENHEIRO AMBIENTAL - 40 HORAS

	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	NÍVEL	COEFICIENTE	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Nível Superior	Curso de 300 horas de capacitação na área	Pós-graduação na área de atuação	Mestrado ou doutorado a área de atuação
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	4.200,00	4.620,00	5.040,00	5.460,00
	03 a 04 anos	II	0,06	4.452,00	4.897,20	5.342,40	5.787,60
	04 a 05 anos	III	0,08	4.536,00	4.989,60	5.443,20	5.896,80
	05 a 06 anos	IV	0,10	4.620,00	5.082,00	5.544,00	6.006,00
	06 a 07 anos	V	0,12	4.704,00	5.174,40	5.644,80	6.115,20
	07 a 08 anos	VI	0,14	4.788,00	5.266,80	5.745,60	6.224,40
	08 a 09 anos	VII	0,16	4.872,00	5.359,20	5.846,40	6.333,60
	09 a 10 anos	VIII	0,18	4.956,00	5.451,60	5.947,20	6.442,80
	10 a 11 anos	IX	0,20	5.040,00	5.544,00	6.048,00	6.552,00
	11 a 12 anos	X	0,22	5.124,00	5.636,40	6.148,80	6.661,20
	12 a 13 anos	XI	0,24	5.208,00	5.728,80	6.249,60	6.770,40
	13 a 14 anos	XII	0,26	5.292,00	5.821,20	6.350,40	6.879,60
	14 a 15 anos	XIII	0,28	5.376,00	5.913,60	6.451,20	6.988,80
	15 a 16 anos	XIV	0,30	5.460,00	6.006,00	6.552,00	7.098,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	5.544,00	6.098,40	6.652,80	7.207,20
	17 a 18 anos	XVI	0,34	5.628,00	6.190,80	6.753,60	7.316,40
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	5.712,00	6.283,20	6.854,40	7.425,60
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	5.796,00	6.375,60	6.955,20	7.534,80
	20 a 21 anos	XIX	0,40	5.880,00	6.468,00	7.056,00	7.644,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	5.964,00	6.560,40	7.156,80	7.753,20
	22 a 23 anos	XXI	0,44	6.048,00	6.652,80	7.257,60	7.862,40
	23 a 24 anos	XXII	0,46	6.132,00	6.745,20	7.358,40	7.971,60
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	6.216,00	6.837,60	7.459,20	8.080,80
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	6.300,00	6.930,00	7.560,00	8.190,00

	26 a 27 anos	*XXV*	*0,52*	*6.384,00*	*7.022,40*	*7.660,80*	*8.299,20*
	27 a 28 anos	*XXVI*	*0,54*	*6.468,00*	*7.114,80*	*7.761,60*	*8.408,40*
	28 a 29 anos	*XXVII*	*0,56*	*6.552,00*	*7.207,20*	*7.862,40*	*8.517,60*
	29 a 30 anos	*XXVIII*	*0,58*	*6.636,00*	*7.299,60*	*7.963,20*	*8.626,80*
	30 a 31 anos	*XXIX*	*0,60*	*6.720,00*	*7.392,00*	*8.064,00*	*8.736,00*
	31 a 32 anos	*XXX*	*0,62*	*6.804,00*	*7.484,40*	*8.164,80*	*8.845,20*
	32 a 33 anos	*XXXI*	*0,64*	*6.888,00*	*7.576,80*	*8.265,60*	*8.954,40*
	33 a 34 anos	*XXXII*	*0,66*	*6.972,00*	*7.669,20*	*8.366,40*	*9.063,60*
	34 a 35 anos	*XXXIII*	*0,68*	*7.056,00*	*7.761,60*	*8.467,20*	*9.172,80*
	35 a 36 anos	*XXXIV*	*0,70*	*7.140,00*	*7.854,00*	*8.568,00*	*9.282,00*

Art. 6º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Superior			
Padrão de Vencimento Inicial	*Título do Cargo*	*Carga horária semanal*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 5.000,00	*Auditor de Tributos Municipais*	*20 HS*	*01*

ATRIBUIÇÕES: lançar ou homologar tributos, sejam mobiliários ou imobiliários, fiscalizar o cumprimento da legislação municipal, com relação a tributos administrados pela Secretaria Municipal de Finanças, diligenciando, notificando, constituindo créditos tributários, lavrando autos de infração. Assessorar, em caráter individual ou em grupos de trabalho, as autoridades superiores da Secretaria Municipal de Finanças ou de outros órgãos da Administração e prestar-lhes assistência especializada, com vista à formulação e à adequação da política tributária ao desenvolvimento econômico, envolvendo planejamento, coordenação, controle, supervisão, orientação e treinamento; coordenar, participar e implantar projetos, planos ou programas de interesse da Administração Tributária; apresentar estudos e sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária municipal e para o aprimoramento ou implantação de novas rotinas e procedimentos; preparar os atos necessários à conversão de depósitos em renda do Município, bem assim à autorização para o levantamento de depósitos administrativos após as decisões emanadas das autoridades competentes; avaliar e especificar sistemas e programas de informática relativos às atividades de lançamento, arrecadação, cobrança e controle de tributos e contribuições; avaliar, planejar, promover, executar ou participar de programas de pesquisa, aperfeiçoamento ou de capacitação dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais e demais servidores, relacionados à Administração Tributária; acessar as informações sobre o andamento de ações judiciais que envolvam créditos de impostos e contribuições de competência do Município de Colniza/MT; executar atividades com a finalidade de promover ações preventivas e repressivas relativas à ética e à disciplina funcionais dos Auditores-Fiscais Tributários Municipais, verificando os aspectos disciplinares dos feitos fiscais e de outros procedimentos administrativos; informar processos e demais expedientes administrativos; realizar análises de natureza contábil, econômica ou financeira relativas às atividades de competência tributária do Município; desenvolver estudos objetivando o acompanhamento, o controle e a avaliação da receita tributária; exercer as atividades de orientação ao contribuinte quanto à interpretação da legislação tributária e ao exato cumprimento de suas obrigações fiscais. sem prejuízo de outras competências definidas por Lei. Possui livre acesso, mediante identificação funcional, a órgão público, estabelecimento privado, veículo de transporte terrestre, fluvial, marítimo, aéreo e a documentos e informações revestidos de interesse tributário ou fiscal. Pode requisitar e obter o auxílio da força pública, face ao risco de morte ou em situação na qual se faça necessária a presença de aparato policial, para assegurar o pleno exercício de suas atribuições.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR

Classe	*Requisito da Classe*
A	*Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.*
B	*Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas na respectiva área de atuação..*
C	*Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;*
D	*Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.*

ANEXO 22 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II							
ADVOGADO 20 HORAS e AUDITOR DE TRIBUTOS MUNICIPAIS 20 HORAS							
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Nível Superior	**Pós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horas**	**Mestrado na área de atuação**	**Doutorado na área de atuação**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**5.000,00**	5.500,00	6.000,00	6.500,00
	03 a 04 anos	II	0,06	5.300,00	5.830,00	6.360,00	6.890,00
	04 a 05 anos	III	0,08	5.400,00	5.940,00	6.480,00	7.020,00

	05 a 06 anos	IV	0,10	5.500,00	6.050,00	6.600,00	7.150,00
	06 a 07 anos	V	0,12	5.600,00	6.160,00	6.720,00	7.280,00
	07 a 08 anos	VI	0,14	5.700,00	6.270,00	6.840,00	7.410,00
	08 a 09 anos	VII	0,16	5.800,00	6.380,00	6.960,00	7.540,00
	09 a 10 anos	VIII	0,18	5.900,00	6.490,00	7.080,00	7.670,00
	10 a 11 anos	IX	0,20	6.000,00	6.600,00	7.200,00	7.800,00
	11 a 12 anos	X	0,22	6.100,00	6.710,00	7.320,00	7.930,00
	12 a 13 anos	XI	0,24	6.200,00	6.820,00	7.440,00	8.060,00
	13 a 14 anos	XII	0,26	6.300,00	6.930,00	7.560,00	8.190,00
	14 a 15 anos	XIII	0,28	6.400,00	7.040,00	7.680,00	8.320,00
	15 a 16 anos	XIV	0,30	6.500,00	7.150,00	7.800,00	8.450,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	6.600,00	7.260,00	7.920,00	8.580,00
	17 a 18 anos	XVI	0,34	6.700,00	7.370,00	8.040,00	8.710,00
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	6.800,00	7.480,00	8.160,00	8.840,00
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	6.900,00	7.590,00	8.280,00	8.970,00
	20 a 21 anos	XIX	0,40	7.000,00	7.700,00	8.400,00	9.100,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	7.100,00	7.810,00	8.520,00	9.230,00
	22 a 23 anos	XXI	0,44	7.200,00	7.920,00	8.640,00	9.360,00
	23 a 24 anos	XXII	0,46	7.300,00	8.030,00	8.760,00	9.490,00
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	7.400,00	8.140,00	8.880,00	9.620,00
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	7.500,00	8.250,00	9.000,00	9.750,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	7.600,00	8.360,00	9.120,00	9.880,00
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	7.700,00	8.470,00	9.240,00	10.010,00
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	7.800,00	8.580,00	9.360,00	10.140,00
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	7.900,00	8.690,00	9.480,00	10.270,00
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	8.000,00	8.800,00	9.600,00	10.400,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	8.100,00	8.910,00	9.720,00	10.530,00
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	8.200,00	9.020,00	9.840,00	10.660,00
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	8.300,00	9.130,00	9.960,00	10.790,00
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	8.400,00	9.240,00	10.080,00	10.920,00
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	8.500,00	9.350,00	10.200,00	11.050,00

Art. 7º - Fica criado o cargo público de provimento efetivo, denominado de **ZOOTECNISTA**, regido pelo regime jurídico único dos servidores do Município de Colniza/MT, o qual passa a fazer parte do quadro de cargos efetivos do serviço público centralizado do Poder Executivo Municipal, estabelecido pela Lei 500/2011, conforme quadro abaixo:

ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Superior			
Padrão de Vencimento Inicial	***Título do Cargo***	***Carga horária semanal***	***Nº. DE VAGAS***
R$ 4.200,00	***Zootecnista***	***40 HS***	***01***

ATRIBUIÇÕES: Promoção do melhoramento dos rebanhos, abrangendo conhecimentos bioclimatológicos e genéticos para produção de animais precoces, resistentes e de elevada produtividade;supervisão e assessoramento na inscrição de animais em sociedades de registro genealógico e em provas zootécnicas; formulação, preparação, balanceamento e controle da qualidade das rações para animais; desenvolvimento de trabalhos de nutrição que envolva conhecimentos bioquímicos e fisiológicos que visem melhorar a produção e produtividade dos animais; elaborar, orientar e administrar a execução de projetos agropecuários na área de produção animal; supervisão, assessoramento e execução de pesquisas,visando gerar tecnologias e orientações a criação de animais; supervisão, assessoramento e execução de exposições e feiras agropecuárias, julgamento de animais e implantação de parque de exposições; avaliar, classificar e tipificar carcaças; planejar e executar projetos de construções rurais específicos de produção animal; implantar e manejar pastagens envolvendo o preparo, adubação e conservação do solo; desenvolvimento de atividade que visem a preservação do meio ambiente.

GRUPO OCUPACIONAL: NÍVEL SUPERIOR

Classe	***Requisito da Classe***
A	***Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.***
B	***Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas na respectiva área de atuação..***
C	***Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;***
D	***Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.***

ANEXO 27 - CRIADO PELA LEI 624/2015 ORIUNDO DA LEI 500/2011 ANEXO II							
MÉDICO VETERINÁRIO e ZOOTECNISTA							
				PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
	TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	A	B	C	D
				1,0	1,1	1,2	1,3
				Nível Superior	**Pós-graduação na área de atuação de no mínimo 360 horas**	**Mestrado na área de atuação**	**Doutorado na área de atuação**
PROGRESSÃO VERTICAL	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**4.200,00**	4.620,00	5.040,00	5.460,00
	03 a 04 anos	II	0,06	4.452,00	4.897,20	5.342,40	5.787,60
	04 a 05 anos	III	0,08	4.536,00	4.989,60	5.443,20	5.896,80
	05 a 06 anos	IV	0,10	4.620,00	5.082,00	5.544,00	6.006,00
	06 a 07 anos	V	0,12	4.704,00	5.174,40	5.644,80	6.115,20
	07 a 08 anos	VI	0,14	4.788,00	5.266,80	5.745,60	6.224,40

	08 a 09 anos	VII	0,16	4.872,00	5.359,20	5.846,40	6.333,60
	09 a 10 anos	VIII	0,18	4.956,00	5.451,60	5.947,20	6.442,80
	10 a 11 anos	IX	0,20	5.040,00	5.544,00	6.048,00	6.552,00
	11 a 12 anos	X	0,22	5.124,00	5.636,40	6.148,80	6.661,20
	12 a 13 anos	XI	0,24	5.208,00	5.728,80	6.249,60	6.770,40
	13 a 14 anos	XII	0,26	5.292,00	5.821,20	6.350,40	6.879,60
	14 a 15 anos	XIII	0,28	5.376,00	5.913,60	6.451,20	6.988,80
	15 a 16 anos	XIV	0,30	5.460,00	6.006,00	6.552,00	7.098,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	5.544,00	6.098,40	6.652,80	7.207,20
	17 a 18 anos	XVI	0,34	5.628,00	6.190,80	6.753,60	7.316,40
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	5.712,00	6.283,20	6.854,40	7.425,60
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	5.796,00	6.375,60	6.955,20	7.534,80
	20 a 21 anos	XIX	0,40	5.880,00	6.468,00	7.056,00	7.644,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	5.964,00	6.560,40	7.156,80	7.753,20
	22 a 23 anos	XXI	0,44	6.048,00	6.652,80	7.257,60	7.862,40
	23 a 24 anos	XXII	0,46	6.132,00	6.745,20	7.358,40	7.971,60
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	6.216,00	6.837,60	7.459,20	8.080,80
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	6.300,00	6.930,00	7.560,00	8.190,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	6.384,00	7.022,40	7.660,80	8.299,20
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	6.468,00	7.114,80	7.761,60	8.408,40
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	6.552,00	7.207,20	7.862,40	8.517,60
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	6.636,00	7.299,60	7.963,20	8.626,80
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	6.720,00	7.392,00	8.064,00	8.736,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	6.804,00	7.484,40	8.164,80	8.845,20
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	6.888,00	7.576,80	8.265,60	8.954,40
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	6.972,00	7.669,20	8.366,40	9.063,60
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	7.056,00	7.761,60	8.467,20	9.172,80
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	7.140,00	7.854,00	8.568,00	9.282,00

Art. 8º - O § 2º do artigo 15 da Lei nº. 500/2011, § 2º do artigo 15 da Lei nº. 501/2011 e, o § 2º do artigo 47 da Lei nº. 502/2011passará a vigorar com a seguinte redação, permanecendo os demais artigos inalterados:

§2º.A promoção de uma classe para a outra, imediatamente superior a que ocupa, na mesma série de classes, dar-se-á o direito ao funcionário no ato da apresentação de documento em virtude da nova habilitação específica alcançada pelo mesmo, devidamente comprovada, com percepção financeira no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data de protocolo, desde que seja avaliado e deferido pela Comissão de Avaliação da Progressão Funcional, ratificado pelo Chefe do Poder Executivo com posterior publicação de Decreto ou Portaria de concessão. No caso de Recurso Administrativo será contado a partir da data do deferimento deste Recurso.

Art. 9º - Acrescenta o § 4º no Art.46 da Lei nº. 502/2011, acrescenta § 5º no Artigo 14 da Lei nº. 501/2011 e, acrescenta o § 6º do Artigo 16 da Lei nº. 500/2011, que passará a vigorar com a seguinte redação, permanecendo os demais artigos inalterados:

Lei 502/2011;

Art. 46º ...

§ 4º -Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2%(dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;

Lei 501/2011;

Art. 14º ...

§ 5º -Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2%(dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;

Lei 500/2011;

Art. 16º ...

§ 6º -Além do salário e das gratificações previstas neste ato, serão garantidas ao servidor uma gratificação no percentual de 2%(dois por cento) na tabela vertical a critério do gestor imediato, verificada a inexistência de advertências ao servidor, desde que previstas em dotação orçamentária, por merecimento, observados os critérios a seguir:

I — Assiduidade;

II— Disciplina;

III — Capacidade de iniciativa;

IV— Produtividade;

V— Responsabilidade;

Art. 10º - Para a progressão de Classe de todos os cargos de provimento efetivo de nível superior regidos pelas leis 500/2011, 501/2011 e 502/2011 e demais legislação correlata, a partir da publicação desta Lei, será dispensado os cursos de capacitação, exigindo para tanto como classe imediata de Progressão a comprovação de Pós Graduação, conforme tabela abaixo:

Grupo Ocupacional: Nível Superior

Classe	*Requisito da Classe*
A	*Habilitação em Curso de Nível Superior completo de acordo com a área de atuação e registro no respectivo conselho de classe quando se tratar de profissão regulamentada.*
B	*Requisito da Classe A, mais curso de pós-graduação "latu senso" de no mínimo 360 (trezentos e Sessenta) horas na respectiva área de atuação..*
C	*Requisito da Classe B, mais curso de mestrado;*
D	*Requisito da Classe C, mais curso de doutorado.*

Art. 11º - Fica alterado todo o artigo 41 e da Lei nº. 502/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. O regime de trabalho dos Profissionais da Educação Pública Básica Municipal será de 30 (trinta) horas semanais, exclusivamente para professores, sendo que os demais profissionais da educação deverão exercer jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º-Os atuais professores de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas semanais que não optarem/requererem, no prazo máximo de 2 (dois) anos pela jornada de 30 (trinta) horas permanecerá com a atual jornada.

§ 2º-A jornada de trabalho para o professor efetivo poderá ser ampliada em até 20 aulas excedentes, desde que não possuía outro vinculo empregatício, conforme a necessidade da unidade escolar e sem prejuízo à sua carga horária. As aulas excedentes não serão incorporadas ao salário para fins de aposentadoria, licenças médicas e férias.

§ 3º- Havendo necessidade de contratação temporária, a mesma poderá ser feita observando o mínimo de 10 (dez) horas-aula e o máximo de 40 (quarenta) horas.

§ 3º- A contração de horas-aula e as aulas excedentes serão pagas conforme tabela específica que será atualizada anualmente e publicada através de Portaria pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 12º - Fica inserido no anexo I da Lei nº. 502/2011, no Grupo de Apoio Administrativo Educacional, o cargo de Motorista de Veículo Pesado categoria D, passando a tabela abaixo descrita a fazer parte do anexo da Lei em questão:

ANEXO I – CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO PERMANENTE

Grupo Ocupacional: Nível Fundamental Completo			
Padrão de Vencimento Inicial	*Título do Cargo*	*Carga horária semanal*	*Nº. DE VAGAS*
R$ 2.300,00	**Motorista de Veículo Pesado**	*40 HS*	*20*

ATRIBUIÇÕES: Conduzir veículos automotores, caminhões e ônibus destinados ao transporte de passageiros e cargas; recolher o veículo à garagem ou local destinado quando concluída a jornada do dia, comunicando qualquer defeito porventura existente; manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de emergência; zelar pela conservação do veículo que lhe for entregue; encarregar-se do transporte e da entrega de correspondência ou de pacotes, pequenas cargas que lhe forem confiadas; promover o abastecimento de combustíveis, água e óleo; verificar o funcionamento do sistema elétrico, lâmpadas, faróis, sinaleiras, buzinas e indicadores de direção; providenciar a lubrificação quando indicada; verificar o grau de densidade e nível de água da bateria, bem como, a calibração dos pneus; operar rádio transceptor; proceder ao mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada; auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento; tratar os passageiros com respeito e urbanidade; manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo; executar outras tarefas afins.

Grupo Ocupacional: Ensino Fundamental Completo

Classe	*Requisito da Classe*
A	*Habilitação em ensino fundamental completo e Carteira Nacional de Habilitação categoria D.*
B	*Requisito da Classe A, mais 200 (duzentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional (Curso Profissionalizante na área específica de atuação no Órgão ou afim;*
C	*Ensino médio, mais 300(trezentas) horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e/ou capacitação profissional;*
D	*Requisito da Classe C, mais graduação de curso superior completo.*

ANEXO 20 - LEI 502/2011							
MECÂNICO DE VEICULOS PESAD0S							
PROGRESSÃO VERTICAL	**TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO**	**NÍVEL**	**COEFICIENTE**	PROGRESSÃO HORIZONTAL			
				CLASSES			
				A	B	C	D

				1,0	1,1	1,2	1,3
				Ensino Fundamental Completo	**Curso de capacitação 100 horas**	**Ensino Médio**	**Curso Médio Profissionalizante na área**
	00 a 03 anos	I	VENC PADRÃO INICIAL	**2.300,00**	2.530,00	2.760,00	2.990,00
	03 a 04 anos	II	0,06	2.438,00	2.681,80	2.925,60	3.169,40
	04 a 05 anos	III	0,08	2.484,00	2.732,40	2.980,80	3.229,20
	05 a 06 anos	IV	0,10	2.530,00	2.783,00	3.036,00	3.289,00
	06 a 07 anos	V	0,12	2.576,00	2.833,60	3.091,20	3.348,80
	07 a 08 anos	VI	0,14	2.622,00	2.884,20	3.146,40	3.408,60
	08 a 09 anos	VII	0,16	2.668,00	2.934,80	3.201,60	3.468,40
	09 a 10 anos	VIII	0,18	2.714,00	2.985,40	3.256,80	3.528,20
	10 a 11 anos	IX	0,20	2.760,00	3.036,00	3.312,00	3.588,00
	11 a 12 anos	X	0,22	2.806,00	3.086,60	3.367,20	3.647,80
	12 a 13 anos	XI	0,24	2.852,00	3.137,20	3.422,40	3.707,60
	13 a 14 anos	XII	0,26	2.898,00	3.187,80	3.477,60	3.767,40
	14 a 15 anos	XIII	0,28	2.944,00	3.238,40	3.532,80	3.827,20
	15 a 16 anos	XIV	0,30	2.990,00	3.289,00	3.588,00	3.887,00
	16 a 17 anos	XV	0,32	3.036,00	3.339,60	3.643,20	3.946,80
	17 a 18 anos	XVI	0,34	3.082,00	3.390,20	3.698,40	4.006,60
	18 a 19 anos	XVIII	0,36	3.128,00	3.440,80	3.753,60	4.066,40
	19 a 20 anos	XVIII	0,38	3.174,00	3.491,40	3.808,80	4.126,20
	20 a 21 anos	XIX	0,40	3.220,00	3.542,00	3.864,00	4.186,00
	21 a 22 anos	XX	0,42	3.266,00	3.592,60	3.919,20	4.245,80
	22 a 23 anos	XXI	0,44	3.312,00	3.643,20	3.974,40	4.305,60
	23 a 24 anos	XXII	0,46	3.358,00	3.693,80	4.029,60	4.365,40
	24 a 25 anos	XXIII	0,48	3.404,00	3.744,40	4.084,80	4.425,20
	25 a 26 anos	XXIV	0,50	3.450,00	3.795,00	4.140,00	4.485,00
	26 a 27 anos	XXV	0,52	3.496,00	3.845,60	4.195,20	4.544,80
	27 a 28 anos	XXVI	0,54	3.542,00	3.896,20	4.250,40	4.604,60
	28 a 29 anos	XXVII	0,56	3.588,00	3.946,80	4.305,60	4.664,40
	29 a 30 anos	XXVIII	0,58	3.634,00	3.997,40	4.360,80	4.724,20
	30 a 31 anos	XXIX	0,60	3.680,00	4.048,00	4.416,00	4.784,00
	31 a 32 anos	XXX	0,62	3.726,00	4.098,60	4.471,20	4.843,80
	32 a 33 anos	XXXI	0,64	3.772,00	4.149,20	4.526,40	4.903,60
	33 a 34 anos	XXXII	0,66	3.818,00	4.199,80	4.581,60	4.963,40
	34 a 35 anos	XXXIII	0,68	3.864,00	4.250,40	4.636,80	5.023,20
	35 a 36 anos	XXXIV	0,70	3.910,00	4.301,00	4.692,00	5.083,00

Art. 13º - Fica criado mais 05 (cinco) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** na Lei 500/2011 e mais 12 (doze) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** na Lei 502/2011.

Art. 14º - Fica alterada a carga horária semanal de 40h (quarenta horas) para 20h (vinte horas) semanais no cargo de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ADVOGADO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 15º - Fica criada mais 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ADVOGADO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 16º - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **BACHARÉL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 17º - Fica criada mais 04 (quatro) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **TÉCNICO EM CONTABILIDADE**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 18º - Fica criada mais 03 (três) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE OBRAS**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 19º - Fica criada mais 03 (três) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE MEIO AMBIENTE**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 20º - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AGENTE DE INSPENSÃO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 21º - Fica criada mais 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE CONSUMO DE ÁGUA**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 22º - Fica criada mais 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **FISCAL DE FROTAS**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 23º - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ARQUITETO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 24º - Altera o número de 03 (três) para 02 (duas) vagas de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **ENGENHEIRO AGRÔNOMO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 25º - Altera o número de 02 (duas) para 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **MÉDICO VETERINÁRIO**,regido pela Lei 500/2011.

Art. 26º - Fica alterada a nomenclatura do cargo de provimento efetivo do quadro permanente de **CONTROLADOR INTERNO** para **AUDITOR PÚBLICO INTERNO**,inserido na lei 500/2011 eregido pela Lei 535/2012.

Art. 27º - Fica criada mais 01 (uma) vaga de provimento efetivo do quadro permanente no cargo de **AUDITOR PÚBLICO INTERNO** inserido na lei 500/2011 eregido pela Lei 535/2012.

Art. 28º - A carga horária semanal de todos os **MÉDICOS** efetivos regidos pela Lei 501/2011 passa a ser de 20h (vinte horas) semanais.

Art. 29º - Fica alterada a nomenclatura do cargo de provimento efetivo do quadro permanente de **AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA** para **FISCAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA**,inserido na lei 500/2011 eregido pela Lei 535/2012.

Parágrafo Único. Os servidores acima serão enquadrados no cargo de Agente fiscal de Vigilância Sanitária, respeitando a Classe e o nível que estiverem.

Art. 30º - A presente Lei será regulamentada por Decreto no que couber.

Art. 31º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões, Câmara Municipal Colniza/MT, em 30 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de Colniza

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal n. 012/2001 de 26/01/2001

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 047/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 047/2017

Processo Administrativo nº 18.997/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Registro de Preços para futura e eventual aquisição de máquinas pesadas, sendo: 01 Escavadeira Hidráulica, 01 Motoniveladora, 01 Pá - Carregadeira, 01 Retro - Escavadeira e 01 Rolo Compactador através dos recursos provenientes do FETHAB, Recurso Próprio e Convênios**, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infra - Estrutura, conforme Edital e seus anexos, parte integrante do edital. Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **19 de junho de 2017, às 08h00-min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza – MT. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30-min até 12h00min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitacao@colniza.gov**a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 1000/1315.**

Colniza- MT, 01 de junho de 2017.

Mauricio R. V. de Jesus

Pregoeiro Oficial

LEI N° 693 DE 30 DE MAIO DE 2017

LEI N° 693 DE 30 DE MAIO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A AUTONOMIA FINANCEIRA DAS UNIDADES ESCOLARES URBANAS E RURAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO, ORIENTA SUA IMPLANTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODOLFO CESAR ANDRADE GONÇALVES, Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com o amparo do Inciso IV do artigo 30 da Lei Orgânica e artigo 243 do Regimento Interno da Câmara Municipal deste Município de Colniza/MT, faço saber que a Câmara Municipal manteve e Eu Promulgo, nos termos da Lei Orgânica do Município, os seguintes dispositivos da LEI n. 684 de 17 de Abril de 2017, conforme segue:

CAPITULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituída no âmbito da Secretaria Municipal de Educação a autonomia financeira das unidades escolares urbanas e rurais da rede pública municipal de Ensino de Colniza- Mato Grosso, com o objetivo de dar suporte financeiro e apoio a manutenção e desenvolvimento do ensino, proporcionando maior rapidez e eficácia na operacionalização de suas atividades.

Art. 2º. A autonomia financeira das escolas, instituída pela presente lei, constitui-se em um mecanismo de apoio financeiro e será executado através da transferência bimestral de recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Educação ás instituições municipais de ensino das zonas urbanas e rural através de suas Unidades Executoras (UEX).

§ 1º. A autonomia será implementada de acordo com o disposto nas leis federais 9394/96 e 10.172/01, que, tratam, respectivamente, das Diretrizes e Bases da Educação e do Plano Nacional de Educação, Financiamento e Gestão.

Art. 3º. Entende-se por Unidade Executora, para os fins de que dispõe esta lei, como uma sociedade civil com personalidade jurídica, de direito privado, que tem como objetivo gerir a verba transferida, sem fins lucrativos e representante da unidade de ensino, composta por pessoas da comunidade escolar, pais, alunos, professores e servidores do respectivo estabelecimento, obedecendo a legislação específica.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS

Seção I

Da origem, repasse e destinação dos recursos

Art. 4º. O sistema de autonomia Financeira das escolas terá como fontes de recursos.

I – Recursos de orçamento próprio do Município.

§ 1º. Os recursos de que trata o inciso I serão repassados às unidades executoras alcançadas pela autonomia financeira das escolas, observadas as dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. Serão destinados bimestralmente a cada unidade executora, das escolas que oferecem Educação Infantil, Ensino Regular e Educação Especial, recursos calculados à ordem de R$ 8,00 (oito reais) por mês para cada aluno matriculado no estabelecimento.

§ 1º. Quando as escolas referidas no caput deste artigo oferecerem também o Ensino Supletivo Presencial com avaliação no processo, serão computados os alunos desta modalidade de ensino para fins do recebimento dos recursos pela unidade executora, observados os critérios específicos a serem definidos pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º. O total de recursos a ser repassado a cada unidade executora proveniente de cada uma das fontes de recursos de que trata o art. 4º desta lei, e por elemento de despesa, será estabelecido de acordo com levantamento a ser procedido pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o censo escolar vigente.

§ 3º. Uma vez definidos os valores relativos a cada fonte de recursos, será a planilha de desembolso elaborada pela Secretaria Municipal de Educação encaminhada para a Secretaria Municipal de Finanças.

§ 4º. O chefe do Poder Executivo poderá, mediante decreto, autorizar a Secretaria Municipal de Educação a definição de critérios complementares relativos aos repasses às unidades executoras.

Art. 6º. As unidades escolares da rede municipal de Ensino somente serão beneficiadas se dispuserem de unidades executoras próprias, as quais serão responsáveis pelo recebimento e aplicação dos recursos financeiros a elas destinados.

§ 1º. Os recursos serão repassados a cada unidade executora mediante depósito direto em conta corrente aberta especificamente para esse fim, sendo responsáveis por sua movimentação os representantes legais constituídos na forma da lei e dos estatutos.

§ 2º. As escolas que ainda não tenham unidades executoras próprias ou que as tais não estejam aptas para a percepção dos recursos continuarão sendo atendidas diretamente pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º. Os recursos relativos à autonomia financeira das escolas poderão ser destinados para a cobertura das seguintes despesas:

I- manutenção e conservação do prédio, mobiliário e equipamentos da escola;

II- aquisição dos materiais necessários ao funcionamento da escola;

III- capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação;

IV- avaliação da aprendizagem;

V- implementação de projeto pedagógico;

VI- aquisição de material didático e pedagógico;

VII- desenvolvimento de atividades educacionais diversas;

VIII- taxas de água, luz, telefone e provedor de Internet e outros.

Art. 8º. Os repasses bimestrais de recursos serão feitos compreendendo os períodos de março/abril, maio/junho, julho/agosto, setembro/outubro e novembro/dezembro.

§ 1º. Os valores dos repasses referentes ao mês de janeiro e fevereiro serão computados na parcela do bimestre março/abril.

§ 2º. Os repasses deverão ser feitos na primeira quinzena do bimestre.

Art. 9º. As despesas para custeio do sistema de autonomia financeira das escolas correrão por conta das dotações orçamentárias que serão definidas por ocasião da abertura dos créditos adicionais, no caso do exercício de 2017, e das dotações previstas nas leis orçamentárias seguintes nos próximos exercícios.

SEÇÃO II

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 10. O prazo para a aplicação dos recursos e as normas para a prestação de contas e recebimento de novas parcelas serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. O atraso na prestação de contas compromete o repasse subsequente e poderá implicar em responsabilidade administrativa, civil e criminal dos responsáveis pela gestão dos recursos financeiros.

Art. 11. A prestação de contas da aplicação dos recursos financeiros referidos nesta lei será feita pela unidade executora e apresentada à Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. Compete à Secretaria Municipal de Educação, após exame preliminar da prestação de contas, encaminhá-la à Secretaria Municipal de Finanças, onde será apreciada pelo setor competente.

Art. 12. O acompanhamento e o controle social sobre a unidade de ensino, a transferência e a aplicação dos recursos serão exercidos pela Secretaria Municipal de Educação e pelos conselhos competentes, com o assessoramento técnico da Secretaria Municipal de Finanças, a quem compete a verificação dos aspectos financeiro, contábil e orçamentário.

§ 1º. Todos os registros contábeis e os demonstrativos gerenciais, mensais e atualizados, relativos aos recursos repassados ficarão, permanentemente, à disposição dos órgãos federais e estaduais de controle externo, assim como da Câmara Municipal e dos órgãos municipais de controle interno.

§ 2º. A comunidade escolar e a sociedade civil poderão acompanhar a execução da autonomia financeira, podendo requisitar informações e formalizar denúncias à Secretaria Municipal de Educação e aos órgãos citados § 1º e caput deste artigo.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Esta lei será regulamentada por decreto pelo chefe do Poder Executivo no que couber, especialmente quanto à execução, controle, acompanhamento e prestação de contas dos recursos, observando a legislação pertinente.

Art. 14. Normas procedimentais de funcionamento da autonomia financeira das escolas, desde as relativas às unidades executoras como as pertinentes à prestação de contas, deverão ser melhor definidas pela Secretaria Municipal de Educação, que deverá elaborar cartilha com todas as orientações necessárias para o seu bom andamento, sempre observando esta lei e as demais aplicáveis à espécie, sem prejuízo das orientações e diretrizes do Ministério da Educação.

Art. 15. Para fins de padronização e divulgação das ações relativas à instituição da autonomia financeira das escolas, a Secretaria Municipal de Educação poderá criar nomenclatura ou denominação própria da atividade.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Sala das Sessões, Câmara Municipal Colniza/MT, em 30 de maio de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de Colniza

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal n. 012/2001 de 26/01/2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU – CONFRESA -MT AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E XINGU – CONFRESA -MT

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

A Comissão Permanente de Licitações, torna público, abertura da Tomada de Preços nº 001/2017, será realizada dia 02/06/2017 às 14hs00min horas (**horário de Brasília**), no endereço Rua 13 de maio, nº 43, Centro, Confresa – MT, Modalidade: Tomada de Preços. Tipo:**Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos na especialidade de cirurgia geral, para atender as demandas de consultas eletivas dos municípios consorciados reguladas pelo Escritório Regional de Saúde de Porto Alegre do Norte no ambulatório da sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu e atender também as demandas de cirurgias eletivas dos municípios consorciados no hospital municipal de Confresa – MT, conforme Termo de Referência anexo I.** Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos, no CISAX – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia e Xingu no horário de 7:00 às 11:00 horas, no endereço supra citado, ou no endereço eletrônico www.confresa.mt.gov.br - consórcio e email: cisaxconfresa@hotmail.com Fone: (66) 3564-2171.

Confresa, 16 de maio de 2017.

Cezar Queiroz da Silva

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 128/2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo que menciona."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO,Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **VAGNER CHELIS GUIMARÃES**, do cargo de **Divisão de Saúde Coletiva**, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir desta data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 01 de junho de 2017.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 030/2017

"Homologa a avaliação atuarial do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Conquista D' Oeste – PREVI-CONQUISTA, relativo ao Exercício Financeiro de 2017."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO, Prefeita do Município de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais a ela conferida pela Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando o disposto no *caput* do art. 40 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003;

Considerando o disposto no inciso I do art. 1º da Lei Federal n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998;

Considerando que a alíquota de contribuição previdenciária prevista no inciso IV do art. 44 da Lei Municipal n.º 169 de 22 de dezembro de 2004, com redação dada pela Lei Municipal n. 503, de 04 de maio de 2016, que estabeleceu o percentual de 11% (onze inteiros por cento) atendendo o percentual apontado na reavaliação atuarial realizada em FEVEREIRO/2017;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o relatório técnico sobre os resultados da avaliação atuarial, realizado em FEVEREIRO/2017, que faz parte integrante deste decreto.

Art. 2º Este decreto em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conquista D'Oeste/MT, 22 de maio de 2017.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 125/2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo que menciona."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO,Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, o servidor **ALESSANDRO DA CRUZ SANTOS**, do cargo de **MOTORISTA**, a partir de 20 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 22 de maio de 2017.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 126/2017

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo que menciona."

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO,Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **VANIA DA SILVA FREITAS OLIVEIRA**, do cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE**, a partir de 31 de maio de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 22 de maio de 2017.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1296/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017, que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA AS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO - PROPOSTAS 13891.305000/1150-04 E 13891305000/1160-04 - MINISTERIO DA SAÚDE, teve como vencedoras as empresas: ATI COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA EPP, inscrita no CNPJ 12.544.341/0001-07, consignando um valor total de R$ 52.649,00 (cinquenta e dois mil seiscentos e quarenta e nove reais; CIRURGICA GONÇALVES LTDA EPP inscrita no CNPJ 15.371.628/0001-70, com o valor de R$ 6.355,00 (seis mil trezentos e cinquenta e cinco reais); JARAGUA MERCANTIL LTDA EPP inscrita no CNPJ 13.390,706/0001-59 com o valor de R$ 74.075,00 (setenta e quatro mil e setenta e cinco reais); LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP inscrita no CNPJ 10.832.896/0001-29 com o valor de R$ 337,70 (trezentos e trinta e sete reais e setenta centavos); RONDOLAB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA EPP inscrita no CNPJ 18.964.366/0001-46 com o valor de R$ 13.460,00 (treze mil quatrocentos e sessenta reais) e SUPERSOFT INFORMATICA LTDA inscrita no CNPJ 03.831.877/0001-12 com o valor de R$ 46.650,00 (quarenta e seis mil seiscentos e cinquenta reais). Os valores unitários encontram-se registrado na ata do pregão em epigrafe. Validade da ata é de 12 meses.

Conquista D'Oeste, 01 de junho de 2017.

Fernando Roberto de Moraes - Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 127/2014.

Nomeia a autoridade municipal de trânsito.

MARIA LUCIA OLIVEIRA PORTO,Prefeita do Município de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando a competência atribuída aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis resolve:

Art. 1º Fica nomeada **VANDERLÚCIA MARCELINO MIRANDA**, responsável pela Divisão de Trânsito, como autoridade municipal de trânsito.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Portaria, correrão por conta das dotações próprias da Prefeitura Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 159/2014 de 11 de dezembro de 2014.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 31 de maio de 2017.

Maria Lucia Oliveira Porto

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 116/2017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor para o cargo comissionado que menciona."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, e com base no artigo 63 inciso IX da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **EDSON MARCOS RODRIGUES,** para responder pelo cargo de **Coordenador de Programas de Saúde,** em substituição ao titular do cargo que se encontra afastada em gozo de férias, a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º O servidor designado fará jus a gratificação do cargo, enquanto perdurar a substituição.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 08 de maio de 2017.

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 054/2017

Contratado: JHEIMY LARA LANA DE SOUZA

Vigência: 02/05/2017 até 31/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**6**, no Cargo de Auxiliar de Sala, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 055/2017

Contratado: ROZANE DE OLIVEIRA

Vigência: 09/05/2017 até 31/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, no Cargo de Técnico em Enfermagem, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Valor Mensal: R$ 1.506,65 (Um Mil e Quinhentos e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 056/2017

Contratado: MARLENE DE SOUZA VALADARES DE OLIVEIRA

Vigência: 09/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 2.261,30 (Dois Mil e Duzentos e Sessenta e Um Reais e Trinta Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 057/2017

Contratado: GISSELI MARILAINE PINHO

Vigência: 09/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 2.035,17 (Dois Mil e Trinta e Cinco Reais e Dezessete Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 058/2017

Contratado: MABIA DO NASCIMENTO MONTEIRO BAZILIO

Vigência: 09/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 1.281,40 (Um Mil e Duzentos e Oitenta e Um Reais e Quarenta Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 059/2017

Contratado: MARINETE ERIKBAKTSA NHAMBIQUARA

Vigência: 09/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 1.281,41 (Um Mil e Duzentos e Oitenta e Um Reais e Quarenta e Um Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 060/2017

Contratado: MIRIAN DE OLIVEIRA SANTOS

Vigência: 10/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 2.261,30 (Dois Mil e Duzentos e Sessenta e Um Reais e Trinta Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 061/2017

Contratado: AMARILDO GONÇALVES FERREIRA

Vigência: 10/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 2.261,30 (Dois Mil e Duzentos e Sessenta e Um Reais e Trinta Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 062/2017

Contratado: ANGELITA RIEDEL BEHLING

Vigência: 15/05/2017 até 31/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, no Cargo de Técnico em Enfermagem, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Valor Mensal: R$ 1.506,65 (Um Mil e Quinhentos e Seis Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 063/2017

Contratado: LEILA SANTOS DE SÁ AZEVEDO

Vigência: 16/05/2017 até 31/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, no Cargo de Agente de Serviço em Saúde, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Valor Mensal: R$ 937,00 (Novecentos e Trinta e Sete Reais).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 064/2017

Contratado: ROSIANE FERNANDES DE OLIVEIRA

Vigência: 16/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 1.281,41 (Um Mil e Duzentos e Oitenta e Um Reais e Quarenta e Um Centavos).

RESULTADO DE PREGÃO 19-2017

RESULTADO DO PREGÃO 019/2017 PROCESSO 039/2017 A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 019/2017 obteve o seguinte resultado: a empresa AGNALDO EGIDO NUNES CNPJ:12.087.000/0001-50. Vencedor do itens 1,2,3,4,5,6 valor global R$ 7.033,00 (sete mil e trinta e três reais). O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 01 de Junho de 2017. Venilda Streb Pregoeira da Comissão Especial de Licitação

RESULTADO DE PREGÃO 17-2017

RESULTADO DO PREGÃO 017/2017 PROCESSO 035/2017

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 017/2017 obteve o seguinte resultado: a empresa ALESSANDRO DONATO MARTINS-ME CNPJ:06.268.339/0001-50 2,5,6,9,13,23,25,27,28,30,31,36,37,39,40,42,44,47,48,51,52,54,59 valor global R$ 37.784,00 (trinta e sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais) – a empresa GRAFICA GERDAN LTDA CNPJ: 86.939.964/0001-15 vencedor dos itens 3,4,8,10,11,14,15,26,33,35,43,46,49,58,60 valor global R$

39.186,00 (trinta e nove mil e cento e oitenta e seis reais) – a empresa RODRIGO JESUINO PADILHA 97337528191 CNPJ: 16.698.725/0001-35 vencedora dos itens 16,17,18,19,20,21,55,56 valor global R$ 6.470,00 (seis mil, quatrocentos e setenta reais) – a empresa SOZO FORLIN LTDA CNPJ: 00.070.595/0001-51 vencedor dos itens 1,7,12,22,24,29,32,34,38,41,45,50,53,57 valor global R$ 80.177,00 (oitenta mil, cento e setenta e sete reais) O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 01 de Junho de 2017. Venilda Streb Pregoeira da Comissão Especial de Licitação.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 225/2017

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando o disposto no art. 28 da Lei Municipal 522/2007, de 22 de Outubro de 2007, que dispõe sobre o Código Disciplinar.

Considerando a Portaria 098/2017 de 21 de Fevereiro de 2017.

Considerando a necessidade administrativa;

RESOLVE

Art. 1º. PRORROGAR a Portaria 098/2017 de 21 de Fevereiro de 2017, pelo prazo de 90 (Noventa) dias, a qual dispõe sobre instauração de Processo Administrativo Disciplinar, em desfavor ao servidor VAGNER ALVES CARDOSO, ocupante do cargo de Agente de Manutenção e Conservação, em conformidade com fatos apurados pela Instrução Sumária 06/2016.

Parágrafo Único – DESIGNAR o Sr. Nelson Behling, Efetivo no cargo de Agente de Manutenção em Conservação, como membro da Comissão Processante em substituição ao Sr Ademir Gonçalves da Silva.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 21 de Abril de 2017, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 01 de Junho de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 219/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TURISMO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR a Sra. SIMONE BORGES GWIAZDECKI, portadora do CPF n.º 039.223.761-00, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Divisão, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 218/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a Sra. TANIA RODRIGUES MARQUES BRAMBILA, portadora do CPF n.º 932.108.091-00, do cargo em Comissão de Chefe de Divisão, Lotada na Secretaria Municipal de Administração

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Tendo efeitos retroativos a 02/05/2017.Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 217/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR o Sr. ISRAEL ALCANTARA DE OLIVEIRA, portador do CPF n.º 393.892.271-00, do cargo em Comissão de Diretor de Departamento, Lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Trânsito Rodoviário

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, Tendo efeitos retroativos a 02/05/2017.Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 26 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 209/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE TURISMO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR o Sr. LUCIANO FRANCISCO DA SILVA, portador do CPF n.º 021.149.564-66, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Divisão de Turismo, lotado na Secretaria Municipal da Cidade.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 208/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER os servidores abaixo relacionados a continuidade do pagamento de gratificação à Título de Incentivo à Qualificação Profissional para o semestre 2017/01:

Funcionário	Matrícula	Curso	Semestre Matriculado
Elaine Coutinho Weber	1382	Pós Graduação em Gestão Pública	1º Semestre

Art. 2º - Os servidores acima citados, devem ao fim do semestre 2017/01, apresentar ao Departamento de Recursos Humanos documento fornecido pela instituição onde cursa que aponte sua frequência e resultado disciplinar.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 207/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PROFESSOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a pedido a Sra. MARLENE DE SOUZA VALADRES DE OLIVEIRA, portadora do CPF n.º 011.495.791-61, do cargo Professor – Nível Médio, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 08/05/2017. Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 206/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PROFESSOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a pedido a Sra. LECI DE SOUZA POUBEL, portadora do CPF n.º 651.037.931-72, do cargo Efetivo de Professor, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 02/05/2017. Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 205/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PROFESSOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a pedido a Sra. ROZANE DE OLIVEIRA, portadora do CPF n.º 972.099.101-15, do cargo de Técnico em Enfermagem, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 08/05/2017. Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 204/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE PROFESSOR

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a pedido a Sra. INÊS CRISTINA FRONSAK, portadora do CPF n.º 390.707.352-53, do cargo Efetivo de Professor, Lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos a 02/05/2017. Revogam-se as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 203/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. LICENCIAR os servidores abaixo relacionados para Tratamento de Saúde, em conformidade com legislação vigente. Os servidores terão seus vencimentos custeados pelo INSS.

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Amarildo Gonçalves Ferreira	3288	10/05/2017	10/06/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 202/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. EXONERAR a Sra. **CRISLA**INE NAUE, portadora do CPF n.º 025. 879.071-79, do cargo em Comissão de Assessor Administrativo, Lotada na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 22 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 189/2017

DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER progressão funcional aos servidores municipais de acordo com a Escolaridade e Tempo de Serviço em conformidade com o Plano de Cargos Carreiras e Salários:

Funcionário	Matrícula	Classe Anterior	Classe Atual
Jesuína Maria de Aquino Sulzbach	1987	AIII	AIV
Leocádia Gomes Padilha	1985	CIII	CIV
Maria das Graças Silva dos Reis	2032	BIII	CIII

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 188/2017

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE COORDENADORA

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR a Sra. TANIA CRISTINA CARDOSO EUFRÁSIO, portadora do CPF n.º 567.256.471-20, para exercer a função de Coordenadora da Atenção Básica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 187/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Licença Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Eugenio Dessoy	0388	2007/2012	03/05/2017	01/06/2017
Joao Francisco Pereira Neto	0419	2007/2012	02/05/2017	31/05/2017
José Vicente da Silva	2566	2012/2017	06/05/2017	04/06/2017
Lezi Rocha Medrades	2030	2008/2016	11/05/2017	09/06/2017
Vitor Inacio Bortolini	2554	2012/2017	09/05/2017	07/06/2017
Walquiria Souza Domingos Pereira	0416	2007/2012	02/05/2017	31/05/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 186/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER Férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com legislação vigente

Funcionário	Matrícula	Período Aquisitivo	Início	Fim
Adilton de Deus Silva	1363	2015/2016	24/04/2017	23/05/2017
Anael Santana Lopes Sobrinho	1807	2015/2016	20/05/2017	19/06/2017
Beatriz Pereira Batista	2513	2014/2015	15/05/2017	29/05/2017
Eder Aparecido Fabiano	2538	2014/2015	08/05/2017	27/05/2017
Francisca Pereira da Silva	0511	2014/2015	15/05/2017	13/06/2017
Galvane Ribeiro Macedo	2641	2015/2016	06/06/2017	05/07/2017
Helio Germano Muller	2413	2015/2016	22/05/2017	20/06/2017
Jesuína Maria de Aquino Sulzbach	1987	2014/2015	17/05/2017	31/05/2017
Joceli Teodoro Candido de Jesus	0435	2014/2015	02/05/2017	21/05/2017
Marisete Taborda Percoski	2529	2014/2015	20/04/2017	19/05/2017
Rogerio Nunes	2545	2016/2017	29/05/2017	27/06/2017
Rosangela Maria Viganó Brambila	0008	2016/2017	02/05/2017	21/05/2017
Silmara da Silva Apolinário	0628	2015/2016	17/05/2017	31/05/2017
Vaneide Braz Ferreira	2711	2015/2016	24/04/2017	08/05/2017
William Luis Suzlbach	2507	2015/2016	17/05/2017	31/05/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art. 4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 185/2017

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016 e 001/2017

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. CONTRATAR temporariamente os candidatos aprovados nos Processos Seletivos Simplificados 001/2016 e 001/2017:

Candidato	Cargo	Admissão
Amarildo Gonçalves Ferreira	Professor	10/05/2017
Angelita Riedel Behling	Técnico em Enfermagem	15/05/2017
Celia CAtia da Silva e Lima	Professor	02/05/2017
Fernanda Miranda Ramos de Andrade	Professor	02/05/2017
Gerciane Francisca Paulino	Professor	02/05/2017
Gisseli Marilaine Pinho	Professor	09/05/2017
Jheimy Lara Lana de Souza	Auxiliar de Sala	02/05/2017
Leila Santos de Sá do Carmo	Agente de Serviço em Saúde	16/05/2017
Mabia do Nascimento Monteiro Bazilio	Professor	09/05/2017
Marinete Erikbaktsa Nhambiquara	Professor	09/05/2017
Marlene Souza Valadares de Oliveira	Professor	09/05/2017
Mirian de Oliveira Santos	Professor	10/05/2017
Rosana Santa Figueiredo	Professor	02/05/2017
Rosiane Fernandes de Oliveira	Professor	16/05/2017
Rozane de Oliveira	Técnico em Enfermagem	09/05/2017

Art. 2º - As demais informações pertinentes à posse estarão descritas no Contrato de Prestação de Serviços por Tempo Determinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.4º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 184/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AUXILIO DOENÇA

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. LICENCIAR os servidores abaixo relacionados para Tratamento de Saúde, em conformidade com legislação vigente. Os servidores terão seus vencimentos custeados pelo PREVI-COTRI.

Funcionário	Matrícula	Início	Fim
Elias Mallmann	2191	11/05/2017	04/06/2017
Fabiane Dias Ferreira	2168	17/05/2017	16/06/2017
Irani Ferreira dos Santos	2543	11/05/2017	24/05/2017
Maria José Trettel da Silva	0371	07/04/2017	06/10/2017
Silvia Cristina Braz	2571	11/05/2017	25/05/2017
Volnei dos Anjos Pinheiro	1993	15/04/2017	12/10/2017

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
RETIFICAÇÃO DO CONTRATO Nº 034/2017

Jair Klasner, Prefeito Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Retifica o Contrato Nº 034/2017 de 04 de Abril de 2017, da matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 16 de Maio de 2017, edição 2.729.

ONDE SE LÊ:

Vigência: 04/04/2017 até 22/12/2017

LÊ-SE-Á:

Vigência: 04/04/2017 até 31/07/2017

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 050/2017

Contratado: FERNANDA MIRANDA RAMOS DE ANDRADE

Vigência: 02/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 1.130,65 (Um Mil e Cento e Trinta Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 051/2017

Contratado: GERCIANE FRANCISCA PAULINO

Vigência: 02/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 2.261,30 (Dois Mil e Duzentos e Sessenta e Um Reais e Trinta Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 052/2017

Contratado: ROSANA SANTA FIGUEIREDO

Vigência: 02/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 1.130,65 (Um Mil e Cento e Trinta Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 053/2017

Contratado: CELIA CATIA DA SILVA E LIMA

Vigência: 02/05/2017 até 22/12/2017

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005 e Lei 939/2017, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 001/201**7**, no Cargo de Professor, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Valor Mensal: R$ 2.261,30 (Dois Mil e Duzentos e Sessenta e Um Reais e Trinta Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 224/2017

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO FISCAL

JAIR KLASNER, Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º. DESIGNAR o Sr. **RAFHAEL VINICIUS KAVA PECIM DALLE LUCHE** portador do CPF: 044.733.241-41, Engenheiro Civil, como Fiscal da Obra de Construção da Usina de Beneficiamento de Leite e seus Derivados, Contrato de Trabalho nº0327527-71/2010.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º – Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 04 de Maio de 2017.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 002/2017

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 54.217/2017)

Órgão Solicitante: AGÊNCIA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE CUIABÁ – ARSEC

Objeto: contratação de empresa especializada em Pesquisa de Opinião Pública, visando atender a Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá – ARSEC, sobre a prestação dos serviços públicos delegados no Município de Cuiabá e seus Distritos, conforme especificações constantes neste Editale seus anexos.

Data/Horário: 14/06/2017 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2017

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Flavio Alexandre Taques Silva

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Alexandre Bustamante dos Santos

Diretor Presidente Regulador

ARSEC

Cuiabá/MT, 01 de junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2017

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 19/06/2017 às 08h30min, a Licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo “Menor Preço por Item", exclusivo para micro e pequenas empresas, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para aprimoramento das condições de funcionamento da unidade de saúde da família, conforme proposta n° 11708.596000/1150-01 do ministério da saúde, atendendo a secretaria municipal de saúde de Curvelândia. O edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na rua São Bernardo nº 523, Centro, Curvelândia-MT, e gratuitamente no site: www.curvelandia.mt.gov.br. Maiores informações, através do e-mail: licitacao@curvelandia.mt.gov.br, ou pelo telefone (65) 3273-1275.

Curvelândia-MT, 01 de junho de 2017.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro Oficial

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 251/2017

*NOMEIA **ASSESSOR DE APOIO INSTITUCIONAL CLASSE III,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear **SANDRA CORNACINI**, portadora do RG 28.398.910-5 SSP/SP, CPF 164.597.298-40, para exercer o cargo de **ASSESSOR DE APOIO INSTITUCIONAL CLASSE III,** com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir desta data, conforme Lei Complementar 097 de 01 de abril de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de junho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
RESUMO DO DISTRATO/RESCISÃO DO CONTRATO DE PESSOAL N°. 001/2017

Contratado(a): **MARINEIDE APARECIDA NUMES**; Objeto: Prestação de serviços no cargo de **ENFERMEIRO,** Motivo: Rescisão sem justa causa

por iniciativa do Empregador; Vigência: 02/01/2017 a 02/07/2017; Vencimento: R$ 2965,62 mensal; Distrato em 01/06/2017.

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 021/2017

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 401/2016, Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

CONVOCA

Os candidatos abaixo relacionados, aprovado no Processo Seletivo, para comparecer no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07 h às 11 h ou das 12:00 ás 16:00 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos documentos constantes no item 9 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA e RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

7º - Maria Neide dos Santos

CARGO: FISIOTERAPEUTA

3º - Ingrid Emanoelle Rodrigues

Curvelândia, 01 de junho de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL DE DESCLASSIFICAÇÃO Nº 008/2017

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o item 9.5, do Edital do Processo Seletivo Simplificado n. 01/2016, abaixo transcrito:

9.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 9.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

DESCLASSIFICA, o candidato abaixo mencionado:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

5º - Mirela Ramos

Curvelândia - MT, 01 de junho de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 250/2017

NOMEIA **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** *E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Sra. **MARINEIDE APARECIDA NUNES,** portador da cédula de Identidade, RG 455 351 SSP/MT, CPF 429.401.331-15, para o cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE,** a partir da presente data, em conformidade com a Lei Complementar n° 040/2009 de 21 de dezembro de 2009.

Parágrafo Único: Fica atribuído ao **Secretário Municipal de Saúde**, poderes para movimentar conjuntamente com o prefeito municipal as contas bancárias do Fundo Municipal de Saúde, junto ao **Banco do Brasil** – Agência Cáceres – MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de junho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 249/2017

DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas em Lei;

Considerando a necessidade da instituição de designar um fiscal para acompanhamento dos contratos celebrados a terceiros;

RESOLVE,

Art. 1º - Designar o servidor **VALTEIR CLARA SANTANA**,matrícula funcional n° 1930, CPF n° 028.410.831-60, efetivo no cargo de Vigia, para acompanhamento e fiscalização do Contrato nº. 019/2017 .

Art. 2º - O Contrato 019/2017 tem como objeto, contratação de empresa para aquisição de peças e serviços para manutenção geral de molejos em camionetas, vans, caminhões, ônibus e micro-ônibus da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT.

Art. 3º - O servidor ora designado, não será remunerado por esta atividade, receberá apenas a remuneração de seu cargo de origem.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 01 de junho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 248/2017

EXONERA ***SECRETÁRIO DE SAÚDE****,E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Exonerar **JHONATAN PINHEIRO SALLES**, matrícula funcional N° 2630, lotado na Secretaria de Saúde do cargo de **SECRETÁRIO DE SAÚDE**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 31 de maio de 2017, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia-MT, 01 de junho de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 247/2017

*DESIGNA***GERENTE DE COMPRAS***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **WELLITON CHARLLES PEREIRA NETO**, matrícula funcional 1717, efetivo no cargo de Agente Admnistrativo para exercer a função de **GERENTE DE COMPRAS**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 246/2017

*DESIGNA***DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **SIMONE GAIO DOS SANTOS**, matrícula funcional 1544, efetiva no cargo de Agente Administrativo para exercer a função de **DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 246/2017

*DESIGNA***DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **SIMONE GAIO DOS SANTOS**, matrícula funcional 1544, efetiva no cargo de Agente Administrativo para exercer a função de **DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 245/2017

*DESIGNA***GERENTE DE CONVÊNIO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E GEOBRAS***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **ROSANE APARECIDA DA SILVA PIRES**, matrícula funcional 245, efetiva no cargo de Agente Administrativo para exercer a função de **GERENTE DE CONVÊNIO, PRESTAÇÃO DE CONTAS E GEOBRAS**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 244/2017

*DESIGNA***GERENTE DE INFORMAÇÃO AO TCE E DEMAIS ÓRGÃOS EXTERNOS***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **RÉGIS AMÂNCIO FIORENTINO**, matrícula funcional 232, efetivo no cargo de Auxiliar Administrativo para exercer a função de **GERENTE DE INFORMAÇÃO AO TCE E DEMAIS ÓRGÃOS EXTERNOS**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 243/2017

*DESIGNA***GERENTE DE PROMOÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **MARIA SOCORRO DE SOUZA PEREIRA**, matrícula funcional 1689, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais para exercer a função de **GERENTE DE PROMOÇÃO DE SAÚDE PÚBLICA**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 242/2017

*DESIGNA***ASSESSOR DE APOIO INSTITUCIONAL CLASSE III***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **MÁRCIA CRISTINA MENDES**, matrícula funcional 1699, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais para exercer a função de **ASSESSOR DE APOIO INSTITUCIONAL CLASSE III**, em conformidade com a Lei Complementar n° 097/2016 de 01/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 241/2017

*DESIGNA***GERENTE DE ACESSO A INFORMAÇÃO, OUVIDORIA E ARQUIVO***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **LILIAN APARECIDA ALVES DO CARMO**, matrícula funcional 1696, efetiva no cargo de Agente Administrativo para exercer a função de **GERENTE DE ACESSO A INFORMAÇÃO, OUVIDORIA E ARQUIVO**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 240/2017

*DESIGNA***GERENTE DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **JOSÉ BERNARDO DOS SANTOS FILHO**, matrícula funcional 1694, efetivo no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais para exercer a função de **GERENTE DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTOS**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 239/2017

*DESIGNA***GERENTE DE ALMOXARIFADO***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **JANES BARBOSA DE MELO**, matrícula funcional 1859, efetivo no cargo de Agente Administrativo para exercer a função de **GERENTE DE ALMOXARIFADO**, em conformidade com a Lei Complementar n° 080/2014 de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 238/2017

*DESIGNA***GERENTE DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO***, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Designar **BRUNA ALVES PEREIRA**, matrícula funcional 1692, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais para exercer a função de **GERENTE DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO**, em conformidade com a Lei Complementar n° 097/2016 de 01/04/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Curvelândia - MT, 30 de maio de 2017.

_____

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE
PORTARIA 017/2017 DE 01 DE JUNHO DE 2017

PORTARIA N° 017/2017 EM 01 DE JUNHO DE 2017

A SR. SALVADOR RENILDO DE OLIVEIRA SOARES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O CARGO E DE ACORDO COM O ART. 76 DA LAI MUNICIPAL Nº 149/94 E ART. 72 DA LEI MUNICIPAL Nº 165/94,

R E S O L V E:

I – CONCEDER, ao funcionário desta Casa Legislativa o ***Sr. Osmar Ramos da Silva,*** portador da CI nº 016.406 SSP/MT, cadastrado no CPF/MF nº 172.651.261-49, lotado na Câmara Municipal de Denise/MT, na função de Motorista Oficial, licença para tratar de assunto de interesse particular no período do 01/06/2017 a 01/06/2018, sem remuneração ou vantagem, de acordo com o disposto no art. 76 da Lei Municipal nº 149/94;

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DENISE-MT, AO 01 DIA DO MÊS DE JUNHO DE 2017.

SALVADOR RENILDO DE OLIVEIRA SOARES

CPF/MF Nº. 402.301.985-20

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Registrada na Secretaria Geral da Câmara e publicada na forma da lei, na data supra.

SECRETARIA GERAL DA CÂMARA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 292/2017

CONTRATADO: CICERO RICARDO DA SILVA: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária**. O CONTRATADOreceberá o vencimento de R$ 1.417,51 (Um Mil Quatrocentos e Dezessete Reais e Cinqüenta), mais 20% de adicional de insalubridade, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com as Unidades do PSF - 2.032. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0047.IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, 19 de Maio de 2017.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2017 – CISCN

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, torna público a dispensa de licitação para **AQUISIÇÃO de Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Materiais Hospitalares**; VALOR: no valor máximo de R$ 10.634,80 (dez mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos) , sempre pagas até o 5º dia de cada mês; PRAZO: para o período de 16 de janeiro de 2017 a 16 de fevereiro de 2017, nos termos dos 24, II c/c § 8º da Lei 8.666/93.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Presidente do Consórcio

LICITAÇÃO
EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 349 /2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE PORTAL DE ACESSO (PÓRTICOS) ENTRADA E SAÍDA DA CIDADE, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: PRORROGADO PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 120 (CONTO E VINTE) DIAS

CONTRATADO: CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI - EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 16 DE MAIO DE 2017.

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 234/2017

CONTRATADO: LUCIA INÊS LANG DA SILVA: O presente contrato tem como objeto a contratação da servidora com o cargo de **TÉCNICA EM ENFERMAGEM**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.691,11 (Um Mil Seiscentos e Onze Reais e Onze Centavos), mais 20% de adicional de insalubridade, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária. II – Programa de Trabalho: Manutenção Farmácia - 2.033. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0014. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, 03 de Abril de 2017.

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 289/2017

CONTRATADO: LIDIANE PARECIS: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de **MOTORISTA DE AMBULÂNCIA**, lotada na **Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária**. O CONTRATADOreceberá o vencimento de R$ 1.417,51 (Um Mil Quatrocentos e Dezessete Reais e Cinqüenta), mais 20% de adicional de insalubridade, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com as Unidades do PSF - 2.032. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00.00.00.0047.IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino/MT, 12 de Maio de 2017 de 2017.

SETOR RH
ERRATA DA PORTARIA Nº 044/2017

Portaria nº 044/2017, publicada no Diário Oficial AMM-MT nº 2741, de 01 de Junho de 2017.

Correções:

ONDE SE LÊ:

PORTARIA Nº 044/2017

LEIA-SE:

PORTARIA Nº 043/2017

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT, 01 de Junho de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 045/2017

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **LUANA KAREN TOLEDO DA SILVA RODRIGUES** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **17 de Junho de 2009 a 16 de Junho de 2014**;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **LUANA KAREN TOLEDO DA SILVA RODRIGUES,** matrícula funcional 1884-1**,** ocupante do Cargo/Função de Técnico Nível Superior/Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **21 de Junho de 2017 a 18 de Setembro de 2017**.

ART. 2º - Apresente Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 01 de Junho de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
EXTRATO DO CONTRATO 016/2017 - CISCN

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente contrato realizado pelo CISCN – CONTRATADO: **LABORATÓRIO SÃO JOÃO BATISTA LTDA - EPP**; CNPJ: 03.648.334/0001-64; OBJETO: Contratação de Serviço de Exames Laboratoriais e Apoio Diagnosticam para atender o Hospital São João Batista; 31/DEZ/2017. VALOR: R$ 500,00 por plantões noturnos, finais de semana e feriados; Exames Laboratoriais: Tabela SUS; PRAZO: 27 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
DISPENSA DE LICITAÇÃO CISCN 008/2017

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO CENTRO NORTE DO ESTADO DE MATO GROSSO - CISCN, entidade de direito privado, inscrita no CNPJ sob número 07.588.711/0001-78, situado a Avenida Municipal, 1501, Centro, Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente, Prefeito de Diamantino - MT, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, torna público que está dispensando a licitação para contratação do **Laboratório São João Batista Ltda - EPP,** com sede na Av. Municipal, 1589, Bairro Centro, Diamantino - MT, inscrita no CNPJ sob n. 03.648.334/0001-64, nos termos do artigo 25, I, da Lei 8.666/93, para prestar serviços de Exames Médicos Laboratoriais e Apoio Diagnóstico pra atender ao Hospital São João Batista. PRAZO: 27 de janeiro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Presidente do CISCN

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CENTRO NORTE MT/ HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2017 - CISCN

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Centro Norte do Estado de Mato Grosso, Sr. Eduardo Capistrano de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente contrato realizado pelo CISCN – CONTRATADO: **DIHOL DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA,** CNPJ 26.792.580/0001-90; OBJETO: **AQUISIÇÃO de Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Materiais Hospitalares***; VALOR:* no valor de R$ 10.634.80 (dez mil, seiscentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), sempre pagas até o 5º dia de cada mês; PRAZO: para o período de 16 de janeiro de 2017 a 16 de fevereiro de 2017, nos termos dos 24, II c/c § 8º da Lei 8.666/93.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Presidente do Consórcio

GABINETE
DECRETO Nº 64/2017

"**Autoriza a reversão dos imóveis doados à União pela Lei Municipal nº 631/2006**"

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTINO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando o art. 4º da Lei Municipal nº 631/2006, que prevê a reversão dos imóveis doados, em caso de descumprimento injustificado do art. 3º, a saber: construção da sede do Cartório da 7ª Zona Eleitoral de Diamantino, no prazo de 03 (três) anos,

Considerando que, conforme disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 631/2006, a reversão independe de interpelação ou notificação judicial do donatário,

Considerando a autorização legislativa emanada pela Lei Municipal nº 1.165/2017,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam revertidos, ao patrimônio público municipal, os imóveis objetos das matrículas imobiliárias nº 37.139, 37.140 e 37.141, do RGI local, doados à União através da Lei Municipal nº 631/2006, de acordo com o art. 1º da Lei Municipal nº 1.165/2017.

Parágrafo Único - Quaisquer registros e/ou averbações decorrentes da doação, lançados nas matrículas imobiliárias, deverão ser baixados, perdendo todos os seus efeitos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 01º de junho de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO 3º ADITIVO AO CONTRATO 042/2014

EXTRATO DE TERMO 3º ADITIVO AO CONTRATO 042/2014

CONTRATADO (A):CVF DA SILVA – TRANSPORTE – ME CNPJ/MF sob o nº 17.501.382/0001-30.

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de 01 (um) ano do prazo global, constante da Cláusula Quarta do Contrato de Prestação de Serviços nº 042/2014.

VIGENCIA: de 12 (doze) meses.

DOM AQUINO - MT, 01 DE JUNHO 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 31 de Maio de 2017, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2017, tendo como objeto ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO VISUAL E SERVIÇOS GRAFICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.**

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa SILVIA LETICIA GONCALVES RODRIGUES- 058.448.241-80, sagrou-se vencedora do lote 001 com o valor final de R$ 54.500,00 (cinquenta e quatro mil e quinhentos reais); e do Lote 0002, com o valor final de R$ 33.500,00 (trinta e três mil e quinhentos reais); E a empresa: CAPPELLARI E DE PAULO LTDA, vencedora do lote 003 com o valor final de R$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais)

Feliz Natal – MT, 31 de Maio de 2017.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

PREFEITURA JURIDICO
PORTARIA MUNICIPAL Nº. 278/2017

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 278/2017

DATA: 25 de MAIO de 2017

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e considerando o disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 571/2017, de 24 de Maio de 2017.

RESOLVE:

Artigo 1º. Nomear para compor o Conselho Municipal do FETHAB de Feliz Natal os seguintes membros:

a) Representantes do Poder Executivo Municipal, sendo um deles o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente que o Presidira;

I - REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

EDUARDO FERREIRA ROSA

II – REPRESENTANTE DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE:

ADENILSO DE LIMA

III - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTOS E FINANÇAS:

ELAINE HEEMANN

ADRIANO ROSA

IV – REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA:

DERCILIO GOMES DE OLIVEIRA

b) Representantes da sociedade civil, sendo que 01 (um) deles deve ser um representante do Poder Legislativo Municipal.

I - REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL:

VALTER LUIZ BERNARDO

II - REPRESENTANTE DA INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIREIRAS DE FELIZ NATAL:

NALDIR VON DENTZ

III - REPRESENTANTE DOS PEQUENOS AGRICULTORES DA GLEBA DO RIO FERRO:

MARIO AUGUSTO BRITO

IV - REPRESENTANTE DOS PRODUTORES RURAIS DE FELIZ NATAL.

ODEMIR PASSADOR

V – REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE SOJA E MILHO DE VERA/FELIZ NATAL - APROSOJA

EGUIBERTO ADELAR GABE

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº196/2017, de 20 de Março de 2017.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS VINTE CINCO DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2017

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA JURIDICO
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 012/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO Nº: 012/2016 – 4º ADITIVO

DATA ASSINATURA: 24 DE MAIO DE 2017

CREDOR: RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA-ME

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25 DE DEZEMBRO DE 2017

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS 002/2016

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR FINALIDADE DE ADITAR PRAZO DA EXECUÇÃO DA OBRAE VIGENCIA DOCONTRATO Nº 012/2016.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2017

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de sua pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 01 de Junho de 2017, o PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2017, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 011/2017, tendo como objeto a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E RETÍFICA, PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM VEÍCULOS UTILITÁRIOS PESADOS.

Tendo em vista o cumprimento dos termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e Lei 123/2006 e a Lei 10.520/2002 e alterações posteriores, para que produza os desejados efeitos legais, onde a empresa RETIFICA MATO GROSSO EIRELI-ME, sagrou-se vencedora do LOTE 001 com o valor total final de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais); Lote 0002 a empresa: T.J. RETIFICADORA LTDA, com o valor total final de R$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais); Lote 0003 a empresa: T.J. RETIFICADORA LTDA, com o valor total final de R$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais); Lote 0004 a empresa: T.J. RETIFICADORA LTDA, com o valor total final de R$ 42.900,00 (quarenta e dois mil e novecentos reais); Lote 0005 a empresa: S L PULICENO & CIA. LTDA., com o valor total final de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais); Lote 0006 a empresa: MIRIAN SCHNEIDER 58153047191, com o valor total final de R$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais); Lote 0007 a empresa: S L PULICENO & CIA. LTDA., com o valor total final de R$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)

Feliz Natal – MT, 01 de junho de 2017.

NEUZA MARIA DA ROSA

PREGOEIRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO N° 029/2017.

DATA: 30 de MAIO de 2014.

SÚMULA: Dispõe sobre a homologação do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 do Município de Feliz Natal, e dá outras providências.

RAFAEL PAVEI, Prefeito Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei e nos termos do Art. 37 da Constituição Federal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica homologado o Edital que apresenta o Resultado Final Oficial relativamente ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, realizado em 14 de Maio de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE MAIO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se. Publique. Cumpra-se.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE FELIZ NATAL - MT

PORTARIA N.º 090/2017

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria n.º 038/2017 que Dispõe Concessão do Benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da Servidora Sr.ª SUELI DALVA DE OLIVEIRA".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Retificar a Portaria n.º 038/2017 de 15 de Março de 2017, que dispõe sobre a concessão do Beneficio de Aposentadoria por Invalidez em favor da servidora Sr.ª Sueli Dalva de Oliveira.

Onde – se Lê:

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 6º A da EC nº 41/2003, com redação dada pela EC nº 70/2012 e Art. 14 da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2.016, que rege a Previdência Municipal e ainda combinado a Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Leia – se:

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 e Art. 14 da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2.016, que rege a Previdência Municipal e ainda combinado a Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 01 de Junho de 2017.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT

Diretora Executiva HOMOLOGO:

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE FELIZ NATAL - MT

PORTARIA N.º 089/2017

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria n.º 037/2017 que Dispõe Concessão do Benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor da Servidora Sr.ª SUELI DALVA DE OLIVEIRA".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º Retificar a Portaria n.º 037/2017 de 15 de Março de 2017, que dispõe sobre a concessão do Beneficio de Aposentadoria por Invalidez em favor da servidora Sr.ª Sueli Dalva de Oliveira.

Onde – se Lê:

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, combinado com Art. 6º A da EC nº 41/2003, com redação

dada pela EC nº 70/2012 e Art. 14 da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2.016, que rege a Previdência Municipal e ainda combinado a Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Leia – se:

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 e Art. 14 da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2.016, que rege a Previdência Municipal e ainda combinado a Lei Municipal Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 01 de Junho de 2017.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

PREFEITURA JURIDICO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RESCISÃO DO CONTRATO 013/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATADA:INES BETINE RAMOS

DATA: 03 DE MARÇO DE 2017

OBJETO: A PRESENTE RESCISÃO OCORREU POR INICIATIVA DA CONTRATADA, DE FORMA AMIGÁVEL, POR ACORDO ENTRE AS PARTES, TENDO EM VISTA A IMPOSSIBILIDADE DA CONTRATADA EM MANTER O FORNECIMENTODOS PRODUTOS ORIUNDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE, FIRMADO EM 03/03/2017, LICITAÇÃO ATRAVÉS DA CHAMADA PUBLICA 001/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E FINANÇAS
CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 003/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL E O Sr. RAFAEL CERANTO ALVARADO

Pelo presente instrumento particular de Prestação de Serviços, de um lado o **MUNICÍPIO DE Feliz Natal**, pessoa jurídica de direito público, com sede a Avenida Maravilha, Praça da Bíblia, Centro, em Feliz Natal-MT, inscrita no CNPJ 01.614.088/0001-02, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **RAFAEL PAVEI**, residente e domiciliado neste município, portador do CPF 039.721.749-85 e RG 77391673 SSP/PR, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado o Sr **RAFAEL CERANTO ALVARADO**, brasileiro, solteiro, Médico, portador do RG sob nº 34.233.999-0 SSP/SP, inscrito no CPF nº 347.260.798-08, Carteira de Trabalho 36337 Série 000388/SP, residente e domiciliado na Avenida Maravilha S/N Centro, doravante denominado CONTRATADO, tem entre si justo e acertado o presente contrato de prestação de serviços por tempo determinado, regido pelas cláusulas e condições seguintes, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL - Observando osprincípios Constitucionais de isonomia, legalidade, impessoalidade e publicidade, a contratação fundamenta-se na Lei complementar n. 026/2013 e Lei Municipal nº 484 de 03 de Setembro de 2014 e disposições que seguem:

Parágrafo Único: Este contrato tem os efeitos da precariedade inerente aos contratos administrativos, face à urgente necessidade de contratação de**Médico,** tendo em vista ausência de candidatos aprovados no Concurso Público e Teste Seletivo em vigência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CARGO E CARGA HORÁRIA DE TRABALHO - O contratadoprestaráserviços correspondentes ao cargo de**Médico**, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais lotado na Secretaria Municipal de Saúde**.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO - O prazo **deste contrato tem como data inicial, 16 de Maio** de **2017**, e término em 31 de Maio de 2017**, podendo ser rescindido unilateralmente pela Administração, com notificação pr**evia ao contratado no prazo de 30 (trinta) dias de antecedência do contratante.

CLÁUSULA QUARTA – DO VENCIMENTO - Durante o prazo constante da Cláusula Terceira, o (a) contratado (a) receberá o vencimento mensal bruto de R$ 13.026,97 (treze mil vinte e seis reais e noventa e sete centavos) equivalente a carga horária de 40 (horas) horas semanais, sendo garantido à Contratada o **reajuste, sempre que alterada a tabela dos demais** Servidores.

PARÁGRAFO ÚNICO: O valor total do salário mensal poderá **ser alterado conforme a quantidade de plantões realizados** no mês.

CLÁUSULA QUINTA – ACÚMULO DE CARGO - A contratada temporária lotada na Secretaria Municipal de Saúde, declara para todos os efeitos legais, não ocupar cargos, em regime de acumulação, na Administração Publica Federal e Estadual.

CLÁUSULA SEXTA – REGIME JURÍDICO E REGIME PREVIDENCIÁRIO- O Regime Jurídico do presente Contrato temporário será o estatutário, aplicando-se a contratada os mesmos direitos e deveres aplicados aos demais funcionários da Prefeitura de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Feliz Natal regulados pela Lei complementar n. 03/2007, e o previdenciário será regido pelo RGPS – Regime Geral Previdência Social (INSS).

CLAUSULA SÉTIMA – RESCISÃO e ou DISTRATO

1 – **Rescisão** a) A rescisão deste Contrato ocorrerá quando deixarem de existir os motivos que ensejaram contratação, independente da vigência do contrato;

b) na hipótese do inadimplemento de cláusula ou condição contratual lavrada por escrito e a qualquer tempo, mediante notificação.

2 - **Distrato** – acontecerá por solicitação de ambas as partes, quando manifestarem expressamente essa intenção, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou a qualquer tempo a critério da Administração quando por relevantes motivos de interesse público.

CLAUSULA OITAVA – PUBLICAÇÃO E EFEITOS

8.1 - Este Contrato será publicado no Diário de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso e no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), **na forma de extrato, para** todos os efeitos legais.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - Os recursos financeiros constam da Lei Orçamentária Municipal, estando livres e não comprometidos na seguinte dotação:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.06 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

06.06002.10 – SAÚDE

06.06002.10.301 – ATENÇÃO BÁSICA

06.06002.10.301.0032 – APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS

06.06002.10.301.0032.2001 – BLOCO I – ATENÇÃO BÁSICA

06.06002.10.301.0032.2001.3.1.90.04.00.00 – CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

06.06002.10.301.0032.2001.3.1.90.04.00.00-0102000000–SAÚDE 29,49% (15%)

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO - O Foro de Feliz Natal-MT será competente para definir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato,sendo que as partes renunciam a outro qualquer, por mais privilegiados que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Feliz Natal-MT, 16 de Maio de 2017.

RAFAEL PAVEI	**RAFAEL CERANTO ALVARADO**
PREFEITO MUNICIPAL	**CONTRATADO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 038/2017

PREGÃO PRESENCIAL /SRP - Nº 022/2017

O município de Gaúcha do Norte/MT, através de seu Pregoeiro Oficial, torna público o Registro de Preçospara eventual locação de **BRINQUEDOS INFLÁVEIS ENTRE OUTROS COM MONITORES** para a 8ª Feira Cultural, nas quantidades, qualidades e condições descritas e especificadas no Anexo I - Termo de Referencia, deste instrumento convocatório. **Para da SecretariaMunicipal de Educação,** na modalidade **Pregão Presencial /SRP** no dia 13/06/2017 às 07:30h00min (Horário de Cuiabá/MT) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será disponibilizada na sede do paço municipal das 07h00min as 11h00min e 13h00min as 17h00min, ou no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 31 de maio de 2017.

PAULO CÉSAR RÉGIS DA SILVA

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 135/2017

DISPÕE SOBRE ***NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR/ORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE,*** *E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

VONEY RODRIGUES GOULART - Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Senhora **NEUSA PETREKIC**,matricula funcional 048541**,** portadora da cédula de Identidade, RG 1379775-5 SSP/MT, CPF 030.577.231-79, ocupante do cargo de Secretária de Assistência Social, como Administradora/Ordenadora das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA.

Art. 2º - Regulamenta a nomeação do Presidente e Secretário do FMDCA, sendo respectivamente como presidente de acordo com a Lei 062/1999 e ata nº 066/2017 do CMDCA, a Sra. Cleusa Petrekic, portadora do CPF 026.923.811-57e Secretária a Sra. Joceli Friedrich, portadora do CPF 933. 712.929-91.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gaúcha do Norte - MT, 01 de Junho de 2017.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 068/2017

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E VALDEMAR ALVES MALHEIRO - ME COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Brasil nº 1298, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE**, e a empresa **VALDEMAR ALVES MALHEIRO – ME**, cadastrada no cadastro nacional de pessoas jurídica sob nº 74.033.218/0001-89, doravante denominada CONTRATADA, estabelecida na cidade de Gaúcha do Norte MT, situada na Rua Santa Catarina, nº 1.114 – centro, neste ato representada por seu proprietário **Valdemar Alves Malheiro** , Carteira de Identidade nº.2817345-7 SSP/MT e no Cadastro de Pessoas Físicas sob nº274482820-34 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 032/2017**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017**, e a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 **–** O objeto do presente contrato é a prestação de serviços d**e TRANSPORTE DE ALUNOS** da rede publica de ensino do Município de Gaúcha do Norte-MT para o ano letivo e 2016, conforme especificações que se segue:

ITEM 01 – ROTA I

Região da aldeia Kaupuma

Itinerários	Km/ dia	Km/ dias letivos	Nº Alunos	Valor/ km	Valor total
Região da aldeia Kaupuma, aldeia nekupai, sítio lini, faz. Xingú, faz. Sol nascente e aldeia Mirassol, Sítio N. S. Aparecida, varias chácaras e escola entre Escola estadual gervásio dos Santos Costa, EMEB Bem me Quer	175,60	22.300 km em 127	Mínimo 40 alunos	5,30	118. 190,00

ITEM 02 – Rota II

Região do PA Jaraguá

Itinerários	Km/ mês	Km/ dias letivos	Nº Alunos	valor	Valor total
Saída de Gaúcha do Norte, Faz. Terra Nova, Nova Aliança, Vila Culuene, trevo São José do Couto, Serrinha e escola no PA Jaraguá para as Escolas Estadual Jaraguá escola Agrícola localizada no município de Água Boa MT.	1.872 km	18.720 km em 127	Mínimo 18 alunos	4,58	85.737,60

ITEM 03 :

Atender qualquer das linhas onde é realizado o Transporte escolar com veículos do município (sem ser as linhas terceirizadas), quando este estiver em manutenção, conforme solicitação da SEMECEL.

Itinerários	Km/ mês	Km/ dias letivos	Nº Alunos	Valor/ km	Valor total
Ônibus, ou similar com capacidade mínima de 40 alunos para serviços de transporte, quando solicitado para substituir veículos quebrado da frota própria do município	1.872 km	18.720 km em 127	Mínimo 40 alunos	5,30	99.216,00
VALOR TOTAL DE TODAS AS LINHAS:	**303.143,60 (TREZENTOS E TRÊS MIL E CENTO E QUARENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)**				

1.2 - Todos os veículos necessários para a prestação dos serviços acima citados deverão ser tipo Rodoviário Específico para Transporte de Escolares, com todos os equipamentos obrigatórios conforme o Código de Transito Brasileiro e com ano de fabricação não inferior a 15 anos de fabricação.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FATO GERADOR CONTRATUAL

2.1 - O presente Contrato está fundamentado e regido pela Lei n°. 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações posteriores e foi originado do procedimento licitatório, na modalidade de **Pregão Presencial n°. 016/2017** SRP.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE EXECUÇÃO, PRAZO E VIGÊNCIA

3.1 – A forma de execução constantes da Cláusula Primeira deste Contrato será integral, por empreitada por preço global, mediante o pagamento do objeto contratado.

3.2 – Só se admitirá a prorrogação de prazos quando houver impedimentos que paralisem ou restrinjam o normal cumprimento do calendário escolar decorrentes de fatos alheios à responsabilidade da CONTRATADA, atestados e reconhecidos pela CONTRATANTE.

3.3 – Na ocorrência de tais fatos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito um dia após o evento enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados por escrito dez dias antes de findar o prazo original, em ambos os casos com justificativa circunstanciada.

3.4 - O transporte dos alunos deverá ser iniciado de acordo com a ordem de execução de serviços que será emitida pela Secretaria Municipal de Educação.

3.5 - Os veículos deverão estar em perfeitas condições de uso e manutenção adequada, com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente ao Art. 136 do Código de Transito Brasileiro.

3.6 - Caso ocorra quebra do veículo, defeito mecânico, ou algum impedimento de transporte dos alunos, deverá a contratada, providenciar imediatamente, às suas expensas, outro veículo, nas mesmas condições exigidas nesta licitação.

3.5 - O Dístico Escolar (CTB art. 136, III)– (pintura de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura, à meia altura, em toda a extensão das partes laterais e traseira da carroceria, com o dístico “ESCOLAR”, em preto, sendo que, em caso de veículo com carroceria pintada na cor amarela, as cores aqui indicadas devem ser invertidas.

a) Dispor de lanterna de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira;

b) Pneus, sinalização e demais itens e equipamentos de segurança exigidos pela legislação, em bom estado de conservação (Resolução CONTRAN N° 14/98), Art. 136, VII, do CTB.

c) O contrato não será firmado e a consequente prestação do serviço não será iniciada sem o cumprimento das condições acima dispostas, e sem a apresentação do veículo para uma vistoria interna a ser realizada pela Secretaria da Educação.

3.7 – O presente contrato terá sua execução diária e sua vigência até o dia 31/12/2016.

4 – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O presente contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de

VALOR TOTAL DE TODAS AS LINHAS:	**303.143,60 (TREZENTOS E TRÊS MIL E CENTO E QUARENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA CENTAVOS)**

Cujos valores unitários se verificam da proposta apresentada pela contratada.

4.2 - O pagamento será efetuado **30 (trinta) dias** após a emissão da nota fiscal desde que devidamente atestada pela **secretaria municipal de Educação**.

4.3 - O pagamento se dará a contra -apresentação da Nota Fiscal descriminada, devidamente atestada pelo(s) Fiscal(ais) do Contrato.

4.4 - O pagamento somente será efetuado a representante legal da Contratada.

4.5 - Os preços do presente contrato são considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de reajuste admitidas na forma da Lei 8.666/93.

5 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Todas as despesas decorrentes deste processo contrato correrão por conta de recursos próprios consignados no Orçamento Municipal, para o ano de 2.016, conforme Lei Municipal, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO : 12

UNIDADE : 003

PROJ/ATIV. : 2024

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39

CÓD REDUZIDO: 495, 496, 494

6 – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 – São direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

a) cumprir fielmente o presente Contrato, de modo que, no prazo estabelecido, os serviços foram executados inteiramente;

a) arcar com pagamentos de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas e quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto do presente contrato;

b) assumir quaisquer acidentes na execução do objeto do presente contrato;

c) aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra, objeto do presente instrumento até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do presente Contrato, observado o art. 65 da Lei nº. 8.666/93.

d) apresentar no prazo estabelecido neste instrumento as Notas Fiscais, aprovadas pela Secretaria Municipal de Educação.

e) receber dentro do prazo estipulado, os pagamentos correspondentes aos produtos e/ou mercadorias fornecidas.

f) O pagamento só será efetuado após a entrega nota fiscal devidamente atestada pela secretaria competente.

g) A empresa contratada fica obrigada a ATENDER às Unidades Escolares observando o horário de início e final das aulas, organizando então suas linhas, de forma que os alunos não sejam prejudicados em carga horária, ou seja, deverão ser entregues à escola até o horário do início das aulas e recolhidos somente após o término das mesmas.

h) Todas as despesas com manutenção de frota, funcionários, encargos e tributos a que vier incidir serão de total responsabilidade da Contratada.

i) Em caso de quebra de veículos, a Contratada deverá responsabilizar-se, substituindo-os, de modo a evitar a interrupção dos serviços do Transporte, daquela ROTA.

j) A Contratada deverá orientar os condutores dos veículos, bem como demais funcionários da mesma, quanto à observação concernente ao trato dos alunos, estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações voltadas ao menor, sob pena de responderem judicialmente por seus atos.

k) A Contratada fica obrigada a Fornecer e exigir de seus funcionários o uso de todos os equipamentos de segurança previstos na legislação em vigor e os que forem solicitados pela Fiscalização.

l) - A Contratada fica obrigada a Afastar ou substituir dentro de 24 horas, sem ônus para o Município, qualquer funcionário que, por solicitação da Fiscalização, não deva continuar a participar da execução dos serviços, desde que devidamente justificado.

6.1.1 – Será ainda de responsabilidade da CONTRATADA:

I – Realizar com seus próprios meios, o objeto deste edital, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação;

II – Atender com prontidão as reclamações por parte da Secretaria Municipal de Educação;

III – Manter todas as condições de habilitação exigidas na presente licitação;

IV – Manter o veículo em perfeitas condições de uso, sempre revisado, com manutenção adequada e devidamente limpo e higienizado;

V – Manter o veículo com todos os dispositivos de segurança exigidos pela legislação pertinente, de acordo com o Art. 136 do Código de Transito Brasileiro, da Lei 9.503 de 23 de setembro de 1997 e o manual DETRAN – Departamento Estadual de Transito de Mato Grosso;

VI – Responder pela segurança total do transporte, sendo de sua responsabilidade qualquer dano ocorrido com os passageiros e condutores durante o percurso;

VII – Cumprir os horários e trajetos fixados pelo responsável da pasta, sendo que este somente poderá ser alterado mediante autorização escrita da Secretaria Municipal de Educação;

VIII – Tratar com cortesia os alunos e os agentes de fiscalização da contratante;

IX – Manter sempre atualizado o seguro obrigatório e os seguintes documentos:

a) Carteira de Habilitação do Condutor;

b) Comprovante de inspeção anual (conforme Art. 136 do CTB);

c) Certificado de Propriedade do Veículo (CRV);

d) Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV), sendo que qualquer alteração ou emissão de novo documento, deverá ser encaminhado cópia ao setor responsável pelo controle da Prefeitura;

X – Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos veículos destinados aos serviços contratados;

XI – O condutor deverá realizar os serviços com hombridade, profissionalismo e com trajes adequados;

XII – Comunicar a contratante quando houver troca de motorista e apresentar os documentos constantes na alínea IX deste item do mesmo;

XIII – Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem no valor total atualizado do contrato no limite de até 25% (vinte e cinco por cento).

6.2 – São direitos e responsabilidades da CONTRATANTE os seguintes:

a) aplicar as penalidades regulamentares e contratuais no caso de inadimplemento das obrigações da CONTRATADA.

b) intervir no fornecimento dos produtos e/ou mercadorias, nos casos e condições previstos em lei.

c) homologar reajustes e proceder à revisão dos valores propostas na forma da Lei e do presente Contrato.

d) cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares e as cláusulas contratuais deste instrumento.

e) fiscalizar a execução da entrega das mercadorias por intermédio da Secretaria Municipal competente.

f) cumprir e fazer cumprir os termos da Lei nº. 8.666, de 21/06/93 e do presente instrumento, inclusive no que diz respeito ao equilíbrio econômico-financeiro durante a execução do Contrato.

g) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA no prazo estipulado no Contrato depois do recebimento das Notas Fiscais e respectivas atestações, já devidamente atestadas pela Secretaria Municipal competente.

h) aplicar e cobrar as multas pela inexecução total ou parcial dos serviços ou pela inobservância de quaisquer das cláusulas deste Contrato.

i) efetuar a retenção dos impostos e encargos legais sobre as Notas Fiscais de cada parcela.

j) modificar o Contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

k) rescindir unilateralmente o Contrato, nos casos especificados no inciso I do artigo 79 da referida Lei.

l) A administração poderá fiscalizar os serviços a serem contratados, sob os aspectos da segurança de transporte, da higiene do veículo, do tratamento e cuidado com os transportados, da pontualidade, e ainda, exigir vistorias do veículo quando entender necessário, tanto pelo órgão de trânsito quanto por concessionária de sua marca, averiguando se o veículo utilizado para o transporte é o mesmo indicado e relacionado na licitação. Constatada qualquer irregularidade neste aspecto, poderá ser rescindido o contrato, arcando o infrator com as consequências previstas no edital.

7 – DAS SANÇÕES

7.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

7.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

7.3-As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

7.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

7.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

7.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

7.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

7.8 -A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

7.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

7.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

7.9.3 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

7.9.4 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

7.9.5 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

7.9.6- Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

7.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

7.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

7.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

8 – DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1 – O contrato poderá ser rescindido pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78, e na forma disposta pelo artigo 79 e consequências previstas no artigo 80, todos os artigos da Lei nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.2 - Também poderá ocorrer à rescisão do contrato por conveniência da Administração, a qualquer tempo e mediante notificação prévia no prazo mínimo de 10 dias.

8.3 - A administração Pública se reserva no direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, a execução do objeto do contrato, no caso de conveniência administrativa e/ou financeira, devidamente autorizada e fundamentada, caso em que a contratada terá direito de receber os serviços efetivamente executados e demais ressarcimentos garantidos e previstos na Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

8.4 – A CONTRATANTE poderá ainda considerar rescindido este Contrato, de pleno direito, independentemente de qualquer notificação ou aviso prévio, judicial ou extrajudicial, se:

a) a CONTRATADA não iniciar os trabalhos dentro de vinte dias contados da data do recebimento da "ORDEM DE SERVIÇO" ou interrompê-los por mais de vinte dias consecutivos, sem justificativa aceita pela CONTRATANTE.

b) a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, ceder o presente Contrato, no todo ou em parte.

c) a CONTRATADA atrasar por mais de trinta dias o cumprimento dos prazos parciais previstos na notificação dada pela CONTRATANTE.

d) a CONTRATADA não atender as exigências da CONTRATANTE relativamente a defeitos ou imperfeições dos serviços ou com respeito a quaisquer dos materiais, dos equipamentos e da mão-de-obra utilizados.

e) as multas aplicadas à CONTRATADA atingirem, isolada ou cumulativamente, montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato;

f) a CONTRATADA deixar de cumprir qualquer Cláusula, condições ou obrigações prevista neste Contrato ou dele decorrente;

g) ocorrer qualquer um dos motivos referidos nos Capítulo III, seção V da Lei nº. 8.666, de 21/06/93.

8.5 – A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº. 8.666/93.

8.6 – A rescisão deste Contrato de forma unilateral acarretará, sem prejuízos da exigibilidade de débitos anteriores da CONTRATADA, inclusive por multas impostas e demais cominações estabelecidas neste Instrumento, as seguintes consequências:

a) assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração.

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

8.7 - A rescisão contratual poderá ainda ocorrer nos casos e formas previstos nos artigos 78 e 79 da Lei nº. 8.666/93.

9 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1 – A fiscalização da execução do Contrato será exercida pelo Sr. **THAYLOR JUNIOR CONCATTO**, Instrutor, Portaria nº 18 de 02 de janeiro , neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - O presente contrato se regerá pelas cláusulas e disposições aqui expressas; pelas disposições constantes do edital de licitação; pela disposições contidas na Lei 8.666/93 com as alterações dela decorrentes; e, ainda, pelas demais disposições legais que se verificarem aplicáveis à espécie de seu objeto, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui ou na minuta de contrato mencionadas.

10.2 - Ficam fazendo parte integrante do presente contrato o edital de licitação e seus anexos, bem como todos os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a licitação.

10.3 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato será competente o foro da Comarca de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

10.4 - Incumbirá ao contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais Termos Aditivos, observadas as disposições do art. 61, da Lei 8666/93, com as alterações dela decorrentes.

10.5 - Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, decorrente do **Pregão Presencial nº. 016/2017**, em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Gaúcha do Norte – MT, 01 de junho de 2017.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

VALDEMAR ALVES MALHEIRO – ME

CNPJ: 74.033.218/0001-89

THAYLOR JUNIOR CONCATTO

FISCAL DO CONTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETOS 2017

DECRETO Nº.32/2017 DE 31 DE MAIO DE 2017.

"Institui a Junta Médica do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso."

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído por este Decreto, a Junta Médica do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso e do Fundo de Previdência de General Carneiro – **PREVIGEN.**

Art. 2º – A Junta Médica será constituída por 03 (três) servidores do quadro da Prefeitura Municipal, com reputação ilibada e notório conhecimento médico, devidamente inscritos regularmente, sendo eles: **HUGO GOMES EFIGÊNIO- CRM 7145/MT, REINIA CASSIA SILVA – CRM 19615/GO e AMILTON SILVA DE MOURA - CRM 9248/MT.**

Parágrafo Único – O exercício do mandato de membro da junta médica será considerado de relevante serviço público e poderá ser remunerado mediante formalização através de instrumento particular de credenciamento.

Art. 3º - compete aos membros da Junta Médica:

I – realizar perícia médica na admissão de servidores públicos pela Administração púbica municipal;

II – emitir laudo médico pericial nos processos de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, salário-maternidade e desvio de função do Fundo de Previdência de General Carneiro - **GENERALPREVI.**

Parágrafo Único – A competência de que trata este artigo poderá ser exercida individualmente, nos casos de desvio de função, auxílio-doença e salário-maternidade e nos demais coletivamente.

Art. 4º – Independente das atribuições descritas no artigo 3.º, a Junta Médica exercerá outras atividades relacionadas a área de medicina, sempre que convocados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – A convocação de que trata o caput deste artigo, será efetuada com antecedência de 05 (cinco) dias.

Art. 5º– O mandato dos membros da Junta Médica será de quatros anos sendo sua nomeação de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de General Carneiro-MT, 31 de Maio de 2017.

MARCELO DE AQUINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
PORTARIAS 2017

PORTARIA Nº200/GP/2017 De, 02 de Maio de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao funcionário **JULIO VIEIRA RIOS**, exercendo a função de GUARDA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 03 de AGOSTO de 2009 a 03 de AGOSTO de 2014. Que serão gozadas de 02 de MAIO a 30 de JULHO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 02 de Maio de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº201/GP/2017 De, 04 de Maio de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** ao funcionário **FLORÊNCIO BARBOSA DE MORAES**, exercendo a função de VIGILANTE DE ENDEMIAS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 01 de FEVEREIRO de 2016 a 01 de FEVEREIRO de 2017, que serão gozadas de 04 MAIO à 02 de JUNHO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 04 de Maio de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº202/GP/2017 De, 04 de Maio de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao funcionário **JONIVALDO GOMES DE MATOS**, exercendo a função de GARI, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2011 a 20 de JANEIRO de 2016. Que serão gozadas de 05 de MAIO a 02 de AGOSTO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 04 de Maio de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº203/GP/2017 De, 09 de Maio de 2017.

"Dispõe sobre exoneração de servidora e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Srª. **RAYANA AGUIAR LOPES**, Portadora do RG nº. **17218543 SSP/MT** e CPF nº. **021.363.371-06**, do Cargo em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS**,junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 09 de Maio de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº204/GP/2017 De, 10 de Maio de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao funcionário **GLEIBSON PINHEIRO DA SILVA**, exercendo a função de MOTORISTA, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 01 de JUNHO de 2006 a 01 de JUNHO de 2011. Que serão gozadas de 09 de MAIO a 06 de AGOSTO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 10 de Maio. de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº205/GP/2017 De, 10 de Maio de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **LICENÇA PRÊMIO** ao funcionário **LEONORA CARLOS ASSUNÇÃO**, exercendo a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2011 a 20 de JANEIRO de 2016. Que serão gozadas de 11 de MAIO a 09 de JULHO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 10 de Maio. de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº206/GP/2017 De, 12 de Maio de 2017.

"Dispõe sobre exoneração de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. **RENATO GOMES NUNES**, Portador do RG nº. 17707617 SSP/MT e CPF nº 032.617.531-88, **ENCARREGADO DE SERVIÇO,** do Cargo de **FISCAL DE CONTRATO,** junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 12 de Maio de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº207/GP/2017 De, 12 de Maio de 2017.

"Dispõe sobre Designação de servidor e da outras providências".

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o funcionário, Srº **TALES GOMES AIRES**, Portador do RG nº. 14006413 SEJSP/MT e CPF nº 025.689.071-42, **ENCARREGADO DE SERVIÇO** para exercer a função de **FISCAL DE CONTRATO,** junto ao Departamento de Administração, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, 12 de Maio de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº208/GP/2017 De, 12 de Maio de 2017.

MARCELO AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **FÉRIAS** à funcionária **JAINA RODRIGUES DE MORAES**, exercendo a função de TECNICA DE ENFERMAGEM, desta Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT, referente ao período aquisitivo de 20 de JANEIRO de 2015 a 20 de JANEIRO de 2016, que serão gozadas de 10 MAIO à 08 de JUNHO de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Registre-se

Publique-se

Cumpre-se

Gabinete do Prefeito, De, 12 de Maio de 2017.

Marcelo Aquino

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

EXTRATOS DE ATAS DE REGISTROS DE PREÇO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 042/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **DAIMA E MACEDO LTDA - ME**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **DAIMA E MACEDO LTDA - ME** sagrou-se vencedora para os lotes 01, 02, 13, 26. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **DAIMA E MACEDO LTDA - ME** representada pelo (a) senhor (a) Érica Muniz Daima**-** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 043/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **T.Z. LAYDNER & M.Z. LAYDNER LTDA - ME**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **T.Z. LAYDNER & M.Z. LAYDNER LTDA - ME** sagrou-se vencedora para os lotes 03, 11,12 e 25. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **T.Z. LAYDNER & M.Z. LAYDNER LTDA - ME** representada pelo (a) senhor (a) Marcel Zandona Laydner**-** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 044/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **MEDICAL CLINICA MEDICA LTDA - EPP**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **MEDICAL CLINICA MEDICA LTDA - EPP** sagrou-se vencedora para os lotes 14 e 15. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **MEDICAL CLINICA MEDICA LTDA - EPP** representada pelo (a) senhor (a) : Eliana Borges de Morais**-** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 045/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **WEBER & SANTOS LTDA - EPP**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **WEBER & SANTOS LTDA - EPP** sagrou-se vencedora para os lotes 21 e 24. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **WEBER & SANTOS LTDA - EPP** representada pelo (a) senhor (a) : **Edgar Cardoso dos Santos -** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 046/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **CLEISSON RENAN BORGES ECKHARDT - ME**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **CLEISSON RENAN BORGES ECKHARDT - ME** sagrou-se vencedora para os lotes 18 E 19. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **CLEISSON RENAN BORGES ECKHARDT - ME** representada pelo (a) senhor (a) : **Cleisson Renan Borges Eckhardt -** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 047/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **R RIMER H. GUAYAO - ME**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SER-

VIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **R RIMER H. GUAYAO - ME** sagrou-se vencedora para os lotes 16 E 17. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **R RIMER H. GUAYAO - ME** representada pelo (a) senhor (a): **Ruddy Rimer Hocuvere Guayao -** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 048/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **BORSA JUNIOR CLINICA MEDICA EIRELI ME - ME**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **BORSA JUNIOR CLINICA MEDICA EIRELI ME - ME** sagrou-se vencedora para os lotes 05, 09 E 10. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **BORSA JUNIOR CLINICA MEDICA EIRELI ME - ME** representada pelo (a) senhor (a): **Zeloi Borsa Junior -** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **RAMOS STOLF MEDICINA E SAUDE LTDA**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **RAMOS STOLF MEDICINA E SAUDE LTDA** sagrou-se vencedora para os lotes 04, 06, 07 e 08. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **RAMOS STOLF MEDICINA E SAUDE LTDA** representada pelo (a) senhor (a): **Jorge Alberto Teixeira Ramos -** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 050/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE e a empresa **FOGAÇA & TEIXEIRA LTDA – EPP**, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL, GINECOLOGIA/OBSTETRÍCIA, ORTOPEDISTA, E CIRURGIÃO GERAL E ANESTESISTA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES E SOBREAVISO CIRÚRGICO NOS QUANTITATIVOS ESTIMADOS**, visando atender as necessidades Excepcionais de interesse público e da Administração Municipal. **Fundamento Legal:** Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 017/2017, Processo de Compra n° 383/2017, Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002. A empresa **FOGAÇA & TEIXEIRA LTDA – EPP** sagrou-se vencedora para os lote 20. **Data de Assinatura**: 31/05/2017. **Vigência:** 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial de Contas Tribunal de Contas do Mato Grosso e Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM. A PLANILHA DE PREÇOS E ATA EM SUA INTEGRA ENCONTRAM-SE ANEXADA NOS AUTOS DO PROCESSO DE COMPRA Nº 383/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017- SRP. **Assina pelo Município de Guarantã do Norte**: **Érico Stevan Gonçalves** – Prefeito Municipal; **Contratada**: **FOGAÇA & TEIXEIRA LTDA – EPP** representada pelo (a) senhor (a): **Roldon Alfredo Fogaça -** Guarantã do Norte, 31 de maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL SRP 008/2017

A Prefeitura Municipal de Indiavaí-MT, através do Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação na modalidade P**regão Presencial SRP por ITEM nº 008/2017**, cujo Objeto é: **Aquisição de Implementos Agrícolas.** Dia: 15/06/2017. Entrega dos Envelopes: Até as 08:00 horas (Horário de Mato Grosso), do dia 15/06/2017. Edital Completo: Afixado no endereço Rua Getúlio Vargas nº 650, Centro, Indiavaí/MT. CEP 78.295-000, no site www.indiavai.mt.gov.br e no e-mail pmindiavailicitacao@gmail.com, **(quando o edital for baixado pelo site as empresas deverão encaminhar seus dados empresariais para o e-mail (**pmindiavailicitacao@gmail.com**);**Abertura do envelope Nº 01: Às 08:30 horas, do dia 15 junho de 2017, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto 3.555/2000 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Indiavaí – MT. 01 de junho de 2017.

CLEBER PEREIRA DOS SANTOS

Pregoeiro Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 267/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

Deferir a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio dos servidores da área da Educação.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Deferir os servidores:

SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO	PERIODO DO QUINQUÊNIO
ROSANA C. GERONYMO	*761*	*PROF. DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL*	*2011-2016*
NIVEA CRISTINA CIRINO DA SILVA	*842*	*PROF. DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL*	*2012-2017*
LOVANI PETRIKIC SCHMITZ	*479*	*PROF. DE PEDAGOGIA – 1º A 5º ANO*	*2008-2013*
ADÃO ANTONIO FERREIRA JACQUES	*818*	*MOT. DE ÔNIBUS CAT. D*	*2012-2017*
SUSANA TEIXEIRA	*210*	*PROF. DE NÍVEL SUP. I A IV SÉRIE*	*2011-2016*
JOANA ELISA CONRAD	*195*	*PROF. DE NÍVEL SUP. I A IV SÉRIE*	*2011-2016*
CARINE LAGEMANN	*311*	*TEC. ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL*	*2011-2016*

a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio, a ser indenizado de 01/06/2017 á 30/06/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, 01 de junho de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 269/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

Deferir a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio dos servidores do quadro geral.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 80 da Lei Complementar nº. 032 de 14 de dezembro de 2015 (Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Ipiranga do Norte/MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Deferir os servidores:

SERVIDOR	MAT	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO QUINQUÊNIO	PERÍODO DE INDENIZAÇÃO
ELIANE YUMI TANAKA MORAES	792	CIRURGIÃO - DENTISTA	SEC. DE SAÚDE	2011-2016	01/06 A 30/06/2017
ILDA PEREIRA	685	AUXILIAR DE FARMÁCIA	SEC. DE SAÚDE	2010-2015	01/06 A 30/06/2017
ALESSANDRO DOS SANTOS CADENE	730	AGENTE ADM. II	SEC. DE SAÚDE	2010-2015	01/06 A 30/06/2017
MARCELO JARDEL BRESOLIN	377	ENG. AGRÔNOMO	SEC. DE AGRICULTURA	2007-2012	02/06 A 01/07/2017
ANA PAULA COELHO	797	TÉC. EM ENFERMAGEM	SEC. DE SAÚDE	2011-2016	16/06 A 15/07/2017

a conversão em espécie de 01 mês (30 dias) de licença prêmio.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, 01 de junho de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 268/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

Concede 01 mês (30 dias) de licença prêmio por assiduidade referente ao qüinqüênio de 2011/2016 a servidora Cerleia Maria Alievi da Silva.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de conformidade com o disposto no artigo 62 da Lei Complementar nº. 026 de 25 de novembro de 2014 (PCCS dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Ipiranga do Norte – MT), e demais dispositivos legais pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder o gozo de 30 dias a Licença Prêmio a servidora **Cerleia Maria Alievi da Silva,** matrícula n° 188, ocupante do cargo efetivo de Prof. De Nível Superior I a IV série, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola Nossa Senhora Aparecida, a **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, com inicio em 15/06/2017 á 14/07/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 01 de junho de 2017.

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
EDITAL Nº 029/2017

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

ELABORAÇÃO DO PPA-2018-2021

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE Estado de Mato Grosso, **SENHOR PEDRO FERRONATTO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o cargo e invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, amparado no art. 48 e no seu Parágrafo Único da Lei Complementar n° 101/2000, onde "A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos" torna pública a realização da 2º AUDIÊNCIA PÚBLICA, no dia **02 de Junho (sexta-feira), com início às 19h00**, no Sindicato dos Produtores Rurais de Ipiranga do Norte/MT, com a comunidade Rural, com o **objetivo de colher as sugestões e demandas da comunidade para elaboração do Plano Plurianual 2018-2021.**

Atendendo aos princípios da administração pública, destacados em textos legais, fazemos a CONVOCAÇÃO pública de todos os munícipes, as organizações sociais, representantes dos bairros e demais representantes da sociedade civil organizada para participarem desta audiência, onde os mesmos poderão opinar e sugerir sobre planejamento do Plano Plurianual para 2018-2021.

Ipiranga do Norte, 23 de Maio de 2017.

Pedro Ferronatto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2017

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ADESÃO Nº 001/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

O prefeito da Prefeitura Municipal de Itiquira - MT, no uso de suas atribuições legais, torna público que aderiu a Ata de Registro de Preços n° 037/2016 do Pregão Presencial n° 051/2016, Processo Administrativo n° 071/2016 da **Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT** no dia 01/06/2017, contratando a empresa **SAGA COMÉRCIO E SERVIÇO TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA - ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.870.713/0001-20, para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SISTEMA ÚNICO ESPECIALIZADA EM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE COMBUSTÍVEL COM SIS/APLIC (LEIAUTE ATUAL) COM CONTROLE DE NOTAS DE EMPENHOS VIA WEB COM UTILIZAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS OU COM CHIP, INTEGRADO RASTREAMENTO VEICULAR POR GPRS E SATELITAL COM CHIP MWLTI OPERADORA INTEGRADO COM DIÁRIO DE BORDO ON-LINE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA – MT,** no valor total de **Valor total: R$ 100.500,00 (cem mil e quinhentos reais),** nos termos do Art. 6º do Decreto nº 7.892, de 23 de Janeiro de 2013.

Itiquira - MT, 01 de junho de 2017.

Humberto Bortolini

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 014/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA FORNECIMENTO DE CARGAS DE GASES MEDICINAIS, A FIM DE ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **BONATTI COMÉRCIO DE OXIGÊNIO E FERRAMENTAS LTDA – ME**, **CNPJ nº 11.496.251/0001-25**,sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 177.060,00 (cento e setenta e sete mil e sessenta reais).**

Itiquira/MT, 01 de junho de 2017.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS A FIM DE ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** do tipo menor preço, sob forma de julgamento de maior percentual de desconto por item, obteve o seguinte resultado: **AUTO POSTO FILÓ LTDA, CNPJ nº 15.347.446/0001-64** sagrou-se vencedora dos seguintes itens com seus respectivos percentuais de desconto: item 1: 1,70% e item 3: 0,84% e **V.N. I COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, CNPJ nº 09.007.714/0001-04** sagrou-se vencedora dos seguintes itens com seus respectivos percentuais de desconto: item 02: 0,82% e item 04: 3,50%.

Itiquira/MT, 01 de junho de 2017.

Juliane Presotto

Pregoeira

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 128, DE 30 DE MAIO DE 2017.

Prorroga o prazo de conclusão de Processo Administrativo Disciplinar autorizado pela *Portaria Municipal nº 110, de 28/04/2017, ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99, e dá outras providências.*

CONSIDERANDO que a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar constituída pela Portaria nº 110, de 28 de abril de 2017, publicada na Edição 2.723, necessita concluir os trabalhos para o qual foi constituída e requereu prorrogação de prazo ao amparo do artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99;

RESOLVE:

Art. 1° - Fica prorrogado o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, autorizado pela Portaria nº 110, de 28 de abril de 2017, por 15 (quinze) dias, contados a partir de 30 de maio de 2017, conforme permissivo no artigo 126, § 7º da Lei nº 379/99.

Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigência com sua publicação no átrio da Prefeitura, e ratificada com a publicação na imprensa oficial.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT, 30 de maio de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. º 018/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º. 018/2017** foram vencedoras as empresas **C. ROBERTO SILVA COMERCIO** ao valor global de R$ 131.416,00 (Cento e trinta e um mil, quatrocentos e dezesseis reais), **COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP** ao valor global de R$ 342.067,60 (Trezentos e quarenta e dois mil, sessenta e sete reais e sessenta centavos), **JEAN C. R. SILVA COMERCIO – ME** ao valor global de R$ 500.096,78 (Quinhentos mil, noventa e seis reais e setenta e oito centavos), **WANDER DA SILVA COSTA COMERCIO - ME** ao valor global de R$ 49.404,00 (Quarenta e nove mil, quatrocentos e quatro reais), **COMERCIAL PAMEX LTDA – ME** ao valor global de R$ 608.384,00 (Seiscentos e oito mil, trezentos e oi-

tenta e quatro reais), **NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME** ao valor global de R$ 11. 750,00 (Onze mil, setecentos e cinqüenta reais), **MOREIRA - COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP** ao valor global de R$ 103. 841,80 (Cento e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos), **FÊNIX COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA** ao valor global de R$ 285.731,70 (Duzentos e oitenta e cinco mil, setecentos e trinta e um reais e setenta centavos) e **J. SODRÉ DOS SANTOS SILVA MÁXIMO – ME** ao valor global de R$ 194.086,00 (Cento e noventa e quatro mil e oitenta e seis reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 01 de maio de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO N. 013/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara - MT, através do Pregoeiro designado, torna público que, referente ao **PREGÃO n.º 013/2017** foi vencedora a empresa **J. C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA - ME** ao valor global de R$ 424.350,00 (Quatrocentos e vinte e quatro mil trezentos e cinquenta reais), conforme Relatório Geral de Sessões. Jaciara-MT, 01 de junho de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE RESULTADO

Ata da Sessão Pública de Licitação Pregao Presencial 11/2017

Aos Dia Um de Junho de Dois Mil e Dezessete às 08:00, na PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, reuniram-se o PREGOEIRO e sua equipe de apoio, desgnados pela Portaria Nº 010/2017, com o objetivo de realizar a(o) Pregão Presencial Nº 011/2017 para AQUISICAO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO, ELETRICOS E HIDRAULICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICIPIO DE JANGADA-MT.

Abaixo Segue os licitantes que comparecerem a Licitação:

3M COMERCIO MAT. ELETRICOS CONST. E EQUIP LTDA-ME, Representada Por: VALDIR HILARIO DA CRUZ Portador do RG:646107 SSP/MT e CPF:45958254120

COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME, Representada Por: CARLOS ALBERTO MENDONCA Portador do RG:92106912 SSP/SP e CPF:22963065191

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP, Representada Por: JOSE IVONE DE MELO Portador do RG:1868449-1 SSP/MT e CPF:23865717934

ODAGIR ANTONIO SCHNORR, Representada Por: DAIANY NUNES SCHNORR Portador do RG:2033700-0 SSP/MT e CPF:2826352113

O Pregoeiro juntamente com a equipe de apoio Credenciou as empresas acima relacionadas, dando inicio a abertura das propostas e consequentemente aos lances ofertados pelas licitantes onde encontram-se registrados na presente ata. Efetuada a negociação e alcançado os valores de referência o valor proposto atendeu os requisitos da lei Federal 10.520/2002, isto é ficou dentro do valor referência, ato contínuo passou-se a fase de habilitação a documentação que após análise verificou que as empresas atenderam todas as regras editalícias, perguntado ao senhores participante se há intenção de interposição de recurso estes declararam que não, ato continuo o pregoeiro passou para a adjudicação dos itens abaixo relacionados em nome das respectiva empresas.

4776 3M COMERCIO MAT. ELETRICOS CONST. E EQUIP LTDA-ME 04.347.124/0001-07

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	43150	ADESIVO CASCOLA 400G	UNIDADE	14,900	25,000	372,500
2	9347	ADESIVO CASCOTAK ALBA 2.8 KG	UNIDADE	45,000	10,000	450,000
3	18584	ALIZAR MADEIRA	UNIDADE	35,000	30,000	1.050,000
4	5192	ASSENTO SANITARIO BRANCO	UNIDADE	21,000	5,000	105,000
5	43155	BACIA SANITARIA INFANTIL	UNIDADE	285,330	10,000	2.853,300
6	43157	BARRA 3/4 X1M ROSCAVEL	UNIDADE	10,400	50,000	520,000
7	43159	BOIA CAIXA D´AGUA ECOLOGICA 1/2 E 3/4	UNIDADE	2,990	20,000	59,800
8	43162	BOTA PVC BRANCA 36/37	UNIDADE	24,900	20,000	498,000
9	434433	BOTA PVC PRETA 40	UNIDADE	24,900	24,000	597,600
10	434434	BOTA PVC PRETA 41	UNIDADE	24,900	12,000	298,800
11	434435	BOTA PVC PRETA 42	UNIDADE	24,900	20,000	498,000
12	24372	BOTA PVC PRETO 38/39	UNIDADE	24,900	24,000	597,600
13	23406	BROCA ARCO RAPIDO 10,0MM	UNIDADE	7,400	20,000	148,000
14	43163	BROCA CONCRETO 10,0MM	UNIDADE	7,000	20,000	140,000
15	43164	BROCA CONCRETO 8,0MM	UNIDADE	4,200	20,000	84,000
16	19388	CAIXINHA LUZ PVC 4X2	UNIDADE	0,700	100,000	70,000
17	23371	CAP ESGOTO 150	UNIDADE	7,900	20,000	158,000
18	11055	CAPACITOR DE VENTILADOR	UNIDADE	6,400	40,000	256,000
19	20722	CAVALETE PVC COM KIT3/4	UNIDADE	19,500	15,000	292,500
20	43169	CHAVE GRIFO 18	UNIDADE	33,400	10,000	334,000

21	434441	CHUVEIRO DUCHA 127 V 4T	UNIDADE	29,000	10,000	290,000
22	4643	LAMPADA ECONOMICA 25W X 127V	UNIDADE	9,500	300,000	2.850,000
23	4026	LUVA SOLDAVEL 32	UNIDADE	0,950	100,000	95,000
24	434463	MANILHA DE PNEU	UNIDADE	189,900	600,000	113.940,000
25	434462	MANILHA TAMANHO 80	UNIDADE	169,000	200,000	33.800,000
26	43174	PADRAO BIFASICO 7MT	UNIDADE	549,000	10,000	5.490,000
27	43175	PADRAO MONOFASICO RURAL 5MT	UNIDADE	726,000	5,000	3.630,000
28	3135	PINCEL CHATO 10	UNIDADE	5,000	20,000	100,000
29	3782	PORCA 3/4	UNIDADE	0,900	1.000,000	900,000
30	14827	PORCA 5/8	UNIDADE	0,300	1.000,000	300,000
31	433160	REGADOR PLASTICO 10 LT	UNIDADE	15,000	10,000	150,000
32	23521	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 60	UNIDADE	27,900	10,000	279,000
33	434474	SACO DE LIXO	UNIDADE	2,040	40,000	81,600
34	8177	SELADOR ACRILICO 3.6 LT	UNIDADE	16,000	30,000	480,000
35	986	SIFAO SANFONADO DUPLO	UNIDADE	15,000	20,000	300,000
36	43189	SILICONE 280G	UNIDADE	13,000	20,000	260,000
37	43191	TE SOLDAVEL 25	UNIDADE	0,700	30,000	21,000
38	433162	TELA ALAMBRADO 3P 2,76MM 1,50MT	ROLOS	670,000	20,000	13.400,000
39	20818	TELHA PLAN	UNIDADE	1,480	5.000,000	7.400,000
40	433169	TOMADA INTERNA DUPLA	UNIDADE	3,990	40,000	159,600
41	43194	TORNEIRA BEBEDOR PLASTICO	UNIDADE	2,500	20,000	50,000
42	5790	TORNEIRA JARDIM AMARELA 3/4	UNIDADE	8,000	20,000	160,000
43	5675	TORNEIRA LAVATORIO C23 1/2	UNIDADE	22,000	30,000	660,000
44	21116	VASSOURAO GARI	UNIDADE	15,750	200,000	3.150,000
45	3496	VEDALIT 3.600ML	UNIDADE	34,500	20,000	690,000

TOTAL DO VENCEDOR

4777 COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME 26.579.029/0001-63

198.019,300

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	18399	DISJUNTOR BIPOLAR 30A	UNIDADE	44,200	20,000	884,000
2	10898	DISJUNTOR BIPOLAR 40A	UNIDADE	29,000	20,000	580,000
3	1068	DISJUNTOR BIPOLAR 60A	UNIDADE	55,000	20,000	1.100,000
4	23497	DISJUNTOR TRIPOLAR 30A	UNIDADE	51,900	10,000	519,000
5	7496	DISJUNTOR TRIPOLAR 60 A	UNIDADE	73,000	10,000	730,000
6	21318	EXTENSAO 5MT	UNIDADE	17,400	10,000	174,000
7	43055	FITA ISOLANTE 18X20 MT	UNIDADE	5,900	30,000	177,000
8	43179	INTERRUPTOR DUPLO C/ TOMADA	UNIDADE	5,200	40,000	208,000
9	8841	INTERRUPTOR SIMPLES	UNIDADE	3,450	40,000	138,000
10	4733	PLAFON TETO BRANCA	UNIDADE	4,300	50,000	215,000
11	43176	QUADRO DISTRIBUIDOR TRIFASICO	UNIDADE	99,000	5,000	495,000
12	13940	SOQUETE PLUG COM MACHO	UNIDADE	3,900	50,000	195,000
13	43193	TOMADA INTERNA SIMPLES	UNIDADE	3,450	40,000	138,000

TOTAL DO VENCEDOR

4370 ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP 15.984.883/0001-99

5.553,000

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	18043	CABO FLEXIVEL 10,0 MM	ROLOS	255,000	40,000	10.200,000
2	43178	CABO FLEXIVEL 6,0 MM	ROLOS	137,000	20,000	2.740,000
3	10823	LAMPADA ECONOMICA 20WX127V	UNIDADE	12,000	100,000	1.200,000
4	434484	TOMADA COMPUTADOR C/TERRA	UNIDADE	13,970	20,000	279,400

TOTAL DO VENCEDOR

1098 ODAGIR ANTONIO SCHNORR 24.960.072/0001-49

14.419,400

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	43045	ACABAMENTO FORRO CANTOS PVC BRANCO	UNIDADE	1,980	150,000	297,000
2	434430	ACABAMENTO VALVULA HIDRA BRANCO	UNIDADE	19,500	10,000	195,000
3	43321	ADAPTADOR FLANGE 25 X 3/4	UNIDADE	6,300	15,000	94,500
4	15623	ADAPTADOR INTERNO REDUCAO 1X3/4	UNIDADE	1,300	50,000	65,000
5	17019	ADAPTADOR SOLD./ROSQ. 32x1	UNIDADE	2,800	20,000	56,000
6	43151	AGUARRAS 5LT	UNIDADE	28,500	60,000	1.710,000
7	43152	ALAVANCA GALVANI 1,8 MT 1"	UNIDADE	70,000	5,000	350,000
8	43149	ALICATE BICO REDONDO	UNIDADE	13,800	10,000	138,000
9	14089	ANEL VEDACAO ESGOTO 100	UNIDADE	3,980	20,000	79,600
10	43153	ANEL VEDACAO PARA VASO SANITARIO	UNIDADE	3,000	30,000	90,000
11	5896	APLICADOR SILICONE	UNIDADE	15,980	30,000	479,400
12	2179	ARAME RECOZIDO 18 1KG	UNIDADE	7,400	40,000	296,000
13	18679	ARCO DE PUA C/CATRACA	UNIDADE	120,000	5,000	600,000
14	434487	ARGAMASSA AC1 20KG	UNIDADE	10,000	50,000	500,000
15	17498	ARRUELA 3/4	UNIDADE	0,600	1.000,000	600,000
16	43154	ARRUELA 3/8 X 2.0MM	UNIDADE	0,230	1.000,000	230,000
17	4391	BACIA SANITARIA C/CAIXA ACLOPADA	UNIDADE	278,000	10,000	2.780,000
18	43168	BACIA SANITARIO	UNIDADE	119,600	10,000	1.196,000
19	43156	BALDE CONCRETO	UNIDADE	8,500	20,000	170,000
20	434431	BALDE P/ CONCRETO 30 LITROS	UNIDADE	9,800	30,000	294,000
21	43158	BARRA 5/8 X 1MT ROSCAVEL	UNIDADE	7,000	300,000	2.100,000
22	43046	BETONEIRA MONOFASICA 400LT 2CV	UNIDADE	2.980,000	2,000	5.960,000
23	43160	BOIA CAIXA D´AGUA 1/2 E 3/4	UNIDADE	2,800	20,000	56,000
24	43161	BOIA CAIXA DE DESCARGA	UNIDADE	2,500	20,000	50,000
25	7002	BOIA DE BEBEDOURO	UNIDADE	2,700	20,000	54,000
26	434432	BOMBA COSTAL 20LTS	UNIDADE	245,000	2,000	490,000
27	434436	BROXA P/ PINTURA	UNIDADE	4,800	50,000	240,000
28	43166	BROXA REDONDO 8,0MM	UNIDADE	2,000	25,000	50,000
29	43165	BROXA RETANGULAR 15,5X5,6	UNIDADE	2,500	40,000	100,000
30	15622	BUCHA RED. SOLD. 40X25	UNIDADE	2,200	20,000	44,000
31	43167	BUCHA REDUC/ SOLD 60X25	UNIDADE	3,980	20,000	79,600
32	3499	CABO ENXADA MADEIRA	UNIDADE	5,980	40,000	239,200
33	1072	CABO FLEXIVEL 2,5MM	ROLOS	49,800	40,000	1.992,000
34	18593	CABO PA	UNIDADE	6,500	25,000	162,500
35	13391	CABO PICARETA	UNIDADE	6,800	20,000	136,000
36	17404	CADEADO PADO 30 MM	UNIDADE	17,500	25,000	437,500
37	434437	CAIBRO DE MADEIRA	METRO	5,800	600,000	3.480,000
38	17039	CAIXA DE AGUA PLASTICA 1.000LT	UNIDADE	335,000	10,000	3.350,000
39	14666	CAIXA DE AGUA PLASTICA 5.500LT	UNIDADE	2.115,000	5,000	10.575,000
40	13499	CAIXA DE DESCARGA BRANCA	UNIDADE	13,900	20,000	278,000
41	18750	CAL MASSA 20KG.	UNIDADE	11,000	150,000	1.650,000
42	2446	CAL PINTURA 8KG	UNIDADE	7,700	1.000,000	7.700,000
43	43322	CANTONEIRA FORRO PVC 6MT MOLDURADA	BARRA	15,900	50,000	795,000
44	4743	CAP ESGOTO 100	UNIDADE	2,500	20,000	50,000
45	434438	CAPA P/ CHUVA	UNIDADE	14,500	24,000	348,000
46	434439	CAPACETE	UNIDADE	11,500	12,000	138,000
47	3500	CARRINHO DE MAO	UNIDADE	85,900	10,000	859,000
48	5217	CAVADEIRA ARTICULADA	UNIDADE	38,800	5,000	194,000
49	434440	CHAPEU DE PALHA ABA LARGA	UNIDADE	12,000	24,000	288,000
50	16409	CHAVE PHILIPS 1/4 X4	UNIDADE	5,500	20,000	110,000
51	43171	CILINDRO SOPRANO REPARO FECHADURA	UNIDADE	13,500	30,000	405,000
52	43172	CILINDRO STAM REPARO P/ FECHADURA	UNIDADE	13,500	25,000	337,500
53	434442	CONES P/ SINALIZACAO	UNIDADE	15,800	30,000	474,000
54	23494	CORDA TROPICAL 8MM	METRO	1,500	200,000	300,000
55	434443	CORRENTE P/ MOTOR SERRA (DENTE)	UNIDADE	2,400	500,000	1.200,000
56	434444	CUBA INOX N.1 30X46X10CM	UNIDADE	94,800	4,000	379,200
57	14790	DISCO CORTE 2T 7X 1/8 X 7/8	UNIDADE	3,800	15,000	57,000
58	434445	DOBRADICA P/ PORTA 3 ½ CT 3PC	UNIDADE	9,000	20,000	180,000
59	23496	EMENDA FORRO	METRO	3,250	50,000	162,500
60	18680	ENXADA ESTREITA 2,5LB	UNIDADE	19,800	35,000	693,000
61	434446	ENXADAO	UNIDADE	18,800	12,000	225,600
62	43195	ESCADA 7 DEGRAUS ACO	UNIDADE	88,000	2,000	176,000
63	434447	ESMERIL ELETRICO	UNIDADE	200,000	1,000	200,000
64	434449	FACAO	UNIDADE	16,800	4,000	67,200
65	434450	FAIXA DE COLUNA	UNIDADE	59,980	48,000	2.879,040
66	13618	FECHADURA EXTERNA	UNIDADE	28,800	20,000	576,000
67	21039	FERRO 5/16 VERGALHAO 8MM	BARRA	23,000	50,000	1.150,000
68	434451	FIO PARA ROCADEIRA	UNIDADE	12,800	24,000	307,200

69	1546	FITA CREPE 18MM X 50M	UNIDADE	3,350	360,000	1.206,000
70	16208	FITA VEDA ROSCA 12X5 MT	UNIDADE	1,800	40,000	72,000
71	434452	FOICE MINEIRA PANDOLFO S/BICO	UNIDADE	17,800	20,000	356,000
72	434488	FORRO PVC NORTEPLAST	METRO	14,000	300,000	4.200,000
73	434453	GARRAFA TERMICA 5LTS	UNIDADE	36,800	30,000	1.104,000
74	18758	JANELA VENEZ. 120X100	UNIDADE	188,000	20,000	3.760,000
75	433150	JUNCAO ESGOTO 100 X 100 MM	UNIDADE	13,800	20,000	276,000
76	434454	LAMINA P/ SEGUETA	UNIDADE	3,500	30,000	105,000
77	18429	LAMPADA ECONOMICA 30W 127V	UNIDADE	13,000	100,000	1.300,000
78	433151	LAMPADA ECONOMICA 45WX127V	UNIDADE	21,000	40,000	840,000
79	19393	LAVATORIO SANITARIO	UNIDADE	59,000	10,000	590,000
80	434455	LIMA CHATA	UNIDADE	10,800	12,000	129,600
81	434456	LIMA P/ MOTOR SERRA	UNIDADE	6,800	12,000	81,600
82	434457	LIXA MASSA 100 3M	UNIDADE	1,100	200,000	220,000
83	433152	LONA PRETA 100 MICRA 6MT	METRO	3,900	100,000	390,000
84	434458	LUVA DE COURO TAMANHO G	UNIDADE	13,500	20,000	270,000
85	434459	LUVA DE COURO TAMANHO M	UNIDADE	10,500	20,000	210,000
86	43197	LUVA SOLDAVEL 60	UNIDADE	6,900	30,000	207,000
87	433153	MADERITE 2,20X1,10 RESINADO 15MM	UNIDADE	47,800	50,000	2.390,000
88	17293	MANGUEIRA JARDIM 30MTS	UNIDADE	47,800	20,000	956,000
89	434461	MANILHA TAMANHO 100	UNIDADE	310,000	150,000	46.500,000
90	434460	MANILHA TAMANHO 40	UNIDADE	126,000	100,000	12.600,000
91	433155	MARTELO 29MM	UNIDADE	18,000	10,000	180,000
92	434464	MASCARA P/ PINTURA	UNIDADE	2,800	50,000	140,000
93	433156	MASSA CORRIDA 20KG PVA	UNIDADE	19,800	40,000	792,000
94	434465	OCULOS P/ OPERADOR DE MOTOR SERRA	UNIDADE	6,000	12,000	72,000
95	22778	PA BICO C/ CABO	UNIDADE	21,800	20,000	436,000
96	17717	PARAFUSO TELHEIRO 5/16X150	UNIDADE	0,900	200,000	180,000
97	434466	PE DE CABRA	UNIDADE	13,000	4,000	52,000
98	433157	PENEIRA DE AREIA 60 CM	UNIDADE	17,500	10,000	175,000
99	5918	PICARETA S/C 3LB	UNIDADE	35,000	12,000	420,000
100	13039	PINCEL CHATO 14	UNIDADE	4,000	25,000	100,000
101	8227	PISO 48X48 PEI-4	METRO	15,800	100,000	1.580,000
102	2401	PORCA 1/4 FIXADORES	UNIDADE	0,200	1.000,000	200,000
103	433158	PORTA ALMOFADADA DE MADEIRA 60	UNIDADE	114,000	15,000	1.710,000
104	433159	PORTA ALMOFADADA DE MADEIRA 80	UNIDADE	114,000	15,000	1.710,000
105	20819	PORTA LAMINADA 60	UNIDADE	175,000	15,000	2.625,000
106	19040	PORTA LAMINADA 80	UNIDADE	198,000	25,000	4.950,000
107	732	PORTAL MADEIRA CEDRINHO	UNIDADE	75,500	40,000	3.020,000
108	43185	PREGO 17 X 21 1 KG	UNIDADE	7,500	50,000	375,000
109	43186	PREGO 26 X 78 1KG	UNIDADE	7,500	300,000	2.250,000
110	6873	RALO SINFONADO REDONDO 100MM	UNIDADE	5,980	10,000	59,800
111	434467	RASTELO COMUM ANCINHO	UNIDADE	12,000	10,000	120,000
112	434468	RASTELO P/ JARDIM	UNIDADE	25,800	12,000	309,600
113	434469	REBITADEIRA	UNIDADE	26,800	5,000	134,000
114	434470	REBITES	UNIDADE	0,200	100,000	20,000
115	43180	REGISTRO ESFERA ROSCAVEL 3/4	UNIDADE	4,000	10,000	40,000
116	43181	REGUA 2MT REFORCADA	UNIDADE	28,500	5,000	142,500
117	43187	REJUNTE 1KG	UNIDADE	3,400	40,000	136,000
118	434471	RIPA DE MADEIRA	METRO	2,480	1.000,000	2.480,000
119	43183	RODA DE PNEU C/ CAMARA 3,5X8	UNIDADE	55,800	25,000	1.395,000
120	8484	ROLO ESPUMA 23 CM	UNIDADE	6,500	25,000	162,500
121	434473	ROLO P/ PINTURA - G	UNIDADE	9,800	40,000	392,000
122	434472	ROLO P/ PINTURA - P	UNIDADE	4,800	20,000	96,000
123	434475	SERRA CIRCULAR WIDEA	UNIDADE	19,800	3,000	59,400
124	433161	SERROTE MANUAL 24D	UNIDADE	35,000	4,000	140,000
125	43188	SIFAO SANFONADO SIMPLES	UNIDADE	3,300	20,000	66,000
126	434476	TABUA DE MADEIRA	METRO	4,700	100,000	470,000
127	434477	TALHADEIRA	UNIDADE	9,600	12,000	115,200
128	14484	TE ESGOTO 100	UNIDADE	9,900	20,000	198,000
129	43190	TE ESGOTO 200	UNIDADE	59,000	20,000	1.180,000
130	10967	TELA GALINHEIRO 23" 1,50X50M	ROLOS	172,000	10,000	1.720,000
131	15393	TELHA 2,44X0,50 4MM	UNIDADE	13,500	150,000	2.025,000
132	8893	TELHA 2,44X1,10 5MM	UNIDADE	42,800	100,000	4.280,000
133	5076	THINNER 2750 5,0 LTS	UNIDADE	36,500	15,000	547,500
134	434478	TIJOLO 08 FUROS NORMAL	UNIDADE	0,580	20.000,000	11.600,000
135	434479	TIJOLO MACICO	UNIDADE	0,350	10.000,000	3.500,000
136	434480	TINTA ACRILICA COBERTEX 18L	UNIDADE	145,000	30,000	4.350,000
137	434481	TINTA ACRILICA MAXVINIL BRANCA NEVE 18 LT	UNIDADE	220,000	30,000	6.600,000
138	434482	TINTA AMARELA P/ ASFALTO	UNIDADE	368,000	50,000	18.400,000
139	434483	TINTA BRANCA P/ ASFALTO	UNIDADE	310,000	10,000	3.100,000
140	433167	TINTA ESMALTE SINTETICO 18L	UNIDADE	160,000	40,000	6.400,000
141	434485	TORQUES DE ARMADOR EM ACO	UNIDADE	21,300	5,000	106,500
142	43343	TUBO ESGOTO 100	UNIDADE	36,500	15,000	547,500
143	2562	TUBO ESGOTO 200	UNIDADE	210,000	20,000	4.200,000
144	2362	TUBO SOLDAVEL 32	UNIDADE	19,800	25,000	495,000

145	434486	VALVULA DESCARGA 1, ½	UNIDADE	96,000	20,000	1.920,000

TOTAL DO VENCEDOR 238.233,240

Será dada divulgação do resultado nos meios de comunicação Diário Oficial do Estado, Internet e quadro mural da Prefeitura. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão às 15:00 horas do dia 01/06/2017, cuja Ata foi lavrada e assinada por todos presentes e posteriormente encaminhada ao Sr. Prefeito Municipal para a devida homologação, nos termos da lei nº 8.666/93.

JANGADA - MT quinta-feira, 1 de junho de 2017

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

EDER TRAJANO OLIVEIRA

Equipe de Apoio

FAGNER VIEIRA DE GODOES

Equipe de Apoio

PAULO NERIS DE ASSUNCAO

Equipe de Apoio

ODAGIR ANTONIO SCHNORR

Participante

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

Participante

3M COMERCIO MAT. ELETRICOS CONST. E EQUIP LTDA-ME

Participante

COXIPO MATERIAIS ELETRICOS LTDA-ME

Participante

LEI Nº 671/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ATUALIZAÇÃO DA TABELA DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EDERZIO DE JESUS MENDES**, Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições autorizadas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

.

Art. 1º. Os vencimentos dos profissionais do magistério público da educação básica do município de Jangada-MT, a título de revisão geral anual e em consonância com acordo realizado entre o Município e o Sintep – MT serão reajustados em 8,50% (oito virgula cinquenta por cento) correspondendo à reposição de anos anteriores a 2017.

Parágrafo único: O reajuste de que trata este artigo será realizado de forma escalonada, da seguinte forma:

a) 2,5% (dois e meio por cento) no mês de maio/2017; b) 2% (dois por cento) no mês de junho/2017; c) 2% (dois por cento) no mês de julho/2017; e, d) 2% (dois por cento) no mês de agosto/2017.

Art. 2º. Fica corrigida e atualizada a tabela do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica do Município de Jangada para o ano de 2016.

Art. 3º. Uma vez que a correção já está autorizada por esta lei, a simples atualização da tabela de que trata o art. 2º desta lei, nos meses de abril, maio, junho e julho de 2017, será feita por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 4º. O disposto nesta lei visa também garantir aos profissionais de que trata o art. 1º, o piso nacional mínimo, instituído pela Lei Federal nº 11.738/2008.

Art. 5º. As despesas necessárias à execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e se necessário suplementadas.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Jangada-MT em 31 de maio de 2017.

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ERRATA

ERRATA DE LEI ORDINÁRIA N° 748/2017

Na publicação da Lei Ordinária N°. 748/2017, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 31 de maio de 2017, nas páginas 304 e 305.

Onde se Lê:

LEI ORDINÁRIA Nº 748 DE MAIO DE 2017

Paço Municipal " Jose Peres", Gabinete do Prefeito , em de Jauru, 30 de Maio de 2017.

Lê se:

LEI ORDINÁRIA Nº. 748 DE 31 DE MAIO DE 2017.

Paço Municipal "José Peres", Gabinete do Prefeito, em Jauru-MT, 31 de Maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO DE 2017

Extrato de Contrato nº 150/2017 Data: 02/05/2017

Vigência: 02/05/2017 até 31/12/2017

Licitação: Pregão 02/2016

Objeto: Contratação de serviços especializados de auditoria operacional para formular, implantar e executar procedimentos técnicos de auditagem, qualificação e recuperação de créditos no FCVS, IRRF, PIS/PASEP/COFINS, e em encargos previdenciários e trabalhistas correntes.

Forma de Pagamento: O valor global deste contrato é de **R$ 563.960,55 (quinhentos e sessenta e três mil, novecentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos)**

Contratada: FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP.

Extrato de Contrato nº 172/2017 Data: 02/05/2017

Vigência: 02/05/2017 até 02/01/2018

Licitação:PREGÃO 10/2017

Objeto: Contratação de empresa para locação de softwares integrados, desenvolvidos em plataforma web e serviços de assessoria inerentes aos processos de negócio que os softwares estão inseridos, conforme descrição dos serviços contidos neste termo de referência, para atender às necessidades de modernização das secretarias municipais de Administração, Finanças, Saúde e Educação do município de Juara.

Forma de Pagamento: O valor global deste contrato é de **R$ 167.616,00** (cento e dezessete mil, seiscentos e sessenta e seis reais).

Contratada: INTEGRA GRP SOLUÇÕES DE SOFTWARE LTDA.

Extrato de Contrato nº 178/2017 Data: 12/05/2017

Vigência: 12/05/2017 até 12/01/2018

Licitação:DISPENSA 20/2017

Objeto: Locação de imóvel urbano em alvenaria com edificação aproximadamente 450m² tamanho 15x30, contendo 12 (doze) cômodos de 03x03 e 01 (uma) sala de 05x06 para ser instalado em Paranorte, centro de apoio administrativo da prefeitura municipal.

Forma de Pagamento: O Valor Global para a presente contratação é de **R$ 24.000,00** (vinte e quatro mil reais)**.**

Contratada: NILTON DIVINO VIEIRA.

Extrato de Contrato nº 179/2017 Data: 12/05/2017

Vigência: 12/05/2017 até 12/01/2018

Licitação:DISPENSA 19/2017

Objeto: Contratação de agência de publicidade para prestação de serviços de produção de imagens em foto e vídeo, textos, áudios e entrevista institucionais, vinculação em mídias, como rádios, TVs, sites, jornais, panfletos e serviços de internet, em atendimento ao gabinete da executiva municipal.

Forma de pagamento: O valor global deste contrato é de **R$ 240.000,00** (duzentos e quarenta mil).

Contratada: V. F. DE SOUZA FOTOGRAFIA -ME

Extrato de Contrato nº 194/2017 Data: 30/05/2017

Vigência: 30/05/2017 até 31/12/2017

Licitação:CONVITE 12/2017

Objeto: Contratação da empresa para Realização de Show com Banda Musical, Iluminação, Palco, Sonorização, banheiros químicos, Tendas e Montagem para realização do Evento do Arraia Cultural, que acontecerá nos dias **02/06 a 03/06/2017**, na Praça dos Trabalhadores.

Forma de pagamento: Valor Global pelo serviço prestado, será de **R$35. 980,00** (trinta e cinco mil e novecentos e oitenta reais)

Contratada: R. K. SCHNORR EVENTOS E PRODUÇÕES-ME

Extrato de Contrato nº 195/2017 Data: 30/05/2017

Vigência: 30/05/2017 até 31/12/2017

Licitação:CONVITE 11/2017

Objeto: Locação de Veículo Equipado com Oficina Ambulante Para Prestação de Serviços de Assistência Mecânica aos Veículos Leves e Pesados do Município em Atendimento A Secretaria Municipal de Transportes

Forma de pagamento: Valor Global pelo serviço prestado, será de **R$ 94. 500,00** (noventa e quatro mil e quinhentos reais)

Contratada: DIRCEU ANTONIO DE ARAUJO-ME

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 21/2017

O Município de Juara, Estado de Mato Grosso/MT, comunica que, em justificativa apresentada pela Prefeita do Município, Sra. **Luciane Borba Azóia Bezerra**, reconheceu ser Dispensa de Licitação cujo objeto é a **CONTRATAR EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAR SERVICOS DE EXECUÇÃO DE OBRA PARA RECUPERACAO DE 20KM DE ESTRADAS VICINAIS. CONFORME PROJETO E PLANILHA ORÇAMENTARIA. EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES**,conforme Anexos, sendo **CONTRATADA** a empresa: **PRESTADORA DE SERVIÇO ARINOS LTDA-EPP,** inscrito no C.N.P.J Nº10.584.549/0001-24, endereçoAvenida Rio Arinos nº 3633-S, –Gleba Taquaral – CEP: 78.575.000, Município de Juara/MT, com *Valor Global de* R$ 55.880,00 (cinqüenta e cinco mil e oitocentos e oitenta reais).

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
RESUMO DO CONTRATO N.º 004/2017

Resumo do Contrato N.º 004/2017

Contratante: **Câmara Municipal de Juar**a situada na **Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S**, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 03.476.682/0001-00, na cidade de Juara, no Estado de Mato Grosso.

Contratado: **Casa do Computador Ltda EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.199.390/0001-24 e Inscrição Estadual sob nº 13358574-3, estabelecida na Praça dos Trabalhadores, 126-N Bairro - Centro, cidade Juara-MT.

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática, para uso deste Poder Legislativo conforme quantidades, condições e especificações constantes no Termo de Referência, anexo I do Edital.

Vigência: 05/05/2017 à 05/06/2017.

Valor Total: R$ 17.638,00 (dezessete mil, seiscentos e trinta e oito reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DECRETO N. º 2727, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO A QUE SE REFERE O ARTIGO 3º DA LEI 1.114/2017.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, Prefeita de Juruena, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei orgânica em seu artigo 85º, inciso III e o disposto no Decreto Municipal 2724 de 26 de maio de 2017,

DECRETA:

ART. 1º. Fica prorrogado até 30 de junho de 2017 o prazo previsto no artigo 3º da Lei Municipal nº 1.114/2017.

ART. 2º. Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juruena - MT, 01 de junho de 2017.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme Lei Municipal nº 484/2002.

RODOLFO PEREIRA DIAS

Secretário Municipal de Administração

e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

UNIDADE DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DE JUSCIMEIRA-MT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de JUSCIMEIRA/MT, localizada a Avenida Joaquim Miguel dos Santos, nº 210 – Bairro Cajus, JUSCIMEIRA-MT através de seu Pregoeiro, TORNA PÚBLICO que realizará às **08:00 HORAS DO DIA 19 DE JUNHO2017,**no endereço acima citado, sessão pública para realização de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo por objeto o **Registro de Preço para aquisições de Equipamentos e Materiais Permanentes para unidades de saúde do município de Juscimeira,**conforme Itens constantes no Termo de Referência anexo do Edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até a data e horário acima descrito**.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter cópia do Edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de JUSCIMEIRA-MT no endereço acima, no horário das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis a partir desta data ou pelo e-mail: pmjuscimeira.licitacao@gmail.com

JUSCIMEIRA - MT, 30 demaio2017.

DIVA MARIA DOS SANTOS GARDIN

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DO CONVITE 008/2017

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DO CONVITE 008/2017

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 30 de MAIO de 2017, através da comissão permanente de licitação (CPL), desta prefeitura municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que a licitação “CONVITE” nº 008/2017 tendo como objeto a ***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM*** **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE” ASSESSORIA E CONSULTORIA EM CONTROLE INTERNO**, conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a empresa: LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRSARIAL, LTDA**,** que apresentou a melhor proposta no valor global **de R$ 29.890 (VINTE NOVE MIL E OITOCENTOS E NOVENTA REAIS).**

Fica aberto prazo de 03 dias uteis para manifesto de recurso dos interessados que participaram do julgamento desta licitação.

Lambari D´Oeste –MT 30 De maio De 2017.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Presidente

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 027/2017

AVISO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL Nº 027/2017

A Prefeitura Municipal De Lambari D´Oeste – MT, em 31 de maio de 2017, através de sua pregoeira oficial em uso de suas atribuições legais torna público, para conhecimento dos interessados, que a licitação “PREGAO PRESENCIAL” nº 027/2017 tendo como objeto “REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AGUA E GAS PARA SEREM UTILIZADOS NAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE LAMBARI D´OESTE -MT.**”**, conforme anexo do edital, sagrou se vencedora a GLEICI M.B TAVARES –ME, CNPJ 05.164.291/0002-58, localizada na Av. Boa Vista, bairro Centro , Lambari D´Oeste -MT vencedora de todos os itens do (01 e 02) em um valor total de R$ 42.690,00 (quarenta e dois mil seiscentos e noventa reais),não houve houve comparecimento de nenhuma empresa a mais e não houve nenhum item fracassado no certame.

Lambari D´Oeste –MT 31 De maio De 2017.

RIVONETE COELHO DA SILVA

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 159/2017,

DE 01 DE JUNHO DE 2017.

“Revoga as Portarias que nomearam os Servidores Públicos Municipais, para exercício de cargos comissionados, e dá providências”.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D’OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra “d” da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar as Portarias que nomearam os Servidores Públicos Municipais, para exercício de Funções Gratificadas, segundo o que menciona, na forma que especifica:

Ana Lucia Silva

CPF: **034.274.481-00**

RG: 2147719-1SSP/MT

Função: GERENTE DE SETOR

Nomeação: Portaria nº 074/2017 de 01/02/2017

Carla Karina Thomazelli Ribeiro

CPF: 047.749.071-97

RG: 2139299-4 SSP/SP

Função: Secretario escolar

Nomeação: Portaria nº039/2017 de 12/01/2017

Cleide dos Santos Lara

CPF: 018.504.441-70

RG: 1708537-3 SSP/MT

Função: coordenador municipal de educação infantil

Nomeação: Portaria n°120/2017 de 03/04/2017

Dina Pereira Neves

CPF: 006.564.271-67

RG: 1031471-7 SSP/MT

Função: encarregado de serviços I

Nomeação: Portaria nº 26/2017 02/01/2017

Elianys Peterle

CPF: 842.753.831-68

RG: 1031471-7 SSP/MT

Função: Chefe do Departamento de Contratos

Nomeação: Portaria nº 064/2017 de 23/01/2017

Irenilda Gomes Jardim

CPF: 904.076.951-68

RG: 12115460 SJ/MT

Função: Chefe departamento de Saúde

Nomeação: Portaria nº 028/2017 de 02/01/2017

Ivanir Aparecida Brandes

CPF: 036.364.041-05

RG: 16966260SSP/MT

Função: Encarregado de Serviços II

Nomeação: Portaria nº 075/2017 de 01/02/2017

Izabel Rigone Castilho

CPF: 871.826.611-87

RG: 0729959-1 SSP/MT

Função: Chefe do departamento de agricultura e pecuária

Nomeação: Portaria nº 015/2017 de 02/01/2017

Izaias Candido da Silva

CPF: 830.135.471-20

RG: 11727136 SJ/MT

Função: Gerente de setor

Nomeação: Portaria nº 033/2017 de 02/01/2017

Joana D' Arc Lopes Viana

CPF: 008.834.511-40

RG: 1584080-8 SSP/MT

Função: Encarregado de Serviços I

Nomeação: Portaria nº 097/2017 de 02/03/2017

Joana D' Arc Lopes Viana

CPF: 008.834.511-40

RG: 1584080-8 SSP/MT

Função: Encarregado de Serviços I

Nomeação: Portaria nº 097/2017 de 02/03/2017

Jose Targa Sobrinho

CPF: 770.897.741-04

RG: 609187 SSP/MT

Função: Coordenador de serviços públicos

Nomeação: Portaria nº 024/2017 de 02/01/2017

Marinete de Jesus Cardoso

CPF: 000.644.071-10

RG: 13853074 SSP/MT

Função: Encarregado de Serviços II

Nomeação: Portaria nº 059/2017 de 017/01/2017

Milton Santana

CPF: 970.239.221-72

RG: 145549909 SSP/MT

Função: Chefe de departamento de turismo, desporto e lazer.

Nomeação: Portaria nº 077/2017 de 01/02/2017

Orides Benedito Vieira

CPF: 496.167.731-00

RG: 225596 SSP/MT

Função: Chefe de departamento de água e esgoto.

Nomeação: Portaria nº 030/2017 de 02/01/2017

Paulo Lopes de Almeida

CPF: 956.078.971-68

RG: 1442429-0 SSP/MT

Função: Coordenador municipal de programas e pesquisas.

Nomeação: Portaria nº 012/2017 de 02/01/2017

Paulo Lopes de Almeida

CPF: 956.078.971-68

RG: 1442429-0 SSP/MT

Função: Coordenador municipal de programas e pesquisas.

Nomeação: Portaria nº 012/2017 de 02/01/2017

Priscila Carla Hauco Toro

CPF: 022.127.241-01

RG: 1913184-4 SSP/MT

Função: Secretário Escolar

Nomeação: Portaria nº 054/2017 de 16/01/2017

Roosevelt Juscelino Pereira De Jesus

CPF: 701.925.531-00

RG: 11469803 SJ/MT

Função: Chefe da guarda municipal

Nomeação: Portaria nº 027/2017 de 02/01/2017

Roseli Merquides de Alencar

CPF: 894.933.201-97

RG: 13225707 SSP/MT

Função: Gerente de Setor

Nomeação: Portaria nº 072/2017 de 01/02/2017

Rosivania Gomes dos Santos

CPF: 031.954.761-26

RG: 21007233 SSP/MT

Função: Gerente de Setor

Nomeação: Portaria nº 082/2017 de 03/02/2017

Sidneia da Silva Candido

CPF: 040.403.611-21

RG: 2192416-3 SSP/MT

Função: coordenador municipal de educação e cultura

Nomeação: Portaria nº 091/2017 de 20/02/2017

Tandara Targa Gomes

CPF: 027.504.431-99

RG: 16074718 SSP/MT

Função: coordenador municipal de finanças

Nomeação: Portaria nº 079/2017 de 03/02/2017

Walaci Rodrigo Neves da Silva

CPF: 032.919.411-95

RG: 16077563 SSP/MT

Função: Coordenador Municipal de assistência técnica, Ext. Rural E Ass. fund.

Nomeação: Portaria nº 034/2017 de 02/01/2017

Wanderson dos Santos da Silva

CPF: 052.391.801-13

RG: 22689460 SSP/MT

Função: Encarregado de Serviços I

Nomeação: Portaria nº 036/2017 de 10/01/2017

Zeferino Borges Pereira

CPF: 772.072.541-72

RG: 10365516 SSP/MT

Função: Chefe de transportes e frotas

Nomeação: Portaria nº 019/2017 de 02/01/2017

Zenilda Ribeiro de Oliveira

CPF: 000.823.471-07

RG: 12188336 SSP/MT

Função: Gerente de Setor

Nomeação: Portaria nº 025/2017 de 02/01/2017

Maria Aparecida de Almeida

CPF: 026.876.201-57

RG: 17033438 SSP/MT

Função: Encarregado de Serviços II

Nomeação: Portaria nº 076/2017 de 01/02/2017

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial as Portarias de admissão dos Servidores acima citados, a partir desta data.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, ao primeiro dia do mês de Junho do ano de dois mil e dezessete.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 028/2016

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO N.º 028/2016

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL 016/2016

CONTRATADA: FASPEL CONTABILIDADE E INFORMATICA LTDA - ME

CNPJ: 14.722.241/0001-59

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE SOLUÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO A CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO DE USUÁRIOS, CUSTOMIZAÇÃO DO BANCO DE DADOS E MANUTENÇÃO, COMPREENDIDOS NA GESTÃO EM: PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTABILIDADE, TESOURARIA, RECURSOS HUMANOS, LICITAÇÕES, COMPRAS, ALMOXARIFADO, FROTAS E COMBUSTÍVEL, PATRIMÔNIO PÚBLICO, GESTÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS OU NÃO E GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA O APLIC DO TCE/MT, LRF CIDADÃO E SICONFI, BEM COMO A LEI COMPLEMENTAR 131/2009.

PRAZO: PRORROGAÇÃO POR MAIS 8 (OITO) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 01 DE MAIO DE 2017 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUINTA, PARÁGRAFO ÚNICO DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 27 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 005/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 005/2017

LICITAÇÃO: DISPENSA Nº 002/2017

CONTRATADA: ANA PAULA BARBOSA CAVALCANTE - ME

CNPJ: 24.288.214/0001-73

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CLINICO GERAL, PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

PRAZO: PRORROGAÇÃO POR MAIS 1 (UM) MÊS, CONTADOS A PARTIR DE 30 DE ABRIL DE 2017 ATÉ 30DE MAIO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE-MT, 28 DE ABRIL DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

O Sr. ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, comunica a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos, RATIFICOU, conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93, com fulcro no Artigo 24, Inciso X da Lei Federal 8.666/93 e alterações, a DISPENSA DE LICITAÇÃO a favor da contratação da Sra. **Sonia Maria de Oliveira Rezende**, portadora do CPF/MF nº 581.725.131-00, objetivando a locação de 01 (um) Imóvel em alvenaria, localizado na Rua Jaci Paraná, esquina com Av. Col. José Bianchini, nº 968, centro, no Município de Marcelândia-MT, para abrigar a instalação e funcionamento dos cursos de Bacharelado em Direito e Bacharelado em Agronomia através da UNEMAT, no município de Marcelândia/MT, no período de **01/06/2017 a 31/05/2018**, perfazendo o valor total da contratação em R$ 36.000,00 (trinta e seis Mil Reais).

Marcelândia/MT, 01 de Junho de 2017.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

P U B L I Q U E – S E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que realizou no dia 01 DE JUNHO DE 2017 o PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA DESLOCAMENTO DE POSTES EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES, onde se contratou a Empresa PETINE E PETINE LTDA devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 07.386.288/0001-23 e Inscrição Estadual n°13305742-9 com um valor total de R$ 16.660,00. O processo tem Fundamento Legal no Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/1993, suas alterações posteriores e Lei Municipal nª 1002/2017. Maiores Informações junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, Fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min.

Matupá – MT, 01 de Junho de 2017.

CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES

- Presidente da Comissão Permanente de Licitação-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 052/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato

"PREGÃO PRESENCIAL PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO PIPA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IRRIGAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E RUAS DO MUNÍCIPIO DE MATUPÁ/MT" de acordo com o Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 054/2017 do respectivo **Pregão Presencial nº 040/2017.**

CONTRATADA: ROBERTA TORRES MOURÃO VIEIRA

Do Valor: R$ 24.500,00 (Vinte e quatro mil e quinhentos reais).

Assinatura: 01/06/2017 Vigência: 31/12/2017

Da Dotação Orçamentária:

Código Geral: 10.100.0.1.15.452.0035.2061 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras, Urbanismo e Transportes – 3390.36.000 – Outros Serv. Pessoa Física - R$ 24.500,00

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 039/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 26 de maio de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM DECORAÇÃO, LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO E LOCAÇÃO DE CLIMATIZADORES EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedoras as Licitantes FABULAR METALÚRGICA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.339.402/0001-76 para os lotes 01 e 03 com valor total de R$ 41.800,00 e ADILSON LEMUNIE 79381316953, inscrita no CNPJ sob o nº 24.346.643/0001-50 para o lote 02 com valor total de R$ 3.215,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 01 de junho de 2017. VIVIANE PIMENTEL DE LIMA DOS SANTOS - Pregoeira Substituta–

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
PREVI-MUNI

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MATUPÁ - PREVI-MUNI

PORTARIA Nº. 060/2017.

DATA: 01 DE JUNHO DE 2017

SUMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DA SERVIDORA SRA. NEUZA DOS SANTOS ALVES"

O Diretor Executivo do PREVI-MUNI - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Matupá, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, Inciso I e § 8º da Constituição Federal com redação determinada pela Emenda Constitucional nº. 41/2003, combinado com o Art. 12, inciso I, alínea "a" da Lei Municipal n.º 058 de 29 de abril de 2011, que rege o Regime Próprio de Previdência Social do Município de MATUPÁ-MT e o anexo II da Lei Complementar 080 de 15 de outubro de 2.013, que dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos , Carreira e Vencimentos dos Servidores do Quadro Geral do Poder Executivo do Município de Matupá-MT e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o benefício de Aposentadoria Por Invalidez em favor da servidora Sra. NEUZA DOS SANTOS ALVES, portadora do RG nº. 1604166-6 SSP-MT, inscrita no CPF nº. 012.981.881-05, cadastrada sob a matrícula nº. 3043, efetiva no cargo de Agente de Combate a Endemias, Classe "A", Nível "3", lotada na Secretaria Municipal de Saúde; A referida servidora conta com 3.423 dias trabalhados, ou seja, 09 anos, 04 meses e 18 dias, com Proventos Proporcionais, conforme processo do PREVI-MUNI nº. 2017.03.00000001.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

_____

Omar Antônio Chisté

- Diretor Executivo –

HOMOLOGADO POR: _____

Valter Miotto Ferreira

- Prefeito Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEIS

LEI Nº 1.414 DE 31 DE MAIO DE 2017.

Institui os Títulos "PROFESSOR DO ANO" e "PROFISSIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO", no município de Mirassol d'Oeste e dá outras providências.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, §1º, inciso II da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de Maio de 2017 e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituído os Títulos **"PROFESSOR DO ANO" e "PROFISSIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO DO ANO"**, destinado a agraciar os professores e os profissionais de apoio à Educação por seus méritos e relevantes serviços prestados, direta ou indiretamente, à educação no município de Mirassol d'Oeste.

§ 1º - Serão agraciados com os referidos Títulos: **02 (dois) Professores do Ensino Fundamental** (sendo 01 (um) Professor do 1º ao 5º Ano e 01 (um) Professor do 6º ao 9º Ano), **01 (um) Professor do Ensino Médio e 01 Profissional de Apoio à Educação**, por Instituição de Ensino.

§ 2º - O homenageado, para efeito desta Lei, receberá o título de Mérito Educacional, que poderá ser outorgada, também, post mortem, observados os requisitos do caput deste artigo, caso em que se entregará o Prêmio a um representante da família do homenageado.

Art. 2º - Os Títulos "PROFESSOR DO ANO" e "PROFISSIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO DO ANO", serão conferidos anualmente, em sessão solene, na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, especialmente convocada para esse fim, a realizar-se preferencialmente na segunda semana de Dezembro.

Art. 3º - O "PROFESSOR DO ANO" e "PROFISSIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO DO ANO", serão escolhidos entre os profissionais da educação de cada unidade municipal, estadual e particular de ensino do município de Mirassol D'Oeste, sendo vedada a indicação por duas vezes consecutivas, de acordo com os requisitos de empenho na função, dedicação em sala de aula, sem faltas no ano letivo ou faltas justificadas e avaliação do conselho deliberativo da escola.

Parágrafo Único - A Direção da Unidade Escolar deverá encaminhar à Câmara Municipal até o dia 30 de outubro os nomes dos Professores e Profissionais escolhidos.

Art. 4º - O Título de que trata esta lei será confeccionado no padrão adotado pela Câmara Municipal, podendo analisar sugestões.

Art. 5º - A Secretaria Municipal de Educação priorizará ao vencedor do Título "PROFESSOR DO ANO" e "PROFISSIONAL DE APOIO À EDUCAÇÃO DO ANO" cursos em Programas de Qualificação Profissional disponibilizados pela Secretaria.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 31 de Maio de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

LEI Nº 1.415 DE 31 DE MAIO DE 2017.

Acrescenta dispositivo no Artigo 2º da Lei nº 1.225 de 02 de julho de 2014, (Fica instituído o Título Estudante Destaque, destinado a homenagear a classe estudantil do município de Mirassol D'Oeste-MT).

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, §1º, inciso II da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 22 de Maio de 2017 e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica acrescentado Parágrafo Único no Artigo 2º da Lei nº 1.225 de 02 de julho de 2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 2º ...

Parágrafo Único - Serão agraciados com o referido Título 02 (dois) Alunos do Ensino Fundamental (sendo 01 (um) Aluno do 1º ao 5º Ano e 01 (um) Aluno do 6º ao 9º Ano) e 01 (um) Aluno do Ensino Médio, por Instituição de Ensino.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a reeditar a Lei nº 1.225 de 02 de Julho de 2014, com as alterações impostas por esta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 31 de Maio de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 248 DE 01 DE JUNHO DE 2017.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

MARINEZ DE CAMPOS, Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela execução das obras de construção de galeria de água pluviais nas Rua Paraíba e Rua São Judas Tadeu, no Bairro Cidade Tamandaré, em regime de execução direta, a saber:

KLEYTON ANTONIO BESSA - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GO CPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 01de junho de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

MIRASSOL PREVI
RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO

RESULTADO DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS Nº001/2017 – O MIRASSOL

PREVI -FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT, torna público, para o conhecimento dos interessados que na modalidade Chamamento Público para CREDENCIAMENTO nº 001/2017 de profissionais da área médica para atuarem como PERITOS, ficou credenciada a empresa M.A.D. LEITE-ME, nome de fantasia CEDIMED, inscrita no CNPJ sob n.25.065. 282/0001-36, com o valor de R$210,00(duzentos e dez reais) por perícia a ser realizada. Considerando a necessidade do MIRASSOL-PREVI em credenciar um maior número de Peritos, permanece aberto o credenciamento conforme cláusula 24.2 do Edital. Adjudicado em 25/05/2017. Mirassol d'Oeste,30/05/2017. Fátima Borghi Martins - Diretora Executiva Pta nº 053/2016 e membros da C.P.L portaria 190/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 344/2017

PORTARIA Nº. 344/2017

*"Dispõe sobre a nomeação do Sr.**Célio Fernando Silva de Souza**e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. - Nomear o Sr. ***Célio Fernando Silva de Souza***, portador do RG nº. 1113461-5 SJ/MT, e devidamente cadastrada no CPF nº. 000.643. 201-89, para exercer cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 08 de maio de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 24 de maio de 2017.

***Leocir Hanel* Prefeito Municipal de Nobres**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2017

A Srª. **MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT,** Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Designar a servidora**, Sônia Silva Oliveira Duarte Pereira,** portadora do RG nº 07426046 SSP/MT, CPF nº 522.459.501-00, admitida em 06/01/1989, a exercer suas funções, na "**Secretaria Municipal de Saúde"**, a partir desta data.

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 1º dia do mês de junho de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa.01.07.2017

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
PORTARIA Nº 122/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017

PORTARIA Nº 122/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017

Nomeia responsáveis pela fiscalização de contratos da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

O Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo;

Considerando as adequações administrativas que estão sendo promovidas nesta Prefeitura Municipal de Nortelândia;

Considerando art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, que exige a designação de representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores elencados nos anexos desta portaria, para responder pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução dos contratos abaixo discriminados, a partir desta data.

Art. 2º O Fiscal de Contratos deverá, durante toda a vigência do contrato:

I - elaborar relatórios conclusivos quadrimestrais para envio ao sistema contábil e Aplic dos respectivos meses, acerca das ocorrências relacionadas com a execução do contrato, cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados, registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas;

II -reservar tempo necessário para cumprir o encargo de fiscalizar a execução dos contratos designados, em complemento à atividade principal, já apreciada pela autoridade competente e dentro do interesse público e dos princípios da eficiência, eficácia e efetividade;

III -assumir o encargo, dever e responsabilidade de fiscalizar a execução dos contratos designados, dentro do espírito público exigido pela ética, transparência e moralidade administrativa, implícitos nos compromissos e deveres funcionais dos agentes públicos, exceto nas hipóteses em que, sob declaração:

a) For impedido (parente, cônjuge, companheiro) ou suspeito (amigo íntimo, inimigo declarado, recebeu presentes ou vantagens como consumidor da empresa contratada; tem relação de débito com a empresa ou qualquer tipo de interesse direto ou indireto junto ao contratado);

b) Não deter conhecimento específico. (Mas este caso pode ser resolvido com a contratação de terceiros que possam subsidiá-lo com informações específicas);

IV - conhecer detalhadamente a Lei Federal n° 8.666/93, o contrato e as cláusulas nele estabelecidas;

V - examinar a descrição dos serviços, obras ou produtos a serem executados (prazos, locais, material a ser empregado, características técnicas);

VI - avaliar constantemente a qualidade da execução contratual, propondo, sempre que cabível, medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços;

VII - anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;

VIII - notificar por escrito a Contratada em qualquer ocorrência desconforme com as cláusulas contratuais, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, anotar todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

IX - manter um arquivo próprio para sua segurança e controle, onde serão mantidas as cópias e comprovantes das suas providências, com no mínimo as seguintes pastas:

a) cópia do contrato, da proposta da empresa e do edital para meticulosa análise (e verificação da eventual necessidade de requisitar o apoio de conhecimento especializado);

b) comunicações com o ordenador de despesa;

c) comunicações com o preposto;

d) comunicações com os setores da administração;

e) comunicações com terceiros;

f) diligências;

g) registro de ocorrências;

X - manter um livro de fiscalização para fazer as anotações de cada etapa do seu trabalho, consignando visitas, vistorias, entrevistas, encaminhamento de providências, resultados das diligências, incidentes, etc;

XI - manter-se informado sobre o assunto, lendo, pesquisando, recolhendo informações que possam subsidiar um conhecimento maior acerca daquilo que lhe cabe conferir;

XII - formalizar, sempre, os entendimentos com a Contratada ou seu Preposto, adotando todas as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais e garantir o cumprimento integral do contrato;

XIII–buscar, em caso de dúvida, os devidos esclarecimentos com as áreas afins (assessoria técnica, consultoria jurídica, gestor, engenharia, setores de finanças e contabilidade);

XIV - exercer suas atribuições anteriormente ao recebimento do objeto pela Comissão de Recebimento, se reportando a esta;

XV - receber representações de qualquer cidadão sobre irregularidades que tenham conhecimento dentro da jurisdição de fiscalização da execução do contrato à que foi designado;

XVI - promover a apuração de irregularidades que tenha conhecimento dentro da jurisdição de fiscalização da execução do contrato à que foi designado através de averiguação (informal), anotando em expediente próprio, inclusive recomendando a instauração de sindicância de natureza investigatória;

XVII - sinalizar para pagamento e/ou liberar a fatura, conferindo os dados das faturas antes de atestá-las, promovendo as correções devidas e encaminhar imediatamente as faturas/notas fiscais devidamente atestadas ao departamento financeiro do órgão, acompanhadas das certidões negativas (FGTS, INSS e MUNICIPAL) e relatório do fiscal, arquivando cópia junto aos demais documentos pertinentes;

XVIII - não aceitar nota fiscal rasurada, com valores incorretos, razão social, CNPJ e endereço da Prefeitura e/ou Fundo sem que estejam devidamente preenchidos e corretos, assim como produtos e/ou serviços que estejam em desacordo com o processo de licitação/ contrato/ autorização ao fornecedor/ ordem de serviço, devendo registrar em relatório próprio as divergências encontradas;

XIX - fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

Art. 3º O Fiscal de Contratos poderá, durante o período de fiscalização do contrato:

I - solicitar assessoramento técnico necessário, inclusive contratação de terceiros, mas prioritariamente do quadro próprio da Administração;

II - solicitar orientação, estabelecer diretrizes para dar e receber informações sobre a execução do contrato. Essas informações podem ser solicitadas pelo gestor, pelo contratado, pelo serviço jurídico ou pela área de controle;

III - Acompanhar e controlar, quando for o caso, as entregas e o estoque de materiais de reposição, destinados à execução do objeto contratado, principalmente quanto à sua quantidade e qualidade;

IV - interditar e/ou determinar a paralização da execução do contrato quando, objetivamente, constatar uma irregularidade que precisa ser sanada. Se perceber que, sem o saneamento do problema, haverá comprometimento da qualidade futura, deve agir com firmeza e prontamente;

V - certificar e/ou emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados, das obras executadas ou daquilo que for produzido pelo contratado. Isso pode ser solicitado tanto para medidas administrativas ou judiciais a serem tomadas pela Administração, ou pelo contratado, na postulação dos seus direitos ou na defesa dos seus interesses;

VI - representar e/ou levar a conhecimento das autoridades crimes de que tenham conhecimento em razão do ofício. Por exemplo, uso de documento falso, crime contra as relações de trabalho, crime contra o meio ambiente, crime contra a Administração Pública. Da mesma forma, comunicar, via superior hierárquico, as situações irregulares que devam ser objeto de atenção de órgãos fiscalizadores, como inspeção sanitária, corpo de bombeiros, defesa civil, etc;

VII - buscar, no caso de dúvidas quanto ao ATESTO, obrigatoriamente auxílio junto às áreas competentes para que se efetue corretamente a atestação;

VIII - glosar e/ou indicar ao gestão que efetue glosas de medições por serviços, obras ou produtos mal executados ou não executados; e sugerir a aplicação de penalidades ao contrato em face do inadimplemento das obrigações;

IX - aprovar e/ou confirmar a medição dos serviços efetivamente realizados, dos cronogramas de obras, dos fornecimentos atendidos e da linha de produção;

X - Solicitar a seus superiores, em tempo hábil para adoção das medidas convenientes, decisões e providências que ultrapassarem a sua competência;

XI - atestar e/ou emitir atestado de execução parcial ou total.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 01º dia do mês de Junho de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 01/06/2017.

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

ANEXO I – FISCAIS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO ASSINADAS ATÉ MAIO DE 2017

Data	Número	Nome do Contratado	Objeto	Valor	Vigência	Processo Licitatório	Secretaria de Origem	Fiscal
12/05/2017	3009/2017 3010/2017 3011/2017 3012/2017	**SETE COMERCIO E SERVICOS JAQUELINE RODRIGUES SANTOS ME R G DA PAZ EIRELI EPP M DE L P COMERCIO - PROD. DE LIMPEZA E HIGIENE**	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, UTENSILIOS DOMESTICOS E MATERIAIS DESCARTAVEIS DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS.	**R$ 38.328,93 (Trinta e oito mil, trezentos e vinte e oito reais e noventa e três centavos). Anual** R$ 49.054,94 (Quarenta e nove mil, cinquenta e quarto reais e noventa e quatro centavos). R$ 44.342,55 (Quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos). R$ 55.342,55 (Cinquenta e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 020/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Secretaria de Educação, Desporto e laser.	Geisiane de Campos Mello
16/05/2017	3013/2017 3014/2017 3015/2017	**COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NORTELANDIA EPP PNEUAR COMERCIO DE PNEUAR LTDA PNEUS VIA NOBRE LTDA**	AQUISICAO DE PNEUS, CAMARAS DE AR E SERVICOS DE RECAUCHUTAGEM DESTINADOS AOS VEICULOS E MAQUINARIOS DA FROTA MUNICIPAL	R$ 57.910,00 (Cinquenta e sete mil, novecentos e dez reais). Anual R$278.620,96 (Duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e vinte reais e noventa e seis centavos). **R$ 267.198,00 (Duzentos e sessenta e sete mil, cento e noventa e oito reais)**	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 019/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Secretaria de Educação, Desporto e laser.	Benedito Antonio de Almeida Neto
19/05/2017	3016/2017	**SETE COMÉRCIO E SERVIÇOS**	AQUISICAO DE PRODUTOS E INSUMOS AGROPECUARIOS DESTINADOS AO DEPARTAMENTO DE LIMPEZA PUBLICA E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICIPIO	R$ 69.359,26 (Sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta e nove reais e vinte e seis centavos). Anual	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 021/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Secretaria de Educação, Desporto e laser.	Zenilda Portela
19/05/2017	3017/2017 3018/2017 3019/2017	**LUCILIA DE LOURDES OLIVEIRA ALVES ME COMERCIAL LUAR LTDA JAQUELINE RODRIGUES SANTOS ME**	REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR E AS DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DESTE MUNICIPIO	**R$ 502.210,00 (Quinhentos e dois mil, duzentos e dez reais) Anual.** R$ 25.563,31 (Vinte e cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e trinta e um centavos). R$ 167.557,20 (Cento e sessenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos).	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 022/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Secretaria de Educação, Desporto e laser.	Neuracy Módulo
19/05/2017	3020/2017	**DISMEQ COM IMP DE MAQUINAS P/**	FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTINA-	R$ 54.560,00 (Cinquenta e quatro mil, quinhentos e sessenta reais). Anual	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 018/2017	Secretaria de Administração,	Gian Carlo Hidalgo

	3021/2017 3022/2017 3023/2017	**ESCRITORIO LTDA** **D. A. ARAGAO COMERCIO ME** **CONFIANCA SOLUCOES EIRELI EPP** **OLMI INFORMATICA LTDA EPP**	DOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS	R$80.340,00 (Oitenta mil e trezentos e quarenta reais). R$ 79.475,00 (Setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais). Anual R$ 75.975,00 (Setenta e cinco mil, novecentos e setenta e cinco reais)			planejamento e finanças; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Secretaria de Educação, Desporto e laser.	
23/05/2017	3024/2017	**M M V M COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME**	PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DESTINADO À AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED PARA POSTE TIPO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R$ 178.400,00 (Cento e setenta e oito mil e quatrocentos reais) Anual	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 023/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças	Zenilda Portela
24/05/2017	3025/2017 3026/2017 3027/2017	**LP COMERCIO E REP. ASSES. E PREST. SERV. LTDA-ME** **COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA- ME** **W.N. DIAGNOSTICA EIRELLI EPP**	FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO ODONTOLOGICO, AMBULATORIAL E LABORATORIAL DESTINADOS AO SUPRIMENTO DA FARMACIA MUNICIPAL E UNIDADES DE SAUDE.	R$ 141.476,89 (Cento e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta e seis reais e oitenta e nove centavos). Anual R$ 185.547,95 (Cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e sete reais e noventa e cinco cent.) R$ 21.225,85 (Vinte e um mil, duzentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco **centavos)**	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 024/2017	Secretaria de Saúde	Anselma Miranda de Moura
31/05/2017	3028/2017 3029/2017 3030/2017 3031/2017	**MURILO GOLIN DOS SANTOS – ME** **MARIA JOSE DOS REIS NETO** **GRAFFITE COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI EPP** **CANTINHO LIVRARIA E PAPELARIA LTDA ME**	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADOS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DEPARTAMENTOS	R$ 194.268,41 (Cento e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos). Anual R$ 23.484,00 (Vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais) R$ 2.109,30 (Dois mil, cento e nove reais e trinta centavos). R$ 3.577,28 (Três mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte e oito centavos)	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 026/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Secretaria de Educação, Desporto e laser.	Graziele Gubert da Silva
30/05/2017	3032/2017 3033/2017 3034/2017	**COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS NORTELANDIA LTDA EPP** **E ALVES DA SILVA COMBUSTIVEIS ME** **P. B. PEREIRA ME**	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, FILTROS, ÓLEOS E BATERIAS DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL	R$780.023,00 (Setecentos e oitenta mil e vinte e três reais). Anual **R$ 1.362.763,30 (Um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e trinta cent.).** R$ 9.334,00 (Nove mil, trezentos e trinta e quatro reais)	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 025/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças; Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Saúde; Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura; Secretaria de Educação, Desporto e laser.	Zenilda Portela

ANEXO II – FISCAIS DE CONTRATO DE COMPRAS E SERVIÇOS ASSINADOS ATÉ MAIO DE 2017

Data	Número	Nome do Contratado	Objeto	Valor	Vigência	Processo Licitatório	Secretaria de Origem	Fiscal
11/04/2017	008/2017 009/2017	**MAIRA TAISE RINALDI ME** **FERNANDA OLIVEIRA MAGALHAES-ME**	O presente contrato tem como objeto à Prestação de Serviços de Transporte Escolar pela CONTRATADA com os veículo marca M.BENZ/oh, Modelo 1318 , ano de fabricação 1989, de placas IIB4702/RS e veiculo marca IMP/M.BENZ OF, modelo 1620, ano de fabricação199, placa IEO0837/RS no(s) seguinte(s) itinerário(s), com as respectivas rotas e horários a cumprir . Prestação de Serviços de Transporte Escolar pela CONTRATADA com os veículo marca PAS/MASCA Modelo GRANMICRO O, ano de fabricação 2003, de placa 0003017/MT no(s) seguinte(s) itinerário(s), com as respectivas rotas e horários a cumprir .	R$ 3,54 (três reais e cinquenta e quatro centavos) por quilometro Rodado R$ 3,55 (três reais e cinquenta e cinco centavos) por quilometro Rodado	12 MESES	PREGÃO PRESENCIAL 008/2017	Secretaria de Educação, Desporto e Laser.	Benedito Antonio de Almeida Neto
10/05/2017	010/2017	**BIO RESIDUOS SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**	Contratação De Empresa De Prestação De Serviços De Coleta, Transporte, Gerenciamento, Tratamento E Disposição Final De Resíduos De Serviço De Saúde.	R$ 9.000,00 (nove mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais de 750,00 (setecentos e cinquenta reais.	12 MESES	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 010/2017	Secretaria de Saúde.	Anselma Miranda de Moura
10/05/2017	011/2017	**SEBRAE/MT NOSSO LEITE**	Consultoria Tecnológica Sebraetec em métodos e técnicas de produção para desenvolvimento da cadeia produtiva do leite – NOSSO LEITE, com ações de melhoria de processo de manejo e produção, atendendo no mínimo 20 produtores rurais" em Nortelandia /MT	R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) anual, condicionada a realização dos serviços.	07 MESES	CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 011/2017	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura.	Renato Coelho Portela

31/05/2017	012/2017	**JM MINERADORA E CONSTRUTORA LTDA**	Recuperação de ponte de madeira sobre o Córrego Pacoval.	R$58.811.00 (Cinquenta e oito mil, oitocentos e onze reais) valor máximo pago pela prestação do serviço.		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017	Secretaria de Administração, planejamento e finanças	Thiago José dos Santos

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

2º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2017

2º TERMO ADITIVO DE VALOR E PRAZO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO **E A SENHORA BENEDITA CONCEIÇÃO DA SILVA CONFORME** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 371/2017, NA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social constantes no Processo Administrativo n. 4047/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 035/2017 a Senhora BENEDITA CONCEIÇÃO DA SILVA, sendo a contratação de prestação de serviço de Facilitadora de Oficina (Artesã) nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e, Grupo de Mulheres do CRAS, conforme descriminado processo administrativo nº. 371/2017, na modalidade Dispensa de Licitação nº 042/2017 oriundo da Secretaria Municipal de Assistência Social

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 02 (dois) meses a contar a partir termino da vigência do primeiro termo aditivo de prazo e valor dia 01/07/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Secretaria /Programa	Recurso	Projeto/Atividade	Reduzido Dotação	Fonte	Valor (R$)
02024	Federal	33.90.36.00	060019		1.874,00
VALOR TOTAL (R$)					1.874,00

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 45/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 035/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 24 de Maio de 2017.

CONTRATANTE

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADA

BENEDITA CONCEIÇÃO DA SILVA

RG nº. 1624878-3 SSP/MT

CPF nº.026.274.141-51

2º TERMO ADITIVO DE VALOR 25% AO CONTRATO Nº 070/2015

2º TERMO ADITIVO DE VALOR 25% AO CONTRATO Nº 070/2015 REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE DE PACIENTES QUE ENCONTRA –SE EM TRATAMENTO FORA DO DOMICILIO (TFD) QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA MARIO ROBERTO MONTEIRO DA SILVA 45833982120 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10526/2014, MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2014 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 040/2014 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

As partes acima identificadas têm entre si, justos e acertadas, o presente Termo Aditivo de valor25% de R$ 19.500,00 (Dezenove Mil Quinhentos Reais) ao contrato nº 070/2015 com base no processo nº. 4042/2017, referente a Contratação de Empresa para prestação de serviço de transporte de Pacientes que encontra-se em **Tratamento Fora do Domicilio (TFD)**, conforme edital.Observadas as condições estabelecidas no Edital de Pregão nº 040/2014, respectivo Termo de Referência e seus anexos.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2016.

Programa	Proj/Atividade	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
1302 – Sec. Saúde	**33.90.39**	**070021**	**114**	**R$ 19.500,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e Parecer Jurídico 43/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 070/2015, em 02 (duas) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento – MT, 29 de Maio de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: **MARIO ROBERTO MONTEIRO DA SILVA 45833982120**

CNPJ nº 17.851.334/0001-71

Representada pelo Senhor MARIO ROBERTO MONTEIRO DA SILVA

Portador da cédula de identidade nº 501017 e CPF nº 458.339.821-20

RESOLUÇÃO Nº001/2017/CMF

ESTADO DE MATO GROSSO

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CONSELHO MUNICIPAL DE FETHAB

Resolução Nº001/2017/CMF

O Conselho Municipal do FETHAB – CMF de Nossa Senhora do Livramento, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Disposto Da Lei Nº 824/2017 de 02 de Maio de 2017, em seu Artigo IIº e do Decreto Nº 048/2017 do ser Artigo Iº.

Considerando a Deliberação em Reunião Ordinária, realizada no dia 31 de Maio de 2017 Registrada sob a Ata nº 001/2017 do CMF:

Resolve:

Art.1º - Aprovar a Prestação de Contas dos Recursos do FETHAB deste município, referente ao Iº Quadrimestre do ano de 2017, no valor de R$ 236.062,79(Duzentos e Trinta e Seis Mil, Sessenta e Dois Reais e Setenta e Nove Centavos),onde foram gastos com Consumo de Diesel,Consumo Hora Máquina,Produção e Material de Consumo,conforme Demonstrativo de Despesas.

Art.2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir desta data.

Registra-se e Publique-se!

Nossa Senhora do Livramento, 31 de Maio de 2017.

Luciênio Batista da Silva

Presidente do Conselho Municipal do FETHAB

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 035/2015

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 035/2015 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA **P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIA LTDA ME** CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 464/2015 MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo e valor do contrato nº 035/2015 firmado com a Empresa P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA-ME a contratação de empresa de engenharia para supervisão, fiscalização, medição e acompanhamento de obras e projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, conforme especificações constantes no Edital Tomada de Preço nº 002/2015

1.1 O valor original do contrato nº 035/2015 não será alterado.

MOTIVOS

De conformidade com as motivações administrativas nº 2021/2017 constantes no processo administrativo conforme justificativa da administração na prestação de serviço com preços e condições vantajosos, na qual a contratada vem prestando excelentes serviços, com profissionais capacitados e bem preparados. Através da prestação dos serviços contratados são possíveis saneamento de dúvidas, apoio na elaboração dos trabalhos diários e específicos de cada demanda, bem como o devido acompanhamento para desenvolvimento dos trabalhos nos termos das legislações e suas atualizações, uma vez que a complexidade e freqüentes mudanças faz com que serviços contratados possibilitem a qualidade e precisão dos trabalhos obrigatórios deste município decidem celebrar este termo aditivo.

DO PRAZO

O presente termo aditivo terá seu prazo prorrogado por 12 (doze) meses contados a partir da do termino de vigência do contrato original dia **29/04/2017.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta das Dotações orçamentárias 2016 descriminadas abaixo.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Codigo Red	Valor (R$)
2045	Manutenção e Encargos da Educação	33.90.39.00	100	050019	R$ 192.942,17
2074	Manutenção, Encargos e Salários	33.90.39.00	117	080009	R$ 96.471,08
VALOR TOTAL R$ 289,413.25					

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, § II e 65, § I, da Lei 8.666/93.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2016**, em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 28 de Abril de 2017.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONCALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL EIRELI

CNPJ: 17.504.585/0001-80

Representado pela Srª Rubia Nattally de Moraes

RG: 12417025 SEJSP/MT

CPF/MF:987.578.901-10

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 032/2017

2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 032/2017 DE PISCOLOGO QUE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A SENHOR RODRIGO JOSE SANTOS DE ANDRADE CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 373/2017,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº . 041/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social constantes no Processo Administrativo n. 4048/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 032/2017 Senhor RODRIGO JOSE SANTOS DE ANDRADE, sendo a contratação de serviços de uma psicólogo para atuar nos Serviços de Proteção Social Especial e Serviços de Atendimento Integral as Famílias no espaço físico do CRAS do município Nossa Senhora do Livramento – MT.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 02 (dois) meses a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 01/07/2017.

DO VALORAs despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

PROJETO/ATIVIDADE	RECURSO	Reduzido Dotação	NATUREZA DA DESPESA	CÓDIGO REDUZIDO	VALOR R$
2022	Próprio	060007	33.90.36	100	R$ 4.357,42

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 44/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

CLÁUSULA QUINTA –:

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 032/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 24 de maio 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

RODRIGO JOSE SANTOS DE ANDRADE

RG: 1808850-3 SJSP/MT

CPF: 022.033.131-61

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 032/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **032/2017, cujo objeto é "registro de preços para futura** contratação de empresa especializada na prestação de serviços de LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM, ILUMINAÇÃO, PALCO E PAINEL DE LED PARA USO EM DIVERSOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ANEXO I do edital**".**

SAGROU-SE vencedora a empresa

APARECIDO SIDINEI ALBINO-ME**,** CNPJ**: 04.730.522/0001-08**, no valor global de **R$ 298.000,00 (Duzentos e noventa e oito mil reais).**

Nova Bandeirantes/MT 02 de junho de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 017 /2017

PORTARIA Nº 017 /2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor **Adelino Schmoller,** Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei, e,

CONSIDERANDO, que o servidor é de cargo efetivo, e que a Lei Municipal nº 850/2014, artigo 20, que trata de suas atribuições e que o mesmo desempenha funções além das atividades mencionadas no Plano de Cargos e Carreiras e;

CONSIDERANDO que o servidor zela do prédio onde está o ponto de apoio aos vereadores, anexo ao prédio da Câmara Municipal, isto é: limpar, lavar roupas de cama etc ;

CONSIDERANDO ainda que o servidor presta serviços de copeiro nos dias de sessões, ultrapassando sua carga horária de serviço;

CONSIDERANDO que houve uma licitação do tipo pregão que contratou empresa para prestação de serviços de gravação, produção e distribuição de materiais em áudio relativo às sessões ordinárias e extraordinárias;

Resolve:

Artigo 1º - Fica concedido ao Servidor Sr. Francisco Vieira de Araújo, a gratificação mensal de 50 % sobre os valores dos seus vencimentos, nos termos do artigo 24 da Lei Municipal nº 851/2014, por desempenhar funções além das atividades do Plano de Cargo e Carreiras, quais sejam: zelar do prédio onde está o ponto de apoio aos vereadores e prestar serviços de copeiro no dia das sessões.

Artigo 2º - Fica o servidor Sr Francisco Vieira de Araújo dispensado do serviço de gravação das sessões.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor a partir do dia 01 de junho de 2017.

Artigo 4º - Revoga a Portaria nº 006/2016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes/MT, 08 de maio de 2017.

Adelino Schmoller - Presidente

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 018/2017

PORTARIA Nº 018/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS ADQUIRIDAS A SERVIDOR, DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO.

Adelino Schmoller, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE *:*

ARTIGO 1º - Fica concedido férias de 30 (dias), conforme Lei nº 111/97, artigo 105 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal, ao **Sr. Francisco Vieira de Araujo,** lotado nesta Câmara Municipal.

Parágrafo 1º – As férias mencionadas no Caput do Art.1º compreende o período aquisitivo de 03/03/2016, à 02/03/2017.

Parágrafo 2º – As férias mencionadas no parágrafo anterior serão adquiridas do dia 01/06/2017 a 01/07/2017

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 01 de junho do ano de 2017.

ARTIGO 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 19 DE MAIO DE 2017

Adelino Schmoller

Presidente

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 032/2017

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º. **030/2017, cujo OBJETO é o "registro de preços para futura** contratação de empresa especializada na prestação de serviços de LOCAÇÃO DE SISTEMA DE SOM, ILUMINAÇÃO, PALCO E PAINEL DE LED PARA USO EM DIVERSOS EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES-MT, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ANEXO I do edital**"**

SAGROU-SE vencedoraa empresa**:**

APARECIDO SIDINEI ALBINO-ME**,** CNPJ**: 04.730.522/0001-08**, no valor global de **R$ 298.000,00 (Duzentos e noventa e oito mil reais).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Regina de Souza Mendonça

Pregoeira Oficial

Decreto nº 012/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2º BIMESTRE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (I)	17.586.250,43	17.586.250,43	2.802.131,11	15,93	5.085.676,17	28,91	12.500.574,26
RECEITAS CORRENTES	13.349.193,25	13.349.193,25	2.163.721,11	16,20	4.447.266,17	33,31	8.901.927,08
RECEITA TRIBUTARIA	567.138,39	567.138,39	58.578,17	10,32	142.727,05	25,16	424.411,34
Impostos	493.451,56	493.451,56	41.332,05	8,37	80.763,64	16,36	412.687,92
Taxas	70.620,44	70.620,44			22.942,87	32,48	47.677,57
Contribuição de Melhoria	3.066,39	3.066,39	17.246,12	562,42	39.020,54	272,52	-35.954,15
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.858,78	2.858,78					2.858,78
Contribuições Sociais	1.179,39	1.179,39					1.179,39
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.679,39	1.679,39					1.679,39
Contribuição de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	270.700,89	270.700,89	62.502,45	23,08	125.195,45	46,24	145.505,44
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	270.700,89	270.700,89	62.502,45	23,08	125.195,45	46,24	145.505,44
Receitas de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Pú							
Receita de Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	4.038,16	4.038,16			75,18	1,86	3.962,98
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.475.606,67	12.475.606,67	2.042.640,49	16,37	4.168.094,68	33,40	8.307.511,99
Transferências Intergovernamentais	11.788.243,69	11.788.243,69	1.936.112,15	16,42	4.061.566,34	34,45	7.726.677,35
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	687.362,98	687.362,98	106.528,34	15,49	106.528,34	15,49	580.834,64
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.850,36	28.850,36			11.173,81	38,73	17.676,55
Multa de Juros de Mora	7.076,31	7.076,31			2.033,43	28,73	5.042,88
Indenizações e Restituições	2.594,66	2.594,66					2.594,66
Receita da Dívida Ativa	18.943,51	18.943,51			9.140,38	48,25	9.803,13
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amorti							
Receitas Correntes Diversas	235,88	235,88					235,88
RECEITAS DE CAPITAL	4.237.057,18	4.237.057,18	638.410,00	15,06	638.410,00	15,06	3.598.647,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	117,94	117,94					117,94
Alienação de Bens Móveis	117,94	117,94					117,94
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.236.939,24	4.236.939,24	638.410,00	15,06	638.410,00	15,06	3.598.529,24
Transferências Intergovernamentais	125.729,00	125.729,00					125.729,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	4.111.210,24	4.111.210,24	638.410,00	15,52	638.410,00	15,52	3.472.800,24
Transferências para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (Intra-Orçamentárias) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	17.586.250,43	17.586.250,43	2.802.131,11	15,93	5.085.676,17	28,91	12.500.574,26
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Refinanciamento (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.586.250,43	17.586.250,43	2.802.131,11	15,93	5.085.676,17	28,91	12.500.574,26
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	17.586.250,43	17.586.250,43	2.802.131,11	15,93	5.085.676,17	28,91	12.500.574,26

Emissão: 31/05/2017 19:12:57 Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A					1.326.394,00		
Superávit Financeiro					1.326.394,00		
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 31/05/2017 19:12:57 Page 2 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesas Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS (Exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)	16.961.310,43	20.570.663,33	2.563.509,12	5.123.088,05	15.447.575,28	2.140.244,71	3.506.654,94	17.064.008,39	3.210.675,01	
DESPESAS CORRENTES	14.226.646,97	14.507.367,33	2.128.425,19	4.685.835,12	9.821.532,21	2.113.661,95	3.477.903,18	11.029.464,15	3.181.923,25	
Pessoal e Encargos Sociais	6.933.347,00	6.771.559,70	1.148.793,48	2.100.483,75	4.671.075,95	1.137.095,30	2.088.283,49	4.683.276,21	2.045.346,71	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes	7.293.299,97	7.735.807,63	979.631,71	2.585.351,37	5.150.456,26	976.566,65	1.389.619,69	6.346.187,94	1.136.576,54	
DESPESAS DE CAPITAL	2.674.663,46	6.003.296,00	435.083,93	437.252,93	5.566.043,07	26.582,76	28.751,76	5.974.544,24	28.751,76	
Investimentos	2.578.183,46	5.913.816,00	435.083,93	437.252,93	5.476.563,07	26.582,76	28.751,76	5.885.064,24	28.751,76	
Inversões Financeiras	100,00	3.100,00			3.100,00			3.100,00		
Amortização da Dívida	96.380,00	86.380,00			86.380,00			86.380,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00			60.000,00			60.000,00		
RESERVA DO RPPS										
DESPESAS(Intra-Orçamentárias)(IX)	624.940,00	621.840,00	125.766,93	243.423,67	378.416,33	125.766,93	240.446,12	381.393,88	240.446,12	
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	17.586.250,43	21.192.503,33	2.689.276,05	5.366.511,72	15.825.991,61	2.266.011,64	3.747.101,06	17.445.402,27	3.451.121,13	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - Refinanciamento (XI)										
Amortização da Dívida Interna										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa										
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.586.250,43	21.192.503,33	2.689.276,05	5.366.511,72	15.825.991,61	2.266.011,64	3.747.101,06	17.445.402,27	3.451.121,13	
SUPERÁVIT (XIII)							1.338.575,11		1.634.555,04	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.586.250,43	21.192.503,33	2.689.276,05	5.366.511,72	15.825.991,61	2.266.011,64	5.085.676,17	16.106.827,16	5.085.676,17	

Emissão: 31/05/2017 19:12:57

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÀRIA

BALANÇO ORÇAMENTÀRIO - DESPESAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas			Despesas Liquidadas			Despesa Pagas Até o Bimestre (j)	Inscritas em Restos a Pagar Não Processadas (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	Saldo (g) = (e - f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	Saldo (i) = (e - h)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (IX)	624.940,00	621.840,00	125.766,93	243.423,67	378.416,33	125.766,93	240.446,12	381.393,88	240.446,12	
DESPESAS CORRENTES	624.940,00	621.840,00	125.766,93	243.423,67	378.416,33	125.766,93	240.446,12	381.393,88	240.446,12	
Pessoal e Encargos Sociais	624.940,00	621.840,00	125.766,93	243.423,67	378.416,33	125.766,93	240.446,12	381.393,88	240.446,12	
Juros e Encargos da Dívida										
Outras Despesas Correntes										
DESPESAS DE CAPITAL										
Investimentos										
Inversões Financeiras										
Amortização da Dívida										

Emissão: 31/05/2017 19:12:57

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.257.169,29	19.866.522,19	2.563.509,12	5.123.088,05	95,46	14.743.434,14	2.140.244,71	3.506.654,94	93,58	16.359.867,25	
LEGISLATIVA											
JUDICIÁRIA											
ESSENCIAL A JUSTIÇA											
ADMINISTRAÇÃO	4.309.685,12	4.288.040,11	696.041,89	1.388.656,13	25,87	2.899.383,98	567.622,69	1.022.004,54	27,27	3.266.035,57	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.215.135,12	4.207.990,11	681.773,37	1.374.187,61	25,60	2.833.802,50	553.354,17	1.007.536,02	26,88	3.200.454,09	
COMUNICAÇÃO SOCIAL	10.000,00	10.000,00	7.000,00	7.000,00	0,13	3.000,00	7.000,00	7.000,00	0,18	3.000,00	
CONTROLE INTERNO	66.550,00	70.050,00	7.268,52	7.468,52	0,13	62.581,48	7.268,52	7.468,52	0,19	62.581,48	
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	15.000,00										
TECNOLOGIA DA INFORMATIZAÇÃO	3.000,00										
DEFESA NACIONAL											
SEGURANÇA PÚBLICA											
RELAÇÕES EXTERIORES											
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.198.866,00	1.239.866,00	126.598,85	307.504,20	5,73	932.361,80	178.900,47	289.294,62	7,72	950.571,38	
ASSISTÊNCIA AO IDOSO	19.500,00	19.500,00				19.500,00				19.500,00	
ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	3.276,00	3.276,00				3.276,00				3.276,00	
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	1.175.090,00	1.216.090,00	126.598,85	307.004,20	5,72	909.085,80	178.835,47	289.229,62	7,71	926.860,38	
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	1.000,00	1.000,00		500,00		500,00	65,00	65,00		935,00	
PREVIDÊNCIA SOCIAL											
SAÚDE	3.434.640,00	3.756.168,90	698.001,54	1.428.109,84	26,61	2.328.059,06	629.836,10	1.036.484,19	27,66	2.719.684,71	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	611.840,00	785.540,00	232.797,97	457.803,30	8,53	327.736,70	227.567,64	392.615,81	10,47	392.924,19	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	940.320,00	793.120,00	246.097,68	474.611,26	8,84	318.508,74	174.818,22	253.670,12	6,76	539.449,88	
ATENÇÃO BÁSICA	1.163.770,00	1.500.798,90	146.606,35	372.509,07	6,94	1.128.289,83	150.559,20	275.005,64	7,33	1.225.793,26	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	441.180,00	413.492,70	42.953,73	57.236,96	1,06	356.255,74	44.458,23	57.236,96	1,52	356.255,74	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	147.250,00	113.750,00	2.268,09	2.268,09	0,04	111.481,91	2.268,09	2.268,09	0,06	111.481,91	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	130.280,00	149.467,30	27.277,72	63.681,16	1,18	85.786,14	30.164,72	55.687,57	1,48	93.779,73	
TRABALHO	112.478,00	112.478,00		112.478,00	2,09		24.697,31	46.296,59	1,23	66.181,41	
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR	112.478,00	112.478,00		112.478,00	2,09		24.697,31	46.296,59	1,23	66.181,41	
EDUCAÇÃO	2.853.543,00	2.858.543,00	450.821,46	1.054.228,68	19,64	1.804.314,32	544.341,71	835.073,31	22,28	2.023.469,69	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	139.122,00	119.122,00	49.458,05	49.458,05	0,92	69.663,95	15.908,55	15.908,55	0,42	103.213,45	
EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.460,00	1.460,00				1.460,00				1.460,00	
EDUCAÇÃO INFANTIL	17.000,00	17.000,00				17.000,00				17.000,00	
ENSINO FUNDAMENTAL	2.695.961,00	2.720.961,00	401.363,41	1.004.770,63	18,72	1.716.190,37	528.433,16	819.164,76	21,86	1.901.796,24	
CULTURA	50.320,00	39.870,00				39.870,00				39.870,00	
DIFUSÃO CULTURAL	50.320,00	39.870,00				39.870,00				39.870,00	
DIREITOS DA CIDADANIA											
URBANISMO	651.616,29	651.616,29				651.616,29				651.616,29	
INFRA-ESTRUTURA URBANA	651.616,29	651.616,29				651.616,29				651.616,29	
HABITAÇÃO	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
HABITAÇÃO URBANA	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
SANEAMENTO	195.427,17	3.207.589,17	380.461,53	380.461,53	7,08	2.827.127,64				3.207.589,17	

Emissão: 31/05/2017 19:15:01 Page 1 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	195.427,17	3.207.589,17	380.461,53	380.461,53	7,08	2.827.127,64				3.207.589,17	
GESTÃO AMBIENTAL	109.200,00	109.200,00				109.200,00				109.200,00	
CONTROLE AMBIENTAL	9.200,00	9.200,00				9.200,00				9.200,00	
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	100.000,00	100.000,00				100.000,00				100.000,00	
CIÊNCIA E TECNOLOGIA											
AGRICULTURA	533.700,00	815.457,01	48.434,46	142.981,38	2,66	672.475,63	43.834,51	87.358,32	2,33	728.098,69	
ABASTECIMENTO	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
EXTENSÃO RURAL	456.780,00	738.537,01	48.434,46	142.981,38	2,66	595.555,63	43.834,51	87.358,32	2,33	651.178,69	
ORDENAMENTO TERRITORIAL	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO ANIMAL	9.460,00	9.460,00				9.460,00				9.460,00	
PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL	17.460,00	17.460,00				17.460,00				17.460,00	
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA											
INDÚSTRIA											
COMÉRCIO E SERVIÇOS	10.000,00	10.000,00	780,00	780,00	0,01	9.220,00	292,00	292,00		9.708,00	
PROMOÇÃO COMERCIAL	10.000,00	10.000,00	780,00	780,00	0,01	9.220,00	292,00	292,00		9.708,00	
COMUNICAÇÕES											
ENERGIA	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
ENERGIA ELÉTRICA	40.000,00	40.000,00				40.000,00				40.000,00	
TRANSPORTE	2.000.750,00	1.984.750,00	146.376,12	291.895,02	5,43	1.692.854,98	150.719,92	189.851,37	5,06	1.794.898,63	
SERVIÇOS URBANOS	110.000,00	96.000,00				96.000,00				96.000,00	
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.890.750,00	1.888.750,00	146.376,12	291.895,02	5,43	1.596.854,98	150.719,92	189.851,37	5,06	1.698.898,63	
DESPORTO E LAZER	101.280,00	107.280,00	15.993,27	15.993,27	0,29	91.286,73				107.280,00	
DESPORTO COMUNITÁRIO	81.280,00	93.280,00	15.993,27	15.993,27	0,29	77.286,73				93.280,00	
LAZER	20.000,00	14.000,00				14.000,00				14.000,00	
ENCARGOS ESPECIAIS	585.663,71	575.663,71				575.663,71				575.663,71	
SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	585.663,71	575.663,71				575.663,71				575.663,71	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	60.000,00	60.000,00				60.000,00				60.000,00	
RESERVA DO R.P.P.S.											
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	604.940,00	601.840,00	125.766,93	243.423,67	4,53	358.416,33	125.766,93	240.446,12	6,41	361.393,88	
TOTAL (III) = (I + II)	16.862.109,29	20.468.362,19	2.689.276,05	5.366.511,72	100,00	15.101.850,47	2.266.011,64	3.747.101,06	100,00	16.721.261,13	

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	604.940,00	601.840,00	125.766,93	243.423,67	4,53	358.416,33	125.766,93	240.446,12	6,41	361.393,88	
ADMINISTRAÇÃO	180.500,00	180.500,00	41.675,56	78.028,27	1,45	102.471,73	41.675,56	78.028,27	2,08	102.471,73	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	172.000,00	172.000,00	40.960,40	77.313,11	1,44	94.686,89	40.960,40	77.313,11	2,06	94.686,89	
CONTROLE INTERNO	8.500,00	8.500,00	715,16	715,16	0,01	7.784,84	715,16	715,16	0,01	7.784,84	
ASSISTÊNCIA SOCIAL	54.000,00	54.000,00	9.846,90	18.829,89	0,35	35.170,11	9.846,90	18.829,89	0,50	35.170,11	
ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	54.000,00	54.000,00	9.846,90	18.829,89	0,35	35.170,11	9.846,90	18.829,89	0,50	35.170,11	
SAÚDE	165.340,00	162.240,00	31.610,99	58.939,98	1,09	103.300,02	31.610,99	58.939,98	1,57	103.300,02	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	110.000,00	106.900,00	23.319,61	43.415,69	0,80	63.484,31	23.319,61	43.415,69	1,15	63.484,31	

Emissão: 31/05/2017 19:15:01 Page 2 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

INTRA ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesa Empenhada			SALDO (c) = (a-b)	Despesas Liquidadas			SALDO (e) = (a-d)	INSC. RESTOS A PAGAR NÃO PROC. (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	7.000,00	7.000,00				7.000,00				7.000,00	
ATENÇÃO BÁSICA	30.140,00	30.140,00	7.507,22	14.249,37	0,26	15.890,63	7.507,22	14.249,37	0,38	15.890,63	
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	10.000,00	10.000,00				10.000,00				10.000,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	5.000,00	5.000,00				5.000,00				5.000,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3.200,00	3.200,00	784,16	1.274,92	0,02	1.925,08	784,16	1.274,92	0,03	1.925,08	
EDUCAÇÃO	185.100,00	185.100,00	38.946,21	80.012,00	1,49	105.088,00	38.946,21	77.034,45	2,05	108.065,55	
ENSINO FUNDAMENTAL	185.100,00	185.100,00	38.946,21	80.012,00	1,49	105.088,00	38.946,21	77.034,45	2,05	108.065,55	
AGRICULTURA	20.000,00	20.000,00	3.687,27	7.613,53	0,14	12.386,47	3.687,27	7.613,53	0,20	12.386,47	
EXTENSÃO RURAL	20.000,00	20.000,00	3.687,27	7.613,53	0,14	12.386,47	3.687,27	7.613,53	0,20	12.386,47	
TOTAIS INTRA-ORÇAMENTÁRIOS	**604.940,00**	**601.840,00**	**125.766,93**	**243.423,67**	**4,53**	**358.416,33**	**125.766,93**	**240.446,12**	**6,41**	**361.393,88**	

Emissão: 31/05/2017 19:15:01 Page 3 de 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2016 A ABRIL/2017

RREO – ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17	MAR/17	ABR/17		
RECEITAS CORRENTES (I)									1.211.916,10	1.428.184,23	1.228.494,86	1.244.153,59	5.112.748,78	15.198.341,03
Receita Tributária									31.273,50	52.875,38	34.268,72	24.309,45	142.727,05	567.138,39
IPTU									61,02				61,02	27.690,81
ISS									7.631,06	22.196,39	26.763,21	14.411,49	71.002,15	252.000,00
ITBI									7.133,70				7.133,70	80.000,00
IRRF									1.427,18	982,24	157,35		2.566,77	132.760,75
Outras Rec. Tributarias									15.020,54	29.696,75	7.348,16	9.897,96	61.963,41	74.686,83
Receita Contribuições														2.858,78
Receita Patrimonial									33.943,11	28.749,89	34.270,93	28.231,52	125.195,45	270.700,89
Receita Agropecuária														
Receita Industrial														
Receita Serviços									75,18				75,18	4.038,16
Transferências Correntes									1.143.508,81	1.338.500,65	1.159.955,21	1.191.612,62	4.833.577,29	14.324.754,45
Cota Parte do FPM									530.773,08	680.134,06	425.731,48	277.871,04	1.914.509,66	5.678.530,00
Cota Parte do ICMS									313.137,07	179.721,09	312.068,79	238.983,75	1.043.910,70	3.221.473,75
Cota Parte do IPVA									15.264,79	25.495,63	23.160,17	23.762,21	87.682,80	163.803,75
Cota Parte do ITR									28.378,22	8.101,49	1.379,97	239.159,34	277.019,02	158.343,63
Transf. LC 87/1966									1.260,35	1.260,35	1.260,35	1.260,35	5.041,40	23.587,74
Transf. LC 61/1989									1.630,11		3.449,35	2.036,50	7.115,96	
Transferências FUNDEB									77.692,70	81.542,02	52.212,48	83.573,07	295.020,27	923.587,74
Outras Transf. Correntes									175.372,49	362.246,01	340.692,62	324.966,36	1.203.277,48	4.155.427,84
Outras Receitas Correntes									3.115,50	8.058,31			11.173,81	28.850,36
DEDUÇÕES (I)									177.762,59	178.792,68	152.720,08	156.207,26	665.482,61	1.849.147,78
Cont. Pla. Seg. Soc. Serv.														
Comp. Financ. Reg. Prev.														
Ded. Rec. p/ Form. FUNDEB									177.762,59	178.792,68	152.720,08	156.207,26	665.482,61	1.849.147,78
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)									1.034.153,51	1.249.391,55	1.075.774,78	1.087.946,33	4.447.266,17	13.349.193,25

Emissão: 31/05/2017 19:15:35 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO – Anexo 05 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 28/FEV/2017 (b)	em 30/ABR/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)			
DEDUÇÕES (II)	7.224.494,64	7.833.938,58	8.475.523,27
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.354.696,43	5.021.536,88	5.647.068,97
Demais Haveres Financeiros	2.919.258,08	2.919.479,09	2.919.804,65
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	49.459,87	107.077,39	91.350,35
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.224.494,64	-7.833.938,58	-8.475.523,27
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = ((III + IV) - V)	-7.224.494,64	-7.833.938,58	-8.475.523,27

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-641.584,69	-1.251.028,63

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	em 31/DEZ/2016 (a)	em 28/FEV/2017 (b)	em 30/ABR/2017 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 31/05/2017 às 19:16 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.078.492,36	4.322.070,72	
Receitas Tributárias	567.138,39	142.727,05	
IPTU	27.690,81	61,02	
ISS	252.000,00	71.002,15	
ITBI	80.000,00	7.133,70	
IRRF	132.760,75	2.566,77	
Outras Receitas Tributárias	74.686,83	61.963,41	
Receitas de Contribuições	2.858,78		
Receitas Previdenciárias			
Outras Receitas de Contribuições	2.858,78		
Receita Patrimonial Líquida			
Receita Patrimonial	270.700,89	125.195,45	
(-) Aplicações Financeiras	270.700,89	125.195,45	
Transferências Correntes	12.475.606,67	4.168.094,68	
FPM	4.542.824,00	1.484.595,24	
ICMS	2.577.179,00	855.675,06	
Convênios	687.362,98	106.528,34	
Outras Transferências Correntes	4.668.240,69	1.721.296,04	
Demais Receitas Correntes	32.888,52	11.248,99	
Dívida Ativa	18.943,51	9.140,38	
Diversas Receitas Correntes	13.945,01	2.108,61	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	4.237.057,18	638.410,00	
Operações de Crédito (III)			
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	117,94		
Transferências de Capital	4.236.939,24	638.410,00	
Convênios	4.111.210,24	638.410,00	
Outras Transferências de Capital	125.729,00		
Outras Receitas de Capital			
REC. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	4.236.939,24	638.410,00	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**17.315.431,60**	**4.960.480,72**	

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.129.207,33	4.929.258,79		3.718.349,30			
Pessoal e Encargos Sociais	7.393.399,70	2.343.907,42		2.328.729,61			
Juros e Encargos da Dívida (IX)							
Outras Despesas Correntes	7.735.807,63	2.585.351,37		1.389.619,69			
DESEPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.129.207,33	4.929.258,79		3.718.349,30			
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	6.003.296,00	437.252,93		28.751,76			
Investimentos	5.913.816,00	437.252,93		28.751,76			
Inversões Financeiras	3.100,00						
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras	3.100,00						
Amortização da Dívida (XIV)	86.380,00						
DESP. PRIM. DE CAPITAL(XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.916.916,00	437.252,93		28.751,76			
RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	60.000,00						
RESERVA DO RPPS (XVII)							
DESP. PRIM. TOTAL (VXIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**21.106.123,33**	**5.366.511,72**		**3.747.101,06**			

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-3.790.691,73**	**-406.031,00**		**1.213.379,66**			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	Valor Corrente
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 31/05/2017 às 19:16 **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA** Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARCO/ABRIL

RREO – Anexo 07 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total (a+b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		49.459,87	48.571,61		888,26	226.993,10	468.576,27	194.223,99	103.761,90		591.807,47	592.695,73
Executivo		49.459,87	48.571,61		888,26	226.993,10	468.576,27	194.223,99	103.761,90		591.807,47	592.695,73
GABINETE DO PREFEITO		7.528,06	7.528,06									
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO		2.750,63	2.750,63				115.393,94	115.393,94	31.473,94		83.920,00	83.920,00
Órgão sem referência cadastral		12.458,90	12.458,90									
SECRETARIA DE SAUDE		10.952,60	10.498,91		453,69	102.000,00	64.062,91	63.160,56	56.618,47		109.444,44	109.898,13
Órgão sem referência cadastral		7.376,96	6.942,39		434,57							434,57
Órgão sem referência cadastral		1.840,10	1.840,10			124.993,10	199.269,42	15.669,49	15.669,49		308.593,03	308.593,03
Órgão sem referência cadastral		1.422,68	1.422,68									
Órgão sem referência cadastral		5.129,94	5.129,94				89.850,00				89.850,00	89.850,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)		49.459,87	48.571,61		888,26	226.993,10	468.576,27	194.223,99	103.761,90		591.807,47	592.695,73

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA Emissão: 31/05/2017 às 19:17 Page 1 de 1

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 09 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d – e)
DESPESAS DE CAPITAL	6.003.296,00	437.252,93	28.751,76		5.566.043,07
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE					
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS					
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	6.003.296,00	437.252,93	28.751,76		5.566.043,07
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.003.296,00	-437.252,93			-5.566.043,07

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Notas:
[1] Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III

Emissão: 31/05/2017 19:18:13 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
0000				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 31/05/2017 19:18:46 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III), R$1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	117,94		117,94
Receita de Capital - Alienação de Bens Móveis	117,94		117,94
Receita de Capital - Alienação de Bens Imóveis			
Rendimentos de Aplicação Financeira			

DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (e)	Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	Pagamento de Restos a Pagar (f)	Saldo a Pagar (g) = (d - e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)							
Despesas de Capital							
Investimentos							
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência							
Regime Geral de Previdência Social							
Regime Próprio dos Servidores Públicos							

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (h)	2017 (i) = (Ib - (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

Emissão: 31/05/2017 19:19:14

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	493.451,56	493.451,56	80.763,64	16,37%
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	27.690,81	27.690,81	61,02	0,22%
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	80.000,00	80.000,00	7.133,70	8,92%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	252.000,00	252.000,00	71.002,15	28,18%
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	132.760,75	132.760,75	2.566,77	1,93%
Imposto Territorial Rural - ITR	1.000,00	1.000,00		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Dívida Ativa dos Impostos				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa				
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)				
Cota-Parte FPM				
Cota-Parte ITR				
Cota-Parte IPVA				
Cota-Parte ICMS				
Cota-Parte IPI-Exportação				
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais				
Desoneração ICMS (LC 87/96)				
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	**493.451,56**	**493.451,56**	**80.763,64**	**16,37%**

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Semestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS				
Provenientes da União				
Provenientes dos Estados				
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00%**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTES	3.417.360,00	3.514.660,00	1.485.299,65	42,26%	1.095.424,17	31,17%	
Pessoal e Encargos Sociais	1.646.440,00	1.626.552,70	594.700,52	36,56%	583.421,68	35,87%	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	1.770.920,00	1.888.107,30	890.599,13	47,17%	512.002,49	27,12%	
DESPESAS DE CAPITAL	182.620,00	403.748,90					
Investimentos	182.620,00	403.748,90					
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	**3.599.980,00**	**3.918.408,90**	**1.485.299,65**	**37,91%**	**1.095.424,17**	**27,96%**	

Emissão: 31/05/2017 19:19:57 Page 1 de 4
Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.586.779,58	3.905.208,48	1.484.216,01	99,93%	1.094.340,53	99,90%	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	232.717,60	232.717,60					
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	3.354.061,98	3.672.490,88	1.484.216,01	99,93%	1.094.340,53	99,90%	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA[1]							
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS[2]							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES[3]							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	**3.586.779,58**	**3.905.208,48**	**1.484.216,01**	**99,93%**	**1.094.340,53**	**99,90%**	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	**13.200,42**	**13.200,42**	**1.083,64**		**1.083,64**		

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)[6] - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00%[4 e 5]	**1,34%**
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15,00 * IIIb)/100]	**-11.030,91**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017					
Inscritos em 2016					
Inscritos em 2015					
Inscritos em 2014					
Inscritos em 2013					
Inscritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013					
Total					

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (j)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015			

Emissão: 31/05/2017 19:19:57 Page 2 de 4
Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013			
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2013			
Total(VIII)			

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	**LIMITE NÃO CUMPRIDO**		
	Saldo Inicial	**Despesas Custeadas no exercício de referência (k)**	**Saldo Final (Não Aplicado)**
Diferença de limite não cumprido em 2016			
Diferença de limite não cumprido em 2015			
Diferença de limite não cumprido em 2014			
Diferença de limite não cumprido em 2013			
Diferença de limite não cumprido em 2012			
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores ao de Referência - 2012			
Total(IX)			

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados [7]
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x 100	
Atenção Básica	1.193.910,00	1.530.938,90	386.758,44	26,04%	289.255,01	26,41%	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	947.320,00	800.120,00	474.611,26	31,95%	253.670,12	23,16%	
Suporte Profilático e Terapêutico							
Vigilância Sanitária	133.480,00	152.667,30	63.205,91	4,26%	56.962,49	5,20%	
Vigilância Epidemiológica	152.250,00	118.750,00	2.268,09	0,15%	2.268,09	0,21%	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções	1.173.020,00	1.315.932,70	558.455,95	37,60%	493.268,46	45,03%	
TOTAL	**3.599.980,00**	**3.918.408,90**	**1.485.299,65**	**100,00%**	**1.095.424,17**	**100,00%**	

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1,00

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Emissão: 31/05/2017 19:19:57 Page 4 de 4
Homolog

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2017)	2018	2019	2020	2021
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	4.447.266,17				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

Emissão: 31/05/2017 19:20:26 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL DE 2017 - BIMESTRE MARÇO/ABRIL

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	17.586.250,43
Previsão Atualizada	17.586.250,43
Receitas Realizadas	5.085.676,17
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.326.394,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	17.586.250,43
Créditos Adicionais	3.606.252,90
Dotação Atualizada	21.192.503,33
Despesas Empenhadas	5.366.511,72
Despesas Liquidadas	3.747.101,06
Despesas Pagas	3.451.121,13
Superávit Orçamentário	1.338.575,11

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	5.366.511,72
Despesas Liquidadas	3.747.101,06

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	4.447.266,17

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)	
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-1.251.028,63	-863%
Resultado Primário		-406.031,00	0%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	49.459,87		48.571,61	888,26
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	695.569,37		103.761,90	591.807,47
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**745.029,24**		**152.333,51**	**592.695,73**

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento	1.240.680,46	25,00 %	36,30 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fu	814.736,53	60,00 %	276,16 %
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação		0,00 %	0,00 %
Complementação da União ao FUNDEB		0,00 %	0,00 %

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	437.252,93	5.566.043,07

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício¹	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdênciário (III) = (I - II)				
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdênciário (VI) = (IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		117,94
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Desp. com Ações e Serviços Públicos de Saúde Exec. com Rec. de Impostos	1.083,64	15,00 %	1,34 %

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

¹ Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

Emissão: 31/05/2017 19:21:30 — Page 1 de 1

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 1º QUADRIMESTRE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2016 A ABRIL DE 2017

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.328.729,61	
Pessoal Ativo	2.328.729,61	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	16.592,88	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	16.592,88	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.312.136,73	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa) + (IIIb)		2.312.136,73

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	4.447.266,17	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.312.136,73	51,99 %
LIMITE MÁXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	2.401.523,73	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)	2.281.447,55	51,30 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %	2.161.371,36	48,60 %

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 31/05/2017 19:23:13 **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA** Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	4.305.543,74	5.556.879,55	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.354.696,43	5.647.068,97	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	49.459,87	91.350,35	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-4.305.543,74	-5.556.879,55	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	4.447.266,17	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	0,00	-124,95	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	25.608,52	77.490,56	0,00	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	695.569,37	501.345,38	0,00	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 31/05/2017 19:24:39 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO DE 2017 A ABRIL DE 2017 - QUADRIMESTE JANEIRO/ABRIL

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)		4.447.266,17		
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Nota: * Inclui garantias concedidas por meio de fundos.

Emissão: 31/05/2017 19:25:50 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	4.447.266,17	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	0,00	0,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90,00%	0,00	0,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%%

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Nota: **¹ Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

ÁGILI Centro-Oeste Norte

Emissão: 31/05/2017 19:26:26

Page 2

Homologado

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO DE 2017 - QUADRIMESTRE MAIO/AGOSTO

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**414.735,50**	**0,00**	**26.828,35**	**0,00**	**0,00**	**387.907,15**	**302.358,40**	**0,00**
0121000000 - Transferências de Convênios - Assistência Social	17.829,19	0,00	0,00	0,00	0,00	17.829,19	0,00	0,00
0127000000 - Demais Recursos Vinculados Destinados Assistência Social	28,61	0,00	0,00	0,00	0,00	28,61	0,00	0,00
0130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	395.584,52	0,00	26.828,35	0,00	0,00	368.756,17	93.345,65	0,00
0143000000 - Transferência de Recursos do Estado para ações de Assistência Social	1.293,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1.293,18	0,00	0,00
Fonte 0000000000 não Cadastradaecursos do Estado para ações de Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	209.012,75	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**5.232.333,56**	**91.350,35**	**269.151,58**	**501.345,38**	**77.490,56**	**4.292.995,69**	**1.317.052,26**	**0,00**
0100000000 - Recursos Ordinários	1.064.279,38	91.350,35	88.123,19	501.345,38	64.620,07	318.840,39	538.196,29	0,00
0101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	98.594,69	0,00	37.941,77	0,00	4.596,61	56.056,31	146.780,22	0,00
0102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-232.533,75	0,00	52.987,04	0,00	2.757,96	-288.278,75	285.108,49	0,00
0112000000 - Serviços de Saúde	6,41	0,00	0,00	0,00	0,00	6,41	0,00	0,00
0114000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	554.525,29	0,00	49.242,36	0,00	1.000,41	504.282,52	106.517,16	0,00
0115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	112.066,04	0,00	2.216,28	0,00	1.000,41	108.849,35	39.643,64	0,00
0118000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exer	100.143,94	0,00	0,00	0,00	1.757,55	98.386,39	2.977,55	0,00
0119000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	-115.050,36	0,00	0,00	0,00	1.757,55	-116.807,91	0,00	0,00
0122000000 - Transferências de Convênios - Educação	-37.329,00	0,00	35.571,34	0,00	0,00	-72.900,34	32.731,51	0,00
0123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	2.215.380,66	0,00	0,00	0,00	0,00	2.215.380,66	0,00	0,00
0124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	1.239.108,94	0,00	0,00	0,00	0,00	1.239.108,94	165.000,00	0,00
0129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	233.141,32	0,00	3.069,60	0,00	0,00	230.071,72	97,40	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	**5.647.069,06**	**91.350,35**	**295.979,93**	**501.345,38**	**77.490,56**	**4.680.902,84**	**1.619.410,66**	**0,00**
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES [1]	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Emissão: 31/05/2017 19:27:16

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2017 - QUADRIMESTRE JANEIRO/ABRIL

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso **III**, alínea "a") R$ 1,00

Emissão: 31/05/2017 19:27:16

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO DE 2017 - SEMESTRE JANEIRO/JUNHO

LRF, art. 48 – Anexo 06 — R$ 1,00

RECEITA CORRENTE LIQUIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Receita Corrente Liquida	4.447.266,17	%
DESPESA COM PESSOAL	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
Despesa Total com Pessoal DTP	2.312.136,73	51,99 %
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF) - 54,00%	2.401.523,73	54,00 %
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) 51,30%	2.281.447,55	51,30 %
DIVIDA CONSOLIDADA	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-5.556.879,55	-124,95 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
Valor Total		0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILANDIA

Emissão: 31/05/2017 19:28:11 — Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

PORTARIA Nº. 014/2017/GP/CMNG -LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

PORTARIA Nº. 014/2017/GP/CMNG

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Exmo.Sr. **VIENIR OLIVEIRA DA SILVA**, presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Guarita - MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei ,

R E S O L V E:

ART.1º - **CONCEDER,** a Servidora **CLARICE DAMAS MACHADO FILIPINI**, portadora do RG. 1651232-4 SSP/MT e do CPF n° 523.104.001-06, que exerce o cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, referente ao Período aquisitivo de 2002/2007, conforme determina o Art.86 da Lei Municipal 23/95 (Estatuto do Servidor Público).

ART. 2º - A servidora entra em gozo da Licença a partir do dia 01/06/2017, devendo retornar ao exercício de seu cargo no dia 01/09/2017.

ART. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixações nos locais de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, 31 de maio de 2017.

VIENIR OLIVEIRA DA SILVA

Presidente

Registre-se.

Publique-se.

Cientifique-se.

CUMPRA-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 145/2017

EMENTA: CONCEDE TRINTA (30) DIAS DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL Sr.ª **"ROSANGELA MARIA FERREIRA".**

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº 725/2016, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO

Art. 1º – Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal Sr.ª **ROSANGELA MARIA FERREIRA",** ocupante do cargo de Secretária Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, atendendo a requerimento de **FÉRIAS** que têm direito, em conformidade com o Art. 171 da Lei Nº 725/2016.

Art. 2º - O período concedido terá início em 01/04/2017 e término em 30/04/2017, retornando as suas atividades no dia 01/05/2017.

Parágrafo único – Ao término da licença concedida neste ato deverá a servidora retornar às atividades concernentes ao seu cargo junto à Secretaria Municipal de Saúde de Nova Marilândia – MT.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS TRES DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE – 03/04/2017.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2016. PREGÃO 006/2016. ADESÃO.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT E BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA - CNPJ/MF 37.464.831/0001-24.

Por este instrumento de Contrato e, na melhor forma de direito, de um lado o **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ/MT,** Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida Amos Bernardino Zanchet, nº 50-E, Centro, na cidade de Nova Maringá/MT, inscrito no CNPJ/MF sob nº 37.464.831/0001-24, representado neste ato pelo Prefeito Municipal **JOÃO BRAGA NETO**, brasileiro, casado, portador do CPF: 424.993.729-15 e RG n.º 3026855 SESP-PR, filiação: Eugenio Braga e Jacira Orcese Braga, natural de Cianorte/PR, residente e domiciliado no município de Nova Maringá/MT, doravante simplesmente denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a **EMPRESA BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA** – Inscrito no **CNPJ. 03.817.702/0001-50** - Rua Almiro de Moraes nº. 116 - Centro – Rio verde Goiás/GO – CEP. 75.901-150, neste ato representado pelo Sr. DARIO DA COSTA BARBOSA JUNIOR portador da cédula de identidade RG. 750 371 SSP/GO Inscrito no CPF/MF 236.941.001-34 doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002 atualizada pela Lei nº 8.883/94, Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013 e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão e Registro de Preços no Município de NOVA MARINGÁ-MT e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL nº 095/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ADESÃO A Ata de Registro de Preços 075/2015, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e pelas convenções estabelecidas no Edital e neste instrumento, doravante simplesmente denominado **CONTRATADO(A)**, pactuam conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

01.1 – FICA ADITIVADO 25% (VINTE E CINCO POR CENTO), NA DOTAÇÃO: 06.001.26.782.0063.1084.339030-231 - SEC. DE OBRAS - MANUTENÇÃO DE ESTRADAS FETHAB CONTRATO Nº. 008/2016 CELEBRADO ENTRE AS PARTES SUPRA DISCRIMINADAS, COM BASE NA LEI 8.666/93, PARÁGRAFO § 1O - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou **compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AJUSTE AO VALOR ORIGINAL

02.1 – Será ajustado o Valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para a secretaria solicitante conforme as dotações distribuídas na tabela abaixo:

Dotação Orçamentária aquisição de material de consumo

Descriminação do Setor Secretarias	Dotação	Valor total
Sec. de Obras - Manutenção de Estradas Fethab	06.001.26.782.0063.1084.339030-231	50.000,00
Total R$ 50.000,00		

02.1.1 – Com o valor aditivado no item 02.1 o valor do contrato original passa a ser de R$ 881.210,00 (oitocentos e oitenta e um mil duzentos e dez reais) para o exercício fiscal de 2017 e será pago ao contratado, com vencimento até o dia 10 (dez) de cada mês subsequentes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 – As demais cláusulas e condições do contrato nº. 008/2016 permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 30 de Maio de 2017.

_____

Município de Nova Maringá-MT

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

CNPJ 03.817.702/0001-50

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

Luciana Garcia Harala

CPF nº 786.955.701-34

_____

Roberto de Lima

CPF nº 827.430.611-20

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE SUPRESSÃO E REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 010/2017. PREGÃO PRESENCIAL 008/2017.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE registrar os preços da **EMPRESA KIRST TRR LTDA -** inscrito no **CNPJ 05.198812/0001-07**, neste ato representado pelo Sr. CLOVIS ROBERTO PALMIERI portador do RG. 664.502 SSP/MT, CPF 571.707.541-34 e **EMPRESA KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA** inscrito no CNPJ 00.445.400/0001-00, neste ato representado pelo Sr. VILSON GONZALES KIRST portador do RG 1.384.949-2, CPF 326.046.370-49, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002, LC 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 001/2010 e Decreto Municipal nº. 22/2013, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL E ÓLEO DIESEL PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS E MAQUINAS DAS SECRETARIAS DO DISTRITO DE BRIANORTE E MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT,**conforme especificações e condições constante na Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste termo de supressão ao reequilíbrio econômico, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

EMPRESA KIRST TRR LTDA inscrito no **CNPJ 05.198812/0001-07.**

LOTE 01 - Óleo Diesel BS500 TRR – O produto deverá ser entregue na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS"** do Município de Nova Maringá-MT. O prazo máximo de entrega é: 2 (dois) dias uteis após a solicitação.

VALOR ANTERIOR:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	355.000	Óleo Diesel B S500 TRR	Litro	Petrobras	3,115	1.105.825,00

VALOR ATUAL.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	355.000	Óleo Diesel B S500 TRR	Litro	Petrobras	3,0684	1.089.282,00

LOTE 02 – Óleo Diesel S-10 TRR - O produto deverá ser entregue na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS"** do Município de Nova Maringá-MT. O prazo máximo de entrega é de 2 (dois) dias uteis após a solicitação.

VALOR ANTERIOR:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	140.000	Óleo Diesel B S-10 TRR	Litro	Petrobras	3,25	455.000,00

VALOR ATUAL.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	UNID	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	140.000	Óleo Diesel B S-10 TRR	Litro	Petrobras	3,2034	448.476,00

KIRST COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA – Inscrito no **CNPJ 00.445.400/0001-00.**

LOTE 07 - Óleo Diesel S-10 e Gasolina Comum – Para abastecimento em **"BOMBA"** no perímetro Urbano do **Município de Lucas do Rio Verde -MT**. O prazo de entrega é imediato após a ordem de fornecimento, mediante apresentação de requisição.

VALOR ANTERIOR:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	15.000	Gasolina COMUM BOMBA	Litro	Petrobras	3,91	58.650,00
02	4.000	DIESEL S-10	Litro	Petrobras	3,60	14.400,00

VALOR ATUAL:

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	Unid	Marca	Vlr. Unit.	Vlr. TOTAL
01	15.000	Gasolina COMUM BOMBA	Litro	Petrobras	3,8262	57.393,00
02	4.000	DIESEL S-10	Litro	Petrobras	3,497	13.988,00

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O reequilíbrio é justificável, pois conforme ANP – Agencia Nacional de Petróleo o Governo Federal em 25/05/2017 anunciou a redução do valor do combustível e autorizou as refinaria a reduzir 3,5% no Óleo Diesel e 5,4% para Gasolina, e a Empresa detentora do Registro de Preços nº 010/2017 resolve reajustar seu preço na venda de Óleo Diesel B S500 TRR, Óleo Diesel B S10 TRR, Óleo Diesel B S10 Bomba e Gasolina comum Bomba, Conforme o ajuste repassado pela refinaria distribuidora de petróleo no qual sãos seus fornecedores.

O valor do ajuste a ser praticado para o licitante será de:

- 0,0466 (quatro centavos e sessenta seis décimos) por litro de Óleo Diesel B S500 (TRR).

- 0,0466 (quatro centavos e sessenta seis décimos) por litro de Óleo Diesel B S10 (TRR).

- 0,1030 (dez centavos e trinta décimos) por litro de Óleo Diesel B S10 BOMBA.

- 0,0838 (oito centavos e trinta e oito décimos) por litro de Gasolina Comum.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2016, PREGÃO PRESENCIAL 008/2017 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 01 de Junho de 2017.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

KIRST TRR LTDA

CNPJ 05.198.812/0001-07

Contratado

_____

KIRST TRR LTDA

CNPJ 05.198.812/0001-07

Contratado

_____

KIRST COM. DE COMBUSTIVEL LTDA

CNPJ 00.445.400/0001-00

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

CRISTIANE MARIA DE JESUS

CPF 049.743.479-26

_____

WELDER SOUZA CUNHA

CPF: 631.381.071.68

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 128/2017

SÚMULA: FICA CONCEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, Sr.° VALDEMAR DA SILVA, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 27 de abril de 2017;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade o servidor público efetivo VALDEMAR DA SILVA, cargo de vigia, lotado na Secretaria Municipal de Obras, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 01 de junho de 2017, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 01 de junho de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº007/2017 – CMAS

Resolução Nº007/2017 – CMAS

Dispõe Sobre a Convocação Ordinária da VII Conferência Municipal de Assistência Social do Município de Nova Monte Verde – MT.

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania em conjunto com presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de avaliação de situação atual e avanços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assim como a propositura de diretrizes visando o aperfeiçoamento do Sistema, de acordo com o disposto inciso VI do artigo 18 da Lei nº 8. 742, de 07 de dezembro de 1993,

Resolve:

Art. 1º Convocar ordinariamente a VII Conferência Municipal de Assistência Social com a atribuição de avaliar a situação da Assistência Social e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

Art. 2º A VII Conferência Municipal de Assistência Social realizar – se – á neste município, no dia 04 de Julho de 2017.

Art. 3º A VII Conferência Municipal de Assistência Social terá como tema Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS".

Art. 4º A Comissão Organizadora coordenada pelo Presidente e pela Vice – Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com composição paritária dos representantes do Governo e da Sociedade Civil, definida em Resolução do CMAS, será responsável pela organização da VII Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Apoiarão a organização da Conferência unidades vinculadas a Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania como a Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social e Secretária Municipal de Assistência Social.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação

Neura Groch Campos

Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania

Augusto Marques de Oliveira

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

LICITAÇÃO
RESUMO DE CONTRATOS DO MES DE MAIO

MAIO/2017

CONTRATO Nº. 36/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e E. M. DOS SANTOS COMUNICAÇÕES

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEVANTAMENTO E DE PRODUÇÃO DE MATÉRIAS INSTITUCIONAIS DO EXECUTIVO MUNICIPAL EM MIDIAS ESCRITA E DIGITAL (WEB) PARA OS MESES DE MAIO E JUNHO DE 2017.

3. DATA ASSINATURA: 05 de Maio de 2017

4.VIGÊNCIA: 01 de Junho de 2017.

5.VALOR GLOBAL : R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais).

6.LICITAÇÃO: _____

CONTRATO Nº. 37/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E FLORESTAL DO PROJETO RECA

2.OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na AQUISIÇÃO DE SEMENTES DE PUPUNHA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

3. DATA ASSINATURA: 24 de maio de 2017.

4.VIGÊNCIA: 30 de junho de 2017.

5.VALOR GLOBAL : R$ 4.350,00 (Quatro mil e trezentos e cinquenta reais).

6.LICITAÇÃO: _____

CONTRATO Nº. 38/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e LEONIZIO DUARTE DE ALCANTARO

2.OBJETO:O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS AO DEPARTAMENTO DE ESPORTES LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA TRABALHAR NOS JOGOS DE FUTSAL DO CAMPEONATO DE HORÁRIOS.

3. DATA ASSINATURA: 30 de maio de 2017.

4.VIGÊNCIA: 31 de julho de 2017.

5.VALOR : R$ 6.000,00 (Seis mil reais).

6.LICITAÇÃO: _____

CONTRATO Nº. 39/2017/ DEPTO/ADM/COMPRAS

1.PARTES: Prefeitura Mun de Nova Monte Verde e JÚLIO LEITE MARCELINO

2.OBJETO: O Objeto do presente contrato é a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA SEDIAR A DEFENSORIA PUBLICA LOCALIZADO NA RUA MANOEL RODRIGUES DE SOUZA, QUADRA 21, LOTE 28, ANTIGO LOTE 25, S/Nº CENTRO, NOVA MONTE VERDE, ESTADO DE MATO GROSSO

3. DATA ASSINATURA: 31 de maio de 2017.

4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

5.VALOR : R$: 5.810,00 (cinco mil e oitocentos e dez reais)

6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação 22/2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 127/2017

SÚMULA: FICA CONCEDIDO A SERVIDORA PUBLICA EFETIVA, Sr.ª ZENAIDE SANCHES BATISTA DA SILVA, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento da servidora pública protocolado em 22 de maio de 2017;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade à servidora pública efetiva ZENAIDE SANCHES BATISTA DA SILVA, cargo de zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 01 de junho de 2017, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 01 de junho de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2017

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial Nº. 14/2017

Processo Administrativo 2514/2017

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, localizada na Av. Mato Grosso, nº. 51, Centro, através de seu Pregoeiro Oficial Johnny Bernatzky, designado pelo Decreto nº. 042/2017 de 17 de Janeiro de 2017, comunica aos interessados, que foi **PRORROGADO** a data da sessão de abertura e julgamento de proposta para a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº. 14/2017**, Processo Administrativo 2514/2017, que tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO ESPECIALIZADO E ATIVIDADES AUXILIARES PARA CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS E ACOMPANHAMENTO DA PREFEITA EM ORGÃOS DE GOVERNO NA CAPITAL CUIABÁ,** para o dia **14/06/2017 às 09:00 horas –** horário local, mantendo-se todos os demais dispositivos contidos no edital.

Motivo da prorrogação: Licitação Deserta no dia 01/06/2017 ás 09:00 horas.

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT ou pelo site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Licitação-2017**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde, 01 de Junho de 2017.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial

Decreto 042/2017

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 129/2017

SÚMULA: FICA CONCEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO, Sr.° DEVANIR DE ALMEIDA SANTOS, LICENÇA PRÊMIO.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

CONSIDERANDO o art. 160-A e seguintes da Lei Municipal nº 830/2016, bem como o requerimento do servidor público protocolado em 17 de abril de 2017;

ARTIGO 1º - Conceder LICENÇA-PRÊMIO por assiduidade o servidor público efetivo DEVANIR DE ALMEIDA SANTOS, cargo de vigia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, por 90 (noventa) dias consecutivos a partir de 01 de junho de 2017, com vencimentos integrais e demais vantagens da função.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogada as disposições em contrário.

Nova Monte Verde/MT, 01 de junho de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 130 /2017

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 40/2017 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para, em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº40/2017/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e SEBRAE-MT

CONTRATO Nº 40/2017/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2409/2017

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE LEITEIRA ATRAVÉS DE CONSULTORIAS TECNOLÓGICAS, NA ÁREA DE PRODUTIVIDADE, MÉTODOS E TÉCNICAS DE PRODUÇÃO DE LEITE NA PROPRIEDADE RURAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE JUNHO 2017

VIGENCIA: 01 DE JUNHO DE 2017 Á 31 DE DEZEMBRO 2017

VALOR: R$ 11.070,00 (onze mil e setenta reais).

FISCAL TITULAR: ZENILDA ALVES DOS SANTOS

RG Nº: 1121317-5 SJ/MT

CPF Nº: 819.472.591-72

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE

LOTAÇÃO: GABINETE DA PREFEITA

MATRICULA: 3380

FISCAL SUBSTITUTO: AILTON JOSÉ DA SILVA FILHO

RG Nº: 22611770 SSP/MT

CPF Nº: 027.551.511-70

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

MATRICULA: 3343

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 01 de Junho de 2017.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

CAMARA MUNICIPAL
LEI Nº 909/2017.

SÚMULA: Autoriza o Município de Nova Monte Verde a municipalizar trecho de estrada vicinal que menciona, e das outras providencias.

A CÃMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu, **FRANCISCO ANTONIO SEVALLO**, Vereador Presidente, para efeitos do disposto no Artigo 66, Parágrafo 4º da Lei Orgânica Municipal e do Artigo 184, Parágrafo 2º do regimento Interno, Promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado ao Poder Executivo incorporar ao PLANO RODOVIÁRIO MUNICIPAL do município de Nova Monte Verde-MT, a estrada

classificada como padrão vicinal, com extensão de 12.176 metros, que inicia-se na estrada Municipal Bela Manhã com as coordenadas geográficas do mapa em anexo,ponto 05: 57°13'30,264"W e 10°17'12,670"S,desta percorrendo até o ponto 5.1 57°19'40,899"W e 10°17'41,361"S até o encontro da Estrada Municipal Emilio Zamproni II. Conforme mapa em anexo.

Parágrafo único. Os serviços de manutenção do trecho a ser municipalizado passarão a ser de responsabilidade do Município.

Art. 2° Esta estrada por ser um padrão vicinal terá uma largura mínima de 16 metros.

Art. 3º A presente estrada passará a ser denominada Estrada Santa Barbara.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de cooperação mútua com a Secretaria de Estado de Infraestrutura através do FETHAB, bem como firmar parcerias com fazendeiros, para execução de conservação, manutenção e melhorias no trecho da referida estrada.

Art. 5º Eventuais despesas decorrentes da execução das previsões estabelecidas na presente Lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Monte Verde-MT ., 30 de Maio de 2017.

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO

VEREADOR PRESIDENTE

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2017

SÚMULA: OS ARTIGOS 12; 13; 109, TEM SUA EFICÁCIA REVOGADA NO PERTINENTE A REALIZAÇÃO E VOTAÇÃO EM ESCRUTÍNIO SECRETO JUNTO AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA MONTE VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no artigo 104, de seu Regimento Interno, apresenta a seguinte Resolução:

Art. 1º Os artigos 12; 13; 109, todos constantes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Nova Monte Verde, versando esses sobre a forma de votação secreta, ficam revogados em sua integralidade no pertinente realização e votação em escrutínio secreto.

Art. 2º Verifica-se que o artigo 177 inciso III, já fora revogado por essa Casa de Leis, se fazendo necessário a readequação do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Nova Monte Verde, no que se refere ao tema dos artigos sobescritos, vez que não há mais previsão legal que os institui perdendo eficácia.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Monte Verde-MT, 01 de junho de 2017.

FRANCISCO ANTONIO SEVALLO

VEREADOR PRESIDENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 131 /2017

SÚMULA: Nomeia Fiscal Administrativo para o Contrato nº 41/2017 DEPTO/ADM/COMPRAS.

BEATRIZ DE FATIMA SUECK LEMES Prefeita Municipal em Exercício de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 90, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em seu art. 67, exige que a execução dos contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO que o Decreto nº 141, de 03 de novembro de 2011 definiu e regulamentou as atribuições do fiscal de contrato no âmbito da Administração Pública Municipal e deu outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os servidores abaixo indicados para,em observância a legislação vigente, atuarem como fiscais administrativos do contrato nº41/2017/DPTO/ADM/COMPRAS, celebrado entre o MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE e SEBRAE-MT

CONTRATO Nº 41/2017/DPTO/ADM/COMPRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2410/2017

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA APICULTURA ATRAVÉS DE CONSULTORIAS E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA NA PROPRIEDADE RURAL, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

DATA DA ASSINATURA: 01 DE JUNHO 2017

VIGENCIA: 01 DE JUNHO DE 2017 Á 31 DE DEZEMBRO 2017

VALOR: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

FISCAL TITULAR: ZENILDA ALVES DOS SANTOS

RG Nº: 1121317-5 SJ/MT

CPF Nº: 819.472.591-72

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE

LOTAÇÃO: GABINETE DA PREFEITA

MATRICULA: 3380

FISCAL SUBSTITUTO: AILTON JOSÉ DA SILVA FILHO

RG Nº: 22611770 SSP/MT

CPF Nº: 027.551.511-70

CARGO: ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE

LOTAÇÃO: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS

MATRICULA: 3343

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde/MT, 01 de Junho de 2017.

Beatriz de Fátima Sueck Lemes

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
PORTARIA Nº 29/2017

PORTARIA Nº 29/2017

"CONCEDER FÉRIAS A SERVIDOR

PÚBLICO EFETIVO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

***REGINALDO MARTINS DEL COLLE*, Presidente da Câmara Municipal de Nova Nazaré/MT Estado de mato Grosso no uso de suas atribuições legais conferidas pela LEI orgânica Municipal e Regimento Interno da Câmara.**

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias regulamentares ao período de 30 (trinta) dias referente ao exercício de 2016, a serem computados a partir do dia 01 de junho de 2017 a 30 de junho de 2017 a servidora *Maria Auxilia-*

dora Ferreira Coelho, portadora do CPF: nº 007.326.551-50 e RG: nº 1315028-6 SSP/MT, **no cargo de Agente Administrativo, deste poder legislativo.**

Art.2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrario.

Sala da presidência aos 31 dias do mês de maio de 2017.

Publique-se,

Dê-se ciência,

Registre-se e cumpra-se.

Reginaldo Martins Del Colle

PRESIDENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 025/2017

PARTE CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.214.704/0001-18.

PARTE CONTRATADA **LUIZ LORCA** inscrita no CPF nº **241.043.539-49.**

OBJETO **Locação de 2,42 has (dois hectares e quarenta e dois ares) para uso da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, conforme autorizado e amparado pela Lei Municipal 295/2009.**

DA VIGÊNCIA: **01/06/ 2017 à 31/12/2017.**

DO VALOR: R$: **15.750,00**

RESPONSÁVEL PELA CONTRATANTE: TEREZINHA GUEDES CARRARA - Prefeita Municipal de Nova Santa Helena

RESPONSÁVEL PELA CONTRATADA: **LUIZ LORCA** - Contratado

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o dia 14 de Junho de 2017, ás 08h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Arbitragem e Aquisição de Uniforme, Conforme Especificações e Condições Constantes no Termo de Referência, no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT – Comissão Permanente de Licitação, sito na Paço Municipal José Gabriel Lorca s/n - Nova Santa Helena/MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br. E email: licitação@novasantahelena.mt.gov.br .

Nova Santa Helena/MT, em 01 de Junho de 2017.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO N.º 2.947, DE 03 DE ABRIL DE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranx@yahoo.com.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 2947/2017

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido na Lei Municipal 1960/2016, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1§ - Fica aberto o credito adicional suplementar no valor de R$ 1.628.000,00, destinado a dar cobertura às seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

02.001-DIVISAO DE GABINETE

02.001.04.122.0105.2005.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 200.000,00
		Sub-Total: R$ 200.000,00

04.001-DIVISAO DE CONTABILIDADE E ORCAMENTO

04.001.04.121.0107.2008.3.3.9.0.14.00.00.00	Diárias - Civil	R$ 1.000,00
		Sub-Total: R$ 1.000,00

05.001-FUNDEB

05.001.12.365.0109.2019.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 450.000,00
		Sub-Total: R$ 450.000,00

05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA

05.002.12.361.0110.2027.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 8.000,00
05.002.12.361.0111.2031.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 50.000,00
		Sub-Total: R$ 58.000,00

06.001-DIVISAO DE DESPORTO

06.001.27.811.0115.2038.3.3.5.0.43.00.00.00	SUBVENCOES SOCIAIS	R$ 15.000,00
		Sub-Total: R$ 15.000,00

07.001-DIVISAO DE SAUDE

07.001.10.304.0118.2043.3.1.9.1.13.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS RPPS	R$ 54.000,00
07.001.10.301.0120.2045.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 50.000,00
		Sub-Total: R$ 104.000,00

07.011-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

07.011.10.305.0118.2067.3.1.9.0.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	R$ 405.000,00
07.011.10.301.0116.2065.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 100.000,00
		Sub-Total: R$ 505.000,00

08.002-DIVISAO DE OBRAS E VIAS

08.002.15.451.0123.1049.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 80.000,00
08.002.15.452.0123.2073.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 50.000,00
08.002.15.451.0122.1041.4.4.9.0.51.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	R$ 100.000,00
		Sub-Total: R$ 230.000,00

11.001-DIVISAO DE TURISMO

11.001.23.695.0132.2071.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 20.000,00
11.001.23.695.0132.2071.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 15.000,00
		Sub-Total: R$ 35.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
CNPJ: 15.024.045/0001-73
Telefone: (66) 3438-2653, Fax: (66) 3438-3296
e-mail: prefeituranx@yahoo.com.br
Av. Expedição Roncador Xingu, 249, Centro, 78.690-000

DECRETO SUPLEMENTAR N° 2947/2017

11.002-DIVISAO DE MEIO AMBIENTE

11.002.18.542.0129.2079.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 30.000,00

Sub-Total: R$ 30.000,00

Total Geral: R$ 1.628.000,00

Art.02 - Para dar cobertura será utilizado o valor de R$ 1.628.000,00, oriundo do cancelamento parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

02.001-DIVISAO DE GABINETE

02.001.04.122.0105.2005.3.3.9.0.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	R$ 50.000,00

Sub-Total: R$ 50.000,00

05.001-FUNDEB

05.001.12.361.0109.2026.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 120.000,00
05.001.12.361.0109.2023.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 108.000,00

Sub-Total: R$ 228.000,00

05.002-DIVISAO DE COORDENACAO PEDAGOGICA

05.002.12.361.0110.2027.3.3.9.0.30.00.00.00	Material de Consumo	R$ 150.000,00
05.002.12.361.0110.1014.4.4.9.0.52.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	R$ 310.000,00

Sub-Total: R$ 460.000,00

07.001-DIVISAO DE SAUDE

07.001.10.301.0116.2039.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 250.000,00

Sub-Total: R$ 250.000,00

08.001-DIVISAO DE ESTRADAS VICINAIS

08.001.26.122.0122.2047.3.3.9.0.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	R$ 200.000,00
08.001.26.122.0122.2047.3.1.9.0.04.00.00.00	Contratação por Tempo Determinado	R$ 440.000,00

Sub-Total: R$ 640.000,00

Total Geral: R$ 1.628.000,00

Art.3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Xavantina, 03 de Abril de 2017.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 153/207

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora **Maria Alves dos Santos,** brasileira, maior, portadora do RG: 785.789 SSP/MT e do CPF:nº 488.703.901-87, servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Assessora Adjunto de Saúde,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016 a partir de 01/06/2017 a 10/06/2017, retornando no dia 12/06/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de junho de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 155/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor **Jonatan Darci de Souza Ferreira**, brasileiro, maior, portador do RG: nº 1722321-0 SSP/PMT e do CPF:nº 033.640.951-67, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo efetivo de **Fiscal de Vigilância Sanitária,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir de 05/06/2017 a 14/06/2017 com retorno no dia 16/06/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de 05/06/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de junho de 2017

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 154/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor **Odair Gomes dos Santos**, brasileiro, maior, portador do RG: nº 1252209-0 SSP/MT e do CPF:nº 836.559.641-53, lotado na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Fiscal de Vigilância Ambiental,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 05/06/2017 a 14/06/2017 com retorno no dia 15/06/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor produzindo seus efeitos a partir do dia 05/06/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 01 de junho de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 156/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora **Lucimar de Jesus Santana,** brasileira, maior, portadora do RG: 1646438-9 SSP/MT e do CPF:nº 913.532.461-91,servidora publica lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 05/06/2017 A 04/06/2017, retornando no dia 05/07/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir do dia 05/06/2017, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 01 de junho de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 78/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**CARLA REGINA CEOLIN,** portadora da cédula de identidade Nº 1849417-0 SSP/MT e CPF N°. 019.948.681-63, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da **"Creche Municipal Mundo Mágico".** Em substituição a servidora Davine Gomes Hohense que se encontra em atestado médico.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **964,78** (Novecentos e sessenta e Quatro Reais e Setenta e Oito Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**02/05/2017 a 20/05/2017**

Novo Mundo/MT, 02 de Maio de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 69/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ADRIELE DA SILVA VILCZACK,** portadora da cédula de identidade Nº 2207055-9 SSP/MT e CPF N°.054.495.001.14, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação."**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.601,73** (Um Mil e Seiscentos e Um Reais e Setenta e Três Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**02/05/2017 a 31/07/2017**

Novo Mundo/MT, 02 de Maio de 2017.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 75/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**SILVINO AUTO DA SILVA,** portador da cédula de identidade Nº 827 333 SSP/MT e CPF N°. 537.834.411-53, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **VIGIA,** lotado e a disposição da Secretaria de Obras. Em razão da substituição a servidor em atestado médico.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **888,35** (Oitocentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**08/05/2017 a 31/12/2017**

Novo Mundo/MT 08 de Maio de 2017

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 81/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**MARIA ROSELI FERREIRA DOS SANTOS,** portadora da cédula de identidade Nº 1672291-4 SSP/MT e CPF N°.039.256. 771-78, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"São João."**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **964,78** (Novecentos e Sessenta e Quatro Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**10/05/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT, 10 de Maio de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 82/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ERONILZA KUNTZ SEBOLD,** portadora da cédula de identidade Nº 1497642-0 SSP/MT e CPF N°.985.405.641-49, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de apoio administrativo educacional não profissionalizado (**ZELADORA),** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola de Educação Básica São João.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 888,35 (Oitocentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**02/05/2017 a 31/05/2017.**

Novo Mundo/MT, 02 de Maio de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 84/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ALINE APARECIDA DE SOUZA,** portadora da cédula de identidade Nº 001769460 SSP/MS e CPF N°.747.541.731-04, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação."**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.067,82** (Um Mil e Sessenta e Sete Reais e Oitenta e Dois Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**05/05/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT, 05 de Maio de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 80/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**TELMA BARBOSA DOS SANTOS PEREIRA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 2966595-7 SSP/MT e CPF N°. 016.122.573-05, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **MONITORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Escola Municipal de Educação Básica **"Inovação."**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **964,78** (Novecentos e Sessenta e Quatro Reais), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**03/05/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT, 03 de Maio de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 85/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ELANE RODRIGUES RIBEIRO,** portadora da cédula de identidade Nº 2105081-3 SESP/MT e CPF N°.748.889.601-78, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (ZELADORA),** Nível Médio, lotado e a disposição da EMEB **"Inovação".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **888,35** (Oitocentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**02/05/2017 a 07/06/2017**

Novo Mundo/MT, 02 de Maio de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 86/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**JANETE SCHLOSSER SIMIANO,** portadora da cédula de identidade Nº 16147650 SSP/MT e CPF N°.007.389.371-42, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **PROFESSORA,** Nível Médio, lotado e a disposição da Creche Municipal **"Mundo Mágico."** Em substituição á servidora Eloiza Barros Coelho que se encontra de atestado médico.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **1.067,82** (Um Mil e Sessenta e Sete Reais e Oitenta e Dois Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**23/05/2017 a 23/08//2017**

Novo Mundo/MT, 23 de Maio de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 79/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**PALOMA ARAUJO DA SILVA SOUSA,** portadora da cédula de identidade Nº 2302663-4 SSP/MT e CPF N°.056.879.661-61, brasileira, residente e domiciliada neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **Apoio Administrativo Educacional Não Profissionalizado (ZELADORA),** Nível Fundamental, lotado e a disposição da Creche Municipal **"Mundo Mágico".**
Valor	O valor do presente contrato é de R$ **888,35** (Oitocentos e Oitenta e Oito Reais e Trinta e Cinco Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	**02/05/2017 a 22/12/2017**

Novo Mundo/MT, 02 de Maio de 2017**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2017. DE 18 DE MAIO DE 2017.

"***Dispõe sobre a Concessão de Revisão Geral Anual aos servidores públicos do Poder Executivo de Novo Mundo/MT e dá outras providências."***

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica concedida a Revisão Geral Anual de que dispõe o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal em um percentual de **6,00 % (seis por cento)** sobre o vencimento base de todos os servidores públicos que integram o quadro do Poder Executivo de Novo Mundo/MT.

Parágrafo Único: A presente revisão não será aplicada aos cargos criados neste exercício financeiro.

Art. 2º. Ficam atualizadas as tabelas de vencimentos dos cargos contemplados por esta lei, de acordo com a revisão geral anual concedida no *caput* do artigo 1º.

Art. 3º. Fica concedido aos Professores, contemplados nos anexos I, II e III da Lei Complementar n° 022/2011, um reajuste adicional de 1,64% (um e sessenta e quatro por cento), para atingir o valor do Piso Nacional dos Professores para 2017, nos termos da Lei nº 11.738/2008.

Art. 4º. Fica reajustada a remuneração dos técnicos profissionalizados, contemplados no anexo IV da Complementar n° 022/2011 em um adicional de 1,64% (um e sessenta e quatro por cento).

Art. 5º. Ficam reajustados os vencimentos iniciais de todas as tabelas em seus respectivos planos de cargos, carreiras e salários do Poder Executivo, cujos valores são inferiores ao salário mínimo nacional, ao valor inicial de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais); aos demais vencimentos dessas tabelas será aplicado o mesmo reajuste disposto no *caput* do artigo 1º.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, devendo ser aplicada a partir de 01 de Maio de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 18 de Maio de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 76/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**LIRIO BORRE,** portador da cédula de identidade 2110942-7 SSP/MT e CPF N° 144.592.800.00, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADA,** lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.653,91 (Um Mil e Seiscentos e Cinquenta e Três Reais e Noventa e um Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	De **02/05/2017 a 31/12/2017**

Novo Mundo/MT, 02 de Maio de 2017**.**

_____

Antônio Mafini

Prefeito Municipal de Novo Mundo

LICITIÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2017
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, neste ato representada por sua Pregoeira designada pela Portaria nº. 143/2017, de 20/04/2017, torna público aos interessados que realizará licitação no dia 14/06/2017, às 08H00, para **Aquisição de Material de Informática – Para as Secretarias de Administração, Finanças, Educação, Saúde, Ação Social, Agricultura e Obras**, conforme especificações do Edital de Licitação. A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço desta instituição, sito à Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, nesta cidade, onde poderão obter maiores informações a partir das 08H00min às 11H00min e no site oficial do município: www.novomundo.mt.gov.br.

Novo Mundo, MT, 01 de Junho de 2017.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

Antônio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
EXTRATO DE CONTRATO 87/2017

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**ARI LUIZ KOCH**, portador da cédula de identidade 12R1714702 SSP/SC e CPF N° 531.541.851.00, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo.
Objeto	O objeto do presente contrato temporário por serviço de excepcional interesse público é a contratação de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADA**, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra.
Valor	O valor do presente contrato é de R$ 1.653,91 (Um Mil e Seiscentos e Cinquenta e Três Reais e Noventa e um Centavos), mensais, que serão pagos nas mesmas datas e formas utilizadas para pagamento de servidores efetivos do município.
Vigência do Contrato	De **15/05/2017 a 31/12/2017**

Novo Mundo/MT, 15 de Maio de 2017.

_____

Antônio Mafini

Prefeito Municipal de Novo Mundo

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
EXTRATO DO INSTRUMENTO DE DISTRATO/RECISÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREF. MUN. DE NOVO SÃO JOAQUIM.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO INSTRUMENTO DE DISTRATO/RECISÃO

NOME: JONATHAN DIONISIO DE SOUZA

MATRICULA: 1397

DATA: 09/12/2016

NOME: EDNEIDE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

MATRICULA: 1454

DATA: 22/12/2016

NOME: CLEITO CALIXTO DA MOTA SILVA

MATRICULA: 1400

DATA: 31/12/2016

NOME: ADRIANA GOMES DE ARCANJO

MATRICULA: 1401

DATA: 31/12/2016

NOME: ALINE CASSIA NASCIMENTO SILVA

MATRICULA: 1406

DATA: 17/12/2016

NOME: CARITA GOMES DA CONCEIÇÃO

MATRICULA: 1407

DATA: 17/12/2016

NOME: ADRIANA DA SILVA SANTOS

MATRICULA: 1408

DATA: 31/12/2016

NOME: EDERALDO RICHARD MAESTER

MATRICULA: 1409

DATA: 31/12/2016

NOME: VERONICA CRUZ ANDRADE

MATRICULA: 1411

DATA: 17/12/2016

NOME: VALDENITA BARBOSA DE ARAUJO

MATRICULA: 1412

DATA: 31/12/2016

NOME: ALINE DA SILVA PERES

MATRICULA: 1413

DATA: 30/12/2016

NOME: LUIZ ANTONIO ALVES DE BRITO

MATRICULA: 1414

DATA: 31/12/2016

NOME: ANTONIO MOREIRA ÁVILA

MATRICULA: 1415

DATA: 23/12/2016

NOME: POLIANA PEREIRA DE JESUS

MATRICULA: 1419

DATA: 17/12/2016

NOME: CELIOMAR PEREIRA DOS SANTOS

MATRICULA: 1421

DATA: 31/12/2016

NOME: LAFAIETE RAMOS LOBO

MATRICULA: 1424

DATA: 31/12/2016

NOME: PEDRO CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA

MATRICULA: 1427

DATA: 30/12/2016

NOME: VALDECY RODRIGUES DE BRITO

MATRICULA: 1428

DATA: 30/12/2016

NOME: VANESSA LUZIA DA SILVA

MATRICULA: 1429

DATA: 30/12/2016

NOME: MARIZAINE LOPES DA SILVA

MATRICULA: 1430

DATA: 31/12/2016

NOME: MARILENE RODRIGUES FEITOSA

MATRICULA: 1431

DATA: 23/12/2016

NOME: DAIANE PEREIRA DA SILVA BATISTA

MATRICULA: 1432

DATA: 23/12/2016

NOME: PATRICIA MARIANO PEREIRA

MATRICULA: 1432

DATA: 31/12/2016

NOME: STEFANIA TEIXEIRA DE MORAES

MATRICULA: 1434

DATA: 17/12/2016

NOME: ROSANA DIAS DE CAMPOS ARAUJO

MATRICULA: 1435

DATA: 23/12/2016

NOME: DEUZENI TEIXEIRA DE MACEDO

MATRICULA: 1436

DATA: 23/12/2016

NOME: LEILA CLAUDIA DAMASSENA

MATRICULA: 1438

DATA: 23/12/2016

NOME: EMILIANE DOS SANTOS LIMA

MATRICULA: 1441

DATA: 31/12/2016

NOME: GUSTAVO ALVES DE OLIVEIRA

MATRICULA: 1441

DATA: 16/05/2016

NOME: SUIANNE CARREIRO SILVA

MATRICULA: 1445

DATA: 30/12/2016

NOME: JOSÉ CARLOS MUNIZ

MATRICULA: 1448

DATA: 24/12/2016

NOME: WARLA MARCIANO DE LIMA

MATRICULA: 1453

DATA: 31/12/2016

NOME: SOSTENES MICHAEL CARREIRO SILVA

MATRICULA: 1398

DATA: 31/12/2016

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL 20/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 20/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 20 de Junho de 2017**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços, Documentos de Habilitação e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 20 de Junho de 2017**. **OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA EFETUAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS MECÂNICOS NOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00.**INFORMAÇÕES:** Pelo Telefone **(0**66)3479-1158.**

Novo São Joaquim - MT, 01 de Junho de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1365/2017

DECRETO Nº 1365/2017

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO Nº. 1363 DE 31 DE MAIO DE 2017".

O Prefeito Municipal de Paranatinga/MT Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, no uso e gozo de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Retificar o Decreto n. 1363 de 31 de maio de 2017, referente "Prorroga o prazo do vencimento do IPTU - 2016 e dá outras providências", passará a vigorar, conforme abaixo descrito.

Faz-se a Retificação:

ONDE SE LÊ

"Prorroga o prazo do vencimento do IPTU - 2016 e dá outras providências"

PASSA-SE A LER:

"Prorroga o prazo do vencimento do IPTU - 2017 e dá outras providências"

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, aos 1º de junho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO PESSOAL
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

Paranatinga-MT, 01 de junho de 2017.

A Srª. **JANAINA FABIANA PEREIRA DE OLIVEIRA,** Agente de Limpeza Pública I, Matrícula Funcional nº 5735.

Prezada Senhora,

Considerando que Vossa Senhoria vem faltando continuamente ao serviço desde 01 de maio de 2017. Solicitamos o seu **COMPARECIMENTO** neste Departamento Pessoal, situado na Avenida Brasil, n° 1900, Centro, nesta cidade, **no prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir da data do recebimento dessa Notificação, para regularizar sua situação funcional junto a esta Administração Municipal.

O não comparecimento no prazo determinado implicará em sanções administrativas previstas na Lei n° 024/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paranatinga).

Atenciosamente.

Luciana Francisca da Silva Costa

Diretora do Departamento Administrativo

Portaria nº 040/2017

Ciente:

----------/----------/2017.

DEPARTAMENTO PESSOAL
NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO

Paranatinga-MT, 01 de junho de 2017.

A Srª. **TANIELLE STEFANI FERREIRA DO AMARANTE,** Agente de Limpeza Pública I, Matrícula Funcional nº 5671.

Prezada Senhora,

Considerando que Vossa Senhoria vem faltando continuamente ao serviço desde 01 de fevereiro de 2017. Solicitamos o seu **COMPARECIMENTO** neste Departamento Pessoal, situado na Avenida Brasil, n° 1900, Centro, nesta cidade, **no prazo de 15 (quinze) dias** contados a partir da data do recebimento dessa Notificação, para regularizar sua situação funcional junto a esta Administração Municipal.

O não comparecimento no prazo determinado implicará em sanções administrativas previstas na Lei n° 024/1997 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Paranatinga).

Atenciosamente.

Luciana Francisca da Silva Costa

Diretora do Departamento Administrativo

Portaria nº 040/2017

Ciente:

----------/----------/2017.

OUVIDORIA MUNICIPAL
CARTA DE CITAÇÃO

CARTA DE CITAÇÃO

Versa o expediente que os membros da Comissão de Tomada de Contas Especial designados pela Portaria nº 266 de 05 de Abril de 2017 CITA vossa Excelência para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, por meio de advogado (a), nos autos da Tomada de Constas Especial criada a partir do Julgamento Singular nº 124/JCN/2017, processo nº 22. 638-6/2016 – DENÚNCIA REFERENTE A SUPOSTO PAGAMENTO PARA REFORMA/CONSTRUÇÃO DE PONTES E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SEM A DEVIDA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, em exercício extenso irrestrito da ampla defesa e do contraditório, visto ter sido inserido o seu nome no rol dos possíveis responsáveis pelos fatos descritos no mencionado procedimento.Fica Consignado nesta "Carta de Citação" que Vossa Excelência, ou seu representante legal, terá acesso aos autos diariamente na sede da Prefeitura de Paranatinga/MT entre as 07h00min-11h00min e 13h00min-17h00min para consulta e/ou retiradas de cópias.Adverte-se, desde logo, que em não sendo apresentada manifestação de defesa no prazo legal, ocorrerá de pronto à preclusão consumativa quanto às matérias de fato produzidas durante a instrução processual.

Atensiosamente.

Paranatinga/MT, 24 de maio de 2017.

Jean Carlos de Ávila e Silva

Presidente Tomada de Contas Especial – Portaria nº 266 de 05 de abril de 2017

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 35/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados que na Licitação pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93, tendo por Objeto: Registro de Preços para **Futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Manutenção de Veículos, para realizar Retífica Completa de motores 4CC e 6CC, com mão de obra de Montagem e Desmontagem do Motor, com recurso do FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga – MT. Obteve – se o seguinte resultado: Empresas Vencedoras**LUCIANO SOUSA DANTAS- ME - R$ 129.600,00 e N. H. FRANCA KIMURA – ME – R$ 115.900,00.**Em 01 de Junho de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 304 DE 1º DE JUNHO DE 2017.

PORTARIA N° 304 DE 1º DE JUNHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – Reconduzir a pedido, o servidor **Sr. PAULO RICARDO SOUSA VIEIRA,** inscrito no CPF/MF sob o nº 040.820.681-04 e portador do RG sob o nº 2387990-4 SSP/MT, do cargo efetivo de **"AGENTE ADMINISTRATIVO II".**

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 1º de junho de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECISÃO

DECISÃO

Eleições para Gestor Previdenciário – ParanatingaPrev, Lei 995/2013

Presidente da Comissão Receptora e Apuradora: ***Graciela A. Oliveira***

Impugnante: ***Márcia Pereira de Lima e Manoel Gonçalves de Oliveira***

Impugnada: ***Márcia Pereira de Lima e Manoel Gonçalves de Oliveira***

Vistos e examinados os documentos que compõe o processo de votação para a função de gestor previdenciário do ParanatingaPrev, em que constam como eventuais candidatos a Sra. Márcia Pereira de Lima e o Sr. Manoel Gonçalves de Oliveira.

I- RELATÓRIO

Trata-se de PEDIDO DE INDEFERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA, bem como IMPUGNAÇÃO DE PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA C/C ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO, propostos pelo Sr. Manoel Gonçalves de Oliveira, candidato a função de gestor previdenciário do ParanatingaPrev, em desfavor da Sra. Márcia Pereira de Lima.

De outra banda, também foi apresentado PEDIDO DE INDEFERIMENTO DE REGISTRO DE CANDIDATURA formulado por Márcia Pereira de Lima, candidata a função de gestor previdenciário do ParanatingaPrev, em desfavor do Sr. Manoel Gonçalves de Oliveira.

A pedido da Presidente da Comissão Receptora e Apuradora Sra. Graciela Azevedo Oliveira, vieram os autos à este subscritor para análise.

É o relatório. DECIDO.

II- FUNDAMENTAÇÃO

2.1- DA CONEXÃO ENTRE OS PEDIDOS DE INDEFERIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DOS REGISTROS DE CANDIDATURA

Nos termos do artigo 55 do CPC/15 de aplicação subsidiária ao processo administrativo, reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir.

Com efeito, analisando as causas de pedir dos três requerimentos em apreço, verifico que em todas discute-se como causa de pedir a existência ou não de uma ou mais causas de inelegibilidades, ou seja, há clara conexão entre os feitos acima indicados – podendo-se falar até em conti-

nência já que o pedido de registro também abrange a presença de condições de elegibilidade - pendentes de julgamento, motivo pelo qual reúno os mesmos para julgamento simultâneo visando evitar a prolação de decisões conflitantes, nos termos do artigo 57 do CPC/15:

Art. 57. Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário ***as ações serão necessariamente reunidas.***

2.2- PASSO A ANALISAR O MÉRITO

A requerente Marcia Pereira de Lima alega, em síntese, que o Sr. Manoel Gonçalves Oliveira protocolou requerimento para participar do processo eletivo de maneira intempestiva, ou seja, em período inferior as eventuais 72 horas obrigatoriamente previstas para tal pleito. Visto efetivação de inscrição do referido impugnado no dia 24/05/17, sendo a eleição realizada no dia 25/05/17, razão pela qual solicita o INDEFERIMENTO do registro de candidatura do supra mencionado candidato.

De outra banda, discorre o Sr. Manoel Gonçalves Oliveira que a Sra. Márcia Pereira de Lima eventualmente está exercendo a função de gestora financeira do ParanatingaPrev pelo segundo mandato consecutivo, fundamentado para tanto que, nos moldes do artigo 1º, § 4º da Lei 995/2013, não poderia participar de novo pleito eletivo, motivo pelo qual, solicita o INDEFERIMENTO do registro de candidatura da supra mencionada candidata. Em seguida, o Sr. Manoel Gonçalves Oliveira também apresentou IMPUGNAÇÃO DE PEDIDO DE REGISTRO DE CANDIDATURA C/C ANULAÇÃO DE ELEIÇÃO, acrescentando na supra arguida fundamentação de eventual vedação legal imposta a Sra. Marcia Pereira de Lima de exercer número de mandato superior ao estabelecido em Lei, que existe vício de legalidade no edital de convocação para eleição do gestor financeiro do ParanatingaPrev visto não apresentar em seu bojo período de inscrição das possíveis candidatura bem como possíveis impugnações, motivo pelo qual pleiteia pela decretação de anulação da eleição realizada.

A priori, imperioso ressaltar que a Administração Pública tem como um dos Princípios balizares a Legalidade Administrativa, previsto no artigo 37 da Constituição Federal, juntamente com os Princípios da Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Da exegese, extrai-se que a Administração Pública deve balizar seus atos em conformidade com a legalidade, ou seja, todos os seus atos devem estar previstos em Lei, caso contrário, serão ilegais e consequentemente passíveis de anulação.

Seguindo em via convergente, imperioso trazer à discussão que a legislação pátria, independentemente da esfera utilizada, seja Administrativa ou Judicial, assegura à todos direitos e garantias individuais. Assim sendo, a Lei Maior, ou seja, Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LV, estabelece que:

"Art.5º, LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes."

Desta feita, ao analisar os pleitos apresentados pelo Sr. Manoel Gonçalves de Oliveira e Sra. Márcia Pereira de Lima, observa-se que a Administração Pública ao disciplinar a função de Gestor financeiro do Fundo Municipal de Previdência Social de Paranatinga - PARANATINGAPREV, através da Lei 995/2013, estabeleceu única e exclusivamente requisitos e atribuições inerentes aos cargo. Com efeito, em nada consta disciplinado as regras pelas quais se darão a eleição para ocupação do referido cargo.

Do exposto, observa-se a existência de lacuna na referida Lei, não contendo qualquer outro dispositivo legal formulado pelo Município de Paranatinga que assevere sobre as eleições para investidura na função de Gestor financeiro do ParanatingaPrev. Motivo pelo qual, observa-se inclusive que, para realização do pleito em testilha, foi utilizado como instrumento disciplinador de normas, unicamente o edital de convocação, em total infringência aos supra mencionados preceitos legais previstos na Constituição Federal.

Assim sendo, pela falta de normativa legal que discipline as eleições para o cargo de Gestor financeiro do ParanatingaPrev, descabido se faz a análise por este subscritor de eventual infringência legal, até mesmo porque, conforme já narrado, a normativa sequer existe.

Nesse espeque, ao que se refere aos pedidos apresentados de indeferimento de registro de candidatura, impossível se faz discorrer sobre o tema, até mesmo porque, sequer existe normativa que discipline o prazo, maneira e forma para apresentação destes pleitos pelos interessados.

Seguindo por via diversa, ao analisar o pleito de Anulação de Eleição apresentado pelo Sr. Manoel Gonçalves de Oliveira, embasando este subscritor nos supra mencionados Princípios balizadores da atividade da Administração Pública, não se olvidando que consta asseverado nos artigos 53 e 54 da Lei 9784/99, reconheço que a eleição realizada no dia 25/05/17 é passível de anulação.

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada máfé.

§ 1o No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2o Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Outrossim, pela análise dos autos sob os aspectos legais acima discorridos, DECIDO que a eleição realizada no dia 25/05/17 para o cargo de gestor financeiro do ParanatingaPrev deverá ser anulada. Sendo oportuno ressaltar que, previamente a realização de novo pleito eleitoral, deverá ser formulado pelas autoridades Administrativas Municipais competentes, normas que disciplinem as referidas eleições, bem como prazo, formas e meio de registro de candidaturas, impugnações e apresentação de recursos.

III – DISPOSITIVO

Tendo em vista esses fundamentos, julgo **IMPROCEDENTE** o pedido da Sra. Marcia Pereira de Lima, e julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** os pedidos apresentados pelo Sr. Manoel Gonçalves de Oliveira, para fim de declarar a **anulação da eleição do gestor financeiro do ParanatingaPrev**.

Cumpra-se.

Paranatinga, 25 de maio de 2017.

GENTILLE SANTOS OLIVEIRA

Procurador Jurídico

Portaria 224/2017

OAB/MT 22.914-A

OUVIDORIA MUNICIPAL
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA- PERÍODO DE REFERÊNCIA: 2º BIMESTRE - PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA - MT (PODER EXECUTIVO)

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	58.528.891,93	58.528.891,93	9.174.385,45	15,67	18.218.951,63	31,13	40.309.940,30
RECEITAS CORRENTES	52.380.889,97	52.380.889,97	9.116.227,48	17,40	18.160.793,66	34,67	34.220.096,31
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.722.875,47	5.722.875,47	973.063,14	17,00	1.780.693,93	31,12	3.942.181,54
Impostos	5.379.983,70	5.379.983,70	915.800,03	17,02	1.651.762,83	30,70	3.728.220,87
Taxas	217.575,45	217.575,45	57.263,11	26,32	128.931,10	59,26	88.644,35
Contribuição de Melhoria	125.316,32	125.316,32		0,00		0,00	125.316,32
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.565.487,80	1.565.487,80	496.158,22	31,69	777.501,19	49,67	787.986,61
Contribuições Sociais	976.080,58	976.080,58	311.114,77	31,87	467.175,28	47,86	508.905,30
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	135.469,35	135.469,35		0,00		0,00	135.469,35
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	453.937,87	453.937,87	185.043,45	40,76	310.325,91	68,36	143.611,96
RECEITA PATRIMONIAL	1.058.862,71	1.058.862,71	503.431,39	47,54	1.276.100,82	120,52	-217.238,11
Receitas Imobiliárias	14.955,14	14.955,14		0,00		0,00	14.955,14
Receitas de Valores Mobiliários	1.035.805,10	1.035.805,10	503.431,39	48,60	1.276.100,82	123,20	-240.295,72
Receita de Concessões e Permissões	2.888,75	2.888,75		0,00		0,00	2.888,75
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais	5.213,72	5.213,72		0,00		0,00	5.213,72
RECEITA AGROPECUÁRIA	9.704,00	9.704,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.704,00
Receita da Produção Vegetal	8.859,05	8.859,05		0,00		0,00	8.859,05
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias	844,95	844,95		0,00		0,00	844,95
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	27.145,24	27.145,24		0,00		0,00	27.145,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	42.995.463,97	42.995.463,97	7.020.219,12	16,33	14.087.538,32	32,77	28.907.925,65
Transferências Intergovernamentais	41.646.208,45	41.646.208,45	6.882.174,66	16,53	13.927.051,43	33,44	27.719.157,02
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.349.255,52	1.349.255,52	138.044,46	10,23	160.486,89	11,89	1.188.768,63
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.001.350,78	1.001.350,78	123.355,61	12,32	238.959,40	23,86	762.391,38
Multas e Juros de Mora	40.169,04	40.169,04	11.861,91	29,53	21.246,11	52,89	18.922,93
Indenizações e Restituições	715.357,96	715.357,96		0,00		0,00	715.357,96
Receita da Dívida Ativa	196.001,39	196.001,39	42.116,80	21,49	77.548,16	39,57	118.453,23
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas	49.822,39	49.822,39	69.376,90	139,25	140.165,13	281,33	-90.342,74

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	6.148.001,96	6.148.001,96	58.157,97	0,95	58.157,97	0,95	6.089.843,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.180,62	3.180,62	0,00	0,00	0,00	0,00	3.180,62
Operações de Crédito Internas	1.590,31	1.590,31		0,00		0,00	1.590,31
Operações de Crédito Externas	1.590,31	1.590,31		0,00		0,00	1.590,31
ALIENAÇÃO DE BENS	3.168,15	3.168,15	0,00	0,00	0,00	0,00	3.168,15
Alienação de Bens Móveis	1.584,07	1.584,07		0,00		0,00	1.584,07
Alienação de Bens Imóveis	1.584,08	1.584,08		0,00		0,00	1.584,08
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.139.421,07	6.139.421,07	58.157,97	0,95	58.157,97	0,95	6.081.263,10
Transferências Intergovernamentais	124.692,67	124.692,67		0,00		0,00	124.692,67
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	6.014.728,40	6.014.728,40	58.157,97	0,97	58.157,97	0,97	5.956.570,43
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	2.232,12	2.232,12	0,00	0,00	0,00	0,00	2.232,12
Integralização do Capital Social							
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital	2.232,12	2.232,12		0,00		0,00	2.232,12
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.060.185,64	1.060.185,64	346.463,13	32,68	516.690,12	48,74	543.495,52
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	59.589.077,57	59.589.077,57	9.520.848,58	15,98	18.735.641,75	31,44	40.853.435,82
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	59.589.077,57	59.589.077,57	9.520.848,58	15,98	18.735.641,75	31,44	40.853.435,82
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	59.589.077,57	59.589.077,57	9.520.848,58	15,98	18.735.641,75	31,44	40.853.435,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	57.432.134,31	58.460.387,09	11.481.286,72	21.255.900,21	37.204.486,88	9.717.174,82	16.359.775,22	42.100.611,87	12.377.093,29	0,00
DESPESAS CORRENTES	48.160.370,08	50.270.274,12	11.415.052,43	21.114.502,07	29.155.772,05	9.650.940,53	16.218.377,08	34.051.897,04	12.237.546,15	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.712.266,51	27.183.619,51	5.968.602,43	10.904.599,78	16.279.019,73	5.964.189,25	10.900.186,59	16.283.432,92	8.159.260,11	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	49.210,48	39.210,48	1.021,04	2.262,89	36.947,59	1.021,04	2.262,89	36.947,59	2.262,89	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.398.893,09	23.047.444,13	5.445.428,96	10.207.639,40	12.839.804,73	3.685.730,24	5.315.927,60	17.731.516,53	4.076.023,15	
DESPESAS DE CAPITAL	9.025.733,15	7.944.081,89	66.234,29	141.398,14	7.802.683,75	66.234,29	141.398,14	7.802.683,75	139.547,14	0,00
INVESTIMENTOS	8.523.220,50	7.457.371,24	12.025,20	33.451,19	7.423.920,05	12.025,20	33.451,19	7.423.920,05	31.600,19	
INVERSÕES FINANCEIRAS	30.407,86	13.605,86			13.605,86			13.605,86		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	472.104,79	473.104,79	54.209,09	107.946,95	365.157,84	54.209,09	107.946,95	365.157,84	107.946,95	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	246.031,08	246.031,08			246.031,08			246.031,08		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	905.920,22	362.786,85	699.164,99	905.920,22	514.118,61	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	58.990.417,52	60.065.472,30	11.844.073,57	21.955.065,20	38.110.407,10	10.079.961,67	17.058.940,21	43.006.532,09	12.891.211,90	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária										
Outras Dívidas										
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	58.990.417,52	60.065.472,30	11.844.073,57	21.955.065,20	38.110.407,10	10.079.961,67	17.058.940,21	43.006.532,09	12.891.211,90	0,00
SUPERÁVIT (XIII)										
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	58.990.417,52	60.065.472,30	11.844.073,57	21.955.065,20		10.079.961,67	17.058.940,21		12.891.211,90	0,00
RESERVA DO RPPS	598.660,05	498.660,05			498.660,05			498.660,05		

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.060.185,64	1.060.185,64	346.463,13	32,68	516.690,12	48,74	543.495,52
RECEITAS CORRENTES	1.060.185,64	1.060.185,64	346.463,13	32,68	516.690,12	48,74	543.495,52
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.060.185,64	1.060.185,64	346.463,13	32,68	516.690,12	48,74	543.495,52
Contribuições Sociais	1.060.185,64	1.060.185,64	346.463,13	32,68	516.690,12	48,74	543.495,52
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Compensações Financeiras							
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público							
Receita da Cessão de Direitos							
Outras Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS							
Receitas Correntes Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Integralização do Capital Social							
Div. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados							
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção - CEPAC							
Outras Receitas de Capital							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	905.920,22	362.786,85	699.164,99	905.920,22	514.118,61	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	905.920,22	362.786,85	699.164,99	905.920,22	514.118,61	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	905.920,22	362.786,85	699.164,99	905.920,22	514.118,61	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (j)	58.030.794,36	58.959.047,14	11.481.286,72	21.255.900,21	96,82	37.703.146,93	9.717.174,82	16.359.775,22	95,90	42.599.271,92	0,00
Legislativa	2.385.393,91	2.385.393,91	444.949,81	942.786,69	4,29	1.442.607,22	450.733,62	892.269,46	5,23	1.493.124,45	0,00
Ação Legislativa	2.385.393,91	2.385.393,91	444.949,81	942.786,69	4,29	1.442.607,22	450.733,62	892.269,46	5,23	1.493.124,45	
Controle Externo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	11.937.543,68	11.107.466,93	2.205.011,51	4.002.065,55	18,23	7.105.401,38	1.907.718,74	3.419.319,64	20,04	7.688.147,29	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
Administração Geral	9.779.617,72	9.017.940,97	1.773.301,54	3.225.232,75	14,69	5.792.708,22	1.554.741,48	2.805.839,63	16,45	6.212.101,34	
Administração Financeira	1.995.049,80	2.032.549,80	431.709,97	776.832,80	3,54	1.255.717,00	352.977,26	613.480,01	3,60	1.419.069,79	
Controle Interno					0,00				0,00		
Normatização e Fiscalização	139.270,92	38.370,92			0,00	38.370,92			0,00	38.370,92	
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos	23.605,24	18.605,24			0,00	18.605,24			0,00	18.605,24	
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	2.507.475,43	2.607.975,43	501.130,06	793.927,08	3,62	1.814.048,35	481.450,06	774.247,08	4,54	1.833.728,35	0,00
Assistência ao Idoso	365.459,02	440.959,02	134.098,83	217.553,38	0,99	223.405,64	114.418,83	197.873,38	1,16	243.085,64	
Assistência ao Portador de Deficiência	82.618,34	82.618,34	20.161,36	21.932,55	0,10	60.685,79	20.161,36	21.932,55	0,13	60.685,79	
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.047.021,70	1.092.021,70	194.085,31	353.991,19	1,61	738.030,51	194.085,31	353.991,19	2,08	738.030,51	
Assistência Comunitária	917.955,41	897.955,41	152.784,56	200.449,96	0,91	697.505,45	152.784,56	200.449,96	1,18	697.505,45	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	94.420,96	94.420,96			0,00	94.420,96			0,00	94.420,96	
Previdência Social	2.203.149,54	2.303.149,54	291.063,77	692.458,05	3,15	1.610.691,49	321.781,97	569.585,25	3,34	1.733.564,29	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	2.203.149,54	2.303.149,54	291.063,77	692.458,05	3,15	1.610.691,49	321.781,97	569.585,25	3,34	1.733.564,29	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	14.319.613,45	14.740.702,53	2.879.170,26	5.207.793,39	23,72	9.532.909,14	2.519.819,56	4.585.539,81	26,88	10.155.162,72	0,00
Atenção Básica	7.612.781,74	7.468.372,64	1.111.102,96	2.010.365,18	9,16	5.458.007,46	1.111.632,37	1.995.115,03	11,70	5.473.257,61	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.706.775,55	6.025.802,55	1.556.198,46	2.832.656,14	12,90	3.193.146,41	1.203.688,40	2.234.072,39	13,10	3.791.730,16	
Suporte Profilático e Terapêutico	283.262,87	283.262,87	46.835,63	68.661,53	0,31	214.601,34	46.835,63	68.661,53	0,40	214.601,34	
Vigilância Sanitária	82.618,34	103.618,34	826,16	1.587,58	0,01	102.030,76	826,16	1.587,58	0,01	102.030,76	
Vigilância Epidemiológica	259.519,30	322.597,48	85.022,59	167.312,43	0,76	155.285,05	83.297,03	165.586,87	0,97	157.010,61	
Alimentação e Nutrição		220.000,00	15.480,89	15.480,89	0,07	204.519,11	15.480,89	15.480,89	0,09	204.519,11	
Administração Geral	368.754,34	311.147,34	63.703,57	111.729,64	0,51	199.417,70	58.059,08	105.035,52	0,62	206.111,82	
Demais Subfunções	5.901,31	5.901,31			0,00	5.901,31			0,00	5.901,31	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	13.622.512,79	14.733.250,40	4.357.099,75	8.440.723,25	38,45	6.292.527,15	3.642.782,38	5.392.799,87	31,61	9.340.450,53	0,00
Ensino Fundamental	10.365.046,88	10.857.211,88	2.699.336,04	6.419.886,39	29,24	4.437.325,49	2.722.974,84	4.109.919,18	24,09	6.747.292,70	
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior	271.460,25	1.000.000,00	996.800,00	996.800,00	4,54	3.200,00	259.168,00	259.168,00	1,52	740.832,00	
Educação Infantil	2.120.952,86	2.002.378,72	447.434,63	769.664,19	3,51	1.232.714,53	447.434,63	769.664,19	4,51	1.232.714,53	
Educação de Jovens e Adultos	110.979,89	60.979,89			0,00	60.979,89			0,00	60.979,89	
Educação Especial	58.898,60	108.898,60	10.972,85	20.508,13	0,09	88.390,47	10.972,85	20.508,13	0,12	88.390,47	
Educação Básica					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	695.174,31	703.781,31	202.556,23	233.864,54	1,07	469.916,77	202.232,06	233.540,37	1,37	470.240,94	
Cultura	418.493,27	415.043,27	22.922,03	48.507,56	0,22	366.535,71	21.507,03	42.882,56	0,25	372.160,71	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural	418.493,27	415.043,27	22.922,03	48.507,56	0,22	366.535,71	21.507,03	42.882,56	0,25	372.160,71	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	1.369.103,89	1.316.303,89	0,00	0,00	0,00	1.316.303,89	0,00	0,00	0,00	1.316.303,89	0,00
Infra-Estrutura Urbana	188.841,92	136.041,92			0,00	136.041,92			0,00	136.041,92	
Serviços Urbanos	1.180.261,97	1.180.261,97			0,00	1.180.261,97			0,00	1.180.261,97	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	755.367,66	755.367,66	0,00	0,00	0,00	755.367,66	0,00	0,00	0,00	755.367,66	0,00
Habitação Rural	755.367,66	755.367,66			0,00	755.367,66			0,00	755.367,66	
Habitação Urbana					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	472.104,79	472.104,79	0,00	0,00	0,00	472.104,79	0,00	0,00	0,00	472.104,79	0,00
Saneamento Básico Rural	5.901,31	5.901,31			0,00	5.901,31			0,00	5.901,31	
Saneamento Básico Urbano	466.203,48	466.203,48			0,00	466.203,48			0,00	466.203,48	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	70.815,72	70.815,72	0,00	0,00	0,00	70.815,72	0,00	0,00	0,00	70.815,72	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	64.914,41	64.914,41			0,00	64.914,41			0,00	64.914,41	
Controle Ambiental	5.901,31	5.901,31			0,00	5.901,31			0,00	5.901,31	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00				0,00		
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	212.447,16	124.840,16	0,00	0,00	0,00	124.840,16	0,00	0,00	0,00	124.840,16	0,00
Abastecimento	29.506,55	24.506,55			0,00	24.506,55			0,00	24.506,55	
Extensão Rural					0,00				0,00		
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária	165.236,68	82.629,68			0,00	82.629,68			0,00	82.629,68	
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
Administração Geral	5.901,31	5.901,31			0,00	5.901,31			0,00	5.901,31	
Demais Subfunções	11.802,62	11.802,62			0,00	11.802,62			0,00	11.802,62	
Organização Agrária	69.715,72	65.715,72	1.150,00	1.150,00	0,01	64.565,72	1.150,00	1.150,00	0,01	64.565,72	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções	69.715,72	65.715,72	1.150,00	1.150,00	0,01	64.565,72	1.150,00	1.150,00	0,01	64.565,72	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	5.901,31	3.901,31	0,00	0,00	0,00	3.901,31	0,00	0,00	0,00	3.901,31	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo	5.901,31	3.901,31			0,00	3.901,31			0,00	3.901,31	
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	159.335,17	159.335,17	22.251,85	22.251,85	0,10	137.083,32	22.251,85	22.251,85	0,13	137.083,32	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica	159.335,17	159.335,17	22.251,85	22.251,85	0,10	137.083,32	22.251,85	22.251,85	0,13	137.083,32	
Petróleo					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Transporte	5.400.623,57	5.350.623,57	564.903,40	716.920,70	3,27	4.633.702,87	151.007,14	302.942,04	1,78	5.047.681,53	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário	5.400.623,57	5.350.623,57	564.903,40	716.920,70	3,27	4.633.702,87	151.007,14	302.942,04	1,78	5.047.681,53	
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	661.423,01	997.282,85	121.402,76	196.035,28	0,89	801.247,57	106.773,25	179.005,77	1,05	818.277,08	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário	661.423,01	997.282,85	121.402,76	196.035,28	0,89	801.247,57	106.773,25	179.005,77	1,05	818.277,08	
Lazer					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	615.083,16	605.083,16	70.231,52	191.280,81	0,87	413.802,35	90.199,22	177.781,89	1,04	427.301,27	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais	567.872,68	567.872,68	69.210,48	189.017,92	0,86	378.854,76	89.178,18	175.519,00	1,03	392.353,68	
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
Demais Subfunções	47.210,48	37.210,48	1.021,04	2.262,89	0,01	34.947,59	1.021,04	2.262,89	0,01	34.947,59	
Reserva de Contingência	246.031,08	246.031,08			0,00	246.031,08			0,00	246.031,08	
Reserva do RPPS	596.660,05	498.660,05			0,00	498.660,05			0,00	498.660,05	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	3,18	905.920,22	362.786,85	699.164,99	4,10	905.920,22	
TOTAL (III) = (I + II)	59.589.077,57	60.564.132,35	11.844.073,57	21.955.065,20	100,00	38.609.067,15	10.079.961,67	17.058.940,21	100,00	43.505.192,14	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	3,18	905.920,22	362.786,85	699.164,99	4,10	905.920,22	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa					0,00				0,00		
Controle Externo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00				0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00				0,00		
Representação Judicial e Extrajudicial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Administração Financeira					0,00				0,00		
Controle Interno					0,00				0,00		
Normatização e Fiscalização					0,00				0,00		
Tecnologia da Informação					0,00				0,00		
Ordenamento Territorial					0,00				0,00		
Formação de Recursos Humanos					0,00				0,00		
Administração de Receitas					0,00				0,00		
Administração de Concessões					0,00				0,00		
Comunicação Social					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Área					0,00				0,00		
Defesa Naval					0,00				0,00		
Defesa Terrestre					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00				0,00		
Defesa Civil					0,00				0,00		
Informação e Inteligência					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Cooperação Internacional					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso					0,00				0,00		
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00				0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente					0,00				0,00		
Assistência Comunitária					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Previdência Social	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	3,18	905.920,22	362.786,85	699.164,99	4,10	905.920,22	0,00
Previdência Básica					0,00				0,00		
Previdência do Regime Estatutário	1.558.283,21	1.605.085,21	362.786,85	699.164,99	3,18	905.920,22	362.786,85	699.164,99	4,10	905.920,22	
Previdência Complementar					0,00				0,00		
Previdência Especial					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica					0,00				0,00		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial					0,00				0,00		
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00				0,00		
Vigilância Sanitária					0,00				0,00		
Vigilância Epidemiológica					0,00				0,00		
Alimentação e Nutrição					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00				0,00		
Relações de Trabalho					0,00				0,00		
Empregabilidade					0,00				0,00		
Fomento ao Trabalho					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ensino Fundamental					0,00				0,00		
Ensino Médio					0,00				0,00		
Ensino Profissional					0,00				0,00		
Ensino Superior					0,00				0,00		
Educação Infantil					0,00				0,00		
Educação de Jovens e Adultos					0,00				0,00		
Educação Especial					0,00				0,00		
Educação Básica					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00				0,00		
Difusão Cultural					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00				0,00		
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00				0,00		
Assistência aos Povos Indígenas					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00				0,00		
Serviços Urbanos					0,00				0,00		
Transportes Coletivos Urbanos					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Habitação Urbana					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00				0,00		
Saneamento Básico Urbano					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00				0,00		
Controle Ambiental					0,00				0,00		
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00				0,00		
Recursos Hídricos					0,00				0,00		
Meteorologia					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00				0,00		
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00				0,00		
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento					0,00				0,00		
Extensão Rural					0,00				0,00		
Irrigação					0,00				0,00		
Promoção da Produção Agropecuária					0,00				0,00		
Defesa Agropecuária					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00				0,00		
Colonização					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00				0,00		
Produção Industrial					0,00				0,00		
Mineração					0,00				0,00		
Propriedade Industrial					0,00				0,00		
Normalização e Qualidade					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00				0,00		
Comercialização					0,00				0,00		
Comércio Exterior					0,00				0,00		
Serviços Financeiros					0,00				0,00		
Turismo					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00				0,00		
Telecomunicações					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00				0,00		
Energia Elétrica					0,00				0,00		
Petróleo					0,00				0,00		
Biocombustíveis					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra									
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/ b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/ d)		
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo					0,00				0,00		
Transporte Rodoviário					0,00				0,00		
Transporte Ferroviário					0,00				0,00		
Transporte Hidroviário					0,00				0,00		
Transportes Especiais					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desporto de Rendimento					0,00				0,00		
Desporto Comunitário					0,00				0,00		
Lazer					0,00				0,00		
Administração Geral					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00				0,00		
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Interna					0,00				0,00		
Serviço da Dívida Externa					0,00				0,00		
Transferências					0,00				0,00		
Outros Encargos Especiais					0,00				0,00		
Transferências para a Educação Básica					0,00				0,00		
Demais Subfunções					0,00				0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Liquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	5,869,720.19	6,054,065.48	5,875,910.72	5,086,543.21	4,744,136.61	6,206,505.05	7,524,956.30	9,138,392.94	4,915,724.03	5,182,919.44	5,277,557.69	5,212,560.40	71,108,992.06	55,904,032.13
Receita Tributária	691,482.54	972,027.84	1,063,200.88	643,850.88	521,129.61	831,373.71	917,917.07	929,985.41	186,972.63	620,658.16	570,932.07	482,131.07	8,351,671.87	5,722,875.47
IPTU	110,676.95	616,967.35	50,668.69	67,036.11	110,530.15	23,976.43	14,148.93	37,916.58	21,431.97	10,382.26	45,896.01	61,634.63	1,191,266.06	1,175,534.48
ISS	374,813.92	142,641.34	697,549.25	126,847.87	145,706.49	453,594.92	200,826.50	394,073.93	101,017.34	163,155.48	179,233.26	187,601.44	3,167,061.74	1,698,409.19
ITBI	63,126.06	55,870.20	194,203.58	302,657.58	148,785.44	220,459.89	575,831.87	182,986.64	34,982.05	288,075.01	194,366.43	11,979.28	2,273,324.03	1,682,397.01
IRRF	114,097.77	112,547.71	101,619.12	103,466.78	100,276.42	118,628.05	116,758.08	304,956.33	0.00	116,918.69	112,803.34	122,285.64	1,424,357.93	823,643.02
Outras Receitas Tributárias	28,777.84	44,001.24	19,160.24	23,842.54	15,831.11	14,714.42	10,351.69	10,051.93	29,541.27	42,126.72	38,633.03	18,630.08	295,662.11	342,891.77
Receita de Contribuições	322,768.90	183,629.58	188,849.22	302,765.25	169,293.63	165,272.08	164,474.22	363,311.04	82,405.48	198,937.49	264,882.33	231,275.89	2,637,865.11	589,407.22
Receita Patrimonial	161,773.18	276,582.08	284,268.31	238,578.84	287,328.59	212,539.62	167,746.13	352,294.78	414,615.71	358,053.72	310,339.97	193,091.42	3,257,212.35	296,886.09
Receita Agropecuária	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			0.00	9,704.00
Receita Industrial	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			0.00	0.00
Receita de Serviços	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00			0.00	27,145.24
Transferências Correntes	4,668,931.10	4,573,351.78	4,286,102.54	3,832,842.40	3,727,945.91	4,963,732.61	6,243,650.10	7,454,902.77	4,167,996.39	3,953,400.10	3,902,721.96	4,144,924.64	55,920,502.30	48,260,230.08
Cota-Parte do FPM	1,190,521.65	983,563.74	1,090,641.60	884,336.96	719,142.63	872,963.65	1,592,709.90	2,489,792.25	1,061,546.18	1,360,268.10	851,462.98	1,025,868.11	14,122,817.75	11,258,249.73
Cota-Parte do ICMS	1,263,963.34	1,489,991.50	1,364,602.73	1,064,695.63	1,252,407.42	1,102,607.36	2,027,139.09	1,453,344.11	1,494,032.92	868,124.92	1,513,724.76	1,159,217.53	16,053,851.31	12,760,698.45
Cota-Parte do IPVA	193,279.32	144,924.05	154,718.23	133,794.06	72,085.96	58,605.31	53,202.72	52,631.36	105,280.26	141,831.18	119,713.65	182,846.42	1,412,912.52	643,707.02
Cota-Parte do ITR	17,163.81	26,930.30	12,157.87	12,039.94	118,994.26	1,376,206.16	432,887.01	285,704.15	191,494.22	11,502.45	13,767.72	44,402.28	2,543,250.17	1,421,767.45
Transferências da LC nº 87/1996	5,977.01	5,977.01	5,977.01	5,977.01	5,977.01	5,977.01	5,977.01	5,977.01	6,113.48	6,113.48	6,113.48	6,113.48	72,270.00	96,567.02
Transferências da LC nº 61/1989	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Transferências do FUNDEB	844,193.95	612,813.42	757,534.80	712,758.83	649,361.36	563,715.24	1,126,740.63	1,048,829.90	766,782.74	799,345.63	511,832.39	819,255.85	9,213,164.74	7,609,975.11
Outras Transferências Correntes	1,153,832.02	1,309,151.76	900,470.30	1,019,239.97	909,977.27	983,657.88	1,004,993.74	2,118,623.99	542,746.59	766,214.34	886,106.98	907,220.97	12,502,235.81	14,469,265.30
Outras Receitas Correntes	44,754.47	48,474.20	53,489.77	68,505.84	38,438.87	33,587.03	31,168.78	37,898.94	63,733.82	51,869.97	228,681.36	241,137.38	941,740.43	997,784.03
DEDUÇÕES (II)	676,613.98	638,364.74	616,000.08	558,661.00	574,168.86	828,789.92	972,457.72	1,034,253.08	578,672.25	626,855.77	655,960.83	640,495.16	8,401,293.39	6,240,846.69
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	142,433.05	108,087.54	160,299.01	138,025.21	140,447.48	145,518.11	150,072.52	289,289.68	6,887.16	149,173.35	154,906.43	156,208.34	1,741,347.88	976,080.58
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	534,180.93	530,277.20	455,701.07	420,635.79	433,721.38	683,271.81	822,385.20	744,963.40	571,785.09	477,682.42	501,054.40	484,286.82	6,659,945.51	5,264,766.11
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5,213,106.21	5,415,700.74	5,259,910.64	4,527,882.21	4,169,967.75	5,377,715.13	6,552,498.58	8,104,139.86	4,337,051.78	4,556,063.67	4,621,596.86	4,572,065.24	62,707,698.67	49,663,185.44

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	2.801.809,59	2.801.809,59	2.038.496,07	1.967.455,45
Receita de Contribuições dos Segurados	976.080,58	976.080,58	467.175,28	387.712,65
Civil	976.080,58	976.080,58	467.175,28	387.712,65
Ativo	972.542,15	972.542,15	467.175,28	387.712,65
Inativo	103,86	103,86		
Pensionista	3.434,57	3.434,57		
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	1.060.185,64	1.060.185,64	516.690,12	401.096,33
Civil	1.060.185,64	1.060.185,64	516.690,12	401.096,33
Ativo	1.060.185,64	1.060.185,64	516.690,12	401.096,33
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	761.976,62	761.976,62	1.054.630,67	1.174.873,11
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	761.976,62	761.976,62	1.054.630,67	1.174.873,11
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos				
Outras Receitas Correntes	3.566,75	3.566,75	0,00	3.773,36
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes	3.566,75	3.566,75		3.773,36
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	2.801.809,59	2.801.809,59	2.038.496,07	1.967.455,45

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (IV)	435.149,54	535.149,54	269.092,54	142.100,91	146.249,74	117.987,45	0,00	0,00
Despesas Correntes	293.518,10	392.518,10	269.092,54	142.100,91	146.249,74	117.987,45		
Despesas de Capital	141.631,44	142.631,44	0,00	0,00	0,00	0,00		
PREVIDÊNCIA (V)	1.768.000,00	1.768.000,00	423.365,51	346.396,21	423.335,51	346.396,21	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.601.000,00	1.601.000,00	385.016,49	346.396,21	385.016,49	346.396,21	0,00	0,00
Aposentadorias	800.000,00	800.000,00	175.819,83	148.216,67	175.819,83	148.216,67		
Pensões	300.000,00	300.000,00	91.084,50	71.899,96	91.084,50	71.899,96		
Outros Benefícios Previdenciários	501.000,00	501.000,00	118.112,16	126.279,58	118.112,16	126.279,58		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	167.000,00	167.000,00	38.349,02	0,00	38.319,02	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias	167.000,00	167.000,00	38.349,02		38.319,02			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	2.203.149,54	2.303.149,54	692.458,05	488.497,12	569.585,25	464.383,66	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	598.660,05	498.660,05	1.346.038,02	1.478.958,33	1.468.910,82	1.503.071,79		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	Previsão Orçamentária
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	498.660,05

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2017	2016
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.980,63	12.302,00
Investimentos e Aplicações	21.607.280,83	19.292.939,39
Outros Bens e Direitos	806.434,20	806.434,20

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — Tesouro Nacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	Aportes Realizados
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Saldo		
	Em 31/Dez/2016 (a)	No Bimestre Anterior (b)	No Bimestre (c)
Dívida Fiscal Líquida	-	-	-
Dívida Consolidada (I)	158.670,90	142.430,55	719.151,28
DEDUÇÕES (II)	7.079.245,84	11.164.907,15	10.942.466,98
Disponibilidade de Caixa	7.079.245,84	11.164.907,15	10.942.466,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.417.004,81	11.729.561,89	11.500.029,55
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	337.758,97	564.654,74	557.562,57
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)			
Receita de Privatizações (IV)			
Passivos Reconhecidos (V)			
Dívida Fiscal Líquida (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Resultado Nominal	Período de Referência	
	Período de Referência	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
VALOR	0,00	0,00

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
Meta de Resultado Nominal fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o Exercício de Referência	

RREO-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo do Resultado Nominal

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Receitas Primárias	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	51.985.225,14	17.584.229,38	15.899.759,22
Receitas Tributárias	5.722.875,47	1.780.693,93	1.578.381,01
IPTU	1.175.534,48	139.344,87	147.100,34
ISS	1.698.409,19	630.677,52	709.306,35
ITBI	1.682.397,01	529.402,77	251.261,26
IRRF	823.643,02	352.337,67	342.602,40
Outras Receitas Tributárias	342.891,77	128.931,10	128.110,66
Receitas de Contribuições	1.565.487,80	777.501,19	490.220,50
Receitas Previdenciárias	976.080,58	467.175,28	450.847,25
Outras Receitas de Contribuições	589.407,22	310.325,91	39.373,25
Receita Patrimonial Líquida	23.057,61	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.058.862,71	1.276.100,82	522.172,67
(-) Aplicações Financeiras	1.035.805,10	1.276.100,82	522.172,67
Transferências Correntes	43.639.170,99	14.270.384,74	12.789.137,51

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Receitas Primárias	Receitas Realizadas		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016
Cota-Parte do FPM	11.258.249,73	4.299.145,37	4.076.099,43
Cota-Parte do ICMS	12.760.698,45	5.035.100,13	4.150.625,34
Cota-Parte do IPVA	643.707,02	182.846,42	493.163,85
Convênios Corrente	1.349.255,52	160.486,89	329.082,82
Outras Transferências Correntes	17.627.260,27	4.592.805,93	3.740.166,07
Demais Receitas Correntes	1.034.633,27	755.649,52	1.042.020,20
Dívida Ativa	196.001,39	77.548,16	137.029,36
Diversas Receitas Correntes	838.631,88	678.101,36	904.990,84
RECEITAS DE CAPITAL (II)	6.148.001,96	58.157,97	590.552,64
Operações de Crédito (III)	3.180,62		
Amortização de Empréstimos (IV)			
Alienação de Bens (V)	3.168,15		
Transferências de Capital	6.139.421,07	58.157,97	590.552,64
Convênios Capital	6.014.728,40	58.157,97	590.552,64
Outras Transferências de Capital	124.692,67		
Outras Receitas de Capital	2.232,12		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	6.141.653,19	58.157,97	590.552,64
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	58.126.878,33	17.642.387,35	16.490.311,86

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Despesas Primárias	Execução da Despesa						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		DESPESAS LIQUIDADAS		Despesas Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	
		Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Até o Bimestre / 2017	Até o Bimestre / 2016	Em 2017	Em 2016
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (VIII)	51.098.193,29	21.813.667,06	20.321.725,83	16.917.542,07	14.916.071,44	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	28.428.549,72	11.603.764,77	10.189.690,29	11.599.351,58	9.225.814,33		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	49.210,48	2.262,89	21.998,01	2.262,89	21.998,01		
Outras Despesas Correntes	22.620.433,09	10.207.639,40	10.110.037,53	5.315.927,60	5.668.259,10		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	51.048.982,81	21.811.404,17	20.299.727,82	16.915.279,18	14.894.073,43	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	8.451.802,99	141.398,14	556.271,95	141.398,14	309.274,95	0,00	0,00
Investimentos	7.954.290,34	33.451,19	471.573,49	33.451,19	224.576,49		
Inversões Financeiras	25.407,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras	25.407,86	0,00					
Amortização da Dívida (XIV)	472.104,79	107.946,95	84.698,46	107.946,95	84.698,46		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	7.979.698,20	33.451,19	471.573,49	33.451,19	224.576,49	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	246.031,08						
RESERVA DO RPPS (XVII)	598.660,05						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	59.873.372,14	21.844.855,36	20.771.301,31	16.948.730,37	15.118.649,92	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.746.493,81	-4.202.468,01	-4.280.989,45	693.656,98	1.371.661,94		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Realizado no Período
	Valor Corrente
Discriminação da Meta Fiscal	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo do Resultado Primário - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão										
	Poder/Órgão										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	206,681.74	211,155.52	53,656.99	0.00	364,180.27	1,162,611.83	889,440.44	207,872.77	207,872.77	0.00	1,844,179.50
PODER EXECUTIVO	206,681.74	211,155.52	53,656.99		364,180.27	1,162,611.83	889,440.44	207,872.77	207,872.77		1,844,179.50
PODER LEGISLATIVO	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Câmara Municipal											
Tribunal de Contas do Município											
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	131,210.68	9,504.95	699.21	133.45	139,882.97		173.03				173.03
TOTAL (III) = (I + II)	337,892.42	220,660.47	54,356.20	133.45	504,063.24	1,162,611.83	889,613.47	207,872.77	207,872.77	0.00	1,844,352.53

Saldo Total L = (e + k)
2,208,359.77
2,208,359.77
0.00
140,056.00
2,348,415.77

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra										
	Poder/Órgão Intra										
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	131,210.68	9,504.95	699.21	133.45	139,882.97	0.00	173.03	0.00	0.00	0.00	173.03
PODER EXECUTIVO	131,077.23	9,504.95	699.21		139,882.97		173.03				173.03
PODER LEGISLATIVO	133.45	0.00	0.00	133.45	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Câmara Municipal	133.45			133.45	0.00						0.00
Tribunal de Contas do Município											

Saldo Total L = (e + k)
140,056.00
140,056.00
0.00
0.00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	REGISTROS EFETUADOS EM 2017	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Garantias Concedidas			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Balanço Orçamentário	Período
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	59.589.077,57
Previsão Atualizada	59.589.077,57
Receitas Realizadas	18.735.641,75
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	59.589.077,57
Créditos Adicionais	975.054,78
Dotação Atualizada	60.564.132,35
Despesas Empenhadas	21.955.065,20
Despesas Liquidadas	17.058.940,21
Despesas Pagas	12.891.211,90
Superávit Orçamentário	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas por Função/Subfunção	Período
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	21.955.065,20
Despesas Liquidadas	17.058.940,21

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	30/04/2017
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	62.707.698,67

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	Período
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas dos Regimes de Previdência	-
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	2.038.496,07
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	569.585,25
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	1.468.910,82

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal		0,00	
Resultado Primário		693.656,98	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	612.052,22	133,45	54.356,20	557.562,57
Poder Executivo	611.918,77		54.356,20	557.562,57
Poder Legislativo	133,45	133,45		
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 15023971000124
Exercício: 2017
Período de referência: 2º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.998.725,97	0,00	207.872,77	1.790.853,20
Poder Executivo	1.998.725,97		207.872,77	1.790.853,20
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	2.610.778,19	133,45	262.228,97	2.348.415,77

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações Típicas de MDE	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações Típicas de MDE	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	1.380.703,59	25,00	40,75
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio			
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	2.077.029,82	60,00	71,54
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (**I**)				
Despesas Previdenciárias (**II**)				
Resultado Previdenciário (**III**) = (**I** - **II**)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (**IV**)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (**VI**) = (**IV** - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		100,56
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual Percentual Aplicado até o Bimestre Saúde	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Oúblicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	3.783.873,48	15,00	32,74

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária**
	Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT (Poder Executivo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ: 15023971000124
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/04/2017
Notas Explicativas	**-**
Notas Explicativas	

Documento gerado em 01/06/2017 08:32:48

Página 31 de 31

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO CONTRATO Nº 014/2017 ADMINISTRATIVO

EXTRATO CONTRATO Nº 014/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Pedra Preta e J.C. Damaceno - Me

OBJETO: “Contratação De Serviços Em Pedreiro, Para Reforma De Palco e Banheiros, Localizados no Centro De Eventos, Alexandrina Alves De Freitas”

PRAZO: 60 (Sessenta) dias

VALOR: R$ 13.002,17 (Treze Mil, Dois Reais, Dezessete Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito e J.C. Damaceno - Me- CNPJ: 08.512.924/0001-89

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público o resultado da licitação a seguir caracterizada:

REF.: PROCESSO GERAL Nº 1084/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 008/2017

CRITÉRIO: PREÇO

APURAÇÃO: POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual de aquisição de gêneros alimentícios para a diversas secretarias do município de Pedra Preta/MT. Tendo como vencedoras as empresas:

ITEM	FORNECEDOR	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR NEGOCIADO	STATUS
9039-ABACAXI, DE PRI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1660.0000	2.1800	3618.8000	VENCEDOR
33329-ABOBORA PAULIST	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1050.0000	1.0800	1134.0000	VENCEDOR
5391-ABÓBORA CABOTIÃ	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	780.0000	1.1000	858.0000	VENCEDOR
17429-ACELGA, DE PRIM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	200.0000	3.1800	636.0000	VENCEDOR
38402-ACHOCOLATADO DI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	30.0000	7.9400	238.2000	VENCEDOR
9198-ACHOCOLATADO EM	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	90.0000	4.2000	378.0000	VENCEDOR
18188-ACHOCOLATADO EM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1620.0000	10.9000	17658.0000	VENCEDOR
35704-ACUCAR REFINADO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	280.0000	2.7400	767.2000	VENCEDOR
38403-ADOÇANTE DIETET	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	46.0000	10.9700	504.6200	VENCEDOR
32452-ADOÇANTE DIETET	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	69.0000	2.4700	170.4300	VENCEDOR
13361-ALFACE, DE PRIM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1850.0000	1.3800	2553.0000	VENCEDOR
5305-ALHO BRANCO, IN	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1249.0000	10.9000	13614.1000	VENCEDOR
33331-ALIMENTO A BASE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	170.0000	3.1500	535.5000	VENCEDOR
38508-ALIMENTO COM PR	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	300.0000	22.3800	6714.0000	VENCEDOR
41279-ALIMENTO COM SO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	80.0000	1.3800	110.4000	VENCEDOR
41263-ALIMENTO NUTRIC	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	80.0000	54.9000	4392.0000	VENCEDOR
38505-ALIMENTO PARA S	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	200.0000	73.0000	14600.0000	VENCEDOR
38507-ALIMENTO PARA S	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	200.0000	44.1000	8820.0000	VENCEDOR
33332-ALMEIRÃO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	200.0000	1.4800	296.0000	VENCEDOR
8908-AMEIXA EM CALDA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	60.0000	12.0000	720.0000	VENCEDOR
8831-AMENDOIM CRU, C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	580.0000	4.0000	2320.0000	VENCEDOR
9110-AMIDO DE MILHO,	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	410.0000	2.4000	984.0000	VENCEDOR
10850-APRESUNTADO EM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	100.0000	7.8000	780.0000	VENCEDOR
16377-APRESUNTADO FAT	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	645.0000	7.5000	4837.5000	VENCEDOR
13368-ARROZ BRANCO, S	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	5390.0000	7.3000	39347.0000	VENCEDOR
41280-AVEIA EM FLOCOS	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	60.0000	2.1500	129.0000	VENCEDOR
16397-AVEIA INSTANTÂN	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	170.0000	3.9800	676.6000	VENCEDOR
9991-AZEITE DE OLIVA	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	163.0000	8.4000	1369.2000	VENCEDOR
39457-AZEITONA C/ CAR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	330.0000	6.8500	2260.5000	VENCEDOR
39639-AÇAFRÃO EM PO 5	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	60.0000	13.9000	834.0000	VENCEDOR
6797-AÇAFRÃO EM PÓ,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	15.0000	1.9400	29.1000	VENCEDOR
13377-AÇUCAR CRISTALI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	10310.0000	3.4800	35878.8000	VENCEDOR
10859-BACON	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	160.0000	10.7000	1712.0000	VENCEDOR
38409-BACON FATIADO,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	40.0000	10.7000	428.0000	VENCEDOR
38411-BALAS MASTIGAVE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	424.0000	3.7500	1590.0000	VENCEDOR
8845-BANANA MAÇA, DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	4325.0000	1.9600	8477.0000	VENCEDOR
9125-BANANA NANICA,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	9345.0000	1.4800	13830.6000	VENCEDOR
9862-BANANA PRATA DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	70.0000	2.5800	180.6000	VENCEDOR
10043-BANANA TERRA, D	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1280.0000	2.8000	3584.0000	VENCEDOR
10041-BATATA DOCE, DE	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	70.0000	1.1500	80.5000	VENCEDOR
9986-BATATA INGLESA,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3230.0000	1.2300	3972.9000	VENCEDOR
8834-BATATA MONALISA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1220.0000	1.2300	1500.6000	VENCEDOR
16209-BATATA PALHA EM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	25.0000	13.9800	349.5000	VENCEDOR
36875-BATATA PALHA, E	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	70.0000	3.9000	273.0000	VENCEDOR
17001-BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA	-	220.0000	00.0000	00.0000	FRACASSADO
17001-BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA	-	220.0000	00.0000	00.0000	FRACASSADO
10876-BERINJELA DE PR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	310.0000	1.2800	396.8000	VENCEDOR
5806-BETERRABA DE PR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1030.0000	1.1800	1215.4000	VENCEDOR
18061-BISCOITO DE QUE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	430.0000	9.9400	4274.2000	VENCEDOR
38643-BISCOITO DOCE T	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	375.0000	4.9900	1871.2500	VENCEDOR
36517-BISCOITO SIMPLE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	140.0000	2.9800	417.2000	VENCEDOR
16771-BISCOITO, DOCE,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	5610.0000	2.3800	13351.8000	VENCEDOR
38391-BISCOITO, DOCE,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3730.0000	4.8500	18090.5000	VENCEDOR
14276-BISCOITO, TIPO	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	210.0000	3.0000	630.0000	VENCEDOR
16394-BISCOITO, TIPO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3930.0000	5.3000	20829.0000	VENCEDOR
35702-BOLO RECHEADO C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	675.0000	14.0000	9450.0000	VENCEDOR
38622-BOLO SIMPLES DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	260.0000	4.8600	1263.6000	VENCEDOR
41268-BOMBOM SORTIDO,	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	150.0000	6.9000	1035.0000	VENCEDOR
38631-BOMBOM TIPO BOL	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	310.0000	19.5000	6045.0000	VENCEDOR

38632-BOMBOM TIPO BOL	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	290.0000	19.5000	5655.0000	VENCEDOR
38352-CAFÉ SOLÚVEL 100% PURO	-	10.0000	00.0000	00.0000	FRACASSADO
16403-CAFE TORRADO E	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	5948.0000	9.7400	57933.5200	VENCEDOR
9992-CALDO DE GALINH	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	240.0000	2.6500	636.0000	VENCEDOR
9038-CALDO PARA CULI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	295.0000	2.0300	598.8500	VENCEDOR
9080-CANELA EM CASCA	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	120.0000	1.3000	156.0000	VENCEDOR
8996-CANELA EM CASCA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1530.0000	4.9900	7634.7000	VENCEDOR
33334-CAQUI, DE PRIME	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	150.0000	2.1800	327.0000	VENCEDOR
41291-CARNE BOVINA AC	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	310.0000	8.3000	2573.0000	VENCEDOR
17003-CARNE BOVINA CH	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1400.0000	14.5000	20300.0000	VENCEDOR
41292-CARNE BOVINA DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	150.0000	13.4000	2010.0000	VENCEDOR
38410-CARNE BOVINA DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	345.0000	8.3000	2863.5000	VENCEDOR
6805-CARNE BOVINA MO	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	120.0000	4.9000	588.0000	VENCEDOR
41293-CARNE BOVINA RE	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	110.0000	14.4000	1584.0000	VENCEDOR
41294-CARNE BOVINA RE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	7080.0000	7.9000	55932.0000	VENCEDOR
38626-CARNE BOVINA RE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	380.0000	14.4300	5483.4000	VENCEDOR
38399-CARNE MOÍDA RES	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	9260.0000	10.7000	99082.0000	VENCEDOR
18113-CARNE RESFRIADA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	460.0000	14.0000	6440.0000	VENCEDOR
41295-CARNE RESFRIADA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	60.0000	13.4400	806.4000	VENCEDOR
38393-CARNE RESFRIADA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	80.0000	13.4400	1075.2000	VENCEDOR
26522-CEBOLA BRANCA,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3070.0000	1.3800	4236.6000	VENCEDOR
23850-CEBOLINHA VERDE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1890.0000	1.0800	2041.2000	VENCEDOR
8809-CENOURA, DE PRI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3984.0000	0.9600	3824.6400	VENCEDOR
38394-CEREAL PARA ALI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	40.0000	7.0000	280.0000	VENCEDOR
10010-CEREAL PARA ALI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	40.0000	6.4500	258.0000	VENCEDOR
26521-CHA MATE, TOSTA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2390.0000	3.1500	7528.5000	VENCEDOR
36546-CHAMPIGNON EM C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	20.0000	6.9800	139.6000	VENCEDOR
13363-CHEIRO VERDE, (	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	660.0000	1.0800	712.8000	VENCEDOR
8844-CHUCHU, DE PRIM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1505.0000	0.9600	1444.8000	VENCEDOR
23641-COCO RALADO, PU	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1170.0000	1.8000	2106.0000	VENCEDOR
8808-COLORAU (COLIRI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	796.0000	2.5000	1990.0000	VENCEDOR
38504-COMPLEMENTO ALI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	25.8000	7740.0000	VENCEDOR
38496-COMPOSTO LACTEO	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	25.7000	7710.0000	VENCEDOR
17194-COSTELA BOVINA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1530.0000	6.9600	10648.8000	VENCEDOR
32449-COUVE - FLOR, D	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	300.0000	3.9500	1185.0000	VENCEDOR
14279-COUVE MANTEIGA,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1235.0000	1.4800	1827.8000	VENCEDOR
9126-COXA E SOBRECOX	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	8100.0000	3.9900	32319.0000	VENCEDOR
6798-CRAVO DA INDIA,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	280.0000	1.2800	358.4000	VENCEDOR
26279-CREME DE CEBOLA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	160.0000	2.9400	470.4000	VENCEDOR
9062-CREME DE LEITE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	870.0000	1.6000	1392.0000	VENCEDOR
38406-DOCE DE LEITE D	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	25.0000	9.8900	247.2500	VENCEDOR
36539-DOCE PÉ-DE-MOLE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	156.0000	2.9800	464.8800	VENCEDOR
36538-DOCE PÉ-DE-MOLE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	95.0000	10.8900	1034.5500	VENCEDOR
36540-DOCE TIPO MARRO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	15.0000	3.2800	49.2000	VENCEDOR
10002-EMULSIFICANTE E	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	12.0000	4.1000	49.2000	VENCEDOR
9116-ERVA DOCE, EM G	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	290.0000	39.1500	11353.5000	VENCEDOR
5249-ERVA DOCE, EM G	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	990.0000	2.3000	2277.0000	VENCEDOR
38634 – ERVILHA EM CONSERVA 200G	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	276.0000	1.4800	408.4800	VENCEDOR
39458-ESSENCIA DE BAU	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	30.0000	2.8500	85.5000	VENCEDOR
5290-EXTRATO DE TOMA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	4359.0000	1.3900	6059.0100	VENCEDOR
38627-EXTRATO DE TOMA	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	90.0000	6.2000	558.0000	VENCEDOR
6767-FARINHA DE MAND	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1500.0000	3.1000	4650.0000	VENCEDOR
8995-FARINHA DE MILH	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	60.0000	4.1800	250.8000	VENCEDOR
9055-FARINHA DE ROSC	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	200.0000	3.1000	620.0000	VENCEDOR
14241-FARINHA DE TRIG	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3910.0000	1.9000	7429.0000	VENCEDOR
35705-FARINHA DE TRIG	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	160.0000	2.9800	476.8000	VENCEDOR
32450-FEIJAO CARIOQUI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	5298.0000	4.3800	23205.2400	VENCEDOR
23314-FEIJAO PRETO, T	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	202.0000	4.3800	884.7600	VENCEDOR
9079-FERMENTO BIOLOG	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	240.0000	4.0800	979.2000	VENCEDOR
38354-FERMENTO BIOLOG	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	420.0000	0.8500	357.0000	VENCEDOR

36541-FERMENTO QUI-MIC	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1040.0000	3.9800	4139.2000	VENCEDOR
9047-FERMENTO QUÍMIC	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	500.0000	2.1800	1090.0000	VENCEDOR
33340-FOLHA DE LOURO,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	40.0000	0.9400	37.6000	VENCEDOR
38499-FORMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	34.2000	10260.0000	VENCEDOR
39459-FORMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	32.9000	9870.0000	VENCEDOR
38501-FORMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	200.0000	19.9900	3998.0000	VENCEDOR
38500-FORMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	34.0000	10200.0000	VENCEDOR
38497-FORMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	34.0000	10200.0000	VENCEDOR
38502-FORMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	31.9600	9588.0000	VENCEDOR
41296-FORMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	300.0000	83.9000	25170.0000	VENCEDOR
41299-FRANGO ABATIDO,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2805.0000	3.7800	10602.9000	VENCEDOR
38635-FUBA DE MILHO,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	500.0000	1.5900	795.0000	VENCEDOR
16391-FUBÁ DE MILHO,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	970.0000	2.3500	2279.5000	VENCEDOR
41297-FÓRMULA INFANTI	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	200.0000	19.9900	3998.0000	VENCEDOR
41298-FÓRMULA LÁCTEA	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	200.0000	29.9500	5990.0000	VENCEDOR
38407-GELATINA DIET E	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	386.0000	1.1800	455.4800	VENCEDOR
10027-GELATINA EM PÓ	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	80.0000	0.7800	62.4000	VENCEDOR
8903-GELATINA EM PÓ	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	352.0000	7.9400	2794.8800	VENCEDOR
39460-GELATINA EM PÓ,	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	680.0000	0.7500	510.0000	VENCEDOR
10026-GELEIA DIET SA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	35.0000	6.9400	242.9000	VENCEDOR
41300-GOIABADA CRE-MOS	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	15.0000	2.3700	35.5500	VENCEDOR
9995-GOIABADA EM BAR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	10.0000	2.7800	27.8000	VENCEDOR
34418-GOIABADA, BARRA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	735.0000	2.4800	1822.8000	VENCEDOR
41282-IOGURTE SABOR N	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	80.0000	2.4900	199.2000	VENCEDOR
18117-LARANJA, IN NAT	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	11720.0000	1.1800	13829.6000	VENCEDOR
6806-LEITE CONDENSAD	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	660.0000	3.0500	2013.0000	VENCEDOR
16398-LEITE DE VACA D	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1010.0000	2.2800	2302.8000	VENCEDOR
8766-LEITE DE VACA I	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	8480.0000	2.2800	19334.4000	VENCEDOR
18066-LEITE DE VACA I	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	25115.0000	1.2200	30640.3000	VENCEDOR
9118-LEITE EM PO INT	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	192.0000	7.4400	1428.4800	VENCEDOR
41301-LEITE HIPOALERG	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	200.0000	36.9000	7380.0000	VENCEDOR
36535-LEITE LONGA VID	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	440.0000	3.0800	1355.2000	VENCEDOR
17434-LIMAO TAITI, DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	260.0000	1.0800	280.8000	VENCEDOR
23851-LINGUICA CALABR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	205.0000	8.9500	1834.7500	VENCEDOR
36547-LINGUIÇA DE FRA	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	50.0000	8.4800	424.0000	VENCEDOR
36542-LINGUIÇA TOSCAN	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	960.0000	7.9400	7622.4000	VENCEDOR
39451-MACARRAO, TIPO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2430.0000	1.9800	4811.4000	VENCEDOR
10871-MACARRAO, TIPO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3980.0000	1.9800	7880.4000	VENCEDOR
18118-MACARRAO, TIPO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2670.0000	1.9800	5286.6000	VENCEDOR
5992-MACARRÃO TIPO E	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1210.0000	1.9800	2395.8000	VENCEDOR
5302-MAIONESE, TRADI	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	478.0000	4.0400	1931.1200	VENCEDOR
36876-MAMÃO, DE PRIME	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	3510.0000	1.9800	6949.8000	VENCEDOR
10042-MANDIOCA, DE PR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	540.0000	1.3800	745.2000	VENCEDOR
8772-MANTEIGA COM SA	GUERRA DE OLIVEIRA SANTOS & CIA LTDA - ME	535.0000	5.5400	2963.9000	VENCEDOR
13355-MARGARINA VE-GET	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2570.0000	6.4000	16448.0000	VENCEDOR
11000-MASSA PARA LA-SA	J. SODRE DOS SANTOS S. MAXIMO - ME	80.0000	3.0600	244.8000	VENCEDOR
38368-MAÇÃ NACIONAL,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	8823.0000	2.1800	19234.1400	VENCEDOR
5805-MELANCIA, DE P	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	18940.0000	0.7800	14773.2000	VENCEDOR
17848-MELÃO AMARELO,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	4470.0000	1.9400	8671.8000	VENCEDOR
14277-MILHO PARA CANJ	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1570.0000	1.6800	2637.6000	VENCEDOR
9044-MILHO PARA PIPO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2590.0000	1.7500	4532.5000	VENCEDOR
18189-MILHO VERDE, EM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	330.0000	6.9600	2296.8000	VENCEDOR
11694-MILHO VERDE, EM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1670.0000	1.0800	1803.6000	VENCEDOR
18063-MINI SALGADO AS	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	10700.0000	0.2600	2782.0000	VENCEDOR
18062-MINI SALGADO FR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	10950.0000	0.2600	2847.0000	VENCEDOR
38514-MOLHO DE PI-MENT	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	12.0000	3.1800	38.1600	VENCEDOR
36537-MOLHO INGLÊS, E	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	10.0000	6.9800	69.8000	VENCEDOR
10873-MOLHO SHOYU, MO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	27.0000	4.5000	121.5000	VENCEDOR
36882-MORTADELA DE FR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	200.0000	6.9800	1396.0000	VENCEDOR
41262-MORTADELA DE-FUM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	40.0000	10.4400	417.6000	VENCEDOR
38379-MORTADELA SEM C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	485.0000	3.4800	1687.8000	VENCEDOR

41269-MORTADELA, SEM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	50.0000	5.9400	297.0000	VENCEDOR
38385-NUTRIÇÃO ENTE-RA	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	80.0000	69.0000	5520.0000	VENCEDOR
39461-OREGANO EMB COM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	120.0000	2.9800	357.6000	VENCEDOR
41302-OREGANO, EMBA-LA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	40.0000	11.9800	479.2000	VENCEDOR
41278-ORÉGANO EMBA-LAG	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	40.0000	1.3800	55.2000	VENCEDOR
8841-OVOS BRANCOS, U	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	20149.0000	0.2200	4432.7800	VENCEDOR
5301-OVOS VERMELHOS.	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	39326.0000	0.2600	10224.7600	VENCEDOR
38412-PALMITO DE ACAI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	30.0000	9.8900	296.7000	VENCEDOR
26342-PANETONE, DE BO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	320.0000	6.9800	2233.6000	VENCEDOR
17013-PEITO DE FRANGO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1440.0000	4.9600	7142.4000	VENCEDOR
9108-PEPINO, DE PRIM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	550.0000	1.1800	649.0000	VENCEDOR
6507-PERA NACIONAL,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	400.0000	3.9600	1584.0000	VENCEDOR
33342-PERNIL SUINO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	100.0000	6.4800	648.0000	VENCEDOR
41283-PESSEGO, DE PRI	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	80.0000	4.9700	397.6000	VENCEDOR
9042-PIMENTA DO REIN	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	150.0000	13.9800	2097.0000	VENCEDOR
38380-PIMENTÃO VERDE,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	535.0000	2.9800	1594.3000	VENCEDOR
41270-PIPOCA DOCE DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2300.0000	0.8600	1978.0000	VENCEDOR
41271-PIRULITO MASTIG	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	120.0000	5.9800	717.6000	VENCEDOR
38621-PIRULITOS SABOR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	241.0000	5.9700	1438.7700	VENCEDOR
41277-POLPA DE FRUTA	POLPA DE FRUTAS MANÁ LTDA - ME	1900.0000	11.9500	22705.0000	VENCEDOR
14967-POLPA DE FRUTA	POLPA DE FRUTAS MANÁ LTDA - ME	450.0000	12.9000	5805.0000	VENCEDOR
41275-POLPA DE FRUTA	POLPA DE FRUTAS MANÁ LTDA - ME	520.0000	11.9000	6188.0000	VENCEDOR
36880-POLPA DE FRUTA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2540.0000	9.5000	24130.0000	VENCEDOR
41276-POLPA DE FRUTA	POLPA DE FRUTAS MANÁ LTDA - ME	2540.0000	11.9900	30454.6000	VENCEDOR
39462-POLVILHO AZEDO,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	10.0000	5.7800	57.8000	VENCEDOR
39463-POLVILHO DOCE,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	10.0000	4.3800	43.8000	VENCEDOR
36534-PREPARADO SO-LID	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	460.0000	4.4700	2056.2000	VENCEDOR
38413-PRESUNTO, FATIA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	390.0000	10.9600	4274.4000	VENCEDOR
16389-PROTEINA TEX-TUR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	119.0000	6.8900	819.9100	VENCEDOR
10869-PROTEINA TEX-TUR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	172.0000	8.4500	1453.4000	VENCEDOR
10851-QUEIJO MUSSA-REL	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	410.0000	17.9400	7355.4000	VENCEDOR
16378-QUEIJO MUSSA-REL	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1295.0000	17.9400	23232.3000	VENCEDOR
9993-REALCADOR DE SA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	120.0000	3.1800	381.6000	VENCEDOR
23853-REFRIGERANTE DE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	580.0000	3.6000	2088.0000	VENCEDOR
9057-REFRIGERANTE SA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	330.0000	3.6000	1188.0000	VENCEDOR
9071-REFRIGERANTE SA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2490.0000	2.9600	7370.4000	VENCEDOR
36877-REFRIGERANTE SA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	785.0000	2.9600	2323.6000	VENCEDOR
36872-REFRIGERANTE SA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	790.0000	2.9600	2338.4000	VENCEDOR
36531-REFRIGERANTE SA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	780.0000	2.9600	2308.8000	VENCEDOR
5289-REPOLHO ROXO, D	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	410.0000	1.7800	729.8000	VENCEDOR
9002-REPOLHO VERDE,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2070.0000	0.9800	2028.6000	VENCEDOR
9041-REQUEIJAO CREMO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	30.0000	4.9800	149.4000	VENCEDOR
13364-RÚCULA, DE PRIM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	400.0000	1.3700	548.0000	VENCEDOR
23845-SAL REFINADO IO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2633.0000	0.9600	2527.6800	VENCEDOR
38381-SALSICHA A GRAN	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1980.0000	4.1800	8276.4000	VENCEDOR
26339-SALSINHA VERDE,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1160.0000	0.9800	1136.8000	VENCEDOR
14242-SARDINHA EM OLE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	785.0000	5.3600	4207.6000	VENCEDOR
9866-SUCO DE FRUTA C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2070.0000	3.1800	6582.6000	VENCEDOR
16760-SUCO DE FRUTA C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1250.0000	2.9800	3725.0000	VENCEDOR
36879-SUCO DE FRUTA C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	2860.0000	2.9800	8522.8000	VENCEDOR
16390-SUCO EM PÓ, ARO	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	1290.0000	4.4700	5766.3000	VENCEDOR
38509-SUCO NATURAL 1L	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	120.0000	3.9800	477.6000	VENCEDOR
41303-SUPLEMENTO ALIM	NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIO-NAIS E HOSPITALARES LTDA - ME	30.0000	34.9000	1047.0000	VENCEDOR
41264-SUPLEMENTO NU-TR	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	200.0000	44.9600	8992.0000	VENCEDOR
38384-TEMPERO COM-PLET	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	228.0000	2.9800	679.4400	VENCEDOR
36545-TEMPERO PARA CA	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	305.0000	2.9800	908.9000	VENCEDOR
36544-TEMPERO PARA LE	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	165.0000	2.9800	491.7000	VENCEDOR
6782-TOMATE SALADA,	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	7210.0000	1.4800	10670.8000	VENCEDOR
41273-UVAS PASSAS, EM	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	20.0000	3.9800	79.6000	VENCEDOR
6781-VINAGRE DE LIMÃ	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	687.0000	3.3400	2294.5800	VENCEDOR
5294-ÓLEO DE SOJA, C	JAQUINTA & JAQUINTA LTDA	7085.0000	2.9800	21113.3000	VENCEDOR

Pedra Preta - MT, 01 de junho de 2017.

CRISTIANE VALÉRIA DA SILVA

PREGOEIRA

PORTARIA Nº 186/2015

EXTRATO CONTRATO Nº 016/2017 ADMINISTRATIVO

EXTRATO CONTRATO Nº 016/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 016/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Pedra Preta e Tiago Pereira Dos Santos

OBJETO: "Prestação de Serviços Técnicos Profissionais De Engenharia Elétrica Para Acompanhamento e Fiscalização Da Obra Elétrica Que Atendera a Escola Municipal AntoniaAp.Garcia"

PRAZO: 03 (três) meses

VALOR: R$ 9.600,00 (Nove Mil, Seiscentos Reais)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito e Tiago Pereira Dos Santos- CPF: 704.429.241-00

EXTRATO CONTRATO Nº 013/2017 ADMINISTRATIVO

EXTRATOCONTRATO Nº 013/2017

EXTRATO CONTRATO Nº 012/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Pedra Preta e Marcos Rogério Silva Campos

OBJETO: "Contratação De Serviços Técnicos De Topografia Para Realização De Obra Na Estrada De Acesso Ao Assentamento Vale Do Prata; Atender Elaboração De Projetos Desta Prefeitura"

PRAZO: 11 à 14/05/2017

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito e Marcos Rogério Silva Campos- CNPJ: 19.152.579/0001-36

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2017 - AVISO DE SUSPENSÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO**, estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria nº 031 de 05 de Janeiro de 2017, faz saber que, na licitação modalidade Pregão Eletrônico 016/2017, objetivando a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE DE ACORDO COM A PROPOSTA DO MINISTERIO DA SAÚDE Nº 11279.048000/1140-03 DA EMENDA PARLAMENTAR 29360005, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL REGIONAL/LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO**. Por interesse da administração, o Pregoeiro e sua Equipe torna público a SUSPENSÃO temporária da Licitação Pregão Eletrônico 016/2017. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Peixoto de Azevedo, 01 de Junho de 2017

Emerson Nunes Freitas

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

AVISO DE LICITAÇÕES- TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.

AVISO DE LICITAÇÕES- TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017. PROCESSO Nº 019/2017

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão Permanente de Licitações – CPL, torna público para conhecimento dos int., que fará Licitação na mod. de **TP Nº 002/2017,** Tipo Menor Preço. **Objeto: *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA EM TSD NO TOTAL DE 3.892,72m2 NA RUA BANDEIRANTES NO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO FETHAB*,** com realização prevista para o dia **19/06/2017 ás 14:30 hs (horário de Mato Grosso)**. O Edital completo está a disp. dos int. gratuitamente, na Pref. Mun. de P. da Serra – MT e no Site: **www.planaltodaserra.mt.gov.br** Comissão Permanente de Licitações, Praça São Carlos, nº 755, Centro, P. da Serra/MT, Tel: 66 3328-6308/6101. **JOSÉ SANT´ANA DE OLIVEIRA- PRESIDENTE DA CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DE TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 44/2014

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N° 44/2014

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ**

Contratado: **ERIKA MARIA DE JESUS-ME**

CLAUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

1.1 - Fica estabelecido a prorrogação do prazo do objeto contratado pelo período de 25 de maio de 2017 a 25 de maio de 2018.

Poconé/MT, 04 de maio de 2017.

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 47/2017

ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO 09/2017

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião-MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7. 892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, torna público aos interessados a **HOMOLOGAÇÃO** a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" Do Objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE SAÚDE. Oriundo do PREGÃO PRESENCIAL 10/2017 Proc. Administrativo 15/2017 Realizada pela Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT. Que tem como detentora da Ata de Registro de Preço a empresa: DENTAL MIX COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA-ME- CNPJ: 14.890.803/0001-73**

Cumpra-se.

Publique-se.

Porto Esperidião-MT, 01 de Junho de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

GABINETE
DECRETO Nº 020/2017, DE 30 DE MAIO DE 2017.

O Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e em vista do disposto no artigo 9º da lei Estadual nº 8.469/06 e no artigo 8º da Lei Municipal nº 622/13:

DECRETA:

Artigo 1º - Ficam as pessoas abaixo nomeadas para compor a **Comissão Municipal de Transporte Escolar,** a partir de 30 de maio de 2017 por um período de 24 meses (02 anos), conforme representações relacionadas a seguir:

I – PODER EXECUTIVO:

Maria Regina de Castro Martins

II – PAIS DE ALUNOS:

José Augusto Alves Rodrigo Pereira

III – ESTUDANTES:

Dalila Pará da Silva

IV – PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL:

Adalberto Alexandre

V- PROFESSORES DA REDE ESTADUAL:

Magno Fernandes de Godoi

VI- ASSESSOR PEDAGÓGICO:

Marineli Correa Cebalho

VII- CONSELHO DO FUNDEB/PNATE:

Francisca de Fátima da Silva

Artigo 2º – Este Decreto Entra em Vigor na Data da sua Publicação,

Artigo 3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, em 30 de maio de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 18/2017, DE 29 DE MAIO DE 2017.

O Excelentíssimo Senhor **MARTINS DIAS DE OLIVEIRA**, Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso das atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 3.º, Inciso IV, da Lei Federal n.º 10.520/2002:

DECRETA:

Art. 1º. – Ficam designados para compor a equipe da Secretaria Municipal de Administração responsável pela licitação na modalidade pregão, regida pela Lei Federal n.º 10.520/02, com suas respectivas funções, os seguintes servidores:

I – COORDENADOR PREGOEIRO:

- RONEY BATISTA CARDOSO

II – EQUIPE DE APOIO:

- ADELINO AGUILAR

- FERNANDA FERRAZ NETO

- VITOR HUGO DE SOUZA MORAES CASTRO

- MOISÉS CARDOSO DE OLIVEIRA

Art. 2º - Ficam definidas as atribuições do Coordenador/Pregoeiro:

I – Zelar pela legalidade, moralidade e eficiência do certame licitatório;

II – Auditar o processo e propor alterações, caso necessário, visando atendimento à legislação;

III – Consolidar entendimentos visando a celeridade das licitações;

IV – Aprovar, e após a análise da assessoria jurídica, assinar o respectivo Edital;

V – Determinar a publicidade da licitação, na conformidade da legislação;

Decreto N.º 15/2017

VI – Receber examinar e decidir, dentro de sua competência, sobre recursos;

VII – Credenciar os interessados em participar do pregão;

VIII – Receber os envelopes das propostas de preços e da documentação de habilitação;

IX – Realizar a abertura, exame e classificação das propostas de preços;

X – Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance menor;

XI – Exigir habilitação do fornecedor vencedor;

XII – Adjudicar o objeto do certame ao licitante vencedor;

XIII – Elaborar e assinar a ata da licitação;

XIV – Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

VX – Informar sobre os recursos interpostos; e

XVI – Encaminhar o processo devidamente formalizado, após a adjudicação, ao Prefeito para a homologação e contratação.

Art. 3º - Constitui atribuição essencial da equipe de apoio, assistir ao pregoeiro na condução dos trabalhos, relativos ao certame licitatório, no sentido de:

I – Buscar permanentemente o conhecimento da legislação específica e esmerar na sua aplicação;

II – cumprir as determinações do pregoeiro, desde que manifestantemente legais;

III – Instruir e viabilizar o processo licitatório com os documentos e anexos necessários para atender a legislação;

IV – Operar o sistema de pregão;

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente, o Decreto n.º 15/2017.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, 29 de maio de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE 06/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2017

A Prefeitura Municipal de Porto Esperidião, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Arnaldo Jorge da Cunha, 444, inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.904/0001-48, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr. Martins Dias de Oliveira, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no Art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17/06/2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 02/04/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/Pnae, durante o período de maio

a dezembro de 2017. Referente ao objeto definido como: **chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009, Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e Resolução CD/FNDE nº 4, de 2 de abril de 2015.**

Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda **no período de 05 de maio a 29 de maio de 2017**, **até às 09h00min horas, na sala da Secretaria da Educação Municipal, localizada à Avenida 13 de maio, 68, Centro, Porto Esperidião - MT.**

Porto Esperidião-MT, 01 de Junho de 2017.

Martins Dias de Oliveira- prefeito

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 51/2017

ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO 07/2017

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião-MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7. 892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, torna público aos interessados a **HOMOLOGAÇÃO** a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" Do Objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE (PROGRAMA EDUCACIONAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEC. DE EDUCAÇÃO. Oriundo do PREGÃO ELETRONICO 02/2016 e Proc. Administrativo 24/2016 Realizada pelo consórcio Público Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia-RO. Que tem como detentora da Ata de Registro de Preço a empresa: OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ: 17.468.557/0001-54.**

Cumpra-se.

Publique-se.

Porto Esperidião-MT, em 01 de Junho de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO HOMOLOGAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 48/2017

ADESÃO A ATA REGISTRO DE PREÇO 08/2017

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião-MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, torna público aos interessados a **HOMOLOGAÇÃO** a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" Do Objeto definido como: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEC. DE ASSESSORIA PARA CADASTRAR EDITAL E MONITORIA PLEITOS JUNTO AOS SISTEMAS SICONV, SIGCON E SIGOB.** Oriundo do 03/2017 e Proc. Administrativo 05/2017**Realizada pela Prefeitura Municipal de SALTO DO CÉU –MT. Que tem como detentora da Ata de Registro de Preço a empresa: SERPRA SERVIÇOS PROJETOS E ASSESSORIA LTDA CNPJ: 07.123.969/0001-07.**

Cumpra-se.

Publique-se.

Porto Esperidião-MT, 01 DE JUNHO DE 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 008/CMAS/2017

Dispõe sobre a aprovação da data de realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Estrela.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 31 de maio de 2017, na sala de reunião do CRAS, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar a data de **13 de julho de 2017**, para a realização da VII Conferência Municipal de Assistência Social de Porto Estrela, cujo tema é: "Garantia de Direitos no Fortalecimento do SUAS".

Art. 2° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 31 de maio de 2017.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 006/CMAS/2017

Aprova o Plano de Ação para o Co-Financiamento do repasse do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do Município de Porto Estrela – MT e aprova o percentual de utilização dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS para o ano de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e ainda, tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária ocorrida em 31 de maio de 2017, na sala de reunião do CRAS, Sito à Av. José Antônio de Farias, s/n, Bairro Mangueira – Porto Estrela - MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação para o Co-Financiamento do Governo do Estado de Mato Grosso, repassados do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), ano 2017.

Art. 2º - Aprovar os percentuais de utilização do recurso do FEAS na seguinte forma: 70% para manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica e Benefícios Eventuais, 30% para aquisição de materiais permanentes.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 31 de maio de 2017.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 007/CMAS/2017

Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para o Co-financiamento do Governo Federal – Sistema Único de Assistência Social - ano 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista que foi deliberado por Reunião Ordinária, no dia 31 de maio de 2017, com base na Lei Municipal n.°058/96 de 23 de outubro de 1996, na sala de reunião do CRAS, Sito à Av. José Antonio de Farias, s/n, Bairro Mangueiras – Porto Estrela-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação *para o Co-financiamento do Governo Federal* - Sistema Único da Assistência Social do ano de 2017.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 31 de maio de 2017.

Erondina Rodrigues da Silva Ramos

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA Nº. 330/2017

De: 01 de Junho de 2017

"Concede Férias ao servidor ***Celso Luiz Cardoso*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** ao servidor**Celso Luiz Cardoso**nomeado no cargo efetivo de Professor lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 11/03/2015 a 10/03/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 311/2017

De: 31 de Maio de 2017

"Homologa Estágio Probatório do servidor Adriana Raquel Lopes de Oliveira e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1103	Adriana Raquel Lopes de Oliveira
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
03/02/2014	03 de Fevereiro de 2014 a 03 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 312/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Viviane Dominhaki de Almeida e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1104	Viviane Dominhaki de Almeida
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
03/02/2014	03 de Fevereiro de 2014 a 03 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 313/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Diogo Bernardelli Rau e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1108	Diogo Bernardelli Rau
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
06/02/2014	06 de Fevereiro de 2014 a 03 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 314/2017

De: 31 de Maio de 2017.

“Homologa Estágio Probatório do servidor Edina Macedo Ramires e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1106	Edina Macedo Ramires
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
06/02/2014	06 de Fevereiro de 2014 a 06 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 315/2017

De: 31 de Maio de 2017.

“Homologa Estágio Probatório do servidor Luciane Ines Groth Diehl e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1111	Luciane Ines Groth Diehl
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
08/02/2014	08 de Fevereiro de 2014 a 08 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 316/2017

De: 31 de Maio de 2017.

“Homologa Estágio Probatório do servidor Lucilene Melita da Silva e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1115	Lucilene Melita da Silva
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
11/02/2014	11 de Fevereiro de 2014 a 11 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 317/2017

De: 31 de Maio de 2017.

“Homologa Estágio Probatório do servidor Ducileia Gomes de Oliveira e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1122	Ducileia Gomes de Oliveira
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
17/02/2014	17 de Fevereiro de 2014 a 17 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 318/2017

De: 31 de Maio de 2017.

“Homologa Estágio Probatório do servidor Gina Jonasson Mousquer Capelin e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1124	Gina Jonasson Mousquer Capelin
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
18/02/2014	18 de Fevereiro de 2014 a 18 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 319/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Rosangela Pereira do Nascimento e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1125	Rosangela Pereira do Nascimento
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
19/02/2014	19 de Fevereiro de 2014 a 19 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 320/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Tarcila Nascimento Pereira e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1126	Tarcila Nascimento Pereira
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
20/02/2014	20 de Fevereiro de 2014 a 20 de Fevereiro de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 321/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Ana Paula Olivato e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1127	Ana Paula Olivato
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
01/03/2014	01 de Março de 2014 a 01 de Março de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 322/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Aldo Arnaldo Mendes e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1132	Aldo Arnaldo Mendes
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
05/03/2014	05 de Março de 2014 a 05 de Março de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 323/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Janaina Zago de Almeida Bernardes e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1135	Janaina Zago de Almeida Bernardes
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
06/03/2014	06 de Março de 2014 a 06 de Março de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 324/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Rosa Maria Gomes e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1144	Rosa Maria Gomes
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
18/03/2014	18 de Março de 2014 a 18 de Março de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 325/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Sara da Silva de Almeida e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1145	Sara da Silva de Almeida
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
24/03/2014	24 de Março de 2014 a 24 de Março de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 326/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Ariane Bruna dos Santos Silva e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1146	Ariane Bruna dos Santos Silva
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
25/03/2014	25 de Março de 2014 a 25 de Março de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 327/2017

De: 31 de Maio de 2017.

"Homologa Estágio Probatório do servidor Derenice da Silva Ribeiro e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, SENHOR MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais e ainda em conformidade com o Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de Junho de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Homologar, com fundamento no Art. 4º da Lei Municipal nº 562/2015 de 08 de junho de 2015, o estágio probatório do servidor abaixo relacionado:

Matricula:	Nome do Servidor:
1148	Derenice da Silva Ribeiro
Data Admissão:	Período do Estágio Probatório:
02/04/2014	02 de Abril de 2014 a 02 de Abril de 2017

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 31 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 341/2017

De: 01 de Junho de 2017

"Eleva a Classe e o Nível da servidora ***Cleide Aparecida Epifanio*** *e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece os Art. 57, 59 e 61 da Lei n° 383/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe e o Nível da servidora **Cleide Aparecida Epifanio** de (C/A – N/1) **para (C/B – N/2)** nomeada no cargo de 243 – Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Esportes.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 340/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Retorna ao serviço a servidora **Joana Lima da Silva** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Retorna ao serviço **a** servidora **Joana Lima da Silva,** nomeada no cargo efetivo 210 - Lavadeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01/06/2017 sob autorização médica.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 339/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Prorroga Afastamento de Licença Maternidade da servidora **Ivani Souza Nascimento** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais, conforme Art. 2º, §1º da Lei nº 601/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o Afastamento de Licença Maternidade **da** servidora **Ivani Souza Nascimento**nomeada no cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 60 (sessenta) dias iniciando a partir de 01/06/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 338/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias a servidora **Geraldina Celestina da Cruz** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Geraldina Celestina da Cruz**nomeada no cargo efetivo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO RESUMIDO DO CONTRATO Nº. 110/2017

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT.

CONTRATADO:

MÊIRIOR LUÍS TORRES.

CPF Sob n° 155.100.768-10.

OBJETO DO CONTRATO:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA COM FORMAÇÃO SUPERIOR EM QUÍMICA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CRQ (CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA) OU "CFQ" (CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA) PARA DESEMPENHAR TODAS AS FUNÇÕES INERENTES À ANALISE E TRATAMENTO DE ÀGUA E ESGOTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017,

DATA DO CONTRATO: 01 de Junho de 2017.

PRAZO DO CONTRATO: 01 de Junho de 2018.

VALOR DO CONTRATO: R$ 23.400,00 (VINTE E TRÊS MIL E QUATROCENTOS REAIS)

PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017

Para que ninguém alegue ignorância, afixe e publique-se no átrio desta Municipalidade.

Porto dos Gaúchos/MT, em 01/06/2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito municipal

PORTARIA Nº. 337/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias a servidora **Elaine Maria Polimeni** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora**Elaine Maria Polimeni**nomeada no cargo comissionado de Chefe de Departamento de Cultura lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Cultura referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 336/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias a servidora **Selma Julião dos Santos** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Selma Juliao dos Santos**nomeada no cargo de Agente comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 01/10/2014 a 30/09/2015.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 335/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias a servidora **Erica Gonçalves dos Santos Reato** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Erica Gonçalves dos Santos Reato**nomeada no cargo efetivo de Zelador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 06/05/2015 a 05/05/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 334/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Edson Aparecido Pacheco** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Edson Aparecido Pacheco**nomeado no cargo efetivo de Agente de Saúde Ambiental, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 11/03/2016 a 10/03/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 333/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias a servidora **Beatriz Wilke** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Beatriz Wilke**nomeada no cargo efetivo de Agente de Saúde Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 04/05/2016 a 03/05/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 332/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias a servidora **Maria Aparecida da Silva Domingues** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** a servidora**Maria Aparecida da Silva Domingues**nomeada no cargo efetivo de Zelador lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo de 01/03/2015 a 28/02/2016.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 331/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Helielson Teodoro Alves** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** ao servidor**Helielson Teodoro Alves**nomeado no cargo comissionado de Chefe de Departamento de Contabilidade lotado na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 16/05/2016 a 15/05/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 46/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2017

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA - NO QUAL ATUE EM CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I*.**

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, à Empresa vencedora abaixo especificada:

Empresa vencedora:

>> JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI – ME

>> CNPJ Sob n° 22.335.868/0001-85

>> Venceu o Item 01 no Valor Unitario de **R$: 150,00** (**Cento e Cinquenta reais**)

Valor global do lote: R$ **90.000,00** (Noventa mil reais).

Adjudico o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos – MT, 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 329/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Concede Férias ao servidor **Carlos Aparecido Pacheco** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/06/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** ao servidor **Carlos Aparecido Pacheco**nomeado no cargo efetivo de Gari, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período aquisitivo de 06/05/2016 a 05/05/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 328/2017

De: 01 de Junho de 2017

*"Exonera a pedido **Cristy Makele de Oliveira** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **Cristy Makele de Oliveira** inscrita no CPF nº 052.161.351-54 a partir de 04 de Junho de 2017 do cargo de Agente Comunitária de Saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 26/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78.560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 235/2017 de 23/03/2017, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por item,** objetivando a **REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO POR ITEM para a FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TENCOLOGIA E INFORMATICA PARA IMPLANTAÇÃO DO E-SUS, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

AS 08:00 HORAS DO DIA 02 DE JUNHO DE 2017. (HORÁRIO DE BRASILIA)

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:

AS 18:00 HORAS DO DIA 12 DE JUNHO DE 2017. (HORARIO DE BRASILIA)

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 09:00 HORAS DO DIA 14 DE JUNHO DE 2017. (HORARIO DE BRASILIA)

***Observação 01:** O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site **www.bll.org.br**, na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, pelo telefone 66 3526 2000, ou no endereço eletrônico http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/ **sem qualquer ônus**, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min às 11h00min e 13h00min ás 17h00min, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 01 de Junho de 2017.

ALESSANDRO ISERNHAGEN HYDALGO

Pregoeiro Nomeado Portaria n º 235/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 056/2017

Pregão Presencial nº 36/2017

Validade: **12 (doze)** meses.

REGISTRO DE PREÇOS para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA - NO QUAL ATUE EM CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Pelo presente instrumento particular, na sede da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, de um lado o **MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.204.187/0001-33, neste ato representados pelo Prefeito Municipal, Sr. **Moacir Pinheiro Piovesan**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da RG nº. 1.100.320-6 SSP/MT e CPF n.º 903.672.351 - 53, residente e domiciliado na Rua Dona Alvina, s/nº. Centro, Município de Porto dos Gaúchos/MT, e do outro lado a empresa **JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI-ME**, p pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Corumba, nº 104-W, Centro, CEP 78.575-000, município de Juara /MT, CNPJ sob nº. 22.335.868/0001-85, na pessoa do seu representante legal, senhor **Juliano Marcel Da Silva Brandini,** brasileiro, maior, solteiro, portador do RG nº. 17148030 SSP/MT e CPF nº. 024.968.451-97, residente e domiciliado na Rua Dona Maria Leopoldina, nº 450 N, Jd São João, CEP 78.575-000, Município de Juara/MT, doravante denominada "PROMITENTE FORNECEDORA", nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 36/2017**, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. OBJETO E PREÇOS.

1.1 - Constituem o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

LOTE 01						
ITEM	**Código Interno**	**Código TCE - MT**	**SERVIÇOS**	**QUANT.**	**R$ UNIT.**	**R$ TOTAL**
1	**31468**	**218622-5**	**Serviços De Confecção de Próteses Dentárias:** Cumprir a realização de próteses totais mandibulares (inferior) e maxilares (superior) de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, realizando, ficando responsável pelo material utilizado; realização e entrega das próteses ao usuários	600	R$ 150,00	R$: 90.000,00

1.2 - Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo), cabendo às unidades interessadas a obrigatoriedade de promover pesquisa de mercado antes da utilização desta ata, pesquisa essa cujo resultado deverá constar do campo próprio da requisição de compras.

1.3 - Os preços registrados na presente Ata referem-se aos serviços especificados de acordo com o **Anexo I - Termo de Referência** do edital de **Pregão Presencial n° 36/2017**.

2. VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1 – Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação;

2.2 - A detentora da ata deverá manifestar, por escrito, seu eventual interesse na prorrogação do ajuste, em prazo não inferior a 60 (sessenta) dias do término de sua vigência. A inexistência de pronunciamento, dentro do prazo, dará ensejo à Administração, a seu exclusivo critério: de promover nova licitação, descabendo à detentora o direito a qualquer recurso ou indenização.

2.3 - À Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT, no exercício do interesse público, é assegurado o direito de exigir que a detentora, conforme o caso prossiga na execução do ajuste, pelo período de até 60(sessenta) dias, a fim de se evitar brusca interrupção nos fornecimentos, mediante aditamento contratual, respeitado o prazo fixado nesta ata.

3. CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

3.1. O prazo para a retirada da nota de empenho será de até 05 (cinco) dias corridos contados da data ciência da convocação.

3.2. Para a retirada de cada nota de empenho ou ata de registro de preços perante a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:

3.2.1. Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal

3.2.2. Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual

3.2.3. Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal

3.3. Os serviços deverão ser prestados de acordo com a necessidade da secretaria municipal de saúde e deverão começar a ser realizado de imediato mediante Nota de Autorização de Despesas.

3.4. Os serviços deverão ser realizados neste Município e todos os gastos com ferramentas, profissionais capacitados e quaisquer outros gastos não previstos no edital, correrão por conta da empresa vencedora.

3.5. Os serviços da ata serão recebidos pela unidade requisitante, de acordo com as necessidades da secretaria municipal de educação e deverão ser prestados de acordo com sua proposta.

3.6. Se os serviços prestados não corresponder às especificações do objeto da ata, serão aplicadas as penalidades cabíveis.

3.7. Se, durante o prazo de validade da ata, os serviços apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem a administração, desde que isto não represente culpa dos agentes da Prefeitura Municipal, a detentora deverá refazê-lo, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pela Prefeitura.

3.8. A empresa deverá ter Profissional como titulação de protético devidamente validado e registrado nos órgãos competentes;

3.9. Os serviços serão realizados nas dependências do Laboratório vencedor;

3.10. Os serviços deverão ser solicitados por profissionais previamente autorizados pela Secretaria Municipal de saúde, seguindo os critérios de prioridade estabelecidos em Protocolo;

3.11. O Prestador deverá manter uma escala fixa de atendimento, não podendo alterá-la em período inferior a 30 dias, tendo como referência o horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde;

3.12. Os relatórios mensais obrigatórios deverão ser entregues mensalmente até o ultimo dia útil do mês, com período compreendido do 1º ao último dia do mês da realização das consultas e procedimentos;

3.13. Os relatórios mensais obrigatórios deverão seguir o modelo definido pela Secretaria Municipal de Saúde;

3.14. O profissional deverá manter atualizados os prontuários ou fichas de acompanhamento dos pacientes em local seguro, e somente acessível aos profissionais diretamente envolvidos em seu tratamento/reabilitação;

3.15. O profissional receberá o pagamento pelos serviços comprovadamente prestados por meio de envio do Protocolo de Encaminhamento e Relatório Mensal;

3.16. O Prestador será avaliado pela Secretaria Municipal de saúde e deverá disponibilizar sempre que solicitado, os prontuários/fichas de acompanhamento dos pacientes.

3.17. A base das próteses onde é feita a montagem da cera e dos dentes deve ser feita em resina acrílica (moldeira individual) para que não ocorra distorção;

3.18. As próteses devem ser confeccionadas com palanto incolor, devendo ser as mesmas polidas e com devido acabamento, tanto na parte interna e externa;

3.19. O laboratório será responsável pelo polimento das próteses;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA.

4.1. Sempre que notificado de que o Município efetivará a contratação, após pesquisa de mercado, a licitante vencedora deverá comparecer, no mesmo dia da notificação, para retirar a Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço, para começar o serviço sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste certame. Recebida a Nota de Empenho, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

a) Atender a Ordem de serviço do Município fornecendo os serviços descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas, ou por preços menores, caso a pesquisa de mercado assim o indique;

b) Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de serviço.

c) Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução da ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responsabilizar-se pelos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, assim como todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outras despesas resultantes da execução do contrato. Para garantir que a empresa contratada está atendendo as condições da habilitação, a Prefeitura Municipal, a qualquer tempo, poderá checar a regularidade nos recolhimentos dos tributos e encargos sociais, mormente aqueles relacionados à folha de pagamento.

g) Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município;

h) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

i) Aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da proposta.

j) Outras obrigações constantes da Minuta da Ata de Registro de Preços.

k) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução do presente contrato ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

l) Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao TCE ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços contratados;

5. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

5.1 A ata de registro de preços, o Município se obriga a:

a) Garantir a detentora do Registro de Preços, durante toda a vigência desta ata, desde que em igualdade de condições, a preferência no fornecimento, sempre que os preços forem compatíveis com os preços de mercado constatados mediante prévia e ampla pesquisa.

b) Negociar com a Detentora do Registro de Preços, sempre os preços de mercados resultantes da pesquisa de preços estiver menor que os registrados.

c) Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento dos termos da ata de registro de preços devidamente assinada, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

d) Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste Edital e na ata de Registro de Preços a ser firmada entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

e) Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Outras obrigações constantes da ata de registro de preços.

6. PENALIDADES.

6.1. De conformidade com o art. 86, da Lei n.º 8666/93, atualizada, o atraso injustificado na prestação dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias;

6.1.2. A multa prevista no **item 4.1** será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

6.2. Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, atualizada, pela inexecução total ou parcial dos serviços adquiridos, a Administração poderá aplicar à(s) vencedora(s), mediante publicação no Diário Oficial do Estado, as seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93;

6.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

6.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirar a Nota de Empenho, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica;

6.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

6.5. Caso se constate problemas relacionados ao serviço, a adjudicatária deverá resolvê-lo, no prazo determinado pela Administração. Não sendo resolvido o problema dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da nota de empenho até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

6.6. É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV da Lei federal 8.666/93, com suas posteriores alterações.

6.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

7.1. A empresa licitante deverá apresentar notas fiscais correspondentes aos serviços prestados, devidamente processadas em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pela Secretaria Municipal de Finanças.

7.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária ou cheque, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização do contrato;

7.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

7.4. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8. READEQUAÇÃO DE PREÇOS.

8.1. Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustada automaticamente, ressalvada, entretanto, há possibilidade de readequação dos preços vigentes pela Administração para manter o equilíbrio econômico-financeiro, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos, anexa a ata de registro de preços.

8.2. - O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pela Administração à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

8.3. - Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à Prefeitura o novo preço que substituirá o então registrado.

8.3.1. - Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassada à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

8.4. - Caberá à Administração, a cada aquisição, efetuar as pesquisas de preços de mercado para verificar a compatibilidade dos preços registrados, devendo negociar com o Detentor do Registro, sempre que a pesquisa constar preços menores.

9. RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A ata poderá ser rescindida de pleno direito, nas hipóteses a seguir relacionadas.

9.2. A rescisão pela Administração poderá ocorrer quando:

9.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes da ata;

9.2.2. A detentora não formalizar contrato decorrente do registro de preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, se a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3. A detentora der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;

9.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

9.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não aceitar a redução;

9.2.6. Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração;

9.2.7. Sempre que ficar constatado que a fornecedora perdeu qualquer das condições de habilitação e/ou qualificação exigida na licitação.

9.3. A comunicação da rescisão será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o registro a partir da última publicação.

9.4. A rescisão pela Detentora poderá ocorrer quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências da ata.

9.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas e compatíveis, caso não sejam aceitas as razões do pedido.

9.4.2. A rescisão ou suspensão de fornecimento com fundamento no artigo 78, inciso XV, da Lei federal nº 8.666/93 deverá ser notificada.

9.5. A Administração, ao seu critério, poderá convocar, pela ordem, as demais licitantes classificadas, mediante a sua concordância em assumirem o objeto da ata.

9.6. Aplica-se no que couber o disposto nos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

10. AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO.

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo, mediante prévia e obrigatória pesquisa de preços, onde se verifique que o preço registrado em ata encontra-se compatível com o de mercado.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da Nota de Empenho e respectiva Ordem de serviço. Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS.

11.1. O compromisso de serviço só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de serviço ou instrumento equivalente decorrente da ata.

11.2. A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata, ainda que o serviço decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

11.3. O preço a ser pago pela Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de execução do serviço, ou de autorização de readequação de preços nesse intervalo de tempo.

11.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

11.5. As especificações técnicas do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

11.8. A detentora da ata deverá comunicar toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

11.9. O valor inicialmente que se atribui a esta ata é o constante da proposta da Detentora do Registro, sendo que cada contratação terá valores próprios.

11.10. Como condição de eficácia, cada contratação terá seu extrato publicado na imprensa oficial.

11.11. Para solucionar quaisquer questões oriundas desta ata é competente, por força de lei, o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT, com expressa renúncia de qualquer outro. Nada mais havendo a ser tratado. A sessão de lavratura da ata é dada por encerrada.

Porto dos Gaúchos – MT, 01 de Junho de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal **CONTRATANTE**	**JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI-ME** **CNPJ Sob n°.** 22.335.868/0001-85 Juliano Marcel da Silva Brandini **CONTRATADO**
Daniel Ferreira de Souza CPF 004.489.351-55 **Testemunha**	Juliana Dominhaki de Almeida CPF 103.526.047-60 **Testemunha**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 46/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 36/2017

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA - NO QUAL ATUE EM CONSUTÓRIO ODONTOLÓGICO COM CNES CADASTRADO E REGULARIZADO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, ATENDENDO A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017,**conforme a o termo de referencia ***Anexo I.***

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 064/2017 de 16 de Janeiro de 2017.

Empresa vencedora:

>> JULIANO MARCEL DA SILVA BRANDINI – ME

>> CNPJ Sob n° 22.335.868/0001-85

>> Venceu o Item 01 no Valor Unitario de **R$: 150,00** (**Cento e Cinquenta reais**)

Valor global do lote: R$ **90.000,00** (Noventa mil reais).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos – MT, 01 de Junho de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 029/2017

REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para **eventual prestação de serviço de lavagem de veículos das secretarias municipais,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 19/6/2017, ÀS 09h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica,** para elaboração da proposta de preçodisponívelnomesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 01 de junhode 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 010 /2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 018/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

CONTRATADO: W.D.L CONSTRUTORA LTDA – EPP

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES DE MADEIRA LOCALIZADAS NA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE POXORÉU.

VALOR: R$ 157.607,54 (CENTO E CINQUENTA E SETE MIL SEISCENTOS E SETE REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 06 (SEIS) MESES

DATA: 25/05/2017

CLAUDINEY BAREIRA DE ARAÚJO

PRESIDENETE DA CPL

CÂMERA MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO Nº 03 -2017

CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU – MT.

Publicação de Extrato de Contrato nº 03 -2017

TERMO DE CONTRATO Nº 03– 2017. Câmara Municipal de Poxoréu e a empresa **RSM LTDA**, estabelecida à avenida Brasilia nº 1055, sala bairro Jardins das Américas, CEP 78.800.000 no município de Poxoréu – MT, inscrita no CNPJ sob nº 01.282.136/0001-02, Inscrição Estadual sob nº., Objeto: Prestação de Serviços para transmissões por veiculo de comunicação, Via Rádio, das Sessões do Poder Legislativo de Poxoréu-MT, realizados no Plenário Tarquínio Soares Silva e nos Distritos e Bairros do Município de Poxoréu-MT, Valor do Contrato R$ 18.060,00 com vigência de 6 de março a 31 de dezembro de 2017. Nota Empenho nº 115/2017. Código Orçamentário. 01.031.0001 3.3 90.39.00.00. modalidade de Licitação: Carta Convite. Dispensa. Tipo de Licitação:

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 030/2017

REGISTRO DE PREÇOS N.º 027/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para Aquisição futura e eventual de artefatos de concretos e material para cercas**,** conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do edital (Termo de Referência).

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 20/6/2017, ÀS 08h00min, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da **proposta eletrônica,** para elaboração da proposta de preço disponível no mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 01 de junho de 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PORTARIA Nº 010 /2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 67/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: Espirito Santo Emp. Hoteleiro LTDA-ME.

OBJETO: Contratação da empresa Espirito Santo Emp. Hoteleiro LTDA-ME, com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços de hospedagem para atender o evento da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal-MT nos dias 13 e 14 de maio de 2017.

VIGENCIA: O presente contrato terá início na data de sua assinatura 10/04/2017 e término em um prazo de 180 dias.

VALOR GLOBAL: R$ 5.600,00 (Cinco mil e Seiscentos Reais)

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 60/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: PEDRO BATISTA CORREIA-ME

OBJETO: Contratação da empresa **PEDRO BATISTA CORREIA-ME**, com a modalidade de Inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviços com Show para evento da **2° FESTA CULTURAL DE RESERVA DO CABAÇAL**, festividades de Comemoração 31°(trigésimo primeiro) Aniversario do Município de Reserva do Cabaçal – MT, que acontecerá nos dias 12 a 14 de maio de 2017, Show com a Dupla **Ouro Preto & Boiadeiro** no valor de R$ 18.000,00(dezoito mil reais) no dia 12/05/2017, Show Nacional com a Dupla **Gilberto e Gilmar** no valor R$58.000,00(cinquenta e oito mil reais) no dia 13/05/2017 e Show Nacional com a Dupla **Breno Reis & Marcos Viola** no valor R$50.000,00(Cinquenta mil Reais).

VIGENCIA: 04 DE MAIO DE 2017 E TÉRMINO EM 04 DE JULHO DE 2017

VALOR GLOBAL: R$ 126.000,00 (Cento e Vinte Seis mil Reais).

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RESERVA DO CABAÇAL
PORTARIA Nº 5/2017

PORTARIA Nº. 5, DE 01 DE JUNHO DE 2017.

"NOMEA ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA PARA O CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL – MT"

O Presidente da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT, Vereador Pedro Paulino de Souza, no uso de suas atribuições legais, Resolve:

Art. 1º Fica NOMEADO o Sr. ROSINEI PROCOPE VIEIRA DE SOUZA, CPF nº. 041.355.721-97, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil OAB/MT 23088/O, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Reserva do Cabaçal – MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva do Cabaçal – MT, 01 de Junho de 2017.

PEDRO PAULINO DE SOUZA

Presidente.

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ERRATA

Errata de publicação da Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial N°11/2017

Onde se lê: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 PREGÃO PRESENCIAL TIPO REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017**	Leia-se: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 PREGÃO PRESENCIAL TIPO REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017**

Reserva do Cabaçal/MT, 01 de Junho de 2017

Valtair Leopoldino Negres

Presidente da CPL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 128/2017 DE 31 DE MAIO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE IRÃO COMPOR O COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMILIA DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL-MT PARA O PERÍODO DE 12 MESES CONSECUTIVO.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal\MT, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - Instituir a composição do Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família;

Art. 2° - Ficam nomeados para compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família, pelo prazo de 12(doze) meses consecutivos, com competência já disciplinadas na Portaria supra mencionada , os seguintes integrantes:

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Ana Paula da Costa – Titular

CPF: 310.056.128-70

RG: 33639935-2 SSP/SP

Welica da Silva Moura – Suplente

CPF: 049.518.711-90

RG: 22817328 SSP/MT

Secretaria Municipal de Saúde

Marco Antonio Molina Gomes -Titular

CPF: 513.110.381-91

RG: 35293470-0

Silmara Guariero Paulo – Suplente

CPF: 134.275.628-24

RG: 21771307

Secretaria Municipal de Educação

Maria Margareth Toniolo - Titular

CPF: 781.770.301-90

RG: 0871477

Adenidia Ramos Pinheiro - Suplente

CPF: 005.758.341-29

RG: 102221506

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Deni Pereira de Oliveira -Titular

CPF: 972.514.611-53

RG: 14539659 SSP/MT

Sueli Ribeiro Maximiano – Suplente

CPF: 851.564.501-72

RG: 1133809 SSP/MT

REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÃO NÃO GOVERNAMENTAIS:

Representante do sindicato Rural

Ilson Leopoldino Negres - Titular

CPF: 111.573.801-15

RG: 0447882-8

Representante da Pastoral da Criança

Edirlene Dias Genil - Suplente

CPF: 990.890.411-68

RG: 157961736 SSP/MT

REPRESENTANTE DA SOCIEDADE, QUE FORMALIZARAM A ADESÃO AO PROGRAMA ESTADUAL:

Representante do INDEA/MT:;

Cleiton de Almeida Alves - Titular

CPF: 026.955.691- 73

RG: 377.445.73-5 SSP\ MT

Representante da Escola Estadual Prof. Demétrio Pereira

Marcia Ferreira da Silva - Suplente

CPF: 990.890.411-68

RG: 157961736 SSP/MT

Art. 3º - As deliberações do Comitê Gestor deverão ser expressas por meio de resolução assinadas pelo Presidente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **revogadas as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 31 de Maio de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

TARCÍSIO FERRARI.

PREFEITO MUNICIPAL.

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 64/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **J.FERREIRA LEMOS PRODUÇOES-EPP**

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para Prestação de Serviços de Locação de equipamentos e serviços profissionais para Evento da 2ª Festa Cultural de Reserva do Cabaçal-MT, Festividades em Comemoração ao 31º (trigésimo primeiro) Aniversário do Município, que acontecerá nos dias 12 a 14 de maio de 2.017

Vigência:09/05/2017 a 31/12/2017

VALOR GLOBAL: R$ 76.800,00 (Setenta e seis mil e oitocentos reais.)

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ERRATA

Errata de publicação da Ata de Registro de Preço do Pregão Presencial N°11/2017

Onde se lê: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2017 PREGÃO PRESENCIAL TIPO REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017**	Leia-se: **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2017 PREGÃO PRESENCIAL TIPO REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017**

Reserva do Cabaçal/MT, 01 de Junho de 2017

Valtair Leopoldino Negres

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 65/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: FABIO JUNIO NEGRIS MEI 03141973113

OBJETO: Referente à prestação de serviços de pintura e limpeza de meio fio nas ruas e avenidas no município de Reserva do Cabaçal - MT.

VIGENCIA: 180 dias contados partir da data da assinatura 10/05/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 9.900,00 (Nove Mil e Novecentos Reais).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 61/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: L. BRUM DA SILVA – ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA CHEIRO DA BAHIA NOS DIAS 12 E 13 DE MAIO DE 2017, PARA EVENTO DA **2° FESTA CULTURAL DE RESERVA DO CABAÇAL**, FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 31°(TRIGÉSIMO PRIMEIRO) ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 12 A 14 DE MAIO DE 2017.

VIGENCIA: 02 DE MAIO DE 2017 E TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

VALOR GLOBAL: R$ 27.500,00 (VINTE E SETE MIL E QUINHENTOS REAIS).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 66/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: FABIO RIBEIRO DE ALMEIDA ME

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Locação de Banheiros Químicos, locação de tendes 5x5m montada em estrutura de aço carbono galvanizado ou pintada na cor alumínio coberta em lona branca anti extinguível, composta de calhas lateral inteiriça reforçada para captação e escoamento de água, para atender o evento da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal nos dias 13 e 14 de maio de 2017, nos termos do processo de Dispensa nº 13/2017, com base na Lei Federal 8.666/93 art. 24 inciso II, culminada com a Lei Complementar Municipal nº 567/2015 em seu Art. 1º, inciso I, Paragrafo único.

VIGENCIA: 180 dias contados partir da data da assinatura 10/05/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 8.300,00 (Oito Mil e Trezentos Reais).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 68/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA PEREIRA ANTUNES & CIA LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada em confecção de cartaz TFO2/ 4XON cores couche brilho 180 gr.42.00x63. 00 cm, para atender o eventos da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal-MT nos dias 13 e 14 de maio de 2017.

VIGENCIA: 180 dias contados partir da data da assinatura 10/05/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 3.500,00 (Três mil e quinhentos Reais)

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 70/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: **WILIA MONTEIRO DA SILVA.**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de TROFÉUS EM ACM ADESIVADO 25x30x10cm, para atender o evento da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal nos dias 13 e 14 de maio de 2017, com base na Lei Federal 8.666/93 art. 24 inciso II, culminada com a Lei Complementar Municipal nº 567/2015 em seu Art. 1º, inciso I, Paragrafo único.

VIGENCIA: 180 dias contados partir da data da assinatura 10/05/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 7.200,00 (Sete Mil e Duzentos Reais)

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 69/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: **IGOR MEIRA FONSECA**

OBJETO: Contratação de empresa especializada em confecção de camisetas em malha fria com pintura personalizada frente/costas e mangas, para atender o evento da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal-MT nos dias 13 e 14 de maio de 2017, com base na Lei Federal 8.666/93 art. 24 inciso II, culminada com a Lei Complementar Municipal nº 567/2015 em seu Art. 1º, inciso I, Paragrafo único.

VIGENCIA: 180 dias contados partir da data da assinatura 10/05/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 26.000,00 (Vinte e Seis Mil Reais)

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 63/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: Espirito Santo Emp. Hoteleiro LTDA-ME.

OBJETO: Contratação da empresa Espirito Santo Emp. Hoteleiro LTDA-ME, com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços de hospedagem para atender a demanda do 31° (trigésimo primeiro) Aniversario e "Festcross e a 2° Festa Cultural" do Município de Reserva do Cabaçal-MT.

Vigência: O presente contrato terá início na data de sua assinatura e término em 31/12/2017

VALOR GLOBAL: R$ 9.120,00 (nove mil e cento e vinte reais).

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 129 DE 01 DE JUNHO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal/MT, no uso de suas atribuições legais, resolve constituir ***COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.***

Art.1º Fica constituída e designada a ***COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR***, consoante o § 2º do art. 308 **da LEI COMPLEMENTAR Nº. 60 DE 26 DE OUTUBRO DE 2010.**

Art.2º Ficam nomeados membros da Comissão Processante, de que trata o artigo 1º desta portaria, os seguintes servidores efetivos:

João Teixeira de Souza – servidor efetivo - matricula nº 346.

Ademir Rosa da Silva – servidor efetivo - matricula nº 659.

Wanderson Germano de Paula - servidor comissionado – matricula nº 992-portaria de Nº 19/2017.

Art.3º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e se extinguirá com exaurimento do respectivo processo administrativo.

Reserva do Cabaçal/MT, em 01 de Junho de 2017.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

_____

Tarcísio Ferrari

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 62/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADA: GEOTEC SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DE CÂMERAS E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS E ACESSÓRIOS.

VIGENCIA: 27 DE ABRIL DE 2017 E TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

VALOR GLOBAL: R$ 14.737,55 (Quatorze Mil Setecentos e Trinta e Sete Reais e Cinquenta e Cinco Centavos).

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

ATA DE REGISTRO 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 007/2017

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Padre João Bosco, n. 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 24.772.113/0001-73, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Reynaldo Fonseca Diniz, brasileiro, casado, dentista, portador do RG: 3290232 inscrito no CPF: 593.686.831-15, residente a Rua Madureira n. 120, centro, Ribeirão Cascalheira/MT, seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 12/2017 da Prefeitura

Municipal de Ribeirão Cascalheira, cujo objetivo é a aquisição de pneus e câmeras de ar destinados a frota de veículos desta municipalidade, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1212/2011, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente aquisição de pneus e câmaras de ar destinados a frota de veículos desta municipalidade**, que foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, localizada na Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro, Ribeirão Cascalheira - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no Decreto Municipal nº 1212/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) serviços a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO

PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Prestar o(s) serviço(s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Prestar o(s) serviço(s) conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) prestar o(s) serviço(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Ribeirão Cascalheira;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 30 de maio de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

Fornecedor: PNEUS BARBOSA LTDA-ME

CNPJ: 14.481.695/0001-85

Endereço: AVENIDA ITRIO CORREIA DA COSTA N. 1.328, CIDADE SALMEN

Cidade: RONDONOPOLIS -MT

CEP: 78705-162

Item / especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	PNEUS BARBOSA LTDA – ME
1	PNEU 7-50-16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	535,00
2	PNEU 14.09-28, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	2.068,00
3	PNEU 7-00-16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	500,00
5	PNEU 19. 5. 24, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	2.568,00
8	PNEU 23. 1 . 30, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	4.890,00
10	PNEU 18 . 4 .26, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	3.070,00
11	PNEU 18 . 4 .34, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	3.400,00
13	PNEU 1.000/20, NOVO, BORRACHUDO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	1.400,00
14	PNEU 17.5.25.16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	3.980,00
15	PNEU 275.80.16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	920,00
17	PNEU 215/80-16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	550,00
19	PNEU 185.70.14, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	306,00
21	PNEU 215.75.17.5 NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	812,67
22	PNEU 185.70, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	285,00
27	CAMARA DE AR 7-50-16, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	59,67
29	CAMARA DE AR 7-00-16, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	59,00
30	CAMARA DE AR 10 . 00. 20, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	110,00
31	CAMARA DE AR 14. 9 . 24, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE,	204,00
35	CAMARA DE AR 18 . 4 .34, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	316,00
37	CAMARA DE AR 17.5.25.16, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	293,00
38	CAMARA DE AR 750.16, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	58,00
39	CAMARA DE AR 900. 20, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	98,00
41	PNEU 275. 80. 22,5, NOVO, BORRACHUDO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	1.799,00
43	PNEU 750.16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	535,00
61	PNEU 19. 5. 24, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	2.568,00
62	PNEU 12. 16. 5, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	890,00
63	CAMARA DE AR 12. 16. 5, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	87,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente a partir do dia 20 do mês subseqüente**, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo(a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;**

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) prestador(es) do serviço e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho nos prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

I - **Multa,** que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do produto;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato;

c) multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

II - De acordo com o art. 7°, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, o licitante e/ou contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso Cadastro Central de Fornecedores do Município de Ribeirão Cascalheira, pelo prazo de até 5 (cinco) anos:

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **12/2017** e anexos;

b) Proposta Comercial da(s) FORNECEDORA(S).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

_____

Prefeito Municipal

Reynaldo Fonseca Diniz

_____

EMPRESA(S) FORNECEDORA(S)

PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

ATA DE REGISTRO 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 006/2017

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, o MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. Padre João Bosco, n. 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 24.772.113/0001-73, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Reynaldo Fonseca Diniz, brasileiro, casado, dentista, portador do RG: 3290232 inscrito no CPF: 593.686.831-15, residente a Rua Madureira n. 120, centro, Ribeirão Cascalheira/MT, seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade Pregão Presencial nº 12/2017 da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, cujo objetivo é a aquisição de pneus e câmeras de ar destinados a frota de veículos desta municipalidade, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 1212/2011, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente aquisição de pneus e câmaras de ar destinados a frota de veículos desta municipalidade**, que foram previamente definidos através do procedimento licitatório em epígrafe.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, localizada na Av. Padre João Bosco, n. 2067, centro, Ribeirão Cascalheira - MT, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR;

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe, observadas as exigências contidas no Decreto Municipal nº 1212/2011.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento do(s) serviços a outro(s) órgão(ãos) da Administração Pública que externe(m) a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO

PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) Prestar o(s) serviço(s) nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) Prestar o(s) serviço(s) conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) prestar o(s) serviço(s) solicitado(s) no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Ribeirão Cascalheira;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o(s) fornecedor(es) e cumprir com as obrigações fiscais, relativos ao(s) material(ais) entregue(s), com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 30 de maio de 2018.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o(s) fornecedor(es) e as especificações do(s) produto(s) registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

Fornecedor: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

CNPJ: 03.532.991/0001-41

Endereço: AVENIDA ULISSES POMPEU DE CAMPOS N. 132, CENTRO

Cidade: CUIABA -MT

CEP: 78110-600

Item / especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor unitário
4	PNEU 255- 45-15, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	700,00
6	PNEU 10.00.20, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	1.300,00
7	PNEU 14. 9 . 24, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	2.090,00
9	PNEU 24. 5. 32, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE,	5.380,00
12	PNEU 275. 80. 22,5, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	1.540,00
16	PNEU 900. 20, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	980,00
18	PNEU 235.75.15, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	600,00
20	PNEU 195.75.16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	600,00
23	PNEU 80.100.14, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	110,00
24	PNEU 60.100.17, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	105,00
25	PNEU 185.90.14, NOVO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	390,00
26	PNEU 175/70.13, NOVO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	200,00
28	CAMARA DE AR 14.09-28, NOVA, , COM GARANTIA DO FABRICANTE	224,00
32	CAMARA DE AR 23. 1 . 30, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	450,00
33	CAMARA DE AR 24. 5. 32, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	515,00
34	CAMARA DE AR 18 . 4 .26, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	255,00
35	CAMARA DE AR 18 . 4 .34, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	335,00
36	CAMARA DE AR 275. 80. 22,5, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	120,00
40	CAMARA DE AR 18.4.30.14, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	310,00
42	PNEU 750.16, NOVO, BORRACHUDO SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	630,00
44	PNEU 18.4.30.14, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	2.870,00
45	PNEU 255-75-16, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE,	730,00
46	CAMARA DE AR 255-75-16 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	70,00
47	PNEU 175/70 , NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	280,00
48	CAMARA DE AR 175-70-14 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	40,00
49	CAMARA DE AR 185-70-14 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	40,00
50	CAMARA DE AR 235-75-15 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	60,00
51	CAMARA DE AR 195.75.16 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	60,00
52	CAMARA DE AR 175/70.13 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	40,00
53	CAMARA DE AR 215.75.17,5 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	95,00
54	CAMARA DE AR 185-70-14 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	40,00
55	CAMARA DE AR 80-100-14 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	38,00
56	CAMARA DE AR 60-100-17 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	38,00
57	CAMARA DE AR 185.90.14 NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	40,00
58	CAMARA DE AR 19.5.24, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	285,00
59	CAMARA DE AR 275.80.16, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	120,00
60	CAMARA DE AR 215.80.16, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	60,00
64	PNEU 125/80 -18, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	1.150,00
65	CAMARA DE AR 125/80 -18, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	115,00
66	CAMARA DE AR 255.45-15, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE,	60,00
67	PNEU 7-50-15, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	500,00
68	PNEU 18.4-30, NOVO, SEM CÂMARA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	2.870,00
69	CAMARA DE AR 7-50-15, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	65,00
70	CAMARA DE AR18.4-30, NOVA, COM GARANTIA DO FABRICANTE	310,00

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mensalmente a partir do dia 20 do mês subseqüente**, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo(a) setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;**

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tribu-

tos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o(s) prestador(es) do serviço e as especificações resumidos(s) do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei 8.666/93;

Parágrafo único – a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução ocorrido no mercado, ou de fato novo que eleve o seu custo, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as necessárias negociações junto aos fornecedores para negociar o novo valor compatível ao mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho nos prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas na presente ata, garantida a prévia defesa e o contraditório, ficará o particular sujeito às seguintes sanções, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que seu(s) ato(s) ensejar(em):

a) advertência, nos casos de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos a Administração;

I - **Multa,** que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

a) multa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso na entrega do produto;

b) multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do Contrato e itens deste Edital e pela recusa da assinatura do Contrato;

c) multa de 2% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do Contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

II - De acordo com o art. 7°, da Lei Federal n° 10.520, de 17.07.2002, o licitante e/ou contratado, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e suspenso Cadastro Central de Fornecedores do Município de Ribeirão Cascalheira, pelo prazo de até 5 (cinco) anos:

Parágrafo único – os valores resultantes da aplicação de multas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do Pregão Presencial nº **12/2017** e anexos;

b) Proposta Comercial da(s) FORNECEDORA(S).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Cascalheira - MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Ata de Registro de Preços que lida e achada conforme vai assinada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR e pelo(s) particular(es) fornecedor(es).

_____

Prefeito Municipal

Reynaldo Fonseca Diniz

_____

EMPRESA(S) FORNECEDORA(S)

PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. nº 042/2017-SEMEC.

Pregão Presencial nº 012/2017

Ata de Registro de Preços

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, de expediente e Pedagógico para atender as necessidades das Escolas Municipais.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e Lei nº 10.520/02, confirmo a adjudicação da licitação tendo como vencedora dos itens; 02/10, 12/53, 56/62, 64/68 70/79, 81/82, 84,86/92, 94,96/104, 107/124 licitado a empresa ***A B C Comercio Repre-***

sentações LTDA-EPP, CNPJ; 34.749.515/0001-00, com o valor global de **R$: 63.649,55** (sessenta e três mil e seiscentos e quarenta e nove reais e cinqüenta e cinco centavos) não obtivemos sucesso em conseguir oferta de preços para os itens; 01, 11, 54/55, 63, 69, 80, 83, 85, 95, 105/106 e 125/129, tornando os itens fracassados do certame, ou seja, Itens não Adjudicados (ARP publ. No D.O. E nº 2.706, ano XII de 10/04/2017), com o fim de **HOMOLOGAR** a licitação PP nº 012/2017, e tudo mais quanto consta nos autos do processo aludido.

Dê-se ciência as Secretarias requisitantes para dar início à execução, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 30 de Maio de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO *Prefeito Municipal*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0179/2017, DE 01 DE JUNHO DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MARCIA LUIZA DA SILVA SANTOS PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear MARCIA LUIZA DA SILVA SANTOS, portadora do RG nº 1569321-0 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 003.659.171-84, para exercer o cargo em comissão de CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 01 de Junho de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0180/2017

DE 01 DE JUNHO DE 2017.

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR ANTONIO JOÃO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER** "licença prêmio" ao servidor **ANTONIO JOÃO DA SILVA** portador do CPF 593.210.161-04,lotado na Secretaria Municipal de Obras no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com sua vigência de 01/06/2017 a 31/07/2017.

Art. 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE JUNHO DE 2017.

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017 – SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO E REAGENTES PARA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT torna público que nodia**14 de Junho de 2017, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min,** do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 01 de Junho de 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON

Pregoeira Oficial

PREVIDENCIA
RESOLUÇÃO N°. 001/2017

Santa Rita do Trivelato – MT, 30 de MAIO de 2017.

O Conselho Curador do Santa Rita - Previ Previdência Social dos Servidores de SANTA RITA DO TRIVELATO– MT, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidos pela **Lei nº 048, de 16 de maio de 2013,** e por seu Regimento Interno, e considerando a deliberação tomada em reunião ordinária realizada em 17/03/2016.

Resolve:

Art. 1º Regulamentar a constituição da taxa administrativa e as reservas com as sobras para o exercício de 2017, que será destinada, exclusivamente, ao custeio das despesas a que se destina a taxa de administração, conforme determina o artigo 61 da Lei Municipal 048/2013.

§ 1º - As reservas das sobras do custeio administrativo, será constituída do superávit do exercício financeiro dos exercícios de 2016 para exercício financeiro 2017 no valor de **R$** 45.427,94 Quarenta e cinco mil quatrocentos e vinte e sete reais e noventa e quatro centavos), conforme Anexo I da Resolução.

§ 2º **-** O valor expresso no parágrafo primeiro deste artigo será utilizado caso as despesas administrativas ultrapassarem o valor de R$ 91.066,03 (noventa e um mil e sessenta e seis reais e três centavos); que equivale a alíquota de 2%, (dois pontos percentuais) sobre a folha de pagamento bruta dos servidores efetivos do Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal desta Municipalidade.

Art. 2º Compete aos Conselhos Curador e Fiscal, dentro do limite de suas competências, a fiscalização relativa ao cumprimento das disposições desta Resolução.

Art. 3º O não cumprimento das obrigações previstas nesta Resolução sujeita os infratores às penalidades previstas na Lei Municipal 48/2013, na Lei n.º9.717 de 27 de novembro de 1998, sujeitando-se no que couber, ao disposto na Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º É parte integrante desta Resolução, o Anexo I , que demonstra os valores das folhas pagamento utilizado para a memória de calculo da taxa administrativa.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Thiago de Medeiros Deluqui

Presidente Conselho Curador

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/GP/2017

PORTARIA Nº 114/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o que dispõe na Lei nº 1.027/GP/2009, Lei nº 1.054/2011 e Processo nº 1324/2017.

RESOLVE:

Enquadrar o Servidor Efetivo NEY MACARIO DA SILVA, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, na Classe C, Referencia 01 do Anexo 04, a partir de 19 de Maio de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 19 de Maio de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ATO Nº 109/GP/2017

ATO Nº 109/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Processo nº 1399/2017.

RESOLVE:

Exonerar a pedido, a servidora efetiva Srª. **CRISTHIANE LAURA CURADO**, do cargo de Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, nomeada pelo Ato nº 94/GP/2014, sob matricula nº 4601, a partir de 31 de Maio de 2017.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 31 de Maio de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2017

CONVOCA O 3º CANDIDATO CLASSIFICADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O CARGO DE ENFERMEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Senhor **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, Prefeito de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, considerando o Ato de Homologação do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de edição nº 2007, ANO IX, pagina nº 149, datado de 04 de Julho de 2014.

Considerando o Decreto nº 33/GP/2017 que retifica o artigo 1º do Decreto nº 34/GP/2016 de prorrogação do prazo do concurso n° 001/2014, publicado no dia 24 de maio de 2017, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XII Nº 2.735, página nº 370.

Artigo 1° - Convocar o Candidato classificado no Concurso Público Municipal nº 001/2014 para o cargo de Enfermeiro na localidade de Porto de Fora - Secretaria Municipal de Saúde, Sr. **Tefferson Lucas de Souza Teixeira**, a comparecer na Secretaria Municipal de Recursos Humanos, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data desta publicação, munidos dos seguintes documentos:

- Quitação com as obrigações eleitorais (cópia do Titulo Eleitoral e comprovante de Votação da última eleição).

- Cópia da Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação, se do sexo masculino.

- Certidão de antecedentes criminais (Federal e Civil).

- Atestado favorável de sanidade física e mental.

- Cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento, (se casado CPF do Cônjuge obrigatório).

- Cópia autenticada da certidão de nascimento do filho menor de 14 anos, se for o caso.

- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 07 anos, se for o caso.

- Cópia autenticada do C.P.F.

- Cópia autenticada de Identidade (R.G.)

- Cópia autenticada do cartão PIS/PASEP (se houver).

- Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS);

- 02 (duas) fotografias 3x4 recente.

- Cópia de comprovante de residência.

- Declaração de Residência.

- Cópia autenticada do comprovante de escolaridade para o exercício do cargo.

- Cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade.

- Declaração de não acumulação de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei.

- Declaração de bens.

- Cópia do comprovante da Conta Corrente do Banco do Brasil (se houver).

- Nº do telefone para contato (se houver).

Artigo 2º Será considerado desistente e eliminado do Concurso Público o candidato convocado que não apresentar os documentos relacionados neste edital, quando do comparecimento no prazo para tomar posse.

Santo Antônio de Leverger – MT, 31 de Maio de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO-PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2017
PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2017 – SRP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 049/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2017 – SRP

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leverger - MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PA-**

RA FUTURA E/OU EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS ,CAMINHÕES, CAMIONETES E VEÍCULOS TIPO ECONÔMICO,observado as especificações contidas no Termo de Referencia do edital e em seus anexos**.**

A sessão será realizada às 09h00min do dia 20 de Junho de 2017, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal.

O referido Edital encontra-se disponível na íntegra no Setor de Licitações. Os interessados poderão retirar gratuitamente no site da prefeitura municipal, através do endereço www.*leverger.mt.gov.br*, ou solicitar ao Setor de Licitações pelo e-mail *licitacao@leverger.mt.gov.br.*

Santo Antonio do Leverger – MT, 01 de junho de 2017.

_____

Lidiane Batista de Rezende Pregoeira

Portaria 008/GP/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 120/GP/2017

PORTARIA Nº. 120/GP/2017

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor do ***Sr. Josinei Pereira Borges****, servidor público deste município. "*

O Prefeito Municipal de Santo Antonio de Leverger-MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO**, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 82, inciso II, letra "a" da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Averbar o Tempo de Contribuição, não concomitante, trabalhado pelo servidor Sr. ***Josinei Pereira Borges***, RG nº 02335468 SSP/MT, CPF nº 160.196.601-68, Matrícula nº 104, equivalentes a 6168 dias líquidos, ou seja, 16 anos, 10 meses e 28 dias, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição nº 10001040.1.00056/14-0 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se

Cumpra-se.

Paço Municipal "Marechal Rondon", Santo Antonio de Leverger-MT, 30 de Maio de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 229/2017

DE: 01 DE JUNHO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **JUANA DA COSTA OLIVEIRA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **JUANA DA COSTA OLIVEIRA,** em 01/06/2017 a 30/06/2017, com período aquisitivo de 15/02/2016 a 14/02/2017, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº225/2017.

DE: 01 DE JUNHO DE 2017.

EXONERA A PEDIDO A CANDIDATA ELEITA NO PROCESSO ELETIVO SOB Nº 001/2017 Sr.ª NUBIA ARANTES DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - EXONERAR a pedido a Sr.ª **NUBIA ARANTES**, eleita no Processo Eletivo sob nº 001/2017, do cargo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, desta Prefeitura Municipal.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 228/2017

DE: 01 DE JUNHO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **GEIZA URZEDA REZENDE** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **GEIZA URZEDA REZENDE,** em 01/06/2017 a 30/06/2017, com período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2016, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 226/2017.

DE: 01 DE JUNHO DE 2017.

CONCEDE A (O) SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) LICENÇA PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Artigo 1º - Conceder Licença Prêmio em gozo à servidora pública efetiva **IVONE SANTOS SOUZA**, no mês de JUNHO de 2017 a partir do dia 01/06/2017, conforme garante Lei nº 258/2008, artigo 79º, inciso VII.

Artigo 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
PORTARIA Nº. 227/2017

DE: 01 DE JUNHO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REMUNERADAS A (O) SERVIDOR (A) **MARIA LUZIANA DA SILVA** DESTA PREFEITURA MUNICIPAL.

MIGUEL JOSE BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a (o) servidor (a) **MARIA LUZIANA DA SILVA,** em 01/06/2017 a 30/06/2017, com período aquisitivo de 10/01/2016 a 09/01/2017, com retorno as suas atividades em 01 de julho de 2017.

Parágrafo Único – O (A) servidor (a) acima citado (a) receberá o adicional de férias previsto em Lei.

Art. 2º - Determinar aos órgãos competentes que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário**.**

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 01 DE JUNHO DE 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na Secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

GERENTE DE CIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO LICITATÓRIO Número 030/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL Número 005/2017

OBJETO: Trata-se de LOCAÇÃO de IMÓVEL RESIDENCIAL construído em alvenaria, cotendo 1 suíte, 2 quartos, 1 banheiro social, 1 sala grande, 1 cozinha grande, garagem para 1 carro, área na frente e nos fundos, totalmente murada, com portão eletrônico, com utilização destinada para **INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CASA-LAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/93 e Lei 8.245/1991

FAVORECIDO: **ROBERTO ARAUJO SOUSA**

, CPF nº 604.589.501-06

VALOR ESTIMADO GLOBAL: **R$ 1.600,00** (mil e seiscentos reais)

RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL, em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e o Parecer da Assessoria Jurídica, por se tratar de execução dos serviços públicos, nos termos do Artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, combinado com o disposto na Lei 8.245/1991.

São Félix do Araguaia (MT), em 02 de junho de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL - DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

OBJETO: Contrato nº 060/2017 para LOCAÇÃO DE IMÓVEL, firmado em 31/05/2017, e o IMÓVEL está localizado na Avenida Dom Pedro Casaldáliga, s/nº - Frente à Loja Maçônica - CEP - 78.670-000 - Bairro Núcleo Embrião, em São Félix do Araguaia (MT), a ser utilizado para **INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS).**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 004/2017

CONTRATO Nº 060/2017, emitido em 31 de maio de 2017.

FAVORECIDO: **MARCOS ADRIANO PIRES,** CPF nº 507.284.071-91

PRAZO DE EXECUÇÃO: **1 ano**

VIGÊNCIA: **Com início em 01/06/2017 e término em 31/05/2018**, podendo ser prorrogado, de acordo com as Leis 8.666/1993 e 8.245/1991

VALOR MENSAL: **R$ 1.500,00** (mil e quinhentos reais)

VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

RECURSOS PRÓPRIOS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, COMBINADO COM A LEI 8.245/1991

São Félix do Araguaia (MT), em 01 de junho de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO DA SERVIDORA TEMPORÁRIA

Nº 032/2017

Contratado (a): LEDA BORGES NATES

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA Fica aditado o Contrato de nº 032/2017 no que concerne a Cláusula Segunda alterando a vigência que passa a ser prorrogado por mais Um (01) mês, sendo até o dia 13 de Julho de 2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – As demais cláusulas e condições explicitadas no Contrato primitivo permanecem inalteradas.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA Nº 062/2017

CONTRATO (A) HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICO E MEDICO HOSPITALAR LTDA-E

OBJETO - 01.1 O presente contrato tem por finalidade a aquisição de material hospitalar para atender os serviços ofertados no centro de saúde a ser pago com a c/c 54.339-X.

VALOR TOTAL- - O valor estipulado durante a vigência do contrato é de R$ 7.962,70 (Sete mil novecentos e sessenta e dois reais e setenta centavos), que será pago através de depósito em conta bancária de titularidade do contratante mediante solicitação do Secretário da pasta e apresentação de Nota Fiscal.

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 03 (Três) meses, vigorando pelo período de 01 de Junho de 2017 a 31 de Agosto de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

Processo Licitatório nº 012/2017 – Processo Administrativo nº 1087/2017

A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, nomeado pela portaria nº 112/2017, torna público aos interessados que na sessão de processamento da Tomada de Preço nº 001/2017 **Tipo**: menor preço por lote, cujo **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na área de engenharia civil, para prover suporte à operacionalização das consultorias técnicas de Engenharia, na elaboração de projetos de engenharia, supervisão, fiscalização e acompanhamento de obras com elaboração de laudos das obras e instalações em execução e dos futuros projetos, emissão de parecer técnico junto aos setores de licitações e tributos no município de São José do Xingu/MT, conforme especificações abaixo descritas, de acordo com as especificações contidas no anexo I – termo de referência.**

Em face das propostas de preços apresentadas, o pregoeiro declarou a seguinte empresa vencedora do certame.

EMPRESA VENCEDORA - LOTE 01

MATOS ENGENHARIA E PROJETOS EIRELI – EPP	CNPJ: 23. 520.300/ 0001-05	12 (MESES)	R$ 88.800,00 (OITENTA E OITO MIL E OITOCENTOS REAIS)

São José do Xingu – MT, 31 de Maio de 2017.

FERNANDA ALVES BEZERRA

PRESIDENTE CPL

Port. Nº 112/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

AVISO DE RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017

Processo Licitatório nº 013/2017 – Processo Administrativo nº 1243/2017

A Presidente da CPL da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, nomeado pela portaria nº 112/2017, torna público aos interessados que na sessão de processamento da Tomada de Preço nº 002/2017 **Tipo**: menor preço por lote, cujo **Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços Médicos com a finalidade de atender Unidade de Saúde da Família II Rural no Distrito de Santo Antônio do Fontoura e serviços Médicos de Clínico geral em atendimentos as urgências e emergências em plantões diurnos, noturnos, nos finais de semana, feriados e pontos facultativos na unidade de Pronto atendimento, junto à Secretaria Municipal de Saúde de São José do Xingu-MT de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.**

Em face das propostas de preços apresentadas, o pregoeiro declarou as Seguintes empresas vencedoras do certame.

EMPRESA VENCEDORA - LOTE 01

CSK MOSER CLINICA MEDICA LTDA –ME	CNPJ: 25.180. 437/0001-85	12 (MESES)	R$ 660.000,00 (SEISCENTOS E SESSENTA MIL REAIS)

EMPRESA VENCEDORA – LOTE 02

Empresa	CPF/CNPJ:	QUANT.	VALOR TOTAL

F. M. TOSTES –ME	CNPJ: 24.717.110/0001-37	12 (MESES)	R$ 360.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA MIL REAIS)

São José do Xingu – MT, 30 de Maio de 2017.

FERNANDA ALVES BEZERRA

PRESIDENTE CPL

Port. Nº 112/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

E

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, através do Prefeito Municipal Sr**. Ronaldo Floreano dos Santos**, no uso de suas atribuições legais, torna público o ato de homologação referente ao **Processo Seletivo nº 001/2017**, para contração temporária de prestação de serviços em monitorias junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e à Secretaria Municipal de Saúde.

São José dos Quatro Marcos-MT, 01 de junho de 2017.

Ronaldo Floreano dos Santos

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2017, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **TECTONER DO BRASIL LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.209.573/0001-18, sediada na Rua Comandante Costa, nº 814, Centro, na cidade de Cuiabá-MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário **Sr. Raul Cezar Salvador**, portador do CPF sob o nº 027.941.569-93. Objeto do presente contrato: Aquisição de Tonners. Valor global de **R$ 25.970,30** (Vinte e Cinco Mil Novecentos e Setenta Reais e Trinta Centavos).

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2017, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **ATI COMERCIO DE MOVEIS E INFORMATICA LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 12.544.341/0001-07, sediada na Rua Coronel José Dulce, nº 105, Centro, na cidade de Cáceres -MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o **Sr. Marcos Roberto Fernandes**, portador do CPF sob o nº 514.679.681-53. Objeto do presente contrato: Aquisição de Tonners. Valor global de **R$ 19.151,00** (Dezenove Mil Cento e Cinquenta e Um Reais).

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2017, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **GRAFFITE COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 22.063.815/0001-52, sediada na Avenida Couto Magalhães, nº 1889, Centro Norte, na cidade de Várzea Grande-MT, neste ato representada pela **Sra. Glacyele Pacheco da Silva**, portadora do CPF sob o nº 031.509.611-06. Objeto do presente contrato: Aquisição de Tonners. Valor global de **R$ 14.984,00** (Quatorze Mil Novecentos e Oitenta e Quatro Reais).

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2017, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ n° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Empresa: **DELFORNO & DELFORNO LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.705.519/0001-99, sediada na Avenida São Paulo, nº 1279, Centro, na cidade de São José dos Quatro Marcos-MT, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o **Sr. Wander José Delforno**, portador do CPF sob o nº 968.531.401-25. Objeto do presente contrato: Aquisição de Tonners. Valor global de **R$ 23.278,30** (Vinte e Três Mil Duzentos e Setenta e Oito Reais e Trinta Centavos).

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 233, DE 30 DE MAIO DE 2017

Institui o **Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família**, define diretrizes gerais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONALDO FLOREANO DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 73 da Lei Orgânica do Município, pela presente Portaria, considerando o disposto na Lei Estadual nº 10.523, de 17 de março de 2017 que cria o Programa Pró-Família e, considerando ainda, a Instrução Normativa da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social-SETAS nº 001, de 05 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família com as seguintes competências:

I – Coordenar a execução e avaliação das políticas sociais locais, pactuadas com o Conselho Municipal de Assistência Social;

II - Coordenar, articular e integrar os diversos órgãos e demais atores estratégicos para o planejamento das ações de base territorial;

III - Promover a participação e a mobilização da sociedade civil, visando o levantamento das prioridades e encaminhamentos das demandas do território visando promover a emancipação das famílias beneficiadas, na esfera municipal;

IV- Aprovar e dar publicidade as listas de famílias beneficiárias, bem como remetê-las ao Comitê Gestor Estadual para homologação;

V - Serão elegíveis para receber o benefício às famílias que residirem no município, com renda mensal *per capita* de até 1/3 (um terço) do salário mínimo nacional vigente, competindo ao Comitê excepcionalizar o cumprimento do critério de renda máxima, nos casos de calamidade pública ou em situação de emergência;

VI – A seleção das famílias beneficiárias será feita por equipe de profissionais, composta por Agentes de Saúde e Assistentes Sociais dos municípios, competindo ao Comitê Municipal à aprovação dos nomes selecionados das famílias a serem atendidas pelo Programa, que serão posteriormente homologadas pelo Comitê Estadual.

Art. 2º Compete ao Comitê Gestor Municipal do Programa Pró-Família a elaboração do Regimento Interno de seu funcionamento.

Art. 3º O Comitê Gestor Municipal, será constituído pela Secretária Municipal de Assistência Social, que o presidirá, e pelos titulares e suplentes dos seguintes órgãos/instituições/associações:

a) membros do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;

b) representantes de Secretarias Municipais estratégicas para o desenvolvimento do Programa;

c) representantes de instituições não governamentais;

d) representações da sociedade, que formalizaram a adesão ao Programa Estadual, desde que haja a representação no município.

§ 1º Caberá ao Presidente do Comitê Municipal e à Secretaria Municipal de Assistência Social, o convite para que as instituições e órgãos que comporão o Comitê façam a indicação de suas representações, titulares e suplentes.

§ 2º O Presidente do Comitê Municipal e Secretaria Municipal de Assistência Social deverão fazer ato de nomeação e dar publicidade à composição do Comitê, bem como convocar a primeira reunião dos seus membros no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação dessa Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Fica revogada a Portaria nº 223/2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 30 dias do mês de maio de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

PORTARIA Nº 071/2017

Portaria nº 071/2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder licença em razão do exercício initerrupto por 05 (cinco) anos pelo período de 03 (Três) Mêses, conforme a LC 12/2014 Seção 3 Art 33. À Servidora **Niracy Bandeira Da Cruz Silva,** matricula 182 , a partir de 01 de Junho de 2017 com término de 31 de Agosto de 2017.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 31 de Maio de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 073/2017

Portaria nº 073/2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder licença em razão do exercício initerrupto por 05 (cinco) anos pelo período de 03 (Três) Mêses, conforme a LC 12/2014 Seção 3 Art 33. À Servidora **Raimundo Nonato Rodrigues Correa,** matricula 71 a partir de 01 de Junho de 2017 com término de 31 de Agosto de 2017.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 31 de Maio de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº 020/2017.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 008/2017.

CONTRATO Nº 012/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DE 02 (DUAS) PONTES DE MADEIRA EM REGIME EMERGENCIAL.

CONTRATADO: L. P. DOS SANTOS MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO - ME.

CNPJ: 05.511.353/0001-70.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 60 (sessenta) Dias;

DATA DE ASSINATURA: 29/05/2017.

VALOR GLOBAL: R$ 21.667,44 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e quatro centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Serra Nova Dourada - MT, em 01 de junho de 2017.

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Portaria n.º 012/2017.

P.M.S.N.D.

PORTARIA Nº 067/2017

Portaria nº 067/2017

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA, É DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR,** no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Artigo I – Conceder licença em razão do exercício initerrupto por 05 (cinco) anos pelo período de 03 (Três) Mêses, conforme a LC 12/2014 Seção 3 Art 33. À Servidora Deuserina Barreira Machado matricula 035 , a partir de 01 de Maio de 2017 com término de 29 de Junho de 2017.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se, e cumpre-se.

Serra Nova Dourada-MT 02 de Maio de 2017.

JOSE OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 072/2017/ADM.

Portaria nº 072/2017/ADM.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR, Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada-MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Lei Complementar Municipal nº 012/2014, art. 36;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR, a suplente senhoria Lucimar Gomes da Costa, suplente do Conselho Tutelar eleitos no dia 04 de Outubro de 2015, para

substituir a Conselheira Tutelar, senhora **Eliane Gomes de Sousa**, pois a mesma esta de férias a partir do dia 01/06/2017 e retornará no dia 01/07/2017, conforme a Lei Complementar Art.81. A Lei Municipal.

CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

Serra Nova Dourada-MT, aos 31 dias do Mês de Maio de 2017.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 268/2017

Dispõe sobre a concessão do benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ a servidora SOLANGE MARIA FERRONATO.*"*

Cássia Aparecida Ribeiro Omizzollo Diretora Executiva do PREVI-SINOP – Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Sinop/MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentando-se Art. 6-A da Emenda Constitucional nº. 41/2003 e considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 1º, I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003 c/c Art. 12, § 1º,§ 8º e § 9º da Lei Municipal nº. 2295/2016, de 13 de abril de 2016, art. 102 da Lei 254/93 de 29 de março de 1993, que dispõe sobre o Regime Jurídico único dos servidores municipais;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a Sra. SOLANGE MARIA FERRONATO, Brasileira , Solteira, portadora da Cédula de Identidade RG n° 901.327, SSP/MT e inscrita no CPF sob o n.º 770.650.931-15, residente e domiciliada AVENIDA DOS INGÁS, 1530, JARDIM PARAÍSO - SINOP/MT, servidora pública Municipal , efetiva no cargo de Professora Lic.em Pedagogia 38 hs, com a referencia classe "C" Nível "8" matriculada no PreviSinop sob nº 808 lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com proventos integrais, conforme Processo Administrativo do PreviSinop nº 2017.03.23611P, a partir de 02/06/2017 até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se

SINOP - MT, 01 de Junho de 2017

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PreviSinop

HOMOLOGO:

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal de Sinop - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 1094/2017

DATA: 31 de maio de 2017.

SÚMULA: Institui Comissão Especial de Julgamento de Projetos para atuar em Licitação em atendimento à Modalidade Concurso de Projetos nº 001/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir Comissão Especial de Julgamento de Projetos para atuar em Licitação em atendimento à Modalidade Concurso de Projetos nº 001/2017, conforme segue:

I – Marcelo Roberto Klement – representante do Poder Executivo Municipal;

II – Adriano Marlon Perotti – representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;

III – Marcos Antonio Saltareli – representante do Conselho Municipal de Saúde - CMS;

IV – Gerson Danzer – representante da Secretaria Municipal de Saúde;

V – Allan Deivid Lopes da Silva – representantes da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 31 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO DE SINDICÂNCIA Nº 009/2017

Analisando os autos da Sindicância instaurada pela Portaria nº 685/2017, destinada a apurar os fatos ocorridos na então Secretaria Municipal da Diversidade Cultural;

Em face do apurado pela Comissão de Sindicância retro e em consonância com o Parecer Jurídico nº 246/2017 – AJU;

ACOLHO pela abertura de **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente - CPP, para as providências necessárias.

Dê-se ciência à Secretaria Municipal de Educação.

Sinop - MT, 29 de maio de 2017.

_____

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017 DE 30/05/2017

EXTRATO DE CONTRATO nº 014/2017 de 30/05/2017

CONTRATO N.º 014/2017 - OBJETO: **contratação de empresa especializada para execução das obras de pavimentação asfáltica, drenagem de águas pluviais, sinalização viária e passeio público com acessibilidade no Bairro Jardim São Paulo, na cidade de Sinop/MT**.CONTRATADA: **PISSINATTI EMPREENDIMENTOS LTDA**, CNPJ/MF Nº 05.841.963/0001-31. VALOR TOTAL: **R$ 2.754.789,75 (dois milhões, setecentos e cinqüenta e quatro mil, setecentos e oitenta e nove reais e setenta e cinco centavos**). CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP**. **REF:** CONCORRÊNCIA PÚBLICA n° 001/2017 , fundamentada na Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. **DATA DE INICIO:** 30/05/2017. **EXECUÇÃO:** 360 (trezentos e oitenta) dias. **VIGÊNCIA:** 480 (quatrocentos e oitenta) dias.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 1086/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Institui Comissão Técnica para lançamento das informações no Sistema do Plano de Carreira e Remuneração - SisPCR.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir Comissão Técnica para lançamento das informações no Sistema do Plano de Carreira e Remuneração - SisPCR.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo anterior será composta conforme segue:

I – Alexandra Cristina da Rosa Cortes

Matrícula: 3982

II – Leila Debortolli Bergonci

Matrícula: 3121

III – Taíze Avrella

Matrícula: 6615

IV – Carla Sprizão Ponce

Matrícula: 1912 e 4039

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 1088/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Instaura Processo Administrativo Sancionador – PAS envolvendo a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A. detentora da Ata de Registro de Preços nº 088/2017, Pregão Eletrônico nº 042/2016.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 16 da Instrução Normativa nº 063/2016, aprovada pelo Decreto nº 063/2016, de 29 de março de 2016;

Considerando as disposições contidas no Ofício nº 175/CALS/SMS/SINOP/2017 da Central de Apoio Logístico em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sancionador – PAS envolvendo a empresa HOSPFAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES S.A., inscrita no CNPJ nº 26921908/0002-02, detentora da Ata de Registro de Preços nº 088/2017, Pregão Eletrônico nº 042/2016, cujo objeto é a "*Aquisição de medicamentos para atender a Farmácia Básica, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde*".

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis à pedido, caso seja necessário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 254/2017

DATA: 25/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CLAUDETE BARBIERO."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CLAUDETE BARBIERO, efetivo(a) no cargo de ZELADOR, referência "D", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 19/05/2017 e término em 15/10/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.00194R8.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 1089/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Instaura Processo Administrativo Sancionador – PAS envolvendo a empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA detentora da Ata de Registro de Preços nº 091/2017, Pregão Eletrônico nº 042/2016.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o disposto no art. 16 da Instrução Normativa nº 063/2016, aprovada pelo Decreto nº 063/2016, de 29 de março de 2016;

Considerando as disposições contidas no Ofício nº 176/CALS/SMS/SINOP/2017 da Central de Apoio Logístico em Saúde da Secretaria Municipal de Saúde;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instaurar Processo Administrativo Sancionador – PAS envolvendo a empresa CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 078478370/0001-10, detentora da Ata de Registro de Preços nº 091/2017, Pregão Eletrônico nº 042/2016, cujo objeto é a "*Aquisição de medicamentos para atender a Farmácia Básica, Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Centro de Apoio Psicossocial - CAPS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde*".

Art. 2º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogáveis à pedido, caso seja necessário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 250/2017

DATA: 25/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA DA PENHA RAMALHO DOS SANTOS."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARIA DA PENHA RAMALHO DOS SANTOS, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM ED. FIS.38 HS, referência "C", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DIVERSIDADE CULTURAL, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 19/06/2017 e término em 03/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017. 05.23736P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 1090/2017

DATA: 30 de maio de 2017.

SÚMULA: Torna pública a entrada em exercício, no quadro efetivo, dos servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Tornar pública a entrada em exercício no quadro efetivo, dos servidores que menciona, conforme segue:

MATRICULA	NOME	CARGO	CE	ADMISSÃO
12952	JULIANA PEREIRA DE OLIVEIRA	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	02/05/2017
12953	KESSI JHON DOS SANTOS	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30	02/05/2017
12970	MAICO ROVIAN LOPES CANABARRO	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30	15/05/2017
12968	MARCIA CRISTIANA NERATKA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	15/05/2017
12954	MARINEZ DOS SANTOS	945 - AUXILIAR DE MANUTENCAO DE INFRAESTR	31	11/05/2017
12967	MARISA DAHMER GOMES	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	15/05/2017
12955	MIRIELE FEREIRA MARQUES BOGO	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	02/05/2017
12956	RAFAEL BASILIO DE AMORIM	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	02/05/2017
12957	ROSANA CARINA FRIEDRICH FAVARO	944 - TECNICO ADM EDUCACIONAL - ADMINISTRAC	30	02/05/2017
12969	ROSINETE GONCALVES	943 - AUXILIAR DE NUTRICAO	31	15/05/2017
12958	VALDIR PEREIRA	969 - PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30 HS	29	02/05/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 1085/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Institui Comissão Especial para estudo de viabilidade técnica, operacional, orçamentária e financeira de redução da caraga horária dos Técnicos Administrativos Educacionais.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e;

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir Comissão Especial para estudo de viabilidade técnica, operacional, orçamentária e financeira de redução da caraga horária dos Técnicos Administrativos Educacionais.

Art. 2º. A Comissão de que trata o artigo anterior será composta conforme segue:

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura

a) Veridiana Paganotti;

b) Alexandra Cristina da Rosa Cortes;

c) Leila Debortolli Bergonci;

d) Carla Sprizão Ponce;

e) Iane Juchem

f) Tânia Aparecida Nunes Ribeiro;

g) Eledi Tizziani;

h) Elisangela de Souza Santos.

II – Representantes do Conselho Municipal de Educação

a) Edemar Jorge Kamchen;

b) Ana Paula Pereira de Santana.

III – Representantes dos Diretores Escolares

a) Maria Aparecida Medina Gomes.

IV – Representantes do SINTEP

a) Vera Aparecida Teixeira da Cruz

b) Valdeir Pereira;

c) Maria Aparecida Lopes Moreira.

V – Representantes dos Técnicos Desenvolvimento Infantil

a) Diva Florencio Domingo;

b) Rosimeire Ribeiro de Oliveira.

VI – Representantes dos Técnicos Administrativos Educacionais

a) Jucinéia de Oliveira Lebkuchen;

b) Lucélia Santana Fialho.

Art. 3°. A Comissão Especial terá um prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do Relatório Final, bem como indicar providências a serem adotadas diante dos resultados alcançados.

Parágrafo único. O prazo descrito no *caput* poderá ser prorrogado por igual período, mediante solicitação do Presidente da Comissão, eleito entre os pares.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 113/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Homologa a Instrução Normativa nº 006/SMEEC/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologada a Instrução Normativa nº 006/SMEEC/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura que *"Dispõe sobre a utilização e cedência das instalações esportivas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura."*.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

VERIDIANA PAGANOTTI

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/SMEEC/2017

Dispõe sobre a utilização e cedência das instalações esportivas vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura.

Art. 1º. Esta Instrução Normativa estabelece critérios para a utilização das instalações esportivas, do Ginásio Benedito Santiago, do Ginásio do São Cristovão, do Ginásio Jardim Violetas e do Complexo Olímpico José Carlos Pasa.

Art. 2º. As instalações esportivas mencionadas no artigo anterior estão vinculados à Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura, destinadas à promoção de eventos e práticas desportivas em suas várias modalidades, bem como para a realização de competições esportivas de âmbito Municipal, Estadual e Nacional através da cedência de horários, desde que obedecidos os seguintes critérios:

I - de caráter regular, os pedidos de cedência continuada, ou seja, aqueles apenas para a prática esportiva, deverão ser solicitados por escrito e dirigidos à Secretaria Municipal de Educação Esporte e Cultura no local de funcionamento da Gerência de Esporte, até ao último dia de cada mês, instruídos dos seguintes elementos:

a) identificação da pessoa singular ou das pessoas coletivas requerentes;

b) nome, endereço e telefone dos responsáveis de cada uma das atividades e do responsável social, no caso do requerente se tratar de pessoa coletiva;

c) horário semanal e data previsto devidamente especificado;

d) número médio de praticantes previstos para a atividade;

e) identificação do espaço solicitado.

II – com caráter eventual, os pedidos de cedência deverão ser dirigidos por escrito, através de oficio à Secretária Municipal de Educação Esporte e Cultura, no local de funcionamento da mesma, sempre com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência da data de utilização, contendo as seguintes informações:

a) identificação da pessoa singular ou das pessoas coletivas requerentes;

b) nome, endereço e telefone dos responsáveis de cada uma das atividades e do responsável social, no caso do requerente se tratar de pessoa coletiva;

c) horário e data previsto devidamente especificado;

d) número médio de participantes previstos para a atividade;

e) identificação do espaço solicitado.

Art. 3º. As instalações esportivas citadas nesta instrução normativa funcionarão das 8:00hs às 23:00hs, diariamente, para atendimento da comunidade, podendo ser alterado seu funcionamento em eventos especiais mediante necessidade justificada.

§1º. O funcionamento das instalações esportivas no período das 08:00hs às 18:00hs, nos dias úteis, será destinado às atividades escolares, escolinhas municipais de variadas modalidades, projetos que tenham a parceria e/ou execução da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude.

§2º. Já no período das 19:00hs às 23:00hs, as instalações esportivas serão utilizadas por aqueles que solicitaram conforme artigo 2º desta Instrução Normativa, obedecendo a calendário previamente estabelecido.

§3º. Qualquer atividade prevista nos horários acima relacionados poderão sofrer alterações desde que o horário se destine às competições que tenham o apoio, parceira ou organização da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude.

Art. 4º. Nas cedências de caráter pontual, haverá vistoria após a realização do evento para verificação do estado de conservação das praças esportivas de que trata a presente.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do organizador do evento reparar eventuais danos ou prejuízos, cumprindo determinação do **Termo de Autorização de Uso de Espaço** assinado pelas partes.

Art. 5º. O responsável pela utilização das praças esportivas cedidas fica obrigado a entregar o espaço nas mesmas condições que o recebeu, especialmente, no tocante à limpeza do local.

Art. 6º. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sinop-MT, 29 de maio de 2017.

VERIDIANA PAGANOTTI

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 112/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Homologa a Instrução Normativa nº 005/SMEEC/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologada a Instrução Normativa nº 005/SMEEC/2017 da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura que *"Dispõe sobre os procedimentos a serem observados quando da tramitação de documentos na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Sinop – MT".*

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

VERIDIANA PAGANOTTI

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/SMEEC/2017

Dispõe sobre os procedimentos a serem observados quando da tramitação de documentos na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Sinop – MT.

Art. 1º. Esta Instrução Normativa dispõe sobre as normas e procedimentos a serem observados quando a tramitação de documentos no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, visando o controle dos mesmos.

Art. 2º. Todos os documentos em circulação devem ser protocolados na sede da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura, com funcionamento de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h.

Art. 3º. Os documentos a serem protocolados deverão ser apresentados pelo requerente em, no mínimo, 02 (duas) vias de igual teor.

Parágrafo único. Todas as vias receberão um carimbo de protocolo contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - data do protocolo;

II - horário do protocolo;

III - nome do responsável pelo protocolo;

IV - assinatura do responsável pelo protocolo.

Art. 4º. Para o devido protocolo, torna-se necessário constar no corpo do documento as seguintes informações;

I - remetente;

II - indicação do destinatário e seu respectivo setor;

III - assunto a que se refere.

Parágrafo único. Os documentos expedidos por pessoa física deverão conter:

a) nome completo;

b) número do CPF;

c) endereço;

d) telefone para contato.

Art. 5º. A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura procederá ao deferimento ou indeferimento do respectivo documento.

§1º. As Gerências de Esporte e Cultura deverão dar os encaminhamentos conforme descriminado no *caput* deste artigo.

§2º. Nenhum documento poderá ser protocolado diretamente nas respectivas Gerências, ou por ato discricionário, deferido ou indeferido por seus Gerentes.

Art. 6º. A inobservância das determinações elencadas na presente Instrução Normativa resultará na adoção dos devidos processos legais e à responsabilização administrativa prevista em lei.

Art. 7º. Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sinop-MT, 29 de maio de 2017.

VERIDIANA PAGANOTTI

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 110/2017

DATA: 26 de maio de 2017

SÚMULA: Promove alterações no Decreto nº 061/2016, de 28 de março de 2016, e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO,no uso de suas atribuições legais;

Considerando as disposições contidas na Lei Municipal n°. 955/2007, de 19 de março de 2007, alterada pela Lei n°. 1075/2008, de 01 de dezembro de 2008;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 061/2016, de 28 de março de 2016, que trata da composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB.

Art. 2º. O inciso *"I"* do art. 1º do Decreto nº 061/2016, passa a vigorar conforme segue:

"I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

TITULAR: Silvana Cleria Piccoli

Matrícula: 2777/11971

SUPLENTE: Alexandra Cristina da Rosa Cortes

Matrícula: 3982

TITULAR: Carla Sprizão Ponce

Matrícula: 1912/4039

SUPLENTE: Patrícia Aparecida Miranda Amorim

Matrícula 12834"

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 26 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

VERIDIANA PAGANOTTI

Secretária Municipal de Educação, Esporte e Cultura

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 260/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) NERI GUEDES."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). NERI GUEDES, efetivo(a) no cargo de VIGIA, referência "A", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 17/05/2017 e término em 15/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23537R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE PRORROGAÇÃO Nº. 002/2017 CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

A **Prefeitura Municipal de Sinop, Estado de Mato Grosso**, prorroga por mais 30 (trinta) dias, contados a partir de 16.08.2017, a posse da candidata abaixo relacionada, convocada através do Edital de Nomeação nº 005/ 2017 do Concurso Público nº 001/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios em 17 de abril de 2017 – Edição nº 2710, página 252, em virtude de cumprimento de Licença Maternidade, assegurado pelo art. 13, §1º da Lei Federal nº 8.112/90, conforme segue:

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs

Class.	Nome
212	MARCILENE DO NASCIMENTO SILVA

Sinop - MT, 18 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO Nº. 002/2017 CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2014

O candidato ao cargo de **PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs,**nomeado no Edital n° 005/2017, e que solicitou, mediante requerimento próprio, passar para o final da lista dos aprovados, e concorrer um novo chamamento uma só vez, que poderá ou não se efetivar no período de validade deste Concurso Público, (entendendo-se que conforme item 8.2 deste mesmo edital de abertura que a classificação final do Concurso será publicada por edital e **apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo,** em ordem decrescente de pontos) conforme a reclassificação que segue:

PROFESSOR EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs		
Clas.	Nome do Candidato	**Reclassificação**
221	JAQUELINI FIUZA	**376**

Sinop - MT, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 005/2017

Certificamos para os devidos fins, que referente ao Edital de Nomeação nº **005/2017**, do Concurso Publico n° **001/2014,** válido no período compreendido entre **17 de Abril a 16 de maio 2017** não compareceram para assumir sua vaga, e ou, não entraram em exercício os seguintes candidatos:

CLASS	NOME	CARGO
206	EDLUCIA NERI DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
207	ROSANGELA PAGGI	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
210	MARIA DA GLORIA LUCIO DE OLIVEIRA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs
216	ELAINE ALVES DA SILVA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA 30 hs

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Sinop-MT, 18 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO/DESISTÊNCIA Nº. 004/2017

Certificamos para os devidos fins, que referente ao Edital de Nomeação nº 004/2017, do Concurso Publico n° 001/2014**,** válido no período compreendido entre **17 de Abril a 16 de maio 2017** não compareceram para assumir sua vaga, e ou, não entraram em exercício os seguintes candidatos:

CLASS	NOME	CARGO
78	VANESSA APARECIDA DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - AUXILIAR DE NUTRIÇÃO ESCOLAR

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente Termo para todos os efeitos legais de direito.

Sinop-MT, 18 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO PAS Nº 035/2017

Analisando os autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PAS, instaurado pela Portaria nº 158/2017, destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa **LA DALLAPORTA JÚNIOR**, participante do Pregão Eletrônico nº 42/2016, Registro de Preços nº 111/ 2016, com vistas à *"Aquisição de medicamentos para atender a Farmácia Básica, Centro de Apoio Psicossocial – CAPS e Média e Alta Complexidade (MAC), atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Saúde";*

Examinando os documentos apensados ao Processo Administrativo Sancionador nº 09/2017, em especial o Parecer Jurídico nº 283/2017 - AJU, que destacam a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente e **DEFIRO** pelo **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO** à empresa **LA DALLAPORTA JÚNIOR** conforme previsto no subitem 18.3.4. da Cláusula 18 do Pregão Eletrônico nº 042/2016, Registro de Preço nº 111/2016.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO PAS Nº 036/2017

Analisando os autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PAS, instaurado pela Portaria nº 470/2017, destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa **RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preços nº 028/2017, Registro de Preços nº 117/2016, Pregão Eletrônico nº 46/2016, com vistas à *"Aquisição de material para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.";*

Examinando os documentos apensados ao Processo Administrativo Sancionador nº 12/2017, em especial o Parecer Jurídico nº 285/2017 - AJU, que destacam a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente e **DEFIRO** pelo **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO** à empresa **RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA** conforme previsto no subitem 7.3.4. da Cláusula 7ª da Ata de Registro de Preços nº 028/2017 e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop - MT, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO PAS Nº 037/2017

Analisando os autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PAS instaurado pela Portaria nº 578/2017 destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa **CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA**, detentora da Ata de Registro de Preço nº 020/2017, Pregão Eletrônico nº 46/2016, Registro de Preços nº 117/2016, com vistas à *"Aquisição de material ambulatorial para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde*";

Examinando os documentos acostados ao Processo Administrativo Sancionador nº 16/2017, em especial o Parecer Jurídico nº 286/2017 - AJU, que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o Parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente, ante as irregularidades praticadas pela empresa **CIENTÍFICA MÉDICA HOSPITALAR LTDA** e **DEFIRO** pela aplicação da sanção de **MULTA** na ordem de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da Ata de Registro de Preços nº 020/2017, perfazendo um total **de R$19. 200,00 (dezenove mil e duzentos reais)**, conforme previsto no subitem 7.3.2. da Cláusula 7ª da referida Ata, com a consequente rescisão contratual, bem como, pelo **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP PELO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES**, previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop/MT, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO PAS Nº 038/2017

Analisando os autos do PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR – PAS instaurado pela Portaria nº 471/2017 destinada a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a empresa **RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI**, detentora da Ata de Registro de Preço nº 232/2016, Pregão Eletrônico nº 012/2016, Registro de Preços nº 035/2016, com vistas à *"Aquisição de material ambulatorial para atender as Unidades de Saúde – PSF, Unidade de Pronto Atendimento – UPA, CER – Dom Aquino, Serviços de Atendimento Especializado – SAE, Centro de Especialidades Odontológica – CEO, Saúde Bucal e Centro de Apoio Psicossocial – CAPS, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde*";

Examinando os documentos acostados ao Processo Administrativo Sancionador nº 11/2017, em especial o Parecer Jurídico nº 284/2017 - AJU, que destaca a regularidade processual da Comissão retro, especificamente quanto à observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, bem como em atenção ao devido processo legal e a verificação se as conclusões da mesma estão arrazoadas dentro dos limites a que se propôs a abertura do Processo Administrativo e a extensão das provas que o instruíram;

E, finalmente, considerando que o Parecer retro coaduna com o Relatório Final da referida Comissão Processante Permanente;

ACOLHO a decisão expressa no Relatório Final da Comissão Processante Permanente, ante as irregularidades praticadas pela empresa **RECMED COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI** e **DEFIRO** pela aplicação da sanção de **MULTA** na ordem de 20% (vinte por cento) calculada sobre o valor da Ata de Registro de Preços nº 232/2016, perfazendo um total **de R$ 6.658,20 (seis mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos)**, conforme previsto no subitem 7.3.3. da Cláusula 7ª da referida Ata, com a consequente rescisão contratual, bem como, pelo **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO**, previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração – Comissão Processante Permanente, para as providências necessárias.

Sinop/MT, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DESPACHO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Retorna a esse Gabinete os autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº 001/2015, destinado a apurar os fatos e responsabilidades envolvendo a servidora LOURDES TEREZINHA BORRÉ, Professora Licenciatura Pedagogia 40 horas, lotada na E.M.E.B. Armando Dias;

Examinando os documentos do recurso tempestivamente apresentado pela servidora, bem como a Certificação da Comissão Processante Permanente - CPP;

ACOLHO pela **MANUTENÇÃO** dos termos proferidos no **Despacho Nº 002/2016 – Processo Administrativo Disciplinar**, de 02 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial do Município na Edição nº. 2410, página 419, de 08 de fevereiro de 2016.

Dê-se ciência.

Remeta-se à Secretaria Municipal de Administração para as providências necessárias.

Sinop - MT, 30 de maio de 2017.

_____

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 253/2017

DATA: 25/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ANDRESSA TAVARES SILVA GAMBOA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ANDRESSA TAVARES SILVA GAMBOA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM MATEMÁTICA 20HS, referência "C", nível "7", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 19/05/2017 e término em 02/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23629R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 252/2017

DATA: 25/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ANDRESSA TAVARES SILVA GAMBOA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ANDRESSA TAVARES SILVA GAMBOA, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM MATEMÁTICA 20HS, referência "C", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 19/05/2017 e término em 02/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23630R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 25/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE
ERRATA EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 010/2016

Publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso dia 16/05/2017, Página: 200 – nº 2.729.

Onde se lê:

"CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR"

Os acréscimos financeiros para atender este termo aditivo, necessários à execução do presente instrumento são da ordem de **R$ 10.396,00** (dez mil trezentos e noventa e seis reais), passando o valor global do Termo de Convênio Nº 010/2016 para R$ 145.152,00 (cento e quarenta e cinco mil cento e cinqüenta e dois reais).

Leia-se:

"CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR"

Os acréscimos financeiros para atender este termo aditivo, necessários à execução do presente instrumento são da ordem de **R$ 10.396,00** (dez mil trezentos e noventa e seis reais), passando o valor global do Termo de Convênio Nº 010/2016 para R$ 145.548,00 (cento e quarenta e cinco mil quinhentos e quarenta e oito reais).

Sinop-MT, 01 de junho de 2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

A **Prefeitura Municipal de Sinop/MT informa** que fará realizar no dia 22 de junho de 2017, às 08h00min (horário Local), licitação na modalidade Tomada de Preços do tipo Menor Preço - Empreitada Por Preço Global, destinada a **Contratação de empresa especializada para serviços de readequação de rede de distribuição de energia elétrica de baixa tensão com fornecimento e instalação do posto de transformação 225kva para atender as necessidades da escola municipal de educação básica Rodrigo Damasceno na cidade de Sinop/Mt**. O edital poderá

ser obtido na sede da Secretaria Municipal de Administração junto ao Departamento de Licitações, situado a Rua das Avencas, 1491, Setor Comercial, de segunda à sexta-feira, das 07h00min às 13h00min e no site **http://www.sinop.mt.gov.br/transparencia/licitacao**, informações poderão ser obtidas através dos telefones: (66) 3517-5298/3520-7272. A visita técnica poderá ser realizada até o último dia que antecede a abertura do certame, devendo ser marcada com antecedência na Secretaria Municipal de Educação, por intermédio do fone (66) 3511- 3707, das 07h00min às 13h00min. Sinop/MT, 01 de junho de 2017.

José Carlos Pessoa

Presidente da C. P. L.

Portaria nº 378/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 115/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.653.516,08 (um milhão, seiscentos e cinqüenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e oito centavos), e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº. 4.320/64, e especialmente a Lei nº. 2431/2017, de 30 de maio de 2017;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.653.516,08 (um milhão, seiscentos e cinqüenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e oito centavos), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 2364/2016, conforme segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.0003.2006 - ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE E AEA

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 22.000,00

- (vinte e dois mil reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.15.451.0016.1025 - EXECUÇÃO DE REDES DE DERNAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS E MEIO FIO.

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 35.000,00

- (trinta e cinco mil reais)

07.010.0.0.15.452.0016.2035 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS , MEIO FIO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 15.000,00

- (quinze mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0.15.451.0020.1030 - AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SINOP

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 2.600,00

- (dois mil e seiscentos reais)

11 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.361.0027.1050 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 287.494,00

- (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e quatro reais)

11.030.0.0 - GERÊNCIA DE ESPORTES

11.030.0.0.27.812.0013.1094 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 165.000,00

- (cento e sessenta e cinco mil reais)

11.030.0.0.27.812.0013.1095 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 30.350,00

- (trinta mil e trezentos e cinqüenta reais)

11.030.0.0.27.812.0013.2139 - REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 1.845,66

- (um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos)

11.040.0.0 - GERÊNCIA DE CULTURA

11.040.0.0.13.122.0008.2132 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CULTURA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 71.088,63

- (setenta e um mil, oitenta e oito reais e sessenta e três centavos)

11.040.0.0.13.126.0007.2133 - AÇÕES DE INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DA CULTURA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 119,58

- (cento e dezenove reais e cinqüenta e oito centavos)

11.040.0.0.13.391.0001.2134 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SINOP

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 23.478,19

- (vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos)

11.040.0.0.13.392.0001.2136 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO BIBLIOTECA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 4.176,02

- (quatro mil, cento e setenta e seis reais e dois centavos)

11.040.0.0.13.392.0001.2137 - AÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 11.425,00

- (onze mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.010.0.0.08.122.0036.2073 - MANUTENÇÃO DA SASTH

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 264.642,00

- (duzentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e quarenta e dois reais)

12.010.0.0.08.126.0007.2075 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 26.500,00

- (vinte e seis mil e quinhentos reais)

12.010.0.0.08.241.0038.2085 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 16.578,00

- (dezesseis mil e quinhentos e setenta e oito reais)

12.010.0.0.08.243.0037.2078 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 37.138,00

- (trinta e sete mil e cento e trinta e oito reais)

12.010.0.0.08.244.0034.2124 - MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 165.000,00

- (cento e sessenta e cinco mil reais)

12.010.0.0.08.244.0037.2076 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CREAS, PAEFI E MSE

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 32.748,00

- (trinta e dois mil e setecentos e quarenta e oito reais)

12.010.0.0.08.244.0038.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CRAS E DO PAIF

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 360.756,00

- (trezentos e sessenta mil e setecentos e cinqüenta e seis reais)

12.010.0.0.11.333.0033.2069 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA NACIONAL DO EMPREGO - SINE

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 53.498,00

- (cinqüenta e três mil e quatrocentos e noventa e oito reais)

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 6.729,00

- (seis mil e setecentos e vinte e nove reais)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

12.020.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

12.020.0.0.16.482.0032.2068 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 20.350,00

- (vinte mil e trezentos e cinqüenta reais)

T O T A L R$ 1.653.516,08

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, de acordo com o inciso III do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.0003.2006 - ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE E AEA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 22.000,00

- (vinte e dois mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0.13.122.0008.2024 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIVERSIDADE CULTURAL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 71.088,63

- (setenta e um mil, oitenta e oito reais e sessenta e três centavos)

05.010.0.0.13.126.0007.2023 - AÇÕES INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DA CULTURA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 119,58

- (cento e dezenove reais e cinqüenta e oito centavos)

05.010.0.0.13.391.0001.2026 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SINOP

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 23.478,19

- (vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos)

05.010.0.0.13.392.0001.2027 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO BIBLIOTECA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 4.176,02

- (quatro mil, cento e setenta e seis reais e dois centavos)

05.010.0.0.13.392.0001.2028 - AÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 11.425,00

- (onze mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.2029 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 40.525,71

- (quarenta mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos)

06.010.0.0.27.812.0013.2030 - REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 32.195,66

- (trinta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.26.452.0019.2036 - RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DAS RUAS E AVENIDAS NÃO PAVIMENTADAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0.15.451.0020.1030 - AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SINOP

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 2.600,00

- (dois mil e seiscentos reais)

11 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.126.0027.2052 - MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 35.500,00

- (trinta e cinco mil e quinhentos reais)

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 1.454,00

- (um mil e quatrocentos e cinqüenta e quatro reais)

11.010.0.0.12.361.0027.1050 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 1.000,00

- (um mil reais)

11.010.0.0.12.365.0027.1049 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00

- (cem mil reais)

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 149.540,00

- (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta reais)

11.030.0.0 - GERÊNCIA DE ESPORTES

11.030.0.0.27.812.0013.2138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 124.474,29

- (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.010.0.0.08.244.0035.2071 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR

3.3.60.00.00.00 - 0100000000- Transf.a Inst.Priv. c/ Fins Lucrat. R$ 983.939,00

- (novecentos e oitenta e três mil e novecentos e trinta e nove reais)

T O T A L R$ 1.653.516,08

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

IVETE MALLMANN FRANKE

Secretária Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 116/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, de acordo com o art. 42 da Lei nº. 4.320/64, e especialmente a Lei nº. 2432/2017, de 30 de maio de 2017;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, conforme segue:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0.01.031.0010.1001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

4.4.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 60.000,00

- (sessenta mil reais)

01.010.0.0.01.031.0010.1003 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 90.000,00

- (noventa mil reais)

T O T A L R$ 150.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, e de acordo com o preconizado pelo inciso III do §1º do art.43 da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0.01.031.0010.1002 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

4.4.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 100.000,00

- (cem mil reais)

01.010.0.0.01.031.0010.1003 -AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

4.4.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

T O T A L R$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

IVETE MALLMANN FRANKE

Secretária Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 111/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Aprova o loteamento denominado de "*Jardim Londrina"* e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica aprovado o loteamento denominado *"Jardim Londrina"* de propriedade da empresa Jardim Londrina Empreendimentos Imobiliários LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 26.129.193/0001-79, com sede na Rua das Aroeiras, nº 629, Sala 15, nesta cidade de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. O empreendimento Jardim Londrina está localizado na área de terra denominada Chácara n° 450, situada na Estrada Claudete, no Bairro de Chácaras Sinop, município de Sinop, Estado de Mato Grosso, com área total escriturada de 51.505,79m², assim distribuídos:

a) Área de Lotes 28.882,43 m2

b) Áreas Institucionais 3.100,16 m²

c) Área de Arruamento 14.370,88 m2

d) Áreas Verdes 5.152,32 m2

Área Total 51.505,79 m²

Art. 3º. São os seguintes limites, confrontações e distâncias da área escriturada:

I - inicia-se a descrição deste perímetro no marco **M01,** com as seguintes coordenadas **(PTL)** e **(SGL)**; georreferenciado no Sistema Geodésico de Referência **(SGR), SIRGAS2000, MC 57°WGr**, **(N 8685750.604 m** e **E 660929.801 m), (**11°53'05.42338" S e 55°31'20.64147" W**)**; deste segue confrontando com **RUA CELINA DIAS MARTINS** com os seguintes azimutes e distâncias: 150°31'53" e 439,10 metros, até o marco **M02 (N 8685368.316 m** e **E 661145.813 m), (**11°53'17.86371" S e 55°31'13.50437" W**)**; 240°31'48" e 7,30 metros, até o marco **M03 (N 8685364.727 m** e **E 661139.460 m), (**11°53'17.98051" S e 55°31'13.71424" W**)**; deste segue confrontando com **ÁREA INSTITUCIONAL DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 240°31'48" e 110,00 metros, até o marco **M04 (N 8685310.608 m** e **E 661043.690 m), (**11°53'19.74154" S e 55°31'16,87866" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 09 DA QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 6,82 metros, até o marco **M05 (N 8685316.544 m** e **E 661040.336 m), (**11°53'19.54841" S e 55°31'16.98948" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 08 QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M06 (N 8685325.250 m** e **E 661035.417 m), (**11°53'19.26510" S e 55°31'17.15202" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 07 DA QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M07 (N 8685333.956 m** e **E 661030.497 m), (**11°53'18.98178" S e 55°31'17.31458" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 06 DA QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M08 (N 8685342.662 m** e **E 661025.578 m), (**11°53'18.69847" S e 55°31'17.47712" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 05 DA QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M09 (N 8685351.369 m** e **E 661020.658 m), (**11°53'18.41513" S e 55°31'17.63965" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 04 QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M10 (N 8685360.075 m** e **E 661015.739 m), (**11°53'18.13182" S e 55°31'17.80221" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 03 DA QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M11 (N 8685368.781 m** e **E 661010.819 m), (**11°53'17.84850" S e 55°31'17.96475" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 02 DA QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M12 (N 8685377.487 m** e **E 661005.900 m), (**11°53'17.56519" S e 55°31'18.12728" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 01 DA QUADRA 19 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 11,00 metros, até o marco **M13 (N 8685387.064 m** e **E 661000.488 m), (**11°53'17.25355" S e 55°31'18.30609" W**)**; deste segue confrontando com **RUA SANTA EFIGÊNIA** com azimute: 330°31'53" e 14,98 metros, até o marco **M14 (N 8685400.106 m** e **E 660993.119 m), (**11°53'16.82915" S e 55°31'18.54956" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 01 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 11,02 metros, até o marco **M15 (N 8685409.701 m** e **E 660987.698 m), (**11°53'16.51693" S e 55°31'18.72870" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 02 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M16 (N 8685418.407 m** e **E 660982.778 m), (**11°53'16.23361" S e 55°31'18.89123" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 03 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°32'09" e 10,00 metros, até o marco **M17 (N 8685427.113 m** e **E 660977.859 m), (**11°53'15.95027" S e 55°31'19.05376" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 04 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M18 (N 8685435.819 m** e **E 660972.939 m), (**11°53'15.66696" S e 55°31'19.21633" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 05 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M19 (N 8685444.526 m** e **E 660968.020 m), (**11°53'15.38364" S e 55°31'19.37886" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 06 DA QUADRA 23 DO RE RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M20 (N 8685453.232 m** e **E 660963.100 m), (**11°53'15.10033" S e 55°31'19.54139" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 07 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M21 (N 8685461.938 m** e **E 660958.181 m), (**11°53'14.81702" S e 55°31'19.70396" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 08 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M22 (N 8685470.644 m** e **E 660953.261 m), (**11°53'14.53371" S e 55°31'19.86649" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 09 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M23 (N 8685479.351 m** e **E 660948.342 m), (**11°53'14.25039" S e 55°31'20.02902" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 10 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M24 (N 8685488.057 m** e **E 660943.422 m), (**11°53'13.96705" S e 55°31'20.19155" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 11 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M25 (N 8685496.763 m** e **E 660938.503 m), (**11°53'13.68374" S e 55°31'20.35411" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 12 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M26 (N 8685505.469 m** e **E 660933.584 m), (**11°53'13.40042" S e 55°31'20.51664" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 13 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M27 (N 8685514.176 m** e **E 660928.664 m), (**11°53'13.11711" S e 55°31'20.67918" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 14 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M28 (N 8685522.882 m** e **E 660923.745 m), (**11°53'12.83380" S e 55°31'20.84174" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 15 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M29 (N 8685531.588 m** e **E 660918.825 m), (**11°53'12.55049" S e 55°31'21.00427" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 16 DA QUADRA 23 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 9,78 metros, até o marco **M30 (N 8685540.104 m** e **E 660914.013 m), (**11°53'12.27334" S e 55°31'21.16326" W**)**; deste segue confrontando com **RUA ITAÍM** com azimute: 330°31'53" e 15,08 metros, até o marco **M31 (N 8685553.237 m** e **E 660906.592 m), (**11°53'11.84598" S e 55°31'21.40843" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 01 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 11,13 metros, até o marco **M32 (N 8685562.931 m** e **E 660901.115 m), (**11°53'11.53055" S e 55°31'21.58940" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 02 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M33 (N 8685571.637 m** e **E 660896.196 m), (**11°53'11.24720" S e 55°31'21.75197" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 03 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M34 (N 8685580.343 m** e **E 660891.276 m), (**11°53'10.96389" S e 55°31'21.91450" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 04 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M35 (N 8685589.049 m** e **E 660886.357 m), (**11°53'10.68057" S e 55°31'22.07703" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 05 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M36 (N 8685597.756 m** e **E 660881.437 m), (**11°53'10.39726" S e 55°31'22.23956" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 06 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M37 (N 8685606.462 m** e **E 660876.518 m), (**11°53'10.11395" S e 55°31'22.40212" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 07 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M38 (N 8685615.168 m** e **E 660871.598 m), (**11°53'09.83063" S e

55°31'22.56465" W); deste segue confrontando com **LOTE 08 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M39 (N 8685623.874 m** e **E 660866.679 m), (**11°53'09.54732" S e 55°31'22.72718" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 09 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M40 (N 8685632.581 m** e **E 660861.759 m), (**11°53'09.26398" S e 55°31'22.88974" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 10 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M41 (N 8685641.287 m** e **E 660856.840 m), (**11°53'08.98066" S e 55°31'23.05227" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 11 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M42 (N 8685649.993 m** e **E 660851.920 m), (**11°53'08.69735" S e 55°31'23.21480" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 12 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M43 (N 8685658.699 m** e **E 660847.001 m), (**11°53'08.41404" S e 55°31'23.37736" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 13 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M44 (N 8685667.406 m** e **E 660842.081 m), (**11°53'08.13072" S e 55°31'23.53989" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 14 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,00 metros, até o marco **M45 (N 8685676.112 m** e **E 660837.162 m), (**11°53'07.84741" S e 55°31'23.70242" W**)**; deste segue confrontando com **LOTE 15 DA QUADRA 29 DO RESIDENCIAL JOSE ADRIANO LEITÃO** com azimute: 330°31'53" e 10,92 metros, até o marco **M46 (N 8685685.620 m** e **E 660831.789 m), (**11°53'07.53801" S e 55°31'23.87993" W**)**; deste segue confrontando com **ESTRADA CLAUDETE** com os seguintes azimutes e distâncias: 330°31'53" e 8,36 metros, até o marco **M47 (N 8685692.894 m** e **E 660827.679 m), (**11°53'07.30126" S e 55°31'24.01574" W**)**; 60°31'45" e 117,30 metros, até o marco **M01**, início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito.

Art. 4º. O proprietário terá 180 (cento e oitenta dias), a partir da edição do presente Decreto, para registrar o empreendimento junto ao Cartório de Registro de Imóveis - CRI de Sinop - MT.

Art. 5º. Ficam os Lotes das Quadras 04 e 05 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 6º. O loteador se obriga ainda a cumprir todas as determinações contidas na Lei Complementar nº 141/2017, de 18 de abril de 2017, que conferiu nova redação ao inciso VII do art. 21 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 7º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2426/2017

DATA: 23 de maio de 2017

SÚMULA: Autoriza o Município de Sinop a receber imóvel, a título de antecipação de área institucional a ser compensada em futuros loteamentos, desafetar e doar a parte recebida que específica ao Poder Judiciário Estadual para construção de um novo Fórum da Comarca de Sinop e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber à título de área institucional, da empresa "Aquarela Empreendimentos Imobiliários Ltda", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 22.808.652/0001-90, com sede na Avenida Governador Júlio Campos, 383-A, 1º andar, sala 1/F, Setor Comercial na cidade de Sinop, oriunda do empreendimento denominado Aquarela das Artes - "Etapa Fórum", um imóvel denominado Lote 03, com área total de 1.833,47 m² (um mil oitocentos e trinta e três metros quadrados e quarenta e sete decímetros quadrados), a ser destacado da matrícula 69.790 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Sinop, parte integrante do parcelamento retro mencionado que se encontra em trâmite junto aos órgãos administrativos municipais, conforme Croqui e Memorial Descritivo apensados.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal está autorizado a desafetar o imóvel recebido como área institucional e doar com encargo ao Poder Judiciário Estadual para que esse construa, no prazo de 10 (dez) anos, um prédio que abrigará a nova sede do Fórum da Comarca de Sinop.

Art. 3º. Na eventualidade do Poder Judiciário Estadual não poder cumprir com o encargo estipulado no art. 2º, bem como em outros documentos formalizados, o imóvel retornará ao patrimônio imobiliário do Município de Sinop, sem que assista ao beneficiário qualquer direito à retenção ou idenização pelas benfeitorias enventualmente nele realizadas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DO MATO GROSSO.

EM, 23 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2429/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Autoriza o Município de Sinop a receber imóvel, a título de antecipação de área institucional a ser compensada em futuros loteamentos, desafetar e doar a parte recebida que especifica ao Poder Judiciário Estadual para construção do novo Fórum da Comarca de Sinop e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação com encargo, à título de antecipação de área institucional, da empresa "Aquarela Empreendimentos Imobiliários LTDA", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 22.808.652/0001-90, com sede na Avenida Governador Júlio Campos, 383-A, 1º Andar, Sala 1/F, Setor Comercial na cidade de Sinop, um imóvel denominado Lote 02, com área total de 33.164,56 m² (trinta e três mil cento e sessenta e quatro metros qua-

drados e cinquenta e seis decímetros quadrados), a ser destacado da matrícula nº 69.790 do Cartório de Registro de Imóveis do 1º Ofício de Sinop, parte integrante de um empreendimento denominado Aquarela das Artes - "Etapa Fórum", que se encontra em trâmite junto aos órgãos administrativos municipais, conforme Croqui e Memorial Descritivo apensados, a ser compensada em futuro parcelamento de solo em favor da pessoa jurídica mencionada ou em favor de quem esta indicar ao Poder Público Municipal.

§1º.O encargo estipulado pela doadora é o compromisso do Município em repassar esta área para o Poder Judiciário Estadual, para que este incorpore na área um novo prédio que abrigará o Fórum da Comarca de Sinop.

§2º.O direito ao crédito, metros quadrados de área institucional, advindo desta Lei, poderá ser utilizado pela pessoa jurídica mencionada no *caput* deste artigo ou em favor de quem esta indicar ao Poder Público Municipal.

§3º. O direito ao crédito decorrente desta Lei, poderá ser utilizado parceladamente, ou seja, na medida da necessidade de seus beneficiários.

§4º. Outrossim, o direito ao crédito mencionado no *caput* deste artigo é imprescritível e não está sujeito à decadência, podendo ser usado e/ou cedido pela pessoa jurídica retro mencionada a qualquer tempo a partir da vigência desta Lei.

§5º. A utilização do crédito, metros quadrados da área institucional advindo desta Lei, fica limitado em até 1/3 (um terço) do seu montante, por loteamento, nas áreas institucionais advindas dos futuros empreendimentos que a detentora do crédito realizar.

Art. 2º.O Poder Executivo Municipal está autorizado a desafetar o imóvel recebido em antecipação de área institucional e doar com encargo ao Poder Judiciário Estadual para que esse construa, no prazo de 10 (dez) anos, um prédio que abrigará a nova sede para o Fórum da Comarca de Sinop.

Art. 3º. Na eventualidade do Poder Judiciário Estadual não cumprir com o encargo estipulado no art. 2º, bem como em outros documentos já formalizados entre as partes, quaisquer que sejam os motivos, o imóvel retornará ao patrimônio imobiliário do Município de Sinop, sem que assista à donatária qualquer direito à retenção ou idenização pelas benfeitorias enventualmente nele realizadas.

Art. 4º. Não cumprido o encargo estipulado no art. 2º desta Lei e retornando os imóveis ao patrimônio imobiliário do Município de Sinop, desde que o crédito mencionado no art. 1º não tenha sido utilizado por sua beneficiária, fica garantido o direito da pessoa jurídica Aquarela Empreendimentos Imobiliários ltda, ao *status quo ante,* ou seja, o imóvel retornará ao patrimônio desta pessoa jurídica.

Parágrafo único. Pelo disposto no *caput*, ocorrendo o descumprimento do encargo estipulado no art. 2º, fica vedado ao Município qualquer outra destinação ao imóvel senão o previsto neste artigo.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a cancelar, por remissão, os créditos tributários municipais relativos ao imóvel objeto da presente Lei.

Art. 6º. A formalização do negócio jurídico de doação de que trata esta Lei será realizada por escritura pública, da qual constarão as cláusulas específicas sobre a antecipação de área institucionais, bem como os encargos incidentes em cada transação realizada.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DO MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2430/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Autoriza o Município de Sinop a receber imóvel, a título de antecipação de área institucional a ser compensada em futuros loteamentos, desafetar e doar com encargo a parte recebida que específica ao Poder Judiciário Estadual para construção de um novo Fórum da Comarca de Sinop e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a receber por doação com encargo, à título de antecipação de área institucional, da empresa "Alameda Empreendimentos Imobiliários Ltda", pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n. 22.506.534/0001-27, com sede na Avenida Governador Júlio Campos, 383-A, 1º andar, sala 1/E, Setor Comercial, nesta cidade de Sinop, um imóvel denominado Lote 01, da Quadra 24, localizado no empreendimento Aquarela das Artes Residencial, com área total de 5.004,80 m² (cinco mil e quatro metros quadrados e oitenta decímetros quadrados), conforme Croqui e Memorial descritivo apensados, a ser compensada em futuro parcelamento de solo em favor da pessoa jurídica mencionada ou em favor de quem esta indicar ao Poder Público Municipal.

§1º. O encargo estipulado pela doadora é o compromisso do Município em repassar esta área para o Poder Judiciário Estadual, para que este incorpore na área um novo prédio que abrigará o Forúm da Comarca de Sinop.

§2º. O direito ao crédito, metros quadrados de área institucional, advindo desta Lei, poderá ser utilizado pela pessoa jurídica mencionada no *caput* deste artigo ou em favor de quem esta indicar ao Poder Público Municipal.

§3º. O direito ao crédito decorrente desta Lei, poderá ser utilizado parceladamente, ou seja, na medida da necessidade dos seus beneficiários.

§4º. Outrossim, o direito ao crédito mencionado no *caput* deste artigo é imprescritível e não está sujeito à decadência, podendo ser usado e/ou cedido pela pessoa jurídica retro mencionada a qualquer tempo a partir da vigência desta Lei.

§5º. A utilização do crédito, metros quadrados da área institucional advindo desta Lei, fica limitado em até 1/3 (um terço) do seu montante, por loteamento, nas áreas institucionais advindas dos futuros empreendimentos que a detentora do crédito realizar.

Art. 2º. O Poder Executivo Municipal está autorizado a desafetar o imóvel recebido em antecipação de área institucional e doar com encargo ao Poder Judiciário Estadual para que esse construa, no prazo de 10 (dez) anos, um prédio que abrigará a nova sede do Fórum da Comarca de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Art. 3º. Na eventualidade do Poder Judiciário Estadual não poder cumprir com o encargo estipulado no art. 2º, bem como em outros documentos já formalizados entre as Partes, quaisquer que sejam os motivos, os imóveis retornarão ao patrimônio imobiliário do Município de Sinop, sem que assista à donatária qualquer direito à retenção ou idenização pelas benfeitorias enventualmente nele realizadas.

Art. 4º. Não cumprido o encargo estipulado no art. 2º desta Lei e retornando os imóveis ao patrimônio imobiliário do Município de Sinop, desde que o crédito mencionado no art. 1º não tenha sido utilizado por sua beneficiária, fica garantido o direito da pessoa jurídica Alameda Empreendimentos Imobiliários Ltda, ao *status quo ante,* ou seja, o imóvel retornará ao patrimônio desta pessoa jurídica.

Parágrafo único. Pelo disposto no *caput*, ocorrendo o descumprimento do encargo estipulado no art. 2º, fica vedado ao Município qualquer outra destinação ao imóvel senão o previsto neste artigo.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a cancelar, por remissão, os créditos tributários municipais relativos ao imóvel objeto da presente Lei.

Art. 6º. A formalização do negócio jurídico de doação de que trata esta Lei será realizada por escritura pública, da qual constarão as cláusulas específicas sobre a antecipação de área institucional, bem como os encargos incidentes em cada transação realizada.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DO MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2431/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.653.516,08 (um milhão, seiscentos e cinqüenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e oito centavos), e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.653.516,08 (um milhão, seiscentos e cinqüenta e três mil, quinhentos e dezesseis reais e oito centavos), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, aprovado pela Lei nº 2364/2016, conforme segue:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.0003.2006 - ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE E AEA

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 22.000,00

- (vinte e dois mil reais)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.15.451.0016.1025 - EXECUÇÃO DE REDES DE DERNAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS E MEIO FIO.

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 35.000,00

- (trinta e cinco mil reais)

07.010.0.0.15.452.0016.2035 - MANUTENÇÃO DE REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS, CANALIZAÇÃO DE CÓRREGOS, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CALÇADAS , MEIO FIO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 15.000,00

- (quinze mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0.15.451.0020.1030 - AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SINOP

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 2.600,00

- (dois mil e seiscentos reais)

11 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.361.0027.1050 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 287.494,00

- (duzentos e oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e quatro reais)

11.030.0.0 - GERÊNCIA DE ESPORTES

11.030.0.0.27.812.0013.1094 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 165.000,00

- (cento e sessenta e cinco mil reais)

11.030.0.0.27.812.0013.1095 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 30.350,00

- (trinta mil e trezentos e cinqüenta reais)

11.030.0.0.27.812.0013.2139 - REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 1.845,66

- (um mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e seis centavos)

11.040.0.0 - GERÊNCIA DE CULTURA

11.040.0.0.13.122.0008.2132 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA CULTURA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 71.088,63

- (setenta e um mil, oitenta e oito reais e sessenta e três centavos)

11.040.0.0.13.126.0007.2133 - AÇÕES DE INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DA CULTURA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 119,58

- (cento e dezenove reais e cinqüenta e oito centavos)

11.040.0.0.13.391.0001.2134 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SINOP

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 23.478,19

- (vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos)

11.040.0.0.13.392.0001.2136 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO BIBLIOTECA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 4.176,02

- (quatro mil, cento e setenta e seis reais e dois centavos)

11.040.0.0.13.392.0001.2137 - AÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 11.425,00

- (onze mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.010.0.0.08.122.0036.2073 - MANUTENÇÃO DA SASTH

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 264.642,00

- (duzentos e sessenta e quatro mil e seiscentos e quarenta e dois reais)

12.010.0.0.08.126.0007.2075 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 26.500,00

- (vinte e seis mil e quinhentos reais)

12.010.0.0.08.241.0038.2085 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA IDOSOS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 16.578,00

- (dezesseis mil e quinhentos e setenta e oito reais)

12.010.0.0.08.243.0037.2078 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 37.138,00

- (trinta e sete mil e cento e trinta e oito reais)

12.010.0.0.08.244.0034.2124 - MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DO CADASTRO ÚNICO E DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 165.000,00

- (cento e sessenta e cinco mil reais)

12.010.0.0.08.244.0037.2076 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO CREAS, PAEFI E MSE

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 32.748,00

- (trinta e dois mil e setecentos e quarenta e oito reais)

12.010.0.0.08.244.0038.2082 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CRAS E DO PAIF

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 360.756,00

- (trezentos e sessenta mil e setecentos e cinqüenta e seis reais)

12.010.0.0.11.333.0033.2069 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO SISTEMA NACIONAL DO EMPREGO - SINE

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 53.498,00

- (cinqüenta e três mil e quatrocentos e noventa e oito reais)

4.4.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 6.729,00

- (seis mil e setecentos e vinte e nove reais)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

12.020.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

12.020.0.0.16.482.0032.2068 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE HABITAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 20.350,00

- (vinte mil e trezentos e cinqüenta reais)

T O T A L R$ 1.653.516,08

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, de acordo com o inciso III do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0 - GABINETE DO PREFEITO

02.010.0.0.04.122.0003.2006 - ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE E AEA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 22.000,00

- (vinte e dois mil reais)

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DA DIVERSIDADE CULTURAL

05.010.0.0.13.122.0008.2024 - AÇÕES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DIVERSIDADE CULTURAL

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 71.088,63

- (setenta e um mil, oitenta e oito reais e sessenta e três centavos)

05.010.0.0.13.126.0007.2023 - AÇÕES INFORMAÇÃO E INFORMATIZAÇÃO DA CULTURA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 119,58

- (cento e dezenove reais e cinqüenta e oito centavos)

05.010.0.0.13.391.0001.2026 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE SINOP

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 23.478,19

- (vinte e três mil, quatrocentos e setenta e oito reais e dezenove centavos)

05.010.0.0.13.392.0001.2027 - AÇÕES DE MANUTENÇÃO BIBLIOTECA

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 4.176,02

- (quatro mil, cento e setenta e seis reais e dois centavos)

05.010.0.0.13.392.0001.2028 - AÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 11.425,00

- (onze mil e quatrocentos e vinte e cinco reais)

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

06.010.0.0.27.812.0013.2029 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 40.525,71

- (quarenta mil, quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e um centavos)

06.010.0.0.27.812.0013.2030 - REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 32.195,66

- (trinta e dois mil, cento e noventa e cinco reais e sessenta e seis centavos)

07 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

07.010.0.0.26.452.0019.2036 - RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA DAS RUAS E AVENIDAS NÃO PAVIMENTADAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRÂNSPORTE URBANO

08.010.0.0.15.451.0020.1030 - AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SINOP

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 2.600,00

- (dois mil e seiscentos reais)

11 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

11.010.0.0 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

11.010.0.0.12.126.0027.2052 - MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO, INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 35.500,00

- (trinta e cinco mil e quinhentos reais)

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 1.454,00

- (um mil e quatrocentos e cinqüenta e quatro reais)

11.010.0.0.12.361.0027.1050 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO E COBERTURA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 1.000,00

- (um mil reais)

11.010.0.0.12.365.0027.1049 - IMPLANTAÇÃO, CONSTRUÇÃO, URBANIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 100.000,00

- (cem mil reais)

4.4.90.00.00.00 - 0101000000- Aplicações Diretas R$ 149.540,00

- (cento e quarenta e nove mil, quinhentos e quarenta reais)

11.030.0.0 - GERÊNCIA DE ESPORTES

11.030.0.0.27.812.0013.2138 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES ESPORTIVAS

3.3.90.00.00.00 - 0100000000- Aplicações Diretas R$ 124.474,29

- (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e nove centavos)

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO

12.010.0.0 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

12.010.0.0.08.244.0035.2071 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RESTAURANTE POPULAR

3.3.60.00.00.00 - 0100000000- Transf.a Inst.Priv. c/ Fins Lucrat. R$ 983.939,00

- (novecentos e oitenta e três mil e novecentos e trinta e nove reais)

T O T A L R$ 1.653.516,08

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 SRP 34/2017

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017 SRP 34/2017. TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria e assessoria relacionadas com a apuração do índice de participação do ICMS do Estado, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento**. ABERTURA DA SESSÃO: 21/06/2017 às 09h00min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: www.sinop.mt.gov.br/transparencia e www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações: (66) 3517-5298/3520-7272/3520-7523. **Sinop/MT, 01 de junho de 2017.**

MARCELLO PAVAN

Pregoeiro - Portaria nº 379/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2432/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais) e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, para reforço de dotação consignada no orçamento para o presente exercício, conforme segue:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0.01.031.0010.1001 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

4.4.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 60.000,00

- (sessenta mil reais)

01.010.0.0.01.031.0010.1003 - AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

3.3.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 90.000,00

- (noventa mil reais)

T O T A L R$ 150.000,00

Art. 2º. Para cumprimento do artigo anterior, e de acordo com o preconizado pelo inciso III do §1º do art.43 da Lei Federal nº 4.320/64, ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0 - CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

01.010.0.0.01.031.0010.1002 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

4.4.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 100.000,00

- (cem mil reais)

01.010.0.0.01.031.0010.1003 -AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

4.4.90.00.00.00-01.00.000000 -Aplicações Diretas R$ 50.000,00

- (cinqüenta mil reais)

T O T A L R$ 150.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2433/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Dispõe sobre a correção monetária dos valores das modalidades licitatórias no Município de Sinop, e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Ficam monetariamente corrigidos no âmbito do Município de Sinop, na Administração Pública Direta e Indireta, os valores previstos nos incisos I e II do art. 23 da Lei Federal nº 8.666/1993, pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M/FGV, a partir de junho de 1998 até março de 2016, conforme os cálculos do Banco Central do Brasil, nos seguintes termos:

I – para as obras e serviços de engenharia:

a) convite – até R$ 644.612,49 (seiscentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e doze reais e quarenta e nova centavos);

b) tomada de preços – até R$ 6.446.124,90 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e vinte e quatro reais e noventa centavos);

c) concorrência – acima de R$ 6.446.124,90 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, cento e vinte e quatro reais e noventa centavos);

II – para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite – até R$ 343.793,33 (trezentos e quarenta e três mil, setecentos e noventa e três reais e trinta e três centavos);

b) tomada de preços – até R$ 2.793.320,79 (dois milhões, setecentos e noventa e três mil, trezentos e vinte reais e setenta e nove centavos);

c) concorrência – acima de R$ 2.793.320,79 (dois milhões, setecentos e noventa e três mil, trezentos e vinte reais e setenta e nove centavos).

Art. 2º. Os limites dos percentuais referentes à dispensa de licitação, estipulados nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, deverão observar o limite de 10% (dez por cento) estabelecido no art. 1º, inciso I, alínea “a”, bem como inciso II, alínea “a”, respectivamente, desta Lei.

Art. 3º. Os valores constantes desta Lei serão atualizados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal todo o mês de janeiro, com base no IGP – M acumulado do exercício anterior, conforme determina o art. 4º da Lei Estadual nº 10.534/2017, de 13 de abril de 2017, através de autorização legislativa.

Art. 4º. O disposto nesta Lei não se aplica aos recursos oriundos de convênios com a União.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2103/2015, de 03 de março de 2015.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2434/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Institui o Estatuto do Parto Humanizado que autoriza o Direito a Doulas em Sinop MT e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituído o Estatuto do Parto Humanizado que autoriza o Direito a Doulas com o objetivo de assegurar melhor assistência às mulheres em seu período gravídico puerperal nas instituições públicas e privadas de saúde Sinop - MT.

Art. 2º. O parto humanizado compreende os seguintes direitos da mulher em seu período gravídico puerperal:

I – ter a sua privacidade respeitada e ser tratada com dignidade;

II – ser ouvida, ter suas dúvidas esclarecidas e receber todas as informações e explicações que desejar, em especial as que impedem opção pelo parto normal, quando couber;

III – dispor de acompanhante de sua escolha, independentemente do sexo, durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto;

IV – escolher a melhor posição durante o trabalho de parto e, para o parto, ser incentivada a adotar posições como sentada ou de cócoras, mais favoráveis à boa evolução do parto;

V – ter acesso a métodos não farmacológicos para conforto e alívio da dor, como massagens, banhos, cavalinho, bola, entre outros;

VI – não ser submetida, bem como seu bebê, as intervenções e procedimentos desnecessários;

VII – estando seu bebê sadio, ser-lhe facultado contato pele a pele precoce e prolongado com seu bebê logo após o nascimento e ser-lhe propiciadas condições para amamentação na primeira hora de vida, ainda no local do parto;

VIII – receber apoio físico e emocional de doula durante o trabalho de parto, o parto e o pós-parto, sempre que solicitar.

Art. 3º. Maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Município de Sinop-MT ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, sempre que solicitadas pela parturiente.

§1º. Para os efeitos desta lei e em conformidade com a qualificação da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações), código 3221-35, doulas são acompanhantes de parto escolhidas livremente pelas gestantes e parturientes, que “visam prestar suporte contínuo à gestante no ciclo gravídico puerperal, favorecendo a evolução do parto e bem-estar da gestante”, com certificação ocupacional em curso para essa finalidade.

§2º. A presença das doulas não se confunde com a presença do acompanhante instituído pela Lei Federal 11.108/2005.

§3º. É vedado aos estabelecimentos de saúde de que trata esta lei realizar qualquer cobrança adicional vinculada à presença de doulas durante o período de internação da parturiente.

Art. 4º. As doulas, para o regular exercício da profissão, estão autorizadas a entrar nas maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Município de Sinop - MT, com seus respectivos instrumentos de trabalho, condizentes com as normas de segurança e ambiente hospitalar.

Parágrafo único. Entende-se como instrumentos de trabalho das doulas:

I - bolas de fisioterapia;

II – massageadores;

III - bolsa de água quente;

IV - óleos para massagens;

V - banqueta auxiliar para parto;

VI - demais materiais considerados indispensáveis na assistência do período de trabalho de parto, parto e pós-parto imediato.

Art. 5º. Fica vedada às doulas a realização de procedimentos médicos ou clínicos, como aferir pressão, avaliação da progressão do trabalho de parto, monitoração de batimentos cardíacos fetais, administração de medicamentos, entre outros, mesmo que estejam legalmente aptas a fazê-los.

Art. 6º. O descumprimento ao disposto nesta Lei sujeitará os infratores às seguintes sanções administrativas:

I – advertência por escrito, na primeira ocorrência;

II – se doulas, multa de R$ 200,00 (duzentos reais), a partir da segunda ocorrência;

III – se estabelecimento privado, multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), a partir da segunda ocorrência, a ser aplicada em dobro na reincidência, até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais);

IV – se órgão público, afastamento do dirigente e aplicação das penalidades previstas na lei de regência.

Parágrafo único. Competirá ao órgão gestor da saúde da localidade em que estiver situado o estabelecimento a aplicação das penalidades de que trata este artigo, conforme estabelecer a legislação própria, a qual disporá, ainda, sobre a aplicação dos recursos dela decorrentes.

Art. 7º. Os sindicatos, associações, órgãos de classe dos médicos, enfermeiros e entidades similares de serviços de saúde do Município de Sinop-MT deverão adotar, de imediato, as providências necessárias ao cumprimento da presente lei.

Art. 8º. A assistência à mulher em trabalho de parto e durante o parto é realizada por médico obstetra, enfermeiro obstetra e técnico de enfermagem, com apoio de doula, quando solicitado.

Parágrafo único. Na Casa de Parto, a equipe responsável é composta por enfermeiro obstetra e por técnico de enfermagem e doulas.

Art. 9º. As atividades educativas e os cursos pré-natais incluem orientações sobre parto e pós-parto humanizados, extensivas aos futuros acompanhantes.

Parágrafo único. A mulher grávida deve ser incentivada a fazer o plano de seu parto, sendo este comunicado à equipe de atendimento ao seu parto, de acordo com o determinado na Organização Mundial de Saúde e Ministério da Saúde, na caderneta da gestante.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta lei, no que couber.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2435/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Promove alteração na Lei nº. 1792/2013, de 26 de março de 2013, alterada pela lei nº 1819/2013, de 14 de maio de 2013.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1°. Esta Lei promove alteração na Lei n° 1792/2013, de 26 de março de 2013, que regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, alterada pela lei nº 1819/2013.

Art. 2°. O inciso IV do § 1º, e o § 2º do Art. 4º da Lei n° 1792, de 26 de março de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º. (…)

I - (...);

II - (...);

III - (…);

IV - Todas as informações referentes aos procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, atas, memorial descritivo, projetos das obras a serem executadas, comprovantes de medição e pagamento e todos os contratos celebrados.

V– (...); e,

VI – (...).

§ 2º. As informações constantes dos incisos do §1º deverão estar disponíveis no Portal Transparência do Município, no endereço eletrônico *www.sinop.mt.gov.br****na mesma data da divulgação pública."***

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2436/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Institui o sistema de gestão sustentável de resíduos da construção civil e resíduos volumosos, nos termos da resolução do CONAMA Nº 448 DE 2012, e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta Lei institui a gestão dos resíduos sólidos da construção civil e resíduos volumosos, no âmbito do Município de Sinop Estado de Mato Grosso.

Art. 2º. Os resíduos da construção civil e os resíduos volumosos gerados no Município, devem ser destinados às áreas indicadas conforme segue discriminado na Lei, visando a não geração, redução, triagem, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos, bem como destinação adequada, conforme Legislação Federal específica.

Art. 3º. Os resíduos da construção civil e os resíduos volumosos não podem ser dispostos em:

I – áreas não licenciadas, como "bota fora", lotes baldios, áreas públicas e outras;

II – áreas protegidas por lei como encostas, corpos d'água, nascentes e outras.

Art. 4º. Fica estabelecido para efeito desta Lei, as seguintes definições:

I – resíduos da Construção Civil: São materiais provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como, tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc…, comumente conhecidos de entulhos de obras, que deverão ser classificados, conforme o disposto na Resolução do CONAMA Nº 448/12, nas classes A, B, C e D;

II – resíduos Volumosos: resíduos constituídos basicamente por material volumoso não removido pela coleta pública municipal rotineira, como móveis e equipamentos domésticos inutilizados, grandes embalagens e peças de madeira, resíduos vegetais provenientes da manutenção de áreas verdes públicas ou privadas e outros similares, conhecidos como bagulhos;

III – resíduos classe I são aqueles que por sua natureza e periculosidade exigem cuidados adequados.

IV - São resíduos não recicláveis aqueles que não podem ser reutilizados, após qualquer processo de transformação.

Art. 5º. Os resíduos da construção civil, se apresentados na forma de agregados reciclados ou na condição de solos não contaminados, podem ser utilizados em aterros com a finalidade de execução de serviços internos ao aterro.

Art. 6º. Para o cumprimento das exigências aqui contidas, os geradores de resíduos sólidos deverão atender ao seguinte:

I – construir ou implantar equipamentos para acondicionar resíduos nas suas instalações em locais que possam facilitar o seu depósito e armazenamento, segundo disposição legal;

II - permitir o transporte desses resíduos por empresas que executem o serviço com definição através da Lei Federal Nº 12.305/2010, da Política Nacional de Resíduos Sólidos;

III – ser o responsável, em qualquer etapa, pela destinação adequada de seus resíduos, conforme legislação pertinente.

Art. 7º. Os estabelecimentos poderão contratar empresas especializadas para realizarem os serviços de transporte, armazenamento, classificação e triagem de resíduos.

Art. 8º. As empresas especializadas, para atuar no município de Sinop/MT, deverão estar devidamente licenciadas, e só poderão trabalhar após obterem licenças de operação expedidas pelos órgãos Municipal, Federal e Estadual.

Art. 9º. As empresas de triagem, reciclagem, transporte e destinação de resíduos, somente poderão trabalhar no Município de Sinop/MT, se estiverem devidamente cadastradas e autorizadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 10. É de responsabilidade dos produtores de resíduos sólidos a caracterização dos resíduos industriais conforme normas do CONAMA, e da ANVISA, Estadual e Municipal, devendo ser essas características comprovadas por laboratórios creditados, através de laudos técnicos específicos.

Parágrafo único. Esses laudos técnicos deverão ser apresentados à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura de Sinop/MT, como um dos quesitos para obtenção e renovação do seu alvará de funcionamento.

Art. 11. Os resíduos caracterizados pelas normas como classe I, devido ao seu alto poder de contaminação, deverão ser classificados e encaminhados para o destino final correto com a responsabilidade do gerador, não importando a quantidade gerada, ficando vetado o uso do aterro Municipal.

Art. 12. Os geradores de resíduos caracterizados como classe I, deverão ter uma certificação do destino adequado dos seus resíduos emitida por entidade pública ou privada conforme for designada.

Parágrafo único. Os certificados deverão ser apresentados, a cada ano, a Prefeitura Municipal de Sinop/MT, sob pena de ter suspenso o seu alvará de funcionamento.

Art. 13. O não cumprimento do disposto na presente lei sujeitará os infratores, sem prejuízos das infrações de natureza civil e penal, às seguintes sanções aplicadas pela autoridade Municipal competente:

I – advertência;

II – multa que poderá ser imposta de forma isolada ou em conjunto com outra sanção, no valor de (500) quinhentas URs, a qual pode ser cobrada em dobro no caso de reincidência;

III – suspensão temporária da atividade;

IV – fechamento administrativo com perda temporária ou definitiva do alvará de funcionamento;

V - o não cumprimento do artigo 9º sujeitará aos infratores às multas e sanções previstas e à não renovação do Alvará de Funcionamento.

Parágrafo único. Os geradores de resíduos sólidos que se enquadram na presente Lei, terão prazo de (doze) meses, contados da data da publicação, para o cumprimento das disposições exigidas.

Art. 14. As despesas para execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2437/2017

DATA: 30 de maio de 2017

SÚMULA: Institui na Sexta-feira Santa a ser comemorada anualmente o Teatro Paixão de Cristo, no calendário Municipal, e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Fica instituída na Sexta-feira Santa, a Encenação da Paixão de Cristo realizada anualmente conforme calendário anual, com apresentação teatral realística da história bíblica paixão de Cristo.

Art. 2º. O Teatro da Paixão de Cristo de que trata esta lei passa a integrar o calendário oficial de eventos no Município.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigência na data de sua publicação.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO.

Em, 30 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 264/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ELIZANGELA PATRICIA PAGLIARI."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ELIZANGELA PATRICIA PAGLIARI, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS 20 HS, referência "C", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 22/04/2017 e término em 03/05/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23680P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 257/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LYVIA KARINA DA SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LYVIA KARINA DA SILVA, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40HS, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 15/05/2017 e término em 13/ 07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05. 23719P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 255/2017

DATA: 26/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) DIVALINA APARECIDA PEDROSO."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). DIVALINA APARECIDA PEDROSO, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referência "D", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 04/05/2017 e término em 01/08/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.17377R5.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 26/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 258/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ADINEU SABOIA LEITE."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ADINEU SABOIA LEITE, efetivo(a) no cargo de BORRACHEIRO, referência "B", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 27/03/2017 e término em 24/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.22262R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 240/2017

DATA: 23/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) DAGMAR DE VASCONCELOS SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). DAGMAR DE VASCONCELOS SILVA, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, referência "D", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, LAZER E JUVENTUDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/06/2017 e término em 08/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23709P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 23/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 256/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) SILVANA DA SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). SILVANA DA SILVA, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência “A”, nível “03”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 11/06/2017 e término em 10/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23712P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 267/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: “Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ANA MARIA ARNHOLD HOLZBACH.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ANA MARIA ARNHOLD HOLZBACH, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE NUTRIÇÃO, referência “D”, nível “05”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 18/05/2017 e término em 06/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.15825R9.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 266/2017

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. POLIANA TRINDADE BLAUTH.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 28, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. POLIANA TRINDADE BLAUTH, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30HS, referência “B”, nível “01”, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 19/04/2017 e término em 16/08/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.08.23685P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

CAMARA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO LEGISLATIVO Nº 010/2017

Concede Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Sr. Valdevino Lopes da Silva.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Sinopense Benemérito ao Sr. Valdevino Lopes da Silva, cidadão exemplar em Sinop, como reconhecimento do Poder Legislativo Municipal pelos serviços prestados à comunidade sinopense.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 31 de maio de 2017

Ademir Bortoli

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2017

Concede a comenda “Colonizador Enio Pipino” ao sensei Luiz Gerônimo Guerahardt Carneiro.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP – ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedido a Comenda “Colonizador Enio Pipino” ao sensei Luiz Geronimo Guerahardt Carneiro, como reconhecimento do Poder Legislativo Municipal pelos trabalhos realizados no Município de Sinop-MT.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP

ESTADO DE MATO GROSSO

Em, 31 de maio de 2017

Ademir Bortoli

Presidente

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 265/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: “Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CLEIDE MIRANDA DE ARAUJO.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso

de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CLEIDE MIRANDA DE ARAUJO, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 38HS, referência "C", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 10/04/2017 e término em 08/06/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.20790R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 263/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) CRISTIANE RODRIGUES DE SOUSA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). CRISTIANE RODRIGUES DE SOUSA, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "A", nível "05", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 14/05/2017 e término em 12/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.23620R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 262/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MIRTES ELENA KOEMPFER DE QUEIROZ."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MIRTES ELENA KOEMPFER DE QUEIROZ, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30HS, referência "C", nível "11", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 30/04/2017 e término em 26/ 10/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05. 22250R3.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 259/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LUCILENE ESTECA DOS SANTOS."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LUCILENE ESTECA DOS SANTOS, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E INFRA-ESTRUTURA, referência "C", nível "07", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 16/06/2017 e término em 15/07/2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017. 05.23724P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 261/2017

DATA: 29/05/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão do benefício de Auxílio Doença ao(a) servidor(a) DALILA DIAS RODRIGUES."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 17, da Lei Municipal n.º 2. 295, de 13 de abril de 2016, que rege a previdência municipal,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). DALILA DIAS RODRIGUES, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 38 HS C/POS, referência "C", nível "06", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 25/04/2017 e término em 24/05/

2017, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2017.05.08841R11.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29/05/2017.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PORTARIA Nº 1087/2017

DATA: 29 de maio de 2017

SÚMULA: Altera a Portaria nº 812/2017, de 04 de abril de 2017, que constitui Grupo de Trabalho para adequação da Lei nº. 1930/2013 e da Lei Complementar nº 062/2011, que tratam da Gestão Democrática e do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera a Portaria nº 812/2017, de 04 de abril de 2017, que constitui Grupo de Trabalho para adequação da Lei nº. 1930/2013 e da Lei Complementar nº 062/2011, que tratam da Gestão Democrática e do Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios - PCCS.

Art. 2º. O inciso I do art. 2º da Portaria nº 812/2017, passa a vigorar acrescido das alíneas "*g*" e "*h*":

"g) Carla Sprizão Ponce

Matrícula nº 1912 e 4039

h) Leila Debortolli Bergonci

Matrícula nº 3121"

Art. 3º. A alínea *"b"* do inciso II - Representantes do Conselho Municipal de Educação - passa a vigorar conforme segue:

"b) Ana Paula Pereira de Santana

Matrícula nº 6377"

Art. 4º. A alínea *"b"* do inciso III - Representantes dos Diretores Escolares - passa a vigorar conforme segue:

"b) Ana Claudia Garcia Sousa

Matrícula nº 3986"

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 29 de maio de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.065, DE 31 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício Corrente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Ex.mo. Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º: Fica aberto no Orçamento do presente exercício, **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**, até o valor de R$ 981.897,26 (novecentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte e seis centavos), para reforço da seguintes Dotação Orçamentária:

- 06.001.08.244.0016.1101 Construção de Centro de Multiplo Uso – 4490.51.00.00 Obras e Instalações R$ 981.897,26.

Art. 2º: Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, pelo excesso da arrecadação de recursos proveniente da *Transferência de Convênios Firmados com o Órgão da Esfera Estadual,* devidamente consignados no Orçamento do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º: O presente Crédito só será incorporado ao orçamento vigente a partir do momento em que se verificar a liberação e disponibilidade financeira do referido recurso, consignado no Artigo anterior, vedada a hipótese de qualquer mudança de sua destinação.

Art. 4º: Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 5º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 31 de Maio de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 1.066, DE 31 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício Corrente e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Ex.mo. Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º: Fica aberto no Orçamento do presente exercício, **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**, até o valor de R$ 85.981,44 (oitenta e cinco mil, novecentos e oitenta e um reais e quarenta e quatro centavos), para reforço da seguinte Dotação Orçamentária:

- 10.002.27.813.0010.1043 Construção, Reforma e Ampliação de Quadras Esporte – 4490.51.00.00 Obras e Instalações R$ 85.981,44.

Art. 2º: Servirá como recurso para dar cobertura ao Crédito Aberto pelo Artigo Anterior, pelo excesso da arrecadação de recursos proveniente da *Transferência de Convênios Firmados com o Órgão da Esfera Estadual,* devidamente consignados no Orçamento do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º: O presente Crédito só será incorporado ao orçamento vigente a partir do momento em que se verificar a liberação e disponibilidade financeira do referido recurso, consignado no Artigo anterior, vedada a hipótese de qualquer mudança de sua destinação.

Art. 4º: Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 5º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 31 de Maio de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE VALOR Nº0001000008/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **CONSTRUTORA HABITAR – J.V. BUNGENSTAB & CIA LTDA** Este Termo Aditivo tem por objeto acrescentar o valor de **R$ 26.716,86 (Vinte e seis mil setecentos e dezesseis reais e oitenta e seis centavos)** ao Contrato nº 008/ADM/2017 **(***Objeto:***CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL, PARA EXECUTAR OBRAS DE REFORMA DOS SANITÁRIOS DA ESCOLA PETRÔNIO PORTELA)**. DATA DE ASSINATURA: **25/05/2017**.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº000100000006/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT/ **NATIVA - SOLUÇÃO PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA - ME /** Este Termo de Prorrogação tem por objeto prorrogar, por mais **12 (doze)** meses a Cláusula Sexta, Item 6.1, do prazo de vigência do **Contrato nº071/ADM/2016** (objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE TRATORISTA, SERVIÇOS GERAIS E SERVIÇOS DE ORDENHA E MANEJO DE GADO LEITERO**, passando a vigência inicial de 30/09/2016 a 31/05/2017para **30/09/2016 a 31/05/2018 / R$ 184.024,60** (cento e oitenta quatro mil e vinte e quatro reais e sessenta centavos**)**. DATA DE ASSINATURA: **04/05/2017**.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017. O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA- MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 730/GP/2016 de 29.12.2016, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **19 DE JUNHO DE 2017, às 08:00 horas,** na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Avenida Brasil nº 2.351- N, 2º Piso, Bairro Jardim Europa, Licitação, na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor por Item. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS PARA USO E MANUTENÇÃO DO PAISAGISMO E DAS VIAS PÚBLICAS DESTE MUNICÍPIO, A FIM DE ATENDER DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**,conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexos II e III, parte Integrante deste Edital. O edital completo estará disponível para acesso dos interessados a partir do **dia 02 de Junho de 2017**, através do site: http://www.tangaradaserra.mt.gov.br/Licitacoes/. Demais Informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, através do telefone 65-3311-4800. Tangará da Serra- MT, 01 de Junho de 2017. Tatiana Ávila Grigoletti- Chefe do Departamento de Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2017

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2017

TIPO: MENOR PREÇO UNITARIO

DATA DA ABERTURA: 14/06/2017 ÀS 08:00 (OITO HORAS) HORAS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO TIPO **SELF SERVICE E MARMITEX** DE ISOPOR Nº 8, REDONDA, CONTENDO: ARROZ, FEIJÃO, 01 TIPO CARNE, 01 ACOMPANHAMENTO (MACARRÃO, FAROFA, POLENTA OU PURÊ DE BATATA), VERDURA OU TUBÉRCULO COZIDO (ENSOPADO DE BATATA, CHUCHU, BATATA DOCE, QUIABO, COUVE REFOGADA ETC), DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA.

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/2093 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 01 DE JUNHO DE 2017.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: 58/2017

EXTRATO DO CONTRATO: 58/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: JEDIEL RIBEIRO LEMES-ME

VALOR: R$ 54.000,00

VIGÊNCIA: 31/05/2017 até 30/05/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 022/023

FISCAL DO CONTRATO: JULIANA PASA WOLOSZIN

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26-2017

Extrato de Contrato: **026/2017**
Contratantes: PMT/ FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA
Objeto: Aquisição de 01 veículo tipo caminhão – Mod. Ford F-350, motor Cummins ISF 2.81
Vigência: 25 maio a 25 de junho 2017
Valor Global: R$: 125.000,00
Data da Assinatura: 25/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2017

Dispõe sobre convocação de candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2017 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2017, realizado em 24 de janeiro de 2017 e homologado em 06 de fevereiro de 2017;

Considerando ainda o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2017;

1. Pelo presente Edital, fica CONVOCADO o candidato classificado, para preenchimento de vaga existente no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

CARGO: MOTORISTA.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JOELSON GOMES DE OLIVEIRA	120	3º Classificado

2. O candidato convocado por este Edital terá prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de afixação/publicação deste Edital, para ser contratado e assumir o respectivo cargo.

3. O candidato deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munido dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS:

- Carteira de Identidade;

- Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;

- Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;

- Carteira Nacional de Habilitação (CNH) – categoria “C”;

- Comprovante de Escolaridade (Diploma, Certificado, Declaração, etc.);

- Certidão de Casamento (se houver);

- Certidão de Nascimento de filhos (se houver);

- Registro junto ao Conselho Profissional da Categoria (para os cargos de profissão regulamentada);

- Comprovante de residência atual.

ORIGINAL:

- Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 01 de junho de 2017.

ERINEU DIESEL

Secretário Mun. de Administração

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2017 - B

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Brasileiro, Maior Empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EPI’S LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ sob Nº 14.888.303/0001-05, estabelecida na Av. Beira Rio, nº 1700, Bairro Praeiro, na cidade de Cuiabá/ MT, neste ato representada pelo sócio administrador Sr. THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO, portador do RG nº 16081293 SSP/MT e do CPF nº 027.911.441-96, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 018/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais Aquisições de Materiais de Construção, para uso das Secretarias Municipais de Administração, Fazenda e Planejamento, Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social Trabalho e Cidadania, Obras Viação Urbanismo e Saneamento, e Esporte e Lazer, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços dos produtos (Materiais de Construção), por parte da empresa supra identificada, observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições futuras e eventuais pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

Empresa: MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EPI’S LTDA.-ME.

COD	DESCRICAO	Unidade	Qtde.	Marca	Preço Unitário	Valor Total
17849	ABRACADEIRA NYLON BRANCA 2,5X150MM	UNIDADE	270	WORKER	R$ 0,14	R$ 37,80
10208	ABRACADEIRA NYLON BRANCA 4,8X200MM	UNIDADE	250	WORKER	R$ 0,40	R$ 100,00
17853	ABRACADEIRA NYLON BRANCA 4,8X400MM	UNIDADE	250	WORKER	R$ 0,79	R$ 197,50
17854	ABRACADEIRA NYLON BRANCA 7,2X200MM	UNIDADE	140	WORKER	R$ 1,05	R$ 147,00
17858	ABRACADEIRA RSF 14MM 3/4"X1" 19-25	UNIDADE	140	JOMARCA	R$ 2,45	R$ 343,00
17859	ABRAÇADEIRA RSF 14MM 76-95	UNIDADE	140	JOMARCA	R$ 2,75	R$ 385,00
17861	ABRACADEIRA RSF 9MM 10-13 - 3/8 X 1/2	UNIDADE	140	JOMARCA	R$ 1,30	R$ 182,00
17862	ABRACADEIRA RSF 9MM 11/16"X7/8" 17-22	UNIDADE	140	JOMARCA	R$ 1,35	R$ 189,00
23544	ABRACADEIRA TIPO U 1"	UNIDADE	170	JOMARCA	R$ 1,00	R$ 170,00
17863	ABRACADEIRA TIPO U 1.1/4	UNIDADE	170	JOMARCA	R$ 1,10	R$ 87,00
17864	ABRACADEIRA TIPO U 1/2"	UNIDADE	170	JOMARCA	R$ 0 ,50	R$ 85,00
23545	ABRACADEIRA TIPO U 3/4"	UNIDADE	160	JOMARCA	R$ 0,70	R$ 112,00
17865	ADAPTADOR REVERSO 2P + T 15A	UNIDADE	76	ILUMI	R$ 8,60	R$ 653,60
17866	ADESIVO DUREPOXI 100 GR	UNIDADE	34	HENKEL	R$ 9,30	R$ 316,20

17868	ADESIVO PVC INCOLOR 75GR BISNAGA	UNIDADE	46	SILOC	R$ 7,60	R$ 349,60
17869	ADESIVO SILICONE TRANSPARENTE 280 GR - P/APLICADOR	UNIDADE	60	POWERVED	R$ 18,00	R$ 1.080,00
23546	ADESIVO SILICONE TRANSPARENTE 50 GR	UNIDADE	50	POWERVED	R$ 7,30	R$ 365,00
17870	ADESIVO SUPER BONDER ORIGINAL 3 GR	UNIDADE	40	TEKBOND	R$ 7,80	R$ 312,00
17871	AGUA RAZ 5L	UNIDADE	68	GOL	R$ 50,50	R$ 3.434,00
17873	ALICATE UNIVERSAL 8" HOBBY	UNIDADE	17	LOYAL	R$ 21,50	R$ 365,50
17875	ANEL VEDACÃO VASO SANITARIO	UNIDADE	32	PULVITEC	R$ 12,50	R$ 400,00
17876	ARAME GALV COMERCIAL MORLAN BWG 181,24MM - 01 KG	UNIDADE	85	MORLAN	R$ 14,70	R$ 1.249,50
10198	ARRUELA LISA 1/2 POLIDA	UNIDADE	880	JOMARCA	R$ 0,27	R$ 237,60
9964	ARRUELA LISA 1/4 POLIDA	UNIDADE	880	JOMARCA	R$ 0,10	R$ 88,00
9966	ARRUELA LISA 3/8 POLIDA	UNIDADE	880	JOMARCA	R$ 0,18	R$ 158,40
9965	ARRUELA LISA 5/16 POLIDA	UNIDADE	880	JOMARCA	R$ 0,18	R$ 158,40
9970	ARRUELA LISA 5/8 POLIDA	UNIDADE	880	JOMARCA	R$ 0,38	R$ 334,40
17885	ASSENTO SANIT.UNIV.BRANCO	UNIDADE	38	ALUMASA	R$ 31,00	R$ 1.178,00
17888	BARRA ROSCADA 5/8X1000 POLIDA	UNIDADE	79	JOMARCA	R$ 17,10	R$ 1.350,90
21677	BARRA ROSCADA UNC 1/2 X 1000MM	UNIDADE	79	JOMARCA	R$ 10,00	R$ 790,00
2893	BARRA ROSCADA UNC 1/4 X 1000MM	UNIDADE	79	JOMARCA	R$ 3,00	R$ 237,00
21676	BARRA ROSCADA UNC 3/8 X 1000MM	UNIDADE	79	JOMARCA	R$ 5,50	R$ 434,50
23547	BARRA ROSCADA UNC 5/16 X 1000	UNIDADE	79	JOMARCA	R$ 5,45	R$ 430,55
23548	BATERIA 9V ALCALINA - UNDIADE	UNIDADE	44	ELGIN	R$ 17,50	R$ 770,00
17893	BOTIJAO TERMICO 5L AZUL	UNIDADE	20	INVICTA	R$ 44,50	R$ 890,00
23549	BROCA ACO RAPIDO 08,00MM	UNIDADE	20	HTOM	R$ 15,61	R$ 312,20
23550	BROCA ACO RAPIDO 10.00MM	UNIDADE	20	HTOM	R$ 27,50	R$ 550,00
23551	BROCA ACO RAPIDO 12,00MM	UNIDADE	20	HTOM	R$ 40,00	R$ 800,00
17898	BROCA ACO RAPIDO 5,0MM	UNIDADE	20	HTOM	R$ 10,00	R$ 200,00
23553	BROCA CONCRETO 10,00MM	UNIDADE	16	HTOM	R$ 19,00	R$ 304,00
23552	BROCA CONCRETO 8,0MM	UNIDADE	16	HTOM	R$ 12,00	R$ 192,00
17899	BROCA CONCRETO STANDART 6,0MM	UNIDADE	16	HTOM	R$ 8,00	R$ 128,00
17900	BROXA RETANGULAR 1199 NO 02	UNIDADE	34	GOLD	R$ 6,50	R$ 221,00
17902	BUCHA NYLON 10	UNIDADE	1000	WORKER	R$ 0,32	R$ 320,00
17903	BUCHA NYLON 6	UNIDADE	1000	WORKER	R$ 0,12	R$ 120,00
17904	BUCHA NYLON 8	UNIDADE	1000	WORKER	R$ 0,15	R$ 150,00
17909	BUCHA REDUCAO ROSCA 2X1.1/2"	UNIDADE	20	CORR PLASTIK	R$ 10,10	R$ 202,00
17910	BUCHA REDUCÃO ROSCA 3/4X1/2	UNIDADE	36	CORR PLASTIK	R$ 1,20	R$ 43,20
21678	CABO DE ACO 3/8 - 6X36	UNIDADE	150	LOYAL	R$ 10,35	R$ 1.552,50
17911	CABO DE ACO 5/8-6X36	UNIDADE	150	LOYAL	R$ 31,60	R$ 4.740,00
17912	CABO DE ACO 7/8-6X25	UNIDADE	150	LOYAL	R$ 52,00	R$ 7.800,00
17915	CABO FLEXIVEL 750V 2,5 MM - PRETO	UNIDADE	1600	COBRECOM	R$ 1,20	R$ 1.920,00
17918	CABO MADEIRA PÁ RETO	UNIDADE	16	RONDON	R$ 8,10	R$ 129,60
17919	CABO P/ENXADA EUCALIPTO 150 CM	UNIDADE	14	RONDON	R$ 9,00	R$ 126,00
17920	CADEADO 20 MM	UNIDADE	24	STAM	R$ 12,80	R$ 307,20
17924	CADEADO 25 MM	UNIDADE	24	STAM	R$ 14,00	R$ 336,00
17925	CADEADO 40 MM	UNIDADE	24	STAM	R$ 21,00	R$ 504,00

17926	CADEADO 50 MM	UNIDADE	24	STAM	R$ 30,00	R$ 720,00
17922	CADEADO E-45X50 MM HASTE LONGA	UNIDADE	24	PADO	R$ 44,30	R$ 1.063,20
5887	CAIXA AGUA PLASTICA C/TAMPA 1.000L	UNIDADE	13	ISDRALIT	R$ 417,51	R$ 5.427,63
17928	CAIXA AGUA PLASTICA C/TAMPA 500L -	UNIDADE	13	ISDRALIT	R$ 242,00	R$ 3.146,00
17929	CAIXA DESCARGA EXTERNA C-4/2 CINZA CLARO	UNIDADE	24	ALUMASA	R$ 28,00	R$ 672,00
17931	CAIXA FERRAMENTA METAL 05 GAVETAS CLA 50X20X32,5CM	UNIDADE	10	MARCON	R$ 86,00	R$ 860,00
17934	CAL PINTURA 8KG	UNIDADE	160	ITABRANCA	R$ 13,02	R$ 2.083,20
23682	CAMARA AR CARRINHO MAO 3,25 X 8"	UNIDADE	18	AJAX	R$ 23,50	R$ 423,00
10235	CAP ESGOTO 100 MM	UNIDADE	21	KRONA	R$ 7,00	R$ 147,00
17940	CAP ESGOTO 150 MM	UNIDADE	17	KRONA	R$ 30,00	R$ 510,00
10237	CAP ESGOTO 40 MM	UNIDADE	19	KRONA	R$ 3,10	R$ 58,90
23556	CAP ESGOTO 50 MM	UNIDADE	19	KRONA	R$ 4,00	R$ 76,00
23557	CAP SOLDAVEL 20 MM	UNIDADE	21	KRONA	R$ 0,90	R$ 18,90
17941	CAP SOLDAVEL 25 MM	UNIDADE	22	KRONA	R$ 1,50	R$ 33,00
23558	CAP SOLDAVEL 32 MM	UNIDADE	19	KRONA	R$ 1,60	R$ 30,40
23559	CAP SOLDAVEL 40 MM	UNIDADE	19	KRONA	R$ 3,70	R$ 70,30
23560	CAP SOLDAVEL 50 MM	UNIDADE	19	KRONA	R$ 6,00	R$ 114,00
17942	CAPA CHUVA PVC C/FORRO G	UNIDADE	49	COMEK	R$ 29,00	R$ 1.421,00
10228	CARRINHO DE MAO PINEU COM CAMAMA	UNIDADE	16	ESFERA	R$ 195,00	R$ 3.120,00
17943	CASCOREZ EXTRA 500 GR	UNIDADE	22	PULVITEC	R$ 15,00	R$ 330,00
23575	CHAVE ALLEM CURTA 8,00MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 4,30	R$ 68,80
4899	CHAVE ALLEN CURTA 10,00MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 10,50	R$ 168,00
4900	CHAVE ALLEN CURTA 4,00MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 4,30	R$ 68,80
4898	CHAVE ALLEN CURTA 6,00MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 5,50	R$ 88,00
23561	CHAVE BIELA 08 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 17,00	R$ 272,00
23562	CHAVE BIELA 10 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 19,60	R$ 313,60
17946	CHAVE BIELA 11 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 21,00	R$ 336,00
4762	CHAVE BIELA 12 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 22,00	R$ 352,00
10234	CHAVE BIELA 13 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 23,00	R$ 368,00
23563	CHAVE BIELA 15 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 24,00	R$ 384,00
10236	CHAVE BIELA 17 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 28,50	R$ 456,00
10238	CHAVE BIELA 19 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 30,50	R$ 488,00
17947	CHAVE CANHAO 10 MM	UNIDADE	14	KALA	R$ 1,75	R$ 24,50
10230	CHAVE COMBINADA 10MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 10,00	R$ 160,00
10232	CHAVE COMBINADA 11MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 9,00	R$ 144,00
23564	CHAVE COMBINADA 13MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 10,50	R$ 168,00
17948	CHAVE COMBINADA 14MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 11,00	R$ 176,00
17337	CHAVE COMBINADA 17MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 16,00	R$ 256,00
17949	CHAVE COMBINADA 19 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 36,00	R$ 576,00
10233	CHAVE COMBINADA 21MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 22,00	R$ 352,00
17950	CHAVE COMBINADA 22 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 26,00	R$ 416,00
23565	CHAVE COMBINADA 23MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 26,50	R$ 424,00
17951	CHAVE COMBINADA 24MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 22,50	R$ 360,00

23566	CHAVE COMBINADA 27MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 41,00	R$ 656,00
23567	CHAVE COMBINADA 32MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 48,50	R$ 776,00
17952	CHAVE COMBINADA 7 MM	UNIDADE	16	KALA	R$ 9,50	R$ 152,00
17336	CHAVE FENDA 1/4 X 6" - REFORCADA	UNIDADE	16	WORKER	R$ 7,50	R$ 120,00
23568	CHAVE FENDA 5/16 X 6" - REFORCADA	UNIDADE	16	WORKER	R$ 10,50	R$ 168,00
23569	CHAVE PHILIPS 1/4 X 6" - REFORCADA	UNIDADE	16	WORKER	R$ 9,80	R$ 156,80
23570	CHAVE PHILIPS 5/16 X 6" - REFORCADA	UNIDADE	16	WORKER	R$ 14,00	R$ 224,00
23571	CHAVE PHILIPS 7/32 X 4" - REFORCADA	UNIDADE	16	WORKER	R$ 16,50	R$ 264,00
17956	CHAVE TESTE 100V - 500V	UNIDADE	9	WORKER	R$ 8,50	R$ 76,50
17959	CHUVEIRO DUCHA FRIA S/REGISTRO 1/2 X 4"	UNIDADE	35	SINTEX	R$ 12,20	R$ 427,00
5886	CILINDRO FECHADURA 3F	UNIDADE	32	3F	R$ 16,90	R$ 540,80
23572	CILINDRO FECHADURA ALIANCA	UNIDADE	32	ALIANCA	R$ 16,80	R$ 537,60
23574	CILINDRO FECHADURA SOPRANO	UNIDADE	32	SOPRANO	R$ 21,00	R$ 672,00
17966	CLIPS PARA CABO DE ACO 5/8	UNIDADE	50	CARBOGRAFITE	R$ 9,70	R$ 485,00
17967	CLIPS PARA CABO DE ACO 7/8	UNIDADE	50	CARBOGRAFITE	R$ 19,90	R$ 995,00
23576	CORDA MULTIFILAMENTO 10MM	UNIDADE	680	RIOMAR	R$ 1,95	R$ 1.326,00
23577	CORDA MULTIFILAMENTO 12MM	UNIDADE	680	RIOMAR	R$ 2,20	R$ 1.496,00
17978	CORDA MULTIFILAMENTO 2,0 MM BRANCA	UNIDADE	550	RIOMAR	R$ 0,23	R$ 126,50
17979	CORDA MULTIFILAMENTO 2,5 MM BRANCA	UNIDADE	550	RIOMAR	R$ 0,25	R$ 137,50
17980	CORDA MULTIFILAMENTO 3,0 MM BRANCA	UNIDADE	550	RIOMAR	R$ 0,34	R$ 187,00
23578	CORDA MULTIFILAMENTO 5,0MM	UNIDADE	600	RIOMAR	R$ 0,69	R$ 414,00
23579	CORDA MULTIFILAMENTO 8,0MM	UNIDADE	700	RIOMAR	R$ 1,45	R$ 1.015,00
17987	CORRENTE ZINCADA ELO LONGO 4,0MM-5/32" -	UNIDADE	69	VONDER	R$ 9,00	R$ 621,00
17988	CORRENTE ZINCADA ELO LONGO 4,8MM-3/16"	UNIDADE	69	VONDER	R$ 12,00	R$ 828,00
23582	DISPENSER PAPEL HIGIENICO CAPACIDADE 400 MTS - EM PLASTICO	UNIDADE	20	TREMISSE	R$ 49,50	R$ 990,00
17994	DOBRADICA AÇO ZINCADO 101 FZL 1.1/2"	UNIDADE	84	UNC	R$ 0,90	R$ 75,60
17995	DOBRADICA AÇO ZINCADO 101 FZL 4"	UNIDADE	84	UNC	R$ 5,30	R$ 445,20
2861	DOBRADOÇA POLIDA 3"	UNIDADE	84	UNC	R$ 1,90	R$ 159,60
18000	ENGATE PLASTICO FLEXIVEL 60CM X 1/2	UNIDADE	64	ALUMASA	R$ 5,00	R$ 320,00
18001	ENXADA SUL 1,5 C/CABO 130CM	UNIDADE	22	PARABONI	R$ 34,50	R$ 759,00
18004	ESPATULA ACO CB MADEIRA 8CM	UNIDADE	16	PARABONI	R$ 14,00	R$ 224,00
18005	ESPATULA PLASTICA PMASSA	UNIDADE	16	COMPEL	R$ 4,50	R$ 72,00
18006	ESPUDE CIPLA COM ANEIS 1135	UNIDADE	30	ALUMASA	R$ 4,70	R$ 141,00
18010	FACAO MATO 18" CORNETA AFIADO	UNIDADE	14	PARABONI	R$ 34,00	R$ 476,00
18011	FACAO MATO CORNETA 14" AFIADO	UNIDADE	14	PARABONI	R$ 36,00	R$ 504,00
18013	FECHADURA INOX BANHEIRO 2800/70 IP	UNIDADE	34	SOPRANO	R$ 32,00	R$ 1.088,00
18014	FECHADURA INOX EXTERNA 2600/70 IP	UNIDADE	55	SOPRANO	R$ 37,50	R$ 2.062,50
10223	FECHADURA INTERNA INOX 4700/40	UNIDADE	55	SOPRANO	R$ 39,00	R$ 2.145,00
18019	FECHO CHATO C/PORTA CADEADO 2"	UNIDADE	26	VONDER	R$ 6,00	R$ 156,00
18024	FIO NYLON 1,80MM P/CORTADOR GRAMA	UNIDADE	200	WORKER	R$ 0,80	R$ 160,00
18040	FITA CREPE 2314 48X50M - 3M	UNIDADE	85	AFA	R$ 11,50	R$ 977,50
18038	FITA CREPE USO GERAL 18MM X 50M	UNIDADE	165	AFA	R$ 5,50	R$ 907,50
18292	FITA DUPLA FACE VHB 12MM X 2M TRANSP	UNIDADE	36	VONDER	R$ 8,10	R$ 291,60

18047	FITA VEDA ROSCA 18MM X 1OM	UNIDADE	56	GOOL	R$ 3,50	R$ 196,00
18048	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	UNIDADE	56	GOOL	R$ 10,00	R$ 560,00
18049	FITA ZEBRADA 7 CM PR AM 200M	UNIDADE	56	PLASTCOR	R$ 12,50	R$ 700,00
18050	FITILHO CHATO RECUPERADO 01 KG	UNIDADE	19	WORKER	R$ 14,00	R$ 266,00
5345	FIXADOR PARA CAL	UNIDADE	180	JUNTA LIDER	R$ 1,90	R$ 342,00
18053	GANCHO P/BUCHA 6	UNIDADE	530	JOMARCA	R$ 0,38	R$ 201,40
2518	GRAMPO CERCA 19X11 - 01 KG	UNIDADE	30	MORLAN	R$ 14,50	R$ 435,00
4015	GRAMPO MIGUELAO C25	UNIDADE	48	JOMARCA	R$ 2,60	R$ 124,80
23583	INTERCAP CONCENTRADO 05 LITROS, RENDIMENTOS APROXIMADO 1X40 LITROS	UNIDADE	104	SUNIEX	R$ 21,50	R$ 2. 236,00
18066	ISOLADOR ROLDANA C/PREGO 36 X 36	UNIDADE	450	USE	R$ 0,70	R$ 315,00
23584	JOELHO 90C LR 25 X 1/2"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 2,30	R$ 184,00
10287	JOELHO 90C LR 25 X 3/4"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 2,70	R$ 216,00
18067	JOELHO SOLDAVEL 90º 20MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,00	R$ 80,00
23591	JOELHO SOLDAVEL 90º 25MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,25	R$ 100,00
23592	JOELHO SOLDAVEL 90º 40MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 5,50	R$ 440,00
23593	JOELHO SOLDAVEL 90º 50MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 5,50	R$ 440,00
18068	JOELHO SOLDAVEL 90º LR B.LATAO 20MM X 1/2 -	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 5,20	R$ 416,00
18080	LANTERNA RECARREGAVEL 5 LEDS BIVOLT PLUG	UNIDADE	60	WESTERN	R$ 32,00	R$ 1. 920,00
18081	LIMA ENXADA 8"/200MM-08992 K&F	UNIDADE	21	BELOTA	R$ 17,00	R$ 357,00
18082	LIMATAO 7/32 - MOTOSERRA	UNIDADE	16	OREGON	R$ 8,50	R$ 136,00
18083	LINHA PESCA 0,80MM CRYSTAL 100M	UNIDADE	40	DOURADO	R$ 8,60	R$ 344,00
18084	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 060	UNIDADE	160	TATU	R$ 2,00	R$ 320,00
18085	LIXA AGUA EM FOLHA Nº 100	UNIDADE	160	TATU	R$ 2,00	R$ 320,00
18086	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 036-3M	UNIDADE	160	TATU	R$ 4,00	R$ 640,00
18087	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 050-3M	UNIDADE	160	TATU	R$ 3,40	R$ 544,00
18088	LIXA FERRO EM FOLHA Nº 220-3M	UNIDADE	160	TATU	R$ 3,20	R$ 512,00
18089	LIXA MASSA EM FOLHA Nº 180-3M	UNIDADE	160	TATU	R$ 1,40	R$ 224,00
10258	LONA PRETA 150 MICRAS 4 M	UNIDADE	780	NORTENE	R$ 2,10	R$ 1. 638,00
18091	LONA PRETA 6 X 50 150 MC 30KG	UNIDADE	780	NORTENE	R$ 2,10	R$ 1. 638,00
23597	LUCA COM ROSCA 3/4"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 4,00	R$ 320,00
23598	LUVA COM ROSCA 1"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 7,40	R$ 592,00
18093	LUVA COM ROSCA 1.1/2"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,70	R$ 136,00
18094	LUVA CONFORTEX T. 10-XG	UNIDADE	50	SUPERSAFETY	R$ 14,50	R$ 725,00
18095	LUVA DE CORRER 25 MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 11,00	R$ 880,00
18096	LUVA HELANCA PIGMENTADA 6 FIOS	UNIDADE	80	SUPERSAFETY	R$ 4,30	R$ 344,00
23599	LUVA LR 25 X 1/2	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,90	R$ 152,00
10285	LUVA LR 25 X 34	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 2,20	R$ 176,00
18099	LUVA MALHA LISA C/PIGMENTO 4 FIOS	UNIDADE	60	SUPERSAFETY	R$ 3,30	R$ 198,00
18100	LUVA MESCLADA ALGODAO 4 FIOS PRETA	UNIDADE	60	SUPERSAFETY	R$ 4,00	R$ 240,00
18101	LUVA RASPA 07 CM C/REFORCO	UNIDADE	65	LUMA	R$ 15,00	R$ 975,00
23600	LUVA SEGURANCA VAQUETA RASPA	UNIDADE	65	LUMA	R$ 25,50	R$ 1. 657,50
23596	LUVA SOLDAVEL 20MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 0,45	R$ 36,00
10282	LUVA SOLDAVEL 25MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,20	R$ 96,00

10284	LUVA SOLDAVEL 50MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 4,50	R$ 360,00
18104	LUVA SOLDAVEL 60MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 14,00	R$ 1.120,00
18105	LUVA SOLDAVEL LR 20MM X 1/2"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,10	R$ 88,00
13945	MANGUEIRA CRISTAL 1/2 X 1,5MM	UNIDADE	450	MANTAC	R$ 2,30	R$ 1.035,00
10293	MANGUEIRA CRISTAL 3/4 X 2MM	UNIDADE	450	MANTAC	R$ 4,00	R$ 1.800,00
18112	MANGUEIRA ENTRADA MAQUINA LAVAR 1,40M -	UNIDADE	16	MANTAC	R$ 7,30	R$ 116,80
18113	MANGUEIRA GAS GLP	UNIDADE	70	PLASBHMN	R$ 12,00	R$ 840,00
23601	MANGUEIRA POLIETILENO 1" X 2,0MM	UNIDADE	750	MULTIPLAST	R$ 2,60	R$ 1.950,00
23602	MANGUEIRA POLIETILENO 1/2 X 1,5MM	UNIDADE	750	MULTIPLAST	R$ 1,10	R$ 825,00
18109	MANGUEIRA POLIETILENO 3/4" X 2,0MM	UNIDADE	750	MULTIPLAST	R$ 1,50	R$ 1.125,00
18114	MARRETA OITAVADA C/CABO 3.0KG	UNIDADE	6	RIOCLARO	R$ 86,00	R$ 516,00
18116	MASCARA DESCARTAVEL DOBRAVEL PFF2 9920 - 3M	UNIDADE	370	ALIANCE	R$ 2,70	R$ 999,00
13929	MASSA ACRILICA 18 LTS	UNIDADE	47	NEOVINIL	R$ 64,00	R$ 3.008,00
10166	MASSA ACRILICA 3,6 LTS	UNIDADE	16	NEOVINIL	R$ 34,50	R$ 552,00
10168	MASSA CORRIDA 18 LTS	UNIDADE	47	NEOVINIL	R$ 44,50	R$ 2.091,50
10169	MASSA CORRIDA 3,6 LTS	UNIDADE	16	NEOVINIL	R$ 29,80	R$ 476,80
18118	MASSA TAPA TUDO 340GR	UNIDADE	39	VIAPOL	R$ 36,00	R$ 1.404,00
18120	NIPEL COM ROSCA 1/2"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,00	R$ 80,00
18121	NIPEL COM ROSCA 3/4"	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,50	R$ 120,00
23603	OCULOS PROTECAO/SEGURANCA FUME PROTECAO UVA	UNIDADE	36	SUPERSAFETY	R$ 16,50	R$ 594,00
23604	OCULOS PROTECAO/SEGURANCA INCOLOR PROTECAO UVA	UNIDADE	36	SUPERSAFETY	R$ 16,00	R$ 576,00
18125	OLEO M1 STARRET LUBRIFICANTE 300ML	UNIDADE	16	USE	R$ 15,50	R$ 248,00
18127	PARAFUSO FIXER FLANGEADO PHILLIPS 5,0X40	UNIDADE	100	JOMARCA	R$ 0,33	R$ 33,00
18128	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,0 X 12	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,04	R$ 4,80
18129	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,0 X 16	UNIDADE	160	JOMARCA	R$ 0,07	R$ 11,20
18130	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,0 X 30	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,06	R$ 21,60
18131	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,5 X 14	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,06	R$ 21,60
18132	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,5 X 16	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,06	R$ 21,60
18133	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,5 X 20	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,13	R$ 46,80
18134	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,5 X 30	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,11	R$ 39,60
18135	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,5 X 35	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,11	R$ 39,60
18136	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 3,5 X 40	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,11	R$ 39,60
18137	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,0 X 20	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,11	R$ 39,60
18138	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,0 X 25	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,11	R$ 39,60
18139	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,0 X 35	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,12	R$ 43,20
18140	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,0 X 40	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,14	R$ 50,40
18141	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 22	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,11	R$ 39,60
18142	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 40	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,15	R$ 54,00
18143	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 45	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,16	R$ 57,60
18144	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 50	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,24	R$ 86,40
18145	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 4,5 X 60	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,22	R$ 79,20
18146	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 5,0 X 45	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,24	R$ 86,40
18147	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 5,0 X 50	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,32	R$ 115,20

18148	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 5,0 X 70	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,33	R$ 118,80
18149	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 6,0 X 60	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,43	R$ 154,80
18150	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 6,0 X 70	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,52	R$ 187,20
23605	PARAFUSO FIXER PHILLIPS 6,0 X 80	UNIDADE	360	JOMARCA	R$ 0,59	R$ 212,40
23606	PARAFUSO FRANCES 1/2 X 4" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 2,50	R$ 300,00
23607	PARAFUSO FRANCES 1/2 X 5" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 2,90	R$ 348,00
23608	PARAFUSO FRANCES 1/2 X 6" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 3,30	R$ 396,00
23609	PARAFUSO FRANCES 1/2 X 8" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 4,70	R$ 564,00
23610	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 1.1/2 - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,30	R$ 36,00
23611	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 2 - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,30	R$ 36,00
18155	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 2.1/2 - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,50	R$ 60,00
23612	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 4" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,50	R$ 60,00
23613	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 5" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,50	R$ 60,00
23614	PARAFUSO FRANCES 1/4 X 6" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,80	R$ 96,00
23615	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 2" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,90	R$ 108,00
23616	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 3" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 1,10	R$ 132,00
23617	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 4 - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 1,30	R$ 156,00
23618	PARAFUSO FRANCES 3/8 X 6" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 1,70	R$ 204,00
23619	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 2" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,60	R$ 72,00
18157	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 2.1/2 - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,70	R$ 84,00
23620	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 3" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,75	R$ 90,00
18158	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 4 - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,95	R$ 114,00
23621	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 5" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 1,00	R$ 120,00
23622	PARAFUSO FRANCES 5/16 X 6" - C/PORCA	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 1,20	R$ 144,00
18159	PARAFUSO GALV. SOB. 1/4 X 60	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,54	R$ 64,80
18160	PARAFUSO GALV. SOB. 1/4 X 75	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,75	R$ 90,00
18161	PARAFUSO GALV. SOB. 5/16 X 65	UNIDADE	120	JOMARCA	R$ 0,78	R$ 93,60
18162	PARAFUSO SANITARIO ARRUELA CROMADA BUCHA 10,00MM	UNIDADE	72	JOMARCA	R$ 4,89	R$ 352,08
18164	PENEIRA ARROZ/AREIA 60 MADEIRA	UNIDADE	12	MM TELAS	R$ 23,00	R$ 276,00
11123	PILHA, ALCALINA, TAMANHO AA, 1,5 VOLTS. EMBALAGEM COM 02 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PAR	UNIDADE	130	ELGIN	R$ 12,00	R$ 1. 560,00
8781	PILHA, ALCALINA, TAMANHO AAA, 1,5 VOLTS. EMBALAGEM COM 02 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PAR	UNIDADE	110	ELGIN	R$ 12,00	R$ 1. 320,00
8783	PILHA, ALCALINA, TAMANHO C, 1,5 VOLTS. EMBALAGEM COM 02 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PAR	UNIDADE	90	ELGIN	R$ 12,50	R$ 1. 125,00
8784	PILHA, ALCALINA, TAMANHO D, 1,5 VOLTS. EMBALAGEM COM 02 UNIDADES, COM DADOS DE IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE. PAR	UNIDADE	70	ELGIN	R$ 16,00	R$ 1. 120,00
18169	PINCEL CERDAS PRETA 3 - 519	UNIDADE	80	COMPEL	R$ 11,50	R$ 920,00
23623	PINCEL TRINCHA CERDAS PRETA 1"	UNIDADE	80	COMPEL	R$ 6,00	R$ 480,00
23624	PINCEL TRINCHA CERDAS PRETA 1.1/2"	UNIDADE	80	COMPEL	R$ 6,80	R$ 544,00
18173	PINCEL TRINCHA MD CERDA PR CB AM 2"	UNIDADE	80	COMPEL	R$ 7,70	R$ 616,00
23625	PINCEL-TRINCHA CERDA PRETA 3/4	UNIDADE	80	COMPEL	R$ 3,30	R$ 264,00
18182	PLUG COM ROSCA 1/2"	UNIDADE	32	CORR PLASTIK	R$ 0,65	R$ 20,80
23629	PLUG COM ROSCA 3/4"	UNIDADE	48	CORR PLASTIK	R$ 0,70	R$ 33,60
23681	PNEU CARRINHO MAO 3,25 X 8"	UNIDADE	18	AJAX	R$ 18,80	R$ 338,40
10200	PORCA SEXTAVADA UNC 1/2" POLIDA	UNIDADE	520	JOMARCA	R$ 0,30	R$ 156,00
23630	PORCA SEXTAVADA UNC 1/4" POLIDA	UNIDADE	520	JOMARCA	R$ 0,12	R$ 62,40

23631	PORCA SEXTAVADA UNC 3/4" POLIDA	UNIDADE	520	JOMARCA	R$ 1,10	R$ 572,00
10202	PORCA SEXTAVADA UNC 3/8" POLIDA	UNIDADE	520	JOMARCA	R$ 0,14	R$ 72,80
23632	PORCA SEXTAVADA UNC 5/16" POLIDA	UNIDADE	520	JOMARCA	R$ 0,13	R$ 67,60
10201	PORCA SEXTAVADA UNC 5/8" POLIDA	UNIDADE	520	JOMARCA	R$ 0,65	R$ 338,00
18189	PREGO 12 X 12 C/ CABECA	UNIDADE	27	TRIANGULO	R$ 13,80	R$ 372,60
18190	PREGO 13 X 15 C/ CABECA	UNIDADE	27	TRIANGULO	R$ 12,00	R$ 324,00
10264	PREGO 16 X 24 C/ CABECA	UNIDADE	23	TRIANGULO	R$ 12,50	R$ 287,50
18192	PREGO 17 X 21 C/ CABECA	UNIDADE	22	TRIANGULO	R$ 12,00	R$ 264,00
18193	PREGO 17 X 27 C/ CABECA	UNIDADE	56	TRIANGULO	R$ 9,80	R$ 548,80
18194	PREGO 18 X 30 C/ CABECA	UNIDADE	54	TRIANGULO	R$ 9,70	R$ 523,80
18195	PREGO 19 X 36 C/ CABECA	UNIDADE	54	TRIANGULO	R$ 9,40	R$ 507,60
10267	PREGO 19 X 39 C/ CABECA	UNIDADE	56	TRIANGULO	R$ 11,70	R$ 655,20
18197	PREGO 22 X 48 C/ CABECA	UNIDADE	59	TRIANGULO	R$ 10,50	R$ 619,50
18198	PREGO 25 X 72 C/ CABECA	UNIDADE	61	TRIANGULO	R$ 12,00	R$ 732,00
18199	PREGO 26 X 84 C/ CABECA	UNIDADE	59	TRIANGULO	R$ 16,90	R$ 997,10
23633	PREGO TELHEIRO ONDA 24 18X27 - 1KG	UNIDADE	34	TRIANGULO	R$ 21,00	R$ 714,00
18204	PULVERIZADOR PLASTICO COSTAL MANUAL 20 LTS	UNIDADE	6	KALA	R$ 239,00	R$ 1.434,00
23634	REBITE DE ALUMINIO 3,2 X 25	UNIDADE	900	ANCORA	R$ 0,17	R$ 153,00
18206	REBITE DE ALUMINIO 4,8 X 12	UNIDADE	900	ANCORA	R$ 0,23	R$ 207,00
23635	REBITE DE ALUMINIO 6,2 X 10	UNIDADE	900	ANCORA	R$ 0,34	R$ 306,00
3397	REGISTRO ESFERA BORBOLETA 3/4"	UNIDADE	48	POLIERG	R$ 10,00	R$ 480,00
23636	REGISTRO INOX PRESSÃO C50 3/4	UNIDADE	24	IMPERATRIZ	R$ 61,00	R$ 1.464,00
14616	REGULADOR GAS PARAFUSADO 506-01	UNIDADE	20	ALIANCA	R$ 33,00	R$ 660,00
18211	ROLDANA DE PORCELANA 72X72	UNIDADE	90	REX	R$ 7,70	R$ 693,00
18212	ROLO ESPUMA + SUPORTE 9CM - 1341	UNIDADE	48	ROMA	R$ 6,30	R$ 302,40
18213	ROLO ESPUMA POLIESTER AM 15 CM - 1343	UNIDADE	80	ROMA	R$ 7,50	R$ 600,00
18214	ROLO PELE CARNEIRO EXTRA 23 CM 322/22 -	UNIDADE	80	ROMA	R$ 26,00	R$ 2.080,00
12417	SELADOR ACRILICO 3,6 - INTERNO/EXTERNO	UNIDADE	45	NEOVINIL	R$ 37,00	R$ 1.665,00
18217	SERRINHA MANUAL 12X24 - ORIGINAL	UNIDADE	80	LENOX	R$ 6,50	R$ 520,00
18218	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL - TAMANHO MEDIO	UNIDADE	54	ALUMASA	R$ 18,00	R$ 972,00
23637	SIFAO SANFONADO UNIVERSALDUPLO - TAMANHO MEDIO	UNIDADE	36	ALUMASA	R$ 8,60	R$ 309,60
23638	SOLUPAN DESENGRAXANTE CONCENTRADO 05 LTS (5X200LTS)	UNIDADE	65	SUNIEX	R$ 21,00	R$ 1.365,00
13931	SOLVENTE SOLV RAZ- LTA. 900 ML	UNIDADE	135	GOL	R$ 12,00	R$ 1.620,00
23639	SUPORTE MAO FRANCESA BR 20CM	UNIDADE	90	PARABONI	R$ 9,30	R$ 837,00
18223	SUPORTE MAO FRANCESA BR 25CM	UNIDADE	90	PARABONI	R$ 14,00	R$ 1.260,00
23640	SUPORTE MAO FRANCESA BR 30CM	UNIDADE	90	PARABONI	R$ 15,00	R$ 1.350,00
18230	TE ESGOTO CURTO 100 X 100	UNIDADE	48	CORR PLASTIK	R$ 13,50	R$ 648,00
18231	TE SOLDAVEL 20MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 0,80	R$ 64,00
18232	TE SOLDAVEL 25MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 1,15	R$ 92,00
23644	TE SOLDAVEL 32MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 3,70	R$ 296,00
23645	TE SOLDAVEL 40MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 6,75	R$ 540,00
23646	TE SOLDAVEL 50MM	UNIDADE	80	CORR PLASTIK	R$ 8,50	R$ 680,00
18234	TELA MOSQUITEIRO MONOFILADO VD 1,2X50	UNIDADE	120	NORTENE	R$ 3,90	R$ 468,00

10173	THINNER 8800 - LATA 5 LITROS	UNIDADE	70	GOL	R$ 58,00	R$ 4.060,00
10172	THINNER GOL 7300 0.9LT	UNIDADE	70	GOL	R$ 11,50	R$ 805,00
23649	TINTA ACRILICA FOSCA INTERIOR 18 LITROS	UNIDADE	48	NEOVINIL	R$ 125,50	R$ 6.024,00
23650	TINTA ACRILICA FOSCA INTERIOR 3,6LITROS	UNIDADE	16	NEOVINIL	R$ 44,50	R$ 712,00
23651	TINTA ACRILICA INTERIOR/EXTERIOR RENDIMENTO EXTRA 18LITROS	UNIDADE	48	NEOVINIL	R$ 3,60	R$ 172,80
23652	TINTA ACRILICA INTERIOR/EXTERIOR RENDIMENTO EXTRA 3,6LITROS	UNIDADE	16	NEOVINIL	R$ 75,00	R$ 1.200,00
23653	TINTA ESMALTE SINTETICO 225ML - CORES VARIADAS	UNIDADE	48	DACAR	R$ 12,00	R$ 576,00
23654	TINTA SPRAY ALTA TEMPERATURA 400ML - CORES VARIADAS	UNIDADE	44	USE	R$ 17,80	R$ 783,20
23655	TINTA SPRAY USO GERAL 400ML - CORES VARIADAS	UNIDADE	30	USE	R$ 16,50	R$ 495,00
23665	TORNEIRA BICA MOVEL EM PLASTICO P/ PIA 1/2	UNIDADE	19	HERC	R$ 21,30	R$ 404,70
23663	TORNEIRA BICA MOVEL INOX PARA COZINHA 1/2 EM INOX	UNIDADE	21	IMPERATRIZ	R$ 70,00	R$ 1.470,00
18270	TORNEIRA JARDIM 1/2" -	UNIDADE	29	HERC	R$ 4,30	R$ 124,70
23664	TORNEIRA LAVATORIO BANHEIRO BICA MOVEL METAL CROMADO 1/2	UNIDADE	23	IMPERATRIZ	R$ 69,00	R$ 1.587,00
18271	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA 1/2	UNIDADE	29	HERC	R$ 11,20	R$ 324,80
18272	TORNEIRA PLAST. TANQUE CURTA 1/2	UNIDADE	23	HERC	R$ 4,70	R$ 108,10
23666	TORNEIRA PLASTICA PIA BICA MOVEL PAREDE 1/2	UNIDADE	19	HERC	R$ 42,00	R$ 798,00
18273	TORNEIRA TANQUE 1/2" 15CM LONGA	UNIDADE	67	HERC	R$ 7,00	R$ 469,00
23667	TRENA DE 50 MTS - FITA FIBRA DE VIDRO CX ABERTA	UNIDADE	11	LUFKIN	R$ 62,00	R$ 682,00
18276	TRENA DE ACO 5M	UNIDADE	17	LUFKIN	R$ 14,00	R$ 238,00
23668	TUBO ESGOTO DN 100MM SN BR 6.0M	UNIDADE	82	MAIS PVC	R$ 57,50	R$ 4.715,00
18277	TUBO ESGOTO DN 150MM SN BR 6.0M	UNIDADE	54	MAIS PVC	R$ 157,00	R$ 8.478,00
23669	TUBO ESGOTO DN 40MM SN BR 6.0M	UNIDADE	80	MAIS PVC	R$ 22,26	R$ 1.780,80
23670	TUBO ESGOTO DN 50MM SN BR 6.0M	UNIDADE	80	MAIS PVC	R$ 42,40	R$ 3.392,00
18278	TUBO SOLDAVEL AGUA FRIA DE 20MM BR 6.0M	UNIDADE	160	MAIS PVC	R$ 13,69	R$ 2.190,40
18280	TUBO SOLDAVEL AGUA FRIA DE 25MM BR 6.0M	UNIDADE	160	MAIS PVC	R$ 21,12	R$ 3.379,20
18281	TUBO SOLDAVEL AGUA FRIA DE 50MM BR 6.0M	UNIDADE	120	MAIS PVC	R$ 60,66	R$ 7.279,20
18282	TUBO SOLDAVEL AGUA FRIA DE 60MM BR 6.0M	UNIDADE	120	MAIS PVC	R$ 77,90	R$ 9.348,00
18287	VASSOURA JARDIM METAL REG. 18D CABO	UNIDADE	20	PARABONI	R$ 25,90	R$ 518,00
18288	VEDA CALHA ALUMINIO 280 G	UNIDADE	32	SILOC	R$ 25,50	R$ 816,00
23677	VERNIZ INCOLOR PARA MADEIRA 3,6 LITROS	UNIDADE	36	BRASILUX	R$ 78,90	R$ 2.840,40
23679	VERNIZ SPRAY 400 ML - USO GERAL	UNIDADE	80	BRASILUX	R$ 16,00	R$ 1.280,00
TOTAL:						R$ 242.606,66

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 242.606,66 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos em no máximo 03 (três) dias úteis após a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Solicitante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito Previdenciário (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurará ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/ 93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art . 78 da Lei nº 8. 666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA X – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. as efetivas aquisições do objeto (materiais de construção) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLAUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/ 93, Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLAUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT 01 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO,

FERRAMENTAS E EPI'S LTDA. – ME:

THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO

Sócio Administrador

Testemunhas:

Nome: Erineu Diesel

CPF: 276.705.031-49

César Itamar S. Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 011/2017 – A

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.614.538/0001-59, estabelecido à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Brasileiro, Maior Empresário, portador do RG nº 5.753.325-0 SSP/PR e do CPF nº 784.082.539-72, residente e domiciliado neste município, e a empresa **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ sob Nº 26.579.029/0001-63, estabelecida na Av. Fernando Correa da Costa, nº 4646, Bairro Jardim Alencastro, na cidade de Cuiabá/MT, neste ato representada pela sócia proprietária Sr. MARISTELA SANTOS BRITO MENDONÇA, portadora do RG nº 0430145-5 SSP/MT e do CPF nº 329.454.851-68, de acordo com o disposto na Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, com aplicação subsidiária no que couber da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como o Decreto Municipal nº. 901, de 24/03/2014 e conforme o Processo Licitatório sob nº 018/2017, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS, as partes firmam esta **Ata de Registro de Preços**, com previsão de execução de 12 (doze) meses, para futuras e eventuais Aquisições de Materiais de Construção, para uso das Secretarias Municipais de Administração, Fazenda e Planejamento, Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social Trabalho e Cidadania, Obras Viação Urbanismo e Saneamento, e Esporte e Lazer, de conformidade com a descrição da Cláusula I desta Ata.

CLÁUSULA I - DO OBJETO

1. Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços, o registro dos preços dos produtos (Materiais de Construção), por parte da empresa supra identificada, observadas as quantidades, especificações e respectivos preços, estabelecidos no demonstrativo abaixo, visando aquisições futuras e eventuais pelos órgãos relacionados no Anexo II do Edital do Pregão acima mencionado:

Empresa: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. – ME.

COD	DESCRICAO	Unidade	Qtde.	Marca	Preço Unitário	Valor Total
17891	BOCAL PORCELANA FIXO TETO E27 FN06	UNIDADE	170	G20	R$ 5,70	R$ 969,00
23554	CABO FLEXIVEL 10,00 MM	UNIDADE	1800	COBRECOM	R$ 5,80	R$ 10.440,00
23555	CABO FLEXIVEL 16,0MM	UNIDADE	1000	COBRECOM	R$ 10,20	R$ 10.200,00
17916	CABO FLEXIVEL 750V 4,0 MM - PRETO	UNIDADE	1200	COBRECOM	R$ 2,20	R$ 2.640,00
17917	CABO FLEXIVEL 750V 6,O MM - PRETO	UNIDADE	1200	COBRECOM	R$ 3,30	R$ 3.960,00
4480	CAIXA DE DINJUNTOR E TOMADA 20 AMPERES 250 VOLTS	UNIDADE	37	ILUMI	R$ 26,50	R$ 980,50
5416	CAIXA PADRAO BI FASE	UNIDADE	9	STRAHL	R$ 166,00	R$ 1.494,00
17932	CAIXA PADRAO MONOFASICA	UNIDADE	9	STRAHL	R$ 95,00	R$ 855,00
17937	CANALETA 20 MM C/TAMPA DIVISAO 2.0M -	UNIDADE	85	ILUMI	R$ 5,70	R$ 484,50
10262	CANALETA FIO 20X10X2000 C/ FITA DUPLA FACE	UNIDADE	85	ILUMI	R$ 7,10	R$ 603,50
17960	CHUVEIRO MAXI DUCHA 127V 4600W	UNIDADE	12	LORENZETI	R$ 68,00	R$ 816,00
17961	CHUVEIRO MAXI DUCHA 220V 4600W	UNIDADE	12	LORENZETI	R$ 68,00	R$ 816,00
15896	CONECTOR ASTE TERRA	UNIDADE	80	INTELLI	R$ 4,00	R$ 320,00
23581	DISJUNTOR BIPOLAR 80 AMPERES	UNIDADE	10	SOPRANO	R$ 95,00	R$ 950,00
17990	DISJUNTOR BIPOLAR NEMA 40A	UNIDADE	10	SOPRANO	R$ 70,00	R$ 700,00
17991	DISJUNTOR DIN BRANCO BIPOLAR C 25A	UNIDADE	21	SOPRANO	R$ 35,00	R$ 735,00
17992	DISJUNTOR TRIPOLAR NEMA 100 A	UNIDADE	10	SOPRANO	R$ 167,00	R$ 1.670,00
17993	DISJUNTOR UNIPOLAR NEMA 40A	UNIDADE	12	SOPRANO	R$ 20,00	R$ 240,00
17997	ELETRODUTO CORRUGADO 3/4 AMARELO	UNIDADE	450	PLASTIBRAS	R$ 2,00	R$ 900,00
18022	FILTRO LINHA 5 TOMADA BIVOLT CZ MOD.5000	UNIDADE	27	ILUMI	R$ 40,00	R$ 1.080,00
18026	FIO PARALELO 300V 2 X 2.5 MM - BRANCO	UNIDADE	900	COOPERCABOS	R$ 3,20	R$ 2.880,00
18027	FIO PARALELO 300V 2 X 4.0 MM - BRANCO	UNIDADE	800	COOPERCABOS	R$ 4,80	R$ 3.840,00
10135	FIO SOLIDO 10,0MM	UNIDADE	1000	COOPERCABOS	R$ 5,90	R$ 5.900,00
10133	FIO SOLIDO 4,0MM	UNIDADE	800	COOPERCABOS	R$ 2,15	R$ 1.720,00
10134	FIO SOLIDO 6,0MM	UNIDADE	800	COOPERCABOS	R$ 3,50	R$ 2.800,00
18036	FIO TELEFONE FE EXTERNO PRETO	UNIDADE	400	CEWP	R$ 1,50	R$ 600,00
18037	FIO TELEFONE FI 2 X 0,40MM PARALELO CZ	UNIDADE	400	CEWP	R$ 1,00	R$ 400,00
18041	FITA ISOLANTE 3M 10M	UNIDADE	56	ENERBRAS	R$ 4,80	R$ 268,80
18042	FITA ISOLANTE 3M 20M	UNIDADE	56	ENERBRAS	R$ 6,70	R$ 375,20

23680	HASTE ATERRAMENTO COBREADA 1/2 X 2,4 MTS	UNIDADE	80	OLIVO	R$ 34,90	R$ 2.792,00
18069	KIT ILUMINACAO C/BRACO 30CM PRATO E SOQUETE	UNIDADE	56	SCORPIUS	R$ 31,40	R$ 1.758,40
18071	LAMPADA COMPACTA ELETRONICA 45W	UNIDADE	120	EMPALUX	R$ 45,50	R$ 5.460,00
18073	LAMPADA FLUOR. COMPACTA 3U T4 25W 6400K	UNIDADE	95	FLC	R$ 17,00	R$ 1.615,00
18074	LAMPADA FLUOR. COMPACTA 3U T4 30W 6400K	UNIDADE	90	FLC	R$ 32,50	R$ 2.925,00
18077	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 4U 220V 46W	UNIDADE	90	EMPALUX	R$ 39,00	R$ 3.510,00
23594	LAMPADA LED 12W - BILVOLT E27	UNIDADE	90	KIAN	R$ 24,30	R$ 2.187,00
23595	LAMPADA LED 16W - BILVOLT E27	UNIDADE	90	KIAN	R$ 74,00	R$ 6.660,00
18179	PLAFON C/SOQUETE LOUÇA 100W BR	UNIDADE	150	BETEL	R$ 8,60	R$ 1.290,00
4901	PLUG FEMEA UNIVERSAL 10A	UNIDADE	48	MARGIRUS	R$ 4,20	R$ 201,60
23626	PLUG FEMEA UNIVERSAL 20A	UNIDADE	48	MARGIRUS	R$ 6,30	R$ 302,40
23627	PLUG PINO MACHO 2 POLOS 10A	UNIDADE	48	MARGIRUS	R$ 4,10	R$ 196,80
23628	PLUG PINO MACHO 2 POLOS 20A	UNIDADE	48	MARGIRUS	R$ 7,90	R$ 379,20
23656	TOMADA 10 AMPERES SIMPLES	UNIDADE	50	ILUMI	R$ 5,50	R$ 275,00
23657	TOMADA 20 AMPERES SIMPLES	UNIDADE	50	ILUMI	R$ 6,70	R$ 335,00
18263	TOMADA EM BARRA 3 TOMADAS GRAFITE	UNIDADE	50	ILUMI	R$ 13,00	R$ 650,00
23658	TOMADA EMBUTIR DUPLA 10A	UNIDADE	70	ILUMI	R$ 17,00	R$ 1.190,00
23659	TOMADA EMBUTIR SIMPLES 10A	UNIDADE	64	ILUMI	R$ 10,40	R$ 665,60
23660	TOMADA EMBUTIR SIMPLES 20A	UNIDADE	49	ILUMI	R$ 11,00	R$ 539,00
23662	TOMADA EMBUTIR TELEFONE	UNIDADE	49	ILUMI	R$ 13,00	R$ 637,00
23661	TOMADA EMBUTIR TRIPLA 10A	UNIDADE	49	ILUMI	R$ 20,00	R$ 980,00
TOTAL:						R$ 94.186,50

CLÁUSULA II - DO VALOR GLOBAL

1. O Valor Global estimado da presente Ata de Registro de Preços é de **R$ 94.186,50 (noventa e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA III – DO REAJUSTAMENTO

1. Os preços serão fixos e irreajustáveis, salvo mudanças nas medidas econômicas do Governo Federal.

2. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato, em face dos aumentos de custos que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, a empresa contratada em hipótese nenhuma poderá paralisar o fornecimento dos produtos e/ou serviços.

CLÁUSULA IV - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O prazo de validade do registro de preços será de *12 (doze)* meses, contado a partir da publicação da presente Ata.

CLÁUSULA V - DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

1. Os Produtos objeto desta Ata serão fornecidos em etapas no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. A empresa detentora da Ata de Registro de Preços (licitante vencedora) deverá entregar os produtos em no máximo 03 (três) dias úteis após a solicitação do Departamento competente, com as características exigidas na licitação. Todas as despesas, impostos, taxas, etc, correrão por conta única e exclusiva da fornecedora.

3. Os produtos serão previamente requisitados pelos órgãos solicitantes da Prefeitura de União do Sul – MT, com antecedência para que seja entregue dentro do prazo estabelecido no Edital.

4. A entrega/retirada dos produtos deverá estar em conformidade com o requerido pelo Órgão Solicitante e acompanhada de nota fiscal, sendo somente aceito após a verificação do cumprimento das especificações contidas no edital do pregão e nesta ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMA DE PAGAMENTO:

1. Os pagamentos serão efetuados após a comprovação da entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias.

2. O Detentor da Ata deverá encaminhar as Notas Fiscais ao Departamento Competente que as receberá provisoriamente, para posterior comprovação de conformidade dos produtos de acordo com as especificações constantes do edital e da proposta apresentada.

3. Nenhuma fatura que contrarie as especificações contidas nas propostas será liberada antes de executadas as devidas correções e antes que seja apresentada a comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

4. Nenhum pagamento será efetuado à Detentora da Ata sem que esta apresente, previamente, a Certidão Negativa de Débito Previdenciário (INSS) e o Certificado de Regularidade do FGTS, em original ou cópia autenticada, salvo se as certidões apresentadas anteriormente ainda se encontrarem em validade.

5. Em hipótese alguma será feito o pagamento antecipado.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES DA DETENTORA DA ATA:

1. Entregar os produtos de forma parcelada, em etapas, conforme necessidade da Contratante, no decorrer de 12 (doze) meses, a contar da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2. Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre os produtos e serviços objeto desta ata, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de UNIÃO DO SUL;

3. Responsabilizar-se pelos prejuízos causados ao Município de UNIÃO DO SUL ou a terceiros, por atos de seus empregados ou prepostos.

CLÁUSULA VIII - DAS RESPONSABILIDADES DO MUNICÍPIO:

1. Utilizar-se dos Produtos observando os aspectos da qualidade e durabilidade;

2. Efetuar os pagamentos nos prazos estabelecidos nesta ata e no edital do respectivo pregão;

3. Informar à Detentora da Ata o nome do funcionário responsável pela assinatura das Ordens de Fornecimento ou requisições.

4. Fiscalizar e acompanhar a execução da presente Ata de Registro de Preços, e seus adendos, se houver.

CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

a) Pelo descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA do compromisso assumido em virtude da Ata de Registro de Preços, de contrato ou instrumento equivalente, é assegurará ao Município de União do Sul (Contratante) o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei nº 8.666/ 93, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito;

b) A rescisão do Contrato ou documento equivalente nos termos do art. 79 da Lei nº 8.666/93, poderá ser:

1) determinada por ato unilateral e escrito da Administração do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art . 78 da Lei nº 8. 666/93;

2) amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo processo, desde que haja conveniência para a Administração;

3) judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA X – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

1. as efetivas aquisições do objeto (materiais de construção) quando houver, serão empenhadas nas dotações orçamentárias do(s) orçamento(s) vigente(s) durante o período de validade desta ata de registro de preços.

CLAUSULA XI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1. O presente instrumento é regido pela Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/ 93, Decreto Municipal nº 901 de 24/03/2014 e legislação complementar, bem como pelas cláusulas e condições constantes do PREGÃO N.º 014/2017 – REGISTRO DE PREÇOS.

CLAUSULA XII – DO FORO:

1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes desta ata, elegem as partes o foro da Comarca de CLÁUDIA, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, segue assinada pelas partes em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que assinam na presença das testemunhas abaixo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL-MT

Av. Curitiba nº 94 – centro - CEP 78.543-000-Fone-3540-1283-União do Sul-MT

CNPJ Nº 01.614.538/0001-59.

UNIÃO DO SUL/MT 01 de junho de 2017.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL/MT:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. – ME

MARISTELA SANTOS BRITO MENDONÇA

Sócia Administradora

Testemunhas:

Nome: Erineu Diesel

CPF: 276.705.031-49

César Itamar S. Guergoleti

CPF: 000.082.911-01

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 018/2017

A Prefeitura Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 015/2017, de 02/01/2017, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8. 666/93 e nos termos dos Decretos nºs. 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/ 2014, torna público que, conforme a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação Nº 018/2017, emitido em 16/05/2017, aberto e julgado em 30/05/2017, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Materiais de Construção para uso das Secretarias Municipais de Administração, Fazenda e Planejamento, Educação e Cultura, Saúde, Assistência Social Trabalho e Cidadania, Obras Viação Urbanismo e Saneamento, e Esporte e Lazer, durante o prazo de vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição detalhada no Anexo I - Termo de Referência do Edital da licitação, sagraram-se vencedoras do certame a proponente COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. – ME - CNPJ nº 26.579.029/0001-63, estabelecida na cidade de Cuiabá - MT, com 50 itens do objeto, no valor total de R$ 94.186,50 (noventa e quatro mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), e a proponente MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EPI'S LTDA. – ME - CNPJ nº 14.888.303/0001-05, estabelecida na cidade de Cuiabá-MT, com 347 itens do objeto, no valor total de R$ 242.

606,66 (duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e seis reais e sessenta e seis centavos), sob o critério de menor preço por item.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 01 de junho de 2017.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2017

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: MARGARETE ZÍLIO – ME.

CNPJ: 01.888.465/0001-93.

Endereço: Av. Florianópolis, nº 220 – Centro – UNIÃO DO SUL - MT.

Objeto: Aquisição parcelada de Materiais de Construção para uso de diversas Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, conforme descrição dos produtos na proposta de preços da proponente, integrante deste Processo de Dispensa de Licitação.

Valor: R$ 175.799,46 (cento e setenta e cinco mil, setecentos e noventa e nove reais e quarenta e seis centavos).

Prazo de aquisição/fornecimento: Até 31 de dezembro de 2017, ou antes, com a realização de nova licitação para este tipo de objeto.

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de Licitação, embasada no disposto no inciso V, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 e alterações posteriores, devido ao fato de não ter havido êxito com a licitação anterior de Pregão Presencial nº 014/2017 para aquisição dos produtos relacionados na proposta comercial da proponente supra, bem ainda, por tratar-se de aquisições necessárias e indispensáveis de materiais de construção para atendimento de demandas freqüentes das diversas secretarias municipais.

Embasamento Legal: Art. 24, inciso V, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação nº 006/2017.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 02 de junho de 2017.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 18/2017

Processo 426826/2017 1. Tendo em vista a necessidade apresentada pela Sub Secretaria De Educação Cultura e Lazer para Contratação de Locação de Imóvel Urbano, localizado à Av. Couto Magalhães, Nº 900, Centro, Várzea Grande – MT, área construída de 1.119,66 m², com as seguintes divisões: 03 salas de aulas medindo 34,58 m² cada, 02 banheiros, 01 sala de aula medindo 30,24 m², 01 sala de aula medindo 24,33 m², 01 sala de escritório medindo 12,93 m², 01 cozinha, pátio para recreação e convivência de 240,00 m², quadra de esporte medindo 385,90 m²; com destino único e exclusivo para funcionamento de salas anexas da EMEB Marilce Benedita de Arruda, visando atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande.**2**. **Da Ratificação**: Havendo o parecer favorável por parte da Procuradoria Municipal as fls. 106/111 e cumpridos os requisitos do artigo 24, X c/c artigo 26, ambos da lei n. 8666/93, **RATIFICO** o Ato de Dispensa n. 18/2017 **emitido pela Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Catarina Sena Barros de Toledo,** para locação de imóvel em nome de Igreja Presbiteriana de Várzea Grande, inscrita no CNPJ:14.913.735/0001-10, com destino único e exclusivo para funcionamento de salas anexas da EMEB Marilce Benedita de Arruda, o valor do aluguel mensal, a ser pago pelo locatório será de 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais), importando assim, o valor global de R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais).pelo período de doze (12) meses.**3**. Publique-se e cumpra-se. **4.** Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2017.Silvio Aparecido Fidelis Secretário Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer .

PORTARIA Nº 474/2017

Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Junho/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
2485	AMILTON CESAR DA SILVA	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
6680	CARLOS ALBERTO DA SILVA	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
17173	GEBISON EDUARDO DA SILVA	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
100423	JARBAS SANTANA DE AMORIM	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
22352	JOAO EVANGELISTA GONÇALVES DOS REIS	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
100592	JOSE ROBERTO DELGADO FILHO	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
100566	JULIO CESAR DE SOUZA	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
38276	PATRICIA DE OLIVEIRA GOMES	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
100422	ODNIS GONÇALVES RAMOS	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
100569	PAULO CESAR LEMES	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
100559	PAULO RICARDO ALVES DA SILVA	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
40863	ROSANA DOS SANTOS GOES	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)
47747	ZELITO DIAS EVANGELISTA	Efetivo	2016/2017	01.06.17 a 30.06.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 17/2017

Processo n. 442573/2017 1. Tendo em vista a necessidade apresentada pela Sub Secretaria De Educação Cultura e Lazer para Contratação de Locação de Imóvel Urbano, localizado à Av. Filinto Muller, Nº 500, Sala 03, Bairro Centro, Várzea Grande/MT, com as seguintes características: 01 sala e 01 banheiro com destino único e exclusivo para funcionamento do CMPIR - Conselho Municipal de Promoção e Igualdade Racial, visando

atender as necessidades desta Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande. **2**. **Da Ratificação**: Havendo o parecer favorável por parte da Procuradoria Municipal as fls. 60/65 e cumpridos os requisitos do artigo 24, X c/c artigo 26, ambos da lei n. 8666/93, **RATIFICO** o Ato de Dispensa n. 17/2017 **emitido pela Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Catarina Sena Barros de Toledo,** para locação de imóvel em nome de Gentilino do Nascimento Radis, inscrita no CPF: 120. 021.609-10, com destino único e exclusivo para funcionamento do CMPIR - Conselho Municipal de Promoção e Igualdade Racial, o valor do aluguel mensal, a ser pago pelo locatório será de R$ 2.043,00 (dois mil e quarenta três reais), importando assim, o valor global de R$ 24.521,40 (vinte e quatro mil e quinhentos e vinte e um reais e quarenta centavos), pelo período de doze (12) meses.**3**. Publique-se e cumpra-se. **4.** Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2017. Silvio Aparecido Fidelis - Secretário Municipal de Educação Cultura Esporte e Lazer.

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.006/2017

Processo: 432836/2017. O Município de Várzea Grande Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL - designada pela portaria n. 377/2017, torna público para conhecimento dos interessados, **O RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO** relativa aTomada de Preço n. 06/2017, objeto: **Contratação de Empresa Capacitada em serviços na área de Engenharia/Arquitetura, com base nos projetos elaborados, para execução de obra de Reforma e Ampliação da Biblioteca Pública Professora Laurinda Coelho,localizada na rua Ministro Mário Machado, esquina com a rua Mário Abrão Nassarden, n.º 200, loteamento Domingos Sávio, Bairro Cristo Rei, na cidade de Várzea Grande- Mato Grosso**, incluindo fornecimento de materiais e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, conforme especificações contidas no Projeto e seus Anexos, sob o regime de execução indireta de empreitada pelo "PREÇO GLOBAL", a Comissão Permanente de Licitação após analise **e a decisão da** equipe técnica, declara **HABILITADAS** as empresas:Leandro Marques do Amaral Maciel ME, Inscrita CNPJ: 21.772. 664/0001-49; Monte Moria Construção Civil Ltda/EPP, Inscrita CNPJ: 19. 762.865/0001-13; ESCAF Construção Civil E Serviços Ltda EPP, Inscrita CNPJ: 21.952.743/0001-31; Titanium Engenharia Ltda ME, Inscrita CNPJ: 20.103.907/0001-93 e declara **INABILITADAS** as empresas Construtora W Mendes Ltda/ME, Inscrita no CNPJ: 13.252.128/0001-94 não atendeu ao item 8.8.3 letra "a" do edital, e a empresa Paiaguás Construtora Ltda/ ME, Inscrita CNPJ: 11.219.541/0001-21 não atendeu ao item 8.7.2 do edital. A ata da sessão interna de julgamento esta disponível no site: www. varzegrande.mt.gov.br. Em conformidade ao art. 109, I Lei 8666/93, e o item 23.4 do edital a Comissão declara aberto o prazo para interposição de recurso quanto a habilitação no prazo legal a partir da Circulação deste aviso.Várzea Grande-MT, 31 de maio de 2017. Lauro Josney Corrêa - Presidente CPL.

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Processo Administrativo Disciplinar nº 005/2017.

Processados: Gilmar Vieira da Silva

Fatos Investigados: Abandono de Cargo

CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR EDITAL

O Presidente da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, instituída pela Portaria nº 102/2016, de 01 de março de 2016, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, na data de 02 de março de 2016, página 271, tendo em vista o disposto no artigo 148 da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande) **CITA**, pelo presente edital, o servidor **GILMAR VIEIRA DA SILVA** para que tome ciência da acusação que lhe é imputada para, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da última publicação deste, comparecer à sede da Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, sito à Avenida Castelo Branco, nº 2.500, Paço Municipal Couto Magalhães, Bairro Água Limpa, Várzea Grande – MT, Fone 8443-7150, de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 16:00 horas, a fim de apresentar **DEFESA ESCRITA, no prazo de 15 (quinze) dias**, no processo disciplinar que responde, sob pena de lhe ser decretada a Revelia.

Várzea Grande, 23 de maio de 2017.

Rosemberg Almeida Barcelos

Presidente da Comissão de Sindicância

Matrícula nº 41370

AVISO DE PRORROGAÇÃO CONCORRÊNCIA PUBLICA N. 005/2017

Processo n. 431834/2017. O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da O Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, por meio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, designada pela Portaria n. 381/2017, comunica aos interessados, que licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 005/2017, sob o regime de execução indireta de empreitada por "MENOR PREÇO GOLBAL", cujo objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE 01 (UMA) UNIDADE DE CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 2 - PROINFÂNCIA PROJETOS PADRONIZADOS DO FNDE, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME PROJETOS MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E FNDE, EM ATENÇÃO AO TERMO DE COMPROMISSO Nº. PAC2: 6385/ 2013-FNDE, CONFORME EDITAL E ANEXOS. Abertura prevista para dia 06 de Junho de 2017, às 08h30min (horário de Mato Grosso), Foi **PRORROGADA** para dia 06/07/2017 às 08h30min (horário de Mato Grosso), em razão da **RETIFICAÇÃO** das Planilhas Orçamentárias e Cronograma Físico Financeiro. As retificações estão à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande na Sup. de Licitação, nos dias úteis das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, mediante pagamento de taxa de R$ 0,13 por copia não restituível, e gratuitamente no site: www.varzegrande.mt.gov.br. Várzea Grande/MT, 01 de junho de 2017. **Silvio Aparecido Fidelis,** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e lazer.

PORTARIA Nº 475/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Maio/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
928	ADRIANO MIRANDA PIRES	Efetivo	2013/2014	02.05.17 A 31.05.17 (30 dias)
1376	ALAINE TORRES ALVES MUNDIM	Efetivo	2014/2015	02.05.17 A 31.05.17 (30 dias)
100904	ALESSANDRA DE ALMEIDA SANTOS	Efetivo	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
84938	ANA NOIZES DA COSTA	Efetivo	2015/2016	03.05.17 A 01.06.17 (30 dias)

92106	ANA PAULA VICENTIM	Efetivo	2016/2017	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
3797	ANITA DE SOUZA MELO	Efetivo	2016/2017	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
4882	ARLETE AGUIAR DA SILVA	Efetivo	2014/2015	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
7648	CEZAR QUINZANI	Efetivo	2015/2016	30.05.17 A 28.06.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
EXONERAÇÃO N.º 002/2017

ATO DE EXONERAÇÃO N.º 002/2017

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1997 e alterada pela Lei nº 1.866/1. 998, EXONERA, a partir de 01 de junho de 2017, no cargo em comissão DGA, os (a) servidores (a) abaixo relacionados lotados no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

NOMES	SIMBOLOS
ACELINO PEDRO DO ESPÍRITO SANTO	DGA – 06
ORIVALDO FRANCISCO DO ESPIRITO SANTO	DGA – 06
ARLINDO DA COSTA MOYA	DGA – 07

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 01 de junho de 2.017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

PORTARIA Nº 477/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Maio/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
84961	LAERTE BASSO JUNIOR	Efetivo	2016/2017	02.05.17 A 31.05.17 (30 dias)
85131	ROBERTO DE SABOIA BICUDO	Efetivo	2016/2017	02.05.17 A 31.05.17 (30 dias)
40470	RONALDO ESPINOZA	Efetivo	2015/2016	28.05.17 A 26.06.17 (30 dias)
42196	SALIM JOANDAT SALIM	Efetivo	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
100846	SIDNEIA APARECIDA SANTANA BRITO	Efetivo	2016/2017	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
46482	VASTI DOS ANJOS VERA	Efetivo	2015/2016	31.05.17 A 29.06.17 (30 dias)
46990	VITOR CARLOS DE SOUZA VIEIRA	Efetivo	2012/2013	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
NOMEAÇÃO N.º 003/2017

ATO DE NOMEAÇÃO Nº 003/2017

Ricardo Azevedo Araújo, Diretor Presidente do DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1.733/1.998 e alterada pela Lei nº 1.866/1.998, **NOMEIA**, a partir de 01/06/2017, no cargo em comissão DGA, os (a) servidores (a) abaixo relacionados lotados no Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

NOMES	SIMBOLOS
ARLINDO DA COSTA MOYA	DGA – 06
EDER DAMASCENO GOMES	DGA – 06
VICTOR HUGO MENDES ASSUNÇÃO	DGA – 07

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

EXTRATO CONTRATO N. 052/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Senhor MATEUS MAGALHAÃES, devidamente inscrita no CPF sob o n°. 338.131.789-91. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se regido pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666/93, alterada pela Lei nº. 8.883/94, Art. 24 inciso X, ressaltando a sua compatibilidade com as peculiaridades que exige este inquilino especial, pela Lei nº. 8.245/91 alterada pela Lei nº. 12.112/2009, pelo Ato de Dispensa de Licitações nº. 13/ 2017, oriundo no PROCESSO GESPRO Nº. 431219/2017. OBJETO: Tem por objeto a locação de um imóvel localizado na Rua 20, Lotes nº. 17,18 e 19 – Quadra 46, Bairro São Mateus, destinado para uso exclusivo para funcionamento de salas de aulas anexas da EMEB Júlio Correa, visando atender a Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande. VALOR GLOBAL: O valor do aluguel mensal no montante de R$ 5.148,07 (cinco mil e cento e quarenta e oito reais e sete centavos), importando assim, o valor global no montante de R$ 61.776,84 (sessenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e oitenta e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361.0103. P/A: 2.087. ND: 3.3.90.36.00.00.00 – OST PF. FONTE: 0106. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a servidora MEYRE EVALDETH ALVES RONDON, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 0986 7830 SSP/MT e inscrita no CPF sob o n°. 362.502.791-72, Matrícula n°. 57631.

DATA DE ASSINATURA: 31.05.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

MATEUS MAGALHÃES

Locador

LEI N.º 4.220/2017

Dispõe sobre a desafetação de área verde para construção de Equipamento Comunitário no Loteamento Residencial Veredas e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a desafetação de área verde do Loteamento Residencial Veredas, situado no município de Várzea Grande – MT, registrada com Matrícula 100.959 no 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande.

Parágrafo único. A Área Verde – "AV 04" a ser desafetada, situada no loteamento denominado "RESIDENCIAL VEREDAS", possui área total de **1.561,10 m²,** com as seguintes dimensões e confrontações: 1 - Marcos AV31 - AV32 com Dimensões(m) 7,32, confrontando com Área Verde 02 e Azimute 089°23'12"; 2 - Marcos AV32 - AV33 com Dimensões(m) 165,00, confrontando com Rua 11, Quadra 07, Rua 14 e Azimute 179°23'12"; 3 - Marcos AV33 - AV34 com Dimensões(m) DC = 7,28, confrontando com Rua 14/Rua 15; 4 - Marcos AV34 - AV35 com Dimensões(m) 5,00, confrontando com Quadra 09, Lote 11 e Azimute 209°46'25"; 5 - Marcos AV35 - AV36 com Dimensões(m) 16,72, confrontando com Quadra 09, Lote 11 e Azimute 174°15'11"; 6 - Marcos AV36 - AV37 com Dimensões(m) 7,61, confrontando com Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 269°23'12"; 7 - Marcos AV37 - AV38 com Dimensões(m) 0,84, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 319°00'04"; 8 - Marcos AV38 - AV39 com Dimensões(m) 4,16, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 334°30'48"; 9 - Marcos AV39 - AV40 com Dimensões(m) 14,60, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 335°16'44"; 10 - Marcos AV40 - AV41 com Dimensões(m) 29,11, confrontando com APP Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 005°49'39"; 11 - Marcos AV41 - AV42 com Dimensões(m) 26,56, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 003°57'02"; 12 - Marcos AV42 - AV43 com Dimensões(m) 33,48, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 359°24'14"; 13 - Marcos AV43 - AV44 com Dimensões(m) 12,45, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 008°07'03"; 14 - Marcos AV44 - AV45 com Dimensões(m) 12,64, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend, Imobiliários Ltda e Azimute 001°23'07"; 15 - Marcos AV45 - AV46 com Dimensões(m) 17,61, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 003°41'14"; 16 - Marcos AV46 - AV47 com Dimensões(m) 23,16, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 356°08'03"; 17 - Marcos AV47 - AV48 com Dimensões(m) 17,27, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobili rios Ltda e Azimute 354°38'46"; 18 - Marcos AV48 - AV31 com Dimensões(m) 2,56, confrontando com APP - Córrego Chapéu do Sol/ Roncador Empreend. Imobiliários Ltda e Azimute 355°19'59"; fechando assim o perímetro.

Art. 2ºA área a ser desafeta será destinada para a construção de Equipamento Comunitário – implantação de Estação Elevatória de Esgoto.

Parágrafo único. A construção do Equipamento Comunitário será de responsabilidade do empreendedor.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 18 de maio de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.221/2017

Regulamenta a verba de natureza indenizatória no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1° Fica regulamentado, no âmbito do Poder Executivo, a verba de natureza indenizatória.

Parágrafo único. A verba de natureza indenizatória, prevista nas leis municipais n.º 3.971/2.013 e 4.084/2.015, deverá ser paga de forma compensatória a custos e despesas decorrentes do exercício da função.

Art. 2° A verba indenizatória paga ao servidor, no exercício das funções das leis citadas no parágrafo único do art. 1º desta Lei Complementar, deverão ser destinadas para o custeio de:

1. transporte local;

2. alimentação;

3. combustível, lubrificante e manutenção, quando o servidor utilizar seu veículo para cumprir sua atividade;

4. participação em evento;

5. material pessoal de serviço;

6. assistência médica;

7. demais despesas pessoais decorrentes do exercício da função.

Parágrafo único. As despesas decorrentes de viagens e deslocamentos para fora do município de Várzea Grande, quando a serviço ou para a representação do Executivo local, deverão ser custeadas pela Prefeitura Municipal.

Art. 3° O valor referente à verba indenizatória deverá ser pago conjuntamente ao salário do servidor, devendo constar especificamente a sua designação para esta finalidade, em conta corrente do beneficiário.

Art. 4° A verba indenizatória será paga mensalmente, em valor fixo, dispensada prestação de contas, não podendo, a partir desta regulamentação, ser paga durante o período de férias, licença ou afastamento, além de não incidir sobre o valor da gratificação natalina (décimo terceiro).

Art. 5° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 18 de maio de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI N.º 4.223/2017

Institui o Dia do Empreendedor e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei**:**

Art. 1º Fica instituído o Dia do Empreendedor, no dia 19 de novembro de cada ano.

Parágrafo único. As ações alusivas a este dia compreendem a realização de estudos, reuniões, seminários, workshops, palestras e demais eventos que promovam e valorizem a difusão do espirito empreendedor, incluídas ainda, as entidades dedicadas à divulgação do empreendedorismo.

Art. 2º No dia do empreendedor serão homenageados os representantes da indústria, do comércio, do serviço e do agronegócio que se destacaram na busca de novos negócios.

Art. 3.º Os homenageados serão escolhidos pelos representantes de cada um dos seguimentos econômicos mencionados no artigo anterior.

Art. 4.º Fica instituído no calendário oficial de eventos do Município, o Dia do Empreendedor.

Art. 5.º O Poder Executivo poderá celebrar com as entidades públicas, privadas, federações, Associação Comercial e Empresarial de Várzea Grande-ACIVAG, Câmara de Dirigentes Lojistas-CDL-Várzea Grande, empresas nacionais e internacionais, sindicatos e a sociedade em geral que se interessarem na realização de atividades voltadas ao empreendedorismo.

Art. 6.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 18 de maio de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 476/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Conceder Férias regulamentares, referente ao mês de Abril/Maio/2017, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

MAT.	NOME DO SERVIDOR	VINCULO	PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
100925	EDMILSON DOS SANTOS BARROS COSTA	Efetivo	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
95840	ELIADA CARMINA DOS REIS GONÇALVES	Efetivo	2014/2015	01.04.17 A 30.04.17 (30 dias)
84901	FABIANA PIOVEZAN FRANCO	Efetivo	2013/2014	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
16774	FRANCISCA AUXILIADORA LEITE	Efetivo	2014/2015	08.05.17 A 06.06.17 (30 dias)
20119	ISAMAR KAROLYNE PEREIRA MACEDO	Efetivo	2015/2016	01.05.17 A 30.05.17 (30 dias)
23032	JOILCI RODRIGUES SILVA	Efetivo	2015/2016	03.05.17 A 01.06.17 (30 dias)
95303	JULIANO DE LIMA NAGANO	Efetivo	2013/2014	16.05.17 A 04.06.17 (20 dias)

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 01 de junho de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

LEI N.º 4.225/2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a prorrogar cessão de uso de terreno para o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental – BPMPA, do Estado de Mato Grosso, realizada pela lei municipal n.º 2. 085/1.999 e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a prorrogar a cessão de uso de terreno para o Batalhão de Polícia Militar de Proteção Ambiental – BPMPA, do Estado de Mato Grosso, realizada pela lei municipal n.º 2. 085/1.999.

Parágrafo único. A prorrogação será pelo prazo 20 (vinte) anos, a contar da data final do prazo previsto pelo art. 1.º da lei municipal n.º 2.085/1.999.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande, 18 de maio de 2017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.227/2017

Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno e cria a Unidade Central de Controle Interno do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande – UCCI e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Esta Lei Complementar cria, organiza e disciplina o Sistema de Controle Interno do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, para exercer o controle e a fiscalização das contas públicas, nos termos da Constituição Federal e da Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Juntamente ao Sistema de Controle Interno fica instituída a Ouvidoria do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se:

I. **Controle Interno**: é o conjunto de recursos, métodos e processos adotados pela própria gerência do setor público, com a finalidade de comprovar fatos, impedir erros, fraudes e a ineficiência;

II. **Sistema de Controle Interno**: é o conjunto de pessoas, unidades, instrumentos, instruções normativas, métodos e processos adotados pela gerência do setor público, articulados a partir de uma unidade central de coordenação, com a finalidade de potencialização do controle interno, visando a excelência processual e de resultados;

III. **Unidade Central de Controle Interno – UCCI**: é o órgão central do Sistema de Controle Interno da Autarquia, tendo por finalidade a coordenação sistêmica das atividades que integram o Sistema de Controle Interno no cumprimento de suas finalidades;

IV. **Auditoria Interna**: é o processo de minucioso exame total, parcial ou pontual dos atos administrativos e fatos contábeis, com a finalidade de identificar se as operações foram realizadas de maneira apropriada e registradas de acordo com as orientações e normas legais, e se dará de acordo com as normas e procedimentos de Auditoria; e

V. **Coordenação Sistêmica**: é a atividade de supervisão técnica e metodológica de processos e seus agentes, sem implicar responsabilidade gerencial nem relação hierárquica entre os segmentos integrantes do sistema.

Art. 3º A fiscalização a ser exercida pelo Sistema de Controle Interno, com atuação prévia, concomitante e posterior aos atos e fatos administrativos, objetivará a avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores.

Parágrafo único. A ação de controle será precedida por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial,

quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas.

Art. 4º O Sistema de Controle Interno do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande, nos termos desta Lei Complementar, observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e da probidade administrativa, em todas as fases de execução das receitas e das despesas pública.

Art. 5º Integram o Sistema de Controle Interno do Departamento de Água e Esgoto do Município de Várzea Grande todos os seus órgãos e agentes públicos.

CAPITULO II

DA CRIAÇÃO DA UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO E DA OUVIDORIA E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Fica criada a Unidade Central de Controle Interno da Autarquia – UCCI, integrando a unidade orçamentária do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, vinculada diretamente ao Gabinete do Diretor-Presidente, em nível de assessoramento, com objetivo de executar as atividades de controle, com as seguintes competências:

I. elaborar, aprovar, modificar e executar o seu Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI;

II. realizar os trabalhos de auditoria interna com base em normas e manuais que regulamentam o processo de auditoria;

III. realizar auditorias internas periódicas de avaliação de controles internos dos sistemas administrativos e dos processos de trabalho da Autarquia, que tenham por objetivo verificar a capacidade da organização para evitar ou reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, visando promover melhorias contínuas nos seus processos de trabalho;

IV. verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município, no mínimo uma vez por ano;

V. comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência, economicidade e efetividade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da Autarquia, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

VI. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da Autarquia;

VII. apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

VIII. examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

IX. examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

X. exercer o controle sobre a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;

XI. exercer o controle sobre os créditos adicionais bem como a conta “restos a pagar” e “despesas de exercícios anteriores”;

XII. acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinar as despesas correspondentes, na forma do inciso VIII deste artigo;

XIII. supervisionar as medidas adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos artigos 22 e 23 da Lei nº 101/2000, caso haja necessidade;

XIV. realizar o controle dos limites e das condições para a inscrição de Restos a Pagar, processados ou não;

XV. realizar o controle da destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, de acordo com as restrições impostas pela Lei Complementar nº 101/2000;

XVI. controlar o alcance do atingimento das metas fiscais dos resultados primário e nominal;

XVII. acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas do Estado, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta da Autarquia, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pela mesma, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;

XVIII. liderar o processo de implementação das atividades de controle no âmbito da Autarquia;

XIX. prestar informações e assessorar o Diretor-Presidente no cumprimento de responsabilidades fiscais e no relacionamento com o controle externo;

XX. coordenar a elaboração participativa e aplicação supervisionada do manual de rotinas internas e procedimentos de controle da Autarquia;

XXI. avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual, que será realizado mediante analise de compatibilidade;

XXII. verificar e analisar a escrituração das contas públicas;

XXIII. acompanhar a gestão patrimonial;

XXIV. avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e a aplicação dos recursos orçamentários, e;

XXV. realizar outras atividades de manutenção e aperfeiçoamento do sistema de controle interno, inclusive quando da edição de leis, regulamentos e orientações.

Art. 7º São finalidades básicas da UCCI as atividades de auditoria governamental, controladoria, fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Autarquia, além de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Art. 8º Fica criada a Ouvidoria do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, vinculada diretamente a Unidade Central de Controle Interno da Autarquia, com objetivo de auxiliar as atividades de controle, com as seguintes competências:

I. executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística, auxiliando diretamente o Analista de Controle Interno;

II. atender os usuários do sistema público, fornecendo e recebendo informações referentes à administração;

III. tratar de documentos variados, cumprindo todo o procedimento necessário referente aos mesmos;

IV. preparar relatórios e planilhas;

V. executar serviços gerais de escritório;

VI. executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional;

VII. receber e analisar, respondendo dentro de sua competência ou encaminhando ao setor competente, em formulário especifico as reclamações, denúncias, sugestões, criticas, elogios e demais manifestações que lhes forem dirigidas;

VIII. identificar e qualificar o cidadão que apresentar manifestação, mantendo o seu anonimato quando solicitado, o local do fato e, em caso de envolvimento de servidor público, a sua identificação funcional;

IX. acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolutividade e mantendo o(s) interessado(s) informado(s) do trâmite dos processos;

X. propor ao Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande ou ao Poder Executivo Municipal a edição, alteração e revogação de atos normativos internos, com vistas ao aperfeiçoamento administrativo da Instituição, nos termos da legislação vigente;

XI. promover e divulgar suas ações, visando à melhor consecução de seus objetivos, e;

XII. encaminhar mensalmente ao Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande o relatório das atividades praticadas.

CAPITULO III

DA ESTRUTURA

Art. 9º A estrutura da Unidade Central de Controle Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – UCCI, contará com os seguintes cargos:

I. 01 (um) Cargo de Controlador Interno, cargo de provimento efetivo, já criado em Lei própria da carreira, e;

II. 01 (um) Cargo de Ouvidor, cargo em comissão, criado nesta Lei e tendo a sua simbologia prevista na Lei dos cargos em comissão.

§1º O cargo de Controlador Interno será provido por meio de concurso público de provas e títulos, cujo ocupante deverá possuir nível superior de escolaridade, dominar os conceitos relacionados ao controle interno, à atividade de auditoria, e demonstrar conhecimento sobre matéria orçamentária, financeira e contábil, além da respectiva legislação vigente.

§2º O cargo de Ouvidor é de livre nomeação e exoneração pelo Diretor-Presidente e será exercido por servidor titular de cargo de provimento efetivo da Autarquia, com nível superior ou médio de escolaridade.

CAPITULO IV

DA LIDERANÇA E COORDENAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 10. A Unidade Central de Controle Interno – UCCI será liderada e terá suas atividades coordenadas pelo Controlador Interno e se manifestará através de relatórios, auditorias, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades.

Art. 11. No desempenho de suas atribuições constitucionais e as previstas nesta Lei, o líder da UCCI poderá emitir instruções normativas, de observância obrigatória na Autarquia, com a finalidade de estabelecer a padronização sobre a forma de controle interno e esclarecer as dúvidas existentes.

Art. 12. Para assegurar a eficácia do controle interno, a UCCI efetuará ainda a fiscalização dos atos e contratos da Administração de que resultem receita ou despesa, mediante técnicas estabelecidas pelas normas e procedimentos de auditoria, especialmente aquelas estabelecidas na Resolução CFC 780 de 24 de março de 1995, e suas alterações.

Parágrafo único. Para o perfeito cumprimento do disposto neste artigo, os órgãos e entidades da Autarquia deverão encaminhar à UCCI imediatamente após a conclusão/publicação os seguintes atos, no que couber:

I. a Lei e anexos relativos ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e à documentação referente à abertura de todos os créditos adicionais;

II. o organograma atualizado da Autarquia;

III. os editais de licitação ou contratos, inclusive administrativos, os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres;

IV. os nomes de todos os responsáveis pelos setores da Autarquia, conforme organograma aprovado pelo Chefe do Executivo;

V. os concursos realizados e as admissões realizadas a qualquer título, e;

VI. o plano de ação administrativa de cada Departamento ou Unidade Orçamentária.

CAPITULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO LÍDER DA UCCI

Art. 13. Compete ao Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande as seguintes atribuições:

I. exercer a direção da UCCI da Autarquia, dirigindo e coordenando suas atividades e orientando-lhe a atuação;

II. assessorar o Diretor-Presidente em assuntos de competência da UCCI;

III. representar ao Diretor-Presidente e ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário, não reparados integralmente por meio das medidas adotadas pela Administração;

IV. estabelecer a política e diretrizes do Sistema de Controle Interno da Autarquia;

V. requisitar de qualquer órgão ou entidade integrante da Autarquia processos, documentos e quaisquer outros subsídios necessários ao exercício das atividades da UCCI;

VI. aprovar o Plano de Trabalho a ser executado pela UCCI, promovendo o controle dos resultados das ações respectivas, em confronto com a programação, a expectativa inicial de desempenho e o volume de recursos utilizados;

VII. propor à autoridade competente, diante do resultado de trabalhos realizados pela UCCI, as medidas cabíveis e verificar o cumprimento das recomendações apresentadas;

VIII. convocar, através dos respectivos dirigentes, servidores de quaisquer órgãos ou entidades da Autarquia, para esclarecimentos que julgar necessários, e,

IX. desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 14. Quando existir mais de 01 (um) Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, o líder da UCCI será indicado pelo Diretor-Presidente.

CAPITULO VI

DO APOIO AO CONTROLE EXTERNO

Art. 15. No apoio ao Controle Externo, a UCCI deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I. organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas, a programação quadrimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, mantendo a documentação e relatório organizados, especialmente para verificação do Controle Externo;

II. realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatórios, recomendações e parecer, e;

III. alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure Tomada de Contas Especial sempre que tiver conhecimento de qualquer das ocorrências que ensejem tal providência.

Art. 16. Os responsáveis pelos controles internos ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, à UCCI e ao Diretor-Presidente para adoção das medidas legais cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

Parágrafo único: Na comunicação ao Diretor-Presidente da Autarquia, o Controlador Interno indicará as providências que poderão ser adotadas para:

I. corrigir a ilegalidade ou irregularidade apurada;

II. ressarcir o eventual dano causado ao erário, e;

III. evitar ocorrências semelhantes.

CAPÍTULO VII

DAS GARANTIAS DOS INTEGRANTES DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

Art. 17. Constitui-se em garantias do ocupante do cargo de Controlador Interno e dos servidores que integrarem a UCCI:

I. independência profissional para o desempenho das atividades na Autarquia;

II. o acesso a quaisquer documentos, informações e banco de dados indispensáveis e necessários ao exercício das funções de controle interno;

III. a participação em eventos de capacitação promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado;

IV. a participação em eventos de capacitação promovidos por outras instituições públicas ou privadas, compatíveis com a política de educação corporativa da Autarquia;

V. a realização de cursos relacionados à sua área de atuação, e;

VI. a impossibilidade de destituição da função no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo até 30 dias após a data da entrega da prestação de contas do exercício do último ano do mandato ao Poder Legislativo.

§1º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação da Unidade Central de Controle Interno no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, civil e penal.

§2º Quando a documentação ou informação prevista no inciso II deste artigo envolver assuntos de caráter sigiloso, a UCCI deverá dispensar tratamento especial, de acordo com o estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo ou Presidente do Legislativo.

§3º O servidor lotado na UCCI deverá guardar sigilo sobre dados e informações pertinentes aos assuntos a que tiver acesso em decorrência do exercício de suas funções, utilizando-os, exclusivamente, para a elaboração de pareceres e relatórios destinados à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Além do Diretor-Presidente da Autarquia, o Controlador Interno assinará conjuntamente com o responsável pela Contabilidade o Relatório de Gestão Fiscal, de acordo com o art. 54 da Lei 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 19. O Controlador Interno fica autorizado a regulamentar as ações e atividades da UCCI, através de instruções ou orientações normativas que disciplinem a forma de sua atuação e demais orientações.

Art. 20. Lei específica disporá sobre a criação da carreira específica de Controlador Interno, definindo suas competências, atribuições, direitos, obrigações, carga horária e remuneração.

Art. 21. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 26 de maio de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.º 4.228/2017

Dispõe sobre a criação da carreira de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – MT e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criada a carreira de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

Art. 2º A carreira de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande será lotado na Autarquia a qual se destina.

Art. 3° Ficam criados 02 (dois) cargos de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, com as atribuições definidas nesta Lei Complementar, a serem preenchidos de acordo com a necessidade funcional da autarquia.

Art. 4º O cargo de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande serão ocupado por servidor público com nível superior completo em qualquer área de formação e diploma devidamente reconhecido pelo MEC.

Art. 5º O Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande terá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, sendo 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 6º O cargo constitutivo da carreira deControlador Público Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande será remunerado pelo regime de subsídio, nos termos desta Lei Complementar.

Art. 7° O sistema remuneratório do Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande é estabelecido por parcela única, vedado o acréscimo de qualquer adicional, prêmio ou verba de representação.

Art. 8º São competências do Controle Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, o desempenho de todas as atividades de caráter técnico de nível superior relativa ao exercício das atribuições constitucionais e legais, bem como as atividades de controle na área de recursos humanos, administração de patrimônio, material e serviços, administração financeira, contabilidade pública, orçamento, planejamento, organização e métodos, modernização, pesquisa e documentação histórica, inspeção e controle, projetos e programas, parecer jurídico, análise estatística, análise econômica, entre outros que requeiram escolaridade de nível superior completo com os seus respectivos registros nos conselhos de classe.

§ 1º São atribuições exclusivas do integrante da carreira de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande:

I. supervisionar, coordenar e executar trabalhos de avaliação das metas do Plano Plurianual, bem como dos programas e orçamento;

II. examinar a legalidade e avaliar resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, bem como da aplicação de recursos públicos e subsídios em benefícios de empresas privadas;

III. exercer controle das operações, avais e garantias, bem como os direitos e deveres da autarquia;

IV. avaliar a execução das metas do Plano Plurianual e dos programas de governo, visando a comprovar o alcance e adequação dos seus objetivos e diretrizes;

V. avaliar a execução dos orçamentos, tendo em vista sua conformidade com as destinações e limites previstos nas legislações pertinentes;

VI. acompanhar a gestão dos administradores municipais para avaliar a legalidade, legitimidade, razoabilidade e impessoalidade dos atos administrativos pertinentes aos recursos humanos e materiais;

VII. avaliar o objeto dos programas de governo e as especificações estabelecidas, sua coerência com as condições pretendidas e a eficiência dos mecanismos de controle interno;

VIII. subsidiar através de recomendações, o exercício do cargo de Prefeito, dos Secretários e Dirigentes dos órgãos da Administração Direta e Indireta, objetivando o aperfeiçoamento da Gestão Pública;

IX. verificar e controlar, periodicamente, os limites e condições relativas às operações de crédito, assim como os procedimentos e normas sobre restos a pagar e sobre despesas com pessoal nos termo da Lei de Responsabilidade Fiscal e do Regimento Interno do Sistema de Controle Interno;

X. auditar os processos de licitações, de dispensa ou inexigibilidade para as contratações de obras, serviços, fornecimentos e outros;

XI. auditar os repasses das contribuições previdenciárias, devidas pelo órgãos, aos regimes Geral e Próprio de Previdência Social;

XII. auditar a investidura nos cargos e funções públicas, a realização de concursos públicos e processo seletivo simplificado, publicação de editais, prazos, bancas examinadoras;

XIII. auditar as despesas com pessoal, limites, reajustes, aumentos, reavaliações, concessão de vantagens, previsão na lei orçamentária anual, lei de diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

XIV. auditar os contratos emergenciais de prestação de serviços, autorização legislativa e prazos;

XV. apurar existência de servidores em desvio de função;

XVI. analisar procedimentos relativos à publicidade, portarias, decretos, e demais atos;

XVII. auditar lançamento e cobrança de tributos municipais, cadastro, revisões, reavaliações e prescrição;

XVIII. examinar e analisar os procedimentos da tesouraria, saldo de caixa, pagamentos, recebimentos, cheques, empenhos, aplicações financeiras, rendimentos, planos de contas, escrituração contábil balancetes;

XIX. exercer outras atividades inerentes ao sistema de controle interno;

XX. exercer atividades de nível superior, de complexidade e responsabilidade elevadas, compreendendo supervisão, coordenação, direção e execução de trabalhos de auditoria especializados sobre avaliação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, auditoria contábil e de programas;

XXI. assessorar técnico especializado em todos os níveis funcionais;

XXII. avaliar a qualidade da estrutura de controle interno e de sua observância em todos os níveis gerenciais, inclusive prevenindo ou revelando erros ou fraudes;

XXIII. acompanhar e avaliar os resultados alcançados pelo gestor desta Autarquia Municipal;

XXIV. emitir Relatório de Auditoria, Recomendação Técnica, Orientação Técnica ou Parecer, fundamentado nos elementos objeto do trabalho realizado e à ponderada interpretação dos elementos examinados, livrando-se da influência de fatores que possam interferir em sua independência funcional; e

XXV. prestar apoio ao órgão de controle externo no exercício de suas funções constitucionais e legais.

§ 2º O Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, ao iniciar suas tarefas, deverá identificar-se perante a Direção do mais elevado nível da unidade a ser auditada, expondo-lhe o objeto de sua missão.

§ 3º A atuação do Controlador Interno terá caráter primordialmente preventivo e pautará na orientação dos agentes públicos do órgão sobre a correta gestão dos recursos públicos.

§ 4º No exercício de suas atribuições, o Controlador Interno possui autonomia e independência funcional e terá livre acesso a todas as dependências do local funcional auditado e a todas as fontes de informações disponíveis, inclusive a sistemas eletrônicos de processamento, não lhes podendo ser sonegado, sob qualquer pretexto, nenhum processo, documento ou informação.

§ 5º O agente público que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do Controlador Interno no desempenho de suas funções institucionais ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e criminal.

§ 6º É defeso ao Controlador Interno, fornecer informações ou expressar-se acerca do resultado do trabalho de auditoria e controle interno desenvolvido.

§ 7º O Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande poderá promover a apuração, de ofício ou mediante provocação expressa do Diretor Presidente, das irregularidades de que tiver conhecimento, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público.

Art. 9º Para ingresso na carreira de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande exigir-se-á concurso público de provas e títulos.

Art. 10. O cargo Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande é estruturado em linhas horizontais de acesso, identificadas pelas letras maiúsculas A, B, C, D, e níveis de 1 ao 10.

§ 1º O Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande será promovido da seguinte forma:

I - Classe A – habilitação em Nível Superior Completo em qualquer área de formação, com diploma devidamente reconhecido pelo MEC, com registro no respectivo Conselho Profissional;

II - Classe B – requisito da classe A, acrescido de uma pós-graduação *lato sensu* (mínimo 360 horas) a título de especialização na área de atuação;

III - Classe C – requisito da classe B, acrescido de mestrado ou outro curso superior na área de atuação; e

IV – Classe D – Requisito da classe C, acrescido de doutorado na área de atuação do órgão.

§ 2º O Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande terá progressão vertical, de um Nível para outro, a cada 03 (três) anos, levar-se-á em conta o tempo de serviço no cargo efetivo, conforme os níveis constantes na tabela do anexo.

§ 3º O Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, aprovado em concurso público de provas e títulos, será enquadrado na classe e nível inicial da carreira.

Art. 11. A avaliação do Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande será realizada segundo normas expedidas pelo Diretor Presidente.

Art. 12. Para efeito de enquadramento na presente Lei Complementar deverão ser observados os seguintes critérios:

I - a promoção horizontal, classe, obedecerá à titulação exigida, à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício de 03 (três) anos de uma classe para outra;

II - a progressão vertical desdobra-se em 10 (dez) níveis, expressas em algarismos arábicos, que obedecerá à avaliação de desempenho anual e ao cumprimento do interstício de 03 (três) anos.

III - para primeira progressão, o prazo será contado a partir da data em que se deu o início do exercício profissional no cargo efetivo, observando o interstício de 03 (três) anos.

IV - decorrido o prazo e não havendo processo de Avaliação de Desempenho, a progressão de nível dar-se-á automaticamente.

Art. 13. O servidor em atuação na carreira de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, poderão solicitar o enquadramento imediato, com base nesta Lei Complementar, na classe correspondente à sua formação ou capacitação, e no nível correspondente ao tempo de efetivo serviço no cargo, obedecendo aos requisitos de cada classe e nível.

Art. 14. Fica vedada a disposição e a cessão de Controlador Interno do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande para exercício de suas atividades em outro Órgão da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, Direta ou Indireta, e aos outros de outros poderes.

Art. 15. O servidor que se encontrar afastado para resolver assuntos de interesses pessoais, remunerado ou não, legalmente autorizado, somente será enquadrado quando oficialmente reassumir o seu respectivo cargo, interrompendo-se a contagem dos prazos para efeito de antiguidade.

§ 1° Fica vedada a transposição de carga horária, obedecendo ao respectivo ingresso na carreira.

§ 2º Fica vedada à equiparação desta carreira com outros cargos e funções ou a sua aplicação a Servidores da Administração direta.

Art. 16. As despesascom a execução desta Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 26 de maio de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

	Classe	A	B	C	D
PERÍODO (ANOS)	**Nível**	**100%**	**120%**	**115%**	**110%**
0 a 3	1	2.640,00	3.168,00	3.643,20	4.007,52
3 a 6	2 (6%)	2.798,40	3.358,08	3.861,79	4.247,97
6 a 9	3 (6%)	2.966,30	3.559,56	4.093,50	4.502,85
9 a 12	4 (6%)	3.144,28	3.773,14	4.339,11	4.773,02
12 a 15	5 (6%)	3.332,94	3.999,53	4.599,46	5.059,40
15 a 18	6 (6%)	3.532,92	4.239,50	4.875,42	5.362,97
18 a 21	7 (6%)	3.744,89	4.493,87	5.167,95	5.684,74
21 a 24	8 (6%)	3.969,58	4.763,50	5.478,03	6.025,83
24 a 27	9 (6%)	4.207,76	5.049,31	5.806,71	6.387,38
27 a 30	10 (6%)	4.460,22	5.352,27	6.155,11	6.770,62

Praça Três Poderes, Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande, 26 de maio de 2.017.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA 403/CPSPAD/SAD/2017

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 1.164/1991, pelo Decreto Municipal 032/2010;

Resolve:

DETERMINAR que a Comissão Permanente de Sindicância e Processos Administrativos Disciplinares, nomeada através da Portaria nº. 102, de 01 de março de 2016, da Secretária Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios no dia 02 de março de 2016, página 271, com sede à Avenida Castelo Branco, nº. 2.500, Bairro Água Limpa, Secretaria Municipal de Administração – Paço Municipal, na cidade de Várzea Grande – MT, instaure PAD 010/2017 e apure, no prazo de 60 (sessenta) dias, as possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Processo Administrativo Comum nº 337026/15, da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 23 de maio de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 171/2017 01 DE JUNHO DE 2017.

Designa o Engenheiro Responsável para acompanhamento, fiscalização e recebimento do contrato de nº 032/2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Engenheiro Civil, RAFAEL DOS SANTOS CORDEIRO, Matr. 3494 - CREA nº 241629546-2 - para fiscalizar, acompanhar e receber as obras realizadas referentes ao contrato de nº 032/2017, que tem como objeto a elaboração de projeto Urbanístico.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 172/2017 01 DE JUNHO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o afastamento da atual Diretora da Escola Vila Nova, em virtude de Licença Maternidade,

R E S O L V E:

Art. 1º- **Nomear,** a Sra. **CLEIDE JUNKER DIAS DEMETRIO -** CPF 460. 186.111-04, mat. 25, lotada na Secretaria Municipal de Educação**, para exercer,** em substituição, **o** cargo de Diretora da E.M.E.F. Vila Nova, no período de 01/06/ a 12/09/2017.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2017

Edital de Convocação nº 03/2017

Vila Rica MT, 01 de Junho de 2.017

O Sr.º Abmael Borges Da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica – MT., pelo presente convoca os abaixo relacionados, classificados no teste seletivo simplificado n.º 02/2017, a comparecem, no prazo máximo de 10 **(dez)** dias a contar da data da publicação deste, a Prefeitura Municipal de Vila Rica no Departamento de Recursos Humanos, sob pena do não comparecimento no prazo a caracterização de desistência, munidos de todos os documentos exigidos e relacionadas no Anexo I deste edital, para celebração de contrato administrativo de prestação de serviços temporários.

OPERADOR DE MOTO NIVELADORA (PATROLA)

NOME
LEONARDO DA SILVA RICARDO

MOTORISTA

NOME
LAERCIO ALVES DA SILVA
WESLEY LOPES DOS SANTOS

AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR - EMEF NOSSA SENHORA APARECIDA I/PROJETO BELEZA I

NOME
DEUSIRENE PEREIRA MARINHO

Abmael Borges Da Silveira

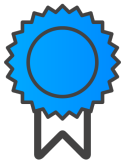
Prefeito Municipal

Anexo I

Documentação exigida,

Ø Cédula de Identidade; Ø Certidão de Casamento ou Nascimento; Ø Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); Ø Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); Ø Cartão do PIS/PASEP; Ø Copia Carteira de Trabalho onde tem a foto e os dados Ø Comprovante de votação das duas últimas eleições que antecedem a posse; Ø Título de Eleitor; Ø Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); Ø CPF dos dependentes; Ø CPF do Pai e Mãe (vivos); Ø Declaração negativa de acumulo de cargo publico; Ø Declaração contendo endereço residencial; Ø Declaração de Bens: Ø Declaração que não foi demitido ou destituído do serviço publico Ø Declaração de que não é aposentado por invalidez; Ø Declaração que não infringiu as leis que fundamentaram este edital; Ø Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária integral estabelecida pelo órgão a qual exercerá a sua função; Ø Certidões Negativas Cíveis e Criminais da Justiça Federal e da Justiça Estadual dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos. Ø Atestado de Saúde Ocupacional - ASO emitido por Médico credenciado pela Prefeitura Municipal de Vila Rica, traduzido em APTO; **(Drº Silvio C. C. Rogowski- Av. Perimetral Sul nº 415 – Vila Rica Fone: (66) 3554-1609)** Ø Conta corrente no Banco do Brasil S/A; Ø Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade; Ø Comprovante de Escolaridade conforme exigência do cargo

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Jun 01 22:32:07 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)